

Palavra de Presidente

Os discursos presidenciais de posse,
de Deodoro a Lula

João Bosco Bezerra Bonfim

Palavra de Presidente

Os discursos presidenciais de posse,
de Deodoro a Lula

João Bosco Bezerra Bonfim

Apresentação

Apresentação

Mário Rosa Júnior.*

Há três coisas na vida que não voltam atrás: a flecha lançada, a oportunidade desperdiçada e a palavra falada. A palavra do presidente é capaz de unir corações e mentes, formar elos, quebrar correntes, encantar apoiadores seduzir oponentes.

Da Posse à despedida sua palavra será dita como aquela que mais influenciará o sentido de nossas vidas.

O primeiro discurso é o maior momento da Posse em si; traz consigo um desejo contido a se cumprir.

É como uma luz no fim do túnel ao qual devemos seguir. É a esperança que tomará as ruas. É a vontade que invadirá a mente. É o anseio por mudança a percorrer o nosso subconsciente; a aflorar em meio às incertezas e a desaguar no agora, no presente.

No Congresso, no Planalto, na Praça dos Três Poderes ou na TV. Será este a entrar para a História, pois traz em seu bojo sua razão de ser.

Sob olhares e ouvidos atentos voltados a esse momento de reflexão e encantamento cabe ao orador dosar a energia, controlar a euforia, ministrar com alegria e dar sentido à teoria.

As propostas, os problemas, as respostas, os dilemas dão consistência ao discurso, a fim de manter ou alterar o curso da história.

Todos anseiam por esse momento. Primeiro as cortesias, os elogios, os agradecimentos.

Em seguida a menção aos perigos, as ameaças, os inimigos.

As advertências e o apelo à consciência não podem faltar, bem como as manifestações de apoio ao lado de quem se deseja estar.

As crenças e os valores aguçam a imaginação, podem significar maior ou menor aproximação. São tão importantes quanto as propostas, que constituem a resposta mais direta e consistente ao que o povo verá pela frente.

Uma fala construtiva revela o grau de maturidade, transmite confiança e obtém melhores resultados perante a sociedade. Estimula, motiva, favorece a

* Jornalista (UnB), consultor de imagem, autor de *A Síndrome de Aquiles – como lidar com as crises de imagem* (Ed. Gente, 2001) e *A Era do Escândalo* (Geração Editorial, 2003).

integração, abre espaço para o diálogo e enobrece o cidadão. Inspira alianças, sensibiliza os presentes, potencializa a esperança e nos permite estar cientes que as transformações ou as continuidades serão fruto de um processo amplo construído em prol da sociedade.

O vocabulário do orador nos revela sua relação com o povo, com o novo, com a vida e nos convida a escolher se o melhor a fazer é acompanhar o desenvolvimento de suas atividades ou deixar as coisas acontecerem.

Isso nos projeta a três tipos de pessoas: as que fazem acontecer, as que deixam acontecer e as que perguntam o que está acontecendo, de modo que, à medida que o discurso vai amadurecendo, as pessoas vão tendo a oportunidade de projetar seus anseios e suas personalidades. Consultando a si mesmas, podem imaginar a dimensão de suas responsabilidades, a capacidade de interpretar suas vidas e as perspectivas de contribuir para uma nova realidade.

A Palavra do Presidente deve estar em sintonia com os princípios que regem a dignidade humana e com os desafios apresentados na vida cotidiana. Ela dá início a uma série de interpretações, ações e reações que influenciarão a condução dos objetos e metas traçados para a nação.

Obrigado Bosco pela oportunidade de contribuir com a apresentação, que os frutos desse trabalho amadureçam no seio da sociedade, amplie horizontes e traga a todos satisfação.

MAIS QUE PALAVRAS

Antonio J. Barbosa*

Na ânsia de conferir cientificidade ao conhecimento histórico, os positivistas exageraram na sacralização do documento, em especial do escrito. A singela lembrança de que os documentos podem mentir, tanto quanto os homens que os fizeram, recoloca a questão em sua devida dimensão. Assim, em tese e na prática, conquanto se reconheça a visceral importância do documento para a produção do saber histórico, há que cercar de extremo cuidado o trato das fontes, condição primeira para se safar de perigosas armadilhas.

Dirigindo-se a jovens estudantes de História, o grande Marc Bloch, a quem a historiografia contemporânea tanto deve, alertava os interessados em abraçar o ofício de historiador para a imperiosa necessidade de agir à maneira de detetive perspicaz. Desconfiar do aparentemente simples, sem cair no extremo oposto, tão pernicioso quanto, de duvidar de absolutamente tudo. Da informação mínima ou fragmentada, levantar pistas que levem à elucidação do fato. Juntar elementos, díspares a princípio, de modo a conferir-lhes racionalidade. Esforçar-se por não se aprisionar à explicação fácil, buscando intenções omitidas ou escamoteadas.

Nada se aproxima tanto desse exercício quanto o material aqui organizado por João Bosco Bezerra Bonfim. Homem de letras, a manter com a palavra escrita uma relação tão próxima quanto amorosa, o autor passeia pela mais que centenária República presidencialista brasileira, recolhendo a fala inaugural de períodos governamentais, com toda a carga simbólica que encerra. Ficasse apenas nisso e já teria dado bela contribuição ao estudo do discurso político brasileiro. Foi além, contudo. Oferece ao leitor o método – simples e direto – para decompor cada um desses discursos inaugurais, de modo a deles extrair o que de mais relevante contém ou, o que pode ocorrer com incômoda frequência, constatar sua opacidade retórica.

Sabe-se que, em geral, o discurso político tende a ocultar, mais do que a revelar. Tal como age o passado em relação ao presente, ele prefere emitir sinais em vez da afirmação imperativa. Ainda assim, ou talvez por isso mesmo, o material de que se ocupa este livro é de singular riqueza. Por meio da coleção de pronunciamentos dos presidentes da República, no momento em que tomam posse, é possível acompanhar a trajetória política brasileira. Permanências e rupturas se materializam.

A reiteração do caráter oligárquico da República Velha, por exemplo, pode ser vista no gritante silêncio dos temas sociais, nunca presentes na declaração de intenções dos presidentes que, incluindo os dois primeiros intrusos militares, se sucederam até 1930. Na mesma perspectiva, permite que se indague: será que 1930, e o conseqüente início da Era Vargas, não seria, de fato, o instante da proclamação da República no Brasil?

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).

Em que medida os Anos JK rompem com o getulismo? Ao chegar à presidência, nas condições especialíssimas em que isso se deu, João Goulart consegue traduzir em seu texto de posse o tenso cenário brasileiro no qual deixava de ser coadjuvante e se transformava em personagem central? Entre os dois projetos nacionais possíveis em 1964, o vitorioso – pela força do golpe – foi claramente explicitado pelos generais que se sucederam à frente do Estado por duas décadas? Houve coerência entre o discurso de posse de Collor e sua conturbada gestão? No ineditismo de duas posses seguidas, o acadêmico Fernando Henrique Cardoso se nega ou se reafirma?

Enfim, não faltam perguntas em busca das possivelmente múltiplas respostas. Eis o mérito maior desta obra. Como convém, o autor se retrai e, em momento algum, tenta ocupar o espaço que a outros pertence. Todavia, estimula a reflexão em torno do que se propunham a fazer os homens que chegaram à presidência da República. Quantos não conseguiram ocultar os interesses que estavam a defender? Quem foi capaz de oferecer uma visão clara e correta do contexto histórico em que atuava?

Por tudo isso, *Palavra de Presidente* é instigante material de análise. Que ele consiga ser manuseado com atenção e esmero, por historiadores profissionais ou simples cidadãos interessados em compreender mais e melhor o Brasil que fomos capazes de construir em mais de um século de regime republicano, é o que de melhor se pode esperar de sua leitura. Aqui, o que menos conta é o estilo, ainda que este seja bom indicador de quem nos governou.

Acima de tudo, este é um livro que, por mais desprezioso que possa ser, ajuda a desvelar a alma das elites brasileiras. O que, convenhamos, pouca coisa não é.

Apresentação.....	3
Apresentação.....	3
Definições básicas de Retórica.....	11
Matriz Retórica Brasileira.....	12
Grandes Oradores Brasileiros – três perfis	18
Síntese da configuração dos discursos presidenciais.....	25
Resumo, Texto, Configuração e Radiografia dos Discursos Presidenciais de Posse.....	27
Deodoro da Fonseca (1889-1891).....	28
Resumo.....	28
Discurso.....	29
Configuração.....	31
Radiografia.....	34
Florianópolis (1891-1894).....	35
Resumo.....	35
Discurso.....	36
Configuração.....	39
Radiografia.....	42
Prudente de Moraes (1894 -1898).....	43
Resumo.....	43
Discurso.....	44
Configuração.....	48
Radiografia	53
Campos Sales (1898 -1902).....	54
Resumo.....	54
Discurso.....	55
Configuração.....	66
Radiografia.....	75
Rodrigues Alves (1902 -1906).....	76
Resumo.....	76
Discurso.....	77
Configuração.....	83
Radiografia.....	90
Affonso Penna (1906 -1909).....	91
Resumo	91
Discurso.....	92
Configuração.....	103
Radiografia.....	110
Hermes da Fonseca (1910 -1914).....	111
Resumo.....	111
Discurso.....	112
Configuração.....	120
Radiografia	127
Wenceslau Brás (1914 -1918).....	128
Resumo.....	128
Discurso.....	129
Configuração.....	141
Radiografia.....	151

<u>Epitácio Pessoa (1919 -1922)</u>	152
<u>Resumo</u>	152
<u>Discurso</u>	154
<u>Configuração</u>	165
<u>Radiografia</u>	174
<u>Arthur Bernardes (1922 -1926)</u>	175
<u>Resumo</u>	175
<u>Discurso</u>	176
<u>Configuração</u>	178
<u>Radiografia</u>	180
<u>Washington Luís (1926 -1930)</u>	182
<u>Resumo</u>	182
<u>Discurso</u>	183
<u>Configuração</u>	185
<u>Radiografia</u>	188
<u>Getúlio Vargas (1930-1934)</u>	189
<u>Resumo</u>	189
<u>Discurso</u>	190
<u>Configuração</u>	195
<u>Radiografia</u>	199
<u>Getúlio Vargas (1934-1937)</u>	200
<u>Resumo</u>	200
<u>Discurso</u>	201
<u>Configuração</u>	205
<u>Radiografia</u>	210
<u>Getúlio Vargas (1937 – 1945)</u>	211
<u>Resumo</u>	211
<u>Discurso</u>	212
<u>Configuração</u>	222
<u>Radiografia</u>	228
<u>Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951)</u>	229
<u>Resumo</u>	229
<u>Discurso</u>	230
<u>Configuração</u>	233
<u>Radiografia</u>	236
<u>Getúlio Vargas (1951-1954)</u>	237
<u>Resumo</u>	237
<u>Discurso</u>	238
<u>Configuração</u>	241
<u>Radiografia</u>	245
<u>Juscelino Kubtschek (1956-1961)</u>	246
<u>Resumo</u>	246
<u>Discurso</u>	247
<u>Configuração</u>	249
<u>Radiografia</u>	252
<u>Jânio Quadros (1961)</u>	253
<u>Resumo</u>	253

Discurso.....	254
Configuração.....	256
Radiografia.....	259
João Goulart (1961-1964).....	260
Resumo.....	260
Discurso.....	261
Configuração.....	264
Radiografia.....	268
Marechal Castelo Branco (1964-1967).....	269
Resumo.....	269
Discurso.....	270
Configuração.....	273
Radiografia.....	277
Marechal Costa e Silva (1967-1969).....	278
Resumo.....	278
Discurso.....	279
Configuração.....	283
Radiografia.....	286
General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974).....	287
Resumo.....	287
Discurso.....	288
Configuração.....	294
Radiografia.....	299
General Ernesto Geisel (1974-1979).....	300
Resumo.....	300
Discurso.....	301
Configuração.....	303
Radiografia.....	305
General João Batista Figueiredo (1979-1985).....	306
Resumo.....	306
Discurso.....	307
Configuração.....	312
Radiografia.....	316
José Sarney (1985-1990).....	317
Resumo.....	317
Discurso.....	318
Configuração.....	326
Radiografia.....	330
Pronunciamento do Presidente José Sarney à Nação, em cadeia de rádio e televisão, em 22 de julho de 1985.....	331
Fernando Collor de Mello (1990-1992).....	341
Resumo.....	341
Discurso.....	342
Configuração.....	358
Radiografia.....	364
Itamar Franco (1992–1994).....	365
Resumo.....	365

<u>Discurso.....</u>	<u>366</u>
<u>Configuração.....</u>	<u>368</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>371</u>
<u>Fernando Henrique Cardoso (1994-1998).....</u>	<u>372</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>372</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>373</u>
<u>Configuração.....</u>	<u>384</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>390</u>
<u>Fernando Henrique, (1999 – 2003).....</u>	<u>391</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>391</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>392</u>
<u>Configuração.....</u>	<u>400</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>404</u>
<u>Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006).....</u>	<u>405</u>
<u>Resumo</u>	<u>405</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>406</u>
<u>Configuração.....</u>	<u>417</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>430</u>
<u>Os Presidentes e os discursos analisados neste livro.....</u>	<u>431</u>
<u>Agradecimentos.....</u>	<u>434</u>
<u>Bibliografia.....</u>	<u>435</u>

Definições básicas de Retórica

Orador é o que se dirige ao **Auditório**, na busca de provocar-lhe alguma reação com sua fala.

O **Auditório** é constituído pela pessoa ou pelas pessoas a quem o orador deseja influenciar. Pode ser constituído por uma audiência presente ou virtual; pode ser um auditório especializado (os membros de um parlamento, os fiéis de uma igreja, a audiência de certo programa); pode ser também o auditório “universal”, que englobe toda uma comunidade. Em todo o caso, na situação retórica, considera-se que esse auditório tem poder sobre aquilo que é objeto de deliberação do orador. O júri de um Tribunal decidirá em favor do réu ou contra este; os consumidores de um certo país comprarão ou não certa marca de sabonete; os deputados votarão contra ou a favor de um projeto; os eleitores apoiarão ou não uma candidatura. Obviamente, no espaço da argumentação, o orador passa a exercer poder sobre o auditório. Mas é o espaço da persuasão ou do convencimento. Porque a retórica é a arte de mudar a realidade sem a participação da força.

A argumentação consiste na **persuasão** e no **convencimento**. Para persuadir, ele procura compartilhar valores, sentimentos com o ouvinte; procura despertar sua compaixão por determinada pessoa ou causa; ou seu repúdio por um ato considerado vil; constrói uma empatia de tal modo que a realização do orador será a realização da pessoa que foi persuadida. A persuasão lida com os afetos. O convencimento trata da racionalidade: apresenta motivos, causas, provas. Provas são fatos passíveis de observação, objeto de técnica ou ciência (estatísticas, estudos, experimentos, por exemplo). Mas podem ser arroladas como provas muitíssimas outras evidências: contar uma história, citar uma autoridade no assunto, etc.

Resumindo, então, a retórica é a arte de convencer ou persuadir um determinado auditório e dele obter uma deliberação em favor das teses defendidas pelo orador.

A argumentação tradicional divide os discursos em três tipos: os “de falar bem” (epidídicos ou laudatórios); os de propaganda; e os deliberativos ou judiciários. Os “de falar bem” consistem nas homenagens que se faz a pessoas, eventos, datas históricas. Em geral são empregados para despertar ou manter valores. No ano de 2002, Juscelino Kubitschek foi homenageado por seus 100 anos. Essa louvação está vinculada não apenas ao personagem histórico; mas ao que ele representa como projeto de Brasil (desenvolvimento e democracia). Os discursos de propaganda são utilizados para manter a adesão do auditório a uma causa para a qual ele já foi ganho. Um parlamentar governista falar de uma política governamental vitoriosa é um indicador do apoio que ele empresta àquela causa; e também uma tentativa de manter os eleitores-ouvintes-espectadores. Já o discurso deliberativo (ou judiciário) procura modificar a atitude do auditório (ou de parcelas deste) para sua causa.

Matriz Retórica Brasileira

A retórica é a arte de bem falar, de bem argumentar. Ela cumpre uma função humana, social, cultural, política e econômica. É o uso da linguagem para “mudar o mundo”. Portanto, está vinculada a valores morais, sociais, filosóficos, econômicos e políticos de cada povo, em cada época. Seu maior desenvolvimento no mundo clássico se deu na experiência grega. Ser um bom retórico significava não apenas falar bem. Mas raciocinar bem e expressar esse raciocínio para os respectivos pares e influenciar na decisão destes. A retórica, pois, não consiste em “falar bonito”, mas em “falar a linguagem que seja comovente e convincente.” O bom orador era, pois, um condutor do povo.

Mas, embora a Grécia tenha nos legado a idéia de democracia (direta, em que os cidadãos decidiam diretamente seus destinos), aquela era, também, uma sociedade excludente, pois, ser cidadão estava vinculado a valores econômicos, de raça e de gênero. Escravos, mulheres e pobres estavam fora dessa “praça” em que eram feitos os debates.

Uma analogia pode ser feita para o Brasil. Inicialmente, só a nobreza, o clero e a burocracia influenciavam nas decisões. Portanto, a retórica era altamente elitista, como era elitizado o comando do país. Vieira fala para os nobres, os comerciantes, os bacharéis. Sua linguagem é rebuscada, adequada a esse auditório.

Rui Barbosa falava para acadêmicos, políticos, burocratas, industriais, comerciantes. Por isso, sua fala é cheia de citações literárias, latinismos (próprios do meio jurídico).

Arnaldo Jabor fala aos espectadores de um canal de televisão aberto. E, embora seja ele um erudito, procura falar com metáforas que possam chegar ao povo. Joelmir Betting, igualmente, fala de economia, um ramo altamente especializado da Ciência. Mas traduz os princípios, leis e jargão da economia em exemplos domésticos, do dia a dia de seus espectadores. Tudo em busca, não apenas de se fazer compreender, mas de mudar a atitude dos ouvintes-espectadores-consumidores.

A grande herdeira da retórica em nossos dias, com certeza, é a propaganda: seu objetivo é mudar o comportamento do consumidor, ou conservar, se já ganhou a adesão deste para um produto ou para uma idéia. Os tribunais e os parlamentos são os locais de ela nunca se ausentou. Também as igrejas, mas estas, quase sempre, com uma retórica muito mais especializada.

Procuraremos percorrer os passos da Retórica no Brasil a partir de algumas das figuras que se tornaram célebres nessa arte, como Pe. Vieira, Rui Barbosa e Carlos Lacerda. Mas como cada um desses oradores teve ouvintes (reais, virtuais ou simplesmente leitores dos discursos quando transcritos para o papel) tentaremos localizar, também, os “auditórios” e suas respectivas condições sociais, políticas e culturais.

Essa matriz retórica tem como principais aspectos a política, a economia e a religião. A moral, que é outro campo rico de argumentação, no Brasil, tem vindo mais associada à religião e à política. Não há grandes oradores morais, como entre os anglo-saxões (como Adam Smith).

A linguagem estará, pois, vinculada a todos esses valores. Expressar-se por metáforas sempre foi um bom negócio, tanto para Vieira quanto para os economistas e jornalistas de nosso tempo. E se o “inferno” era a grande metáfora para representar todos os males morais da sociedade colonial, “o dragão” (da inflação) representa o mesmo papel nos

dias de hoje em que o discurso monetário (mais que o moral-religioso) domina a cena pública.

Outro aspecto dessa matriz é que ela tem tendências conservadoras, por um lado, e libertárias, por outro. Ao longo da História do Brasil, haverá algumas combinações de uma e outra, às vezes no mesmo orador. E tentativas de conciliação até bem-sucedidas, como é o caso do populismo.

Pe. Vieira, por exemplo, era conservador quanto ao regime (fidelidade à monarquia portuguesa), mas libertário quanto à economia: além de ser contra a escravidão, chega a defender um acordo da Coroa portuguesa com os holandeses, por causa dos benefícios econômicos. Tal liberalidade, por sua vez, vai levá-lo às barras dos tribunais do Santo Ofício, porque, para a hierarquia da Igreja, era uma heresia tentar favorecer os protestantes.

Rui Barbosa, na política e na economia é libertário, pois defende a República, eleições diretas, libertação dos escravos, igualdade de direitos, a industrialização do País; mas, por outro lado, não deixava de ser um elitista (do ponto de vista lingüístico, cultural e racial, com seus valores europeus e de uma raça branca). Nele acaba predominando a faceta pública de libertário, em função de suas campanhas (civilista, pelo voto livre, etc.).

O reforço ao rol de políticos libertários ganha ênfase na década de 1920, com os movimentos culturais e políticos de natureza nacionalista: modernismo, nas artes; movimento operário urbano nascente e tenentismo, na política.

Os tenentes, vêm com um discurso nacionalista, mas não necessariamente homogêneo. No desdobrar dos acontecimentos, parte deles, liderados por Prestes, vão fundar o Partido Comunista; outros serão aliados de Getúlio na gestão do Estado Novo.

A década de 1920 é também o tempo em que entram no cenário anarquistas e comunistas, do movimento operário, com um discurso de resistência tanto político quanto econômico. É a luta pelos direitos dos trabalhadores, que começa a ganhar as ruas e fábricas, mas não os parlamentos. O Partido Comunista do Brasil (então PCB) só ganha licença para se organizar no governo de Washington Luís. Mas, nos anos seguintes, vive de temporadas de legalidade e de clandestinidade, ou seja, sua intervenção no espaço de poder é sempre limitada.

Então é que surge o catalisador dos dois discursos (conservador e libertário), que é Getúlio Vargas. Politicamente, será libertário ao propor a quebra do padrão da política dos governadores, senhores agrícolas encastelados nos comandos dos Estados, e que dominavam o governo. Mas esse mesmo Getúlio revelará sua faceta política conservadora, ao dar sucessivos golpes para se manter no poder, com restrição ao funcionamento do Congresso e quebra do espaço de oposição. Paradoxalmente, trará para o espaço oficial as demandas dos trabalhadores, assumindo, até, o discurso destes em grande proporção. A edição de leis trabalhistas, dos fundamentos do sistema previdenciário são mostras de sua visão progressista no campo das relações de trabalho. É dessa matriz que nasce o chamado “populismo” brasileiro. Por que não “popular”, simplesmente? Porque, de fato, não é uma prática de governo sempre “em favor” do povo; mas o exercício do poder “em nome” do povo. Falta, no caso, a participação efetiva, direta ou indiretamente. A tentativa de Vargas de incluir as “classes” profissionais e econômicas no governo, passando por cima dos partidos, acaba se revelando uma prática elitista e de manutenção de castas (de sindicalistas representantes de trabalhadores e das classes patronais).

Qual a grande marca dessa retórica populista? As massas (não o povo organizado) passam a ser a audiência privilegiada do governante. Não por acaso, ganham mais poder, com a maior participação nas eleições. O fórum deixa de ser o parlamento e os gabinetes e

passa para as ruas. A peculiaridade é que esse discurso continua sendo “de cima para baixo”, isto é: Vargas fala “ao povo”, “em nome do povo”, em linguagem acessível “ao povo”. Mas o povo mesmo, que é bom, não fala. Contribui para a afirmação dessa retórica a disseminação do rádio e a atuação da imprensa. Aparelhos estatais são criados para isso (Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP).

Para se ter uma idéia do significado disso, as saudações nos discursos públicos passam a ser, para Getúlio “Brasileiros!” ou “Trabalhadores do Brasil”, contra uma tradição de “Vossas Excelências”, “Ilustríssimos Senhores e Senhoras”, etc. Nessa saudação de Getúlio está incorporada, simultaneamente, a idéia do nacionalismo, que é outra faceta do período do nacionalismo –desenvolvimentismo. A produtividade dessa inovação é tanta que, já nos anos 1980, o Presidente José Sarney incorporará a sua retórica o famoso “Brasileiras e Brasileiros”. Nessa inovação, as mulheres (gênero feminino) passam a ter a primazia sobre os homens (antes era “Senhores e Senhoras”).

Essa tradição inaugurada por Getúlio – a de falar em nome do povo – será a mais produtiva nos anos seguintes (perdura até hoje). Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e Brizola (Meus amigos!) se beneficiarão dela para alavancarem suas carreiras políticas.

O que há de comum nessa retórica populista? O uso da linguagem acessível. O padrão deixa de ser o dos gabinetes ministeriais, das academias e passa a ser a “voz das ruas” ou, pelo menos, a apropriação que os políticos fizeram dela. Somem os latinismos e francesismos de Rui Barbosa; desaparecem as metáforas cultas de Vieira (mas em seu lugar são introduzidas as metáforas populares); desaparece, também, o raciocínio silogístico, baseado nos padrões da lógica. Mas as analogias, as comparações e outras figuras de linguagem persistem produtivas.

Ainda no mesmo período em que predominou o discurso populista, uma voz se destaca, pela individualidade. É Carlos Lacerda, que tem uma vivacidade pouco observada em outros políticos. Oriundo dos quadros de esquerda, muda sua orientação ideológica e passa a ser um dos mais brilhantes retóricos das idéias conservadoras no Brasil. Brilhante na Tribuna e brilhante na imprensa, destaca-se pelo teor crítico e pela acidez de sua fala, o que contrastava com o ambiente de “cortesia” que dominava os debates públicos. Com ferinidade, improviso e com um vocabulário altamente sofisticado, ele faz fama como orador.

Ainda nessa contemporaneidade de Getúlio e JK, um orador que aparece, não necessariamente por seu brilhantismo, mas por seu poder de fazer sua palavra ir para muito além dos auditórios parlamentares é Assis Chateaubriand. O segredo era o seguinte: como principal mandatário dos Diários Associados, ele fazia publicar seus discursos nos jornais da cadeia. Tornou-se assim, sua fala, momento de muitos apartes. Os outros parlamentares sabiam que, se fizessem uma intervenção no discurso de Chateaubriand, teriam suas palavras publicadas no dia seguinte.

Os meios de comunicação seguirão, de Getúlio em diante, servindo como “formatadores” da oratória parlamentar (e presidencial). A posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio, será obtida, entre outras, pela chamada cadeia da legalidade, pela qual figuras como Brizola puderam romper o espaço circunscrito de um auditório físico ou mesmo de um Estado, para falar para todo o Brasil.

Nas últimas quatro décadas, com a expansão da televisão, esta é que dará o tom, o tempo e o formato dos discursos políticos. Na época da ditadura, a Lei Falcão, sobre propaganda eleitoral, permitia que aparecesse o retrato, o nome, número e legenda do

candidato. Mais recentemente, mesmo que a liberdade de expressão seja garantida, a redução do espaço dos candidatos (motivação mais econômica que política) produziu efeito semelhante, para pequenos partidos, com tempo reduzido no horário eleitoral, mas com profusão de candidatos. Paradoxalmente, esse formato permitiu o surgimento do que poderíamos chamar de retórica da precariedade. Exacerbando a limitação de tempo, e transformando-a numa crítica, “Meu nome é Enéas” transformou-se num discurso poderosíssimo que traduzia, simultaneamente, uma visão de mundo, uma plataforma eleitoral e um pedido de voto.

Nas décadas de 50 e 60, ganham espaço na cena retórica brasileira figuras como Tancredo Neves e San Tiago Dantas. Tancredo, ainda pela matriz conservadora da política, pela fala bacharelesca, mas, principalmente, pelo tom conciliador. Era mais de bastidores que de Tribuna. Mas se notabilizou, mesmo assim. San Tiago Dantas era a voz esclarecida, principalmente pelas questões de economia, que passam a dominar os debates. Não é brilhante (em comparação a Lacerda), mas seguro, coerente, correto.

No período da ditadura, nas assembléias estudantis, principalmente, surgirão figuras de destaque na oratória política, mas cuja voz acabou ficando circunscrita aos auditórios reais em que se encontravam, por causa da censura. Muitos desses ocuparam ou ocupam a cena parlamentar brasileira com relativo brilhantismo, não necessariamente pela maestria pessoal que caracterizava Vieira, Rui ou Lacerda. Mas pela agenda política presente em seus discursos, antenados com públicos atentos (professores, petroleiros, servidores públicos...), segmentos que representam. Gabeira, por exemplo, com o discurso da ecologia e das liberdades civis, extrapola auditórios especializados e desperta o interesse para além de categorias ou grupos. Neste caso, observamos novamente o quanto o auditório tem poder sobre o orador: são os interesses dos espectadores-ouvintes-leitores-eleitores que configuram o discurso dos oradores.

A “abertura” política o regime militar, o fim da censura e o começo da retomada do sindicalismo autêntico vêm mudar os “oradores”, os “auditórios” e os temas em debate. Na área da política, sobressaem-se pessoas como Ulisses Guimarães e Mário Covas, que incorporaram os valores da sociedade e foram os melhores intérpretes desses anseios de liberdade no espaço público, principalmente no parlamento.

No cenário popular, desta vez com muito mais poder de intervenção social e de penetração no espaço público, surgem as vozes ligadas ao povo e do próprio povo. Ganhará espaço no debate público a posição da Igreja Católica e sua postura em defesa dos oprimidos. As campanhas da fraternidade, as comunidades eclesiais de base, os movimentos de cultura e de educação popular ajudam a formar lideranças populares que são elas próprias intérpretes, atores e porta-vozes, enfim, eles próprios os oradores.

Mas é no campo sindical (vinculado à agenda econômica-trabalhista) que surge uma nova e potente voz. Desta vez (suprimida por muitas décadas de repressão) tem vez a retórica dos próprios trabalhadores.

Concentrando a atenção nos aspectos de linguagem, vamos observar várias inovações. A primeira delas é a de que o “direito à voz” não é mais proporcional à erudição do orador, mas à capacidade pessoal que este tem para mobilizar seus companheiros. “Companheiros”, por sinal, fica sendo a palavra que marcou essa fase da oratória. Não era, por exemplo “camaradas”, palavra ligada ao jargão dos comunistas. Era uma palavra nova para o “Vossas Excelências”, para o “Ilustríssimos”. Mas aí está a marca da escolha política. É um igual que fala para seus iguais. E o que marca a oratória é a agenda comum. E o que projeta essa voz não é o cargo público de deputado, não é a propriedade de um

meio de comunicação, não é o poder conferido por uma corporação poderosa (Igreja, p. ex.). O que projeta tal voz e tal orador é o poder de mudar a realidade do grupo que ele representa e participa. Claro, uma vez fortalecido o sindicato (e em seguida a Central Sindical), esse aparato passa a ser uma fonte de credenciamento para essa voz.

Esse discurso popular-sindical, então, será configurado por várias fontes: o discurso social da igreja (companheiros, companheirada) são os que comem junto o pão; caminhada reflete a noção de processo que pressupõe um movimento, uma evolução; de base pressupõe a participação dos que não estão na cúpula, etc.), o dos direitos trabalhistas (direito de greve, direito de organização sindical, reposição salarial, reajuste, data-base), o dos ideais socialistas (terra, trabalho e pão, governo popular, partido dos trabalhadores), o da economia (inflação, etc.).

Do ponto de vista da linguagem, deixa de ser modelo da boa retórica a fala dos bacharéis, a erudição acadêmica, as citações literárias. Entra em cena a linguagem mais próxima da falada pelo povo. Um ideal que já estava na plataforma modernista de Mário de Andrade e de Oswald de Andrade, em 1920.

“Correndo por fora” na configuração da matriz discursiva brasileira estão políticos, pensadores e escritores cujas formulações foram fundamentais para configurar essa retórica, mas cuja imagem não ficou projetada com a mesma dimensão que os clássicos que aqui consideramos (Vieira, Rui, Lacerda). São políticos que ajudaram a mudar as idéias de seu tempo, como Joaquim Nabuco (para a abolição). Escritores, como Gregório de Matos, cuja poesia, altamente retórica e carregada de críticas sociais, sempre serviu de inspiração aos que denunciam os desmandos das elites; ou Castro Alves, que com seus ideais romântico-libertários, ajudaram a ver o Brasil com mais dignidade, e que popularizou, em versos, a luta pelo fim da escravidão; ou Euclides da Cunha, que descreveu um Brasil até então desconhecido dos litorâneos (Os sertões mudaram o modo de ver o Brasil); ou Jorge Amado, que popularizou uma visão positiva do povo simples, com seus romances bem ao gosto do realismo socialista; ou Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz, que dramatizaram a face da pobreza brasileira e trouxeram-na para o imaginário da classe média do centro-sul do Brasil. Também cientistas, como Gylberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado e Florestan Fernandes, fizeram leituras do Brasil que serviriam de base para reorientar a agenda política. Do mesmo modo, artistas-militantes, como Mário de Andrade, que traduziram para o Brasil escolarizado a tradição da riqueza popular dos cocos, das modinhas, dos maracatus, dos cantadores de feira; por último, os compositores e cantores populares, de uma vertente “militante” da música (Vandré, Chico, Caetano, Gil, Milton) também vão ajudar a dar voz a essa retórica de matiz em favor do povo.

Não poderíamos deixar de mencionar a retórica da tecnoburocracia. Inaugurada por Getúlio, a modernização administrativa brasileira volta a ganhar força durante o regime militar. As palavras do planejamento, do orçamento e da economia passam a “colonizar” a fala dos políticos, da imprensa e do próprio povo em seu falar cotidiano. Palavras com “implantar”, “implementar” e outras do tipo passam a fazer parte dos discursos.

Por último, o modo como a imprensa, simultaneamente, influencia e é influenciada pelo discurso oficial (político, econômico, burocrático). Graças à influência cada vez maior dos jornais, do rádio e da televisão, vem sendo configurada uma “linguagem pública”. A imprensa, movida pelo interesse de se comunicar, vai simplificando cada vez mais a linguagem. Como uma de suas fontes privilegiadas é a linguagem oficial (economia, planejamento, inflação, juros), ela vai fazendo “traduções” dos jargões específicos para uma linguagem mais acessível. Tendo em vista os critérios de economia, os espaços

(centímetros, minutos) vão sendo cada vez mais reduzidos. Por sua vez, os políticos, cuja voz é propagada principalmente pela imprensa, buscam se apropriar dessa “linguagem pública” para terem melhor acesso à mídia. De tal modo tem sido essa influência mútua, que a linguagem bacharelesca, rocambolesca, gongórica e acadêmica do discurso político já está superada, em favor de uma linguagem cada vez mais próxima do popular (em favor do povo).

Grandes Oradores Brasileiros – três perfis

Ao se falar em oradores brasileiros, pelo menos três figuras vêm à memória: Rui Barbosa, Pe. Antônio Vieira e Carlos Lacerda. Cada um no seu tempo, marcou os contemporâneos e as gerações posteriores com seu gênio oratório.

Rui Barbosa

No século XX (desde os fins do XIX), Rui Barbosa marcou a cena brasileira. Seu poder de argumentação levou-o ao Congresso por várias vezes, ao Ministério da Fazenda, à candidatura a presidente da República e a outras missões famosas (seu epíteto “O Águia de Haia”, ele obteve na conferência na cidade com esse nome – em 1907 –, ao defender a tese brasileira da igualdade entre as nações).

Com uma formação humanista das mais sólidas, escudava-se na disciplina jurídica como fonte de inspiração para a composição de suas peças. João Mangabeira o qualifica como jurista, filólogo, educacionista, sábio, orador, jornalista, escritor, artista, político, diplomata, propagandista, construtor de um regime, enfim, estadista da República. Poliglota, improvisava réplicas em outras línguas. Seus heróis são os humanistas franceses. No dizer desse seu comentarista, Rui teria sido “o homem de estado que, acima de todos, entranhou em nosso peito, acendeu em nosso espírito, imprimiu em nossas consciências o amor ao direito, da justiça e da liberdade. Após uma conferência abolicionista proferida no Politeama da Corte, Quintino Bocaiúva declarou que, naquele dia a eloquência brasileira havia subido à mesma altura que os discursos de Cícero e Demóstenes.

A posição de Rui nos permite desenhar um perfil das tendências da retórica brasileira. Ele era, simultaneamente, conservador e libertário. Libertário nas questões políticas (regime republicano, eleições diretas, abolição da escravatura); mas conservador, por um certo elitismo. Sua retórica é recheada dos [considerados por ele] bons exemplos europeus (e da Antiguidade Clássica). O resultado é uma fala cheia de pompa, própria de uma linguagem bacharelesca; bastante inteligível por seus próprios pares, mas que não chegava às pessoas comuns. Seus discursos são longos, como era distenso o tempo de que dispunha sua audiência.

Seus discursos são cheios de citações latinas, latinismos, expressões forenses, trechos literários, etc. Daí a contradição dele. Defendia os direitos (de voto, igualdade, etc.), mas o fazia de maneira rebuscada, erudita. E esse era o “espírito da coisa”, pois sua audiência, a que ele procurava influenciar, era feita de acadêmicos, comerciantes, industriais, pessoas de elite.

Sua militância na vida pública durou ao todo 55 anos. Recém-formado (1870, Faculdade de Direito de S. Paulo), passou a defender, na Bahia, as eleições diretas e a abolição da escravatura. Seu primeiro mandato foi de deputado provincial, e o segundo deputado geral (ambos em 1878). Destacou-se pela elaboração da reforma eleitoral (1881), e pelos pareceres sobre a reforma do ensino (1882-1883) e libertação dos escravos (1884). Ele teria sido a pessoa (civil) mais influente na derrocada do Império.

Foi ministro da Fazenda do governo provisório, onde defendeu a industrialização. Tal posição despertou a ira de senhores de terra do Rio Grande do Sul e de S. Paulo.

Foi o revisor da constituição de 1891; seu substitutivo rompeu com a tradição parlamentarista herdada do Império. Com isso consagrou o modelo presidencialista semelhante ao norte-americano. Com a ascensão de Floriano Peixoto, passa para a oposição. Seus artigos na imprensa o levam a ser preso e processado. Exila-se na Argentina e, em seguida, em Lisboa e em Londres. De volta do exílio, em 1895, reassumiu a cadeira de senador.

Entre seus diversos feitos, destaca-se a campanha civilista (1910) em que esse, ao aceitar candidatar-se à presidência da República contra (mais) um candidato militar, viaja pelo Brasil fazendo pregações.

Seu “Discurso no Cassino de S. Paulo”, de 16 de dezembro de 1909, como parte de sua jornada de candidato a presidente, tem 66 páginas. Entremeia sua “fala” com citações de suas próprias cartas e artigos. O estilo, bem elaborado do ponto de vista a linguagem, é excessivamente acadêmico. Mas, mesmo assim, guarda expressividade da oralidade.

Vejam um pequeno trecho desse discurso:

“O PODER MILITAR NO BRASIL COMO MEIO DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

Não sou eu, é o próprio Marechal Hermes e prodigiosamente quem nos certifica a sua leitura do nosso direito constitucional se fará pela mesma cartilha. E aí é que o seu programa, obscuro e indeciso nas primeiras indicações, assume, realmente a mais nítida clareza. Vamos, segundo ele, chegar ‘à homogeneidade da pátria brasileira’, assegurada pelo ínclito patriota. Mas como? Oíçamo-lo dobrar finados pela federação com o alvoroço de quem lhe repicasse a natividade. Para que tantos elementos militares como os que nos anuncia a reorganização, em projeto, das nossas forças? O Marechal não trepida em responder à Etoile du Sud, que para homogeneizar o Brasil removerá manu militari as dúvidas pendentes sobre os direitos dos Estados. ‘Sucedendo a centralizaçãO -- diz ele -- concedeu a Constituição aos Estados certos direitos autônomos, cuja interpretação às vezes suscita dúvidas.’ (Extraído de “Contra o Militarismo”)

Padre Vieira e a Máquina de Configurar Pensamentos

Pe. Antônio Vieira notabilizou-se como pregador e como político, com grande destaque para seus sermões, peças oratórias elaboradíssimas, que tinham cunho religioso, mas também político, social e moral.

Nascido em Portugal (1608), mas criado no Brasil (chega em 1614), forma-se como jesuíta e na Cia. de Jesus conduz sua carreira, em que influencia seu tempo.

O púlpito da Igreja Católica se oferecia como praticamente o único espaço de debate público (parlamento ou imprensa) de idéias como a que Vieira pregava: a defesa contra a invasão holandesa, o combate à escravidão de negros e índios (estes últimos, principalmente).

Seu método de argumentação, a parenética, constituía uma verdadeira máquina de configurar pensamentos. Como fonte de inspiração e citação constante estão os evangelhos. Um salmo, uma parábola lhe servem de mote, inspiração e de guia para a argumentação. A verdade contida no trecho bíblico servia de fonte de autoridade para o tratamento que dava ao tema do presente. Acomodava a escritura a um fato corrente, seguindo uma regra da oratória sagrada. Mas em Vieira esse expediente funcionava como atrativo excepcional. Diante de algum acontecimento histórico, tomava as mais complicadas direções para justificar um fracasso ou um sucesso. Aliava a isso, um raciocínio lógico que tanto funcionava pela exatidão quanto servia para que ele “torcesse” as conclusões para fazer chegar ao ponto que queria. No Sermão para o Bom Sucesso das Armas de Portugal Contra Holanda (em que a cidade de Salvador está prestes a ser invadida pelos Holandeses) e no Sermão de Santo Antônio (depois do cerco à cidade), Vieira utiliza o seguinte argumento: “E como a Bahia é a cidade do Salvador, bem se segue que, salvando-a, salvou para si, porque salvou a sua cidade.”

Os melhores sermões de Vieira são aqueles em que ele se coloca na posição de combate (ataque ou defesa), sobretudo a defesa da liberdade do homem. A defesa do índio foi o que levou a se empolgar definitivamente. Enfrentou, para isso, tanto os riscos naturais da catequese quanto a ira dos colonizadores. Esse será um dos motivos de sua expulsão e dos demais jesuítas do Brasil.

Um exemplo

Sermão de Santo Antonio (trecho)

Padre Antonio Vieira

Pregado em S. Luís do Maranhão, três dias antes de se embarcar
ocultamente para o Reino

Vos estis sal terrae. S. Mateus, V, 13.

I

Vós, diz Cristo, Senhor nosso, falando com os pregadores, sois o sal da terra: e chama-lhes sal da terra, porque quer que façam na terra o que faz o sal. O efeito do sal é impedir a corrupção; mas quando a terra se vê tão corrupta como está a nossa, havendo tantos nela que têm ofício de sal, qual será, ou qual pode ser a causa desta corrupção? Ou é porque o sal não salga, ou porque a terra se não deixa salgar. Ou é porque o sal não salga, e os

pregadores não pregam a verdadeira doutrina; ou porque a terra se não deixa salgar e os ouvintes, sendo verdadeira a doutrina que lhes dão, a não querem receber. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores dizem uma coisa e fazem outra; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes querem antes imitar o que eles fazem, que fazer o que dizem. Ou é porque o sal não salga, e os pregadores se pregam a si e não a Cristo; ou porque a terra se não deixa salgar, e os ouvintes, em vez de servir a Cristo, servem a seus apetites. Não é tudo isto verdade? Ainda mal!

Suposto, pois, que ou o sal não salgue ou a terra se não deixe salgar; que se há-de fazer a este sal e que se há-de fazer a esta terra? O que se há-de fazer ao sal que não salga, Cristo o disse logo: Quod si sal evanuerit, in quo salietur? Ad nihilum valet ultra, nisi ut mittatur foras et conculcetur ab hominibus. «Se o sal perder a substância e a virtude, e o pregador faltar à doutrina e ao exemplo, o que se lhe há-de fazer, é lançá-lo fora como inútil para que seja pisado de todos.» Quem se atrevera a dizer tal coisa, se o mesmo Cristo a não pronunciara? Assim como não há quem seja mais digno de reverência e de ser posto sobre a cabeça que o pregador que ensina e faz o que deve, assim é merecedor de todo o desprezo e de ser metido debaixo dos pés, o que com a palavra ou com a vida prega o contrário.

Isto é o que se deve fazer ao sal que não salga. E à terra que se não deixa salgar, que se lhe há-de fazer? Este ponto não resolveu Cristo, Senhor nosso, no Evangelho; mas temos sobre ele a resolução do nosso grande português Santo António, que hoje celebramos, e a mais galharda e gloriosa resolução que nenhum santo tomou.

Um pouco de Lacerda

Carlos Lacerda (RJ, 1914 – RJ, 1977) é tido como o maior orador parlamentar brasileiro de seu tempo, na opinião de José Honório Rodrigues, na introdução que faz a *Discursos Parlamentares* (Lacerda, 1982). Essa qualidade seria o resultado de uma série de fatores, entre os quais se destacam aspectos como “voz de peito”, a sólida formação intelectual, e o “dom da indignação” presentes em suas intervenções.

Segundo o Padre Antônio Vieira, são cinco os requisitos para se constituir um bom pregador: a pessoa, a ciência, a matéria, o estilo e a voz. Na opinião de Rodrigues, Lacerda reunia todas essas qualidades, desde os tempos de estudante. De formação e orientação marxista em sua tenra juventude, revela-se um “liberal-do-tipo-conservador”, após romper com os ideais marxistas, ainda na década de 1930, com a defesa de um modelo de liberalismo econômico, à sua época já superado pelos próprios Estados Unidos.

Sua atuação como orador marcou tanto aliados quanto adversários. Ninguém ficava impune a sua ferinidade e tirocínio verbal. Por sua militância em oposição aos mandatários ficou conhecido como o destruidor de presidentes. Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart “sofreram” com sua oposição sistemática. Tanto que o desfecho final de Getúlio (24 de agosto de 1954) ocorreu logo depois de atentado a Lacerda, no qual este ficou ferido, e morto Major Vaz, seu correligionário.

Juscelino teria a candidatura e a própria posse no cargo de presidente ameaçadas por suas investidas. Uma vez eleito JK, lidera um movimento para impedir a posse do eleito. Uma articulação que seria vencida pelo General Lott e pelo Congresso, que asseguram a posse de JK e João Goulart. E até o final do governo de JK, Lacerda referia-se ao presidente como ilegítimo. JK, por sua vez, viria a impedir o aparecimento de Lacerda no rádio e na televisão (a partir de 1958),o que, segundo Rodrigues (Lacerda, 1982), lhe permitiu concluir o mandato.

João Goulart, ainda quando candidato a vice de JK, seria acusado de articular, em 1953, a instituição de uma república sindicalista no Brasil, em entendimentos com Juan Domingo Perón, da Argentina. A carta de denúncia, inicialmente tida como autêntica pelo general encarregado do IPM, foi depois tida como falsa.

Suas intervenções são, inicialmente, como jornalista. Para Motello, o jornalista preparou o orador (1959). Mesmo que tenha feito uma passagem pela Câmara de Vereadores do então DF, em 1947, somente em 1955 passaria a atuar na tribuna parlamentar de grande monta, como deputado federal. Daí em diante, até a cassação de seus direitos políticos, em 1968, exerceria o poder de influenciar pela palavra, como poucos o fizeram durante a história brasileira¹.

¹ Rodrigues (em Lacerda, 1982) aponta como grandes oradores parlamentares brasileiros as seguintes figuras: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado (SP, 1773 – RJ, 1845); Bernardo Pereira de Vasconcelos (MG, 1795 – RJ, 1850, Antonio Francisco de Paula e Souza (SP, 1819 – SP, 1886), Senador Vergueiro, Nicolau Pereira de Campos (Portugal, 1778, SP, 1859), Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná (MG, 1801–Rj, 1856), Teófilo Ottoni (M, 1807 – 1869), Eusébio de Queirós, Coutinho Matoso Câmara (Angola, 1812 – RJ, 1868), Paulono José Soares de Sousa (Paris, 1807–RJ, 1866), José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco (BA, 1819 – RJ, 1880), Franciso Sales Torres Homem, Visconde de Inhomirim (RJ, 1812 – Paris, 1876), Rui Barbosa (BA, 1849 – RJ, 1923), Francisco Campos, SanTiago Dantas (RJ, 1911 – RJ, 1964)e Afonso Arinos de Melo Franco. (MG, 1905 – RJ, 1990). Josué Montello (1959) afirma que a Revolução de 30 “não fez vítimas pessoais – fez auditórios.”. Entre os tribunos desse tempo destaca, além de

Em 1957 revela da tribuna da Câmara um telegrama secreto, que implicava o Vice-Presidente João Goulart: este teria articulado a venda de madeira para a Argentina, e que o dinheiro teria sido empregado na campanha de Vargas, em 1950. Acusando-o, por revelar documento secreto, o ministro das Relações Exteriores pede sua cassação. Mas a Câmara, em sessão memorável, e com o apoio até de seus desafetos, rejeita a cassação de seu mandato.

O impedimento de falar pelo rádio e televisão o levaram a criar as “caravanas da liberdade”, com a realização de comícios em várias cidades do Brasil. Em 1959, defende a candidatura de Jânio Quadros para as eleições de 1960. O mote da candidatura era o ataque ao governo JK, acusado de corrupto e causador da inflação.

A influência de Lacerda na política segue forte, até sua cassação, pelo AI-5, em 1968, numa sucessão de alianças e desafeições com os protagonistas do poder da época. Em relação a Jânio Quadros, primeiro promove a candidatura deste, até vir a se tornar seu desafeto, quando o primeiro condecora Che Guevara, símbolo máximo de uma política externa de aproximação com os países socialistas. Com Goulart, primeiro conspira até que o vê destituído, em 1964; depois, desiludido com os rumos da “revolução”, volta a se aliar com ele, na pretendida Frente Ampla, de 1967. Gesto que é dirigido também a Juscelino, na busca da redemocratização. Com os militares, primeiro os insufla a tomarem o poder com o golpe de 1964; depois, passa a combatê-los, quando vê que esses não permitirão a volta das eleições diretas, seu acalentado sonho. Ainda no grupo dos militares, faz aliança com a “linha dura” contra Castello, até que estes, ao darem o golpe dentro do golpe cassam seus direitos, com o AI-5.

Nesse orador, a indignação é o que move os “auditórios”. Com seus ideais vinculados ao da classe média brasileira, de um setor conservador do catolicismo, associados a um liberalismo e um horror ao comunismo, Lacerda não deixa ninguém indiferente.

Mas nele admira-se, principalmente, as tiradas sagazes, mordazes, inteligentes. Ao comentar a saída de Nereu Ramos do Ministério da Justiça (Governo JK), lembra que Nereu havia sido um dos “fiadores” do governo, ao dar posse ao presidente. Assim se refere ao político:

“(…) passou o então Presidente nomeado de porqueiro a porca, isto é, passo de Presidente a Ministro do novo Presidente.”

Ainda que a comparação inicial houvesse sido cunhada por Flores da Cunha – outro grande orador –, este último não sustenta:

“Quando fiz aquela afirmação, que é verdadeira, acreditava que o Sr. Nereu Ramos não aceitaria a Pasta da Justiça do novo Governo. Do contrário, não a teria proferido, porque foi uma gafe.” (Discurso de 4 de novembro de 1957).

Outra tirada dele nesse mesmo discurso ocorre quando o Deputado Frota Aguiar inquire Lacerda se a exoneração de Nereu Ramos não teria sido mais uma vitória da Ala Moça do PSD. Lacerda, então, responde:

“Não sei, porque não estou enfronhado nos mistérios da Ala Moça.”

Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Batista Luzardo. Depois de 1930, destaca as figuras de Aloísio de Carvalho, Marcondes Filho, Gustavo Capanema, João Mangabeira, Prado Kelly, Vieira de Melo, Alcides Carneiro, Raul Fernandes e José Américo de Almeida. Especial elogio faz a Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda.

De todo o modo, em Lacerda conviviam os dois oradores: o literário e o improvisador. Tanto escrevia bem suas argumentações, como era capaz de construí-las, tecê-las no calor de um debate parlamentar. Por isso, merece a admiração de que goza até hoje.

Síntese da configuração dos discursos presidenciais

A “fórmula” utilizada nos discursos presidenciais não muda muito, ao longo da história. Seguem uma configuração tradicional.

O “lugar físico e institucional” de onde o empossado profere o discurso varia muito. O juramento perante o Congresso foi feito por quase todos (excetuadas as situações revolucionárias). Mas nem sempre é no Congresso que o presidente faz o discurso que “ficou gravado na História”.

O clima das relações Executivo–Legislativo, pelo que pudemos ver, está no centro dessa escolha. JK faz seu discurso mais significativo no TSE, que lhe assegurou a diplomação e a posse. No Congresso, não era ameno o clima. Mas João Goulart faz seu discurso no Congresso, que lhe assegurou a posse. Os presidentes militares fazem seus discursos preferenciais (exceto Castello) no Palácio do Planalto; e também por rádio ou TV. Getúlio Vargas vai para a praça, em 1951, logo após o juramento solene no Congresso. Utilizamos o discurso que aparece nas coletâneas da Presidência da República e os que constam dos livros de História.

São cinco as oportunidades mais utilizadas para proferir tal discurso: no Congresso, na transmissão de faixa, na diplomação no TSE, na recepção às delegações estrangeiras e a pública (para os meios de comunicação) que pode ser de uma praça ou de uma sala do palácio.

Primeiro de tudo: a afetividade dos discursos. Quase sempre, de júbilo, de celebração. Mas sem euforia. Quase sempre com menção a problemas. Sempre (ou quase sempre) com o anúncio de propostas, genéricas, na maior parte.

Pelo menos duas partes são fixas, as saudações inicial e final. Uma parte quase fixa, também, é a das propostas (o que o presidente vai fazer), que aparece antes da saudação final.

O restante pode ser dividido em temas, que podem aparecer em qualquer lugar do pronunciamento, sem previsão fixa. Depende do orador e do momento.

Os principais temas que encontrei são: I. Cortesias, agradecimentos, elogios; II. Menção a problemas, perigos, inimigos; III. Advertências; IV. Manifestação de regozijo, apoio; V. Crenças e valores; e VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete).

Nas **cortesias, agradecimentos, elogios**, o orador expressa o seu reconhecimento à audiência. Tanto a que se encontra fisicamente no local, quanto à que acompanha à distância (pelo rádio ou pela TV). Esta estratégia faz parte da “configuração” da audiência e revela a quem o presidente dá importância. Dois exemplos significativos são os de Figueiredo e de Getúlio. Figueiredo refere-se assim a um dos presentes em sua posse: “Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai”; mas Getúlio se expressa simplesmente assim: “Brasileiros!”. Revela a quem o orador faz menções, considera importante. Podem ser pessoas, instituições (Forças Armadas) ou países. Essas menções podem estar em qualquer parte do discurso, e não apenas no início.

Na **menção a problemas, perigos, inimigos**, o orador configura o universo das ameaças, reais, virtuais ou imaginárias. Ele pode ser específico ou genérico. Collor identifica a inflação como único e maior inimigo; Getúlio (em 1951) refere-se a profetas das calamidades, aves agouzeiras. Não identifiquei nenhum caso em que uma pessoa ou uma entidade tivesse sido mencionada especificamente.

Mesmo que não sejam muito freqüentes as **Advertências** consistem num modo de mencionar veladamente os opositores do empossado; ou o comportamento que o presidente deseja condenar. A vantagem da menção velada (na forma de advertência) é que ela deixa para o “advertido” o papel de “vestir a carapuça”. Mas pode ser visto como pouco elegante; ou como sinal de fraqueza.

As **Manifestações de regozijo, apoio** fazem parte da configuração do auditório. Quem se alegra comigo. Em geral, o personagem que mais aparece é “o povo”. Mas podem ser “as Forças Armadas”. Ou “a minha geração”. Identifica “quem são os nossos”.

As **Crenças e valores** constituem uma das partes mais significativas. Em geral, são mais visíveis pelas **Negativas ou Afirmativas enfáticas**, mas também pela **Identidade do orador**. É neste ponto em que são negociadas as visões de mundo. Quem eu sou no contexto? Médici atrai para si vários títulos (homem do campo, homem da fronteira, homem de fé, etc.), para construir um perfil de si mesmo e de suas propostas. FHC cita Joaquim Nabuco, como referência aos ideais que defende. Mas também cita o pai e o avô, colocando-se como herdeiro de uma tradição.

As **Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)**, salvo uma exceção (Geisel) estão presentes em todos os pronunciamentos. São, em geral, os maiores elementos de credibilidade. Essas propostas podem estar no final (lugar preferido) ou espalhadas ao longo do pronunciamento. Na maior parte das vezes, estão antecedidas de uma leitura da realidade. Nesses casos, forma-se um par: menção ao problema e respectiva solução. À exceção de Getúlio (em 1930), que menciona a criação de três ministérios e a reforma de outros serviços nomeados, a maior parte das propostas é genérica.

A economia (crédito externo e interno, inflação, desequilíbrio fiscal, orçamento) está presente em todos os discursos.

A pobreza (mencionada sob diversos aspectos) também aparece em todos os discursos analisados. É fator de “vergonha” para o orador e motivação para sua atuação.

Os problemas sociais (educação, saúde), trabalhistas (salário, previdência), ou o campo são mencionados mais a partir de 1930. Um dos primeiros presidentes chega a falar que esses problemas se resolvem por si, de maneira natural.

A questão “pessoalidade” fica fora de todos esses discursos. A referência é sempre ao “povo”, visto mais como “massa” do que como unidade orgânica, que compartilha valores em uma mesma nação e é dotada de poder político efetivo. Mesmo quando aparece com menções mais específicas é a categorias profissionais (operários, camponeses); ou a gênero (mulheres); ou a etnia (negros, índios); faixa etária (crianças).

Resumo, Texto, Configuração e Radiografia dos Discursos Presidenciais de Posse

Apresentamos, na seqüência, os **resumos**, os **textos dos discursos** presidenciais, seguidos dos respectivos **configurações** e **radiografia**.

O **resumo** apresenta os principais pontos; o **texto** é o que recuperamos de jornais, diários oficiais, livros e portais de internet., a **configuração** analisa, detalhadamente, como o orador construiu sua fala e, por último, a **radiografia** encerra uma análise sintética do discurso, a partir dos pontos centrais do discurso.

Para as análises, utilizamos alguns dos conceitos da **Retórica**. A teoria da argumentação sustenta que os discursos podem pertencer a três categorias fundamentais:

- a) Os “**de falar bem**” (gênero epidídico ou laudatório): destinam-se a elogiar ou louvar uma pessoa ou situação; mobilizam valores, crenças em função de uma causa comum
- b) O gênero **propaganda**: destina-se a conservar os adeptos de uma causa que já foi ganha; e
- c) O gênero **deliberativo** (ou judiciário): está voltado para convencer e/ou persuadir o auditório a adotar uma determinada postura.

Aquele que fala é o **Orador**, que se dirige ao **Auditório** ou **Audiência**.

O objetivo do discurso é, em primeiro lugar, **configurar o auditório**, isto é, identificar especificamente a quem se dirige. Pode ser um **Auditório Especializado** (O Congresso, p. ex.) ou o **Auditório Universal** (o povo brasileiro).

Simultaneamente, o orador configura uma imagem de si próprio (eu sou assim), por meio de diversas estratégias: o que já fez, com quem se identifica, quais seus valores, etc.

O objetivo final seria a obtenção do **Acordo** entre Orador e **Auditório** sobre o que deve ser feito.

Deodoro da Fonseca (1889-1891)

Resumo

A proclamação, inicialmente, faz um comunicado de que o governo monárquico foi deposto, como decorrência de ato harmônico do povo, do exército e da armada nacional. Como consequência, de imediato, institui-se o governo provisório para garantir a ordem pública, a liberdade e os direitos dos cidadãos. Um governo, provisório, que se coloca como agente da soberania nacional, da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem. São garantidos o respeito aos direitos individuais e políticos, salvo as limitações exigidas pelo bem da pátria e pela defesa do governo. Não há ruptura na justiça, nem na administração civil ou na militar, que continuam a ser exercida pelos órgãos estabelecidos, com plenitude dos atos e assegurados os direitos dos funcionários. Mas ficam abolidos a vitaliciedade no Senado e o Conselho de Estado; do mesmo modo, é dissolvida a Câmara dos Deputados. Por fim, novo governo reconhece compromissos, contratos e tratados internacionais, pelos quais se responsabiliza.

Discurso

Discurso do Marechal Deodoro da Fonseca, com a Proclamação do Governo Provisório, publicada no Diário Oficial – 16 de novembro de 1889.

<p>1. Concidadãos – O povo, o exército e a armada nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias, acabam de decretar a deposição da dinastia imperial e conseqüentemente a extinção do sistema monárquico representativo.</p> <p>2. Como resultado imediato desta revolução nacional, de caráter essencialmente patriótico, acaba de ser instituído um governo provisório, cuja principal missão é garantir, com a ordem pública, a liberdade e os direitos dos cidadãos.</p> <p>3. Para comporem esse governo, enquanto a nação soberana, pelos seus órgãos competentes, não proceder à escolha do governo definitivo, foram nomeados pelo chefe do poder executivo da nação os cidadãos abaixo assinados.</p> <p>4. Concidadãos – O governo provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem.</p> <p>5. No uso das atribuições e faculdades extraordinárias de que se acha investido para a defesa da integridade da pátria e da ordem pública, o governo provisório, por todos os meios a seu alcance, permite e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvas, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da pátria e pela legítima defesa do governo proclamado pelo povo, pelo exercito, pela armada nacional.</p> <p>6. Concidadãos – As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos ato na plenitude dos seus efeitos; com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário.</p> <p>7. Fica, porém, abolida, desde já, a vitaliciedade do senado e bem assim abolido o conselho de estado. Fica</p>	<p>1. Comunicado de que o governo monárquico foi deposto, como decorrência de ato harmônico do povo, do exército e da armada nacional.</p> <p>2. A missão do governo provisório é garantir a ordem pública, a liberdade e os direitos dos cidadãos.</p> <p>3. Até a escolha do governo definitivo, ficam nomeados os cidadãos que assinam o documento.</p> <p>4. Provisório, o governo é da paz, liberdade, fraternidade e ordem.</p> <p>5. Ficam garantidas a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvo a necessidade de defender a pátria e o governo.</p> <p>6. Permanecem em funcionamento os órgãos da justiça, da administrativos civis e militar e são respeitados os direitos adquiridos pelos funcionários.</p> <p>7. É abolida a vitaliciedade no Senado e o Conselho de Estado, e dissolvida a</p>
---	--

<p>dissolvida a câmara dos deputados.</p> <p>8. Concidadãos – O governo provisório reconhece e acata todos os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potencias estrangeiras, a dívida pública externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estabelecidas.</p> <p>Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do governo provisório.</p> <p>(323 palavras)</p>	<p>Câmara dos Deputados.</p> <p>8. Os compromissos nacionais do governo anterior, e os tratados com as potências estrangeiras, assim como as dívidas interna e externa.</p>
--	---

Fonte:

FONSECA, Deodoro. Proclamação do Governo Provisorio. Diário Oficial da Republica Federativa Brasileira, 16 nov. 1889, ano 28, n. 315.

Configuração

Proclamação do Governo Provisório, encabeçado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, publicada no Diário Oficial – 16 de novembro de 1889 –

Estrutura

No primeiro parágrafo, o comunicado da revolução;
No segundo, a explicitação da missão do novo governo;
No terceiro, menção aos governantes que assumem;
No quarto parágrafo, os compromissos gerais;
No quinto, a explicitação das garantias e as ressalvas a essas mesmas garantias;
Do sexto ao oitavo, a definição da estrutura administrativa: o que se mantém e o que é extinto.

Tipificação do discurso

Trata-se mais de uma “proclamação” do que de um discurso. É mais um comunicado, portanto. Mas não deixa, nem por isso, de ser uma peça oratória do tipo deliberativa. Os valores que são expostos – pátria, direitos, garantias – buscam obter da audiência um apoio à ação de tomada do poder e destituição do antigo governante.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- Concidadãos – O povo, o exercito e a armada nacional, em perfeita communhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas provincias, acabam de decretar a deposição da dynastia imperial e consequentemente a extincção do systema monarchico representativo. (1)
- [a] principal missão [do governo provisório] é garantir, com a ordem publica, a liberdade e os direitos dos cidadãos (2)
- revolução nacional, de character essencialmente patriótico (2)

Avaliação: Ressalte-se nas cortesias, a idéia de conagraçamento entre o povo e os militares. Sendo que estes (povo, exército e armada – marinha – estão em harmonia com os concidadãos das províncias. Isso dá uma nítida idéia de quem são os atores que de fato interessa “incluir” nessa revolução.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

Não são mencionados diretamente. Indiretamente, pode-se vislumbrar a “dinastia imperial” e os que virtualmente ameaçassem a “ordem pública”. Por outro lado, esses inimigos não deixam de ser mencionados quando se fala dos órgãos abolidos: a vitaliciedade do senado, o conselho de estado e dissolvida a câmara dos deputados.

III. Advertências

Em nome do bem da pátria e pela legítima defesa do governo proclamado pelo povo, pelo exército, pela armada nacional, as garantias aos direitos individuais e políticos podem ser suspensas.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

– o governo provisório, simples agente temporário da soberania nacional, é o governo da paz, da liberdade, da fraternidade e da ordem (4)

Avaliação: a auto-imagem propagada é bastante positiva e veicula valores agregadores (paz, liberdade, fraternidade, ordem).

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

Sem relevância no contexto.

b) Afirmativas enfáticas

– o governo provisório, por todos os meios a seu alcance, promete e garante a todos os habitantes do Brasil, nacionais e estrangeiros, a segurança da vida e da propriedade, o respeito aos direitos individuais e políticos, salvo, quanto a estes, as limitações exigidas pelo bem da pátria e pela legítima defesa do governo proclamado pelo povo, pelo exército, pela armada nacional (5)

Avaliação: a asserção mais enfática diz respeito às garantias a direitos; garantias essas que estão, ao mesmo tempo, passíveis de suspensão, para a defesa do próprio governo. É um mecanismo de auto-negação: a garantia de respeito é nula. Sua menção está dentro do espírito de busca de adesão.

c) Identidade do orador

Encontrada nos valores proclamados (paz, fraternidade, etc.) e na menção de identidade e identificação de propósito entre povo, exército e armada.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

– As funções da justiça ordinária, bem como as funções da administração civil e militar, continuarão a ser exercidas pelos órgãos até aqui existentes, com relação aos atos na plenitude dos seus efeitos; com relação às pessoas, respeitadas as vantagens e os direitos adquiridos por cada funcionário. (6)

– Fica, porém, abolida, desde já, a vitaliciedade do senado e bem assim abolido o conselho de estado. Fica dissolvida a câmara dos deputados. (7)

– Cidadãos – O governo provisório reconhece e acata todos os compromissos nacionais contrahidos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa e interna, os contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuidas. (8)

Avaliação: Nas proposições, as mínimas garantias de estabilidade institucional, sem deixar de mencionar as abolições e extinções. Reflete a questão da natureza da proclamação da República: o fim de um regime, sem grandes rupturas institucionais. Ao mesmo tempo, essa falta de menção a um programa de mudanças assinala uma certa indiferença por parte da audiência, ou seja, esta não está aguardando grandes mudanças; portanto, não precisam ser mencionadas.

Avaliação geral

É um discurso de natureza argumentativa, mas que parte de uma situação de força: conquistado o poder, não há muito a fazer em termos de persuasão ou convencimento da audiência. Isso significa que o(s) orador(es) consideravam que o acordo em torno do feito (deposição do imperador e instauração da República) já estava dado. A menção a valores (paz, fraternidade...) universais dá a medida da inexistência de conflito, ou do mascaramento do conflito. É para isso que servem os termos genéricos com os quais todos estão de acordo. A falta de argumentos mais sólidos ou mais polêmicos reflete a desnecessidade que o enunciador do discurso vê em “ganhar” a adesão a sua causa. Por outro lado, pode ser que o grande argumento esteja justamente no anúncio de continuidade da situação institucional: mesmos órgãos judiciários, administrativos e respeito aos contratos internacionais.

Radiografia

Trata-se mais de uma “proclamação” do que de um discurso do tipo pronunciado em uma tribuna ou púlpito. Mas guarda as propriedades da oralidade. É mais um comunicado, portanto. Mas não deixa, nem por isso, de ser uma peça oratória do tipo deliberativa. É um discurso de natureza argumentativa, mas que parte de uma situação de força: conquistado o poder, não há muito a fazer em termos de persuasão ou convencimento da audiência. Isso significa que o(s) orador(es) consideravam que o acordo em torno do feito (deposição do imperador e instauração da República) já estava dado. A menção a valores (paz, fraternidade...) universais dá a medida da inexistência de conflito, ou do mascaramento do conflito. Para isso se prestam bem os termos genéricos com os quais todos estão – ou podem vir a estar – de acordo. A falta de argumentos mais sólidos ou mais polêmicos reflete a desnecessidade que o enunciador do discurso vê em “ganhar” a adesão a sua causa. Por outro lado, pode ser que o grande argumento esteja justamente no anúncio de continuidade da situação institucional: mesmos órgãos judiciários, administrativos e respeito aos contratos internacionais. Não esquecer da menção às dívidas, que serão honradas. Chama a atenção, nas cortesias, a idéia de conagraçamento entre o povo e os militares. Sendo que estes (povo, exército e armada – marinha) estão em harmonia com os concidadãos das províncias. Isso dá uma nítida idéia de quem são os atores que de fato interessa “incluir” nessa revolução. Não são mencionados **problemas, perigos, inimigos** diretamente. Indiretamente, pode-se vislumbrar a “dinastia imperial” e os que virtualmente ameaçassem a “ordem pública”. Por outro lado, esses inimigos não deixam de ser mencionados quando se fala dos órgãos abolidos: a vitaliciedade do senado, o conselho de estado; e dissolução da câmara dos deputados. A asserção mais enfática diz respeito às garantias a direitos; garantias essas que estão, ao mesmo tempo, passíveis de suspensão, para a defesa do próprio governo. É um mecanismo de auto-negação: a garantia de respeito é nula. Sua menção está dentro do espírito de busca de adesão. Nas proposições, as mínimas garantias de estabilidade institucional. Este texto reflete em certa proporção natureza da proclamação da República: o fim de um regime, sem grandes rupturas institucionais. Ao mesmo tempo, a falta de menção a um programa de mudanças assinala uma certa indiferença por parte da audiência, ou seja, esta não está aguardando grandes mudanças; portanto, não precisam ser mencionadas.

Florian Peixoto (1891-1894)

Resumo

Explana, inicialmente, as condições em que assume o governo: renúncia de Deodoro e sua posse, nos termos constitucionais. A seguir, traça um quadro da situação antecedente, ou seja, levantes no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, tanto pela Armada (Marinha) quanto por parte do Exército e de cidadãos. Foram tais manifestações que permitiram o restabelecimento da Constituição. Assinala como dignos de registro na história tanto o levante quanto a abnegação de Deodoro, que renunciou para evitar confrontos armados, uma vez que um confronto entre irmãos iria contra os princípios da proclamação da República. Logo em seguida, faz o elogio das revoluções pacíficas brasileiras, como a proclamação da República e Abolição da Escravatura. Essas soluções atestam o amor do povo, da Marinha e do Exército pelas liberdades constitucionais. Ressalta que a revolução em curso teve como inspiração o restabelecimento da lei; a mesma lei que é necessária à democracia e que constituirá empenho sagrado deste governo. Em respeito à lei, é revogado o ato de dissolução do Congresso, é levantado o Estado de Sítio na Capital e em Niterói, assim como são restabelecidos os direitos e garantias constitucionais. As preocupações do novo presidente é com a administração, que deve passar a ser severa, com a economia dos gastos e fiscalização de sua aplicação. Considera ele que o ônus da dívida não traz a felicidade do povo; dívidas aumentadas pela desproporção entre ganhos e despesas produzem desequilíbrios no orçamento. Compromete-se a manter a ordem interna e a paz com nações estrangeiras. Confia que, com a força da agricultura e da indústria, poderá reorganizar o sistema bancário e restabelecer o crédito. Considera que, para governar, confia no apoio do povo, do Exército e da Marinha, pois os militares, com amor à paz, à liberdade e à República fundada juntamente com o povo, manterão e consolidarão esse regime. O povo, livre, quer respeitar a ordem. Por fim, faz conclamações à pacificação: não há vencidos nem vencedores; todos são operários de uma obra comum, à qual será dedicado esforço do presidente, e para a qual espera a cooperação de todos os brasileiros.

Discurso

<p>1. Tendo assumido o governo do Estado nos termos da Constituição e por convite do generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, que espontaneamente resignou o poder na manhã de 23 deste mês, cumprimento expor ao País o pensamento geral que me ha de inspirar na administração publica.</p> <p>2. São conhecidos os fatos que se realizaram nesta cidade e no seu porto durante a noite de 22 e na manhã do dia seguinte, precedidos de levantamento do heróico estado do Rio Grande do Sul, e atitude francamente hostile do estado do Pará. A armada, grande parte do exercito e cidadãos de diversas classes promoveram pelas armas o restabelecimento da Constituição e das leis suspensas pelo decreto de 3 deste mês, que dissolveu o Congresso Nacional. A historia registrará esse feito cívico das classes armadas do País em prol da lei ,que não pode ser substituída pela força; mas ela registrará igualmente o ato de abnegação e patriotismo do generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca resignando o poder afim de poupar a luta entre irmãos, o derramamento do sangue de brasileiros, o choque entre os seus companheiros de armas, fatores gloriosos do imortal movimento de 15 de novembro, destinados a defender, unidos, a honra nacional e a integridade da pátria contra o estrangeiro e a defender e garantir a ordem e as instituições republicanas no interior do País.</p> <p>3. Esses acontecimentos que não têm muitos modelos nos anais da humanidade e dos quais podemos nos gloriar, como justamente nos gloriamos das duas revoluções pacíficas que operaram pela Republica a transformação de todo nosso direito político e pela abolição do elemento servil, a transformação do trabalho nacional atestarão aos vindouros o amor do povo, da marinha e do exercito pelas liberdades constitucionais, que formam e enobrecem a vida das nações modernas.</p> <p>4.O pensamento da revolução de 23 do corrente, que determinou a renuncia do generalíssimo Deodoro da Fonseca, foi o restabelecimento da Lei. Manter a inviolabilidade da Lei, que é ainda mais necessária nas</p>	<p>1. Condições em que assume o governo: renúncia de Deodoro, nos termos constitucionais.</p> <p>2. Levantes no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, pela Armada (Marinha), por parte do Exército e cidadãos restabeleceram a Constituição; dignos de registro na história: tanto o levante quanto a abnegação de Deodoro, que renunciou para evitar confrontos armados. Um confronto entre irmãos iria contra os princípios da proclamação da República.</p> <p>3. As revoluções pacíficas, como a proclamação da República e Abolição da Escravatura atestam o amor do povo, da Marinha e do Exército pelas liberdades constitucionais.</p> <p>4. Esta revolução teve como inspiração o restabelecimento da lei; esta, necessária à democracia, constituirá empenho sagrado</p>
---	---

sociedades democráticas, como um freio às paixões, do que mesmo nos governos absolutos pelas tradições de obediência pessoal, que os constituem, será para mim e meu governo sacratíssimo empenho, como sê-lo-á respeitar a vontade nacional e a dos Estados em suas livres manifestações sob o regime federal. Em respeito, pois, á lei fundamental e concretizando o pensamento da revolução triunfante, cumpro o dever de considerar nulo o ato de 3 deste mês, pelo qual foi dissolvido o Congresso Nacional, levantar o estado de sitio nesta capital e em Niterói e restabelecer todos os direitos e garantias constitucionais.

5. A administração da fazenda publica com a mais severa economia e a maior fiscalização no emprego da renda do Estado será uma das minhas preocupações. Povos novos e onerados de dividas nunca foram povos felizes, e nada aumenta mais as dividas dos estados do que as despesas sem proporção com os recursos econômicos da nação, com as forças vivas do trabalho, das industrias e do comércio, o que produz o desequilíbrio dos orçamentos, o mal estar social, a miséria. Espero que, fiscalizada e economizada a fazenda publica, mantida a ordem no País, a paz com as nações estrangeiras sem quebra da nossa honra e dos nossos direitos, animado o trabalho agrícola e industrial e reorganizado o regime bancário, os abundantes recursos do nosso solo vaporizarão progressivamente o nosso meio circulante, depreciado para as permutas internacionais, e fortificarão o nosso credito no interior e no exterior.

6. No governo do Estado, que foi-me conferido pela Constituição, confio da retidão de sua consciência para promover o bem da pátria. Da confiança do povo, do exercito e da marinha espero não desmerecer. Das forças de terra e mar conheço o valor realçado pela disciplina e pelo respeito aos direitos da sociedade civil. Admirei e admiro os meus bons companheiros na guerra e na paz.

7. A coragem e a constância que mostraram nos combates se transformaram nos anos de paz, que temos fruído, no amor da Liberdade e da Republica, que com o povo fundaram e com ele querem manter e consolidar. O povo que sabe e quer ser livre, deve igualmente respeitar a ordem, primeira condição da

deste governo. Em respeito à lei, é revogado o ato de dissolução do Congresso, é levantado o Estado de Sítio na Capital e em Niterói, assim como restabelecidos os direitos e garantias constitucionais.

5. Preocupações: administração severa, economia e fiscalização dos gastos; o ônus da dívida não traz a felicidade do povo; dividas aumentadas pela desproporção entre ganhos e despesas produzem desequilíbrios no orçamento; manterá a ordem interna, a paz com nações estrangeiras; com a força da agricultura e indústria, reorganizará o sistema bancário e restabelecerá o crédito.

6. Para governar, confia no apoio do povo, do Exército e da Marinha.

7. Os militares, com amor à paz, à liberdade e à República fundada juntamente com o povo, manterão e consolidarão esse regime. O povo, livre, quer respeitar a

<p>Liberdade e da riqueza.</p> <p>8. Na grandiosa oficina em que se trabalha no progresso da pátria não há vencidos nem vencedores, grandes ou pequenos. São todos operários de uma obra comum. A essa obra dedicarei todo o meu esforço, para esse trabalho peço e espero o concurso de todos os brasileiros.</p> <p>9. São estes os intuítos que me dominam, e que julguei dever expor ao País.</p> <p>Capital Federal, 23 de novembro de 1891.</p> <p>Florianô Peixoto</p> <p>(758 palavras)</p>	<p>ordem.</p> <p>8. Não há vencidos nem vencedores: todos são operários de uma obra comum, à qual será dedicado esforço do presidente, e para a qual espera o esforço de todos os brasileiros.</p> <p>9. São estes os primeiros intuítos.</p>
---	---

Configuração

Estrutura

Composto por nove parágrafos, o manifesto está assim estruturado:

- No 1º parágrafo, as circunstâncias da assunção da presidência;
- No 2º, a narrativa dos antecedentes;
- Nos 3º e 4º, a exaltação da saída pacífica para o conflito que se armava;
- Do 5º ao 7º, proposições e compromissos assumidos, assim como atitudes de apoio esperadas;
- Nos 8º e 9º, as conclamações finais.

Tipificação do discurso

Este é nitidamente um discurso do tipo deliberativo. Mesmo que a situação de transição esteja aparentemente bem encaminhada, o orador argumenta como quem precisa do apoio do auditório para suas ações.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– convite do generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, que espontaneamente resignou o poder na manhã de 23 deste mês, cumpre-me expor ao País o pensamento geral que me ha de inspirar na administração publica. (1)

Avaliação: Nas cortesias, divide-se entre as homenagens ao ex-presidente, o povo, a Marinha e o Exército. Reconhece e delimita bem seu auditório.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- São conhecidos os fatos que se realizaram nesta cidade e no seu porto durante a noite de 22 e na manhã do dia seguinte (2)
- levantamento do heróico estado do Rio Grande do Sul (2)
- e atitude francamente hostil do estado do Pará (2)

Avaliação: O orador não se mostra indiferente a uma situação de conflito, embora procure diminuir seu impacto. Mas reconhecer o conflito serve para aumentar sua autoridade perante o auditório. Principalmente se a solução for pacífica, como ele relata no discurso.

III. Advertências

Mais bem caracterizadas na menção a perigos.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- A armada, grande parte do exercito e cidadãos de diversas classes promoveram pelas armas o restabelecimento da Constituição e das leis suspensas pelo decreto de 3 deste mês, que dissolveu o Congresso Nacional (2)
- A historia registrará esse feito cívico das classes armadas do País em prol da lei ,que não pode ser substituída pela força (2)
- mas ela [a história] registrará igualmente o ato de abnegação e patriotismo do generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca resignando o poder afim de poupar a luta entre irmãos, o derramamento do sangue de brasileiros, o choque entre os seus companheiros de armas, fatores gloriosos do imortal movimento de 15 de novembro, destinados a defender, unidos, a honra nacional e a integridade da pátria contra o estrangeiro e a defender e garantir a ordem e as instituições republicanas no interior do País (2)
- Esses acontecimentos [revoluções pacíficas] que não têm muitos modelos nos anais da humanidade e dos quais podemos nos gloriar (3)
- justamente nos gloriamos das duas revoluções pacificas que operaram pela Republica a transformação de todo nosso direito político e pela abolição do elemento servil (3)
- a transformação do trabalho nacional atestarão aos vindouros o amor do povo, da marinha e do exercito pelas liberdades constitucionais, que formam e enobrecem a vida das nações modernas (3)
- No governo do Estado, que foi-me conferido pela Constituição, confio da retidão de sua consciência para promover o bem da pátria. Da confiança do povo, do exercito e da marinha espero não desmerecer. Das forças de terra e mar conheço o valor realçado pela disciplina e pelo respeito aos direitos da sociedade civil. Admirei e admiro os meus bons companheiros na guerra e na paz (6)
- A coragem e a constância que [os militares] mostraram nos combates se transformaram nos anos de paz, que temos fruído, no amor da Liberdade e da Republica, que com o povo fundaram e com ele querem manter e consolidar. (7)
- O povo que sabe e quer ser livre, deve igualmente respeitar a ordem, primeira condição da Liberdade e da riqueza. (7)

Avaliação: O orador é pródigo em elogios ao povo e aos militares; mais aos segundos, na verdade, que detêm o poder de apoiar com armas (ou rechaçar) o novo governo. Pelo espaço dedicado à construção desse auditório, o orador, de fato, confere poder a ele.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- Povos novos e onerados de dividas nunca foram povos felizes, e nada aumenta mais as dividas dos estados do que as despesas sem proporção com os recursos econômicos da nação, com as forças vivas do trabalho, das industrias e do comércio, o que produz o desequilíbrio dos orçamentos, o mal estar social, a miséria. (5)

b) Afirmativas enfáticas

- O pensamento da revolução de 23 do corrente, que determinou a renúncia do generalíssimo Deodoro da Fonseca, foi o restabelecimento da Lei. (4)
- Manter a inviolabilidade da Lei, que é ainda mais necessária nas sociedades democráticas, como um freio às paixões, do que mesmo nos governos absolutos pelas tradições de obediência pessoal, que os constituem (4)
- será para mim e meu governo sacratíssimo empenho, como sê-lo-á respeitar a vontade nacional e a dos Estados em suas livres manifestações sob o regime federal (4)

c) Identidade do orador

Melhor construída nas manifestações de regozijo e apoio.

Avaliação: Nas crenças e valores, reforça o poder da lei, da “vontade nacional” e da democracia como as forças propulsoras de sua atuação. Busca a construção do consenso e evita o dissenso. Boa estratégia.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- Em respeito, pois, á lei fundamental e concretizando o pensamento da revolução triunfante, cumpro o dever de considerar nulo o ato de 3 deste mês, pelo qual foi dissolvido o Congresso Nacional, levantar o estado de sitio nesta capital e em Niterói e restabelecer todos os direitos e garantias constitucionais (4)
- A administração da fazenda publica com a mais severa economia e a maior fiscalização no emprego da renda do Estado será uma das minhas preocupações. (5)
- Espero que, fiscalizada e economizada a fazenda publica, mantida a ordem no País, a paz com as nações estrangeiras sem quebra da nossa honra e dos nossos direitos, animado o trabalho agrícola e industrial e reorganizado o regime bancário, os abundantes recursos do nosso solo vaporizarão progressivamente o nosso meio circulante, depreciado para as permutas internacionais, e fortalecerão o nosso credito no interior e no exterior (5)
- Na grandiosa oficina em que se trabalha no progresso da pátria não há vencidos nem vencedores, grandes ou pequenos. São todos operários de uma obra comum. A essa obra dedicarei todo o meu esforço, para esse trabalho peço e espero o concurso de todos os brasileiros. (8)

Avaliação: Nas proposições, o restabelecimento das garantias democráticas recebe menos destaque que a enumeração das intenções no campo econômico. Não deixa de dedicar espaço, também, para a obra de reconciliação que se anuncia. A predominância do discurso econômico dá a exata dimensão das raízes da crise que levou à renúncia de Deodoro e assunção de Floriano, o orador.

Avaliação geral

É um discurso deliberativo, em que o orador confere poder real ao auditório, com ele se identifica e para ele dirige os argumentos, tanto os de relato de ameaças e perigos quanto os de compromisso do “que fazer”.

Radiografia

Este é nitidamente um discurso do tipo deliberativo. Mesmo que a situação de transição esteja aparentemente bem encaminhada, o orador argumenta como quem precisa do apoio do auditório para suas ações. Nas cortesias, divide-se entre as homenagens ao ex-presidente, o povo, a Marinha e o Exército. Reconhece e delimita bem seu auditório. Igualmente, nas manifestações de regozijo, é pródigo em elogios ao povo e aos militares; mais aos segundos, na verdade, que detêm o poder de apoiar com armas (ou rechaçar) o novo governo. O presidente não se mostra indiferente a uma situação de conflito, embora procure diminuir seu impacto. Mas reconhecer o conflito serve para aumentar sua autoridade perante o auditório. Principalmente se a solução for pacífica, como ele relata no discurso. Pelo espaço dedicado à construção desse auditório, o orador, de fato, confere poder a ele. Nas crenças e valores, reforça o poder da lei, da “vontade nacional” e da democracia como as forças propulsoras de sua atuação. Busca a construção do consenso e evita o dissenso. Boa estratégia. Nas proposições, o restabelecimento das garantias democráticas recebe menos destaque que a enumeração das intenções no campo econômico. Não deixa de dedicar espaço, também, para a obra de reconciliação que se anuncia. A predominância do discurso econômico dá a exata dimensão das raízes da crise que levou à renúncia de Deodoro e assunção de Floriano, o orador.

Prudente de Moraes (1894 -1898)

Resumo

A posse na Presidência, resultado da eleição, é aceita com submissão ao dever patriótico e com esforços para corresponder à confiança dos eleitores. Em cinco anos de existência, a República foi constantemente ameaçada, como no episódio da revolta de 6 de setembro, cujo pretexto era o de defender a Constituição e libertar a pátria de uma suposta ditadura militar; pretendia, também, restaurar a monarquia. Contra a revolta, lutaram o Presidente, as forças militares, os estudantes, e os Estados; e a vitória sobre a insurreição foi decisiva para a estabilidade da República. Apesar dos prejuízos causados, a revolta serviu para convencer a todos de que a República é o melhor modelo, por harmonizar a unidade nacional com a expansão das forças locais. Mesmo com poucos anos de existência, a República venceu a tentativa de restauração da monarquia; os Estados, agora autônomos, não aceitam retroagir à centralização. Essas agitações iniciais já eram previstas, pois todas as revoluções radicais são sempre contestadas. Mas graças à enérgica reação de Floriano e da nação, está encerrado o período de agitação. Agora, todos os brasileiros, especialmente os dirigentes públicos, devem se esforçar pelos princípios da República: ordem, liberdade e progresso. Esse é o desejo dos eleitores e é a única forma de reparar os danos. O Presidente se compromete a manter o regime democrático: autonomia dos estados, soberania da União e respeito mútuo dos poderes; a respeitar as liberdades constitucionais e fazer cumprir a lei; a buscar o equilíbrio financeiro, pela economia de gastos e fiscalização da arrecadação, para extinguir o déficit; a pagar em dia os compromissos financeiros e resgatar do valor da moeda; a incentivar a agricultura, a indústria e a favorecer a vinda de imigrantes; a garantir o voto; a manter a ordem interna, e paz com países estrangeiros. Esse é um programa para o bem-estar da pátria. Os embaraços não desanimarão o Presidente, que tem o apoio da nação e de cidadãos competentes. O Presidente alerta para o fato de que as revoltas abalaram as situações política e financeira; que a insubordinação expandiu-se e as despesas do tesouro tiveram que aumentar. Mas, restabelecida a paz, deve se promover a expansão da economia, o caminho levará à prosperidade e à grandeza e a felicidade da Pátria

Discurso

À Nação Brasileira*

1. Assumindo hoje a Presidência da República, obedeco á resolução da soberania nacional, solenemente enunciada pelo escrutínio de Iº de Março.

2. Aceitando este elevado cargo, que não pretendi por julgá-lo muito superior ás minhas forças, especialmente na atual situação, submeto-me a imperioso dever patriótico, e não pouparei esforços nem sacrifícios para corresponder á extraordinária prova de confiança de meus concidadãos, manifestada de modo inequívoco no pleito eleitoral mais notável da vida nacional.

3. Cumpre-me, n'este momento, manifestar á nação quais os princípios e normas que me guiarão no desempenho da honrosa, mas difícil missão que me foi imposta.

4. O lustro de existência, que hoje completa a Republica brasileira, tem sido de lutas quase permanentes com adversários de toda a espécie, que têm tentado destruí-la, empregando para isso todos os meios.

5. Como expressão concreta desse período de funestas dissensões e lutas, rememoro com amargura a revolta de 6 de Setembro do ano próximo passado.

6. Essa revolta, que foi o mais violento abalo de que se podia ressentir o regime proclamado a 15 de Novembro de 1889, iniciada sob o pretexto de defender a Constituição da Republica e de libertar a Pátria do jugo de uma suposta ditadura militar, reuniu, sob a sua bandeira, todos os elementos adversos á ordem e á paz publica, concluindo por caracterizar-se em um movimento formidável de ataque ás instituições nacionais, arvorando o estandarte da restauração monárquica.

7. Mas, por isso mesmo que essa luta tremenda foi travada pela coligação de todos os inimigos, a vitória da Republica foi decisiva para provar a estabilidade das novas instituições, que tiveram para defendê-las a coragem, a pertinácia e a dedicação do benemérito Chefe de Estado, auxiliado eficazmente pelas forças militares de terra e mar, – fieis á Constituição a 6 de Setembro de 1893 – como a 23 de Novembro de 1891 –, pelo concluso entusiasmo da mocidade das escolas –, da guarda nacional, dos batalhões patrióticos e da policia, e pela solidariedade unânime dos

1. Posse na Presidência como resultado da eleição.

2. Aceita o cargo e submete-se ao dever patriótico, com esforços para corresponder á confiança dos eleitores.

3. Princípios e normas que guiarão o presidente.

4, 5, 6. Em cinco anos, a República tem sido constantemente ameaçada, como é o caso da revolta de 6 de Setembro, revolta feita sob o pretexto de defender a Constituição e libertar a pátria de uma suposta ditadura militar; pretendeu, também, restaurar a monarquia.

7. Contra a revolta, lutaram o Presidente, as forças militares, os estudantes, e os Estados; e a vitória sobre a insurreição foi decisiva para a estabilidade da República.

* Neste texto, mantivemos a grafia original da publicação.

<p>Estados da União, cujo apoio foi de extraordinário valor.</p> <p>8. Essa revolta que, durante tantos meses, – substituindo a paz e o trabalho por lutas fratricidas, – perturbou a vida nacional e causou enormes males, danificando a fortuna publica e particular, produziu entretanto o grande beneficio de convencer ainda aos mais incrédulos de que a forma republicana, tal como está consagrada na Constituição de 24 de Fevereiro, é indubitavelmente a que tem de reger para sempre os destinos do Brasil, porque é no seu admirável mecanismo que está a mais segura garantia da harmonia permanente entre a unidade nacional e a vitalidade e expansão da forças locais.</p> <p>9. A Republica está, pois, firmada na consciência nacional; – lançou raízes tão fundas que jamais será daí arrancada.</p> <p>10. Ao passo que a monarquia caiu sem a menor resistência, não obstante haver dominado o país durante setenta anos com o seu regime centralizador, – a Republica, apesar de sua curta e perturbada existência, defendeu-se heroicamente e venceu a poderosa revolta restauradora, porque tinha a seu lado a opinião nacional, manifestada pelo consenso unânime dos Estados, que, havendo experimentado a influencia benéfica da autonomia, que lhes deu o novo regime, não se sujeitarão jamais à retrogradar á condição de províncias sem recursos, manietadas em seu desenvolvimento pelas peias atrofiantes da centralização.</p> <p>11. Os adversários das novas instituições devem estar desiludidos: segura pela poderosíssima ancora da federação, a Republica resistirá a todas as tempestades que contra ela se desencadeiem, por mais fortes e violentas que sejam.</p> <p>12. As constantes agitações que, no primeiro quinquênio, perturbaram a vida da Republica não causaram surpresa; eram previstas corno conseqüências da revolução de 15 de Novembro.</p> <p>13. Não se realizam revoluções radicais, substituindo a forma de governo de uma nação, sem que nos primeiros tempos as novas instituições encontrem a resistência e os atritos, motivados pelos interesses feridos pela revolução, que embaraçam o funcionamento regular do novo regime.</p> <p>14. Foi o que aconteceu ao Brasil.</p> <p>15. Felizmente, graças a altitude patriótica, pertinaz e enérgica do marechal Floriano Peixoto, secundado pela grande maioria da nação, – parece estar encerrado em nossa pátria o período das agitações, dos pronunciamentos e das revoltas, que causaram-lhe danos inestimáveis, sendo muitos deles irreparáveis.</p> <p>16. N'esta situação, exige o patriotismo que todos os</p>	<p>8. Apesar dos prejuízos causados, a revolta serviu para convencer a todos de que a República é o melhor modelo, por harmonizar a unidade nacional com a expansão das forças locais.</p> <p>9. A República está firmada na consciência nacional.</p> <p>10. Mesmo sendo recente, a República venceu a tentativa de restauração da monarquia; os Estados, agora autônomos, não aceitam retroagir à centralização.</p> <p>11. A República resistirá a todas as tentativas de derrubá-la.</p> <p>12. As agitações iniciais já eram previstas.</p> <p>13, 14. Revoluções radicais são sempre contestadas, como ocorreu no Brasil.</p> <p>15. Graças à enérgica reação de Floriano e da nação, está encerrado o período de agitação.</p>
--	---

<p>brasileiros, especialmente os depositários do poder publico, contribuam com seus esforços dedicados e perseverantes para conseguirem que a Republica seja o que deve ser – um regime de paz e de ordem, de liberdade e de progresso, sob o império da justiça e da lei.</p> <p>17. Essa é a ardente aspiração nacional, manifestada no escrutínio de I.º de Março, porque só assim será possível a reparação, ainda que lenta, dos danos sofridos pelo país.</p> <p>18. Na esfera de minhas atribuições esforçar-me-ei pela realização desse desideratum, observando estas normas e princípios</p> <ul style="list-style-type: none"> – Execução fiel do regime livre e democrático adotado pela constituição de 24 de Fevereiro, firmando e mantendo escrupulosamente a autonomia dos Estados harmônica com a soberania da União e a independência e o mutuo respeito dos poderes instituídos como órgãos d’essa soberania; – Respeito ao exercício de todas as liberdades e garantias constitucionais, mantendo concorrente e energicamente a obediência á lei e o prestígio da autoridade, condições indispensáveis para assegurar a ordem e o progresso; – Administração da Fazenda Publica com a máxima fiscalização na arrecadação e no emprego da renda e com a mais severa e perseverante economia, reduzindo a despesa de modo a equilibrá-la com a receita, extinguindo assim o déficit do orçamento, convertido este em realidade; – Pontualidade na satisfação dos compromissos sucessivos, que desde passado remoto tem-se acumulado em ônus pesadíssimos a transmitirem-se de geração a geração; e resgate gradual da moeda fiduciária para elevar o seu valor depreciado; – Animação à iniciativa particular para a exploração e desenvolvimento da agricultura e das industrias, e introdução de imigrantes que, povoando o nosso vasto território, fecundem com o trabalho as suas riquezas inesgotáveis; – Garantia eficaz á plena liberdade do sufrágio, base fundamental da democracia representativa; – Manutenção da ordem e da tranqüilidade no interior e da paz com as nações estrangeiras, sem sacrificio de nossa dignidade e de nossos direitos, cultivando e desenvolvendo as relações com as nações amigas. <p>19. Obedecendo a este programa, espero poder contribuir para o bem estar e para a felicidade de nossa Pátria.</p> <p>20. Conheço e avalio bem os grandes embaraços e dificuldades de toda a ordem com que terei de lutar no desempenho de minha árdua missão; – desanimaria, se não</p>	<p>16. Todos os brasileiros, especialmente os dirigentes públicos, devem se esforçar pelos princípios da República: ordem, liberdade e progresso.</p> <p>17. Esse é o desejo dos eleitores e é a única forma de reparar os danos.</p> <p>18. Compromissos do Presidente:</p> <p>18.1) regime democrático: autonomia dos estados, soberania da União e respeito mútuo dos poderes;</p> <p>18.2) Respeito às liberdades constitucionais e obediência à lei;</p> <p>18.3) Equilíbrio financeiro, pela economia de gastos e fiscalização da arrecadação, para extinguir o déficit;</p> <p>18.4) Pagamento em dia dos compromissos e resgate do valor da moeda;</p> <p>18.5) Incentivo à agricultura, indústria e à introdução de imigrantes;</p> <p>18.6) Garantia do voto;</p> <p>18.7) Manutenção da ordem interna, e paz com países estrangeiros.</p> <p>19. Um programa para o bem-estar da pátria.</p>
--	---

me sentisse apoiado pela nação e se não contasse com a cooperação patriótica de cidadãos dos mais ilustrados e competentes.

21. Como era fácil prever, os tristes acontecimentos a que aludi, tendo abalado e perturbado profundamente a vida nacional durante muitos meses, – agravaram bastante a nossa má situação política e financeira.

22. Os germens da insubordinação e da anarquia expandiram-se e os compromissos do Tesouro foram grandemente aumentados com as despesas extraordinárias, que se tornaram indispensáveis.

23. Mas, restabelecida a paz em condições de estabilidade, mantida a ordem no país – pelo respeito à lei e pelo prestígio da autoridade, restaurada a confiança do capital e do trabalho para promoverem a expansão da agricultura, das indústrias e do comércio, fiscalizada e severamente economizada a fazenda pública, – os inexauríveis recursos do nosso riquíssimo solo aliviarão progressivamente a opressão dos encargos atuais, valorizando correspondentemente o nosso meio circulante e erguendo no interior e no exterior o nosso crédito.

24. É esse o caminho que nos levará com segurança á situação de prosperidade e grandeza a que está destinada a nossa Pátria.

25. O governo, que ora inicia a penosa jornada por esse caminho, fortalecido pelo apoio nacional, não se desviará dele, tendo por seus únicos e seguros roteiros – a justiça e a lei e por seu único alvo – a felicidade da Pátria.

Capital Federal, 15 de Novembro de 1894. PRUDENTE J. DE MORAES BARROS.

(1283 palavras)

20. Os embaraços não desanimarão o Presidente, que tem o apoio da nação e de cidadãos competentes.

21. As revoltas abalaram as situações política e financeira.

22. A insubordinação expandiu-se e as despesas do tesouro tiveram que aumentar.

23. Mas restabelecida a paz, deve se promover a expansão da agricultura, das indústrias e do comércio; fiscalizada a fazenda; explorar os recursos do solo; valorizar o meio circulante; reerguer o crédito no interior e no exterior.

24. Esse caminho levará à prosperidade e à grandeza.

25. O governo não se desviará do caminho; seu roteiro: a justiça e a lei; seu alvo: a felicidade da Pátria

Fonte:

Brasil. Presidente (1894—1898 P. Moraes). Manifesto do Dr. Prudente J. Moraes ao assumir a Presidência da Republica em 15 de novembro de 1894. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894, 9 p.

Configuração

Estrutura

Composto de 25 parágrafos, assim distribuídos:

- Nos três primeiros, saudações e condições em que assume a presidência;
- Do 4º ao 6º parágrafo, os perigos que antecederam sua posse;
- No 7º e 8º, as condições em que foram debeladas as adversidades;
- Do 9º ao 15º, a afirmação da República;
- Nos 16º e 17º, a conclamação a todos, para o apoio à República;
- do 18º ao 20º e do 23º ao 25º, em vários itens, os compromissos e conclamações do Presidente;
- do 19º ao 21º rememora os impasses (resultantes das revoltas) que terá que enfrentar

Tipificação do discurso

Trata-se de um legítimo discurso deliberativo, em que o orador, não obstante estar “seguro” como presidente eleito, não desdenha o poder da audiência: constrói sua autoridade, formula bem seus valores, “assedia” com cumprimentos os aliados. Não dispensa um programa de governo, nem tampouco deixa de mencionar as adversidades que enfrentará.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

Ver manifestações de regozijo.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- Essa revolta (...) reuniu, sob a sua bandeira, todos os elementos adversos á ordem e á paz publica (6)
- um movimento formidável de ataque ás instituições nacionais, arvorando o estandarte da restauração monárquica (6)
- (...) luta tremenda foi travada pela coligação de todos os inimigos. (7)
- essa revolta (...) perturbou a vida nacional e causou enormes males, danificando a fortuna publica e particular (8)
- os adversários das novas instituições devem estar desiludidos (11)

Avaliação: O orador demora-se bem na caracterização dos oponentes e dos perigos que esses representam. Esse é um momento de recomposição do “acordo”; portanto, haverá os que não “cabem” em seu auditório e os que são excluídos.

III. Advertências

- Cumpre-me, n’este momento, manifestar á nação quais os princípios e normas que me guiarão no desempenho da honrosa, mas difícil missão que me foi imposta. (3)
- Como era fácil prever, os tristes acontecimentos a que aludi, tendo abalado e perturbado profundamente a vida nacional durante muitos meses, – agravaram bastante a nossa má situação política e financeira. (21)
- Os germens da insubordinação e da anarquia expandiram-se e os compromissos do Tesouro foram grandemente aumentados com as despesas extraordinárias, que se tornaram indispensáveis. (22)

Avaliação: Ao mencionar as dificuldades, tanto aqui quanto na menção a perigos e inimigos, o orador como que “vacina” o auditório para que aceite virtuais fracassos, tendo em vista o tamanho das adversidades que enfrentará.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- Assumindo hoje a Presidência da República, obedeço á resolução da soberania nacional, solenemente enunciada pelo escrutínio de Iº de Março. (1)
- a vitória da Republica foi decisiva para provar a estabilidade das novas instituições
- a pertinácia e a dedicação do benemérito Chefe de Estado, auxiliado eficazmente pelas forças militares de terra e mar (7)
- concluso entusiasta da mocidade das escolas (7)
- guarda nacional (7)
- batalhões patrióticos e policia (7)
- solidariedade unânime dos Estados da União, cujo apoio foi de extraordinário valor (7)
- (...) é no seu [da República] admirável mecanismo que está a mais segura garantia da harmonia permanente entre a unidade nacional e a vitalidade e expansão da forças locais. (8)
- A Republica está, pois, firmada na consciência nacional (9)
- a Republica (...), defendeu-se heroicamente e venceu a poderosa revolta restauradora (10)
- [a República] tinha a seu lado a opinião nacional (10)
- consenso unânime dos Estados, que, [que haviam] experimentado a influencia benéfica da autonomia, que lhes deu o novo regime (10)
- felizmente, graças a atitude patriótica, pertinaz e enérgica do marechal Floriano Peixoto, secundado pela grande maioria da nação (15)

Avaliação: Nesta parte do discurso ele deixa bem claro quem são “os seus”, isto é, seus aliados, seu auditório: o presidente que o antecede, os militares, o povo, os Estados, os republicanos. De certo modo, seu “acordo” inclui um arco bastante extenso, o que lhe permite excluir os opositores.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- [a República] lançou raízes tão fundas que jamais será daí arrancada (9)
- [os Estados] não se sujeitarão jamais à retrogradar à condição de províncias sem recursos, manietadas em seu desenvolvimento pelas peias atrofiantes da centralização (10)
- As constantes agitações que, no primeiro quinquênio, perturbaram a vida da Republica não causaram surpresa(12)
- Não se realizam revoluções radicais, substituindo a forma de governo de uma nação, sem que nos primeiros tempos as novas instituições encontrem a resistência e os atrito (13)

b) Afirmativas enfáticas

- o lustro de existência, que hoje completa a Republica brasileira, tem sido de lutas quase permanentes com adversários de toda a espécie, que têm tentado destruí-la, empregando para isso todos os meios (4)
- [a revolta] produziu entretanto o grande benefício de convencer ainda aos mais incrédulos de que a forma republicana, (...) tem de reger para sempre os destinos do Brasil (8)
- segura pela poderosíssima ancora da federação, a Republica resistirá a todas as tempestades (11)
- N’esta situação, exige o patriotismo que todos os brasileiros (...) contribuam com seus esforços dedicados e perseverantes para conseguirem que a Republica seja o que deve ser (16)
- Essa [a preservação da República] é a ardente aspiração nacional, manifestada no escrutínio de I.º de Março, porque só assim será possível a reparação, ainda que lenta, dos danos sofridos pelo país. (17)

c) Identidade do orador

- Aceitando este elevado cargo, que não pretendi por julgá-lo muito superior às minhas forças, (...) submeto-me a imperioso dever patriótico, e não pouparei esforços nem sacrifícios para corresponder á extraordinária prova de confiança de meus concidadãos, manifestada de modo inequívoco no pleito eleitoral mais notável da vida nacional. (2)
- Conheço e avalio bem os grandes embaraços e dificuldades de toda a ordem com que terei de lutar no desempenho de minha árdua missão (20)

Avaliação: Nas negativas e afirmativas enfáticas, a negação aos anti-republicanos, e reafirmação dos valores republicanos. Ele é bastante expressivo nessa parte, estratégia fundamental para a construção do “acordo”. Nessa argumentação, já não basta mais

somente “a força”, isto é, o apoio dos militares ao regime republicano. Parece ser necessário argumentar com os recalitrantes que essa é a melhor escolha. Quanto mais enfático, mais persuasivo é o discurso.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- execução fiel do regime livre e democrático (...), firmando e mantendo escrupulosamente a autonomia dos Estados harmônica com a soberania da União (18)
- respeito ao exercício de todas as liberdades e garantias constitucionais, (...) obediência á lei e o prestígio da autoridade (18)
- administração da Fazenda Publica com a máxima fiscalização na arrecadação e no emprego da renda e com a mais severa e perseverante economia, reduzindo a despesa de modo a equilibrá-la com a receita, extinguindo assim o déficit do orçamento, convertido este em realidade; (18)
- pontualidade na satisfação dos compromissos sucessivos, (...); e resgate gradual da moeda fiduciária para elevar o seu valor depreciado; (18)
- animação à iniciativa particular para a exploração e desenvolvimento da agricultura e das industrias, e introdução de imigrantes que, povoando o nosso vasto território, fecundem com o trabalho as suas riquezas inesgotáveis; (18)
- Garantia eficaz á plena liberdade do sufrágio, base fundamental da democracia representativa; (18)
- manutenção da ordem e da tranqüilidade no interior e da paz com as nações estrangeiras, sem sacrifício de nossa dignidade e de nossos direitos, cultivando e desenvolvendo as relações com as nações amigas. (18)
- restabelecida a paz (...) os inexauríveis recursos do nosso riquíssimo solo aliviarão progressivamente o Tesouro da opressão dos encargos atuais, valorizando correspondentemente o nosso meio circulante e erguendo no interior e no exterior o nosso credito. (23)
- o governo (...) não se desviará dele, tendo por seus únicos e seguros roteiros – a justiça e a lei e por seu único alvo – a felicidade da Pátria. (25)

Avaliação: O orador reconhece no auditório o poder para deliberar em seu favor, ou contra. Por isso, esboça um programa tão completo quanto possível, dadas as circunstâncias.

Avaliação geral

Trata-se de discurso deliberativo, em que o orador lida bem com a construção da própria imagem, articula um arco de aliança, menciona desafios e perigos e, finalmente, faz uma série de proposições. Tudo feito com muitos elementos de persuasão – elogios, valorização do peso das ameaças.

Radiografia

Trata-se de um legítimo discurso deliberativo, em que o orador, não obstante estar “seguro” como presidente eleito, não desdenha o poder da audiência: constrói sua autoridade, formula bem seus valores, “assedia” com cumprimentos os aliados. Não dispensa um programa de governo, nem tampouco deixa de mencionar as adversidades que enfrentará. O orador demora-se bem na caracterização dos oponentes e dos perigos que esses representam. Esse é um momento de recomposição do “acordo”; portanto, haverá os que não “cabem” em seu auditório e os que são excluídos. Ao mencionar as dificuldades, o orador como que “vacina” o auditório para que aceite virtuais fracassos, tendo em vista o tamanho das adversidades que enfrentará. Nas manifestações de regozijo, ele deixa bem claro quem são “os seus”, isto é, seus aliados, seu auditório: o presidente que o antecede, os militares, o povo, os Estados, os republicanos. De certo modo, seu “acordo” inclui um arco bastante extenso, o que lhe permite excluir os opositores. Nas negativas e afirmativas enfáticas, a negação aos anti-republicanos, e reafirmação dos valores republicanos. Ele é bastante expressivo nessa parte, estratégia fundamental para a construção do “acordo”. Nessa argumentação, já não basta mais somente “a força”, isto é, o apoio dos militares ao regime republicano. Parece ser necessário argumentar com os recalcitrantes que essa é a melhor escolha. Quanto mais enfático, mais persuasivo é o discurso. Por fim, nas proposições, o orador demonstra reconhecer no auditório o poder para deliberar em seu favor, ou contra. Por isso, esboça um programa tão completo quanto possível, dadas as circunstâncias.

Campos Sales (1898 -1902)

Resumo

Confiante nos valores nacionais que o elegeram, o presidente expõe o programa, ratifica compromissos assumidos, reforça os ideais republicanos, a autoridade do Presidente. Rememora as dificuldades de afirmação da República e o trabalho vitorioso de seus antecessores. Afirma que as revoltas, apesar dos intentos, ajudaram a firmar a convicção no novo regime, para garantir o acordo entre a unidade nacional e as forças locais. Por isso, as posições estreitas devem ceder à perspectiva nacional de convergência dos esforços para o bem da Pátria; os partidos devem subsistir, para expressar o livre pensamento, mas sem as paixões violentas que atrapalhem a atividade governamental. A missão do presidente é a de árbitro, que não defende interesses pessoais, isento de sentimentos de partido. Mas não basta a disposição do Executivo: os três poderes devem agir em harmonia, respeito e apoio recíprocos. Ao Executivo cabe a iniciativa de leis administrativas; e o Legislativo não pode recusar-se ao acordo. Sobre a questão financeira, o presidente empenhou a própria honra e a do País no cumprimento do acordo financeiro feito em Londres. Portanto, ajustar as contas é um dever que exige sacrifícios e a cooperação do Legislativo, pois os parlamentares não devem defender interesses locais, mas os nacionais, pois findou o regime centralista, que obrigava as províncias a mendigarem recursos da União. E como os Estados dispõem de recursos assegurados na Constituição, deve-se aliviar a União de encargos que devem passar aos Estados. A crença do Presidente é de que a estabilidade monetária é assegurada não com leis, mas com a capacidade de produção. Por isso, a comunidade econômica e financeira deve ser criada para fortalecer os laços culturais do Brasil e os vínculos entre Estados e União. Somente da estabilidade econômica depende a regeneração financeira. E para adotar as medidas de correção da política financeira é necessário estabelecer a ordem interna. Para tanto, o governo reforça o amor à ordem do brasileiro, e assegura o cumprimento da lei para a expansão das forças sociais. Na política internacional, manter e fortalecer os laços de amizade com as potências, pois a paz é a missão maior do governo. A diplomacia brasileira se empenhará para abrir novos mercados para a exportação; esta é a missão da diplomacia moderna. Por fim, o presidente congratula-se o antecessor, pelo modo cordial como transmite o governo, e pede forças para o combate pela grandeza e prosperidade da República.

Discurso

<p>1. Ao assumir o governo da República, cheio de confiança nos poderosos elementos de vitalidade nacional e seguro da dedicação patriótica dos meus concidadãos, cumpre-me expor à Nação, com sinceridade e clareza, todo o meu pensamento na direção dos seus altos destinos.</p> <p>2. Em presença das urnas, quando o eleitorado brasileiro precisava conhecer para escolher, falei a linguagem franca e leal, que me ditava a consciência e me aconselhava o patriotismo. Investido do poder, venho trazer ao país, sob o império dos mesmos sentimentos, a ratificação solene de todos os meus compromissos.</p> <p>3. Elevado a este posto de honrosa confiança e de incomensurável responsabilidade, apraz-me acreditar que, o que pretendeu o voto popular, nos comícios de 1º de março, foi colocar no governo da República o espírito republicano, na sua acentuada significação.</p> <p>4. E esse intuito é naturalmente presumível, dada a índole do nosso regime, que, com a responsabilidade unipessoal, preferiu eliminar a política de uma coletividade para concentrá-la na pessoa da suprema autoridade, em quem reside constitucionalmente o critério que dirige, delibera e aplica.</p> <p>5. Mas se os meus antecedentes, em que se caracteriza a firmeza republicana, puderam dar semelhante sentido ao sufrágio da Nação, eles mesmos responderão, como seguro penhor, pela correção da minha conduta no desempenho do mandato.</p> <p>6. Com efeito, tendo tomado a minha parte de responsabilidade, primeiro na preparação do sentimento republicano e depois na fundação do organismo institucional da República, não perdi jamais de vista o dever, imposto pela honra política e estimulado pelo próprio patriotismo, de consagrar, na sua conservação, todas as energias e toda a perseverança de uma crença inabalável.</p> <p>7. Temos, felizmente, chegado ao momento em que a existência da República Brasileira não é, não pode mais ser objeto de apreensões nem sobressaltos para o espírito nacional. Coube-me a fortuna de vê-la acolhida com as mais penhorantes mostras de afetuosa</p>	<p>1. Confiante nos valores nacionais, expõe o programa.</p> <p>2. Eleito, ratifica compromissos patrióticos assumidos.</p> <p>3. Os eleitores escolheram o espírito republicano.</p> <p>4. A natureza do regime concentra em uma pessoa a suprema autoridade.</p> <p>5. Os presidentes anteriores responderão pelo comportamento do presidente.</p> <p>6. Como fundador da República, mantém-se firme nas convicções.</p> <p>7. A República não é mais posta em dúvida, nem no Brasil nem fora dele.</p>
--	---

simpatia por povos e governos estrangeiros, cujos sentimentos, traduzidos por atos reiterados de delicada cortesia são todos pela prosperidade da nossa pátria, com a qual eles se acham estreitamente relacionados por laços de ordem moral e econômica, que se formaram na reciprocidade de consideráveis e legítimos interesses. Firmou-se, portanto, dentro e fora do país, a crença indestrutível de haver a República aqui fundado o seu “domicílio perpetuo”.

8. É minha convicção por vezes revelada, que as violentas comoções por que tem passado o país e que têm sido, para todos os povos, o invariável legado das grandes transformações políticas ou sociais, têm todavia deixado através dos seus efeitos perniciosos a prova irrecusável de que a forma Republicana, tal como a concebeu a Constituição de 24 de Fevereiro, é positivamente a que tem de reger para sempre os destinos da Nação Brasileira, pois que é no seu admirável organismo que reside a mais sólida garantia de perpétuo acordo entre a unidade nacional e a vitalidade das forças locais.

9. Não há, pois, desse lado, perigos a debelar. As forças sociais – as únicas que asseguram as vitórias fecundas e garantem a perpetuidade das conquistas morais – estão definitivamente arrematadas ao lado da República. A revolução a proclamou, a perseverança republicana a consolidou e agora responde por ela a vigilante solicitude do sentimento nacional.

10. Temos, enfim, chegado ao momento em que as estreitezas do exclusivismo, que a situação geral do país não comporta, devem ceder o lugar aos largos horizontes de uma política nacional, de tolerância e concórdia, que abra caminho à convergência de todos os esforços para o bem da Pátria, generoso e nobre ideal, em torno do qual pode-se concertar a solidariedade de todos, sem todavia melindrar a dignidade de um só.

11. Não é que eu pense que os partidos não devam subsistir. Ao contrário, no regime democrático, que se caracteriza pelo contraste das opiniões, como precioso fruto da livre manifestação do pensamento, eles são necessários para assegurar o equilíbrio político, garantindo o progresso nacional pela sucessão dos princípios no governo, uma vez que saibam exercer uma ação prudente, tolerante e disciplinada ao serviço de intuítos patrióticos. O que deve ser

8. As revoltas contra a República têm, apesar dos intentos, ajudado a firmar a convicção de que essa é a melhor forma para garantir o acordo entre a unidade nacional e as forças locais.

9. Os perigos foram debelados, pois as forças sociais estão definitivamente ao lado da República.

10. As posições estreitas devem ceder à perspectiva nacional de convergência dos esforços para o bem da Pátria.

11. Os partidos devem subsistir, para expressar o livre pensamento, mas livres das paixões violentas que atrapalhem a atividade governamental.

proscrito, porque é um mal social e um grave embaraço às soluções do presente, é o espírito partidário com as suas paixões e violências, ora perturbando a evolução benéfica das idéias, ora contrapondo-se ao desdobramento tranqüilo da atividade governamental.

12. É indispensável, é forçosamente preciso que, pesando cada um conscienciosamente a sua responsabilidade e medindo a extensão dos males que os acontecimentos têm acarretado à República, façamos apelo às energias do nosso próprio patriotismo para dar como definitivamente encerrada a fase angustiada das perturbações esterilizadoras e, ao mesmo tempo, aberto o fecundo período das grandes reparações. Urge também que, ao influxo de iguais sentimentos, elevemos as nossas vistas além dos estreitos limites que encerram os interesses locais, para que o espírito público não mais se agite senão em torno das grandes e pesadas necessidades que oprimem a União, abatendo o nosso valor moral.

13. Como quer que seja, afirmarei desde já que é assim que compreendo a minha alta missão e é sob o influxo destes princípios que estou firmemente resolvido a agir no desempenho das minhas funções constitucionais. O homem chamado ao papel de árbitro – ouvi este elevado conceito a um grande espírito, também num posto de alta responsabilidade – deve fazer calar as suas preferências e elevar-se acima da sua própria fé.

14. Isento das paixões do espírito de partido, a autoridade que vou exercer será posta ao serviço exclusivo da Nação.

15. Entretanto, não basta o esforço isolado do Executivo para o bom governo da República. Na coexistência de outros órgãos de soberania, segundo a estrutura constitucional, a coesão indispensável ao equilíbrio das forças governativas depende essencialmente da ação combinada e harmônica dos três poderes, guardadas entre si as relações de mútuo respeito e de recíproco apoio.

16. Desde que, sob a influência de funestas tendências e dominado por mal entendida aspiração de supremacia, algum dos poderes tentar levar a sua ação além das fronteiras demarcadas, em manifesto detrimento das prerrogativas de outro, estará nesse momento substancialmente transformada e invertida a ordem constitucional e aberto o mais perigoso conflito,

12. É necessário que o cada um dê por encerradas as perturbações, que se abra caminho para as reparações, para o fim dos interesses puramente locais, que devem ceder aos da União.

13, 14. A missão do presidente é a de árbitro, que não defende interesses pessoais, isento de sentimentos de partido.

15. Mas não basta a disposição do Executivo: os três poderes devem agir em harmonia, respeito e apoio recíprocos.

16, 17. Se um dos poderes vai além de suas fronteiras, abre perigoso conflito, prejudicial à nação. Esse é um perigo maior nos regimes recém-instalados, pela falta de experiência. Por isso, deve ser maior o zelo para

<p>do qual poderá surgir uma crise cujos perniciosos efeitos venham afetar o próprio organismo nacional.</p> <p>17. Este perigo é mais para temer-se nas urbanizações novas, sobretudo nas fases que precedem às experiências definitivas, quando ainda não se tem alcançado, por um longo processo de aplicação, estabelecer no próprio terreno, isto é, praticamente, as linhas que separam as respectivas esferas de competência. Isto indica bem o cuidado, o zelo patriótico, a sincera solicitude, a isenção de ânimo e o sentimento de justiça que, em cada um dos órgãos da soberania nacional, devem presidir o exame e assinalamento das funções respectivas.</p> <p>18. Não ceder nem usurpar.</p> <p>19. Fora daí, em vez de poderes coordenados, não teremos senão forças rivais, em perpétua hostilidade, produzindo a perturbação, a desordem e a anarquia nas próprias regiões em que paira o poder público para vigiar pela tranqüilidade e pela segurança da comunhão nacional e garantir a eficácia de todos os direitos.</p> <p>20. Defendendo intransigentemente e com o mais apurado zelo as prerrogativas conferidas ao poder que vou exercer em nome do sufrágio direto da Nação, afirmo aqui, desde já, o meu mais profundo respeito ante a conduta dos demais poderes, na órbita de sua soberania. Esta atitude, que será rigorosamente observada, dará forças ao depositário do Executivo para, de seu lado, opor obstinada resistência a todas as tentativas invasoras.</p> <p>21. O papel do Judiciário no jogo das funções constitucionais torna mais remotas as suas relações com os outros poderes. É um poder que não luta; não ataca; não se defende: julga. Sem a iniciativa que aos outros cabe, a sua ação não se manifesta senão quando provocada. Fora desta região de paz e pureza, a única em que reina a justiça, o seu prestígio moral desfaz-se ao sopro das paixões.</p> <p>22. São mais diretas e mais freqüentes as relações entre o Executivo e o Legislativo. Estes são os poderes que colaboram em estreita aliança na dupla esfera do governo e da administração; a eles, pois, compete manter, no desdobramento de sua comum atividade, uma contínua e harmônica convergência de esforços a bem da República.</p> <p>23. É indiscutível – pois que é da natureza do regime – que ao Executivo cabe a iniciativa das</p>	<p>manter as distinções.</p> <p>18, 19. Se houver cessão de prerrogativas ou usurpação, o resultado será a anarquia.</p> <p>20. O presidente defende suas prerrogativas e respeita a dos demais poderes, o que lhe reforça o direito de lutar contra tentativas de invasão de competências.</p> <p>21. O Judiciário fica mais distante dos outros poderes; só se manifesta quando provocado; se não, perderá o prestígio moral.</p> <p>22. Executivo e Legislativo têm relação mais estreita, por isso devem manter convergência de esforços.</p> <p>23. Ao Executivo, cabe a iniciativa de leis administrativas;</p>
---	---

<p>medidas legislativas, de caráter administrativo. É claro, porém, que de nada serviria essa iniciativa, cujo fim é preparar e facilitar a ação conjunta dos demais poderes, se o Legislativo recusasse o seu acordo, tomando orientação diversa ou contrária.</p> <p>24. O atual momento assinala-se pela imprescindível necessidade de franca e resoluta cooperação do Legislativo para que seja adotada e posta em execução uma política financeira, rigorosamente adequada às urgentes exigências do Tesouro. Aí está o ponto culminante da administração. Espero muito do patriotismo do Congresso Federal e da austeridade do caráter brasileiro para tornar efetivas as providencias reclamadas pela nossa situação.</p> <p>25. Em um documento, que veio a ter larga publicidade, empenhei a responsabilidade do meu governo na fiel execução do acordo financeiro celebrado em Londres. Mais do que a minha responsabilidade, está nisso empenhada a própria honra nacional.</p> <p>26. A nossa situação reclama soluções definitivas.</p> <p>27. Não podemos deliberar uma só despesa, nem tolerar as que sejam adiáveis, antes de termos posto ordem nos nossos negócios e regulado as nossas contas.</p> <p>28. Repito: trata-se de cumprir um dever de honra e não há sacrifícios que devam fazer-nos esmorecer. Nunca se tornou mais necessária a cooperação do Legislativo. Os negócios da União a reclamam. De resto, não se perca jamais de vista que os membros do Congresso Federal não são advogados de interesses localizados em determinadas circunscrições. Eles representam antes de tudo e acima de tudo a Nação, cujos grandes destinos foram confiados à sua solicitude patriótica.</p> <p>29. Cumpre proscrever, em definitiva, a política particularista que, podendo até certo limite ter sido justificada pela centralização opressora do regime decaído, não se ajusta absolutamente aos amplos moldes do sistema federativo. A missão do representante do Estado, hoje, diversifica consideravelmente na sua natureza e nos seus intuítos, daquela que incumbia ao representante da província, outrora. Vai de uma à outra a enorme distancia que medeia entre a centralização e a federação. Na avarenta partilha organizada pelo regime centralista da</p>	<p>e o Legislativo não pode recusar-se ao acordo.</p> <p>24. O momento exige a cooperação do Legislativo as políticas financeiras: por isso, espera-se o patriotismo do Congresso Federal.</p> <p>25. O presidente empenhou a própria honra e a do País no cumprimento do acordo financeiro feito em Londres.</p> <p>26, 27. A situação exige solução definitiva: não pode haver qualquer despesa sem que as contas tenham sido ajustadas.</p> <p>28. Ajustar as contas é um dever de honra, exige sacrifícios e a cooperação do Legislativo, pois os parlamentares não devem defender interesses locais, mas os nacionais.</p> <p>29. Não se justifica mais a defesa de interesses localizados, pois findou o regime centralista, que obrigava as províncias a mendigarem recursos da União.</p>
--	---

monarquia, a província, espoliada de todos os recursos, era forçada a bater freqüentemente à porta do Tesouro do Império, conduzida à mão, como mísera mendiga, pêlos seus mais solícitos representantes.

30. Hoje, porém, que o Estado se acha generosamente dotado dos opulentos recursos que lhe faculta o art. 9º da Constituição da República, gozando ao mesmo tempo das amplitudes da mais vasta autonomia, dentro da qual pode garantir a máxima intensidade às suas forças produtoras, o que convém e o que é reconhecidamente necessário é aliviar-se a União, na medida constitucional, dos encargos administrativos que por sua natureza devam passar à responsabilidade dos poderes estaduais.

31. É este o critério único que deve dirigir a conduta do representante no seio do Congresso Federal.

32. Outro é o papel dos Estados. Valiosa colaboração está-lhes reservada na obra de reparação que preocupa os poderes da União.

33. A restauração financeira, supremo objetivo do momento, para que seja sólida e duradoura, depende essencialmente de uma profunda reconstituição das forças econômicas, de tal sorte que os agentes da riqueza nacional possam atingir à sua maior capacidade produtora, servindo de base a todas as vantagens que possam ser alcançadas nas relações do comércio internacional.

34. O estado monetário de um país, segundo opinião autorizada e apoiada na observação de um valiosíssimo exemplo, depende menos da sua legislação do que da sua situação econômica. Ela é preparada e mantida antes pela agricultura, pelo comércio e pela indústria do país, do que pelas leis que o regem. É preciso produzir.

35. O problema da produção, nos países novos, está intimamente ligado ao problema do povoamento. Mas a constituição transferiu aos Estados as terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios. Quer isto dizer que os dois problemas se acham constitucionalmente afetos à competência do poder estadual, na sua parte essencial.

36. Aí desenha-se, portanto, na sua maior nitidez, o vasto campo em que pode desenvolver-se a atividade administrativa dos Estados, na mais fecunda colaboração pela prosperidade da República. Desde que a indústria indígena, acrescenta a autoridade já

30, 31. Como os Estados dispõem de recursos assegurados na Constituição, deve-se aliviar a União de encargos que devem passar aos Estados. Essa deve ser a conduta do parlamentar federal.

32. Agora, os Estados devem cooperar com a obra de recuperação da União.

33. Para uma restauração financeira permanente, devem ser reconstituídas as forças econômicas, para assegurar vantagens no mercado internacional.

34. A estabilidade monetária é assegurada não com leis, mas com a capacidade de produção.

35. A produção, em países novos, depende do povoamento; e como a União repassou aos estados as terras devolutas, depende dos estados povoamento e produção.

36. Uma indústria nacional forte propicia o consumo interno, a exportação, evita gastos com importação, atrai capital estrangeiro, enfim, traz a

<p>referida, chega a alimentar o consumo interno e oferece sobras para a exportação, ela consegue não só impedir que o capital nacional vá ser despendido no estrangeiro, como ainda atrair a imigração do capital estrangeiro. É então que se estabelece a melhor situação monetária, qualquer que seja a legislação.</p> <p>37. Nos vastos domínios da competência estadual há, pois, espaço bastante para o desenvolvimento desta política prática e fecundante, simultaneamente favorável ao progresso da riqueza dos Estados e à consolidação das finanças da União. Serão outros tantos interesses a fortificar os vínculos da unidade nacional, sob a influência vivificante do regime federativo.</p> <p>38. À comunidade de raça, de tradições históricas, de língua e de religião, gerando a coesão do sentimento nacional, é preciso acrescentar a comunidade econômica e financeira, fortalecendo os vínculos de solidariedade entre a União e os Estados.</p> <p>39. Faço, portanto, consistir na nossa constituição econômica a base de nossa regeneração financeira.</p> <p>40. Evidentemente muito resta ainda a fazer para constituir a riqueza nacional na medida dos vastos recursos naturais que o país possui.</p> <p>41. A posição do café nos mercados de consumo, quando esse é o principal produto de exportação, denuncia claramente um considerável decréscimo do nosso poder econômico. Sendo, como é, da maior gravidade este fato, todavia é ele de natureza, antes a provocar a atenção previdente dos brasileiros, do que a produzir-lhes desalentos.</p> <p>42. O que cumpre, em semelhante emergência, é não fechar os olhos à evidência, nem procurar lutar em vão por meios artificiais, contra a natureza das coisas, mas sim, encarar o problema com coragem e energia, obedecendo às leis naturais.</p> <p>43. Mas, o que sobretudo agrava as preocupações do poder público neste difícil momento, pelo seu caráter extremamente urgente, é a intensidade da crise financeira. ela resulta de erros gravíssimos, que vêm de longe, acumulando progressivamente os encargos dos seus pesados efeitos, que cumpre reparar quanto antes pelos meios mais adequados e pelos processos mais prontos, começando por assinalar as suas causas preponderantes, que são entre outras: O protecionismo inoportuno e por vezes absurdo em</p>	<p>estabilidade monetária, independentemente da legislação.</p> <p>37. Os estados têm competência para estabelecer essa prática produtiva e fortalecer o regime federativo.</p> <p>38. A comunidade econômica e financeira deve ser criada para fortalecer os laços culturais do Brasil e os vínculos entre Estados e União.</p> <p>39. Da estabilidade econômica depende a regeneração financeira.</p> <p>40. Muito resta a fazer para aproveitar os recursos naturais.</p> <p>42. A posição internacional do café, em baixa, sinaliza a queda do poder econômico nacional.</p> <p>42. É necessário enfrentar o problema com coragem e energia, obedecendo às leis naturais.</p> <p>43. A crise financeira, resultado de ações erradas no passado, é a principal preocupação do poder público; e é preciso acabar com suas causas: o protecionismo inoportuno a indústrias artificiais; a emissão de moeda não convertível; o déficit provocado pelo funcionalismo exagerado e pelo aumento contínuo dos</p>
---	---

<p>favor de indústrias artificiais, à custa dos maiores sacrifícios para o contribuinte e para o tesouro; – a emissão de grandes massas de papel inconvertível, causando profunda depressão no valor do meio circulante ; – os déficits orçamentários criados pelo funcionalismo exagerado, pelas despesas de serviços de caráter puramente local, pelo aumento contínuo da classe dos inativos; – as despesas extra-orçamentárias provenientes dos créditos extraordinários abertos pelo Executivo e das leis espaciais votadas pelo Congresso ; – as indenizações por sentenças judiciais, que sobem todos os anos a somas avultadas ; – as despesas determinadas por comoções intestinas; – os compromissos resultantes dos montepios e dos depósitos, dada a prática de considerar como rendas ordinárias os valores que procedem dessas instituições; – o aumento constante da dívida flutuante, que se origina dos próprios déficits, e conseqüente aumento da dívida consolidada; – a má arrecadação das rendas publicas; – o efeito moral da má política financeira, acarretando o descrédito; – o conseqüente retraimento da confiança dos capitais no país e no estrangeiro; – a especulação que neste meio se desenvolve como as parasitas em organismo em decadência; – finalmente, a baixa da taxa cambial, síntese e expressão de todos os erros.</p> <p>44. A resumida indicação das múltiplas causas que perturbam a situação financeira e econômica do país e que aí fica, denuncia também a necessidade das medidas complexas, que urgentemente devem ser adotadas para uma solução definitiva.</p> <p>45. Agir com prontidão, energia e perseverança sobre todos os elementos que acabo de apontar como agentes de nossa decadência econômica e financeira, abandonando a política dos expedientes e dos adiamentos para tomar francamente a política das soluções, é em suas linhas gerais o programa do meu governo. Não vejo outro caminho, seguro e honesto, que possa conduzir ao restabelecimento das relações normais com os credores da República, suprema aspiração que o brio e a honra nos impõem.</p> <p>46. Mas, a política financeira, tal como a temos adotado, para que possa tomar o seu natural desenvolvimento e atingir aos seus elevados intuítos, reclama desde logo e imprescindivelmente, como condição fundamental, a ordem interna.</p> <p>47. Não se governa nem se administra de modo</p>	<p>inativos; os créditos extraordinários abertos pelo Congresso; as indenizações por sentenças judiciais; as despesas provocadas por revoltas internas; os compromissos dos montepios; o aumento da dívida flutuante; a má arrecadação das rendas; o retraimento dos capitais estrangeiros; a especulação dos parasitas financeiros e a baixa taxa cambial.</p> <p>44. Essas causas múltiplas exigem medidas complexas e urgentes.</p> <p>45. Deve-se abandonar a política de adiar, e solucionar já os problemas. Esse é o caminho para reestabelecer as relações com os credores da República.</p> <p>46. Para adotar as medidas de correção da política financeira é necessário estabelecer a ordem interna.</p> <p>47. Se o governante precisa</p>
--	--

<p>conveniente aos interesses dos povos, desde que a autoridade é forçada a desviar de contínuo a sua atenção para os perigos que ameaçam a tranqüilidade pública.</p>	<p>desviar sua atenção para ameaças, não administra convenientemente.</p>
<p>48. Felizmente a índole paccífica e ordeira do povo brasileiro tem-se assinalado, no decurso da vida nacional, por largos períodos de perfeita calma, em épocas diversas; e já agora não há quem não veja, na angustiosa experiência trazida pelos sucessos mais recentes, que urge retomar a marcha interrompida e buscar nos inestimáveis benefícios do sossego e da paz o ponto de partida para as soluções que o país aspira ardentemente.</p>	<p>48. A índole pacífica dos brasileiros, após as revoltas recentes, deve ser retomada.</p>
<p>49. Esta manifestação do sentimento patriótico e do bom senso nacional desperta as mais sólidas esperanças e dissipa, ao mesmo tempo, as apreensões que acaso possam preocupar o poder público.</p>	<p>49. O sentimento patriótico desperta esperanças e desfaz apreensões.</p>
<p>50. O governo, por sua vez, acha-se firmemente deliberado a agir, na esfera de sua elevada missão, com a máxima solicitude e com o mais esforçado empenho no sentido de acrisolar e desenvolver este nobre sentimento de ordem, que assim se revela por louvável espontaneidade, assegurando a todos os indivíduos e a todas as classes o valioso conjunto de garantias com que a lei protege a livre expansão de todas as forças sociais.</p>	<p>50. O governo reforça esse sentimento de ordem, assegura o cumprimento da lei para a expansão das forças sociais.</p>
<p>51. Bem compenetrado deste dever e na emergência de uma necessidade, declaro que não terei fraquezas nem hesitações na ação repressiva, que as circunstâncias possam reclamar, contra os elementos perturbadores.</p>	<p>5152, 53.. O presidente não hesitará em reprimir os elementos perturbadores; confia na disciplina e na lealdade das classes armadas, o que garante o êxito do programa de paz.</p>
<p>52. Tenho ilimitada confiança na disciplina, na lealdade e no patriotismo das classes armadas, nobres sentimentos esses postos a duras provas, com admirável correção e inexcedível valor, todas as vezes que o serviço da pátria ha reclamado, dentro ou fora das fronteiras.</p>	
<p>53. Com elementos tão seguros, não hesito em prever o êxito do meu programa de ordem e de paz.</p>	
<p>54. No que respeita às relações internacionais, estou certo de corresponder ao sentimento nacional, adotando uma política, cujo mais vivo empenho consista em manter e fortalecer os laços de amizade, que felizmente existem entre o Brasil e as demais potências. Para a realização destes intuitos nem um esforço será poupado, convencido, como estou, de que não há missão mais nobre, nem tarefa mais grata aos</p>	<p>54. Na política internacional, manter e fortalecer os laços de amizade com as potências, pois a paz é a missão maior do governo.</p>

<p>que governam, do que a de assegurar a paz.</p> <p>55. Na guarda e defesa dos elevados interesses que me estão confiados, jamais perderei de vista que só um programa de confraternidade internacional pode garantir à nação brasileira o lugar de honra a que tem incontestável direito no convívio dos povos cultos.</p> <p>56. Num país de imigração, como o nosso, que solicita do estrangeiro o trabalho e o capital, cumpre antes de tudo guardar absoluta fidelidade e rigorosa justiça na execução das leis, pois que é aí que reside a suprema garantia às pessoas e aos interesses estrangeiros. Grande soma de atritos e reclamações diplomáticas recentes tiraram a sua origem dos desvios da ordem legal, infelizmente motivados por paixões que se desencadearam no meio das agitações intestinas. Cabe à nossa lealdade reconhecer o fato para corrigi-lo com a inflexibilidade da nossa justiça.</p> <p>57. É oportuno fazer solene apelo aos governos dos Estados e às justiças locais a bem da garantia e da eficácia de todos os direitos. É nisso que repousa a confiança das potências amigas e disso depende também o sucesso de uma política exterior capaz de alargar, no terreno político e comercial, as fronteiras de nossa influencia.</p> <p>58. Na fase de expansão em que deve entrar o país, como um corolário lógico da obra de regeneração econômica e financeira, a política exterior não pode obedecer à lei de inércia e há de manter intransigência absoluta, altiva e digna, em tudo quanto possa afetar a soberania nacional ou a integridade territorial.</p> <p>59. Em relação à outra ordem de interesses, a diplomacia brasileira, isenta de infundados preconceitos, agirá ativamente no empenho de secundar o desenvolvimento de nossa riqueza, favorecendo a abertura de mercados aos nossos produtos de exportação e concorrendo para a maior expansão do nosso comércio internacional.</p> <p>60. Esta é hoje a missão mais profícua da diplomacia moderna.</p> <p>61. Cabe-me finalmente, registrar, congratulando-me com a Nação, o modo altamente significativo por que recebo das mãos do meu ilustre antecessor o governo da República.</p> <p>62. Vê-se bem nessa cordialidade e fina cortesia, que presidem à passagem do governo, sobressair, como sintoma auspicioso e característico da normalidade de nossa existência política, a afirmação</p>	<p>55. Só a amizade do Brasil com outros países assegurará o convívio com os povos cultos.</p> <p>56. Como o Brasil requer do estrangeiro força de trabalho e capital, deve dar garantias aos interesses estrangeiros; as reclamações dos estrangeiros foram motivadas por agitações internas, que descupriram a lei; portanto, deve-se corrigir as injustiças.</p> <p>57. Os governos estaduais devem garantir a justiça e o direito, para recompor a confiança das potências amigas.</p> <p>58. Na retomada que deve fazer o país, a política externa lutará pela soberania nacional.</p> <p>59, 60. A diplomacia brasileira, sem preconceitos, se empenhará para abrir novos mercados para a exportação; esta é a missão da diplomacia moderna.</p> <p>61. O presidente congratula-se o antecessor, pelo modo cordial como transmite o governo; auspícios da continuidade governativa.</p>
--	---

da continuidade governativa, tal como a reclamam os interesses permanentes da pública administração e a própria essência do sistema.

63. Está definitivamente encetada a prática das boas normas, que favorecem a serenidade da sucessão nas regiões do poder, assinalado serviço é esse, que certamente muito contribuirá para elevar o prestígio das instituições democráticas que nos regem.

64. Quero ver também na nobre conduta do eminente cidadão, por uma feliz identificação com os altos interesses nacionais, o suave reflexo da fraternal convivência de outrora.

65. Havíamos passado, juntos, a nossa prolongada e trabalhosa vida de combatentes: e hoje, ao impulso dos acontecimentos, encontramos-nos à porta do poder, que, todavia, continua a ser ainda um posto de combate.

66. Descendo agora do governo, ele vai seguro de poder pedir à paz da própria consciência a única recompensa verdadeira, que em vida alcançam os devotados e bons servidores da Pátria.

67. Quanto a mim, ao subir as escadas que levam o homem público ao mais alto posto de responsabilidade, não me resta senão pedir às energias da minha própria fé o valor e a fortaleza de ânimo de que careço para este novo combate, certamente o mais temeroso de todos, pela grandeza e pela prosperidade da República.

CAPITAL FEDERAL, 15 de Novembro de 1898.

M. Ferraz de Campos Salles

(3648 palavras)

63. A serenidade na sucessão contribui para o prestígio das instituições democráticas.

64, 65. O gesto nobre do antecessor reflete identificação e fraternidade desenvolvida nos tempos de combates é reencontrada às portas do poder.

66. O antecessor terá a paz como recompensa.

67. O presidente pede força para o combate, o mais temeroso de todos, pela grandeza e prosperidade da República.

Configuração

Composto por 67 parágrafos, o manifesto inaugural de Campos Salles está assim dividido:

Do 1º ao 6º, faz as saudações, rememora os compromissos republicanos, os quais exalta, assim como exalta seus antecessores e a si próprio, como fundadores de tal regime;

Do 7º ao 9º, reafirma a República como valor inquestionável tanto no Brasil como no exterior; apesar das revoltas, os perigos foram debelados;

Do 10º ao 12º, faz recomendações quanto às novas atitudes dos partidos;

Do 13º ao 24º, relembra que os poderes devem ser harmônicos e colaborarem entre si, sem usurpação de competências; no mesmo tom, pede cooperação do Legislativo;

Do 25º ao 28º, menciona os compromissos (dívidas) internacionais e a necessidade de honrá-los;

Do 29º ao 33º, conclama os partidos a terem uma visão “nacional” e não localizada;

Do 34º ao 42º, argumenta sobre a necessidade de fazer crescer a produção nacional, como prioridade; e que os Estados têm condições e dever de alavancar a economia para alcançar a regeneração financeira;

Nos 43º e 44º faz extensa exposição das causas da crise financeira, em tom de advertência sobre as providências a serem tomadas.

Do 45º ao 47º, alerta para a necessidade imperativa de reinar a ordem interna, para que se possa recuperar a confiança financeira;

Do 48º ao 53º, apela para a índole pacífica dos brasileiros; comportamento que o governo reforça, mas que não hesitará em reprimir perturbações;

Nos 54º ao 55º, 59º e 60º menciona os laços de amizade com potências financeiras e os objetivos da política externa;

Do 56º ao 58º, conclama os governos estaduais a garantirem o direito e a justiça, especialmente para fazer ver ao estrangeiro que terão seus direitos respeitados

Do 61º ao 66º, congratula-se com o antecessor, ressaltando suas qualidades e o clima de harmonia na transmissão de poder;

No último, o presidente pede força para o combate, o mais temeroso de todos, pela grandeza e prosperidade da República.

Tipificação do discurso

É um discurso do tipo deliberativo. Ou, pelo menos, que tem a maior parte das características para sê-lo. O orador se esforça para construir bem o seu auditório, não apenas incluindo (povo, estados, militares) e excluindo (revoltosos) atores políticos, mas também reafirmando valores comuns (república, honra, patriotismo). É bastante extenso na leitura dos problemas, não ignora perigos e ameaças, bem como não deixa de mencionar sua própria receita para tais problemas. O forte de seu discurso, mais que nas proposições que faz, está na exposição de crenças e valores, como se pode ver pelas negativas e afirmativas enfáticas. Entretanto, no conjunto, acaba se revelando autoritário, por não

depositar tanto poder assim no auditório. O orador é quem resolverá os problemas do Brasil. E se não forem resolvidas as crises, será pela responsabilidade de outros.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- cheio de confiança nos poderosos elementos de vitalidade nacional (1)
- seguro da dedicação patriótica dos meus concidadãos (1)
- com a responsabilidade unipessoal, preferiu [o voto popular] eliminar a política de uma coletividade para concentrá-la na pessoa da suprema autoridade, em quem reside constitucionalmente o critério que dirige, delibera e aplica (4)
- os meus antecedentes [firmeza republicana] (...) responderão, como seguro penhor, pela correção da minha conduta no desempenho do mandato (5)
- sentimentos [povos e governos estrangeiros], traduzidos por atos reiterados de delicada cortesia são todos pela prosperidade da nossa pátria, com a qual eles se acham estreitamente relacionados por laços de ordem moral e econômica, que se formaram na reciprocidade de consideráveis e legítimos interesses (7)
- registrar, congratulando-me com a Nação, o modo altamente significativo por que recebo das mãos do meu ilustre antecessor o governo da República (61)
- cordialidade e fina cortesia, que presidem à passagem do governo; afirmação da continuidade governativa, tal como a reclamam os interesses permanentes da pública administração e a própria essência do sistema (62)
- está definitivamente encetada a prática das boas normas, que favorecem a serenidade da sucessão nas regiões do poder (63)
- quero ver também na nobre conduta do eminente cidadão, por uma feliz identificação com os altos interesses nacionais, o suave reflexo da fraternal convivência de outrora (64)
- descendo agora do governo, ele [o antecessor] vai seguro de poder pedir à paz da própria consciência a única recompensa verdadeira, que em vida alcançam os devotados e bons servidores da Pátria (66)

Avaliação:

O orador é bastante pródigo ao construir seu auditório, tanto o universal (eleitores, países estrangeiros) como o específico (forças que o apóiam). Nesse último, por sinal, reside a maior parte das cortesias, o que dá o tom do arco de alianças necessárias para fazê-lo chegar ao poder.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- desde que, sob a influência de funestas tendências e dominado por mal entendida aspiração de supremacia, algum dos poderes tentar levar a sua ação além das fronteiras demarcadas, em manifesto detrimento das prerrogativas de outro, estará nesse momento substancialmente transformada e invertida a ordem constitucional e aberto o mais perigoso

conflito, do qual poderá surgir uma crise cujos perniciosos efeitos venham afetar o próprio organismo nacional(16)

- este perigo [invasão de competências entre os poderes] é mais para temer-se nas urbanizações novas (...) quando ainda não se tem alcançado (...) as linhas que separam as respectivas esferas de competência (17)
- o que sobretudo agrava as preocupações do poder público neste difícil momento, pelo seu caráter extremamente urgente, é a intensidade da crise financeira (43)
- ela [a crise financeira] resulta de erros gravíssimos (43)
- protecionismo inoportuno (...) em favor de indústrias artificiais (43)
- a emissão de grandes massas de papel inconvertível (43)
- déficits orçamentários criados pelo funcionalismo exagerado, pelas despesas de serviços de caráter puramente local, pelo aumento contínuo da classe dos inativos (43)
- despesas extra-orçamentárias provenientes dos créditos extraordinários abertos pelo Executivo e das leis espaciais votadas pelo Congresso (43)
- indenizações por sentenças judiciais (43)
- compromissos resultantes dos montepios e dos depósitos (43)
- aumento constante da dívida flutuante (43)
- efeito moral da má política financeira, acarretando o descrédito (43)
- retraimento da confiança dos capitais no país e no estrangeiro (43)
 - especulação que neste meio se desenvolve como as parasitas em organismo em decadência (43)
- baixa da taxa cambial, síntese e expressão de todos os erros (43)

Avaliação

Dois são os principais perigos e ameaças: a (possível) invasão das competências do Executivo e a crise financeira. Sendo que é esta última quem determina a necessidade de o Executivo ter primazia na iniciativa de leis, e de não ser contrariado em seus intentos: é preciso que mande sem ser contestado, para resgatar a economia.

III. Advertências

- isto [o cuidado contra invasões de competência de um poder no outro] indica bem o cuidado, o zelo patriótico, a sincera solicitude, a isenção de ânimo e o sentimento de justiça que, em cada um dos órgãos da soberania nacional, devem presidir o exame e assinalamento das funções respectivas (17)
- fora daí [respeito de um poder pelo outro], em vez de poderes coordenados, não teremos senão forças rivais, em perpétua hostilidade, produzindo a perturbação, a desordem e a anarquia nas próprias regiões em que paira o poder público para vigiar pela tranquilidade e pela segurança da comunhão nacional e garantir a eficácia de todos os direitos (19)
- esta atitude [respeito aos limites dos demais poderes], que será rigorosamente observada, dará forças ao depositário do Executivo para, de seu lado, opor obstinada resistência a todas as tentativas invasoras (20)
- espero muito do patriotismo do Congresso Federal e da austeridade do caráter brasileiro para tornar efetivas as providências reclamadas pela nossa situação (24)

- A restauração financeira, supremo objetivo do momento, para que seja sólida e duradoura, depende essencialmente de uma profunda reconstituição das forças econômicas (33)
- à comunidade de raça, de tradições históricas, de língua e de religião, gerando a coesão do sentimento nacional, é preciso acrescentar a comunidade econômica e financeira, fortalecendo os vínculos de solidariedade entre a União e os Estados (38)
- o que cumpre, em semelhante emergência, é não fechar os olhos à evidência, nem procurar lutar em vão por meios artificiais, contra a natureza das coisas, mas sim, encarar o problema com coragem e energia, obedecendo às leis naturais (42)
- cumpre reparar [a crise financeira] quanto antes pelos meios mais adequados e pelos processos mais prontos, começando por assinalar as suas causas preponderantes, que são entre outras (43)
- necessidade das medidas complexas, que urgentemente devem ser adotadas para uma solução definitiva (44)
- a política financeira (...) reclama desde logo e imprescindivelmente, como condição fundamental, a ordem interna (46)
- urge retomar a marcha interrompida e buscar nos inestimáveis benefícios do sossego e da paz o ponto de partida para as soluções que o país aspira ardentemente (48)
- [num país de imigração, como o nosso] (...) cumpre antes de tudo guardar absoluta fidelidade e rigorosa justiça na execução das leis (56)
- [faz] apelo aos governos dos Estados e às justiças locais a bem da garantia e da eficácia de todos os direitos (57)
- É nisso [na garantia dos direitos] que repousa a confiança das potências amigas e disso depende também o sucesso de uma política exterior capaz de alargar, no terreno político e comercial, as fronteiras de nossa influencia. (57)

Avaliação

No mesmo tom da menção a perigos, nas advertências voltam as mesmas questões: prevalência da vontade do Executivo e retomada do crescimento econômico como forma de assegurar a regeneração financeira.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- no regime democrático, que se caracteriza pelo contraste das opiniões, como precioso fruto da livre manifestação do pensamento, eles [os partidos] são necessários para assegurar o equilíbrio político, garantindo o progresso nacional pela sucessão dos princípios no governo, uma vez que saibam exercer uma ação prudente, tolerante e disciplinada ao serviço de intuítos patrióticos (11)
- felizmente a índole pacífica e ordeira do povo brasileiro tem-se assinalado, no decurso da vida nacional, por largos períodos de perfeita calma, em épocas diversas (48)
- esta manifestação do sentimento patriótico e do bom senso nacional desperta as mais sólidas esperanças e dissipa, ao mesmo tempo, as apreensões que acaso possam preocupar o poder público (49)
- tenho ilimitada confiança na disciplina, na lealdade e no patriotismo das classes armadas (52)

Avaliação

Nas manifestações de apoio, a necessidade de os partidos se manterem “ordeiros” em relação à vontade do Executivo, e também do povo não se rebelar.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não perdi jamais de vista o dever, imposto pela honra política e estimulado pelo próprio patriotismo, de consagrar, na sua conservação, todas as energias e toda a perseverança de uma crença inabalável (6)
- a existência da República Brasileira não é, não pode mais ser objeto de apreensões nem sobressaltos para o espírito nacional (7)
- não há, pois, desse lado [crença na forma republicana], perigos a debelar (9)
- as estreitezas do exclusivismo, que a situação geral do país não comporta (10)
- não é que eu pense que os partidos não devam subsistir (11)
- (...) que o espírito público não mais se agite senão em torno das grandes e pesadas necessidades que oprimem a União, abatendo o nosso valor moral (12)
- [entretanto] não basta o esforço isolado do Executivo para o bom governo da República (15)
- não ceder nem usurpar [os poderes uns dos outros](18)
- [o Judiciário] é um poder que não luta; não ataca; não se defende: julga (21)
- é claro, porém, que de nada serviria essa iniciativa [iniciativa de leis administrativas], (...) se o Legislativo recusasse o seu acordo, tomando orientação diversa ou contrária (23)
- não podemos deliberar uma só despesa, nem tolerar as que sejam adiáveis, antes de termos posto ordem nos nossos negócios e regulado as nossas contas (27)
- não há sacrifícios [pagamento da dívida] que devam fazer-nos esmorecer (28)
- nunca se tornou mais necessária a cooperação do Legislativo (28)
- não se perca jamais de vista que os membros do Congresso Federal não são advogados de interesses localizados em determinadas circunscrições (28)
- não se ajusta [a política particularista dos congressistas] absolutamente aos amplos moldes do sistema federativo (29)
- não se governa nem se administra de modo conveniente aos interesses dos povos, desde que a autoridade é forçada a desviar de contínuo a sua atenção para os perigos que ameaçam a tranquilidade pública (47)
- com elementos tão seguros [apoio das classes armadas], não hesito em prever o êxito do meu programa de ordem e de paz (53)
- a política exterior não pode obedecer à lei de inércia e há de manter intransigência absoluta, altiva e digna, em tudo quanto possa afetar a soberania nacional ou a integridade territorial (58)

b) Afirmativas enfáticas

- temos, felizmente, chegado ao momento em que Coube-me a fortuna de vê-la [a República brasileira] acolhida com as mais penhorantes mostras de afetuosa simpatia por povos e governos estrangeiros (7)
- firmou-se, portanto, dentro e fora do país, a crença indestrutível de haver a República aqui fundado o seu “domicilio perpetuo”. (7)
- as violentas comoções por que tem passado o país e que têm sido, para todos os povos, o invariável legado das grandes transformações políticas ou sociais (8)
- a forma Republicana, tal como a concebeu a Constituição de 24 de Fevereiro, é positivamente a que tem de reger para sempre os destinos da Nação Brasileira (8)
- é no seu admirável organismo [forma republicana] que reside a mais sólida garantia de perpétuo acordo entre a unidade nacional e a vitalidade das forças locais (8)
- as forças sociais – as únicas que asseguram as vitórias fecundas e garantem a perpetuidade das conquistas morais – estão definitivamente arregimentadas ao lado da República (9)
- a revolução a [República] proclamou, a perseverança republicana a consolidou e agora responde por ela a vigilante solicitude do sentimento nacional (9)
- [as estreitezas do exclusivismo] devem ceder o lugar aos largos horizontes de uma política nacional, de tolerância e concórdia, que abra caminho à convergência de todos os esforços para o bem da Pátria, generoso e nobre ideal, em torno do qual pode-se concertar a solidariedade de todos, sem todavia melindrar a dignidade de um só (10)
- o que deve ser proscrito, porque é um mal social e um grave embaraço às soluções do presente, é o espírito partidário com as suas paixões e violências, ora perturbando a evolução benéfica das idéias, ora contrapondo-se ao desdobramento tranqüilo da atividade governamental (11)
- é indispensável, é forçosamente preciso que, pesando cada um (...) façamos apelo às energias do nosso próprio patriotismo para dar como definitivamente encerrada a fase angustiosa das perturbações esterilizadoras e, ao mesmo tempo, aberto o fecundo período das grandes reparações (12)
- urge também que, ao influxo de iguais sentimentos [patriotismo], elevemos as nossas vistas além dos estreitos limites que encerram os interesses locais (12)
- na coexistência de outros órgãos de soberania (...) depende essencialmente da ação combinada e harmônica dos três poderes, guardadas entre si as relações de mútuo respeito e de recíproco apoio (15)
- defendendo intransigentemente e com o mais apurado zelo as prerrogativas conferidas ao poder que vou exercer em nome do sufrágio direto da Nação (20)
- afirmo aqui, desde já, o meu mais profundo respeito ante a conduta dos demais poderes, na órbita de sua soberania (20)
- fora desta região de paz e pureza, a única em que reina a justiça, o seu [do Judiciário] prestígio moral desfaz-se ao sopro das paixões (21)
- a eles [Executivo e Legislativo], pois, compete manter, no desdobramento de sua comum atividade, uma contínua e harmônica convergência de esforços a bem da República (22)
- é indiscutível – pois que é da natureza do regime – que ao Executivo cabe a iniciativa das medidas legislativas, de caráter administrativo (23)
- o atual momento assinala-se pela imprescindível necessidade de franca e resoluta cooperação do Legislativo para que seja adotada e posta em execução uma política financeira, rigorosamente adequada às urgentes exigências do Tesouro (24)
- a nossa situação reclama soluções definitivas (26)

- repito: trata-se de cumprir um dever de honra [pagar a dívida] (28)
- eles [os membros do Congresso Federal] representam antes de tudo e acima de tudo a Nação, cujos grandes destinos foram confiados à sua solicitude patriótica (28)
- cumpre proscrever, em definitiva, a política particularista (29)
- o estado monetário de um país (...) depende menos da sua legislação do que da sua situação econômica (34)

Avaliação

Tanto nas negativas quanto nas afirmativas enfáticas, três aspectos são preponderantes: o acordo em torno da República (e a necessidade de cessarem as revoltas contra ela); a necessidade de os partidos e os outros dois poderes cooperarem com o Executivo, sob a perspectiva deste último; e o grande imperativo que é o crescimento econômico, a honra às dívidas e a restauração financeira.

c) Identidade do orador

- cumpro-me expor à Nação, com sinceridade e clareza, todo o meu pensamento na direção dos seus altos destinos (1)
- falei a linguagem franca e leal, que me ditava a consciência e me aconselhava o patriotismo (2)
- investido do poder, venho trazer ao país, sob o império dos mesmos sentimentos, a ratificação solene de todos os meus compromissos (2)
- elevado a este posto de honrosa confiança e de incomensurável responsabilidade (3)
- apraz-me acreditar que, o que pretendeu o voto popular, nos comícios de 1º de março, foi colocar no governo da República o espírito republicano, na sua acentuada significação (3)
- tendo tomado a minha parte de responsabilidade, primeiro na preparação do sentimento republicano e depois na fundação do organismo institucional da República (6)
- como quer que seja, afirmarei desde já que é assim que compreendo a minha alta missão e é sob o influxo destes princípios [republicanos, nacionais, não-locais] que estou firmemente resolvido a agir no desempenho das minhas funções constitucionais (13)
- o homem chamado ao papel de árbitro (...) deve fazer calar as suas preferências e elevar-se acima da sua própria fé (13)
- isento das paixões do espírito de partido, a autoridade que vou exercer será posta ao serviço exclusivo da Nação (14)
- empenhei [em documento de larga publicidade] a responsabilidade do meu governo na fiel execução do acordo financeiro celebrado em Londres. Mais do que a minha responsabilidade, está nisso empenhada a própria honra nacional (25)
- bem compenetrado deste dever e na emergência de uma necessidade, declaro que não terei fraquezas nem hesitações na ação repressiva, que as circunstâncias possam reclamar, contra os elementos perturbadores (51)
- quanto a mim, ao subir as escadas que levam o homem público ao mais alto posto de responsabilidade, não me resta senão pedir às energias da minha própria fé o valor e a

fortaleza de ânimo de que careço para este novo combate, certamente o mais temeroso de todos, pela grandeza e pela prosperidade da República (67)

Avaliação

Sem dúvida, o orador se sente o “ungido” para resolver os problemas nacionais, tem consciência de seu poder e avoca para si a preponderância na condução dos destinos nacionais. Essa postura pode ser vista pelo auditório como arrogante, o que descredenciaria o orador.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- agir com prontidão, energia e perseverança sobre todos os elementos que acabo de apontar como agentes de nossa decadência econômica e financeira (45)
- [abandono da] política dos expedientes e dos adiamentos para tomar francamente a política das soluções [45]
- o governo (...) acha-se firmemente deliberado a agir, na esfera de sua elevada missão, com a máxima solicitude e com o mais esforçado empenho no sentido de acrisolar e desenvolver este nobre sentimento de ordem (50)
- [o governo assegura] a todos os indivíduos e a todas as classes o valioso conjunto de garantias com que a lei protege a livre expansão de todas as forças sociais (50)
- uma política [internacional] (...) [para] manter e fortificar os laços de amizade, que felizmente existem entre o Brasil e as demais potências (54)
- (...) garantir à nação brasileira o lugar de honra a que tem incontestável direito no convívio dos povos cultos (55)
- a diplomacia brasileira, isenta de infundados preconceitos, agirá ativamente no empenho de secundar o desenvolvimento de nossa riqueza, favorecendo a abertura de mercados aos nossos produtos de exportação e concorrendo para a maior expansão do nosso comércio internacional (59)

Avaliação

As proposições são desproporcionais aos problemas apontados. Diante de tantos perigos, tantas ameaças, tantos desafios, o orador faz proposições vagas, não menciona programas concretos; e até mesmo delega a outros (governadores, parlamentares) o dever de fazerem (ou deixarem de fazer) certas coisas que contribuirão para a afirmação do País. Desse ponto de vista, o discurso perde em autoridade, e corre o risco de cair no vazio.

Avaliação geral

Embora tenha algumas das boas características de um discurso deliberativo, isto é, uma fala que confere poder ao auditório, no conjunto acaba se revelando bastante autoritário. Embora faça as medidas de costume (eleitores), se identifique com valores (patriotismo, tolerância), avalie a gravidade da situação (crise financeira), ele acaba dando a

impressão de que será o único caminho para a resolução de todos os problemas do Brasil. E que o máximo que os outros atores políticos podem fazer é não se intrometerem; e, com suas advertências, acaba afirmando que se os problemas não forem resolvidos a culpa será de outros (parlamentares, estados).

Radiografia

É um discurso do tipo deliberativo. Ou, pelo menos, que tem a maior parte das características para sê-lo. O orador se esforça para construir bem o seu auditório, não apenas incluindo (povo, estados, militares) e excluindo (revoltosos) atores políticos, mas também reafirmando valores comuns (república, honra, patriotismo). É bastante extenso na leitura dos problemas, não ignora perigos e ameaças, bem como não deixa de mencionar sua própria receita para tais problemas. O forte de seu discurso, mais que nas proposições que faz, está na exposição de crenças e valores, como se pode ver pelas negativas e afirmativas enfáticas. Nas **cortesias, agradecimentos, elogios**, o orador é bastante pródigo ao construir seu auditório, tanto o universal (eleitores, países estrangeiros) como o específico (forças que o apóiam). Nesse último, por sinal, reside a maior parte das cortesias, o que dá o tom do arco de alianças necessárias para fazê-lo chegar ao poder. Já na **menção a problemas, perigos, inimigos**, identifica dois principais perigos: a (possível) invasão das competências do Executivo e a derrocada financeira. Sendo que é esta última quem determina a necessidade de o Executivo ter primazia na iniciativa de leis, e de não ser contrariado em seus intentos: é preciso que mande sem ser contestado, para resgatar a economia. Nas **Advertências**, no mesmo tom da menção a perigos, voltam as mesmas questões: prevalência da vontade do Executivo e retomada do crescimento econômico como forma de assegurar a regeneração financeira. Nas **Manifestação de regozijo e apoio**, aponta a necessidade de os partidos se manterem “ordeiros” em relação à vontade do Executivo, e também de o povo não se rebelar. Nas **Crenças e valores**, tanto nas negativas quanto nas afirmativas enfáticas, três aspectos são preponderantes: o acordo em torno da República (e a necessidade de cessarem as revoltas contra ela); a necessidade de os partidos e os outros dois poderes cooperarem com o Executivo, sob a perspectiva deste último; e o grande imperativo que é o crescimento econômico, a honra às dívidas e a restauração financeira. Na **Identidade do orador**, ele se revela como sendo o “ungido” para resolver os problemas nacionais, tem consciência de seu poder e avoca para si a preponderância na condução dos destinos nacionais. Essa postura pode ser vista pelo auditório como arrogante, o que descredenciaria o orador. Nas **Proposições e conclamações**, aparece uma fragilidade: estas são desproporcionais aos problemas apontados. Diante de tantos perigos, tantas ameaças, tantos desafios, o orador faz proposições vagas, não menciona programas concretos; e até mesmo delega a outros (governadores, parlamentares) o dever de fazerem (ou deixarem de fazer) certas coisas que contribuirão para a afirmação do País. Desse ponto de vista, o discurso perde em autoridade, e corre o risco de cair no vazio. Enfim, embora tenha algumas das boas características de um discurso deliberativo, isto é, uma fala que confere poder ao auditório, no conjunto acaba se revelando bastante autoritário.

Rodrigues Alves (1902 -1906)

Resumo

O Presidente assume o cargo com o propósito de corresponder à prova de confiança política nele depositado; pretende promover o bem da República e, para isso, conta com a cooperação das classes sociais. Compromete-se a respeitar direitos, com tolerância, sem exclusões, conforme compromissos eleitorais assumidos. Sem exageros, pretende dar especial atenção a alguns temas, entre eles, a conclusão do Código Civil, para o qual pretende convocar extraordinariamente o Congresso; pretende também reorganizar a legislação eleitoral, com alistamentos verdadeiros e eleições regulares. A crise financeira, resolvida pelo antecessor, continua a ser motivo de atenção, com a busca do resgate do valor da moeda, de orçamentos equilibrados, economia dos gastos públicos, pois não se pode perder as conquistas já obtidas. Para melhorar a situação financeira, é preciso produzir, mas diante do desestímulo, o poder público deve estar atento. As classes interessadas na economia e os Estados estão buscando as soluções para a crise de produção, por isso o poder público os apoiará. Os esforços do comércio e da lavoura serão amparados. Como faltam crédito, capital acumulado e de mão de obra, indústria nascente também será apoiada pelos poderes públicos. Mesmo com as riquezas naturais, é preciso capital e mão de obra vinda de fora; aos Estados, a quem foram devolvidas as terras públicas, cabe a tarefa de povoamento. O Presidente confia nos resultados do trabalhador estrangeiro; por isso, a União e os Estados protegerão e darão segurança a eles. É necessário, também, sanear a Capital da República, o que deve contar com o esforço de todos os poderes. Deve se tornar centro de atração de mão de obra e de capitais de todo o mundo. Entre as obras de saneamento deve estar a do porto. Com uma situação financeira precária, não são possíveis grandes promessas, mas procurará acudir as necessidades das classes armadas. A harmonia da União com os Estados, e destes entre si, com obediência à lei são as bases do regime federativo. O governo, em cumprimento à Constituição, respeitará os demais poderes. Serão mantidas e estreitadas as relações com as nações amigas. A ação do governo não será embaraçada por perturbações. Na esperança de fazer um governo justo, confia na disciplina, na ordem, no patriotismo, na ação legal das forças armadas. O Presidente fará tudo o que dele depender para a firmeza das instituições e grandeza da República.

Discurso

À Nação

1. Assumindo hoje o cargo de Presidente da República, para o qual tive a honra de ser eleito em 1º de março do corrente ano, cumpre o dever de afirmar ainda uma vez à Nação o propósito de empenhar toda a minha atividade para corresponder àquela prova elevadíssima de confiança política.

2. Não ousaria aceitar as grandes responsabilidades inerentes à mais alta magistratura do país, se não me fosse lícito contar com o franco auxílio, a leal cooperação e o incessante patriotismo de todas as classes sociais, a cujos esforços hei de resolutamente aliar os meus, com o pensamento inalterável de promover o bem geral da República.

3. Inspirando-me nas invariáveis normas da justiça, respeitando e fazendo respeitar todos os direitos, prometo aos meus concidadãos manter no governo o mais largo espírito de tolerância, sem ódios, sem preferências injustas ou odiosas exclusão. Foi esse o pensamento que tornei público em 23 de outubro do ano passado, expondo com desassombro e firmeza, em documento que teve ampla circulação, as idéias com que me apresentava ante o eleitorado da República, na esperança de seus sufrágios.

4. Nada me cumpre acrescentar, no momento em que começo a sentir o peso daquelas responsabilidades, ao que tive ocasião de afirmar nesse documento, com relação ao modo de encarar as grandes questões de ordem política e administrativa, que mais interessam à marcha dos negócios públicos. A Nação confiou em minha lealdade, consagrando na mais dignificadora manifestação de apreço a sinceridade do meu devotamento ao regime republicano. Não poderia ambicionar honra mais subida. O receio que me perturba o espírito é o de não poder tornar bastante intenso o meu esforço para corresponder a tão generosos intuitos.

5. Não me seduzem os programas aparatosos e sou, por índole, avesso a promessas exageradas. Na ordem dos serviços que provocam naturalmente a atenção dos governos há, entretanto, alguns que considero dignos da maior ponderação e hão de constituir objeto de minha especial solicitude.

6. A larga discussão que há provocado o

1. Assume o cargo com o propósito de corresponder à prova de confiança política.

2. Para promover o bem da República conta com a cooperação das classes sociais.

3. Compromete-se a respeitar direitos, com tolerância, sem exclusões, conforme compromissos eleitorais assumidos.

4. Espera estar à altura da confiança da Nação para administrar o País.

5. Sem exageros, pretende dar especial atenção a alguns temas.

6. Convocação extraordinária do

importantíssimo trabalho do Código Civil, no seio da representação nacional, tem despertado o máximo interesse em todas as classes ilustradas do país, e foi pelo governo reputada justamente necessária a convocação de uma sessão extraordinária do Congresso Legislativo para o estudo e solução do momentoso assunto.

7. A velha promessa, consagrada outrora em valioso documento político, da organização de um código de leis civis, converteu-se em reclamo nacional e deve ser cumprida. Confiado à sabedoria e competência dos nossos legisladores, é lícito esperar que não mais será interrompido esse trabalho, até que se complete, como pedem os interesses da República. Auxiliarei com o mais vivo empenho todos os esforços que tiverem por fim dotar o país com essa grande obra, que a opinião aguarda com a maior ansiedade.

8. Dedicando a minha atividade ao desenvolvimento moral e material do país, penso que não mais deverá ser colocada em plano inferior a necessidade de uma boa e sã organização eleitoral, que se funde na verdade do alistamento e na regularidade do processo das eleições.

9. “Bem assegurada a verdade do alistamento eleitoral, que é a base de uma legítima representação e garantida a liberdade do voto a todas as opiniões, disse a 23 de outubro, o regime republicano há de demonstrar a sua superioridade, impondo silêncio a murmurações e impaciências. Esse há de ser, sem cessar, em toda parte, bom regime de civismo de liberdade.”

10. Clama-se, há bastante tempo, contra o modo por que se operam no país os repetidos pleitos eleitorais, criando-se contra o nosso regime político uma corrente injusta de antipatias, que é preciso combater com vigor. Os poderes da República, que procedem do voto popular, devem ser indiscutivelmente fortalecidos pela confiança na pureza de sua origem, e nutro sinceramente a convicção de que uma boa lei eleitoral, garantindo o exercício de todos os direitos e dando acesso às urnas a todas as opiniões, nos tranquilizará com essa segurança.

11. A questão financeira, o mais difícil problema que teve de ser enfrentado – e o foi com êxito – pela fecunda atividade do meu honesto

Congresso para discutir o Código Civil.

7. Sendo o código civil uma antiga promessa, espera-se que seja concluído, como o apoio do Presidente.

8. Deve ser reorganizada a legislação eleitoral: alistamentos verdadeiros e eleições regulares.

9. Assegurada “a verdade” do alistamento eleitoral, cessarão as desconfianças, predominarão o civismo e a liberdade.

10. Uma boa lei eleitoral, garantirá os direitos a todos, gerará confiança e fortalecerá os poderes da República.

11. A crise financeira, resolvida pelo antecessor, continua a ser motivo de atenção, com a busca

antecessor, entrou em fase de solução pelo restabelecimento dos pagamentos em espécie, havendo cessado a situação excepcional criada pelo funding loan. Não de constituir sempre matéria de constantes cogitações para quem governa as condições financeiras de um país de moeda defeituosa, que cumpre valorizar, não podendo o homem de estado esquecer um só momento que as finanças dos povos não se consertam definitivamente sem orçamentos equilibrados com verdade, nem tal regime se poderá firmar sem a prática constante da mais rigorosa economia no dispêndio dos dinheiros públicos. Finanças perturbadas demandam sempre a continuidade dos esforços que houverem sido aplicados com proveito para a sua completa reparação. O terreno conquistado, uma vez perdido, constituirá elemento pernicioso para a agravação do mal, que se pretende combater.

Continuarei, portanto, a considerar a situação financeira como um grave problema de governo, empenhando-me quanto possível por melhorá-la.

12. O desenvolvimento da produção, que é a base da riqueza do país, concorrerá eficazmente para esse desideratum; mas, infelizmente, o nosso estado econômico não apresenta condições de prosperidade, exigindo dos poderes públicos cuidados atentos e vigilantes.

13. A baixa dos preços dos nossos principais produtos gera quase o desânimo do produtor, que encontra apenas mínima compensação ao seu trabalho.

14. É lisonjeiro acentuar que as classes interessadas na economia do país se congregam para estudar as suas necessidades e os remédios que possam diminuí-las, assim como trabalham os Estados na decretação de medidas que tendam a remover as causas mais pronunciadas da crise. Não será indiferente aos poderes públicos um esforço que tão utilmente se aparelha para debelar males que tanto nos afligem. E os reclamos das classes produtoras – da lavoura, que ainda há pouco, reunida em congresso nesta Capital, formulou, em síntese clara e com louvável elevação de intuito, as providências que pareciam oportunas em benefício de sua classe – do comércio, a classe honrada que com tanto sacrifício tem sabido arcar com as mais graves e penosas dificuldades, ambas dedicadas em extremo ao

do resgate do valor da moeda, de orçamentos equilibrados, economia dos gastos públicos, pois não se pode perder as conquistas já obtidas.

12. Para melhorar a situação financeira, é preciso produzir, mas diante do desestímulo, o poder público deve estar atento.

13. Os preços baixos geram desânimo no produtor.

14. As classes interessadas na economia e os Estados estão buscando as soluções para a crise de produção, por isso o poder público os apoiará. Os esforços do comércio e da lavoura serão amparados.

apelo dos governos em auxílio de seus encargos – hão de repercutir com proveito nos domínios da administração, profundamente interessada em atenuar os efeitos da precária situação em que se acham.

15. Todos os povos se batem atualmente pela causa de sua produção e de suas indústrias, agitandose intensamente em favor do produtor e na conquista dos melhores mercados. Os países novos, sem riquezas acumuladas, sem braços abundantes para a cultura de suas terras, sem instituições de crédito que amparem e estimulem o trabalho ou lutando ainda com todos os vícios de uma moeda má, não podem dispensar o apoio tutelar, mas cauteloso, dos poderes públicos e a sua ação benfazeja para animá-los nas fecundas iniciativas em prol do desenvolvimento de sua riqueza. Não se há de descuidar o governo destes grandes interesses.

16. Aparelhados por bons elementos naturais, como efetivamente o somos, não conseguiremos, todavia, o nosso fortalecimento econômico sem o concurso do braço e do capital, cuja introdução no país convém promover, afastando com pertinaz diligência todas as causas que puderem embaraçá-la. Com a devolução das terras para o patrimônio dos Estados, ficou-lhes pertencendo a parte mais importante no trabalho do povoamento do solo e da colonização. As grandes conveniências da produção e da riqueza prendem-se a esses importantíssimos serviços, aos quais é mister adicionar o que se refere aos instrumentos de transporte para a circulação fácil dos produtos do comércio e da indústria.

17. Confio grandemente na ação do trabalhador estrangeiro que nos tem trazido a energia de sua atividade e em várias zonas da República é conhecida e louvada a influência do seu concurso fecundo para o desenvolvimento de nossas variadas produções.

18. Cumprindo animar a corrente já bem estabelecida de braços válidos para nossas terras, aprez-me assinalar que os poderes da República, os da União como os dos Estados, alimentam o mais sincero empenho de convencer o trabalhador, seja qual for a sua procedência, que encontra em nosso país todas as garantias e seguranças.

19. Aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento

15. Como faltam crédito, capital acumulado e de mão de obra, indústria nascente também será apoiada pelos poderes públicos.

16. Mesmo com as riquezas naturais, é preciso capital e mão de obra vinda de fora; aos Estados, a quem foram devolvidas as terras públicas, cabe a tarefa de povoamento.

17. O Presidente confia nos resultados do trabalhador estrangeiro.

18.A União e os Estados protegerão e darão segurança aos trabalhadores, seja qual for a procedência destes.

19. É necessário, também, sanear a Capital da República, o que deve contar com o esforço

<p>desta Capital, trabalho sem dúvida difícil, porque se filia a um conjunto de providências, a maior parte das quais de execução dispendiosa e demorada. É preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço, façam dele a sua mais séria e constante preocupação, aproveitando-se de todos os elementos da que puderem dispor para que se inicie e caminhe. A Capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo.</p> <p>20. Os serviços de melhoramento do porto desta cidade devem ser considerados como elementos da maior ponderação para esse empreendimento grandioso.</p> <p>21. Quando se consumarem, poder-se-á dizer que a Capital da República libertou-se da maior dificuldade para o seu completo saneamento e o operário bendirá o trabalho que lhe for proporcionado para fim de tanta utilidade.</p> <p>22. Não permitem as nossas condições financeiras grandes promessas, que não poderiam aliás ser satisfeitas. Espero, todavia, poder dedicar especial atenção aos interesses das classes armadas, de terra e mar, procurando acudir às suas mais urgentes necessidades e promovendo os melhoramentos que forem compatíveis com os nossos recursos.</p> <p>23. Com os Estados cultivarei sempre as mais francas relações de harmonia, procurando apertar os laços de solidariedade entre todos para que se fortaleça cada vez mais o grande princípio da unidade nacional. Uma exata subordinação às normas cardeais do nosso estatuto fundamental, para que os poderes da União sejam sem cessar prestigiados e o maior cuidado na decretação de medidas legislativas dos Estados, a fim de que não surjam entre eles desinteligências, que degenerem em represálias ou perigosas hostilidades – são condições para que estabilidade perfeita do regime federativo, no qual repousam as melhores esperanças para a prosperidade geral da Nação.</p> <p>24. Adstrito aos encargos que lhe incumbe e bem disposto a não abrir mão dos direitos e atribuições que lhe são assegurados pela Constituição de 24 de fevereiro, o Governo há de respeitar como</p>	<p>de todos os poderes. Deve se tornar centro de atração de mão de obra e de capitais de todo o mundo.</p> <p>20. O porto deve ser melhorado.</p> <p>21. Bendito será o trabalho de saneamento da Capital.</p> <p>22. Com uma situação financeira precária, não são possíveis grandes promessas, mas procurará acudir as necessidades das classes armadas.</p> <p>23. A harmonia da União com os Estados, e destes entre si, com obediência à lei são as bases do regime federativo.</p> <p>24. O governo, em cumprimento à Constituição, respeitará os demais poderes.</p>
--	---

lhe cumpre, a esfera da ação em que tiverem a girar os demais poderes da República.

25. Nas relações internacionais o meu empenho será invariavelmente no sentido de mantê-las e estreitá-las com as nações amigas, sem outro pensamento senão o da paz e da confraternidade.

26. A ação do Governo, estou certo, não há de ser embaraçada por tendências perturbadoras de qualquer natureza. O período das agitações passou. Todos se acham convencidos de que a ordem e a tranquilidade geral são indispensáveis para a marcha normal dos negócios públicos e para o aproveitamento regular dos grandes recursos do país.

27. Esperando ser um Governo justo, confio na disciplina dos espíritos, no espírito de ordem dos meus concidadãos, na ação legal das forças armadas e no seu nunca desmentido patriotismo.

28. Ao assumir o governo, referiu-se o meu honrado antecessor em termos elevados e dignos, à serenidade com que se operava a sua sucessão no governo da República, no meio de demonstrações da mais franca cordialidade.

29. Dou à Nação testemunho igual, tantas têm sido as provas de alta distinção, de amizade e cortesia com que tenho sido honrado pelo preclaro brasileiro que hoje deixou o poder.

30. Dirigindo aos meus concidadãos, neste dia memorável, cordiais saudações com as mais fundadas esperanças no futuro da pátria e cheio de confiança no patriotismo dos brasileiros, afirmo perante Deus que farei tudo quanto de mim depender para a firmeza as instituições e para a grandeza da República.

Capital Federal, 15 de novembro de 1902.–
Francisco de Paula Rodrigues Alves

Fonte: Diário Oficial, ano XLI, nº 269, de 16 de novembro de 1902

(1.923 palavras)

25. Serão mantidas e estreitadas as relações com as nações amigas.

26. A ação do governo não será embaraçada por perturbações.

27. Na esperança de fazer um governo justo, confia na disciplina, na ordem, no patriotismo, na ação legal das forças armadas.

28. A sucessão se operou com serenidade, como disse o antecessor.

29. Demonstra provas de amizade ao antecessor

30. O Presidente fará tudo o que dele depender para a firmeza das instituições e grandeza da República.

Configuração

Estrutura

Composto por 30 parágrafos, o texto está assim estruturado:

Do 1º ao 4º, as saudações iniciais, com homenagens ao eleitorado, com afirmação de propósitos.

Do 5º ao 21º, menciona suas intenções para o governo: código civil, legislação eleitoral, saneamento da Capital, estímulo produção e à imigração, controle financeiro, o estímulo ao comércio, lavoura e indústria.

Do 22º ao 27º, faz alguns compromissos: melhorar situação das classes armadas, harmonia entre União e Estados, respeito aos demais poderes, política externa

Do 28º ao 30º, faz algumas cortesias ao antecessor e faz seu compromisso final.

Tipificação do discurso

É um discurso predominantemente deliberativo: o orador constrói bem o auditório, expõe os problemas, a fim de sensibilizar a assistência; mas na hora de firmar compromissos, a fala fica enfraquecida.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– assumindo hoje o cargo de Presidente da República, para o qual tive a honra de ser leito em 1º de março do corrente ano(1)

– a leal cooperação e o incessante patriotismo de todas as classes sociais, a cujos esforços hei de resolutamente aliar os meus, com o pensamento inalterável de promover o bem geral da República (2)

– dirigindo aos meus concidadãos, neste dia memorável, cordiais saudações, (...) esperanças no futuro da pátria (...)e confiança no patriotismo dos brasileiros, afirmo perante Deus que farei tudo quanto de mim depender para a firmeza as instituições e para a grandeza da República (30)

Avaliação:

O orador confere poder ao auditório universal, ou seja, à nação brasileira com referência a valores universais. Essa construção é positiva, se comparada a outros oradores que identificam um ator (classes armadas, por exemplo) como auditório privilegiado.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- hão de constituir sempre matéria de constantes cogitações para quem governa as condições financeiras de um país de moeda defeituosa, que cumpre valorizar (11)
- não podendo o homem de estado esquecer um só momento que as finanças dos povos não se consertam definitivamente sem orçamentos equilibrados com verdade, nem tal regime se poderá firmar sem a prática constante da mais rigorosa economia no dispêndio dos dinheiros públicos (11)
- finanças perturbadas demandam sempre a continuidade dos esforços que houverem sido aplicados com proveito para a sua completa reparação (11)
- o desenvolvimento da produção, que é a base da riqueza do país, concorrerá eficazmente para esse desideratum [produção]; mas, infelizmente, o nosso estado econômico não apresenta condições de prosperidade, exigindo dos poderes públicos cuidados atentos e vigilantes (12)
- a baixa dos preços dos nossos principais produtos gera quase o desânimo do produtor, que encontra apenas mínima compensação ao seu trabalho (13)

Avaliação

O foco dos problemas (ver, abaixo, advertências) é o financeiro. Essa concentração pode ter dois efeitos, contrários: um, o de valorizar o orador, por ter um foco, uma prioridade; outro, o de empobrecimento. Se ele só enxerga um problema, como ficam os outros?

III. Advertências

- a velha promessa, consagrada outrora em valioso documento político, da organização de um código de leis civis, converteu-se em reclamo nacional e deve ser cumprida (7)
- não mais deverá ser colocada em plano inferior a necessidade de uma boa e sã organização eleitoral, que se funde na verdade do alistamento e na regularidade do processo das eleições (8)
- bem assegurada a verdade do alistamento eleitoral, que é a base de uma legítima representação e garantida a liberdade do voto a todas as opiniões (...) o regime republicano há de demonstrar a sua superioridade, impondo silêncio a murmurações e impaciências. Esse há de ser, sem cessar, em toda parte, bom regime de civismo de liberdade (9)
- clama-se, há bastante tempo, contra o modo por que se operam no país os repetidos pleitos eleitorais, criando-se contra o nosso regime político uma corrente injusta de antipatias, que é preciso combater com vigor (10)
- o terreno conquistado [saneamento financeiro], uma vez perdido, constituirá elemento pernicioso para a agravação do mal, que se pretende combater (11)
- os países novos, sem riquezas acumuladas, sem braços abundantes para a cultura de suas terras, sem instituições de crédito que amparem e estimulem o trabalho ou lutando ainda com todos os vícios de uma moeda má, não podem dispensar o apoio tutelar, mas cauteloso, dos poderes públicos e a sua ação benfazeja para animá-los nas fecundas iniciativas em prol do desenvolvimento de sua riqueza (15)

- com a devolução das terras para o patrimônio dos Estados, ficou-lhes pertencendo a parte mais importante no trabalho do povoamento do solo e da colonização (16)
- as grandes conveniências da produção e da riqueza prendem-se a esses [povoamento e colonização] importantíssimos serviços, aos quais é mister adicionar o que se refere aos instrumentos de transporte para a circulação fácil dos produtos do comércio e da indústria (16)
- a ação do Governo, estou certo, não há de ser embaraçada por tendências perturbadoras de qualquer natureza. O período das agitações passou (26)
- todos se acham convencidos de que a ordem e a tranqüilidade geral são indispensáveis para a marcha normal dos negócios públicos e para o aproveitamento regular dos grandes recursos do país (26)
- esperando ser um Governo justo, confio na disciplina dos espíritos, no espírito de ordem dos meus concidadãos, na ação legal das forças armadas e no seu nunca desmentido patriotismo (27)

Avaliação

Nas advertências, diferentemente dos problemas, o orador é mais abrangente: legislação civil, eleitoral, produção, ordem pública. A diferença é que aqui ele divide a responsabilidade de resolução desses problemas com outros atores: Congresso, Estados, classes produtoras. Ou seja, seu compromisso é amenizado. Vantagem: o orador não faz recair sobre si a acusação de soberba. Desvantagem: o orador não se responsabiliza pela resolução dos problemas, e pode fazer recair sobre si a acusação de fraqueza.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- inspirando-me nas invariáveis normas da justiça, respeitando e fazendo respeitar todos os direitos (3)
- confiado à sabedoria e competência dos nossos legisladores, é lícito esperar que não mais será interrompido esse trabalho [de elaboração do Código Civil], até que se complete, como pedem os interesses da República (7)
- a questão financeira, o mais difícil problema que teve de ser enfrentado – e o foi com êxito – pela fecunda atividade do meu honesto antecessor, entrou em fase de solução pelo restabelecimento dos pagamentos em espécie, havendo cessado a situação excepcional criada pelo funding loan (11)
- é lisonjeiro acentuar que as classes interessadas na economia do país se congregam para estudar as suas necessidades e os remédios que possam diminuí-las (14)
- trabalham os Estados na decretação de medidas que tendam a remover as causas mais pronunciadas da crise (14)
- [classes produtora] da lavoura (...) reunida em congresso nesta Capital, formulou, em síntese clara e com louvável elevação de intuito, as providências que pareciam oportunas em benefício de sua classe (14)
- [classes produtora] do comércio, (...) honrada que com tanto sacrifício tem sabido arcar com as mais graves e penosas dificuldades (14)
- [apelo dos governos] em auxílio de seus [das classes produtoras] encargos (14) [a] administração (...) profundamente interessada em atenuar os efeitos da precária situação em que se acham (14)

- todos os povos se batem atualmente pela causa de sua produção e de suas indústrias (15)
- [braço e capital estrangeiros] cuja introdução no país convém promover, afastando com pertinaz diligência todas as causas que puderem embaraçá-la (16)
- confio grandemente na ação do trabalhador estrangeiro que nos tem trazido a energia de sua atividade e em várias zonas da República é conhecida e louvada a influência do seu concurso fecundo para o desenvolvimento de nossas variadas produções (17)
- ao assumir o governo, referiu-se o meu honrado antecessor em termos elevados e dignos, à serenidade com que se operava a sua sucessão no governo da República, no meio de demonstrações da mais franca cordialidade (28)
- dou à Nação testemunho igual [de cordialidade], tantas têm sido as provas de alta distinção, de amizade e cortesia com que tenho sido honrado pelo preclaro brasileiro que hoje deixou o poder (29)

Avaliação

Neste ponto, o orador concentra boa parte de seu discurso. Também aqui está a configuração do auditório. Ao se congratular com o Congresso, produtores rurais, comerciantes, industriais, governos estaduais e imigrantes, ele estende seu arco de alianças para governar. A cordialidade com o antecessor pode se encerrar no gesto; ou pode significar a noção de continuidade do governo anterior para este. Neste caso, vai além da cortesia, pois credita ao antecessor a resolução da crise financeira.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não ousaria aceitar as grandes responsabilidades inerentes à mais alta magistratura do país, se não me fosse lícito contar com o franco auxílio (...) de todas as classes sociais (2)
- não poderia ambicionar honra mais subida [assumir a presidência da República] (4)
- não me seduzem os programas aparatosos (4)
- não mais deverá ser colocada em plano inferior a necessidade de uma boa e sã organização eleitoral, que se funde na verdade do alistamento e na regularidade do processo das eleições (8)
- não se há de descuidar o governo destes [da indústria] grandes interesses (15)
- aparelhados por bons elementos naturais, como efetivamente o somos, não conseguiremos, todavia, o nosso fortalecimento econômico sem o concurso do braço e do capital (16)
- a Capital da República não pode continuar a ser apontada como sede de vida difícil, quando tem fartos elementos para constituir o mais notável centro de atração de braços, de atividades e de capitais nesta parte do mundo (19)
- não permitem as nossas condições financeiras grandes promessas, que não poderiam aliás ser satisfeitas (22)

b) Afirmativas enfáticas

- sou, por índole, avesso a promessas exageradas (4)
- os poderes da República, que procedem do voto popular, devem ser indiscutivelmente fortalecidos pela confiança na pureza de sua origem (10)

Avaliação

Nas negativas enfáticas, mais numerosas que as afirmativas, está um alto grau de afirmações atribuíveis ao “senso comum”, isto é, pontos sobre os quais existe já um acordo do auditório (saneamento da capital, estímulo à imigração). Neste ponto, o orador reforça sua identidade com o auditório.

c) Identidade do orador

- esse o pensamento [espírito de tolerância, etc.] que tornei público em 23 de outubro do ano passado, expondo com desassombro e firmeza, em documento que teve ampla circulação, as idéias com que me apresentava ante o eleitorado da República, na esperança de seus sufrágios (3)
- nada me cumpre acrescentar, no momento em que começo a sentir o peso daquelas responsabilidades (...) com relação ao modo de encarar as grandes questões de ordem política e administrativa, que mais interessam à marcha dos negócios públicos (4)
- a Nação confiou em minha lealdade, consagrando na mais dignificadora manifestação de apreço a sinceridade do meu devotamento ao regime republicano (4)
- o receio que me perturba o espírito é o de não poder tornar bastante intenso o meu esforço para corresponder a tão generosos intuitos (4)
- nutro sinceramente a convicção de que uma boa lei eleitoral, garantindo o exercício de todos os direitos e dando acesso às urnas a todas as opiniões, nos tranquilizará com essa segurança [confiança nas eleições] (10)

Avaliação

Na identidade pessoal, o orador revela ter bastante apreço por si próprio, a ponto de fazer citações entre aspas de suas próprias falas. Isso poderia ser visto como sinal de soberba, mas o orador “tempera” essa tendência, com manifestação de modéstia (o receio que me perturba o espírito é o de não poder...).

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- cumpre o dever de afirmar ainda uma vez à Nação o propósito de empenhar toda a minha atividade para corresponder àquela prova elevadíssima de confiança política (1)
- prometo aos meus concidadãos manter no governo o mais largo espírito de tolerância, sem ódios, sem preferências injustas ou odiosas exclusão (3)
- na ordem dos serviços que provocam naturalmente a atenção dos governos há, entretanto, alguns que considero dignos da maior ponderação e hão de constituir objeto de minha especial solícitude (5)

- foi pelo governo reputada justamente necessária a convocação de uma sessão extraordinária do Congresso Legislativo para o estudo e solução do momentoso assunto (5)
- auxiliarei com o mais vivo empenho todos os esforços que tiverem por fim dotar o país com essa grande obra [Código Civil], que a opinião aguarda com a maior ansiedade (7)
- dedicando a minha atividade ao desenvolvimento moral e material do país (...) [auxílio na organização eleitoral] (8)
- continuarei (...) a considerar a situação financeira como um grave problema de governo, empenhando-me quanto possível por melhorá-la (11)
- cumprindo animar a corrente já bem estabelecida de braços válidos para nossas terras, apraz-me assinalar que os poderes da República, os da União como os dos Estados, alimentam o mais sincero empenho de convencer o trabalhador, seja qual for a sua procedência, que encontra em nosso país todas as garantias e seguranças (18)
- aos interesses da imigração, dos quais depende em máxima parte o nosso desenvolvimento econômico, prende-se a necessidade do saneamento desta Capital (19)
- é preciso que os poderes da República, a quem incumbe tão importante serviço [saneamento da capital, façam dele a sua mais séria e constante preocupação, aproveitando-se de todos os elementos da que puderem dispor para que se inicie e caminhe (19)
- os serviços de melhoramento do porto desta cidade devem ser considerados como elementos da maior ponderação para esse empreendimento grandioso (20)
- espero, todavia, poder dedicar especial atenção aos interesses das classes armadas, de terra e mar, procurando acudir às suas mais urgentes necessidades e promovendo os melhoramentos que forem compatíveis com os nossos recursos (22)
- com os Estados cultivarei sempre as mais francas relações de harmonia, procurando apertar os laços de solidariedade entre todos para que se fortaleça cada vez mais o grande princípio da unidade nacional (23)
- uma exata subordinação às normas cardeais do nosso estatuto fundamental, para que os poderes da União sejam sem cessar prestigiados e o maior cuidado na decretação de medidas legislativas dos Estados, a fim de que não surjam entre eles desinteligências, que degenerem em represálias ou perigosas hostilidades – são condições para que estabilidade perfeita do regime federativo, no qual repousam as melhores esperanças para a prosperidade geral da Nação (23)
- o Governo há de respeitar como lhe cumpre, a esfera da ação em que tiverem a girar os demais poderes da República (24)
- nas relações internacionais o meu empenho será (...) de mantê-las e estreitá-las com as nações amigas, sem outro pensamento senão o da paz e da confraternidade (25)

Avaliação

Boa parte do poder de um discurso deliberativo reside nas proposições. Se o levantamento de problemas e a menção a perigos e inimigos constitui uma problematização, espera-se que a esta corresponda um conjunto de ações, de preferência palpáveis, para solucionar as questões pendentes. Neste discurso, os problemas são apontados; mas as soluções não o são com a mesma ênfase. Ele utiliza o verbos e substantivos empenhar, empenho, tolerância, convencer, auxílio, saneamento, cultivar,

subordinação para representar suas principais ações de governo. Esses verbos e substantivos sinalizam intenções, mas não apontam ações concretas. Ou seja, ele agora pode receber os louros de suas intenções, mas no futuro não haverá pontos concretos em que se concentrem as cobranças. Esse tipo de formulação enfraquece o discurso.

Avaliação geral

O discurso de Rodrigues Alves tem todas as boas características de um “deliberativo”: constrói bem o auditório, congratula-se com os atores que apóia e dos quais requer apoio, negocia bem os valores, problematiza a situação. A parte falha está nas proposições: ou joga para outros atores a responsabilidade pela resolução, ou não se compromete com firmeza suficiente.

Radiografia

É um discurso predominantemente deliberativo: o orador constrói bem o auditório, expõe os problemas, a fim de sensibilizar a assistência; mas na hora de firmar compromissos, a fala fica enfraquecida. Nas **Cortesias, agradecimentos e elogios**, o orador confere poder ao auditório universal, ou seja, à nação brasileira com referência a valores universais. Essa construção é positiva, se comparada a outros oradores que identificam um ator (classes armadas, por exemplo) como auditório privilegiado. Na **Menção a problemas, perigos, inimigos**, foco recai sobre o financeiro. Essa concentração pode ter dois efeitos, contrários: um, o de valorizar o orador, por ter um foco, uma prioridade; outro, o de empobrecimento. Se ele só enxerga um problema, como ficam os outros? Mas essa sensação é amenizada com as **Advertências**, nas quais, diferentemente da exposição dos problemas, o orador é mais abrangente: legislação civil, eleitoral, produção, ordem pública. A diferença é que aqui ele divide a responsabilidade de resolução desses problemas com outros atores: Congresso, Estados, classes produtoras. Ou seja, seu compromisso é amenizado. Vantagem: o orador não faz recair sobre si a acusação de soberba. Desvantagem: o orador não se responsabiliza pela resolução dos problemas, e pode fazer recair sobre si a acusação de fraqueza. Na **Manifestação de regozijo**, o orador concentra boa parte de seu discurso. Também aqui está a configuração do auditório. Ao se congratular com o Congresso, produtores rurais, comerciantes, industriais, governos estaduais e imigrantes, ele estende seu arco de alianças para governar. A cordialidade com o antecessor pode se encerrar no gesto; ou pode significar a noção de continuidade do governo anterior para este. Neste caso, vai além da cortesia, pois credita ao antecessor a resolução da crise financeira. Nas **negativas enfáticas**, mais numerosas que as **afirmativas**, está um alto grau de afirmações atribuíveis ao “senso comum”, isto é, pontos sobre os quais existe já um acordo do auditório (saneamento da capital, estímulo à imigração). Neste ponto, o orador reforça sua identidade com o auditório. Na **Identidade do orador** ele revela ter bastante apreço por si próprio, a ponto de fazer citações entre aspas de suas próprias falas. Isso poderia ser visto como sinal de soberba, mas o orador “tempera” essa tendência, com manifestação de modéstia (o receio que me perturba o espírito é o de não poder...). Nas **Proposições e conclamações**. Boa parte do poder de um discurso deliberativo reside nas proposições. Se o levantamento de problemas e a menção a perigos e inimigos constitui uma problematização, espera-se que a esta corresponda um conjunto de ações, de preferência palpáveis, para solucionar as questões pendentes. Neste discurso, os problemas são apontados; mas as soluções não o são com a mesma ênfase. Ele utiliza o verbos e substantivos empenhar, empenho, tolerância, convencer, auxílio, saneamento, cultivar, subordinação para representar suas principais ações de governo. Esses verbos e substantivos sinalizam intenções, mas não apontam ações concretas. Ou seja, ele agora pode receber os louros de suas intenções, mas no futuro não haverá pontos concretos em que se concentrem as cobranças. Esse tipo de formulação enfraquece o discurso. O discurso de Rodrigues Alves tem todas as boas características de um “deliberativo”: constrói bem o auditório, congratula-se com os atores que apóia e dos quais requer apoio, negocia bem os valores, problematiza a situação. A parte falha está nas proposições: ou joga para outros atores a responsabilidade pela resolução, ou não se compromete com firmeza suficiente.

Affonso Penna (1906 -1909)

Resumo

O empossado congratula-se com os cidadãos e se compromete a promover, com o apoio dos patriotas, o bem-estar e a prosperidade nacionais. Agradece as manifestações de apoio recebidas nos estados que visitou, numa viagem em que confirmou que a pátria caminha com firmeza. Embora o progresso ainda não corresponde à ânsia do povo, o desalento é passageiro, pois a grande atividade da economia indica novas conquistas para a felicidade geral, já que o Brasil deve acompanhar movimentos modernos. Entre as principais preocupações está a com os preços dos produtos da lavoura, que não remuneram nem os custos de sua produção: a receita com exportação tem gerado menor valor em moeda, embora a quantidade exportada tenha sido maior. A causa do problema é instabilidade da moeda; deve-se, pois, buscar tal estabilidade. Mesmo que as estatísticas, falhas, não atestem a vitalidade da indústria nascente, esta parece próspera, o que reclama atenção do poder público. Deve-se, também, fazer uma proteção aduaneira, sem excessos, além de facilitar a circulação dos produtos, com ferrovias e portos aparelhados. Por outro lado, os Estados não devem criar, com taxas, embaraços à circulação de mercadorias. Mas lavoura e indústria, além da proteção recebida, devem se mecanizar, reduzir o emprego de mão de obra, aumentar a produtividade. O crédito agrícola deve ser expandido, com a utilização de cooperativas e sindicatos como intermediários. Devem ser instituídos estabelecimentos de ensino técnico para as indústrias, a exemplo das escolas de comércio, as quais deve ser estimuladas. Embora no Brasil ainda não haja conflitos entre operários e patrões, devem ser adotadas leis sobre associações mutualistas e cooperativas para dar assistência aos operários. O povoamento por imigrantes europeus é o fator mais forte para obter o progresso; portanto, todos os sacrifícios devem ser feitos para apoiá-los. A instrução é um dos problemas que requer maiores cuidados, pois a educação é fundamental para o funcionamento das instituições. Para superar tal questão, o governo espera sugestões de reformas dos especialistas. O saneamento da capital deve ser completado, com as obras de abastecimento d'água. A realização de conferência dos países americanos no Rio de Janeiro é sinal de distinção desta cidade e das novas relações do Brasil com o resto do mundo. Entre Brasil e as outras nações americanas, tudo é resolvido cordialmente. No continente americano, é natural o progresso econômico, moral e civilizatório; basta aproveitar os recursos da natureza e colocá-los a serviço da humanidade. O Brasil se esforça por resolver conflitos herdados do período colonial pela negociação ou pela Justiça. A manutenção, por longos anos, do mesmo efetivo militar e o incremento do comércio é prova das intenções pacíficas do Brasil. Mesmo assim, é necessário reequipar a organização militar brasileira. No regime presidencial, o Executivo deve dar o exemplo de cordialidade com os outros poderes constitucionais; e assim o presidente se guiará. Ele reconhece na Justiça Federal a contribuição para os entendimentos corretos da Constituição. Por fim, ratifica os compromissos do programa de governo, baseado no patriotismo e na confiança na pátria.

Discurso

<p>À NAÇÃO</p> <p>1. Ao Assumir a Suprema Magistratura da Republica, no período presidencial que hoje começa, cumpro o grato dever de significar aos meus concidadãos o meu reconhecimento pela subida honra que me conferiram e à qual procurarei corresponder empregando todas as energias de que sou capaz, na promoção do bem estar e da prosperidade do povo brasileiro.</p> <p>2. Não desconheço a grande responsabilidade que assumo e, seguro do apoio de todos os patriotas, espero em Deus poder desempenhar meus árduos deveres sem desmentir a confiança em mim depositada.</p> <p>3. Não devo passar em silêncio as expressivas e desvanecedoras demonstrações de apreço que recebi por toda a parte, na rápida visita que fiz a quase todos os Estados da Republica, a cujos governos e população reitero aqui a afirmação de profunda gratidão.</p> <p>4. Trouxe dessa viagem a mais confortadora impressão: do que vi, observei, li e ouvi, mais se confirmou em meu espírito a segurança de que a nossa querida Pátria caminha com firmeza para os seus grandes destinos.</p> <p>5. Certo, não corresponde o terreno conquistado aos anelos do nosso patriotismo e natural ânsia de progresso rápido, mas temos caminhado bastante, e um tal ou qual desalento que porventura se verifique em algumas regiões do território nacional, explicam-no condições desfavoráveis, felizmente transitórias e removíveis.</p> <p>6. A ebulição da economia que presenciamos em nosso país e fora dele é indicio seguro de que entramos em uma era nova, promissora de fecundos resultados para a felicidade geral.</p> <p>7. Obedecer a tal movimento, que avassalou já o mundo moderno, é uma necessidade fatal a que nenhum povo se pode esquivar sem comprometer seriamente o seu futuro.</p> <p>8. É esta convicção que vai, em boa hora, conquistando todos os espíritos entre nós e animando os governos dos Estados brasileiros.</p> <p>9. Para corresponder a este auspicioso</p>	<p>1. Congratula-se com os cidadãos e se compromete a promover o bem-estar e a prosperidade do povo brasileiro.</p> <p>2. Com o apoio dos patriotas, espera se desincumbir das tarefas de presidente.</p> <p>3. Agradece as manifestações de apoio recebidas nos estados que visitou.</p> <p>4. Da viagem, a confirmação de que a pátria caminha com firmeza.</p> <p>5. O progresso ainda não corresponde à ânsia do povo; mas onde há algum desalento, esse é passageiro.</p> <p>6. A grande atividade da economia indica novas conquistas para a felicidade geral.</p> <p>7. O Brasil deve acompanhar esses movimentos modernos, para não comprometer seu futuro.</p> <p>8. Os avanços modernos conquistam a todos, especialmente os governantes.</p> <p>9. No programa de governo, as</p>
---	--

<p>movimento e estimulá-lo, indiquei nas linhas gerais do meu programa o rumo que terei de seguir no Governo.</p> <p>10. A observação pessoal, embora perfunctória, da situação da lavoura, comércio e indústria dos Estados por mim visitados, fortaleceu-me no propósito de imprimir vigoroso impulso à política econômica que então esbocei, única apta a satisfazer às aspirações e reclamos do povo brasileiro.</p> <p>11. As incessantes e veementes queixas de grande parte da lavoura, de não compensar o preço dos produtos o trabalho empregado, sendo insuficiente, às vezes, para rescindir o custo da produção, têm preocupado vivamente a opinião nacional, nos últimos tempos.</p> <p>12. É esta, com efeito, matéria de suma ponderação e que entende, intimamente, com a felicidade e o progresso da Nação.</p> <p>13. Fatos bem característicos fundamentam esse clamor.</p> <p>14. Segundo a estatística do nosso comércio de exportação, no ano de 1905, o valor ouro do café, borracha, algodão, açúcar, fumo, erva-mate, e outros artigos nacionais, foi de £ 44.653.000 que, reduzidas a moeda nacional, ao câmbio de 15^{59/64}, produziram 685.456:000\$000. No ano de 1904, o valor ouro da exportação dos mesmos produtos, foi de £ 39.439.000, que, convertidas em moeda nacional, ao câmbio de 12^{1/32}, produziram 776.543:000\$000. Isto quer dizer que a exportação de 1905, maior que a anterior, trouxe ao produtor menos 91.087:000\$ que esta, enquanto que, si fosse reduzida ao mesmo câmbio deste ano, teria produzido 893.000:000\$, isto é, 208:000\$ mais.</p> <p>15. Uma diferença tão assinalada no curto espaço de um ano, não podia deixar de trazer grande transtorno à economia nacional, colocando os produtores em situação muito crítica e perigosa. É o produto do trabalho de grandes e pequenos lavradores, de milhões de operários espalhados no vasto território nacional, desvalorizando de modo assombroso, trazendo a perda de soma elevadíssima e levando o sofrimento à casa de todos.</p> <p>16. Tais fatos não podem ser indiferentes aos poderes públicos, sem que falhem eles à sua alta missão de cuidar e promover o bem estar e felicidade do povo que os constituiu. É tarefa de alto patriotismo remediar as situações aflitivas em que nos encontramos, procurando solução para tão grave</p>	<p>linhas para seguir esse movimento.</p> <p>10. Pela boa situação que observou nos Estados, dará impulso à política econômica.</p> <p>11, 12. Preocupação nacional: os preços dos produtos da lavoura não pagam nem os custos de sua produção, o que prejudica a felicidade da nação.</p> <p>13,14. A receita com exportação de café, borracha, algodão, açúcar, erva-mate e outros tem gerado menor valor em moeda, embora a quantidade tenha sido maior.</p> <p>15. Essa diferença trouxe grande transtorno à economia nacional: prejuízo para produtores, lavradores, operários.</p> <p>16. É tarefa patriótica remediar os atingidos.</p>
---	--

problema.

17. A origem do mal, todos o reconhecem, está na má qualidade da moeda de que dispomos, sujeita a constantes oscilações no seu valor. Devemos procurar obter, quanto possível, a estabilidade indispensável à segurança dos cálculos dos que trabalham.

18. É certo que só a convertibilidade de notas em circulação por moeda ouro poderá assegurar cabal e efetivamente esse resultado, mas, o exemplo de outros povos que experimentamos o mal resultante do papel-moeda, poderá nos guiar na adoção de medidas apropriadas e diminuí-lo paulatinamente, até que possamos entrar no regime da moeda sã.

19. A depreciação da moeda nacional durante longos anos criou uma situação difícil à qual se ajustaram os interesses econômicos do país, e uma mudança brusca, em qualquer sentido, trará inevitavelmente novos e grandes prejuízos.

20. Assim, a rápida ascensão do câmbio, a partir de 1905, determinou a grande depressão do preço dos produtos nacionais a que me referi, desorganizando quaisquer cálculos dos produtores baseados no custo de produção.

21. É fácil aconselhar aos produtores que, acompanhando a elevação do valor da moeda, indicada pela alta do câmbio, diminuam proporcionalmente as despesas de produção.

22. É sabido que um dos principais fatores desta é o salário e ninguém crerá que se pode reduzir os salários dos operários agrícolas e industriais, sem causar fundo sofrimento e provocar justas queixas e reclamações.

23. Ora, conservando-se assim, no mesmo pé, os salários, carretos, fretes e mais despesas, torna-se impossível salvar, sequer a importância delas, e muito menos obter uma remuneração justa e razoável do trabalho e do capital empregados na produção.

24. Releva ponderar ainda que, apesar de montar a valorização da moeda a mais de 25%, o custo dos objetos que importamos do estrangeiro está bem longe de ter baixado na mesma proporção, de sorte que a alta do câmbio tem aproveitado, não aos consumidores, mas, aos intermediários que assim conseguem ver os seus lucros acrescidos de 20 a 25%.

25. Não quer isto dizer que se deva optar como objetivo câmbio baixo para valorizar produtos nacionais: a lavoura e a indústria precisam é de câmbio

17. A causa do problema é instabilidade da moeda; deve-se buscar a estabilidade desta.

18. Somente a convertibilidade de notas em moeda ouro trará segurança, até que se alcance a moeda sã.

19. Os interesses econômicos se ajustaram às depreciações, e não se pode fazer mudanças bruscas.

20. A rápida desvalorização, a partir de 1905 desorganizou os cálculos e as finanças dos produtores.

21, 22. Embora se aconselhe os produtores a diminuírem os custos da produção, isso não é possível, pois não se pode reduzir salários de lavradores e operários.

23. Mantidos os salários e outros custos fixos, os produtores não têm de volta nem o que investiram.

24. Os custos dos produtos importados não baixaram com a valorização da moeda, beneficiando intermediários.

25. A lavoura e a indústria precisam é de câmbio estável.

estável, afim de que os preços de seus produtos estejam de acordo com as condições da produção.

26. É mister, pois, agir de modo que a elevação do valor da moeda nacional se opere lenta e progressivamente, dando tempo a que todos os negócios se adaptem e se ajustem ao movimento, sem ocasionar danos e prejuízos.

27. Por esse motivo, ensinam os mais abalizados financistas que a reorganização do sistema monetário deve ser efetuada de modo que não determine o menor abalo, nem acarrete modificação artificial, por menor que seja, no estado de coisas existentes, visto constituir esse sistema a base sobre a qual repousam todas as avaliações e todos os interesses da propriedade e do trabalho.

28. Convém não perder de vista que são sempre de conseqüências ruinosas as alternativas bruscas de câmbio, quer sejam para a alta, quer para baixa. Para evitar esta, a sábia lei de 1899 consigna medidas que cabem na esfera de ação do Governo e consistem na retirada de papel – moeda, cuja diminuição atuará como meio eficaz de valorização.

29. É política de lento mas seguro resultado, que entendo não dever abandonar, tomando, para completá-la, precauções contra os inconvenientes de uma rápida valorização, qual vimos no último ano.

30. Nesses complicados e obscuros problemas da moeda, no conceito de eminente autoridade, devem-se ter em vista fatos bem reais e positivos, deixando de lado o que não for atestado pela experiência e observação, cumprindo ponderar os fenômenos adversos como os favoráveis. As disputas e controvérsias originam-se, quase sempre, de incompleto estudo da questão, sendo encarados os fenômenos por uma só de suas faces.

31. Assim se explicam as divergências entre os homens de grande competência e profundo saber, animados todos dos mais elevados intuítos.

32. As providências a adotar só poderão ter caráter definitivo quando se resolver de vez o problema monetário, decretando-se a imediata conversibilidade do papel-moeda corrente. Para esse desideratum vamos, felizmente, caminhando.

33. As estatísticas que possuímos, infelizmente muito deficientes e incompletas, mal permitem ajuizar do desenvolvimento de nossas indústrias, esparsas na vastidão do território nacional. Entretanto, embora

26. Deve-se, pois revalorizar lentamente a moeda nacional, para evitar prejuízos.

27. Como ensinam os financistas, a reorganização do sistema monetário deve ser feito sem abalos.

28, 29. Como são ruinosas as mudanças rápidas de câmbio, convém reduzir a moeda circulante, para valorizá-la. Essa política é lenta, mas segura; deve-se, também, evitar rápida valorização.

30, 31. Nas complicadas questões de moeda, deve-se seguir a experiência, evitando improvisações e superando as divergências entre os teóricos.

32. As providências só serão definitivas quando se resolver o problema da moeda.

33. As estatísticas, falhas, não atestam a vitalidade da indústria nascente; mas esta última parece

<p>nascentes e não obstante a crise aflitiva sofrida nos últimos anos, parecem-se encaminhar para uma situação mais animadora e próspera.</p> <p>34. Durante a excursão que empreendi pelos Estados, tive a grande satisfação de verificar que por toda a parte surgem fábricas perfeitamente aparelhadas para a produção de artigos reclamados para consumo de um povo civilizado. Há nelas trabalhando dezenas de operários, e empregados capitais que ascendem a centenas de mil contos, momentosos interesses que reclamam a atenção do poder público.</p> <p>35. No que respeita a ação deste, já deixei no meu programa de 12 de outubro do ano passado claramente expresso o meu pensamento:</p> <p>36. “Si quisermos ter indústrias prosperas é preciso proporciona-lhes o apoio moderado, mas seguro e constante, de que carecem para que se mantenham e desenvolvam. Digo – moderado – porque não se deve procurar criar indústrias artificiais, nem tão pouco perder de vista os interesses legítimos dos consumidores e os reclamos do tesouro, que tira das alfândegas a melhor parte das suas rendas.”</p> <p>37. Uma justa proteção aduaneira, sem chegar ao excesso, sempre perigoso, de tarifas agressivas, tal a norma que nos cumpre adotar.</p> <p>38. É preciso igualmente facilitar, tanto quanto possível, a circulação dos produtos e a tal respeito deixei também assinalado no meu o vivo interesse que merecerão do meu Governo o desenvolvimento da rede ferroviária e o aparelhamento dos portos.</p> <p>39. Quanto aos embaraços de ordem fiscal, oriundos de uma mal entendida política interna de alguns Estados da República, que mantinham no seu sistema tributário taxas pesadas que obstavam a circulação de mercadorias nacionais, vexando o comércio afastou-se sabiamente a lei de 11 de julho de 1904. É digno de imitação o exemplo do México cujo progresso econômico é atribuído por autoridades competentes à abolição de semelhantes impostos. É intuitivo que a lavoura e a indústria, longe de confiarem simplesmente nessas medidas protetoras, devem-se aparelhar para acompanhar o progresso industrial e agrícola, com adoção de máquinas e instrumentos aperfeiçoados que poupem o emprego do esforço humano, aumentando-lhe a produtividade. Aí reside o segredo da superioridade de algumas nações, grandes fornecedoras de artigos de agricultura e</p>	<p>próspera.</p> <p>34. Nas visitas aos estados, constatou a existência de indústrias para o consumo de uma nação civilizada, o que reclama atenção do poder público.</p> <p>35, 36. O programa de governo para a ação do Poder Público: para indústrias prósperas, apoio moderado mas seguro.</p> <p>37. Deve-se fazer uma proteção aduaneira, sem excessos.</p> <p>38. Também necessário facilitar a circulação: desenvolver ferrovias e aparelhar portos.</p> <p>39. Os Estados não devem criar, com taxas, embaraços à circulação de mercadorias. Mas lavoura e indústria, além da proteção recebida, devem se mecanizar, reduzir o emprego de mão de obra, aumentar a produtividade.</p>
---	---

indústria ao mundo civilizado.

40. O problema do crédito agrícola desde longos anos preocupa a atenção dos estadistas brasileiros, sem que tenha ainda logrado solução satisfatória. À proporção que o regime da propriedade se transforma lentamente entre nós, evoluindo de acordo com as exigências da sociedade, é natural que os aparelhos de crédito obedeçam a esta nova situação. A exemplo do que se vê praticando em outros países, devemos prestar apurada atenção aos sindicatos, cooperativas e outras associações agrícolas e industriais, prestantes intermediárias para distribuição do crédito nas regiões afastadas dos grandes centros, e cuja fundação vai fazer entrar em cena no Brasil forças novas, capazes de estimularem energicamente o nosso poder produtivo.

41. A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis. As escolas de comércio, que começam a ser instituídas em diversas cidades comerciais, vêm satisfazer a uma grande necessidade do país, e convém que sejam auxiliadas e animadas.

42. Sem comércio ativo e próspero, só lentamente poderemos conseguir a acumulação de capitais indispensáveis ao incremento dos diversos ramos da atividade econômica.

43. É preciso, pois, proporcionar à nossa mocidade meios de se aparelhar para exercer com inteligência e proveito a nobre profissão que tão profícua influencia tem no mundo moderno.

44. A poderosa questão social do operariado está longe de apresentar entre nós mesmo caráter grave e complicado que assume em outros países, onde originariamente legítima, porque suscita para reivindicação de direitos, tem degenerado, pelo excesso e má compreensão, em movimentos sediciosos, gravemente perniciosos ao desenvolvimento industrial.

45. Não existe, felizmente, em nosso meio conflito entre o capital e o trabalho tamanho é a escassez de braços que experimentam as indústrias, a começar pela principal delas – a lavoura.

46. Nestas condições, sendo fácil a todos encontrar emprego para a sua atividade, chegando, não raro, simples operários à posição de chefes de indústria

40. O crédito agrícola deve ser expandido, com a utilização de cooperativas e sindicatos como intermediários.

41. Devem ser instituídos estabelecimentos de ensino técnico para as indústrias, a exemplo das escolas de comércio, as quais deve ser estimuladas.

42, 43. O comércio próspero é necessário ao crescimento da economia. Por isso, os jovens devem ser preparados para tal profissão.

45. A questão das reivindicações dos operários, transformadas em movimentos sediciosos, mais grave em outros países, ainda não apresenta problemas no Brasil.

45. Não existe conflito entre o capital e o trabalho, pela falta de mão-de-obra.

46. No Brasil, operários se tornam chefes de indústria ou proprietários rurais; portanto,

<p>e proprietários de estabelecimentos agrícolas, falta a tais movimentos o seu fermento – a inatividade, imposta pela superabundância de braços, fonte de miséria que exarceba tão rudemente os ânimos determinando crises temerosa.</p> <p>47. Entretanto, ao invés de repousarmos apaticamente na segurança de hoje, cumpre-nos prover às deficiências da nossa legislação, pondo-a de par com o progresso verificando em outros povos, no tocante a associações de mutualidade, cooperativas operárias e instituições congêneres, que tão assinalados beneficiados prestam ao operariado, nos centros populosos, sobretudo.</p> <p>48. Os poderes públicos da União, como do Estados e dos Municípios, devem ser solicitados em assistir e prover a iniciativa individual que, de institutos destinados a proporcionar o bem estar e garantir o futuro felizmente, vai despertando entre nós, oferecendo já não poucas companhias industriais exemplos – dignos de aplausos e de animação – dos operários e de suas famílias.</p> <p>49. O povoamento do nosso território por imigrantes de origem européia constitui um dos mais seguros elementos para acelerar o progresso e a grandeza da nossa pátria.</p> <p>50. Os sacrifícios que fizermos para esse fim serão largamente compensados e retribuídos, como bem o prova o estado florescente de muitas das colônias fundadas há longo anos e que hoje constituem núcleos agrícolas e indústrias de primeira ordem.</p> <p>51. É preciso, entretanto, cuidar de fixar o imigrante ao solo, facilitando-lhe a aquisição da propriedade, em vez de auxiliar simplesmente a introdução de trabalhadores que, constituído um pequeno pecúlio, tornem às respectivas pátrias, privando-nos do seu concurso e deslocando capitais preciosos a um país novo como o nosso.</p> <p>52. É objeto que depende da ação conjunta da União e dos Estados a ao qual prestarei a atenção merecida.</p> <p>53. Devendo proceder-se nos termos da Constituição Federal, em dezembro de 1910, ao próximo futuro recenseamento geral da União, caberá ao meu governo preparar a execução de tão importante operação. Espero obter do Congresso os elementos necessários para a organização desse relevante serviço, vazando-a em moldes simples e já experimentados em</p>	<p>falta fermento aos movimentos operários.</p> <p>47. Mas o Brasil deve se antecipar, com leis sobre associações mutualistas, e cooperativas, para dar assistência aos operários.</p> <p>48. Os poderes públicos e algumas indústrias já dão exemplos desse tipo de iniciativa para amparar o operário.</p> <p>49, 50. O povoamento por imigrantes europeus é o fator mais forte para obter o progresso; portanto, todos os sacrifícios devem ser feitos, pois nas colônias frutificam núcleos agrícolas e indústrias.</p> <p>51, 52. Ao imigrante deve facilitada a aquisição da propriedade, para se fixarem no Brasil, e não retornarem a suas pátrias; isso requer atenção dos Estados.</p> <p>53, 54. Em 1910 será feito o primeiro censo, para o qual espera apoio (meios materiais) do Congresso, dos Estados e dos Municípios. É grande a importância dessas estatísticas para o governo.</p>
---	--

outros países, na parte que for de proveitosa aplicação.

54. Entretanto, para que possamos conseguir resultado satisfatório e, quanto possível, aproximado da realidade dos fatos, se faz mister à ação da União, o concurso desvelado e inteligente dos Estados e das Municipalidades. Não duvido um instante desta cooperação patriótica, crendo ocioso encarecer o grande alcance de uma estatística bem feita para o bom governo dos povos.

55. Do conjunto dos problemas que reclamam mais prontamente os cuidados do poder público no Brasil, destaca-se evidentemente o da instrução, nos seus variados ramos.

56. Nas democracias, em que o povo é responsável pelos seus destinos, o esclarecimento e educação do espírito dos cidadãos constituem condição elementar para o funcionamento normal das instituições.

57. A reunião, na Capital da República, de um Congresso de Instrução, em que ilustres e competentes cidadãos têm discutido as questões mais elevadas e praticas do ensino, é fato animador e que demonstra quanto a opinião se preocupa com este interessante objeto. A manifestação de opiniões autorizadas na indicação de reformas proveitosas é de inestimável valor para guiar o poder público.

58. Neste assunto, a nenhum espírito escapará a necessidade premente de modificações sérias e delas cuidarei com a máxima atenção, procurando pôr cobro à confusão e incerteza que reinam no meio de decisões e normas contraditórias e obscuras, de conseqüências deploráveis em tão melindrosa matéria.

59. As obras destinadas ao saneamento e embelezamento da Capital da República, que tanto cuidado mereceram da operosidade do Governo findo, devem prosseguir, sendo completadas com farto abastecimento d'água. Sem este elemento em abundância, a comodidade dos habitantes é insuficiente e serão sempre precárias as condições higiênicas da cidade.

60. Estas obras não têm, como pode parecer a espíritos menos refletidos, um caráter de utilidade puramente local, podendo-se afirmar ao contrário que aproveitam a todo o país, cujos créditos de salubridade, civilização e progresso são de ordinário aferidos pelos estrangeiros que nos visitam pelas condições de suas Capital. A boa ou má impressão que recebem nesta

55, 56. A instrução é um dos problemas que requer maiores cuidados, pois a educação é fundamental para o funcionamento das instituições.

57, 58. O governo espera sugestões de reformas dos especialistas, para acabar com confusões e normas contraditórias.

59. O saneamento da capital deve ser completado, com as obras de abastecimento d'água.

60. O saneamento da capital federal não é um ganho apenas para os habitantes locais, mas para a imagem de todo o País.

ecoa no estrangeiro como referente a todo o Brasil, e tanto basta para imprimir aos seus melhoramentos o cunho de interesse nacional.

61. A reunião da Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro, e a visita com que o eminente estadista, Mr. Elihu Root, Secretário de Estado do Estados Unidos da América, distinguiu o nosso e outros países da América do Sul, são fatos de extraordinários alcance político, marcando uma nova era nas relações dos povos do Novo Mundo.

62. Basear estas relações em uma política larga de mútua confiança, promover o desenvolvimento do comércio pela permuta de produtos peculiares a cada região, abandonar prevenções e preconceitos inteiramente injustificáveis, é o dever rigoroso de todos os governos americanos e a norma de conduta do Brasil nas suas relações internacionais.

63. No período de formação de nossa existência política, os estadistas brasileiros compreenderam o alto alcance de estreitar relação com a jovem e já florescente República dos Estados Unidos da América que, primeira dentre as colônias do Novo Mundo proclamou a sua independência.

64. Essa política tradicional tem recebido nos últimos tempos grande impulso e continuará, estou convencido, a merecer solícita atenção de ambos os povos.

65. Entre a República Brasileira e suas irmãs americanas não existem questões que não possam ser solvidas cordialmente e sem receio de conflitos sérios.

66. No abençoado continente americano, é lícito afirmá-lo afoitamente, a emulação só se pode dar no terreno da prosperidade econômica, do progresso moral e material, e no campo das conquistas da civilização procurando cada povo tirar maior proveito dos dons de uma natureza magnífica, de modo a engrandecer-se e oferecer mais copiosa soma de utilidade à humanidade.

67. Faltam aqui, felizmente, elementos que expliquem o sistema da paz armada, flagelo que conduz à ruína os povos que se vêem compelidos a adotá-lo.

68. Por nossa parte, temos mantido tradicionalmente uma política de paz e de concórdia, conseguindo dirimir, na calma dos gabinetes ou dos tribunais, questões herdadas dos tempos coloniais.

69. A conservação do mesmo quadro das forças

61. A realização de conferência dos países americanos no Rio de Janeiro é sinal de distinção desta cidade e das novas relações do Brasil com o resto do mundo.

62. É dever dos governos americanos promover o comércio e abandonar preconceitos.

63, 64. Os governos republicanos, desde o início, promoveram a aproximação com os EUA, primeira colônia a proclamar a independência; política que deverá prosseguir.

65. Entre Brasil e as outras nações americanas, tudo é resolvido cordialmente.

66. No continente americano, é natural o progresso econômico, moral e civilizatório; basta aproveitar os recursos da natureza e colocá-los a serviço da humanidade.

67. Não há razões para uma “paz armada” entre Brasil e vizinhos; e o Brasil se esforça por resolver conflitos herdados do período colonial pela negociação ou pela Justiça.

69, 70. A manutenção, por

de mar e terra, durante longos anos, apesar do grande aumento da nossa população e do incremento que tem tido o nosso comércio interno e externo, dá testemunho eloqüentes dos intuitos pacíficos que nos animam.

70. Não quer isto dizer, entretanto, que devemos descurar de colocar as nossas forças militares, de tradições tão ricas de bravura e patriotismo, em condições de bem desempenharem a sua nobre e elevada missão de defensoras da honra nacional e guardas vigilantes da Constituição e das leis. A perda de valiosas unidades de combate sofrida pela nossa marinha, de anos a esta parte, justifica de sobejo o ato do Governo brasileiro procurando substituí-las de acordo com as exigências dos modernos ensinamentos da arte naval. Da mesma forma, melhorar a organização militar e renovar o material de guerra, dentro dos limites impostos pela situação financeira, é dever comezinho do nosso como de todo Governo cômico de suas responsabilidades, sem que se possa atribuir ao seu cumprimento propósito de ameaça ou intuito de agressão a povo algum, pois que a nossa preocupação foi e sempre será angariar e estreitar relações com todas as nações.

71. No regime presidencial, mais que em outro qualquer, o Poder Executivo deve dar exemplo de respeito e cordialidade em suas relações com os outros Poderes que a Constituição criou, independentes e harmônicos.

72. Assim praticarei, convencido da sabedoria desta norma consagrada em todas as legislações e que se impõe de modo iniludível a qualquer espírito atento à historia política dos povos cultos.

73. A Justiça Federal, pairando na esfera serena e garantidora dos direitos e guarda da Constituição, vai firmando em sábios arestos alguns pontos duvidosos desta, mal compreendidos no início de sua execução. É a prova mais eloqüente de que não é prudente promover reformas antes de pedir à experiência e à aplicação leal da Constituição indicações seguras sobre o alcance dos dispositivos, que se afiguram imperfeitos ou deficientes. A alta cultura jurídica dos nossos juizes deve inspirar a mais completa segurança de que o Supremo Tribunal, colocando na cúpula da organização judiciária, pode desempenhar com lustre o brilhante papel representado na União Americana pelo Instituto que serviu de modelo ao nosso legislador constituinte.

longos anos, do mesmo efetivo militar e o incremento do comércio é prova das intenções pacíficas do Brasil; mesmo assim, é necessário reequipar a organização militar brasileira.

71, 72. No regime presidencial, o Executivo deve dar o exemplo de cordialidade com os outros poderes constitucionais; e assim o presidente se guiará.

73. A Justiça Federal, composta por sábios juizes, particularmente o Supremo, tem contribuído para os entendimentos corretos da Constituição.

74. Assim deixo, rápida e singelamente, expresso o meu pensamento sobre alguns pontos que mais vivamente interessam à Nação, assinalando com lealdade a conduta que me imporei.

75. Ratifico o meu programa lançado a 12 de outubro do ano passado, confiante em que receberei forças para cumpri-lo do meu patriotismo e da minha confiança inabalável na poderosa vitalidade da nossa pátria.

76. Somos já um povo forte e que dispõe de elementos de ação capazes de lhe assegurarem assinalado progresso e grandeza. Aproveitar esses elementos por um trabalho enérgico contínuo, perseverante e confiante, e o nosso principal dever.

77. No século atual – na previsão de notável estadista americano – vai caber-nos posição saliente entre os povos que mais progridem e essa expectativa alentadora não deve e não pode falhar se empregarmos – todos os brasileiros – a nossa atividade e o nosso esforço pelo bem da Pátria.

78. Governar dentro da Constituição e das leis, respeitar os direitos e legítimos interesses de todos, praticar a justiça, enfim, são normas que procurei observar sempre que me coube a tarefa de exercer qualquer parcela de poder público, e das quais me afastarei no alto posto em que me colocou a confiança dos meus compatriotas.

Rio, 15 de novembro de 1906
Affonso Augusto Moreira Penna.

(3.575 palavras)

74, 75. Principais pontos de interesse: ratifica os compromissos do programa de governo, baseado no patriotismo e na confiança na pátria.

76, 77. Brasileiros: um povo forte que deve aproveitar suas potencialidades para alcançar a grandeza.

78. Governar com a Constituição, leis e respeitar os direitos de todos são compromissos dos quais não se afastará.

Configuração

Estrutura

Composto por 78 parágrafos, o discurso está assim organizado:

Do 1º ao 5º parágrafo, congratula-se com a nação e formula suas intenções

Do 6º ao 10º parágrafo, prossegue com o júbilo, desta vez exaltando a economia.

Do 11º ao 32º parágrafo, menciona o principal problema econômico: a fraqueza da moeda, os prejuízos para os produtores rurais, e a necessidade de regularizar com prudência o câmbio.

Nos 33º e 34º parágrafo, menciona os problemas das estatísticas, mas ressalta o vigor da economia observado pelo presidente.

Do 35º ao 60º parágrafo, menciona seu programa de ação para recuperar a economia, fomentar a educação, assegurar garantias aos trabalhadores, saneamento,

Do 61º ao 68º parágrafo, refere-se ao papel do Brasil entre os vizinhos, e a política internacional

Nos 69º e 70º parágrafo, refere-se à necessidade de reaparelhar as forças armadas.

Do 71º ao 73º parágrafo, cuida das relações entre os poderes, e elogia o Judiciário.

Do 74º ao 78º parágrafo, ratifica os compromissos de governo e se compromete a governar com a Constituição.

Tipificação do discurso

É um discurso do tipo deliberativo, com a construção de um bom arco de alianças e uma boa problematização. Mas não é tão eficiente ao anunciar as medidas de resolução. Ou melhor, é eficiente o bastante para sinalizar que, se os problemas não forem resolvidos, não será por culpa dele, orador.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– ao Assumir a Suprema Magistratura da Republica, no período presidencial que hoje começa [...] (1)

– cumpro o grato dever de significar aos meus concidadãos o meu reconhecimento pela subida honra que me conferiram (1)

– procurei corresponder empregando todas as energias de que sou capaz, na promoção do bem estar e da prosperidade do povo brasileiro (1)

Avaliação:

O presidente é bastante afetivo com a cidadania, em termos genéricos, procurando atingir o auditório universal. Neste ponto, faz bem a construção.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- um tal ou qual desalento que porventura se verifique em algumas regiões do território nacional, explicam-no condições desfavoráveis, felizmente transitórias e removíveis (5)
- [...] queixas de grande parte da lavoura, de não compensar o preço dos produtos o trabalho empregado (11)
- a exportação de 1905, maior que a anterior, trouxe ao produtor menos 91.087:000\$ (14)
- a origem do mal, todos o reconhecem, está na má qualidade da moeda de que dispomos (17)
- a depreciação da moeda nacional durante longos anos criou uma situação [...] e uma mudança brusca, em qualquer sentido, trará inevitavelmente novos e grandes prejuízos (19)
- a rápida ascensão do câmbio, a partir de 1905 [...] desorganizando quaisquer cálculos dos produtores baseados no custo de produção (20)
- é sabido que um dos principais fatores [dos custos da produção] é o salário (22)
- as estatísticas que possuímos, infelizmente muito deficientes e incompletas (33)
- o problema do crédito agrícola desde longos anos preocupa a atenção dos estadistas brasileiros (40)

Avaliação

Ao creditar aos problemas financeiros as principais dificuldades do País, simultaneamente faz duas coisas: anuncia sua prioridade e veladamente antecipa as desculpas de virtuais insucessos.

III. Advertências

- convém não perder de vista que são sempre de conseqüências ruinosas as alternativas bruscas de câmbio (28)
- as providências a adotar só poderão ter caráter definitivo quando se resolver de vez o problema monetário (32)
- a lavoura e a indústria, longe de confiarem simplesmente nessas medidas protetoras, devem-se aparelhar para acompanhar o progresso industrial e agrícola (39)
- sem comércio ativo e prospero, só lentamente poderemos conseguir a acumulação de capitais indispensáveis ao incremento dos diversos ramos da atividade econômica (42)
- a perda de valiosas unidades de combate sofrida pela nossa marinha, de anos a esta parte, justifica de sobejo o ato do Governo brasileiro procurando substituí-las de acordo com as exigências dos modernos ensinamentos da arte naval (70)

Avaliação

As advertências seguem a linha da menção a perigos: antecipadamente já “vacina” o auditório contra virtuais insucessos.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- [...] expressivas e desvanecedoras demonstrações de apreço que recebi por toda a parte, na rápida visita que fiz a quase todos os Estados da Republica, a cujos governos e população reitero aqui a afirmação de profunda gratidão (3)
- a nossa querida Pátria caminha com firmeza para os seus grandes destinos (4)
- a ebulição economia [...] é indício [...] de que entramos em uma era nova, promissora [...] (6)
- movimento, que avassalou já o mundo moderno, é uma necessidade fatal (7)
- convicção que vai [...] conquistando todos os espíritos entre nós e animando os governos dos Estados brasileiros (8)
- tive a grande satisfação de verificar que por toda a parte surgem fábricas perfeitamente aparelhadas para a produção de artigos reclamados para consumo de um povo civilizado (34)
- a poderosa questão social do operariado está longe de apresentar entre nós mesmo caráter grave e complicado que assume em outros países (44)
- nestas condições, sendo fácil a todos encontrar emprego para a sua atividade, chegando, não raro, simples operários à posição de chefes de indústria e proprietários de estabelecimentos agrícolas (46)
- o estado florescente de muitas das colônias fundadas há longo anos e que hoje constituem núcleos agrícolas e indústrias de primeira ordem (50)
- a reunião da Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro, e a visita com que o eminente estadista, Mr. Elihu Root, Secretário de Estado do Estados Unidos da América, distinguiu o nosso e outros países da América do Sul (61)
- basear estas relações em uma política larga de mútua confiança, promover o desenvolvimento do comércio pela permuta de produtos peculiares a cada região [...] é o dever rigoroso de todos os governos americanos e a norma de conduta do Brasil nas suas relações internacionais (62)
- os estadistas brasileiros compreenderam o alto alcance de estreitar relação com a jovem e já florescente República dos Estados Unidos da América que, primeira dentre as colônias do Novo Mundo proclamou a sua independência (63)
- no abençoado continente americano, é lícito afirmá-lo afoitamente, a emulação só se pode dar no terreno da prosperidade econômica (66)
- as nossas forças militares, de tradições tão ricas de bravura e patriotismo, em condições de bem desempenharem a sua nobre e elevada missão de defensoras da honra nacional e guardas vigilantes da Constituição e das leis (70)
- no regime presidencial, mais que em outro qualquer, o Poder Executivo deve dar exemplo de respeito e cordialidade em suas relações com os outros Poderes que a Constituição criou, independentes e harmônicos (71)
- a Justiça Federal, pairando na esfera serena e garantidora dos direitos e guarda da Constituição (73)
- a alta cultura jurídica dos nossos juízes deve inspirar a mais completa segurança de que o Supremo Tribunal, colocando na cúpula da organização judiciária, pode desempenhar com

lustre o brilhante papel representado na União Americana pelo Instituto que serviu de modelo ao nosso legislador constituinte (73)

– somos já um povo forte e que dispõe de elementos de ação capazes de lhe assegurarem assinalado progresso e grandeza. Aproveitar esses elementos por um trabalho enérgico contínuo, perseverante e confiante, e o nosso principal dever (76)

– no século atual – na previsão de notável estadista americano – vai caber-nos posição saliente entre os povos que mais progridem e essa expectativa alentadora não deve e não pode falhar se empregarmos – todos os brasileiros – a nossa atividade e o nosso esforço pelo bem da Pátria (77)

Avaliação

Quatro “atores” nacionais recebem menção em sua identificação: o povo como um todo, os empreendedores (rurais e urbanos), os operários, e as forças armadas; no campo externo, as nações vizinhas e os Estados Unidos. A “modernidade” é, ao final, o grande valor com que se identifica, o que lança no auditório a idéia de “esperança” e progresso, fortes valores para mover grandes coletividades. Nisso, o orador se articula muito bem. Institucionalmente, auto-congratula-se (o Executivo) e congratula a Justiça. Nenhuma menção elogiosa ao Congresso. Isso dá uma idéia de seu arco de alianças.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

– uma diferença tão assinalada [exportação rendeu menos que no ano anterior] no curto espaço de um ano, não podia deixar de trazer grande transtorno à economia nacional (15)

– tais fatos [exportação rendeu menos que no ano anterior] não podem ser indiferentes aos poderes públicos (16)

– ninguém creará que se pode reduzir os salários dos operários agrícolas e industriais, sem causar fundo sofrimento e provocar justas queixas e reclamações (22)

– não existe, felizmente, em nosso meio conflito entre o capital e o trabalho tamanho é a escassez de braços que experimentam as indústrias, a começar pela principal delas – a lavoura (45)

– entre a República Brasileira e suas irmãs americanas não existem questões que não possam ser solvidas cordialmente e sem receio de conflitos sérios (65)

– não quer isto [paz com os vizinhos] dizer, entretanto, que devemos descurar de colocar as nossas forças militares, de tradições tão ricas de bravura e patriotismo, em condições de bem desempenharem a sua nobre e elevada missão de defensoras da honra nacional e guardas vigilantes da Constituição e das leis (70)

b) Afirmativas enfáticas

– é tarefa de alto patriotismo remediar as situações aflitivas em que nos encontramos, procurando solução para tão grave problema (16)

– é certo que só a convertibilidade de notas em circulação por moeda ouro poderá assegurar cabal e efetivamente esse resultado (18)

- torna-se impossível salvar, sequer a importância delas, e muito menos obter uma remuneração justa e razoável do trabalho e do capital empregados na produção (23)
- ensinam os mais abalizados financistas que a reorganização do sistema monetário deve ser efetuada de modo que não determine o menor abalo, nem acarrete modificação artificial, por menor que seja (27)
- nesses complicados e obscuros problemas da moeda, no conceito de eminente autoridade, devem-se ter em vista fatos bem reais e positivos, deixando de lado o que não for atestado pela experiência e observação (30)
- faltam aqui, felizmente, elementos que expliquem o sistema da paz armada, flagelo que conduz à ruína os povos que se vêem compelidos a adotá-lo (67)

c) Identidade do orador

- não desconheço a grande responsabilidade que assumo e, seguro do apoio de todos os patriotas (2)

Avaliação

Nas crenças e valores, voltam com toda a força os problemas de natureza econômico-financeira a ocupar sua afetividade. Merece destaque, também, a harmonia de classes e a cooperação internacional, particularmente com os vizinhos americanos.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- espero em Deus poder desempenhar meus árduos deveres sem desmentir a confiança em mim depositada (2)
- situação da lavoura, comércio e indústria dos Estados [...], fortaleceu-me no propósito de imprimir vigoroso impulso à política econômica (10)
- é mister, pois, agir de modo que a elevação do valor da moeda nacional se opere lenta e progressivamente (26)
- se quisermos ter indústrias prosperas é preciso proporcionar-lhes o apoio moderado, mas seguro e constante (36)
- uma justa proteção aduaneira, sem chegar ao excesso (37)
- facilitar [...] a circulação dos produtos [...] merecerão do meu Governo o desenvolvimento da rede ferroviária e o aparelhamento dos portos (38)
- embaraços de ordem fiscal [afastados pela] lei de 11 de julho de 1904 (39)
- devemos prestar apurada atenção aos sindicatos, cooperativas e outras associações agrícolas e industriais, prestantes intermediárias para distribuição do créditos nas regiões afastadas dos grandes centros (40)
- a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias (41)

- é preciso, pois, proporcionar à nossa mocidade meios de se aparelhar para exercer com inteligência e proveito a nobre profissão que tão profícua influencia tem no mundo moderno (43)
- cumpre-nos prover às deficiências da nossa legislação [...] no tocante a associações de mutualidade, cooperativas operárias e instituições congêneres (47)
- os poderes públicos da União, como do Estados e dos Municípios, devem ser solicitados em assistir e prover a iniciativa individual que, de institutos destinados a proporcionar o bem estar e garantir o futuro (48)
- o povoamento do nosso território por imigrantes de origem européia constitui um dos mais seguros elementos para acelerar o progresso e a grandeza da nossa pátria (49)
- os sacrifícios que fizermos para esse fim [apoio à imigração serão largamente compensados e retribuídos (50)
- é preciso, entretanto, cuidar de fixar o imigrante ao solo, facilitando-lhe a aquisição da propriedade (51)
- devendo proceder-se nos termos da Constituição Federal, em dezembro de 1910, ao próximo futuro recenseamento geral da União (53)
- do conjunto dos problemas que reclamam mais prontamente os cuidados do poder público no Brasil, destaca-se evidentemente o da instrução, nos seus variados ramos (55)
- neste assunto [educação], a nenhum espírito escapará a necessidade premente de modificações sérias e delas cuidarei com a máxima atenção (58)
- as obras destinadas ao saneamento e embelezamento da Capital da República [...] devem prosseguir (59)
- melhorar a organização militar e renovar o material de guerra, dentro dos limites impostos pela situação financeira, é dever comezinho do nosso como de todo Governo cômico de suas responsabilidades, sem que se possa atribuir ao seu cumprimento propósito de ameaça ou intuito de agressão a povo algum, pois que a nossa preocupação foi e sempre será angariar e estreitar relações com todas as nações (70)
- assim praticarei [harmonia entre os poderes], convencido da sabedoria desta norma consagrada em todas as legislações e que se impõe de modo iniludível a qualquer espírito atento à historia política dos povos cultos (72)
- ratifico o meu programa lançado a 12 de outubro do ano passado, confiante em que receberei forças para cumpri-lo do meu patriotismo e da minha confiança inabalável na poderosa vitalidade da nossa pátria (75)
- governar dentro da Constituição e das leis, respeitar os direitos e legítimos interesses de todos, praticar a justiça, enfim, são normas que procurei observar sempre que me coube a tarefa de exercer qualquer parcela de poder publico, e das quais me afastarei no alto posto em que me colocou a confiança dos meus compatriotas (78)

Avaliação

As proposições concentram-se fortemente nas questões econômicas e financeiras, com leve aceno para a educação e previdência. Mesmo assim, para preparar ou amparar melhor os trabalhadores, a fim de que potencializem a economia.

Avaliação geral

Trata-se de um discurso do tipo deliberativo, em que o autor constrói um arco de alianças bastante razoável, que vai do auditório universal (povo brasileiro) a específicos, como grupos de poder (forças armadas, agricultores, industriais) e até conjuntos de países. Do ponto de vista da problematização, é bastante eficaz ao construir o cenário de perigos e ameaças. Porém, é mais eficaz ao retirar de si as expectativas de resolução dos problemas e menos eficaz ao anunciar medidas para resolvê-las. Nas proposições, o orador é muito genérico, o que pode lhe enfraquecer a autoridade.

Radiografia

É um discurso do tipo deliberativo, com a construção de um bom arco de alianças e uma boa problematização.

Nas **cortesias, agradecimentos, elogios** o presidente é bastante afetivo com a cidadania, em termos genéricos, procurando atingir o auditório universal. Neste ponto, faz bem a construção.

Na menção a **problemas, perigos, inimigos**, ao creditar aos problemas financeiros as principais dificuldades do País, simultaneamente faz duas coisas: anuncia sua prioridade e veladamente antecipa as desculpas de virtuais insucessos. Comportamento semelhante ocorre nas **advertências**: antecipadamente já “vacina” o auditório contra virtuais insucessos.

Nas **manifestações de regozijo, apoio**, quatro “atores” nacionais recebem menção em sua identificação: o povo como um todo, os empreendedores (rurais e urbanos), os operários, e as forças armadas; no campo externo, as nações vizinhas e os Estados Unidos. A “modernidade” é, ao final, o grande valor com que se identifica, o que lança no auditório a idéia de “esperança” e progresso, fortes valores para mover grandes coletividades. Nisso, o orador se articula muito bem. Institucionalmente, auto-congratula-se (o Executivo) e congratula a Justiça. Nenhuma menção elogiosa ao Congresso. Isso dá uma idéia de seu arco de alianças.

Nas **crenças e valores**, seja nas **negativas ou afirmativas enfáticas**, seja na **identidade do orador**, voltam com toda a força os problemas de natureza econômico-financeira a ocupar sua afetividade. Merece destaque, também, a menção à harmonia de classes e a cooperação internacional, particularmente com os vizinhos americanos

Nas **proposições e conclamações**, concentram-se fortemente nas questões econômicas e financeiras, com leve aceno para a educação e previdência. Mesmo assim, para preparar ou amparar melhor os trabalhadores, a fim de que potencializem a economia.

Do ponto de vista da problematização, é bastante eficaz ao construir o cenário de perigos e ameaças. Porém, é mais eficaz ao retirar de si as expectativas de resolução dos problemas e menos eficaz ao anunciar medidas para resolvê-las. Concluindo, trata-se de um discurso do tipo deliberativo, mas não é tão eficiente ao anunciar as medidas de resolução. Ou melhor, é eficiente o bastante para sinalizar que, se os problemas não forem resolvidos, não será por culpa dele, orador.

Hermes da Fonseca (1910 -1914)

Resumo

São excepcionais as condições em que assume a presidência, pois, pela primeira vez houve disputa. Até então, as eleições presidenciais eram sem luta; e os eleitos assumiam o poder sem ressentimentos da disputa. Portanto, são mais graves as responsabilidades que assumirá. Mas os brasileiros devem estar tranquilos, porque não será um governo de paixão, mas de legalidade, justiça e respeito a direitos e liberdades. A condição de soldado, da mesma forma que não o prejudicou na eleição, não o levará a se divorciar dos princípios democráticos e republicanos. Em primeiro lugar, os assuntos de justiça e a difusão do ensino. Deve ser aprovado o novo Código Civil e adotado novo código comercial. Além disso, é necessário melhorar a qualidade dos juizes, tornar mais acessível e menos onerosa a justiça às pessoas, prover a Justiça do Distrito Federal de instalações condignas e uniformizar a jurisprudência. É necessário reorganizar o ensino para dar autonomia ao ensino secundário, pois este, além de preparatório de ensino superior, deve formar pessoas aptas para a vida social; dar liberdade de iniciativa para quem quiser fundar escolas; exigir o exame de admissão para os cursos superiores; dar às escolas de ensino superior liberdade na organização; formar professores bons e convencidos da sua eminente função; instituir maior liberdade ao ensino, sob conveniente fiscalização. As questões econômicas e financeiras terão primazia, para superar as crises que afetam o Brasil mais que outros países, em função da monocultura e carência de estradas. Ainda que borracha e café sejam os principais produtos de exportação, a produção nacional reduz a necessidade de importação. É necessário proteger os produtos nacionais, mas de maneira racional, expurgando-os de impostos que prejudicam a indústria e os consumidores. Não haverá inovações precipitadas em matéria financeira; para obter equilíbrio no orçamento, severo rigor na arrecadação de rendas e nas despesas públicas. Na política externa, resolvidas as questões de limites, manutenção da política de amizade com todos os povos. Embora pacífico, o Brasil não deve se descuidar de seus meios de defesa, razão pela qual deve equipar material e humanamente a Marinha e o Exército. É a nação, e não o presidente que faz política; mas se apoiará no partido que o elegeu, baseado nas teses anunciadas nas eleições. Como soldado, só tem uma aspiração: cumprir a lei; como cidadão, obter a estabilidade do regime e a felicidade da pátria. Não fraquejará diante de críticas injustas, mas será dócil às injunções legítimas. Ao promover o bem da pátria, cumprirá o dever e terá tranqüila a consciência.

Discurso

À Nação

1. Em mais de vinte anos de regime republicano, ainda ninguém ascendeu à suprema magistratura nacional em circunstâncias tão especiais e com maiores responsabilidades do que aquele que, pelo voto da grande maioria dos brasileiros, sobe hoje a curul presidencial.

2. Venho de uma luta eleitoral extremadíssima em que, pela primeira vez, o espírito cívico do país despertou em pacífico prélio que é a afirmação a mais brilhante de que a nação entrou na posse de si mesma, com a plena consciência dos seus direitos, como de seus deveres e responsabilidades.

3. Até aqui os chefes do Estado têm sido eleitos sem luta; não, talvez, porque a nação estivesse, numa unanimidade manifesta, em harmonia com as soluções políticas que essas candidaturas representavam, mas, porque, desinteressada dos pleitos eleitorais, deslembradas dos seus deveres cívicos, preferia assistir indiferente à sagração dos nomes que os interesses partidários do momento apontavam ao supremo posto.

4. Assim eleitos, esses dignos magistrados assumiam o poder, sem os ressentimentos, sem as desconfianças e sem os maus prognósticos que uma campanha apaixonada e violenta devia deixar no ânimo de muitos dos nossos compatriotas, alguns ainda feridos pelo resultado da eleição, outros entre duvidosos e prevenidos com um governo que nasce da mais vigorosa campanha eleitoral que a República já viu.

5. Por isso, se excepcionais são as circunstâncias em que vou ao poder, maiores e mais graves são as responsabilidades que sobre mim pesam ao assumir a chefia do governo nacional.

6. Mas o povo brasileiro pode estar tranqüilo: serei digno do voto com que a nação me honrou, cumprindo com lealdade e firmeza os encargos que me impõe o alto posto que me é confiado.

7. Não farei um governo de paixão, levando para a Presidência da República as mágoas e os

1. São excepcionais as condições em que assume a cadeira presidencial.

2. Pela primeira vez a nação, dona de seus direitos e consciente das responsabilidades, se engajou nas eleições.

3,4. Até então, as eleições presidenciais eram sem luta; e assumiam o poder sem ressentimentos da disputa. Agora, com a campanha eleitoral mais vigorosa da República, há descontentes com as eleições.

5,6. São mais graves as responsabilidades que assumirá; mas brasileiros devem estar tranqüilos.

7. Não será um governo de paixão, mas de legalidade, justiça e respeito a direitos e liberdades.

ressentimentos que uma contenda áspera e, por vezes, injusta, poderia ter deixado no meu espírito, não; subo ao poder com ânimo sereno, disposto a cumprir o dever que a Constituição e as leis me assinalam, sem jamais sair do caminho da legalidade e da justiça, respeitando todos os direitos e todas as liberdades.

8. Farei um governo republicano, isto é, o governo da lei: dela jamais me afastarei, mas, dentro dela serei inflexível, pois, como bem disse grande escritor da antiguidade, “não há república onde as leis não imperam”. Serei, na frase expressiva de Quintino Bocayuva, “o primeiro súdito da lei” e, “superior a paixões e aos interesses de classe, de corporações ou de indivíduos, serei o mandatário fiel da nação e o servidor abnegado e solícito do povo brasileiro”.

9. A minha qualidade de soldado, assim como não influiu para que os elementos civis do país me julgassem digno de presidir aos destinos da República, também, afirmo-o sob a fé de todo o meu passado, não será causa para que me divorcie, levando por estreito sentimento de classe, dos verdadeiros princípios republicanos e dos reais interesse da nação. Comigo não surgirá o sol do cesarismo; mas, sob a égide de um soldado, o país há de ver firmar-se de vez a mais civil das repúblicas, pela abrogação das práticas e dos hábitos contrários ao regime e de tudo que tem servido para deturpar o espírito e a inteligência da Constituição de 24 de Fevereiro.

10. De acordo com as idéias expendidas no meu manifesto eleitoral de 26 de dezembro de 1909, cujos dizeres ratifico, empregarei todo o meu esforço na satisfação dos múltiplos serviços de que depende o bem geral do país, no ponto de vista moral e material.

11. Dentre todos esses serviços sobrelevam, na ordem moral e política, os que dizem respeito à justiça e à difusão do ensino.

12. Uma das maiores preocupações dos países policiados deve ser a boa e pronta distribuição da justiça; e, se este é um dever primordial nos velhos países de formação completa, mais imperioso ele se apresenta em nações novas como a nossa, sobre as quais paira incessantemente a desconfiada vigilância dos países de imigração, isto é, daqueles donde importamos o ouro e os braços de que carecemos para tirar do seio do nosso ubérrimo território as imensas riquezas que á jazem inexploradas ou imperfeitamente exploradas.

8. Fará um governo republicano, de respeito às leis, acima dos interesses particulares, servidor do povo brasileiro.

9. A condição de soldado, da mesma forma que não o prejudicou na eleição, não o levará a se divorciar dos princípios democráticos e republicanos.

10. Em cumprimento aos compromissos eleitorais, se empenhará para o bem geral da nação.

11. Em primeiro lugar, os assuntos de justiça e a difusão do ensino.

12. A aplicação da justiça se torna mais imperiosa em função dos países que enviam imigrantes e investem recursos no Brasil.

13. A providência fundamental

<p>13. Mas, base essencial desse desideratum é a existência do Código Civil, prometido ao país desde a Constituição Imperial de 1824 até hoje não satisfeito, constituindo uma das maiores aspirações do povo brasileiro que, em pleno século XX, vê os seus direitos civis ainda regidos pelas velhas Ordenações do Reino que o próprio Portugal há muitos anos, desde 1867, relegou por incompatíveis com as atuais necessidades sociais.</p>	<p>para a boa e pronta distribuição da justiça é a adoção de um novo Código Civil, pois ainda são utilizadas Ordenações do Reino, as quais já foram extintas até em Portugal.</p>
<p>14. Sujeito ao estudo do Senado da República existe, já aprovado pela Câmara do Deputados, um projeto de Código Civil que, tendo recebido a colaboração eficaz de todas as corporações jurídicas do país e dos seus mais doutos juristas, bem deve satisfazer às justas aspirações nacionais, ainda que não atinja a suprema perfeição, mesmo porque, como escreveram os eminentes redatores do Código de Napoleão, é “absurdo entregar-se alguém a idéias absolutas de perfeição em coisas que só são susceptíveis de bondade relativa”.</p>	<p>14. Após consultas aos especialistas, foi aprovado na Câmara e espera manifestação do Senado. Que seja aprovado logo, mesmo que imperfeito.</p>
<p>15. E o que sucede em relação ao direito civil quase se reproduz quanto ao direito comercial, cujas relações são regidas pelo Código de 1850 que, além de revogado em capítulos inteiros, já não está à altura das modernas necessidades sociais, que estão a exigir um Código que atenda não só às relações decorrentes da circulação dos produtos, como da própria produção.</p>	<p>15. Também deve ser adotado novo código comercial, que atenda aos interesses sociais.</p>
<p>16. Mas, não basta a codificação do direito substantivo, é necessário: elevar cada vez mais o nível intelectual e moral da magistratura, melhorando não só as condições de independência dos juizes, como o critério para a sua investidura e promoção, do qual resulte o preenchimento efetivo dos requisitos de competência moral e profissional; facilitar a justiça colocando-a mais ao alcance dos jurisdicionados, sobretudo pela diminuição dos ônus que lhes são impostos; torná-la mais rápida, principalmente, nos julgamentos definitivos das causas; dar-lhe, no Distrito Federal, instalação condigna em edifício que satisfaça às mais rigorosas exigências e onde funcionem todos os serviços subordinados aos tribunais; dispor sobre a uniformização da jurisprudência, para que a igualdade perante a lei atinja ao seu fim, segundo a essência do princípio constitucional que se não restringe à inadmissibilidade de privilégios pessoais, mas, é extensivo ao reconhecimento igual do direito sempre que for idêntico o fenômeno jurídico sujeito à decisão</p>	<p>16. Além do novo código, é necessário melhorar a qualidade dos juizes, tornar mais acessível e menos onerosa a justiça às pessoas, prover a Justiça do Distrito Federal de instalações condignas e uniformizar a jurisprudência.</p>

judiciária.

17. Como da justiça, urge cuidar seriamente da instrução, tornando-a instrumento profícuo do nosso desenvolvimento moral e material.

18. Para isso, é necessário reorganizar o ensino, principalmente no sentido de: dar autonomia ao ensino secundário, libertando-o da condição subalterna de mero preparatório de ensino superior; organizá-lo de maneira a fazê-lo eminentemente prático, a fim de formar homens capazes para todas as exigências da vida social, ao mesmo tempo que aptos, caso queiram, para seguir os cursos especiais e superiores; criar programas que desenvolvam a inteligência da juventude e não que a aniquilem por uma sobrecarga de estudos exageradamente inútil e, por isso, antes nociva do que proveitosa; estabelecer a plena liberdade do ensino no sentido de qualquer indivíduo ou associação pode fundar escolas com os mesmos direitos e regalias das oficiais; e, assim autônomo o ensino secundário, exigir o exame de admissão para o ingresso aos cursos superiores; dar às escolas de ensino superior completa liberdade na organização dos programas dos respectivos cursos, nas condições de matrícula, no regime dos exames e disciplina escolar e na administração dos patrimônios que tiverem; formar professores bons e convencidos da sua eminente função, para o que é preciso interessá-lo no ensino, de maneira que não sirvam, como até aqui do título de professor para mero reclamo e melhor exploração de profissões especiais; instituir, enfim, em matéria de ensino a maior liberdade sob conveniente fiscalização: esses são, parece, os pontos capitais sobre que deva assentar uma boa e liberal organização do ensino, capaz de produzir resultados proveitosos.

19. Enquanto, porém, o Poder Legislativo não decretar a reforma do ensino secundário e do superior, o meu governo fará cumprir rigorosamente o atual Código sem vacilações e sem condescendências de qualquer espécie.

20. Particular atenção dedicarei ao ensino técnico profissional, artístico, industrial e agrícola que, ao par da parte propriamente prática e imediatamente utilitária, proporcione também instrução de ordem ou cultura secundária, capaz de formar o espírito e o coração daqueles que amanhã serão homens e cidadãos.

21. Não escaparão ao meu vigilante esforço

17. É urgente o cuidado com a instrução.

18. É necessário reorganizar o ensino para: dar autonomia ao ensino secundário, para que – além de preparatório de ensino superior – forme pessoas aptas para a vida social; liberdade de iniciativa para quem quiser fundar escolas; exigir o exame de admissão para os cursos superiores; dar às escolas de ensino superior liberdade na organização; formar professores bons e convencidos da sua eminente função; instituir maior liberdade ao ensino, sob conveniente fiscalização.

19. Enquanto não vierem novas regras, será cumprido o atual código.

20. Dará atenção ao ensino técnico profissionalizante, que possa formar também o espírito dos cidadãos.

21. Dará atenção aos loucos, com

<p>os múltiplos problemas referentes à assistência nas suas variadas modalidades, especialmente a que diz respeito aos que enlouquecem, para os quais é de grande vantagem a criação de colônias agrícolas onde, aliando ao trabalho ao máximo de liberdade, se alcançam resultados surpreendentes quanto ao restabelecimento dos enfermos, e com muito menor sacrifício dos dinheiros públicos.</p> <p>22. Na ordem material, as questões econômica e financeira têm a primazia sobre todas as outras. O problema econômico vai tendo o seu natural desenvolvimento, apesar das crises que, por vezes, tem afligido a produção nacional, crises que, constituindo fenômenos naturais a todos os países, mais se faziam sentir entre nós, devido não só à monocultura a que estávamos entregues, como à deficiência de meios de transportes para as mercadorias produzidas no país. Hoje, felizmente, esta situação se modifica: vamos saindo, graças á dura lição, da quase monocultura em que vivíamos e as vias de comunicação se multiplicam no país.</p> <p>23. Ainda, é certo, a exportação limita-se quase que a dois principais artigos – o café e a borracha – , mas, a lavoura desenvolvendo-se, por outro lado, com a cultura intensiva de outros produtos, vai aliviando a corrente de importação pelo oferecimento nos mercados nacionais de consumo de muitos e importantes gêneros que ainda importávamos em grande escala.</p> <p>24. A situação, entretanto, não é de desafogo e indispensável é que se persevere na propaganda eficaz dos produtos de exportação para assegurar-lhes novos mercados e mais aumentar-lhes o consumo, a fim de que as crises, por que têm passado, desapareçam ou se tornem de natureza a não perturbar a vida econômica da Republica.</p> <p>25. A questão das vias de comunicação, ponto de essencial importância para o desenvolvimento econômico do país, tem, felizmente, recebido, nestes últimos tempos, um grande impulso, e pode dizer-se, em parte, o problema está resolvido.</p> <p>26. De fato, as grandes linhas de penetração estão executadas ou em via de pronta execução, e, agora o que cumpre fazer, mesmo para não avançarmos muito no caminho das responsabilidades financeiras, é estudar e construir as pequenas linhas ou ramais de ligação, de forma a levar aquela linhas uma</p>	<p>a criação de colônias agrícolas, para restabelecimento dos enfermos.</p> <p>22. As questões econômicas e financeiras terão primazia, para superar as crises que afetam o Brasil mais que outros países, em função da monocultura e carência de estradas.</p> <p>23. Ainda que borracha e café sejam os principais produtos de exportação, a produção nacional reduz a necessidade de importação.</p> <p>24. Persiste a necessidade da aumentar os mercados para exportação, para reduzir os impactos das crises.</p> <p>25, 26. As estradas têm recebido impulso, e em parte o problema está resolvido, com as linhas de penetração estão prontas o prestes a serem concluídas; faltam, então, ramais de ligação com estas, para aliviar o custo das mercadorias exportáveis.</p>
--	--

forte massa de produtos das regiões servidas pelas estradas tributárias e assim chegar-se, pelo volume de transporte, a uma tarifa equitativa, capaz de aliviar os produtos que já exportamos e cooperar de modo eficiente para a produção de variadíssimos gêneros que não podem sofrer pesados fretes.

27. Como todo país novo, não podemos fugir à necessidade de conceder relativa proteção aos produtos nacionais; mas, proteção racional, equitativa, que só compreenda aquelas produtos que tem origem primária na terra brasileira.

28. Não quer isto dizer que mais devemos atribular o consumidor com direitos protetores; antes significa que é necessário, mantido nacional regime de proteção, rever as tarifas no sentido de expurgá-las de impostos que, não consultando os interesses da verdadeira e real indústria nacional, constituem exagerados e inúteis sacrifícios para o consumidor.

29. Em matéria financeira, – eu já o disse no manifesto de 26 de dezembro –, julgo perigosas quaisquer inovações precipitadas. É fato que o país anseia por chegar ao regime metálico; mas, essa aspiração só será alcançada, se formos grandemente prudentes, servindo-nos dos aparelhos que a lei de 1899 sabiamente criou e usando de severo rigor na arrecadação das rendas e nas despesas públicas, de forma a conseguir orçamentos sempre equilibrados.

30. Não chegaremos jamais àquele desideratum por meios artificiais ou planos de aventura a que o país não mais pode estar sujeito: a linha a seguir em tal assunto está claramente traçada na política financeira que os meus honrados antecessores adotaram depois de 1899.

31. Os fundos de resgate e de garantia, constituídos como atualmente ou fortalecidos por outros recursos; a retirada da circulação do papel moeda, de acordo com a lei de 1899 e a redução das despesas públicas ao estrito necessário: eis os únicos elementos com que devemos contar para, assegurada a estabilidade cambial pela Caixa de Conversão, chegar, ao regime definitivo da moeda conversível.

32. Resolvidas como se acham todas as questões de limites, fácil será a missão do governo nos assuntos que se referem às relações exteriores, cumprindo-os, tão somente, continuar a tradicional política do Brasil de boa harmonia e perfeita amizade com todos os povos, de nenhum dos quais nos afastam

27, 28. É necessário proteger os produtos nacionais, mas de maneira racional, expurgando-os de impostos que prejudicam a indústria e os consumidores.

29. Não haverá inovações precipitadas em matéria financeira; para obter equilíbrio no orçamento, severo rigor na arrecadação de rendas e nas despesas públicas.

30. Não se alcançará o padrão monetário metálico por meios artificiais; a linha financeira dos antecessores será seguida.

31. Para alcançar a estabilidade cambial, fortalecimento dos fundos de resgate, retirada de papel moeda em circulação e redução das despesas públicas.

32. Na política externa, resolvidas as questões de limites, manutenção da política de amizade com todos os povos.

interesses antagônicos ou rivais.

33. Mas, o fato de haver sido sempre de paz e de fraternidade a política internacional do Brasil e o propósito formal de prosseguir em tão sabia política, não significam, nem impõem que nos descuremos dos legítimos meios de defesa do país.

34. Na medida dos recursos financeiros da República, cumpre persistir no aparelhamento da nossa marinha, não só pela inteira execução do plano adotado, como pelo preparo intensivo do pessoal incumbido, para isto, as escolas técnicas de eletricidade, maquinistas e marujos.

35. Não basta, porém, a aquisição de navios de guerra, que largos sacrifícios custam à nação, é necessário, para que se conservem em condições de desempenhar o papel a que podem ser chamados um dia, que a esquadra, apesar das despesas que isso acarreta, esteja em constante movimento, pois, é no incessante labutar em alto mar, no permanente funcionamento das máquinas e nos exercícios de toda a espécie que os oficiais e tripulação se habilitarão para o perfeito desempenho de suas funções.

36. No que diz respeito às forças de terra, estou ainda convencido de que, executado integralmente o plano de organização delineado na última reforma, poderemos preparar, em pouco tempo, um exército em condições de enfrentar com o mais forte e mais disciplinado adversário.

37. A lei do sorteio, com a criação das linhas de tiro, que muito se tem desenvolvido, preparará, dentro em pouco, numerosa e excelente reserva para o Exército.

38. Estou certo de que, no limite das dotações orçamentárias, estabelecendo-se verbas parceladas e convenientes, poderemos, em poucos anos, pelo desenvolvimento paulatino de arsenais e fábricas, aquisição de armamentos e material bélico, constituídas as unidades táticas que pela reforma foram criadas, formar uma nação militarmente forte, sem que haja necessidade de se manterem os nossos quartéis repletos de soldados, pois que, pelos processos adotados, cada um dos nossos patrícios se transformará em cidadão-soldado.

39. Não sou dos que pensam que a administração deva divorciar-se da política; entendo, porém que esta não deve preterir aquela, nem entorpecer ou desviar a marcha dos altos interessantes

33. Embora pacífico, o Brasil não deve se descuidar de seus meios de defesa.

34. A Marinha deve ser reaparelhada e treinados os seus quadros.

35. Mas não basta adquirir navios; é preciso exercitar as tripulações e oficiais.

36. As forças de terra, com o novo plano, estarão habilitadas para enfrentar o mais forte adversário que houver.

37. Em pouco tempo, com as linhas de tiro, haverá numerosa reserva para o Exército.

38. Pelo aparelhamento constante, desenvolvimento de arsenais, será possível formar nação militarmente forte, sem grandes exércitos, pois cada cidadão será um soldado.

39. A política não pode ter precedência sobre a administração, desviando os altos interesses do Estado.

do Estado.

40. O presidente no nosso regime, especialmente nas circunstâncias em que se encontra o país, não se deve arvorar em diretor da política nacional: é a nação e não ele quem faz política. Mas, como nenhum governo pode fugir à necessidade de apoiar-se em forças políticas organizadas, governarei com o partido que amparou a minha candidatura e que com as minhas idéias de administração se identificou; com ele desenvolverei as teses anunciadas no meu manifesto eleitoral e com ele procurarei corresponder à expectativa de quantos, não filiados ao partido, confiaram no meu patriotismo.

41. O propósito de seguir a divisa de Gambeta “governar com o seu partido para o seu país” não exclui, absolutamente, o dever que tenho de fazer justiça a todos e de pautar os meus atos pela diretriz severa do bem público.

42. E ser-me-á fácil a tarefa porque, soldado, só tenho uma aspiração – o cumprimento inflexível da lei; cidadão, só tenho um ideal – a estabilidade do regime e a felicidade da pátria.

43. Não fraquearei diante da crítica injusta ou interessada, mas, serei dócil às injunções legítimas e justificadas.

45. E, esforçando-me por promover o bem da pátria, terei cumprido o meu dever e tranqüila a consciência.

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1910.

Hermes R. da Fonseca.

(2.647 palavras)

40. É a nação, e não o presidente que faz política; mas se apoiará no partido que o elegeu, baseado nas teses anunciadas nas eleições.

41. Governar com o próprio partido para o país não exclui o dever de fazer justiça a todos.

42. Como soldado, só tem uma aspiração: cumprir a lei; como cidadão, obter a estabilidade do regime e a felicidade da pátria.

43. Não fraquejará diante de críticas injustas, mas será dócil às injunções legítimas.

45. Ao promover o bem da pátria, cumprirá o dever e terá tranqüila a consciência.

Configuração

Estrutura

Do 1º ao 6º, alerta para as condições, excepcionais, em que assume a cadeira presidencial.
Do 7º ao 10º, compromete-se com uma agenda republicana.
Do 11º ao 22º, elenca uma agenda de prioridades.
Do 23º ao 31º, cita os principais problemas de natureza econômico-financeira.
No 32º, fala da política exterior.
Do 33º ao 40º, cita as providências a serem tomadas para equipar e treinar as forças armadas.
Do 41º ao 45º, reafirma compromissos.

Tipificação do discurso

É um discurso tipicamente deliberativo, em que o auditório é levado em consideração, como se tendo real poder para se posicionar (apoio ou rejeição) em relação ao presidente; faz uma boa leitura de conjuntura para, em seguida, apontar soluções e compromissos. Utiliza-se bem da persuasão.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

Ver IV. **Manifestação de regozijo, apoio.**

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

– muitos dos nossos compatriotas, alguns ainda feridos pelo resultado da eleição, outros entre duvidosos e prevenidos com um governo que nasce da mais vigorosa campanha eleitoral que a República já viu (4)

Avaliação

Juntamente com a **Identidade do Orador** e **Advertências**, pode-se ver que o presidente chama a si um certo destaque. Não apenas ele é o “homem de palavra” (cita a si

mesmo em mais de uma ocasião), como um vitorioso. Não deixa de haver uma pontinha de mágoa neste desabafo inicial, em que menciona a disputa.

III. Advertências

- se excepcionais são as circunstâncias em que vou ao poder, maiores e mais graves são as responsabilidades que sobre mim pesam ao assumir a chefia do governo nacional (5)
- mas, dentro dela [da lei] serei inflexível (8)
- uma das maiores preocupações dos países policiados deve ser a boa e pronta distribuição da justiça (12)
- e, se este é um dever [distribuir justiça] primordial nos velhos países de formação completa, mais imperioso ele se apresenta em nações novas como a nossa (12)
- crises que, constituindo fenômenos naturais a todos os países, mais se faziam sentir entre nós, devido não só à monocultura a que estávamos entregues, como à deficiência de meios de transportes para as mercadorias produzidas no país (22)
- a situação, entretanto, não é de desafogo (24)
- mas, proteção racional [aos produtos nacionais], eqüitativa, que só compreenda aqueles produtos que tem origem primária na terra brasileira (27)
- em matéria financeira, – eu já o disse no manifesto de 26 de dezembro –, julgo perigosas quaisquer inovações precipitadas (29)
- mas, essa aspiração [chegar ao regime metálico] só será alcançada, se formos grandemente prudentes (...), e usando de severo rigor na arrecadação das rendas e nas despesas públicas, de forma a conseguir orçamentos sempre equilibrados (29)
- mas, o fato de haver sido sempre de paz e de fraternidade a política internacional do Brasil e o propósito formal de prosseguir em tão sã política, não significam, nem impõem que nos descuremos dos legítimos meios de defesa do país (33)
- não basta, porém, a aquisição de navios de guerra, que largos sacrifícios custam à nação (35)

Avaliação

Nas advertências, o orador problematiza muito bem os principais desafios, os quais faz acompanhar das respectivas receitas (ver **Proposições e conclamações**), de tal modo a racionalizar e naturalizar a avaliação que tem de tais problemas, como é sua referência ao conservadorismo em termos de política financeira. Ao utilizar tal expediente de argumentação, o autor age com sagacidade, pois não abre espaço para contestação.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- pela primeira vez, o espírito cívico do país despertou (...) (2)
- a afirmação a mais brilhante de que a nação entrou na posse de si mesma, com a plena consciência dos seus direitos, como de seus deveres e responsabilidades (2)
- o problema econômico vai tendo o seu natural desenvolvimento, apesar das crises que, por vezes, tem afligido a produção nacional (22)

- hoje, felizmente, esta situação se modifica: vamos saindo, graças á dura lição, da quase monocultura em que vivíamos e as vias de comunicação se multiplicam no país (22)
- (...) a lavoura desenvolvendo-se, por outro lado, com a cultura intensiva de outros produtos [além do café e da borracha], vai aliviando a corrente de importação pelo oferecimento nos mercados nacionais de consumo de muitos e importantes gêneros que ainda importávamos em grande escala (23)
- a questão das vias de comunicação(...), felizmente, recebido, nestes últimos tempos, um grande impulso, e pode dizer-se, em parte, o problema está resolvido (25)
- mas, como nenhum governo pode fugir à necessidade de apoiar-se em forças políticas organizadas, governarei com o partido que amparou a minha candidatura e que com as minhas idéias de administração se identificou (40)
- com ele [o partido que o apoiou nas eleições] desenvolverei as teses anunciadas no meu manifesto eleitoral e com ele procurarei corresponder à expectativa de quantos, não filiados ao partido, confiaram no meu patriotismo (40)
- o propósito de seguir a divisa de Gambeta “governar com o seu partido para o seu país” (41)

Avaliação

Nestas manifestações de regozijo e apoio, o orador deixa claro quem são “os seus”: os governos precedentes, a quem elogia iniciativas e sinaliza com a continuidade, os produtores rurais, para os quais reclama tratamento tributário privilegiado e infra-estrutura para escoar a produção e, por fim, seu próprio partido. Pelas proposições, podemos ver que mais um grupo de poder está incluído em sua agenda prioritária, os militares. Mas o orador, ao mesmo tempo em que é eficiente para nomeá-los, não o faz com descortesia a outros atores, a ponto de parecer que está excluindo outros segmentos. Faz parecer que essas escolhas são prioritárias porque beneficiam a nação como um todo.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não farei um governo de paixão, levando para a Presidência da Republica as mágoas e os ressentimentos que uma contenda áspera e, por vezes, injusta, poderia ter deixado no meu espírito, não (7)
- [subo ao poder com ânimo sereno] (...), sem jamais sair do caminho da legalidade e da justiça, respeitando todos os direitos e todas as liberdades (7)
- dela [a lei] jamais me afastarei (8)
- não quer isto [necessidade de proteger os produtos nacionais] dizer que mais devemos atribular o consumidor com direitos protetores (28)
- não chegaremos jamais àquele desideratum [regime metálico] por meios artificiais ou planos de aventura a que o país não mais pode estar sujeito (30)
- não sou dos que pensam que a administração deva divorcia-se da política (39)

- entendo, porém que esta [a política] não deve preterir aquela, nem entorpecer ou desviar a marcha dos altos interessantes do Estado (39)
- o presidente no nosso regime, especialmente nas circunstâncias em que se encontra o país, não se deve arvorar em diretor da política nacional (40)
- [“governar com o seu partido para o seu país”] não exclui, absolutamente, o dever que tenho de fazer justiça a todos e de pautar os meus atos pela diretriz severa do bem público (41)
- não fraquearei diante da crítica injusta ou interessada, mas, serei dócil às injunções legítimas e justificadas (43)

b) Afirmativas enfáticas

- mas o povo brasileiro pode estar tranqüilo: serei digno do voto com que a nação me honrou, cumprindo com lealdade e firmeza os encargos que me impõe o alto posto que me é confiado (6)
- farei um governo republicano, isto é, o governo da lei (8)
- indispensável é que se persevere na propaganda eficaz dos produtos de exportação (24)
- a linha a seguir em tal assunto [regime metálico] está claramente traçada na política financeira que os meus honrados antecessores adotaram depois de 1899 (30)
- é a nação e não ele [o presidente] quem faz política (40)

Avaliação

Nas negativas e afirmativas enfáticas reside o grande poder de persuasão deste pronunciamento. O orador retoma as teses opostas às suas, ou seja, a voz do outro, e as responde, negando. Esse é o grande poder retórico da negativa. Por outro lado, dá ênfase a suas próprias teses, com maior vigor.

c) Identidade do orador

- em mais de vinte anos de regime republicano, ainda ninguém ascendeu à suprema magistratura nacional em circunstâncias tão especiais (1)
- venho de uma luta eleitoral extremadíssima (1)
- até aqui os chefes do Estado têm sido eleitos sem luta (3)
- esses dignos magistrados assumiam o poder, sem os ressentimentos (4)
- como bem disse grande escritor da antiguidade, “não há república onde as leis não imperam” (8)
- serei, na frase expressiva de Quintino Bocayuva, “o primeiro súdito da lei” e, “superior a paixões e aos interesses de classe, de corporações ou de indivíduos, serei o mandatário fiel da nação e o servidor abnegado e solícito do povo brasileiro” (8)
- a minha qualidade de soldado, assim como não influiu para que os elementos civis do país me julgassem digno de presidir aos destinos da República, também, afirmo-o sob a fê de todo o meu passado, não será causa para que me divorcie, levando por estreito

sentimento de classe, dos verdadeiros princípios republicanos e dos reais interesse da nação (9)

– comigo não surgirá o sol do cesarismo; mas, sob a égide de um soldado, o país há de ver firmar-se de vez a mais civil das repúblicas (9)

– de acordo com as idéias expendidas no meu manifesto eleitoral de 26 de dezembro de 1909, cujos dizeres ratifico (10)

– empregarei todo o meu esforço na satisfação dos múltiplos serviços de que depende o bem geral do país, no ponto de vista moral e material (10)

– e ser-me-á fácil a tarefa porque, soldado, só tenho uma aspiração – o cumprimento inflexível da lei; cidadão, só tenho um ideal – a estabilidade do regime e a felicidade da pátria (42)

– e, esforçando-me por promover o bem da pátria, terei cumprido o meu dever e tranqüila a consciência (45)

Avaliação

O orador, como se vê, faz questão de se sobressair, no conjunto do discurso, seja por meio das condições excepcionais em que assume a presidência, seja pela citação a autoridades reconhecidas no tema (república), seja pela sua peculiar condição de soldado. Todos esses atributos ele busca granjear para construir-se como orador perante o auditório.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

– a base essencial desse desideratum [distribuir justiça] é a existência do Código Civil (3)

– (...) modernas necessidades sociais, que estão a exigir um Código que atenda não só às relações decorrentes da circulação dos produtos, como da própria produção (15)

– elevar cada vez mais o nível intelectual e moral da magistratura, melhorando não só as condições de independência dos juízes, como o critério para a sua investidura e promoção, do qual resulte o preenchimento efetivo dos requisitos de competência moral e profissional (16)

– facilitar a justiça colocando-a mais ao alcance dos jurisdicionados, sobretudo pela diminuição dos ônus que lhes são impostos (16);

– torná-la [a justiça] mais rápida, principalmente, nos julgamentos definitivos das causas (16)

– dar-lhe [à justiça], no Distrito Federal, instalação condigna em edifício que satisfaça às mais rigorosas exigências e onde funcionem todos os serviços subordinados aos tribunais (16)

– dispor sobre a uniformização da jurisprudência, para que a igualdade perante a lei atinja ao seu fim (16)

– urge cuidar seriamente da instrução, tornando-a instrumento profícuo do nosso desenvolvimento moral e material (17)

– é necessário reorganizar o ensino (18)

– dar autonomia ao ensino secundário, libertando-o da condição subalterna de mero preparatório de ensino superior (18)

– organizá-lo [o ensino secundário] de maneira a fazê-lo eminentemente prático (18)

– criar programas que desenvolvam a inteligência da juventude (18)

- estabelecer a plena liberdade do ensino no sentido de qualquer indivíduo ou associação pode fundar escolas com os mesmos direitos e regalias das oficiais (18)
- exigir o exame de admissão para o ingresso aos cursos superiores (18)
- dar às escolas de ensino superior completa liberdade na organização dos programas dos respectivos cursos (18)
- formar professores bons e convencidos da sua eminente função (18)
- em matéria de ensino a maior liberdade sob conveniente fiscalização (18)
- particular atenção dedicarei ao ensino técnico profissional, artístico, industrial e agrícola (20)
- aos que enlouquecem, para os quais é de grande vantagem a criação de colônias agrícolas (21)
- na ordem material, as questões econômica e financeira têm a primazia sobre todas as outras (22)
- como todo país novo, não podemos fugir à necessidade de conceder relativa proteção aos produtos nacionais (27)
- é necessário, mantido nacional regime de proteção, rever as tarifas no sentido de expurgá-las de impostos que, não consultando os interesses da verdadeira e real indústria nacional, constituem exagerados e inúteis sacrifícios para o consumidor (28)
- os fundos de resgate e de garantia, constituídos como atualmente ou fortalecidos por outros recursos (31)
- a retirada da circulação do papel moeda, de acordo com a lei de 1899 (31)
- a redução das despesas públicas ao estrito necessário (31)
- resolvidas como se acham todas as questões de limites (...) continuar a tradicional política do Brasil de boa harmonia e perfeita amizade com todos os povos (32)
- cumpre persistir no aparelhamento da nossa marinha, não só pela inteira execução do plano adotado, como pelo preparo intensivo do pessoal incumbido, para isto, as escolas técnicas de eletricidade, maquinistas e marujos (34)
- é necessário, para que se conservem em condições de desempenhar o papel a que podem ser chamados um dia, (...) que a esquadra, apesar das despesas que isso acarreta, esteja em constante movimento, pois, é no incessante labutar em alto mar, no permanente funcionamento das máquinas e nos exercícios de toda a espécie que os oficiais e tripulação se habilitarão para o perfeito desempenho de suas funções (35)
- no que diz respeito às forças de terra (...) poderemos preparar, em pouco tempo, um exército em condições de enfrentar com o mais forte e mais disciplinado adversário (36)
- a criação das linhas de tiro, que muito se tem desenvolvido, preparará, dentro em pouco, numerosa e excelente reserva para o Exército (37)
- estou certo de que, no limite das dotações orçamentárias (...) poderemos, em poucos anos,(...) arsenais e fábricas, aquisição de armamentos e material bélico, constituídas as unidades táticas (...), formar uma nação militarmente forte, sem que haja necessidade de se manterem os nosso quartéis repletos de soldados, pois que, pelos processos adotados, cada um dos nossos patrícios se transformará em cidadão-soldado (38)

Avaliação

As proposições do presidente identificam, claramente, suas prioridades: justiça, educação, proteção aos produtores nacionais, recuperação das finanças e reforço aos

aparelhos militares. A relação de ações com as quais se compromete, nessa agenda é extensa, se comparada a outros oradores, que foram genéricos. Avaliando-se a dimensão das proposições, dedica a “militares” quase tanto espaço quanto dedica a “justiça” e “educação”. Considerando-se as dimensões destas duas últimas políticas públicas e a primeira, tem-se a noção de poder que as corporações militares exerciam na ocasião. Ironicamente, surge uma providência (colônias agrícolas) para loucos, uma enumeração que não se justifica pela relevância (haveria tantos loucos assim, no Brasil de então), mas pelo caráter de inovação médico-científica.

Avaliação geral

É um discurso do tipo deliberativo, bem construído em relação aos principais aspectos, pois o orador se dedica bem à configuração do auditório, por meio dos atores políticos e sociais com os quais se identifica; ao mesmo tempo ergue para si uma figura respeitável no cenário; se sua enumeração de providências não é exaustiva, é indicadora de quem tem prioridades, ou seja, sabe o que quer. Do ponto de vista da persuasão utiliza muito bem os artifícios retóricos (negativas, ênfases, paralelismos, citações de autoridade).

Radiografia

É um discurso tipicamente deliberativo, em que o auditório é levado em consideração, como se tendo real poder para se posicionar (apoio ou rejeição) em relação ao presidente; faz uma boa leitura de conjuntura para, em seguida, apontar soluções e compromissos. Na **menção a problemas, perigos, inimigos**, assim como na **identidade do orador** e nas **advertências**, pode-se ver que chama a si um certo destaque. Não apenas ele é o “homem de palavra” (cita a si mesmo em mais de uma ocasião), como um vitorioso. Nas **advertências**, particularmente, o orador problematiza muito bem os principais desafios, os quais faz acompanhar das respectivas receitas, de tal modo a racionalizar e naturalizar a avaliação que tem de tais problemas, como é sua referência ao conservadorismo em termos de política financeira. Ao utilizar tal expediente de argumentação, o autor age com sagacidade, pois não abre espaço para contestação. Já nas **manifestação de regozijo, apoio**, o orador deixa claro quem são “os seus”: os governos precedentes, a quem elogia iniciativas e sinaliza com a continuidade, os produtores rurais, para os quais reclama tratamento tributário privilegiado e infra-estrutura para escoar a produção e, por fim, seu próprio partido. Pelas proposições, podemos ver que mais um grupo de poder está incluído em sua agenda prioritária, os militares. Mas o orador, ao mesmo tempo em que é eficiente para nomeá-los, não o faz com descortesia a outros atores, a ponto de parecer que está excluindo outros segmentos. Faz parecer que essas escolhas são prioritárias porque beneficiam a nação como um todo. Nas negativas e afirmativas enfáticas reside o grande poder de persuasão deste pronunciamento. O orador retoma as teses opostas às suas, ou seja, a voz do outro, e as responde, negando. Esse é o grande poder retórico da negativa. Por outro lado, dá ênfase a suas próprias teses, com maior vigor. Na **identidade do orador, este** faz questão de se sobressair, no conjunto do discurso, seja por meio das condições excepcionais em que assume a presidência, seja pela citação a autoridades reconhecidas no tema (república), seja pela sua peculiar condição de soldado. Todos esses atributos ele busca granjear para construir-se como orador perante o auditório. Nas **proposições e conclamações**, o presidente identificam, claramente, suas prioridades: justiça, educação, proteção aos produtores nacionais, recuperação das finanças e reforço aos aparelhos militares. A relação de ações com as quais se compromete, nessa agenda é extensa, se comparada a outros oradores, que foram genéricos. Avaliando-se a dimensão das proposições, dedica a “militares” quase tanto espaço quanto dedica a “justiça” e “educação”. Considerando-se as dimensões destas duas últimas políticas públicas e a primeira, tem-se a noção de poder que as corporações militares exerciam na ocasião. Ironicamente, surge uma providência (colônias agrícolas) para loucos, uma enumeração que não se justifica pela relevância (haveria tantos loucos assim, no Brasil de então), mas pelo caráter de inovação médico-científica. Enfim, é um discurso do tipo deliberativo, bem construído em relação aos principais aspectos, pois o orador se dedica bem à configuração do auditório, por meio dos atores políticos e sociais com os quais se identifica; ao mesmo tempo ergue para si uma figura respeitável no cenário; se sua enumeração de providências não é exaustiva, é indicadora de quem tem prioridades, ou seja, sabe o que quer. Do ponto de vista da persuasão utiliza muito bem os artifícios retóricos (negativas, ênfases, paralelismos, citações de autoridade).

Wenceslau Brás (1914 -1918)

Resumo

Ao assumir, o ratifica compromissos de campanha, e alerta para a necessidade de reconstrução política, econômica e financeira, com base nas ordens material, jurídica e moral, com o apoio de todos os poderes e classes. Na vertente política dessa construção, garantir os interesses superiores aos do partido que o elegeu. Também uma reforma dos costumes eleitorais: garantir a verdade do alistamento eleitoral e do voto; eleitores passarem a cobrar dos eleitos; autoridades devem respeitar as leis; liberdade das urnas; reconhecimento dos eleitos; representação das minorias. No que diz respeito aos outros poderes, o presidente se compromete a respeitá-los, ressalvadas as prerrogativas do Executivo. Os poderes, agindo livremente, convencerão a população da eficácia da República: Executivo, servo da lei; Legislativo, livre e fiscalizador; e Judiciário, garantidor de todos os direitos. As leis estaduais devem evitar que a sucessão seja entre parentes; mas o presidente não pode definir isso, apenas persuadir os dirigentes estaduais, razão pela qual a política federal deverá ser exemplar. Nas relações exteriores, estreitamento da amizade com as nações. A construção econômica depende da educação; mas é preciso adequar o ensino às exigências modernas. Para combater o despovoamento do campo, provocado pelo pouco retorno econômico da produção, criar escolas agrícolas, difundir técnicas, reduzir impostos e fretes. Para resolver os problemas da educação, deve-se adotar métodos semelhantes aos norte-americanos: laboratórios, oficinas, trabalho de campo contra os métodos de memorização. Para fazer frente às aspirações dos operários por maior bem-estar e independência, devem estar voltados os dirigentes e o novo modelo de educação. Devido à imensa riqueza do País, não há razão para pessimismo em relação às finanças. No entanto, deve-se resolver o problema das exportações, pautada em dois produtos. É preciso, também, tomar providências contra o flagelo da seca. O Brasil deve desenvolver a geração de eletricidade e a metalurgia, para aproveitar os recursos naturais, com o que o progresso dará um salto. O Brasil precisa de mão-de-obra e de capital, mas, para atrair imigrantes, deve-se assegurar justiça e transporte fácil para a exportação de seus produtos. Deve-se cuidar dos trabalhadores rurais, com a fundação de colônias para nacionais, com lotes de terra, orientação técnica e disponibilidade de máquinas agrícolas. A restauração financeira é a preocupação capital da gestão. O patriotismo exige medidas enérgicas, a serem tomadas pelo presidente: cortes em despesas inúteis ou adiáveis; economia nas verbas votadas, e fim de autorizações fora da proposta original; se votadas despesas extras, não serão cumpridas; reduzir o peso dos pagamentos da União; para restaurar o crédito, manter caixa de conversão e outros mecanismos de defesa da economia. Uma referência especial às forças armadas: compromisso de campanha assegurou estudar as condições destas. A crise nacional já existente foi agravada com a guerra na Europa, com desvalorização dos produtos exportados, redução de rendas aduaneiras, enormes déficits mensais, moratória, emissão extra, baixa de câmbio, novo funding. Mas mesmo antes da guerra, o Brasil já tinha o dever de, excepcionalmente, cortar despesas e tomar medidas para o equilíbrio financeiro. Por fim, o presidente apela ao patriotismo dos brasileiros, e dos poderes públicos que lhe devem emprestar apoio, pois ele cumprirá seu dever e espera que cada um cumpra o seu.

Discurso

<p>À Nação</p> <p>1. Assumindo hoje as funções do alto cargo para o qual o eleitorado brasileiro me elegeu, a 1º de março deste ano, só tenho que ratificar os compromissos assumidos perante mim mesmo e perante a Nação; compromissos que minha consciência ditou e que minha vontade realizará, tanto quanto couber dentro de minhas forças e dos recursos do País.</p> <p>2. No meu discurso-programa, lido a 14 de dezembro do ano findo, disse:</p> <p>“Ao patriotismo dos homens de responsabilidade do Brasil se impõe, ineludivelmente, uma grande obra de construção e restauração. Construção política e econômica e restauração financeira”.</p> <p>3. Está bem claro que esta dupla obra exige uma mesma base: intransigente moralidade administrativa, absoluto respeito às leis, imparcial aplicação destas, paz, ordem, enfim, em todas as suas modalidades, ordem material, jurídica e moral. É evidente que, para o completo êxito daquele cometimento, se torna preciso o concurso de todos os poderes e de todas as classes, consorciados neste pensamento e na ação tendente a realizá-lo. Faço justiça em acreditar que nenhum brasileiro se furtará ao cumprimento deste dever.</p> <p>4. Por mim, declaro-o com a mais segura confiança em minha vontade e em minhas convicções, não hesitarei um instante em dedicar a essa obra benemérita o melhor de meus esforços. Assumo perante o país o compromisso formal de me não desviar da diretriz que vou traçar, quaisquer que sejam as dificuldades a vencer.</p> <p>– Construção política:</p> <p>5. Sempre pensei, e só tenho motivos para continuar a pensar, que o homem político, que for elevado ao posto supremo de primeiro magistrado da República, deve sua solidariedade ao partido que o elegeu, mas paira superior ao partido, por isso mesmo que se torna o chefe da Nação.</p> <p>6. Assim se algum dia se chocarem os interesses nacionais com os do partido, o Presidente da República não poderá vacilar em dar preferência àqueles.</p>	<p>1. Ao assumir, ratifica os compromissos de campanha.</p> <p>2. É necessária obra de reconstrução política, econômica e financeira.</p> <p>3. Base: ordem material, jurídica e moral, com o apoio de todos os poderes e classes.</p> <p>4. Assume o compromisso de seguir as diretrizes traçadas.</p> <p>5, 6. Construção política: interesses superiores aos do partido que o elegeu, quando contraditórios com os da nação.</p>
---	---

<p>7. Não compreendo esse posto senão como a mais vigorosa garantia aos habitantes do Brasil, de modo que, em se tratando de direitos ou de verdadeiros interesses nacionais, o chefe do Estado deve ser surdo aos reclamos partidários, para ficar exclusivamente adstrito ao cumprimento da Constituição e das leis, na defesa integral desses direitos e interesses.</p> <p>8. Esta é a função primária do Estado. – Matéria eleitoral</p> <p>9. Creio firmemente que sobre este assunto precisamos mais de uma reforma de costumes do que de novas leis.</p> <p>10. Não quero dizer com isto que não sejam necessárias umas tantas medidas garantidoras da verdade do alistamento e do voto, da apuração deste e do reconhecimento de poderes. Se estou convencido de que a lei não tem o poder mágico de transformar a sociedade, nem por isso descreio de sua influência benéfica, quando vazada em moldes salutareis e praticada com lealdade. Desejo, apenas, afirmar que qualquer disposição legislativa, à altura da atualidade, fielmente executada, produzirá melhores resultados do que outra, ainda que mais perfeita, desde que esta seja deturpada pelos abusos do poder ou pela fraude. O que é preciso, acima de tudo, é que o eleitor tenha a compreensão superior dos seus direitos e dos seus deveres, pronto em satisfazer a estes e enérgico na defesa daqueles; o cumprimento exato da lei por parte de autoridade pública; a elevação moral, a energia patriótica dos poderes constitucionais em realizar a sua missão, concorrendo inequivocamente para a pureza do regime eleitoral em todas as suas fases.</p> <p>11. Sobre este assunto, que é transcendental para a República, agirei desassombadamente perante os funcionários públicos e procurarei interessar os chefes políticos para os seguintes fins:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Seriedade no alistamento; b) Plena liberdade das urnas; c) Reconhecimento de poderes dos legitimamente eleitos; d) Sincera, leal, positiva garantia para a efetiva representação das minorias. <p>12. Já é tempo de passarmos à realização prática desse programa tantas vezes apregoado, tanto no tempo do Império como na República, quantas vezes esquecido. Teremos, assim, conquistado o prestígio das funções legislativas, tão necessário ao jogo regular das</p>	<p>7, 8. Fiel ao compromisso da Constituição, acima dos interesses partidários.</p> <p>9. reforma dos costumes eleitorais, mais que das leis.</p> <p>10. Deve ser garantida verdade do alistamento eleitoral e do voto. Mas o eleitor precisa compreender seus direitos e deveres; e as autoridades devem cumprir a lei para garantir a pureza do regime eleitoral.</p> <p>11. O presidente se compromete a assegurar seriedade no alistamento, liberdade das urnas, reconhecimento dos eleitos, representação das minorias.</p> <p>12. É tempo de praticar esses princípios, apregoados desde o império. O presidente se compromete a respeitar os poderes, ressalvadas as</p>
---	---

<p>instituições. Pela minha parte me comprometo a, mantendo as relações constitucionais com os outros poderes, não concorrer para a diminuição de qualquer deles, salvas, está entendido, as prerrogativas do Poder Executivo. Assegurado o respeito mútuo entre os poderes públicos e agindo todos eles livre e desapaixonadamente dentro da órbita constitucional, levaremos definitivamente ao espírito popular a convicção da eficácia do regime em que vivemos. O que se deve querer, e eu quero, é um Poder Executivo súdito da lei; um Poder Legislativo desassombrado fiscalizador do Executivo; e um Poder Judiciário verdadeira garantia de todos os direitos: poderes harmônicos e independentes, sem concessões nem usurpações.</p> <p>13. Entretanto, não basta, disse o inesquecível estadista Dr. Campos Salles, o esforço isolado do Executivo para o bom governo da República. Na coexistência de outros órgãos da soberania, segundo a estrutura constitucional, a coesão indispensável ao equilíbrio das forças governamentais depende essencialmente da ação combinada e harmônica dos três poderes, guardadas entre si as relações de mútuo respeito e de recíproco apoio. Desde que, sob a influência de funestas tendências e dominado por mal entendida aspiração de supremacia, algum dos poderes tentar levar a sua ação além das fronteiras demarcadas, em manifesto detrimento das prerrogativas de outro, estará nesse momento substancialmente transformada e invertida a ordem constitucional e aberto o mais perigoso conflito, do qual poderá surgir uma crise, cujos perniciosos efeitos venham afetar o próprio organismo nacional.</p> <p>14. Não ceder nem usurpar.</p> <p>15. Fora daí, em vez de poderes coordenados não temos senão forças rivais, em perpétua hostilidade, que produzem a perturbação, a desordem e a anarquia nas próprias regiões em que paira o poder público para vigiar pela tranquilidade e pela segurança da comunhão nacional e garantir a eficácia de todos os direitos.</p> <p>16. A meu ver, há mais um sério compromisso a assumir: é evitar que as leis estaduais permitam que a sucessão presidencial dos Estados se possa fazer de pai a filho, de irmão a irmão, etc.</p> <p>17. Compreendo que para esse fim o chefe da Nação só poderá ter uma intervenção suasória, procurando interessar todos os chefes políticos nessa</p>	<p>prerrogativas do Executivo. Os poderes, agindo livremente, convencerão a população da eficácia da República: Executivo servo da lê; Legislativo livre e fiscalizador; e Judiciário garantidor de todos os direitos.</p> <p>13, 14. Mas é necessário que não haja invasão de competências de um poder na esfera do outro, para evitar crises institucionais: não ceder nem usurpar.</p> <p>15. Fora do respeito mútuo, impera a rivalidade e a desordem pública.</p> <p>16, 17, 18. As leis estaduais devem evitar que a sucessão seja entre parentes; mas o presidente não pode definir isso, apenas persuadir os dirigentes estaduais, razão pela qual a política federal deverá ser</p>
---	--

<p>obra de patriotismo, que levantara os créditos do regime e prestará ao País grande benefício.</p> <p>18. Estou absolutamente convencido de que uma política federal sã influirá poderosamente para esse “desideratum”.</p> <p>19. Não intervirei senão nos termos constitucionais, mas também recusarei inflexivelmente qualquer solidariedade aos governos que abusarem de suas funções.</p> <p>– Relações exteriores:</p> <p>20. A ação dos nossos governos, em perfeita correspondência com os sentimentos do povo brasileiro, tem sido e será uniformemente no sentido de estreitar cada vez mais os laços de velha amizade, que temos com todas as Nações.</p> <p>21. A liquidação amigável de nossas questões de limites e a assinatura de 31 tratados ou convenções de arbitramento, entre o Brasil e outras potências, demonstram praticamente a sinceridade de nossos sentimentos e de nossas afirmações de paz.</p> <p>– Construção econômica:</p> <p>22. Muito de indústria ligo o problema econômico ao da instrução e ao da educação.</p> <p>23. Tenho para mim que é a escola um dos mais poderosos fatores de uma boa situação econômica; mas é preciso que o ensino seja calcado sob moldes deferentes e atuais, que estão em discordância com as necessidades da vida moderna.</p> <p>24. Quem quer que estude com olhos de observador os nossos grandes males – o desenvolvimento da criminalidade, a vagabundagem, o alcoolismo, a deserção dos campos – reconhecerá que eles resultam, em grande parte, da falta de escolas que preparem a mocidade para as lutas da existência – que são cada vez mais intensas e mais ásperas. Eduque-se a mocidade convenientemente, em institutos onde, de par com a formação de um físico vigoroso e de um caráter enérgico e independente, lhe seja ministrado preparo sólido e prático, tornando-a capaz de lutar, com elementos de sucesso, despertando aptidões, iniciativas e personalidade, e teremos concorrido poderosamente para um surto econômico admirável!</p> <p>25. O campo se despoeva, porque a terra, sendo ingrata aos processos rotineiros, produz pouco e caro; fundem-se, portanto, mais escolas práticas de agricultura, anexe-se ao programa das escolas primárias o ensino agrícola, propaguem-se as vantagens da</p>	<p>exemplar.</p> <p>19. A intervenção do presidente só se dará nos termos constitucionais.</p> <p>20. Nas relações exteriores, estreitamento da amizade com as nações.</p> <p>21. Os tratados assinados demonstram o compromisso do Brasil com a paz.</p> <p>22, 23. Na construção econômica, depende da educação; mas é preciso adequar o ensino às exigências modernas.</p> <p>24. Os males do Brasil resultam, em parte, da falta de escolas e do preparo da juventude, que contemple desenvolvimento físico, formação sólida, despertar de aptidões.</p> <p>25. Para combater o despovoamento do campo, provocado pelo pouco retorno da produção, escolas agrícolas, difusão de técnicas, redução de impostos e fretes.</p>
--	---

<p>lavoura mecânica, difundam-se pela palavra falada e escrita, por práticos ambulantes competentes e por todas as formas possíveis, os ensinamentos e a experiência dos povos mais adiantados que o nosso. Procuremos ao mesmo tempo completar as providências lembradas com outras também necessárias –quer as que se referem ao exagero dos impostos e dos fretes que a lavoura paga, quer as que dizem respeito ao braço a aos capitais de que ela precisa.</p> <p>26. A criminalidade aumenta; a vagabundagem campeia; o alcoolismo ceifa, cada vez mais, maior número de infelizes, porque, em regra, não tendo as pobres vítimas um caráter bem formado e nem preparo para superar as dificuldades da existência, tornam-se vencidos em plena mocidade e se atiram à embriaguez e ao crime.</p> <p>27. Dê-se, porém, outra feição às escolas primárias e às secundárias, tendo-se em vista que a escola não é somente um centro de instrução, mas também a educação, e para esse fim o trabalho manual é a mais segura base; instalem-se escolas industriais, de eletricidade, de mecânica, de química industrial, escolas de comércio, – que os cursos se povoarão de alunos e uma outra era de abrirá para o nosso País. Se não tivermos pessoal habilitado para essas escolas, o que não é de se admirar, país novo que somos, contratemos no estrangeiro a missão industrial. Conseguiremos, assim, remediar em parte os males do presente e lançaremos bases para um futuro melhor, bem como alcançaremos desviar a corrente impetuosa e exagerada que atualmente existe para a empregomania e para o bacharelismo.</p> <p>28. Vem de molde assinalar aqui que, na América do Norte, devido aos seus métodos de ensino, não há fascinação pelo brilho das profissões burocratas ou liberais.</p> <p>29. Não é de hoje que estou convencido destas verdades. Ao assumir o Governo do Estado de Minas Gerais, em 1909, disse:</p> <p>29 a.”Ao País, depois de desaparecido o temor da febre amarela, chegam quase quotidianamente levas de estrangeiros, muitos com recursos e quase todos melhor aparelhados do que os nossos lavradores para o arroteamento das terras (e para as indústrias, acrescento agora). É certamente motivo de jubilo para nós a verificação deste fato, mas também é razão a mais para orientar a educação da mocidade brasileira por</p>	<p>26. A vagabundagem e o alcoolismo atingem os jovens, porque estes são fracos de caráter.</p> <p>27. As escolas são mais que centros de instrução; devem-se instalar escolas técnicas, ainda que com professores estrangeiros. Deve-se barrar a corrente do bacharelismo e a busca por empregos públicos.</p> <p>28. Nos EUA, as profissões liberais e empregos públicos não são atrativas.</p> <p>29. Ainda quando governador de Minas, alertou para o fato de os imigrantes serem melhor preparados que os brasileiros.</p>
---	---

<p>melhores caminhos”.</p> <p>30. É preciso que não se justifique a profecia de um pessimista que dizia que – dentro em breve os brasileiros seriam colonos em sua própria terra. Fora de dúvida é que não basta dar à criança conhecimentos literários, mas é necessário que ela saia da escola com hábitos de trabalho, habilitada a seguir a profissão que melhor lhe convenha.</p> <p>31. A questão da instrução e educação assume, portanto, uma importância capital. Quero para o meu País os métodos americanos sem cópia servil, que nos libertem da educação puramente livresca. Aprender agindo; aprender trabalhando no laboratório, nas oficinas, no campo: eis a solução do problema. Forma-se o caráter no trabalho, na iniciativa, na perseverança contra as dificuldades, dando-se-lhe independência e personalidade. Avigora-se o físico pela ação e pela proscricção quase completa dos incríveis esforços da memória, que tão grandes prejuízos têm causado à nossa mocidade.</p> <p>32. Apreende-se melhor e o ensino fica.</p> <p>33. Funde a União pelo menos um Instituto que se constitua um viveiro de professores para as novas escolas a que me referi.</p> <p>34. O que acabo de dizer sobre o ensino primário, secundário, profissional e industrial, aplica-se, com as devidas modificações, às nossas escolas superiores. A prática também ali deve ser, tanto quanto possível, inseparável da teoria.</p> <p>35. A este capítulo, acrescentarei ainda uma ponderação. Segundo afirma umas das maiores mentalidades belgas, percebe-se claramente, na época atual, a veemente aspiração da população operária para um maior bem estar, para uma dignidade e uma independência mais completa.</p> <p>36. Esta aspiração concorda com a orientação dos dirigentes de todos os países cultos, cujas vistas estão voltadas para a grande obra da solidariedade humana.</p> <p>37. Entre as medidas a se tomarem, a fim de que se realize aquela aspiração, tão nobre quanto justa, nenhuma mais valiosa, nenhuma mais conducente ao fim almejado do que a instrução e a educação dos operários pelos moldes já descritos. É por isso que na América do Norte a situação dos operários é incontestavelmente muito melhor do que nos outros</p>	<p>30. A criança deve sair da escola habilitada para uma profissão.</p> <p>31, 32. É capital resolver os problemas da educação; deve-se adotar métodos semelhantes aos norte-americanos: laboratórios, oficinas, trabalho de campo contra os métodos de memorização.</p> <p>33. Que a União crie um instituto para se modelo.</p> <p>34. Também as escolas superiores devem propiciar mais práticas, além da teoria.</p> <p>35, 36. Hoje em dia, os operários aspiram por maior bem-estar e independência; para essa obra de solidariedade humana devem estar voltados os dirigentes.</p> <p>37. Operários devem ser contemplados com esse modelo de educação.</p>
--	--

<p>países, onde a orientação sobre o assunto é diferente.</p> <p>38. Quaisquer que tenham sido os nossos erros, por mais grave que seja a nossa situação financeira, não sou um pessimista.</p> <p>39. A riqueza do nosso país é tão grande, o nosso progresso econômico, não obstante, o que vai dito, é tão patente, que não há lugar para pessimismo. Para que se não me acoime de otimismo, consigno aqui os dados estatísticos mais recentes sobre o valor total da nossa exportação e importação:</p> <p>1908, 1.273.002:247\$, papel, ou 79,646,690 libras.</p> <p>1909, 1.609.466:197\$, papel, ou 100,863,794 libras.</p> <p>1910, 1.653.276:592\$, papel, ou 110,962,521 libras.</p> <p>1911, 1.797.641:182\$, papel, ou 119,669,503 libras.</p> <p>1912, 2.071.106:738\$, papel, ou 138,073,780 libras.</p> <p>Contribuiu a exportação:</p> <p>1908, 705.709:611\$, papel, ou 14,155,280 libras.</p> <p>1909, 1.016.590:270\$, papel, ou 63,724,440 libras.</p> <p>1910, 930.413:449\$, papel, ou 63,091,547 libras.</p> <p>1911, 1.003.924:736\$, papel, 66,838,792 libras.</p> <p>1912, 1.119.737:180\$, papel, ou 74,649,143 libras.</p> <p>40. Os algarismos referentes a este ano são, porém, de ordem que fazem prever uma solução de continuidade, que nos força a refletir sobre os perigos de uma situação baseada principalmente sobre os preços variáveis de dois produtos e sobre a necessidade de tomarmos providências acertadas e eficientes.</p> <p>41. Cumpre-nos, portanto, provocar e facilitar o desenvolvimento de outras culturas perfeitamente viáveis em nosso país e melhorar a nossa produção atual. Os nossos principais produtos de exportação – o café e a borracha – estão ameaçados de séria concorrência estranha. Quanto ao primeiro, o governo</p>	<p>38, 39. Em relação à situação financeira, devido à imensa riqueza do País, não há razão para pessimismo. Essa riqueza atestam os volumes de comércio, com valores crescentes das exportações.</p> <p>40. Em 1914, no entanto, deve haver queda na exportação da borracha e do café, o que reclama providências.</p> <p>41. São Paulo já toma providências quanto ao café, e o presidente já as tomou em relação à borracha, mas é urgente a resolução do problema das exportações, pautadas em dois produtos.</p>
---	--

<p>de S. Paulo, sempre providente está empenhado em estudar a realidade e a extensão do perigo que ameaça a lavoura paulista. Quanto ao segundo, devem ser examinados com a maior solicitude os resultados das medidas adotadas pelo eminente brasileiro que ora dirige os destinos da República, para o efeito de desenvolvê-las ou modificá-las, tão certo é que o Governo Federal não pode cruzar os braços ante uma perspectiva tão sombria.</p> <p>42. O problema da seca exige também a mesma atenção e os mesmos cuidados. Zonas riquíssimas como as do Norte do país têm uma produção limitada e perturbada, porque só de pouco tempo a esta parte estão sendo tomadas providências eficazes contra esse flagelo periódico.</p> <p>43. Sobre a riqueza mineral há soluções que desafiam a atenção dos estadistas brasileiros. Sem querer referir-me a todas, não me posso furtar ao dever de salientar dentre elas a da eletro-metalurgia do ferro. Cientistas e industriais de quase todo o mundo culto se empenham pela solução industrial desse problema, que assume para nós uma importância colossal, país que é o nosso das grandes quedas d'água e das cadeias de montanhas de ferro e de manganês!</p> <p>44. Para bem se aquilatar do assunto, basta que se diga que, resolvido o problema, o progresso do Brasil dará um salto assombroso! Deve ser isso, portanto, matéria de maior relevância para a administração.</p> <p>45. País de vasta extensão territorial pouco povoada, de terras ferocíssimas, carece o Brasil de braços validos e de capitais.</p> <p>46. Para que, porém, a imigração de faça com segurança de êxito e se estabeleça uma corrente espontânea de bons colonos, é preciso, não nos iludamos, é absolutamente preciso que estes tenham a certeza de encontrar aqui justiça garantidora de seus direitos, e transporte fácil e barato para a exportação de seus produtos.</p> <p>47. Temos, é certo, tomado providências legislativas tendentes a assegurar o pagamento dos salários dos colonos e impulsionar o desenvolvimento de nossa viação férrea; há, porém, muito que realizar ainda.</p> <p>48. Ao Governo da União se impõe, como obra patriótica, fazer uma segura investigação sobre a eficácia daquelas medidas, bem como agir no sentido</p>	<p>42. É preciso tomar providências contra o flagelo da seca.</p> <p>43, 44. O Brasil deve desenvolver a geração de eletricidade e a metalurgia, para aproveitar os recursos naturais, com o que o progresso dará um salto assombroso.</p> <p>45. O Brasil precisa de mão-de-obra e de capital.</p> <p>46. Para atrair imigrantes, deve-se assegurar justiça e transporte fácil para a exportação de seus produtos.</p> <p>47. Há muito a ser feito, além das leis sobre os salários dos colonos e das vias férreas.</p> <p>48. Devem ser revistos preços de fretes, tanto internamente como para outros países.</p>
--	--

<p>de uma ampla revisão de nossos fretes ferroviários e marítimos, a fim de que seja vantajosamente praticável a permuta de produtos entre os centros de produção e os de consumo, internos e externos. Já é profundamente deprimente para nós que produtos de um Estado não possam ser exportados para outros Estados pela extravagância de fretes proibitivos!</p> <p>49. É tempo de reconhecermos que esse problema se prende também ao estreitamento dos laços da Federação.</p> <p>50. Cumpre-se acentuar a necessidade de velar pela sorte de nossos patrícios, trabalhadores rurais, que já reclamam, com razão, contra a sua situação de párias na sua própria terra!</p> <p>51. É de mister que se atenda às suas queixas, fundando-se colônias para nacionais, onde, senhores de um lote de terras, munidos de máquinas agrícolas e orientados por competentes, possam trabalhar e produzir.</p> <p>– Restauração financeira:</p> <p>52. Esta será a preocupação capital de minha administração, si for eleito.</p> <p>53. A aplicação rigorosa das medidas votadas pelo Congresso, sob a sábia inspiração do benemérito governo Campos Salles, trouxe como consequência a melhoria de nossa situação financeira.</p> <p>54. Liquidaram-se com saldo os exercícios de 1902, 1903, 1905, 1906 e 1907.</p> <p>55. Paralisados todos os serviços públicos, até mesmo os mais urgentes, no período de 1898 e 1902, era natural que, vencida a gravidade da crise, se retomasse o regime de melhoramentos materiais, de avigoramento das fontes de riqueza pública. Os governos que sucederam ao saudosíssimo estadista Campos Salles iniciaram e desenvolveram esses serviços.</p> <p>56. O brasileiro, que fizer o balanço dos esforços empregados e dos resultados obtidos, há de forçosamente reconhecer com ufania quanto de benefícios reais auferiu o Brasil nesse breve espaço de tempo.</p> <p>57. Basta que assinalemos aqui o saneamento e aformoseamento da Capital Federal, a extinção da febre amarela, a construção do porto do Rio de Janeiro, o extraordinário desenvolvimento da viação férrea, da colonização, etc.</p> <p>58. Qualquer destes serviços bastaria para</p>	<p>49. Devem ser estreitados os laços da Federação.</p> <p>50, 51. Deve-se cuidar dos trabalhadores rurais, com a fundação de colônias para nacionais, com lotes de terra, orientação e máquinas agrícolas.</p> <p>52. A restauração financeira é a preocupação capital da gestão.</p> <p>53, 54. As leis votadas no governo anterior trouxeram melhora para a situação financeira, trazendo saldo positivo em vários exercícios.</p> <p>55. A crise entre 1898 e 1902, que paralisou todos os serviços públicos, uma vez vencida, permitiu retomada dos serviços públicos.</p> <p>56, 57. Os brasileiros podem constatar esses benefícios: embelezamento da Capital, extinção da febre amarela, construção do Porto (RJ), vias férreas, colonização..</p> <p>58. São motivos de orgulho e glória esses serviços.</p>
---	---

<p>legítimo orgulho de um estadista, e todos eles constituem, por certo, uma glória para a nossa geração.</p> <p>59. É bem certo que obras de tal vulto exigiriam, como exigiram, enormes despesas; mas também o que é que, reprodutivas como são, não poderiam ter sido causa única da grave situação financeira atual. Concomitante e posteriormente, medidas de menos valia, perfeitamente adiáveis para melhores tempos, despesas suntuárias, leis pessoais, filhas da benevolência ou de interesses partidários; pensões a granel, acarretaram déficits sobre déficits, e estes – empréstimos sobre empréstimos e, afinal, – o abalo que sofreu o crédito brasileiro.</p> <p>60. O exercício financeiro de 1908 encerrou-se com déficit superior a 69 mil contos; o de 1909, com mais de 65 mil contos; o de 1910, com cerca de 100 mil contos; o de 1911, com 312 mil contos – segundo o parecer do ilustre relator do orçamento da receita, Dr. Homero Baptista.</p> <p>61. O mais elementar patriotismo nos impõe providências enérgicas e decisivas, aliás, da maior simplicidade.</p> <p>62. Compenetrado do meu dever, cumpri-lo-ei sem hesitar.</p> <p>63. São estas as principais medidas necessárias:</p> <p>64. Cortes impiedosos nas despesas inúteis e nas adiáveis, para o efeito de se restringir o orçamento na despesa ao limite dos recursos da receita;</p> <p>65. A maior economia dentro das verbas votadas;</p> <p>66. Abolição das autorizações legislativas na cauda do orçamento;</p> <p>67. Negar-se o governo a cumpri-las, si forem votadas;</p> <p>68. Se tanto for preciso, entrar o governo em acordo com os contratantes para que se diminua o peso das responsabilidades imediatas da União.</p> <p>69. Restabeçamos ao mesmo tempo a política financeira salvadora, mantenhamos a Caixa de Conversão, preparemos seguros elementos de defesa para crises de momento, tão freqüentes em países novos de organização financeira semelhante à nossa, e teremos firmado a situação em bases sólidas e consolidada assim o nosso credito, agora abalado.</p> <p>70. Urge, além disso, que se converta em lei o projeto do Código de Contabilidade Pública e que se</p>	<p>59. Mas não foram essas obras a causa de nova crise, e sim os desperdícios dos recursos públicos.</p> <p>60. De 1908 a 1910 só aumentou o déficit financeiro.</p> <p>61, 62. O patriotismo exige medidas enérgicas, a serem tomadas pelo presidente.</p> <p>63. Medidas necessárias:</p> <p>64. Cortes em despesas inúteis ou adiáveis.</p> <p>65. Economia nas verbas votadas, e fim de autorizações fora a proposta original.</p> <p>67. Se votadas despesas extras, não serão cumpridas.</p> <p>68. Reduzir o peso dos pagamentos da União.</p> <p>69. Para restaurar o crédito, manter caixa de conversão e outros mecanismos de defesa da economia.</p> <p>70. Urge aprovar Código de Contabilidade Pública, revisar tarifas aduaneiras para atender</p>
---	--

<p>faça a revisão das nossas tarifas aduaneiras, que devem ser vazadas em moldes que se afastem de extremos inconvenientes, atendendo-se aos interesses respeitáveis das indústrias existentes (que forem dignas de proteção) e às necessidades do consumidor e do Tesouro.</p> <p>71. É preciso que se extirpe de nossos costumes a pratica inconvenientíssima de modificar tarifas aduaneiras dentro dos orçamentos, modificações feitas de afogadilho, sem estudo da matéria, constituindo-se, além disso, motivo de apreensões e de graves prejuízos para as industrias e para o comércio.</p> <p>72. Não terminarei sem fazer uma referência especial a um dos mais sérios problemas no nosso país. Refiro-me às nossas forças armadas, quer de terra, quer de mar, de tradições tão cheias de bravura e de patriotismo no desempenho da incumbência constitucional da defesa da Pátria no exterior e da manutenção das leis no interior. “Se for eleito, dedicarei a esse assunto o melhor dos meus esforços, iniciando desde logo um estudo minucioso de suas condições e de suas necessidades, para poder agir com segurança de êxito”.</p> <p>73. A este programa de Governo, meditado e sincero, acrescentarei apenas algumas ponderações.</p> <p>74. Já sofriamos cruelmente os efeitos de uma profunda crise nacional.</p> <p>75. Parecia-nos mesmo impossível que o País pudesse suportar a sua mais leve agravação; infelizmente, porém, a crise se foi tornando cada vez mais aguda até o extremo resultante do flagelo da conflagração européia.</p> <p>76. As principais conseqüências dessa situação não se fizeram esperar:</p> <p>76.1 Exportação e importação perturbadas, desvalorizada aquela:</p> <p>76.2 Forte diminuição das rendas aduaneiras, que desde logo baixaram de 50%, sofrendo pouco depois maior queda (arrecadaram-se em outubro ultimo apenas 40% do arrecadamento em outubro do ano passado);</p> <p>76.3 Enormes déficits mensais;</p> <p>76.4 Moratória;</p> <p>76.5 Emissão de 250 mil contos papel;</p> <p>76.6 Baixa do câmbio;</p> <p>76.7 Novo funding.</p> <p>77. Antes da conflagração européia, já não</p>	<p>aos interesses das indústrias, e necessidades do consumidor e do Tesouro.</p> <p>71. Extirpar prática de alterações em tarifas de improviso, o que traz insegurança.</p> <p>72, 73. Uma referência especial às forças armadas; compromisso de campanha assegurou estudar as condições destas.</p> <p>74, 75, 76. A crise nacional já existente foi agravada com a guerra na Europa, com desvalorização dos produtos exportados, redução de rendas aduaneiras, enormes déficits mensais, moratória, emissão extra, baixa de câmbio, novo funding.</p> <p>77, 78, 79, 80 . Mesmo antes da guerra o Brasil já tinha o dever de, excepcionalmente, cortar</p>
--	--

<p>tínhamos o direito de nos furtar ao cumprimento de um dever imperioso. Hoje, muito menos. Seria um crime inominável!</p> <p>78. Chegamos a um desses períodos excepcionais, sem par na nossa história, que exigem resoluções extremas, urgentes e eficazes.</p> <p>79. Não creio que possa haver brasileiro digno desse nome, um habitante do Brasil, que se interesse pela nossa Pátria, que recuse seu apoio e concurso para uma obra de salvação pública.</p> <p>80. O Congresso, estou profundamente convencido, cumprirá o seu dever cortando rigorosamente nas despesas públicas e tomando outras medidas garantidoras do necessário equilíbrio financeiro.</p> <p>81. Consciente de meus compromissos e disposto a realizá-los, quaisquer que sejam os meus sacrifícios, faço, nesta hora amarga, para o Brasil e para o mundo, um solene apelo ao patriotismo de todos os brasileiros, concitando-os a me prestarem seu franco apoio e poderoso concurso para a normalização da vida nacional.</p> <p>82. O patriotismo do Povo Brasileiro, de todos os Poderes públicos e de todas as classes vai ser aferido, neste transe por que estamos passando, pela elevação de vistas e de ação, pela energia moral e cívica em tomar providencias eficientes e suportar as conseqüências decorrentes do regime de restrição de despesas, que se impõe.</p> <p>83. Cumprirei meu dever. Confio em que todos cumpram o seu.</p> <p>Manifesto do Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, Presidente da República, em 15 de novembro de 1914.</p> <p>(3.767 palavras)</p>	<p>despesas e tomar medidas para o equilíbrio financeiro.</p> <p>81, 82. O presidente apela ao patriotismo dos brasileiros, e dos poderes públicos que lhe devem emprestar apoio.</p> <p>83. O Presidente cumprirá seu dever e espera que cada um cumpra o seu.</p>
--	---

Fonte: DIARIO OFFICIAL: ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL
Ano 53 – n. 266 – 16 de novembro de 1914

Configuração

Estrutura

Do 1º ao 4º parágrafo, o orador reafirma os compromissos de campanha e anuncia as prioridades;

Do 4º ao 11º parágrafo, detalha no que consistem suas prioridades;

Do 12º ao 15º parágrafo, chama a atenção para o desempenho dos três poderes;

Do 16º ao 19º parágrafo, menciona medidas moralizantes para a administração pública;

Do 20º ao 21º parágrafo, reafirma compromissos com a política externa;

Do 22º ao 37º parágrafo, elege a educação como fundamental e como foco para as diversas mudanças do País;

Do 38º ao 45º parágrafo, faz um diagnóstico da economia e das finanças;

Nos 46º e 47º parágrafo, chama a atenção para a política para imigrantes;

Do 48º ao 51º parágrafo, fala das medidas concretas a serem tomadas

Do 52º ao 71º parágrafo, volta a falar da situação financeira e anuncia as medidas para a sua reestruturação.

Nos 72º e 73º parágrafo, faz referência especial e se compromete com as forças armadas;

Do 74º ao 76º parágrafo, menciona como a guerra na Europa afeta a economia do País;

Do 77º ao 80º parágrafo, anuncia as medidas imprescindíveis para o Brasil para o equilíbrio financeiro;

Nos 81º ao 82º parágrafo, apela ao patriotismo dos brasileiros;

No 83º parágrafo, firma seu compromisso final.

Tipificação do discurso

Trata-se de um discurso do tipo deliberativo, em que o orador se ocupa não apenas em construir uma imagem de si mesmo, mas é bastante pródigo ao enumerar os problemas a serem enfrentados; do mesmo modo, não economiza ao anunciar as medidas legislativas, administrativas e econômicas a serem tomadas. Com isso, valoriza o auditório e o apoio deste ao orador.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– só tenho que ratificar os compromissos assumidos perante mim mesmo e perante a Nação (1)

– compromissos que minha consciência ditou e que minha vontade realizará, tanto quanto couber dentro de minhas forças e dos recursos do País (1)

– faça justiça em acreditar que nenhum brasileiro se furtará ao cumprimento deste dever [na obra de reconstrução] (3)

Avaliação

O orador focaliza em dois pólos suas cortesias: em si mesmo (seus compromissos) e nos eleitores, em geral. Ao não dedicar especial atenção a grupos de poder, ganha em isenção perante o público.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

– quem quer que estude com olhos de observador os nossos grandes males – o desenvolvimento da criminalidade, a vagabundagem, o alcoolismo, a deserção dos campos (24)

– [os males] resultam, em grande parte, da falta de escolas que preparem a mocidade para as lutas da existência – que são cada vez mais intensas e mais ásperas (24)

– o campo se despoeva, porque a terra, sendo ingrata aos processos rotineiros, produz pouco e caro (25)

– a criminalidade aumenta; a vagabundagem campeia; o alcoolismo ceifa, cada vez mais, maior número de infelizes, porque, em regra, não tendo as pobres vítimas um caráter bem formado e nem preparo para superar as dificuldades da existência, tornam-se vencidos em plena mocidade e se atiram à embriaguez e ao crime (26)

– (...) a corrente impetuosa e exagerada que atualmente existe para a empregomania e para o bacharelismo (27)

– os algarismos [valores de exportação] referentes a este ano são, porém, de ordem que fazem prever uma solução de continuidade, que nos força a refletir sobre os perigos de uma situação baseada principalmente sobre os preços variáveis de dois produtos e sobre a necessidade de tomarmos providências acertadas e eficientes (40)

– os nossos principais produtos de exportação – o café e a borracha – estão ameaçados de séria concorrência estranha (41)

– o problema da seca exige também a mesma atenção e os mesmos cuidados [que o das culturas de café e seringueiras] (42)

– zonas riquíssimas como as do Norte do país têm uma produção limitada e perturbada, porque só de pouco tempo a esta parte estão sendo tomadas providências eficazes contra esse flagelo periódico [seca] (42)

– medidas de menos valia [que a urbanização da Capital e serviços públicos urgentes], perfeitamente adiáveis para melhores tempos, despesas suntuárias, leis pessoais, filhas da benevolência ou de interesses partidários; pensões a granel, acarretaram déficits sobre déficits, e estes – empréstimos sobre empréstimos e, afinal, – o abalo que sofreu o crédito brasileiro (59)

– o exercício financeiro de 1908 encerrou-se com déficit superior a 69 mil contos; o de 1909, com mais de 65 mil contos; o de 1910, com cerca de 100 mil contos; o de 1911, com 312 mil contos (60)

–já sofríamos [antes da guerra na Europa] cruelmente os efeitos de uma profunda crise nacional (74)

- parecia-nos mesmo impossível que o País pudesse suportar a sua mais leve agravação; infelizmente, porém, a crise se foi tornando cada vez mais aguda até o extremo resultante do flagelo da conflagração européia (75)
- as principais conseqüências dessa situação não se fizeram esperar (75)
- exportação e importação perturbadas, desvalorizada aquela:
 - forte diminuição das rendas aduaneiras, que desde logo baixaram de 50%, sofrendo pouco depois maior queda (arrecadaram-se em outubro ultimo apenas 40% do arrecadamento em outubro do ano passado);
 - Enormes déficits mensais;
 - Moratória;
 - Emissão de 250 mil contos papel;
 - Baixa do câmbio;
 - Novo funding (76):
- antes da conflagração européia, já não tínhamos o direito de nos furtar ao cumprimento de um dever imperioso. Hoje, muito menos. Seria um crime inominável! 77.
- chegamos a um desses períodos excepcionais, sem par na nossa história, que exigem resoluções extremas, urgentes e eficazes (78)

Avaliação

O orador faz uma análise da conjuntura passando por um arco muito maior que seus antecessores e que muitos de seus sucessores: vai de problemas localizados (violência e alcoolismo nas cidades), aos problemas econômicos centrais, incluindo a influência externa (guerra) para o País. Faz um detalhado diagnóstico dos problemas educacionais. De fato, uma problematização que demonstra o quanto o orador respeita a opinião do público e busca influenciá-la.

III. Advertências

- o que é preciso, acima de tudo, é que o eleitor tenha a compreensão superior dos seus direitos e dos seus deveres, pronto em satisfazer a estes e enérgico na defesa daqueles (10)
- [o que é preciso] cumprimento exato da lei por parte de autoridade pública (10)
- [o que é preciso] a elevação moral, a energia patriótica dos poderes constitucionais em realizar a sua missão, concorrendo inequivocamente para a pureza do regime eleitoral em todas as suas fases (10)
- entretanto, não basta, disse o inesquecível estadista Dr. Campos Salles, o esforço isolado do Executivo para o bom governo da República (13)
- desde que, sob a influência de funestas tendências e dominado por mal entendida aspiração de supremacia, algum dos poderes tentar levar a sua ação além das fronteiras demarcadas, em manifesto detrimento das prerrogativas de outro, estará nesse momento substancialmente transformada e invertida a ordem constitucional e aberto o mais perigoso conflito, do qual poderá surgir uma crise, cujos perniciosos efeitos venham afetar o próprio organismo nacional (13)
- não ceder nem usurpar [os poderes uns dos outros] (14)

- fora daí [respeito dos poderes], em vez de poderes coordenados não temos senão forças rivais, em perpétua hostilidade, que produzem a perturbação, a desordem e a anarquia (15)
- a meu ver, há mais um sério compromisso a assumir: é evitar que as leis estaduais permitam que a sucessão presidencial dos Estados se possa fazer de pai a filho, de irmão a irmão, etc (16)
- não intervirei senão nos termos constitucionais, mas também recusarei inflexivelmente qualquer solidariedade aos governos que abusarem de suas funções (19)
- mas é preciso que o ensino seja calcado sob moldes deferentes e atuais, que estão em discordância com as necessidades da vida moderna (23)
- eduque-se a mocidade convenientemente, em institutos onde, de par com a formação de um físico vigoroso e de um caráter enérgico e independente, lhe seja ministrado preparo sólido e prático, tornando-a capaz de lutar, com elementos de sucesso, despertando aptidões, iniciativas e personalidade, e teremos concorrido poderosamente para um surto econômico admirável (24)
- é certamente motivo de júbilo para nós a verificação deste fato [chegada de imigrantes], mas também é razão a mais para orientar a educação da mocidade brasileira por melhores caminhos (29)
- é preciso que não se justifique a profecia de um pessimista que dizia que – dentro em breve os brasileiros seriam colonos em sua própria terra (30)
- temos, é certo, tomado providências legislativas tendentes a assegurar o pagamento dos salários dos colonos e impulsionar o desenvolvimento de nossa viação férrea; há, porém, muito que realizar ainda (47)
- já é profundamente deprimente para nós que produtos de um Estado não possam ser exportados para outros Estados pela extravagância de fretes proibitivos (48)

Avaliação

Nas advertências, tanto quanto nos perigos, o orador se detém bastante. Desta vez, não apenas apontando os principais entraves, mas alertando outros atores (governos estaduais, por exemplo) para a necessidade de eles tomarem providências, sob pena de inviabilização das medidas econômicas, políticas e administrativas do presidente. É bastante feliz nessas advertências porque, por um lado, retira de si a responsabilidade sobre elas; por outro lado, remete aos possíveis responsáveis as tarefas que lhes cabem no novo ordenamento.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- a ação dos nossos governos, em perfeita correspondência com os sentimentos do povo brasileiro, tem sido e será uniformemente no sentido de estreitar cada vez mais os laços de velha amizade, que temos com todas as Nações (20)
- na América do Norte, devido aos seus métodos de ensino, não há fascinação pelo brilho das profissões burocratas ou liberais (28)
- quero para o meu País os métodos americanos sem cópia servil, que nos libertem da educação puramente livresca (31)

- apreender agindo; apreender trabalhando no laboratório, nas oficinas, no campo: eis a solução do problema (31)
- percebe-se claramente, na época atual, a veemente aspiração da população operária para um maior bem estar, para uma dignidade e uma independência mais completa (35)
- esta aspiração [por bem-estar dos operários] concorda com a orientação dos dirigentes de todos os países cultos, cujas vistas estão voltadas para a grande obra da solidariedade humana (36)
- é por isso [instrução e a educação dos operários pelos moldes já descritos] que na América do Norte a situação dos operários é incontestavelmente muito melhor do que nos outros países, onde a orientação sobre o assunto é diferente (36)
- a riqueza do nosso país é tão grande, o nosso progresso econômico, não obstante, o que vai dito, é tão patente, que não há lugar para pessimismo (39)
- país de vasta extensão territorial pouco povoada, de terras ferocíssimas, carece o Brasil de braços validos e de capitais (45)
- a aplicação rigorosa das medidas votadas pelo Congresso, sob a sábia inspiração do benemérito governo Campos Salles, trouxe como consequência a melhoria de nossa situação financeira (53)
- os governos que sucederam ao saudosíssimo estadista Campos Salles iniciaram e desenvolveram esses serviços [públicos urgentes] (55)
- o brasileiro que fizer o balanço dos esforços empregados e dos resultados obtidos, há de forçosamente reconhecer com ufania quanto de benefícios reais auferiu o Brasil nesse breve espaço de tempo (56)
- basta que assinalemos aqui o saneamento e aformoseamento da Capital Federal, a extinção da febre amarela, a construção do porto do Rio de Janeiro, o extraordinário desenvolvimento da viação férrea, da colonização, etc. (57)
- qualquer destes serviços bastaria para legítimo orgulho de um estadista, e todos eles constituem, por certo, uma glória para a nossa geração (58)

Avaliação

Nesta parte, o orador procura projetar uma imagem de orgulho nacional; ao mesmo tempo, identifica-se com valores “atualizados” em política, economia e mesmo em “políticas sociais”, com referência a dirigentes de outros países ou outras nações, tomando-lhes o exemplo.: educação, direitos dos operários. Embora parte dos elogios sejam para seus antecessores, afasta-se destes ao demonstrar uma visão mais “moderna” do que seja o papel de um presidente.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não hesitarei um instante em dedicar a essa obra [construção e restauração] benemérita o melhor de meus esforços (4)
- assumo perante o país o compromisso formal de me não desviar da diretriz que vou traçar, quaisquer que sejam as dificuldades a vencer (4)
- não compreendo esse posto senão como a mais vigorosa garantia aos habitantes do Brasil (7)

- [assim] se algum dia se chocarem os interesses nacionais com os do partido, o Presidente da República não poderá vacilar em dar preferência àqueles (6)
- não quero dizer com isto [necessidade mais de mudar costumes que leis] que não sejam necessárias umas tantas medidas garantidoras da verdade do alistamento e do voto, da apuração deste e do reconhecimento de poderes (10)
- se estou convencido de que a lei não tem o poder mágico de transformar a sociedade, nem por isso descreio de sua influência benéfica, quando vazada em moldes salutareos e praticada com lealdade (10)
- não creio que possa haver brasileiro digno desse nome, um habitante do Brasil, que se interesse pela nossa Pátria, que recuse seu apoio e concurso para uma obra de salvação pública (79)

b) Afirmativas enfáticas

- é evidente que, para o completo êxito [da obra de reconstrução], se torna preciso o concurso de todos os poderes e de todas as classes, consorciados neste pensamento e na ação tendente a realizá-lo (3)
- o homem político (...) elevado ao posto supremo de primeiro magistrado da República deve sua solidariedade ao partido que o elegeu, mas paira superior ao partido, por isso mesmo que se torna o chefe da Nação (5)
- em se tratando de direitos ou de verdadeiros interesses nacionais, o chefe do Estado deve ser surdo aos reclamos partidários (7)
- [o presidente] ficar exclusivamente adstrito ao cumprimento da Constituição e das leis, na defesa integral desses direitos e interesses (7)
- creio firmemente que sobre este assunto [matéria eleitoral] precisamos mais de uma reforma de costumes do que de novas leis (9)
- desejo, apenas, afirmar que qualquer disposição legislativa, à altura da atualidade, fielmente executada, produzirá melhores resultados do que outra, ainda que mais perfeita, desde que esta seja deturpada pelos abusos do poder ou pela fraude (10)
- na coexistência de outros órgãos da soberania, segundo a estrutura constitucional, a coesão indispensável ao equilíbrio das forças governamentais depende essencialmente da ação combinada e harmônica dos três poderes, guardadas entre si as relações de mútuo respeito e de recíproco apoio (13)
- estou absolutamente convencido de que uma política federal sã influirá poderosamente para esse “desideratum” [moralização das sucessões estaduais] (18)
- muito de indústria ligo o problema econômico ao da instrução e ao da educação (22)
- tenho para mim que é a escola um dos mais poderosos fatores de uma boa situação econômica (23)
- Fora de dúvida é que não basta dar à criança conhecimentos literários, mas é necessário que ela saia da escola com hábitos de trabalho, habilitada a seguir a profissão que melhor lhe convenha (30)
- a questão da instrução e educação assume, portanto, uma importância capital (31)
- para bem se aquilatar do assunto, basta que se diga que, resolvido o problema [exploração dos recursos minerais], o progresso do Brasil dará um salto assombroso (44)
- deve ser isso, portanto, matéria de maior relevância para a administração (44)

– o Congresso, estou profundamente convencido, cumprirá o seu dever cortando rigorosamente nas despesas públicas e tomando outras medidas garantidoras do necessário equilíbrio financeiro (80)

c) Identidade do orador

- no meu discurso-programa, lido a 14 de dezembro do ano findo, disse: “Ao patriotismo dos homens de responsabilidade do Brasil se impõe, ineludivelmente, uma grande obra de construção e restauração. Construção política e econômica e restauração financeira” (2)
- por mim, declaro-o com a mais segura confiança em minha vontade e em minhas convicções (4)
- quaisquer que tenham sido os nossos erros, por mais grave que seja a nossa situação financeira, não sou um pessimista (38)
- compenetrado do meu dever, cumpro-lo-ei [adoção de medidas administrativas saneadoras] sem hesitar (62)

Avaliação

Nas negativas e afirmativas enfáticas, assim como na identidade do orador, ele trabalha os “valores” que seriam comuns a ele e ao público (brasileiros), de tal modo que se identifica com as avaliações que seriam comuns ao auditório. Mas não se resume a dizer “o que seria esperado pelo público”. Constrói a sua própria versão para esses valores (quando fala de educação, por exemplo) e imprime-lhes personalidade. Comparativamente aos problemas e às advertências, esta parte não é tão significativa. Isso implica que o orador investe mais e “fatos observáveis” e menos nas crenças. Essa estratégia confere maior autoridade a seu discurso.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- esta dupla obra [construção e restauração] exige uma mesma base: intransigente moralidade administrativa, absoluto respeito às leis, imparcial aplicação destas, paz, ordem, enfim, em todas as suas modalidades, ordem material, jurídica e moral (3)
- sobre este assunto [questões eleitorais], que é transcendental para a República, agirei desassombadamente perante os funcionários públicos e procurarei interessar os chefes políticos para os seguintes fins : a) seriedade no alistamento; b) plena liberdade das urnas; c) reconhecimento de poderes dos legitimamente eleitos; d) sincera, leal, positiva garantia para a efetiva representação das minorias (11)
- pela minha parte me comprometo a, mantendo as relações constitucionais com os outros poderes, não concorrer para a diminuição de qualquer deles, salvas, está entendido, as prerrogativas do Poder Executivo (12)

- fundem-se, portanto, mais escolas práticas de agricultura (25)
- anexe-se ao programa das escolas primárias o ensino agrícola (25)
- propaguem-se as vantagens da lavoura mecânica, difundam-se pela palavra falada e escrita, por práticos ambulantes competentes e por todas as formas possíveis, os ensinamentos e a experiência dos povos mais adiantados que o nosso (25)
- procuremos ao mesmo tempo completar as providências lembradas com outras também necessárias –quer as que se referem ao exagero dos impostos e dos fretes que a lavoura paga, quer as que dizem respeito ao braço a aos capitais de que ela precisa (25)
- dê-se, porém, outra feição às escolas primárias e às secundárias, tendo-se em vista que a escola não é somente um centro de instrução, mas também a educação, e para esse fim o trabalho manual é a mais segura base (27)
- instalem-se escolas industriais, de eletricidade, de mecânica, de química industrial, escolas de comércio, (27)
- se não tivermos pessoal habilitado para essas escolas, o que não é de se admirar, país novo que somos, contratemos no estrangeiro a missão industrial (27)
- funde a União pelo menos um Instituto que se constitua um viveiro de professores para as novas escolas a que me referi (33)
- cumpre-nos, portanto, provocar e facilitar o desenvolvimento de outras culturas [além de café e seringueiras] perfeitamente viáveis em nosso país e melhorar a nossa produção atual (41)
- solução industrial desse problema [desenvolvimento da metalurgia], que assume para nós uma importância colossal, país que é o nosso das grandes quedas d'água e das cadeias de montanhas de ferro e de manganês (43)
- é absolutamente preciso que estes [os colonos] tenham a certeza de encontrar aqui justiça garantidora de seus direitos, e transporte fácil e barato para a exportação de seus produtos (46)
- ao Governo da União se impõe, como obra patriótica, fazer uma segura investigação sobre a eficácia daquelas medidas [pagamento dos salários aos colonos] (48)
- agir [o Governo da União] no sentido de uma ampla revisão de nossos fretes ferroviários e marítimos, a fim de que seja vantajosamente praticável a permuta de produtos entre os centros de produção e os de consumo, internos e externos (48)
- cumpra-se acentuar a necessidade de velar pela sorte de nossos patrícios, trabalhadores rurais, que já reclamam, com razão, contra a sua situação de párias na sua própria terra (50)
- é de mister que se atenda às suas [dos trabalhadores rurais brasileiros] queixas, fundando-se colônias para nacionais, onde, senhores de um lote de terras, munidos de máquinas agrícolas e orientados por competentes, possam trabalhar e produzir (51)
- restauração financeira: esta será a preocupação capital de minha administração, si for eleito (52)
- o mais elementar patriotismo nos impõe providências enérgicas e decisivas, aliás, da maior simplicidade (61)
- cortes impiedosos nas despesas inúteis e nas adiáveis, para o efeito de se restringir o orçamento na despesa ao limite dos recursos da receita (64)
- a maior economia dentro das verbas votadas (65)
- abolição das autorizações legislativas na cauda do orçamento (66)
- negar-se o governo a cumpri-las, si forem votadas (67)
- se tanto for preciso, entrar o governo em acordo com os contratantes para que se diminua o peso das responsabilidades imediatas da União (68)

- restabeleçamos ao mesmo tempo a política financeira salvadora, mantenhamos a Caixa de Conversão, preparemos seguros elementos de defesa para crises de momento, tão freqüentes em países novos de organização financeira semelhante à nossa, e teremos firmado a situação em bases sólidas e consolidada assim o nosso credito, agora abalado (69)
- urge, além disso, que se converta em lei o projeto do Código de Contabilidade Pública (70)
- que se faça a revisão das nossas tarifas aduaneiras, que devem ser vazadas em moldes que se afastem de extremos inconvenientes, atendendo-se aos interesses respeitáveis das indústrias existentes (que forem dignas de proteção) e às necessidades do consumidor e do Tesouro (70)
- é preciso que se extirpe de nossos costumes a pratica inconvenientíssima de modificar tarifas aduaneiras dentro dos orçamentos, (...) motivo de apreensões e de graves prejuízos para as industrias e para o comércio (71)
- eleito, dedicarei a esse assunto o melhor dos meus esforços, iniciando desde logo um estudo minucioso de suas condições e de suas [das forças armadas] necessidades, para poder agir com segurança de êxito (72).
- consciente de meus compromissos e disposto a realizá-los, quaisquer que sejam os meus sacrifícios, faço, nesta hora amarga, para o Brasil e para o mundo, um solene apelo ao patriotismo de todos os brasileiros, concitando-os a me prestarem seu franco apoio e poderoso concurso para a normalização da vida nacional (81)
- o patriotismo do Povo Brasileiro, de todos os Poderes públicos e de todas as classes vai ser aferido, neste transe por que estamos passando, pela elevação de vistas e de ação, pela energia moral e cívica em tomar providencias eficientes e suportar as conseqüências decorrentes do regime de restrição de despesas, que se impõe (82)
- cumprirei meu dever. Confio em que todos cumpram o seu (83)

Avaliação

O orador, a exemplo de outros detém-se demoradamente sobre os problemas econômicos e financeiros; mas não deixa de mencionar políticas sociais significativas para modificar o país. Merecem destaque as propostas para a educação, enumeradas com algum detalhamento. E não apenas enumeradas, colocadas como centrais para a resolução dos outros problemas. Mas dá atenção também a problemas específicos, sejam eles de natureza política (proibir sucessão entre parentes), regional (seca no Nordeste), de classe (trabalhadores rurais). Ao desenhar um elenco tão compreensivo de medidas, atrai para si a imagem de dirigente comprometido com a resolução desses problemas e, por conseqüência, constrói perante o auditório as condições para receber apoio.

Avaliação geral

Não restam dúvidas de que este é um discurso do tipo deliberativo, isto é, aquele que leva em consideração o efetivo poder da audiência. Por isso, reafirma compromissos, faz uma leitura de conjuntura extensa, enumera problemas a serem resolvidos. Mesmo que algumas das medidas anunciadas beneficiem especificamente grupos de poder (cafeicultores, seringalistas, exportadores, militares), faz com que essas medidas pareçam ser tomadas em benefício da coletividade. Ao se deter em problemas concretos, e investir neles mais que em crenças ou generalidades, seu discurso ganha maior autoridade.

Radiografia

Trata-se de um discurso do tipo deliberativo, em que o orador se ocupa não apenas em construir uma imagem de si mesmo, mas é bastante pródigo ao enumerar os problemas a serem enfrentados; do mesmo modo, não economiza ao anunciar as medidas legislativas, administrativas e econômicas a serem tomadas. Com isso, valoriza o auditório e o apoio deste ao orador. Nas **cortesias, agradecimentos, elogios**, focaliza a si mesmo (seus compromissos) e aos eleitores, em geral. Ao não dedicar especial atenção a grupos de poder, ganha a aura de isenção perante o público. Na **menção a problemas, perigos, inimigos** e também nas **advertências** faz uma análise da conjuntura passando por um arco muito maior que seus antecessores e que muitos de seus sucessores: vai de problemas localizados (violência e alcoolismo nas cidades), aos econômicos centrais, incluindo a repercussão da guerra européia para o País. Pioneiramente, faz um detalhado diagnóstico dos problemas educacionais. Nas advertências, não apenas aponta os principais entraves, mas alerta outros atores (governos estaduais, por exemplo) para a necessidade de eles tomarem providências, sob pena de inviabilização das medidas econômicas, políticas e administrativas do presidente. É bastante feliz nessas advertências porque, por um lado, retira de si a responsabilidade sobre elas; por outro lado, remete aos possíveis responsáveis as tarefas que lhes cabem no novo ordenamento. Nas **manifestações de regozijo, apoio**, procura projetar uma imagem de orgulho nacional; ao mesmo tempo, identifica-se com valores “atualizados” em política, economia e mesmo em “políticas sociais”, com referência a dirigentes de outros países ou outras nações, tomando-lhes o exemplo: educação, direitos dos operários. Embora parte dos elogios sejam para seus antecessores, afasta-se destes ao demonstrar uma visão mais “moderna” do que seja o papel de um presidente. Nas **crenças e valores** (negativas e afirmativas enfáticas, e identidade do orador), ele trabalha os “valores” que seriam comuns a ele e ao público (brasileiros), de tal modo que se identifica com as avaliações que seriam comuns ao auditório. Mas não se resume a dizer “o que seria esperado pelo público”. Constrói a sua própria versão para esses valores (quando fala de educação, por exemplo) e imprime-lhes personalidade. Comparativamente aos problemas e às advertências, esta parte não é tão significativa. Isso implica que o orador investe mais em “fatos observáveis” e menos nas crenças. Essa estratégia confere maior autoridade a seu discurso. Por fim, nas **proposições e conclamações** o orador, a exemplo de outros, detém-se demoradamente sobre os problemas econômicos e financeiros; mas não deixa de mencionar políticas sociais significativas para modificar o país. Merecem destaque as propostas para a educação, enumeradas com algum detalhamento. E não apenas enumeradas, colocadas como centrais para a resolução dos outros problemas. Mas dá atenção também a problemas específicos, sejam eles de natureza política (proibir sucessão entre parentes), regional (seca no Nordeste), de classe (trabalhadores rurais). Ao desenhar um elenco tão compreensivo de medidas, atrai para si a imagem de dirigente comprometido com a resolução das questões fundamentais e, por consequência, constrói perante o auditório as condições para receber apoio. Mesmo que algumas das medidas anunciadas beneficiem especificamente grupos de poder (cafeicultores, seringalistas, exportadores, militares), faz com que essas medidas pareçam ser tomadas em benefício da coletividade.

Epitácio Pessoa (1919 -1922)

Resumo

Na mensagem na abertura da sessão legislativa anuncia as questões em que Executivo e Legislativo devem colaborar. Mesmo se dirigindo ao Legislativo, esta se destina ao povo, por este representado. O Chefe de Estado consagra-se ao serviço da nação, e fazer de tudo para melhorar as condições de vida. Pela falta da prática eleitoral regular e livre, os homens públicos insensíveis à opinião pública e a vida pública no Brasil perdeu o estímulo e o entusiasmo. Por isso, é preciso praticar política de justiça eleitoral, pois a liberdade eleitoral dos Estados e uso do poder estadual em favor de candidatos enfraquece a União e provoca injustiças, uma prática que pode desmoralizar a Federação. Sem ferir a autonomia dos Estados, a União deve ter meios de defender as liberdades para garantir a justiça. Por outro lado, os Estados não podem se endividar confiando que a União resolverá seus problemas, pois esta só consegue crédito na base da confiança. A nação tem-se endividado continuamente, seja para enfrentar as revoltas com a República, seja para financiar serviços públicos; já suspendeu por duas vezes a amortização; e suas rendas de alfândega estão comprometidas em títulos ainda não resgatados. O déficit contínuo tem sido financiado com empréstimos e com emissão de papel-moeda, o que eleva os preços e deprecia a própria moeda. Com o advento da guerra na Europa, cessaram as rendas com impostos alfandegários; ademais, em vez de serem cortadas despesas com pessoal e montepios, estas foram aumentadas. A política de empregar vasto contingente de funcionários públicos, que beneficiou a poucos, não pode continuar; e mesmo os empregados estão com seus ganhos reduzidos, em consequência da guerra. Em função disso, 80% das despesas têm sido para pagar pessoal, restando meros 20% do orçamento para todo o consumo e investimentos do Estado. Para economizar, deve haver cautela no preenchimento de cargos e se evitar o crescimento sem controle dos montepios, que comprometem as finanças do Estado; há instituições semelhantes que servem como modelo para uma reforma. Essa política de endividamento contínuo com paliativos não pode continuar, pois já prejudicou muito o país. Apesar das situação de calamidade no Tesouro, são diversos os pedidos de crédito no Senado e na Câmara, que acarretam despesas com o funcionalismo público. Mas o momento é de sacrifícios heróicos para restaurar as finanças, mas na República já se fez isso com bons resultados; e o Congresso deve colaborar com esses sacrifícios, pois o povo sabe identificar quem não o serve com dignidade. Devem ser evitadas despesas que não sejam para a segurança da Nação (forças militares), o saneamento do interior e a extinção das secas no Norte. Para aumentar a arrecadação, o Congresso deve votar impostos que ajudem o governo, como a taxação do álcool, que causa vício, ou de novos produtos de alto consumo que não são alcançados pela tributação. Além desses, outros recursos novos devem ser agregados; o Congresso deve ajudar a promover aumento na arrecadação e evitar as brechas de isenção de alfândega, concedidas sem critérios e que são privilégios odiosos.

O dever imposto pelo cargo impõe sacrifícios; não basta querer, é preciso poder; e todos os brasileiros devem colocar acima de tudo os deveres da pátria; ao Congresso cabe examinar os pedidos, mas submetendo-os às conveniências supremas do crédito público e da honra da nação.

Discurso

<p>Srs. membros da Câmara dos Deputados.</p> <p>1. A abertura dos trabalhos legislativos a 3 de Maio oferece ensejo ao Presidente da República, que assume o cargo no primeiro dia do quadriênio, de dizer ao Congresso Nacional numa longa mensagem, as suas idéias a respeito das questões principais em que ambos têm de colaborar.</p> <p>2. Determinaram, porém, certas circunstâncias que essa oportunidade me falhasse. A morte do meu benemérito antecessor, tão deplorada pela Nação inteira, e a minha ausência do país, por motivo de serviço público, acarretaram a necessidade de uma eleição presidencial, que teve de ser apurada nos primeiros dias da legislatura, e retardaram a minha posse de quase três meses, depois do início das vossas sessões. Não desejo que decorra mais tempo, sem vir dizer-vos algumas palavras, que traduzam o meu modo de compreender certos assuntos, mais urgentes, em torno dos quais nosso bom entendimento só pode ser profícuo ao interesse nacional.</p> <p>3. As mensagens que vos são dirigidas pelo Poder Executivo podem ser um dos meios de comunicação entre o Presidente e o povo. Dizendo-vos toda a verdade acerca das questões que mais de perto tocam o país, o Chefe do Estado dirige-se realmente ao povo, cuja representação tanto lhe foi confiada a ele, como a vós.</p> <p>4. Devo antes de tudo declarar que considero um dever de honra para mim consagrar-me inteiramente aos interesses da Nação, pondo ao seu serviço todas as forças da minha inteligência e da minha vontade, disposto a resistir a tudo quanto se oponha ao seu bem-estar, assim como a guiar e aceitar tudo quanto possa concorrer para melhorar as condições de sua vida.</p> <p>5. Eleito, embora pela maioria, o Chefe do Estado torna-se desde logo o representante de toda a Nação, e aqueles que o escolheram só devem ter o empenho de ajudá-lo a mostrar praticamente ao povo que tal escolha foi inspirada no interesse superior do bem público.</p> <p>6. A ausência de partidos com programas</p>	<p>1. Mensagem na abertura da sessão legislativa anuncia as questões em que Executivo e Legislativo devem colaborar.</p> <p>2. A morte do antecessor, a ausência do País e a eleição nos primeiros três dias da sessão legislativa, retardamento da posse por três meses. É urgente, portanto, fazer esta comunicação ao Congresso.</p> <p>3. A mensagem é ao Legislativo e ao povo que o primeiro representa.</p> <p>4. Consagra-se inteiramente ao serviço da nação: tudo para melhorar as condições de vida.</p> <p>5. Representante de toda a nação, o Chefe de Estado defende o interesse superior do bem público.</p> <p>6. A vida pública no Brasil</p>
--	--

<p>definidos, devido em grande parte à falta de liberdade eleitoral observada desde o alistamento até às votações, fez com que a vida pública no Brasil perdesse o estímulo do entusiasmo, a inspiração das novas idéias, que são a força motriz da opinião. O exercício do poder ao abrigo das vicissitudes do julgamento eleitoral, foi diminuindo a sensibilidade dos homens políticos às imprevisões de certas correntes de opinião, às vezes sutis pela delicadeza de sua origem, tornando-os, em vez disso, muito expostos à influencia de certos instrumentos de violência intelectual.</p> <p>7. O meio de combater esse estado de coisas é praticarmos todos uma política de justiça, não só na União, mas também nos Estados. Em matéria eleitoral, sobretudo, os Estados têm uma liberdade que enfraquece a União. Já comecei a mostrar por fatos, em circunstâncias iniludíveis, que não darei mão forte a ninguém para obstar nas urnas a manifestação da vontade popular. Mas casos há em que a neutralidade das autoridades federais se converte num reforço à parcialidade dos agentes do Estado. Se numa eleição o Presidente da República proíbe os chefes de serviço federais de influírem de qualquer modo contra o partido de um Governador, mas, de outro lado, o Governador emprega a favor desse mesmo partido todos os recursos de seu poder, o Presidente da República, embora cumprindo o seu dever tem concorrido a contragosto para encorajar a intervenção indébita, que pelos meios ao seu alcance procurava combater.</p> <p>8. Isso mostra que se não nos decidirmos todos a praticar uma política de justiça, isto é, de respeito ao direito dos contrários, teremos concorrido para desmoralizar a Federação e torná-la, em vez de um instrumento de liberdade local, uma forma opressiva da opinião, que pode esmagar a própria maioria, na qual o nosso regime constitucional procurou basear-se.</p> <p>9. Chamo de propósito a vossa atenção para essas questões, porque o exame de fatos concretos pode sugerir-vos medidas, capazes de corrigir certos abusos dessa natureza. Sem de modo algum ferir a autonomia dos Estados, os poderes da União devem ter ao seu alcance meios de defender as liberdades, que eles procurem acaso criar. Ninguém mais do que eu propugna a autonomia que lhes foi deferida: ela, porém, não deve, ser senão um meio de</p>	<p>perdeu o estímulo e o entusiasmo, pela falta da prática eleitoral regular e livre; homens públicos insensíveis à opinião pública.</p> <p>7. É preciso praticar política de justiça eleitoral, pois a liberdade eleitoral dos Estados e uso do poder estadual em favor de candidatos enfraquece a União e provoca injustiças.</p> <p>8. A falta de respeito ao direito dos contrários pode desmoralizar a Federação.</p> <p>9. Sem ferir a autonomia dos Estados, a União deve ter meios de defender as liberdades para garantir a justiça.</p>
--	---

desenvolvimento de todas as forças políticas, econômicas e financeiras do Estado, dentro da União, sem enfraquecimento da União, e subordinada ao princípio moral de que todas as entidades que a compõem devem empenhar-se pela soma de seus esforços, em tornar a vida nacional mais intensa, mais vigorosa, sob uma inspiração comum de justiça.

10. Essa minha preocupação acerca da vida dos Estados vem da convicção em que estou de que muito do quanto possamos aqui fazer há de perder-se lá, se não cair em terreno apropriado. Não há necessidade de demonstrar que a polícia, a justiça e os impostos dos Estados podem enfraquecer ou inutilizar muitos cometimentos da União. Precisamos de uma colaboração mais viva, afim de que alguns deles não desperdicem os seus recursos, suficientes para os seus serviços, ou então reduzam estes aos limites extremos, para não exigirem da União sacrifícios que nem sempre ela está em condições de suportar.

11. Ao demais, a vida nacional é julgada pelo conceito em que é tida a União. Se além das suas crises a União tiver de solver as crises dos Estados, ainda maiores tornar-se-ão as suas dificuldades. É sabido que alguns deles recorreram demasiadamente aos empréstimos, e hoje encontram-se em situação muito embaraçosa. Esses embaraços refletem-se sobre o crédito da União, que até hoje não foi restabelecido nas bases da confiança, a qual, sem dependência de garantias reais, é a única forma de crédito para um Estado soberano.

12. Todos os brasileiros devem fazer do bom nome do Brasil uma questão de honra nacional. As nações que, para manter ou aumentar despesas, a que não correspondem os recursos das suas rendas, se empenham em compromissos que não podem satisfazer, preparam um futuro de apreensões e de dúvidas, prenhe de perigos sobre o seu destino. Os dispêndios excessivos a que nos entregamos em exercícios seguidos, a princípio por causa das graves perturbações da ordem pública que se seguiram à implantação da República e depois por não quereremos parar numa série de concessões onerosas e de criações consecutivas de serviços novos, com aumento colossal do funcionalismo, levaram-nos duas vezes a suspender os pagamentos, em moeda, dos juros e amortizações da dívida pública externa, que tiveram que ser substituídos por emissões de títulos gravados com a

10. Políticas (polícia, justiça, impostos) estaduais podem enfraquecer esforços da União; é necessária colaboração para melhor aproveitar os recursos.

11. Os Estados não podem se endividar confiando que a União resolverá seus problemas, pois esta só consegue crédito na base da confiança.

12. A nação tem-se endividado continuamente, seja para enfrentar as revoltas com a República, seja para financiar serviços públicos; já suspendeu por duas vezes a amortização; e suas rendas de alfândega estão comprometidas em títulos ainda não resgatados.

garantia da renda das nossas alfândegas. Esses títulos, quase todos em mãos do estrangeiro, ainda não foram resgatados; e em vez de economizarmos pra livrar a Nação de empenho tão grave, temos continuado a manter o desequilíbrio dos orçamentos, sem medida nem freio.

13. Os últimos cinco exercícios, de 1914 a 1918, liquidaram-se com o “déficit” de mais de um milhão de contos de réis (1.029.442:103\$417), algarismo que ainda pode crescer na liquidação final do último ano, cujas contas não estão todas apuradas.

14. Esta enorme soma foi saldada com empréstimos externos e internos e emissões de papel-moeda que agravaram a nossa situação financeira e perturbaram a nossa vida econômica, concorrendo para aumentar ainda mais o custo de vida pela elevação do preço de todas as cousas, onde essa massa inesperada de papel-moeda de curso forçado vai procurando o seu emprego nocivo, ao mesmo tempo que se vai depreciando.

15. A guerra reduziu a muito pouco a nossa fonte principal de receita, proveniente dos impostos alfandegários. Diante de tamanha calamidade os princípios cederam lugar a uma contingência irremovível na sua maior parte. Tudo nos aconselhava, porém, a reduzir ao menos possível os nossos gastos, cortando e jamais agravando despesas, sobretudo, as que não eram destinadas a concorrer para aumento da receita. Entretanto, as despesas dessa espécie cresceram com o desenvolvimento cada vez maior dos quadros do pessoal dos diversos Ministérios, que ainda há dois meses foram aumentados de modo considerável. Vem daí a sobra dos funcionários adidos, dos inativos de todas as classes, dos contribuintes do montepio, constituindo no orçamento um peso morto de 50.651:988\$000.

16. Pelo que me incumbe já comecei a observar rigorosamente a obrigação de prover os lugares vagos com empregados adidos, e assim continuarei em todos os casos onde tais lugares correspondam à situação deles. Mas peço particularmente a vossa atenção para a organização autonômica do montepio, o qual todos os dias vai crescendo e envolvendo o Estado numa responsabilidade, que lhe poderia ser poupada com vantagem para todos. Há instituições congêneres, até em nosso país, que poderiam servir de modelo a essa reforma.

13. Os últimos cinco anos foram fechados com déficits superiores a um milhão de contos de réis.

14. O déficit tem sido financiado com empréstimos e com emissão de papel-moeda, o que eleva os preços e deprecia a própria moeda.

15. Com a guerra, cessaram as rendas com impostos alfandegários; ademais, em vez de serem cortadas despesas com pessoal e montepios, estas foram aumentadas.

16. Deve haver cautela no preenchimento de cargos e se evitar o crescimento sem controle dos montepios, que comprometem as finanças do Estado; há instituições semelhantes que servem como modelo para uma reforma.

<p>17. Esse alargamento sem medida dos quadros do pessoal faz com que cerca de quatro quintos da receita sejam consumidos nas respectivas despesas e nos encargos da dívida pública, sobrando apenas 20% aproximadamente para compra de todo o material de que o país necessita, desde o papel e a tinta das repartições, até os armamentos do Exército e da Marinha, os trilhos e as locomotivas das Estradas de Ferro.</p>	<p>17. 80% das despesas são para pessoal, restando meros 20% do orçamento para todo o consumo e investimentos do Estado.</p>
<p>18. Não há Nação que possa continuar por esse caminho sem cair em embaraços de que não sei como possa sair. Estamos neste momento numa situação que nos adverte de semelhante perigo. Por não ter reduzido as suas despesas de pessoal ao estritamente necessário para o serviço do Estado, e por haver convertido grande parte do orçamento numa distribuição de lugares sem utilidade pública e em mero benefício de um pequeno número de pessoas, comparado com a massa geral da Nação, vê-se hoje o país na dificuldade de atender aos que clamam contra a exigüidade dos seus vencimentos insuficientes para prover às necessidades da vida nesta época calamitosa, criada pela guerra européia. Os mesmos que pleitearam instantemente a criação de empregos públicos, a ampliação dos quadros, a elevação dos vencimentos, sofrem agora as conseqüências dessa política imprevidente de dissipação para a qual não é remédio persistir no caminho errado, por onde se chegou a tão dolorosos resultados.</p>	<p>18. A política de empregar vasto contingente de funcionários públicos, que beneficiou a poucos, não pode continuar; e mesmo os empregados estão com seus ganhos reduzidos, em conseqüência da guerra.</p>
<p>19. O milhão de contos de réis, apurado em cinco exercícios como déficit dos orçamentos, terá, como vos disse, de aumentar com os algarismos, ainda por conhecer, das operações do ano próximo passado. Nesses cinco exercícios a insuficiência da renda devorou todos os recursos de crédito de que pudemos dispor – o produto do arrendamento à França dos navios tomados aos alemães, na importância de 104.960.633 francos, e 1.204.773:566\$000 de emissões de papel-moeda.</p>	<p>19. O déficit dos cinco anos anteriores tende a aumentar.</p>
<p>20. Eu pergunto a todos os brasileiros, que amam a sua Pátria, se é admissível persistir nessa política de paliativos, nessa política de ópio e de mofina, para ter daqui a pouco de esbarrar diante de uma realidade insuperável, o submetermo-nos ninguém sabe a que exigências dos nossos credores, com os quais, dentro de dezesseis anos, já fomos forçados a fazer dois contratos de funding-loan, hipotecando a renda das</p>	<p>20. Essa política de endividamento contínuo com paliativos não pode continuar, pois já prejudicou muito o país.</p>

nossas Alfândegas.

21. Não é possível viver toda a vida a lançar mão de expedientes tais. Se a situação presente já nos coloca em tamanhas dificuldades, é fácil adivinhar o que virá a acontecer se ainda agravarmos além das nossas possibilidades de resistência financeira.

22. O déficit maior do último quinquênio foi o de 1914, na importância de 361.988 contos, e o do ano passado, ainda não completo, já monta a 111.070 contos.

23. O exercício corrente não se apresenta sob aspecto mais lisonjeiro. Sem falar numa emissão de trinta mil contos de réis e de outra de letras do Tesouro, por antecipação de receita e de igual importância, com juros a vencer somando 1.800 contos, o Tribunal de Contas já registrou créditos extra orçamentários no valor de 150.615:292\$889. E depois de autorizado gastos tamanhos, ainda vos foram dirigidos, também para o ano corrente, pedidos de créditos especiais e extraordinários, que sobem a 38.501:260\$074 papel e a 1?492:447\$542², ouro; de créditos suplementares que montam a 6.545:642\$181 papel e 800 contos, ouro; de créditos para execução de sentenças judiciais que somam 739:302\$893, papel. Temos ainda a vencer quatro meses do ano e a perspectiva é de exigências idênticas. Só de quatro Ministérios já tenho notícia que haverá necessidade de pedir-vos novos créditos suplementares no valor de 21.219:772\$327. Quer dizer que em despesas fora do orçamento o exercício corrente tem de ser acrescido de, fora ouro 212.621:270\$264. Peço-vos encarecidamente que examineis com o maior cuidado todos esses pedidos, já em vossas mãos, dos quais alguns certamente poderão aguardar dias melhores.

24. Entretanto, apesar de tudo isso, há projetos já apresentados no Senado, que elevariam a despesa pública de 3.034:730\$000. Só o do aumento dos vencimentos dos telegrafistas monta a 2.452:125\$000. Dos projetos submetidos à Câmara dos Deputados, as cifras são muito mais consideráveis, pois já sobem a 44.653:309\$950, sendo conveniente lembrar que, além desses, outros há nas duas casas do Congresso, acarretando despesas avultadas que entretanto não podem desde já ser avaliadas com precisão. Dos que têm os algarismos claros citarei os mais importantes,

21. São graves os riscos para a saúde financeira do País.

22. O maior déficit do quinquênio foi o de 1914; o do ano anterior de mais de cem mil contos.

23. São excessivos os pedidos de créditos, assim como a emissão de moeda para cobrir despesas sem o correspondente em ouro. O Congresso deve ser mais cauteloso na aprovação desses créditos e até adiar o que for possível.

24. Apesar das situação de calamidade no Tesouro, são diversos os pedidos de crédito no Senado e na Câmara, que acarretam despesas com o funcionalismo público.

² Ilegível no jornal de onde se colheu este texto.

como o relativo aos diaristas da Estrada de Ferro Central, com 2.000 contos de réis; o referente aos Correios, com 1.850 contos; o das fábricas de cartuchos e pólvora, com 578 contos; o dos agentes do Corpo de Segurança, com 420 contos; que aproveita aos diaristas da Imprensa Nacional com 471 contos; o que beneficia as praças da Brigada Policial, com 1.800 contos; o atinente aos carteiros desta Capital, com 1.016 contos; o que toca profilaxia na Saúde Pública, com 1.380 contos; o que dispõe sobre os operários das oficinas militares, com 2.710 contos; e o que aumenta os vencimentos militares, na importância de 24.513:000\$000. Além disso a ampliação dos quadros da oficialidade do Exército, decretada nos últimos dias da passada administração, acarretará ao futuro um aumento superior a 6.000 contos de réis, e importa desde já num acréscimo de 2.500 contos.

25. Considero um dever de patriotismo expor [tais]³ fatos ao Congresso e à Nação, na esperança de que facilitem ao Governo o empenho de tirar o país desta situação lamentável.

26. As nações novas como a nossa, têm meios de sair dessas crises terríveis, quando se dispõem corajosamente a auxiliar os governos que querem entrar nos bons princípios a fim de restaurar o crédito público. Logo que este melhora, todos participam, dentro em pouco tempo, dos benefícios decorrentes. A nossa geração já viu o exemplo de um desses milagres, em dias bem próximos de nós. Os sacrificados são sempre os que tomam sobre os ombros a dura, mas patriótica tarefa. Ela não me apavora, pois colaborei na que hoje é celebrada como um exemplo de política Republicana. Entretanto, não poderei levar avante sem o apoio do Congresso Nacional, da Nação inteira, de todas as classes que são os seus órgãos principais de trabalho e de ordem. Consagrarei a essa tarefa tudo quanto estiver nas minhas forças; mas temos de consumá-la todos juntos, mostrando ao povo que o momento é do sacrifício e de cumprimento estrito do dever. O povo tem o instinto da justiça e não perdoa aos que não provam querer servi-lo com dignidade. Ele saberá distinguir entre as críticas justas e os ataques infundados. Ponhamo-nos ao abrigo das injustiças, que são sempre transitórias, quando não assentam num fundo forte de verdade.

25. Expõe os fatos na esperança de obter colaboração do Congresso.

26. São necessários sacrifícios heróicos para restaurar as finanças, mas na República já se fez isso com bons resultados; e o Congresso deve colaborar com esses sacrifícios, pois o povo sabe identificar quem não o serve com dignidade.

³ Há um erro tipográfico neste trecho. Atribuimos uma palavra adequada ao contexto.

<p>27. Devemos fugir de agravar os nossos compromissos com despesas que não sejam reclamadas pela necessidade de assegurar a integridade da Nação, e desenvolver as suas fontes de riqueza, como sejam o aparelhamento da nossa defesa militar, o saneamento do interior e a extinção das secas do norte. A estas despesas devemos acudir ainda com sacrifício, porque umas são a garantia da nossa própria existência e as outras importam o pagamento de uma dívida de honra para com a população pobre do interior, a quem quase tudo tem faltado, e a revalidação de uma das nossas regiões mais susceptíveis de produzir, onde a riqueza pública irá crescer de recursos imensos.</p>	<p>27. Devem ser evitadas despesas que não sejam para a segurança da Nação (forças militares), o saneamento do interior e a extinção das secas no norte.</p>
<p>28. Não me cabe indicar-vos os meios com que podeis ajudar o Governo em matéria de impostos, os quais são vossa exclusiva competência. Vosso patriotismo, porém, aconselhar-vos-á a agravar o que recai sobre as bebidas alcoólicas e sobre outras fontes de vícios, da maneira a mais funda, com o intuito de pôr o povo ao abrigo desse terrível envenenamento. Os Estados acabam de reformar a Constituição para chegar a esse resultado. Há gêneros de consumo, beneficiados por altas extraordinárias, e que têm escapado ao tributo sofrido por outros, em condições menos favoráveis. O Governo estará sempre ao vosso dispor com as suas informações e a sua experiência nesta matéria.</p>	<p>28. O Congresso deve votar impostos que ajudem o governo, como a taxaçoão do álcool, que causa vício, ou de novos produtos de alto consumo que não são alcançados pela tributaçoão.</p>
<p>29. Já que me refiro a recursos novos para o Tesouro, peço-vos com especial empenho que me auxiliéis a promover melhor arrecadação das rendas públicas. São constantes os apelos ao Governo a esse respeito sobretudo pelos órgãos da imprensa. Uma das brechas por onde se escoia boa parte delas é a isenção de direitos de alfândega, hoje concedida com uma facilidade de assombrar. Essa isenção, em principio é nociva aos interesses do Estado, por causa dos abusos de toda a sorte a que se presta; entretanto, além das concessões feitas nesse sentido, em virtude de contrato, outras têm sido dadas a indivíduos, a sociedades e até a classes inteiras. Tais concessões, como outras quaisquer que beneficiam em particular pessoas ou instituições, constituem privilégios odiosos, desigualdades injustificáveis, contra as quais a comunhão tem o direito de protestar.</p>	<p>29. Outros recursos novos devem ser agregados; o Congresso deve ajudar a promover aumento na arrecadação e evitar as brechas de isenção de alfândega, concedidas sem critérios e que são privilégios odiosos.</p>
<p>30. Não desespero da situação do país; antes confio nas suas melhoras, se não me faltar o auxílio que de vos espero. Não valeria a pena exigir recursos</p>	<p>30. A situação do País não é de desespero, mas é necessário o auxílio do Congresso; de nada</p>

novos do povo para continuar gastando nas mesmas proporções e aumentando sem medida os encargos na Nação. Mais dia menos dias a crise se renovaria e eu não dissimulo há muito as minhas apreensões a respeito do futuro exercício cujo “déficit” será ainda importantíssimo, como já foi declarado pelo ilustre relator da receita na Câmara, que o avalia em mais de 88.000 contos de réis.

31. Ninguém sente mais do que eu a situação penosa de tantas classes de servidores do Estado, nesse momento tão difícil para todos. Essas classes nunca deveriam ter sido ampliadas nas proporções colossais em que figura no orçamento consumido em todas as despesas que acarretam, cerca de 60% da receita papel. Os que assim procederam além de fazer mal à Nação, sobrecarregando-a com tamanho peso, fizeram mal também aos próprios a quem quiseram favorecer, os quais estão verificando agora como será difícil senão impossível melhorar de uma só vez a sorte de todos, por esse meio de aumentar e aumentar sem cessar a despesa pública.

32. Além disso, a distribuição de vencimentos civis e militares nem sempre tem sido feita com um critério de justiça e tem dado causa a desgostos e alegações procedentes, que conviria não perder de vista. Com a prática de alterar os quadros e elevar vencimentos à ultima hora, na lei do orçamento, certos funcionários de pequenos lugares ficaram muito mais bem aquinhoados do que outros da mesma categoria, e até do que alguns servidores do Estado de funções muito mais importantes e de encargos muito mais pesados. No interesse de sua autoridade moral os poderes públicos têm a maior conveniência em evitar fatos dessa natureza. Quer parecer-me que alguns destes devem e podem ser corrigidos, quando representem alteração das boas práticas, sobretudo no serviço militar. Está nestas condições a criação da classe de sargentos amanuenses do Exército, muito mais remunerados que os seus companheiros da tropa e percebendo vencimentos superiores mesmo aos dos oficiais do menor posto. Não há necessidade de conservar no Exército essa classe, meio-militar, meio-civil. Como até bem pouco tempo acontecia, os amanuenses podem ser tirados da própria fileira, dentre os sargentos mais aptos, desde que permaneça nos corpos o número de inferiores necessário ao serviço, e essa designação deverá até constituir, em certas

adiantam novas receitas sem cortar os gastos viciados, pois isso renovaria a crise; ademais, atenção para o déficit do ano corrente.

31. Reconhece a difícil situação dos servidores do Estado, cujos quadros nunca deveria ter sido ampliados; mas é impossível melhorar a situação, sem aumentar a despesa.

32. Devem ser evitadas e até corrigidas as injustiças ocorridas quando da revisão da remuneração, que tem privilegiado certos servidores de alguns postos em detrimento de outros até mais qualificados ou com maior responsabilidade.

condições, uma preferência agradável aos que receberem.

33. Seria injustiça dizer que a Nação não tem feito novos sacrifícios para atender as reclamações de seus servidores. Não há dois meses ainda reformas se realizaram, visando alargamento de quadros, e portanto dando ensejo e muitas vantagens de promoções e maiores esperanças de carreira. Não há um ano ainda, o Tesouro foi privado de um imposto importantíssimo, no valor de 19.000:000\$000 para dar satisfação às queixas de civis e militares, cujos vencimentos foram dessa forma melhorados.

34. Estudei com a mais viva simpatia todas as novas pretensões de melhora de vencimentos; mas a preliminar desse estudo, que é o conhecimento da situação do Tesouro, para saber se ele está em condições de fazer frente ainda a tantos e tão vultosos encargos, mostrou-me desde logo a impossibilidade de chegar, ainda em condições modestas, a um resultado favorável a todos os reclamantes. O meu desejo pessoal seria que a Nação pudesse contentar a todos. Nada pode ser mais conveniente e agradável a um Governo do que viver numa atmosfera de simpatia e satisfação de todas as classes. Bem se compreende, pois, que só um alto dever de consciência me fará deixar de colaborar convosco em medidas destinadas a criar uma situação dessa natureza, mais útil a mim próprio do que a quem quer que seja.

35. Tenho, pois, o direito de esperar que todos os meus concidadãos, a quem este assunto atinge, compreendam o sacrifício que acaso eu tenha de fazer sobre os meus sentimentos, para não faltar ao dever imposto pelas grandes responsabilidades do meu cargo. A questão não é só de querer, é também de poder, e eu não creio que haja um só coração de brasileiro, capaz de pôr o seu interesse próprio acima do interesse vital da nossa Pátria. O Congresso que apenas inicia o estudo da receita geral, examinará essas reclamações, o seu número, a extensão dos compromissos que elas criam para o Tesouro, a situação particular de cada classe ou dos seus membros e verá se é possível atendermos, e até que ponto, a interesses tão dignos de respeito, sem prejuízo das conveniências supremas do crédito público em que envolve a honra da Nação.

Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1919.

Jornal do Commercio, 4 de setembro de 1919.

33. Os servidores não podem reclamar que a Nação não tem se sacrificado por eles, com reformas que aumentaram os quadros, e o valor dos vencimentos.

34. Foram estudadas todas as reclamações, mas os cálculos mostraram a impossibilidade de atender a todos; apesar do desejo pessoal do presidente, somente um alto dever de consciência o impedirá de atender aos reclamantes.

35. O dever imposto pelo cargo impõe sacrifícios; não basta querer, é preciso poder; e todos os brasileiros devem colocar acima de tudo os deveres da pátria; ao Congresso cabe examinar os pedidos, mas submetendo-os às conveniências supremas do crédito público e da honra da nação.

Nota: Embora a posse de Epitácio Pessoa tenha sido em 28 de julho, esta é considerada sua primeira mensagem ao Congresso e à nação.

(3.630 palavras)

Configuração

Estrutura

Composto por 35 parágrafos, a mensagem está assim dividida.

Do 1º ao 3º parágrafo, informa sobre a necessidade, premência e circunstâncias em que envia a primeira mensagem ao Legislativo.

Nos 4º e 5º parágrafos, declara compromissos, como Chefe da Nação.

Do 6º ao 11º parágrafo, faz um balanço da vida pública no Brasil, particularmente das relações União–Estados, com propostas de mudanças.

Do 12º ao 17º parágrafo, e do 19º ao 23º faz um balanço sobre as contas públicas e o endividamento do Estado brasileiro, com recomendações de cautela.

colaboração para melhor aproveitar os recursos.

Nos 18º, 24º e 30º ao 34º parágrafos, detém-se nas críticas às excessivas contratações de servidores públicos, pedidos de créditos para pagar salários e apelo ao Congresso para colaborar com a não aprovação de tais créditos.

Nos 26º e 27º parágrafos, faz apelo à necessidade de sacrifícios por parte de toda a Nação e pela definição de prioridades.

Nos 28º ao 29º parágrafo, pede aprovação de novos impostos e fim de isenções.

No 35º faz um apelo final para a necessidade de se entender os sacrifícios reclamados, pela honra da nação.

Tipificação do discurso

Este é um discurso legitimamente deliberativo, pois a circunstância coloca o Presidente na necessidade de obter do Congresso, com a anuência da Nação, uma trégua no endividamento, na liberação de créditos, assim como na necessidade de aumentar a arrecadação. Tendo em vista a soberania do Congresso para decidir sobre a aprovação ou não dos pedidos de créditos e de novas leis para impostos, ele argumenta com dados financeiros, faz apelos, enfim, recorre a todos os expedientes do convencimento e da persuasão.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- srs. membros da Câmara dos Deputados
- as mensagens que vos são dirigidas pelo Poder Executivo podem ser um dos meios de comunicação entre o Presidente e o povo (3)
- o Chefe do Estado dirige-se realmente ao povo, cuja representação tanto lhe foi confiada a ele, como a vós (3)
- devo antes de tudo declarar que considero um dever de honra para mim consagrar-me inteiramente aos interesses da Nação (4)

Avaliação

Nestas cortesias, o orador faz um movimento duplo: dirige-se ao Congresso para atingir o povo com sua mensagem; mas, simultaneamente, espera que o Congresso dê ouvidos aos objetivos maiores (para o povo) de restauração das finanças. Do ponto de vista das estratégias retóricas, ele quer atingir tanto o auditório especializado (com poder deliberativo de fato) como o auditório universal (do qual se coloca a serviço).

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- a ausência de partidos com programas definidos, devido em grande parte à falta de liberdade eleitoral observada desde o alistamento até às votações (6)
- a vida pública no Brasil perdesse o estímulo do entusiasmo, a inspiração das novas idéias, que são a força motriz da opinião (6)
- o exercício do poder ao abrigo das vicissitudes do julgamento eleitoral, foi diminuindo a sensibilidade dos homens políticos às imprevisões de certas correntes de opinião (6)
- [os homens políticos se tornaram] muito expostos à influencia de certos instrumentos de violência intelectual (6)
- em matéria eleitoral, sobretudo, os Estados têm uma liberdade que enfraquece a União (7)
- as nações que, para manter ou aumentar despesas, a que não correspondem os recursos das suas rendas, se empenham em compromissos que não podem satisfazer, preparam um futuro de apreensões e de dúvidas, prenhe de perigos sobre o seu destino (12)
- os dispêndios excessivos a que nos entregamos em exercícios seguidos (...), levaram-nos duas vezes a suspender os pagamentos, em moeda, dos juros e amortizações da dívida pública externa (12)
- [os pagamentos da suspensos da dívida externa] tiveram que ser substituídos por emissões de títulos gravados com a garantia da renda das nossas alfândegas (12)
- esses títulos, quase todos em mãos do estrangeiro, ainda não foram resgatados (12)
- em vez de economizarmos pra livrar a Nação de empenho tão grave, temos continuado a manter o desequilíbrio dos orçamentos, sem medida nem freio (12)
- os últimos cinco exercícios, de 1914 a 1918, liquidaram-se com o “déficit” de mais de um milhão de contos de réis (13)
- esta enorme soma [de déficit] foi saldada com empréstimos externos e internos e emissões de papel-moeda que agravaram a nossa situação financeira e perturbaram a nossa vida econômica (14)
- [novos empréstimos externos] concorrendo para aumentar ainda mais o custo de vida pela elevação do preço de todas as cousas (14)
- essa massa inesperada de papel-moeda de curso forçado vai procurando o seu emprego nocivo, ao mesmo tempo que se vai depreciando (14)
- a guerra reduziu a muito pouco a nossa fonte principal de receita, proveniente dos impostos alfandegários (15)
- tudo nos aconselhava, porém, a reduzir ao menos possível os nossos gastos, cortando e jamais agravando despesas, sobretudo, as que não eram destinadas a concorrer para aumento da receita (15)

- entretanto, as despesas dessa espécie cresceram com o desenvolvimento cada vez maior dos quadros do pessoal (15)
- vem daí a sobra dos funcionários adidos, dos inativos de todas as classes, dos contribuintes do montepio, constituindo no orçamento um peso morto de 50.651:988\$000 (15)
- esse alargamento sem medida dos quadros do pessoal faz com que cerca de quatro quintos da receita sejam consumidos nas respectivas despesas e nos encargos da dívida pública (17)
- sobrando apenas 20% aproximadamente para compra de todo o material de que o país necessita (17)
- por não ter reduzido as suas despesas de pessoal ao estritamente necessário para o serviço do Estado (...), vê-se hoje o país na dificuldade de atender aos que clamam contra a exigüidade dos seus vencimentos (18)
- os mesmos que pleitearam instantemente a criação de empregos públicos (...), sofrem agora as conseqüências dessa política imprevidente de dissipação (18)
- o milhão de contos de réis, apurado em cinco exercícios como déficit dos orçamentos, terá, como vos disse, de aumentar com os algarismos ainda por conhecer (19)
- nesses cinco exercícios a insuficiência da renda devorou todos os recursos de crédito de que pudemos dispor (19)
- o déficit maior do último quinquênio foi o de 1914, na importância de 361.988 contos, e o do ano passado, ainda não completo, já monta a 111.070 contos (22)
- entretanto, apesar de tudo isso [déficit orçamentário], há projetos já apresentados no Senado, que elevariam a despesa pública de 3.034:730\$000 (24)
- uma das brechas por onde se escoia boa parte delas é a isenção de direitos de alfândega, hoje concedida com uma facilidade de assombrar (29)
- essa isenção, em principio é nociva aos interesses do Estado, por causa dos abusos de toda a sorte a que se presta (29)
- tais concessões [de isenção de impostos alfandegários] (...), constituem privilégios odiosos, desigualdades injustificáveis, contra as quais a comunhão tem o direito de protestar (29)
- com a prática de alterar os quadros e elevar vencimentos à ultima hora, na lei do orçamento, certos funcionários de pequenos lugares ficaram muito mais bem aquinhoados do que outros da mesma categoria, e até do que alguns servidores do Estado de funções muito mais importantes e de encargos muito mais pesados (32)
- no interesse de sua autoridade moral os poderes públicos têm a maior conveniência em evitar fatos dessa natureza [injustiças salariais] (32)
- quer parecer-me que alguns destes [vencimentos inadequados] devem e podem ser corrigidos, quando representem alteração das boas práticas, sobretudo no serviço militar (32)
- está nestas condições [inadequação] a criação da classe de sargentos amanuenses do Exército, muito mais remunerados que os seus companheiros da tropa e percebendo vencimentos superiores mesmo aos dos oficiais do menor posto (32)

Avaliação

O orador é bastante veemente no anúncio de perigos, os quais reforça nas advertências. São duas as fontes de ameaças: a pouca importância que os detentores de cargos públicos dão à opinião pública, e o déficit das contas governamentais. Em verdade, ambos vão se somar a um só objetivo: convencer os parlamentares a auxiliarem-no no reequilíbrio das contas públicas, baseados em compromissos com a população. Chama a atenção, no contexto, o espaço por ele dedicado a reclamar dos gastos com o funcionalismo público.

III. Advertências

- mas casos há em que a neutralidade das autoridades federais se converte num reforço à parcialidade dos agentes do Estado (7)
- se numa eleição o Presidente da República proíbe os chefes de serviço federais de influírem de qualquer modo contra o partido de um Governador, mas, de outro lado, o Governador emprega a favor desse mesmo partido todos os recursos de seu poder, o Presidente da República, embora cumprindo o seu dever tem concorrido a contragosto para encorajar a intervenção indébita, que pelos meios ao seu alcance procurava combater (7)
- isso [neutralidade do Presidente e parcialidade dos Governadores] mostra que se não nos decidirmos todos a praticar uma política de justiça, isto é, de respeito ao direito dos contrários, teremos concorrido para desmoralizar a Federação (8)
- [falta de neutralidade] torná-la [a nação], em vez de um instrumento de liberdade local, uma forma opressiva da opinião, que pode esmagar a própria maioria, na qual o nosso regime constitucional procurou basear-se (8)
- muito do quanto possamos aqui [União] fazer há de perder-se lá [Estados], se não cair em terreno apropriado (10)
- a vida nacional é julgada pelo conceito em que é tida a União (11)
- se além das suas crises a União tiver de solver as crises dos Estados, ainda maiores tornar-se-ão as suas dificuldades (11)
- é sabido que alguns deles [Estados] recorreram demasiadamente aos empréstimos, e hoje encontram-se em situação muito embaraçosa (11)
- esses embaraços [criados pelos Estados] refletem-se sobre o crédito da União, que até hoje não foi restabelecido nas bases da confiança, a qual, sem dependência de garantias reais, é a única forma de crédito para um Estado soberano (11)
- estamos neste momento numa situação que nos adverte de semelhante perigo [de cair em embaraços de que não sei como possa sair] (18)
- se a situação presente já nos coloca em tamanhas dificuldades, é fácil adivinhar o que virá a acontecer se ainda agravarmos além das nossas possibilidades de resistência financeira (21)
- essas classes nunca deveriam ter sido ampliadas nas proporções colossais em que figura no orçamento consumido em todas as despesas que acarretam, cerca de 60% da receita papel (31)

Avaliação

As advertências concentram-se nas relações com os Estados, particularmente na necessidade de neutralidade dos governadores perante as eleições e do controle de contas. Tal qual na menção a perigos, o orador é bastante loquaz, o que sinaliza o quanto ele valoriza o auditório e busca nesse o apoio a suas proposições.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- logo que este [o País] melhora, todos participam, dentro em pouco tempo, dos benefícios decorrentes (24)
- a nossa geração já viu o exemplo de um desses milagres [reequilíbrio de contas públicas], em dias bem próximos de nós (26)
- os sacrificados são sempre os que tomam sobre os ombros a dura, mas patriótica tarefa (26)
- entretanto, não poderei levar avante [a política de reequilíbrio financeiro] sem o apoio do Congresso Nacional, da Nação inteira, de todas as classes que são os seus órgãos principais de trabalho e de ordem (26)
- o povo tem o instinto da justiça e não perdoa aos que não provam querer servi-lo com dignidade (26)
- ele (o povo) saberá distinguir entre as críticas justas e os ataques infundados (26)
- os que assim procederam [aumentar o número de servidores] além de fazer mal à Nação, sobrecarregando-a com tamanho peso, fizeram mal também aos próprios a quem quiseram favorecer, os quais estão verificando agora como será difícil senão impossível melhorar de uma só vez a sorte de todos, por esse meio de aumentar e aumentar sem cessar a despesa pública (31)
- a distribuição de vencimentos civis e militares nem sempre tem sido feita com um critério de justiça e tem dado causa a desgostos e alegações procedentes, que conviria não perder de vista (32)
- seria injustiça dizer que a Nação não tem feito novos sacrifícios para atender as reclamações de seus servidores (33)
- estudei com a mais viva simpatia todas as novas pretensões de melhora de vencimentos (34)
- bem se compreende, pois, que só um alto dever de consciência me fará deixar de colaborar convosco em medidas destinadas a criar uma situação dessa natureza, mais útil a mim próprio do que a quem quer que seja (34)

Avaliação

São três os “auditórios” a quem o orador prestigia: o que chama de “nação”, os parlamentares, e os servidores públicos. Em nome da primeira, procura constranger os segundos a uma atitude. Para os servidores públicos dedica uma atenção que é uma escusa por não cumprir o que estes desejam. Um quarto segmento de prestígio é o do governo republicano (do qual fez parte) que conseguiu colocar as contas em dia. Assim agindo, o orador configura bem seu auditório.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- sem de modo algum ferir a autonomia dos Estados, os poderes da União devem ter ao seu alcance meios de defender as liberdades, que eles procurem acaso criar (9)
- ninguém mais do que eu propugna a autonomia que lhes [aos Estados] foi deferida (9)
- ela [a autonomia], porém, não deve, ser senão um meio de desenvolvimento de todas as forças políticas, econômicas e financeiras do Estado, dentro da União (9)
- [autonomia dos Estados] sem enfraquecimento da União, e subordinada ao princípio moral de que todas as entidades que a compõem devem empenhar-se pela soma de seus esforços, em tornar a vida nacional mais intensa, mais vigorosa, sob uma inspiração comum de justiça (9)
- não há necessidade de demonstrar que a polícia, a justiça e os impostos dos Estados podem enfraquecer ou inutilizar muitos cometimentos da União (10)
- não há Nação que possa continuar por esse caminho [de emprego de 80% do orçamento para pessoal] sem cair em embaraços de que não sei como possa sair (18)
- não é possível viver toda a vida a lançar mão de expedientes tais [endividamento contínuo] (21)
- não valeria a pena exigir recursos novos do povo para continuar gastando nas mesmas proporções e aumentando sem medida os encargos na Nação (30)

b) Afirmativas enfáticas

- chamo de propósito a vossa atenção para essas questões, porque o exame de fatos concretos pode sugerir-vos medidas, capazes de corrigir certos abusos [falta de neutralidade] dessa natureza (8)
- eu pergunto a todos os brasileiros, que amam a sua Pátria, se é admissível persistir nessa política de paliativos, nessa política de ópio e de morfina, para ter daqui a pouco de esbarrar diante de uma realidade insuperável, o submetermo-nos ninguém sabe a que exigências dos nossos credores, com os quais, dentro de dezesseis anos, já fomos forçados a fazer dois contratos de funding-loan, hipotecando a renda das nossas Alfândegas (20)
- as nações novas como a nossa, têm meios de sair dessas crises terríveis, quando se dispõem corajosamente a auxiliar os governos que querem entrar nos bons princípios a fim de restaurar o crédito público (24)

Avaliação

Os mesmos temas dos perigos e das advertências (contas públicas e excessiva autonomia dos Estados) reaparecem aqui nas asserções enfáticas. Têm como objetivo persuadir o auditório de suas teses.

c) Identidade do orador

- [na] abertura dos trabalhos legislativos (...) Presidente da República (...) dizer ao Congresso Nacional numa longa mensagem, as suas idéias a respeito das questões principais em que ambos têm de colaborar (1)
- pondo ao seu [do povo] serviço todas as forças da minha inteligência e da minha vontade, disposto a resistir a tudo quanto se oponha ao seu bem-estar, assim como a guiar e aceitar tudo quanto possa concorrer para melhorar as condições de sua vida (4)
- eleito, embora pela maioria, o Chefe do Estado torna-se desde logo o representante de toda a Nação (5)
- aqueles que o escolheram [presidente] só devem ter o empenho de ajudá-lo a mostrar praticamente ao povo que tal escolha foi inspirada no interesse superior do bem público (5)
- já comecei a mostrar por fatos, em circunstâncias iniludíveis [...] (7)
- considero um dever de patriotismo expor [tais] fatos ao Congresso e à Nação, na esperança de que facilitam ao Governo o empenho de tirar o país desta situação lamentável (25)
- ela [a tarefa de fazer sacrifícios] não me apavora, pois colaborei na que hoje é celebrada como um exemplo de política Republicana (26)
- consagrarei a essa tarefa tudo quanto estiver nas minhas forças; mas temos de consumá-la todos juntos, mostrando ao povo que o momento é do sacrifício e de cumprimento estrito do dever (26)
- não me cabe indicar-vos os meios com que podeis ajudar o Governo em matéria de impostos, os quais são vossa exclusiva competência (28)
- não desespero da situação do país; antes confio nas suas melhoras, se não me faltar o auxílio que de vos espero (30)
- ninguém sente mais do que eu a situação penosa de tantas classes de servidores do Estado, nesse momento tão difícil para todos (31)

Avaliação

O orador constrói de si uma imagem de supremacia (o presidente de todos, o chefe da Nação) e de capacidade (e habilidade) para o sacrifício, ao mesmo tempo em que se coloca na posição de merecedor de apoio.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- o meio de combater esse estado de coisas [indiferença em relação à opinião pública] é praticarmos [não só na União, mas também nos Estados] todos uma política de justiça (7)
- já comecei a mostrar por fatos, em circunstâncias iniludíveis, que não darei mão forte a ninguém para obstar nas urnas a manifestação da vontade popular (7)
- precisamos [União e Estados] de uma colaboração mais viva, afim de que alguns deles não desperdicem os seus recursos, suficientes para os seus serviços, ou então reduzam estes aos limites extremos, para não exigirem da União sacrifícios que nem sempre ela está em condições de suportar (10)
- todos os brasileiros devem fazer do bom nome do Brasil uma questão de honra nacional (12)

- pelo que me incumbe já comecei a observar rigorosamente a obrigação de prover os lugares vagos com empregados adidos, e assim continuarei em todos os casos onde tais lugares correspondam à situação deles (16)
- peço particularmente a vossa atenção para a organização autonômica do montepio, o qual todos os dias vai crescendo e envolvendo o Estado numa responsabilidade, que lhe poderia ser poupada com vantagem para todos (16)
- há instituições congêneres [dos montepios], até em nosso país, que poderiam servir de modelo a essa reforma (16)
- ponhamo-nos ao abrigo das injustiças, que são sempre transitórias, quando não assentam num fundo forte de verdade (26)
- devemos fugir de agravar os nossos compromissos com despesas que não sejam reclamadas pela necessidade de assegurar a integridade da Nação (27)
- e [devemos] desenvolver as suas fontes de riqueza, como sejam o aparelhamento da nossa defesa militar, o saneamento do interior e a extinção das secas do norte (27)
- a estas despesas [para o desenvolvimento] devemos acudir ainda com sacrifício, porque umas são a garantia da nossa própria existência (27)
- e as outras [despesas] importam o pagamento de uma dívida de honra para com a população pobre do interior, a quem quase tudo tem faltado, e a revalidação de uma das nossas regiões mais susceptíveis de produzir, onde a riqueza pública irá crescer de recursos imensos (27)
- vosso [dos parlamentares] patriotismo, porém, aconselhar-vos-á a agravar o que recai sobre as bebidas alcoólicas e sobre outras fontes de vícios, da maneira a mais funda, com o intuito de pôr o povo ao abrigo desse terrível envenenamento (28)
- há gêneros de consumo, beneficiados por altas extraordinárias, e que têm escapado ao tributo sofrido por outros, em condições menos favoráveis (28)
- o Governo estará sempre ao vosso [dos parlamentares] dispor com as suas informações e a sua experiência nesta matéria (28)
- peço-vos [aos parlamentares] com especial empenho que me auxiliéis a promover melhor arrecadação das rendas públicas (29)
- tenho, pois, o direito de esperar que todos os meus concidadãos, a quem este assunto atinge, compreendam o sacrifício que acaso eu tenha de fazer sobre os meus sentimentos, para não faltar ao dever imposto pelas grandes responsabilidades do meu cargo (35)
- a questão não é só de querer, é também de poder, e eu não creio que haja um só coração de brasileiro, capaz de pôr o seu interesse próprio acima do interesse vital da nossa Pátria (35)
- o Congresso (...) examinará essas reclamações (...) e verá se é possível atendermos, e até que ponto, a interesses tão dignos de respeito, sem prejuízo das conveniências supremas do crédito público em que envolve a honra da Nação (35)

Avaliação

Nas proposições, o orador é pontual, e retoma os itens problematizados: contas públicas, endividamento, folha de servidores, necessidade de arrecadação, cooperação dos Estados com a União. Como seu discurso está direcionado a mover a atitude dos parlamentares no que diz respeito às escolhas orçamentárias, as proposições se revelam bastante adequadas.

Avaliação geral

Trata-se de um legítimo pronunciamento deliberativo, com fortes cargas argumentativa e persuasiva. O orador sabe selecionar bem seus auditórios (o universal e o especializado), assim como levanta os elementos adequados de convencimento.

Radiografia

Este é um discurso legitimamente deliberativo, pois a circunstância coloca o Presidente na necessidade de obter do Congresso, com a anuência da Nação, uma trégua no endividamento, assim como na necessidade de aumentar a arrecadação. Tendo em vista a soberania do Congresso para decidir sobre a aprovação ou não dos pedidos de créditos e de novas leis para impostos, ele argumenta com dados financeiros, faz apelos, enfim, recorre a todos os expedientes do convencimento e da persuasão. Nas **Cortesias, agradecimentos, elogios**, o orador faz um movimento duplo: dirige-se ao Congresso para atingir o povo com sua mensagem; mas, simultaneamente, espera que o primeiro dê ouvidos aos objetivos maiores (do povo) de restauração das finanças. Do ponto de vista das estratégias retóricas, ele quer atingir tanto o auditório especializado (com poder deliberativo de fato) como o auditório universal (do qual se coloca a serviço). Na **Menção a problemas, perigos, inimigos**, é bastante veemente no anúncio de perigos, os quais reforça nas advertências. São duas as fontes de ameaças: a pouca importância que os detentores de cargos públicos dão à opinião pública, e o déficit das contas governamentais. Em verdade, ambos vão se somar a um só objetivo: convencer os parlamentares a auxiliarem-no no reequilíbrio das contas públicas, baseados em compromissos com a população. Nas **Advertências**, concentra-se nas relações com os Estados, particularmente na necessidade de neutralidade dos governadores perante as eleições e do controle de contas. Tal qual na menção a perigos, o orador é bastante loquaz, o que sinaliza o quanto ele valoriza o auditório e busca nesse o apoio a suas proposições. Nas **Manifestação de regozijo, apoio**, investe em três “auditórios” a quem o orador prestigia: o que chama de “nação”, os parlamentares, e os servidores públicos. Assim agindo, o orador configura bem seu auditório. Nas **Crenças e valores**, seja nas **Negativas** seja nas **Afirmativas enfáticas**, os mesmos temas dos perigos e das advertências reaparecem aqui nas asserções enfáticas. Reforçam o objetivo persuadir o auditório de suas teses. Na **Identidade do orador**, procura construir para si uma imagem de supremacia (o presidente de todos, o chefe da Nação) e de capacidade (e habilidade) para o sacrifício, ao mesmo tempo em que se coloca na posição de merecedor de apoio. Nas **Proposições e conclamações**, revela-se pontual, e retoma os itens problematizados: contas públicas, endividamento, folha de servidores, necessidade de arrecadação, cooperação dos Estados com a União. Como seu discurso está direcionado a mover a atitude dos parlamentares no que diz respeito às escolhas orçamentárias, as proposições se revelam bastante adequadas. Enfim, trata-se de um legítimo pronunciamento deliberativo, com fortes cargas argumentativa e persuasiva. O orador sabe selecionar bem seus auditórios (o universal e o especializado), assim como levanta os elementos adequados de convencimento.

Arthur Bernardes (1922 -1926)

Resumo

O presidente agradece aos membros do corpo diplomático, ressaltando a importância que o Brasil dá a tais homenagens. Firma o compromisso de trabalhar pela paz, valorizar os vínculos de solidariedade. Sua principal preocupação é a de garantir o “edifício social” dentro dos fundamentos jurídicos “próprios”. Rejeita as idéias subversivas, pois a civilização depende da ordem. Repudia as paixões violentas, para poder preservar a Justiça e o Direito, heranças da humanidade. Por ser a jovem nação brasileira ainda exposta a propagandas “malsãs”, o presidente pretende colaborar com a proposta de união dos países cristãos. Ao final, deseja paz para a civilização e comunhão com os povos amigos e envia saudação ao Papa e aos presidentes e monarcas ali representados.

Discurso

<p>1. “Senhores,* Agradeço os cumprimentos que Sua Excelência o Senhor Núncio Apostólico me dirige em nome dos Embaixadores Especiais, do Corpo Diplomático aqui acreditado e assim também os votos que formula pelo êxito do meu Governo e pela minha felicidade pessoal e da minha família, e igualmente de quantos vão colaborar comigo na administração do país.</p> <p>2. O Brasil honra sempre na devida conta e é muito sensível a essas provas de simpatia e amizade que as outras Nações freqüentemente lhe testemunham, e às quais, por seu lado, retribui com sincera efusão e desvanecimento. Procuramos honrar lealmente esse conceito, trabalhando com afinco em favor da paz, que é a melhor garantia do progresso de todos os povos. Podeis assegurar aos vossos Augustos Soberanos e Governos, que, entre minhas preocupações de Chefe de Estado, nenhuma será mais constante do que essa. Os vínculos de solidariedade internacional, que cada vez nos prendem mais, e, através de todas as vicissitudes, vão, felizmente estabelecendo para a humanidade a segurança de um futuro melhor, criaram, ao mesmo tempo, em relação a diversos países, grandes deveres recíprocos para os quais os respectivos dirigentes necessitam olhar com a maior solícitude, no objetivo de aumentar e fortalecer, entre todos eles, o sentimento de cordialidade.</p> <p>3. No meio dessas delicadas obrigações, que tornam hoje tão difícil a tarefa de governar, como muito bem acentuou o vosso digno Decano, uma existe que sobreleva bastante às outras, e vem a ser a de garantir o edifício social atual nos seus fundamentos jurídicos próprios. A estrutura política vigente, para ser melhorada, não carece aderir a idéias subversivas, que importam na destruição total da lei. A obra da civilização só se acelera com eficácia dentro da ordem. Fora daí, tudo é incerteza e predomínio das paixões violentas, contra as quais o mundo inteiro precisa estar em guarda, para salvar, com liberdade, a Justiça e o Direito, isto é a porção mais valiosa do patrimônio destes vinte séculos da cultura da humanidade.</p> <p>4. As nações da América, em razão de sua própria juventude, estão ainda um pouco indenes do mal, ou não sentiram, por enquanto, em toda a sua tremenda extensão o perigo das propagandas malsãs, mas nem por isso compreendemos menos a necessidade de colaborar ativamente</p>	<p>1. Agradecimentos aos membros do corpo diplomático.</p> <p>2. Importância que o Brasil dá a tais homenagens; compromisso de trabalhar pela paz, valorizar os vínculos de solidariedade internacional do Brasil.</p> <p>3. Principal preocupação: garantir o “edifício social” dentro dos fundamentos jurídicos “próprios”; recusa a idéias subversivas; a civilização depende da ordem; repúdio às paixões violentas, para poder preservar a Justiça e o Direito, herança da humanidade.</p> <p>4. Por ser a jovem nação brasileira ainda exposta a propagandas “malsãs”, o presidente pretende colaborar com a proposta</p>
---	---

<p>naquela “união-perfeita” que, como disse o vosso ilustre interprete, “liga todos os países e todos os corações por um só laço de fraternidade cristã”.</p> <p>5. Com o pensamento assim invariavelmente voltado para os interesses reais e permanentes da paz, da civilização e da humanidade, e sempre numa estreita comunhão de espírito com todos os povos amigos do Brasil, ainda uma vez agradeço a grande honra do vosso comparecimento á minha posse, e significo, por vosso alto intermédio, a Sua Santidade o Papa Pio XI e aos Augustos Soberanos e Governos aqui tão dignamente representados, os votos ardentes que faço pela felicidade pessoal de cada um deles e pela prosperidade de suas respectivas Nações.</p> <p>*Em resposta ao Decano do Corpo Diplomático, por ocasião da posse do cargo de Presidente da República, em 15 de Novembro.</p> <p>Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 16 de novembro de 1922</p> <p>(485 palavras)</p>	<p>de união dos países cristãos.</p> <p>5. Desejos de paz para a civilização e comunhão com os povos amigos; saudação ao Papa e aos presidentes e monarcas ali representados.</p>
---	---

Configuração

Estrutura

De pequena extensão, nos dois primeiros parágrafos agradece aos presentes, ressaltando a importância da homenagem; nos terceiro e quarto, ressalta os compromissos do Brasil, de conservação da paz e rejeição de idéias subversivas. No quinto, fecha com envio de saudações aos mandatários dos países representados na cerimônia.

Tipificação do discurso

Este é um discurso do tipo epidídico, isto é, de “bem dizer”. É quase que apenas uma saudação protocolar, não fosse a menção que faz aos compromissos do Brasil com a paz e a fraternidade, que passam pela rejeição a idéias subversivas, pela defesa da Justiça e do Direito, permeados pela atitude cristã. Desse ponto de vista, a mensagem pode ser vista como um discurso deliberativo que busca infundir na audiência (diplomatas) a atitude de confiança que devem ter no Brasil.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- agradeço os cumprimentos que Sua Excelência o Senhor Núncio Apostólico me dirige em nome dos Embaixadores Especiais (1)
- [agradeço... ao] Corpo Diplomático aqui acreditado (1)
- e assim também [agradeço] os votos que formula pelo êxito do meu Governo e pela minha felicidade pessoal e da minha família (1)
- e igualmente [agradeço os votos] de quantos vão colaborar comigo na administração do país (1)

Avaliação

Uma saudação quase protocolar, sem destaque significativo para a noção de configuração do auditório.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- a estrutura política vigente, para ser melhorada, não carece aderir a idéias subversivas, que importam na destruição total da lei (3)
- procuramos honrar lealmente esse conceito [o de honra], trabalhando com afinco em favor da paz, que é a melhor garantia do progresso de todos os povos (2)

- uma [das delicadas obrigações de governar] existe que sobreleva bastante às outras, e vem a ser a de garantir o edifício social atual nos seus fundamentos jurídicos próprios (3)
- a obra da civilização só se acelera com eficácia dentro da ordem (3)
- fora daí [da ordem], tudo é incerteza e predomínio das paixões violentas, contra as quais o mundo inteiro precisa estar em guarda, para salvar, com liberdade, a Justiça e o Direito (3)
- isto é a [Justiça e Direito] porção mais valiosa do patrimônio destes vinte séculos da cultura da humanidade (3)
- as nações da América, em razão de sua própria juventude, estão ainda um pouco indenes do mal, ou não sentiram, por enquanto, em toda a sua tremenda extensão o perigo das propagandas malsãs (4)

Avaliação

Em um discurso tão pequeno, chama a atenção tal interesse nas idéias subversivas, que levariam à ruína da civilização. No contexto, representa a aceitação de um pacto em torno de valores universais (paz, Justiça, Direito). Muito significativa essa menção.

III. Advertências

Ver **Perigos...**

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- o Brasil honra sempre na devida conta e é muito sensível a essas provas de simpatia e amizade que as outras Nações freqüentemente lhe testemunham (1)
- e às quais [honras], por seu lado, retribui com sincera efusão e desvanecimento (1)
- os vínculos de solidariedade internacional (...) criaram, ao mesmo tempo, em relação a diversos países, grandes deveres recíprocos para os quais os respectivos dirigentes necessitam olhar com a maior solicitude, no objetivo de aumentar e fortalecer, entre todos eles, o sentimento de cordialidade (2)
- ainda uma vez agradeço a grande honra do vosso comparecimento á minha posse (5)
- e significo, por vosso alto intermédio, a Sua Santidade o Papa Pio XI e aos Augustos Soberanos e Governos aqui tão dignamente representados (5)

Avaliação

Praticamente protocolares, sem grande efeito para a noção de configuração do auditório.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- mas nem por isso [por estarem as nações indenes ao mal] compreendemos menos a necessidade de colaborar ativamente naquela “união-perfeita” (4)

b) Afirmativas enfáticas

- podeis assegurar aos vossos Augustos Soberanos e Governos, que, entre minhas preocupações de Chefe de Estado, nenhuma será mais constante do que essa [paz...] (2)
- [compreendemos a necessidade da união perfeita] que, como disse o vosso ilustre interprete, “liga todos os países e todos os corações por um só laço de fraternidade cristã” (4)

Avaliação

Na pequena extensão do discurso, são reafirmados os compromissos com valores “universais” para aquele auditório (paz, fraternidade, etc.).

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- com o pensamento assim invariavelmente voltado para os interesses reais e permanentes da paz, da civilização e da humanidade (5)
- e sempre numa estreita comunhão de espírito com todos os povos amigos do Brasil
- os votos ardentes que faço pela felicidade pessoal de cada um deles e pela prosperidade de suas respectivas Nações (5)

Avaliação

Dada a natureza protocolar, e o público, não há compromissos de relevo, apenas os genéricos, mas sempre de acordo com o contexto, isto é, para os embaixadores, o compromisso com a manutenção da ordem e a permanência do Brasil nessa “santa” aliança.

Avaliação geral

De pequena extensão, é mais propriamente um discurso de “falar bem”. Mas, apesar disso, guarda traços deliberativos, pois o orador chega a mencionar perigos (subversão) e a firmar compromissos com o auditório. Para um discurso com objetivo mais protocolar, este é bem significativo.

Radiografia

Este é um discurso do tipo epidídico, isto é, de “bem dizer”. É quase que apenas uma saudação protocolar, não fosse a menção que faz aos compromissos do Brasil com a paz e a fraternidade, que passam pela rejeição a idéias subversivos, pela defesa da Justiça e do Direito, permeados pela atitude cristã. Desse ponto de vista, a mensagem pode ser vista como um discurso deliberativo que busca infundir na audiência (diplomatas) a atitude de confiança que devem ter no Brasil. Nas **Cortesias, agradecimentos, elogios e Manifestação de regozijo, apoio**, faz uma saudação quase protocolar, sem destaque significativo para a noção de configuração do auditório. Mas na **Menção a problemas, perigos, inimigos**, chama a atenção seu interesse nas idéias subversivas, que levariam à ruína da civilização. No contexto, representa a aceitação de um pacto em torno de valores universais (paz, Justiça, Direito). Nas **Crenças...** são reafirmados os compromissos com valores “universais” para aquele auditório (paz, fraternidade, etc.). Dada a natureza protocolar, e o público, não há compromissos de relevo, apenas os genéricos, mas sempre de acordo com o contexto, isto é, para os embaixadores, o compromisso com a manutenção da ordem e a permanência do Brasil nessa aliança “cristã”.

Washington Luís (1926 -1930)

Resumo

Saúda o antecessor, compartilhando com ele as palmas que recebera nas ruas; que Arthur Bernardes teria sido não apenas o governo, mas, em certos momentos, a própria pátria. Que ao antecessor se devia a manutenção graças à defesa que este fizera das instituições, em difíceis momentos da vida nacional. Por isso, pode voltar para a casa a segurança do dever cumprido. Por fim, felicita-o em nome da nação e compromisso de trabalhar pela pátria. A seguir, em resposta à saudação do Corpo Diplomático, agradece a atenção das potências amigas; agradece lisonjeado a menção que o embaixador fez ao desempenho do atual presidente quando governador de São Paulo, o que revela a atenção que merece a política interna. Por fim, compromete-se a empregar todos os esforços pela paz, progresso e felicidade dos povos e faz votos de felicidades para os embaixadores, respectivos governantes e povos.

Discurso

<p>1. O Sr. Washington Luís respondeu [ao Presidente Arthur Bernardes, após receber a transmissão do cargo, no Palácio do Catete] dizendo, em resumo, que acabava de atravessar as ruas do Rio de Janeiro entre palmas e aclamações. Elas se dirigem, antes, ao próprio regime, de que a si, e, disse S. Exa., é de justiça transmiti-las a Vossa Excelência que foi num dado momento, não só Governo, como a própria Pátria⁴.</p> <p>2. Se aqui estamos reunidos, acrescenta S. Exa., se o Brasil continua uno e indivisível, se está de pé o próprio regime, devemo-lo à intrepidez de Vossa Excelência, à decisiva energia com que defendeu as instituições, num dos mais duros, mais rijos e mais ásperos momentos da vida nacional.</p> <p>3. Voltando à sua vida particular, Vossa Excelência leva a segurança de ter cumprido nobremente o seu dever.</p> <p>4. Cabe-me felicitá-lo em nome da Nação, e afirmar o meu decidido intuito de trabalhar por uma Pátria grande, forte e poderosa.</p> <p>[...] Depois de haverem formado em círculo os representantes diplomáticos estrangeiros, adiantou-se o Sr. Embaixador Edwin Morgan que, na qualidade de decano do Corpo Diplomático, proferiu o seguinte discurso: [...]</p>	<p>1. Saúda o antecessor, compartilhando com ele as palmas que recebera nas ruas; que Arthur Bernardes teria sido não apenas o governo, mas, em certos momentos, a própria pátria.</p> <p>2. A manutenção do regime se deve à defesa que o antecessor fez das instituições, em difíceis momentos da vida nacional.</p> <p>3. O antecessor leva para a casa a segurança do dever cumprido</p> <p>4. Felicitação em nome da nação e compromisso de trabalhar pela pátria.</p>
---	---

⁴ O pronunciamento é reproduzido em discurso indireto, na reportagem, que é antecedida dos seguintes comentários:

“A POSSE DO NOVO GOVERNO”

NO PALACIO DO CATTETE

A CHEGADA DOS SRS. PRESIDENTE WASHINGTON LUÍS E VICE-PRESIDENTE MELLO VIANNA

[...] As numerosas pessoas que ali se achavam inclusive muitas senhoras, em companhia da Senhora e Senhorinha Washington Luís, saudaram com um salva de palmas a chegada de S. Ex. que por entre aclamações e ao som do Hino Nacional, subiu a escadaria principal, dirigindo-se para o salão de honra onde se realizou, momentos após, a cerimônia da transmissão do governo.

Por essa ocasião o Sr. Dr. Arthur Bernardes disse que ao transmitir a S. Ex., Sr. Dr. Washington Luís, os poderes constitucionais, em obediência à vontade do povo brasileiro, fazia votos pela felicidade pessoal de S. Ex. e pelo êxito de sua administração.”

A cerimônia na Câmara foi apenas formal, com o compromisso constitucional, cuja fórmula é a seguinte, então: “Prometo manter e cumprir com perfeita lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da República, observar as suas leis, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência.”

<p>O Sr. Presidente Washington Luís respondeu nos seguintes termos:</p> <p>5. Senhores, Agradeço, Senhor Embaixador, as atenciosas palavras que Vossa Excelência acaba de me dirigir, em nome dos Embaixadores e das Embaixadas Especiais ou das Missões Diplomáticas acreditadas junto ao Governo Brasileiro.</p> <p>6. É motivo para mim de grande júbilo, ao assumir o Governo, receber das Potências amigas, pelos seus representantes, as expressões cordiais dos seus afetuosos sentimentos, a que o Brasil é sempre mui sensível, e que o Brasil retribui com sincera efusão e verdadeiro desvanecimento.</p> <p>7. As amáveis expressões, com que Vossa Excelência se refere à minha passagem pela administração de São Paulo, revelam bem o carinho com que os povos amigos acompanham a própria vida das circunscrições em que se divide o país, cujas condições naturais e cuja cultura política merecem de Vossa Excelência palavra tão cativantes.</p> <p>8. Seria desnecessário assegurar aos Augustos soberanos e Governos aqui representados que empregarei todos os meus esforços em benefício da paz, que é a maior garantia do progresso e da felicidade dos povos.</p> <p>9. Muito penhorado me confesso, Senhor Embaixador, pelos termos expressivos de que Vossa Excelência se serviu, com relação ao Brasil e à minha pessoa. Faço, por minha vez, ardentes votos pela ventura de cada um dos Embaixadores especiais e dos Membros do Corpo Diplomático, e pela felicidade pessoal dos Soberanos e Chefes de Estado que representam, aos quais dirijo, como aos seus dignos representantes, as mais efusivas homenagens.</p> <p>Jornal do Commercio 16 de novembro de 1926</p> <p>(422 palavras, embora não seja um texto integral)</p>	<p>5, 6. Ao Corpo Diplomático, recebe e agradece a saudação das potências amigas, ao assumir o governo.</p> <p>7. A menção que o embaixador fez ao desempenho do atual presidente no governo de São Paulo revelam a atenção que merece a política interna.</p> <p>8. Empregará todos os esforços pela paz, progresso e felicidade dos povos.</p> <p>9. Agradecimento final e votos de felicidades para os embaixadores, respectivos governantes e povos.</p>
--	--

Configuração

Estrutura

Os trechos recuperados não nos permitem dar conta da integridade do discurso. Aqui consideramos, portanto, dois extratos dos discursos do empossado. O primeiro, de saudação ao antecessor e o segundo de saudação aos embaixadores. Nos nove parágrafos recuperados, basicamente saudações e agradecimentos.

Tipificação do discurso

É um discurso do tipo epidídico, isto é, de falar bem, de agradecimento, sem grande relevância deliberativa.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- [as palmas e aclamações recebidas na passagem pelas ruas do Rio de Janeiro] se dirigem, antes, ao próprio regime, de que a si [Presidente Washington Luís] (1)
- é de justiça transmiti-las [as palmas e aclamações populares] a Vossa Excelência [Arthur Bernardes] que foi num dado momento, não só Governo, como a própria Pátria (1)
- se aqui estamos reunidos, se o Brasil continua uno e indivisível, se está de pé o próprio regime, devemo-lo à intrepidez de Vossa Excelência [Arthur Bernardes], à decisiva energia com que defendeu as instituições, num dos mais duros, mais rijos e mais ásperos momentos da vida nacional 2)
- voltando à sua vida particular, Vossa Excelência leva a segurança de ter cumprido nobremente o seu dever (3)
- cabe-me felicitá-lo em nome da Nação, e afirmar o meu decidido intuito de trabalhar por uma Pátria grande, forte e poderosa (4)

Avaliação

Sobressai a cortesia com que trata o antecessor, a quem destina os cumprimentos que o próprio empossado recebeu.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

Sem menções.

III. Advertências

Sem menções.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- agradeço, Senhor Embaixador, as atenciosas palavras que Vossa Excelência acaba de me dirigir, em nome dos Embaixadores e das Embaixadas Especiais ou das Missões Diplomáticas acreditadas junto ao Governo Brasileiro (5)
- é motivo para mim de grande júbilo (...) receber das Potências amigas, pelos seus representantes, as expressões cordiais dos seus afetuosos sentimentos (6)
- [as expressões cordiais] a que o Brasil é sempre mui sensível (6)
- e que o Brasil retribui com sincera efusão e verdadeiro desvanecimento (6)
- as amáveis expressões, com que Vossa Excelência se refere à minha passagem pela administração de São Paulo, revelam bem o carinho com que os povos amigos acompanham a própria vida das circunscrições em que se divide o país (7)
- cujas [do País] condições naturais e cuja cultura política merecem de Vossa Excelência palavra tão cativantes (7)
- muito penhorado me confesso, Senhor Embaixador, pelos termos expressivos de que Vossa Excelência se serviu, com relação ao Brasil e à minha pessoa (9)
- faço, por minha vez, ardentes votos pela ventura de cada um dos Embaixadores especiais e dos Membros do Corpo Diplomático, e pela felicidade pessoal dos Soberanos e Chefes de Estado que representam, aos quais dirijo, como aos seus dignos representantes, as mais efusivas homenagens (9)

Avaliação

O orador se derrama em elogios aos embaixadores, dirigindo palavras de afeição a estes e aos povos e governantes a quem representam. Muito próprio para esse tipo de ocasião.

V. Crenças e valores

Sem menções relevantes.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- seria desnecessário assegurar aos Augustos soberanos e Governos aqui representados que empregarei todos os meus esforços em benefício da paz, que é a maior garantia do progresso e da felicidade dos povos (8)

Avaliação

Este “compromisso”, por assim dizer, é mais formal e esperado, sem grande relevância argumentativa.

Avaliação geral

Trata-se de discurso não-deliberativo, composto de afetuosas saudações aos auditórios especializados, antecessor e embaixadores, respectivamente. De caráter mais formal.

Radiografia

É um discurso de agradecimento, sem grande relevância deliberativa. Os dois destaques, portanto, estão nas **Cortesias, agradecimentos, elogios** e nas **Manifestações de regozijo, apoio**. Nestas, sobressaem a cortesia com que trata o antecessor, a quem destina os cumprimentos que o próprio empossado recebeu e também os elogios aos embaixadores, merecedores palavras de afeição a si e aos povos e governantes a quem representam. Muito próprio para esse tipo de ocasião. Seu único “compromisso” (pela paz mundial), por assim dizer, é mais formal e esperado, sem grande relevância argumentativa.

Getúlio Vargas (1930-1934)

Resumo

O movimento revolucionário, de caráter nacional, é a afirmação mais positiva nacionalidade brasileira; está aberto à colaboração de todos. Nasce da conjunção de forças das pessoas comuns com as classes armadas. No Rio, mesmo sob o risco de forte repressão do governo ilegítimo, ocorreu o ápice de um movimento em todo o País. Graças aos chefes militares, inspirados pelos princípios revolucionários, não houve derramamentos de sangue desnecessários, nem danos ao patrimônio. Derrubado o governo ilegítimo e corrupto, é hora de responder às aspirações populares, com a reconstrução nacional; uma tarefa que será feita sem violência, mas sem aliviar os antigos governantes. É necessário mudar o curso da sociedade e da economia; obter apoio da população para o novo regime; desmontar a máquina; substituir critérios puramente políticos; restaurar o crédito público; fortalecer as fontes produtoras; reduzir a carga tributária. Do programa de reconstrução nacional constam: no campo político: concessão de anistia; combate à corrupção; reforma do sistema eleitoral; reorganização do Judiciário; convocação de uma constituinte. No campo administrativo: valorizar a educação, o trabalho, a saúde, a agricultura, com criação de ministérios específicos; reformar a administração pública e remodelar o Exército. No campo econômico-financeiro: cortar despesas, controlar o orçamento; rever o sistema tributário; combater o contrabando; extinguir o latifúndio; fazer a reforma agrária e organizar um plano para vias de transporte. Para executar o plano, é necessário trabalhar com fé e dedicação, com base nos ideais revolucionários, que estão fundados nos princípios republicanos.

Discurso

1. O movimento revolucionário, iniciado, vitoriosamente, a 3 de outubro, no Sul, Centro e Norte do País, e triunfante a 24, nesta Capital, foi a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.

2. No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.

3. O Rio Grande do Sul, ao transpor as suas fronteiras, rumo a Itararé, já trazia consigo mais da metade do nosso glorioso Exército. Por toda parte, como, mais tarde, na Capital da República, a alma popular confraternizava com os representantes das classes armadas, em admirável unidade de sentimentos e aspirações.

4. Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional.

5. Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da Revolução brasileira.

6. Quando, nesta cidade, as forças armadas e o povo depuseram o Governo Federal, o movimento regenerador já estava, virtualmente, triunfante em todo o País. A Nação, em armas, acorria de todos os pontos do território pátrio. No prazo de duas ou três semanas, as legiões do Norte, do Centro e do Sul bateriam às portas da Capital da República.

7. Não seria difícil prever o desfecho dessa marcha inevitável. À aproximação das forças libertadoras, o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar,

1. O movimento revolucionário é a afirmação mais positiva nacionalidade brasileira.

2. A Revolução inclui todos, sem exclusões; aberta à colaboração de todos.

3. Por toda parte, as pessoas comuns confraternizam com as classes armadas.

4. É um movimento nacional.

5. A confiança está no caráter nacional do movimento.

6. A tomada de poder na Capital correspondia à vitória do movimento em todo o País.

7. O povo do Rio de Janeiro derrubou o último reduto.

se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante.

8. Mas, era bem possível que o Governo, já em agonia, apegado às posições e teimando em manter uma autoridade inexistente de fato, tentasse sacrificar, nas chamas da luta fratricida, seus escassos e derradeiros amigos.

9. Compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e, com os vossos valerosos auxiliares, desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça.

10. Os resultados benéficos dessa atitude constituem legítima credencial dos vossos sentimentos cívicos: integristes definitivamente o restante das classes armadas na causa da Revolução; poupastes à Pátria sacrifícios maiores de vidas e recursos materiais, e resguardastes esta maravilhosa Capital de danos incalculáveis.

11. Justo é proclamar, entretanto, senhores da Junta Governativa, que não foram somente esses os motivos que assim vos levaram a proceder. Preponderava sobre eles o impulso superior do vosso pensamento, já irmanado ao da Revolução. Era vossa também a convicção de que só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça - abater a hipocrisia, a farsa e o embuste. E, finalmente, era vossa também a convicção de que urgia substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos, por outro, de realidade e confiança.

12. Passado, agora, o momento das legítimas expansões pela vitória alcançada, precisamos refletir maduramente sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar.

13. Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro; para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada.

14. Ela é de iniludível responsabilidade.

15. Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivo, sem violências desnecessárias, mas sem contemplos de qualquer espécie.

16. O trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas temporizadoras. Implica o

8. O governo, derrotado, poderia ter atacado a população.

9. Os líderes militares (junta governativa) lideraram o desfecho.

10. Os líderes militares uniram as classes armadas, preservaram vidas e patrimônio.

11. Os líderes militares tinham inspiração revolucionária, convicção da necessidade da luta armada para derrubar um governo corrupto e ilegítimo.

12. Agora, é o momento da reconstrução.

13. Devemos estar à altura da missão confiada pelo povo.

14. A missão é de responsabilidade.

15. Cumprir a missão sem

reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos. Não tenhamos medo à verdade. Precisamos, por atos e não por palavras, cimentar a confiança da opinião pública no regime que se inicia. Começemos por desmontar a máquina do filhotismo parasitário, com toda a sua descendência espúria. Para o exercício das funções públicas, não deve mais prevalecer o critério puramente político. Confiemo-las aos homens capazes e de reconhecida idoneidade moral. A vocação burocrática e a caça ao emprego público, em um país de imensas possibilidades - verdadeiro campo aberto a todas as iniciativas do trabalho - não se justificam. Esse, com o caciquismo eleitoral, são males que têm de ser combatidos tenazmente.

17. No terreno financeiro e econômico há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal.

18. Resumindo as idéias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade:

18.1) concessão de anistia;

18.2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária;

18.3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificarse-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas;

18.4) instituição de um Conselho Consultivo, composto de individualidades eminentes, sinceramente integradas na corrente das idéias novas;

18.5) nomeação de comissões de sindicâncias, para apurarem a responsabilidade dos governos depostos e de seus agentes, relativamente ao emprego dos dinheiros públicos;

18.6) remodelação do Exército e da Armada, de acordo com as necessidades da defesa nacional;

18.7) reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto;

18.8) reorganização do aparelho judiciário, no

violência, mas sem contemplação.

16. Necessário: mudar o curso da sociedade e da economia; obter apoio da população para o novo regime; desmontar a máquina; substituir o critério puramente político.

17. Nas finanças: restauração do crédito público, fortalecimento das fontes produtoras, liberá-las de tributos.

18. Programa de reconstrução nacional:

- 1) conceder anistia;
- 2) extirpar corrupção;
- 3) difundir o ensino público: criar Ministério da Educação e Saúde;
- 4) criar Conselho Consultivo afinado com as idéias novas;
- 5) apurar atos de corrupção no serviço público;
- 6) remodelar o Exército;
- 7) reformar o sistema eleitoral;
- 8) reorganizar o Judiciário;
- 9) convocar constituinte;
- 10) reformar administração pública;
- 11) cortar despesas, controlar o orçamento;
- 12) criar o Ministério da

sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da magistratura, que terá competência para conhecer do processo eleitoral em todas as suas fases;

18.9) feita a reforma eleitoral, consultar a Nação sobre a escolha de seus representantes, com poderes amplos de constituintes, a fim de procederem à revisão do Estatuto Federal, melhor amparando as liberdades públicas e individuais e garantindo a autonomia dos Estados contra as violações do Governo central;

18.10) consolidação das normas administrativas, com o intuito de simplificar a confusa e complicada legislação vigente, bem como de refundir os quadros do funcionalismo, que deverá ser reduzido ao indispensável, suprimindo-se os adidos e excedentes;

18.11) manter uma administração de rigorosa economia, cortando todas as despesas improdutivas e suntuárias - único meio eficiente de restaurar as nossas finanças e conseguir saldos orçamentários reais;

18.12) reorganização do Ministério da Agricultura, aparelho, atualmente, rígido e inoperante, para adaptá-lo às necessidades do problema agrícola brasileiro;

18.13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis;

18.14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado às indústrias artificiais, que não utilizam matéria-prima do País e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando;

18.15) instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural;

18.16) promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio, protegendo a organização da pequena propriedade, mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola, preferentemente ao nacional, estimulando-o a construir com as próprias mãos, em terra própria, o edifício de sua prosperidade;

18.17) organizar um plano geral, ferroviário e rodoviário, para todo o País, a fim de ser executado gradualmente, segundo as necessidades públicas e não ao sabor de interesses de ocasião.

19. Como vedes, temos vasto campo de ação, cujo perímetro pode, ainda, alargar-se em mais de um

Agricultura e rever política agrícola;

13) agricultura voltada para a exportação;

14) rever sistema tributário; combater contrabando;

15) criar o Ministério do Trabalho, para defesa do operariado;

16) extinguir o latifúndio, fazer reforma agrária;

17) organizar plano para vias de transporte.

sentido, se nos for permitido desenvolver o máximo de nossas atividades.

20. Mas, para que tal aconteça, para que tudo isso se realize, torna-se indispensável, antes de mais nada, trabalhar com fé, ânimo decidido e dedicação.

21. Quanto aos motivos que atiraram o povo brasileiro à Revolução, supérfluo seria analisá-los, depois de, tão exata e brilhantemente, tê-lo feito, em nome da Junta Governativa, o Sr. General Tasso Fragoso, homem de pensamento e de ação e que, a par de sua cultura e superioridade moral, pode invocar o honroso título de discípulo do grande Benjamin Constant.

22. Através da palavra do ilustre militar, apreende-se a mesma impressão panorâmica dos acontecimentos, que vos desenhei, já, a largos traços: a Revolução foi a marcha incoercível e complexa da nacionalidade, a torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado.

Senhores da Junta Governativa:

23. Assumo, provisoriamente, o Governo da República, como delegado da Revolução, em nome do Exército, da Marinha e do povo brasileiro, e agradeço os inesquecíveis serviços que prestastes à Nação, com a vossa nobre e corajosa atitude, correspondendo, assim, aos altos destinos da Pátria.

(1.483 palavras)

19. Campo vasto para outras ações.

20. É necessário trabalhar com fé e dedicação.

21. Os motivos da revolução são os expressos pelo General Tasso Fragoso, discípulo do republicano Benjamin Constant.

22. a revolução foi a marcha da nacionalidade, para quebrar as resistências e romper com os erros do passado.

24. Assume provisoriamente o governo, em nome do Exército e da Marinha e agradece os serviços da junta governativa.

Configuração

Estrutura

Composto de 24 parágrafos, assim ordenados:

Do 1º ao 8º parágrafos, elogios ao movimento revolucionário vitorioso, resultante de mobilização nacional.

Do 9º ao 11º, elogio aos chefes militares, que unitariamente, responderam aos ideais revolucionários e evitaram derramamento de sangue e danos ao patrimônio.

Do 12º ao 20º, desafios a serem enfrentados nos campos social, político e econômico, com detalhado programa de reconstrução nacional.

Do 21º ao 24º, os ideais (republicanos) que inspiram os revolucionários, o compromisso de romper com o passado e assume o governo provisório.

Tipificação do discurso

Este é um discurso voltado para convencer (pela razão) e persuadir (pelos valores e pela emoção). O orador busca convencer o público (neste caso, toda a nação) de que era imperativo fazer a revolução e de que serão necessárias várias medidas para cumprir os ideais revolucionários e sanar o País.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

O orador elogia o povo e os chefes militares. Os primeiros, como verdadeiros mentores da revolução (do 1º ao 8º parágrafo); os segundos, como revolucionários e elementos que impediram (pela força militar) o derramamento de sangue e os danos ao patrimônio (parágrafos 9º a 11º).

- compreendestes, senhores da Junta Governativa, a delicadeza da situação e, com os vossos valorosos auxiliares, desfechastes, patrioticamente, sobre o simulacro daquela autoridade claudicante o golpe de graça (9)
- preponderava sobre [os motivos] o impulso superior do vosso pensamento (11)
- era vossa também a convicção...(11)

Avaliação: Nesses trechos, o orador procura construir as bases da autoridade da revolução: o anseio popular, os desmandos, a corrupção e a falta de legitimidade do governo derrubado. Evoca o caráter unitário e inevitável da luta. Com isso, evita que recaia sobre si a imagem de golpista. Sua enumeração das causas que levaram ao movimento e sua descrição dos eventos contribui para afastar de si a pecha de “injusto”, “tirano”, “ditador”. Apresentar o fato como inevitável é argumentar pelo extremo. Além do mais, faz recair a autoridade do movimento sobre o povo, e não sobre si. Constitui boa estratégia argumentativa.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos, desafios

O inimigo é o governo derrubado, sobre o qual recaem acusações pesadas:

- a máquina do filhotismo parasitário;
- [com toda a sua] descendência espúria;
- [baseada em] critérios puramente políticos;
- [sem] idoneidade moral;
- [de] vocação burocrática e a caça ao emprego público;
- caciquismo eleitoral
- camarilha que explorava [a pátria] (11)
- [sob a] máscara de legalidade se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça (11)
- hipocrisia, farsa e o embuste (11)
- o regime de ficção democrática (11)

Avaliação: é pouco, proporcionalmente a todo o discurso, o espaço que dedica explicitamente aos inimigos, uma vez que estes foram derrotados. A avaliação negativa sobre estes pode ser observada, principalmente, no programa de ações revolucionárias. Faz sentido, pois o inimigo já está derrotado. Ressalte-se, também, o caráter genérico das acusações e qualificações. Essa generalidade tem a vantagem de facilitar o acordo (ninguém pode ser contra derrubar um governo corrupto). Por outro lado, poderia fragilizar o discurso, pois não apresenta provas, tais como fatos, eventos, episódios reais, que dessem credibilidade ao que o orador afirma.

III. Advertências

Não observadas com destaque.

IV. Manifestação de regozijo: sensação de júbilo

Os maiores elogios do discurso vão para o movimento revolucionário e para povo, que se insurge. Aparece com formas grandiloquentes e enfáticas:

- [o movimento revolucionário] a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade (1)
- [o movimento revolucionário] efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro (1)
- em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento [o movimento revolucionário] semelhante (1)
- [o povo] afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas (1)
- Por toda parte, como, mais tarde, na Capital da República, a alma popular confraternizava com os representantes das classes armadas, em admirável unidade de sentimentos e aspirações (3)
- [ser um movimento nacional é] a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da Revolução brasileira (5)
- o movimento regenerador já estava, virtualmente, triunfante em todo o País (6)
- o povo do Rio de Janeiro, de cujos sentimentos revolucionários ninguém poderia duvidar, se levantaria em massa, para bater, no seu último reduto, a prepotência inativa e vacilante (7)

Avaliação: Aqui, o orador utiliza um procedimento clássico da retórica, que é o de conferir autoridade aos próprios atos com respaldo na fala, expectativa ou ação de outrem. No caso, as manifestações populares (relatadas com ênfase) servem para conferir essa autoridade. O orador é o “ungido” para reparar uma situação de injustiça.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado (2)
- não seria difícil prever o desfecho dessa marcha inevitável (7)
- o trabalho de reconstrução, que nos espera, não admite medidas contemporizadoras (16)

b) Afirmativas enfáticas

- no fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes (2)
- todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: - a construção de uma Pátria nova (2)
- realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional (4)

Avaliação: Na expressão de crenças e valores, tanto pelas negativas quanto pelas afirmativas, o orador reforça a idéia de unidade nacional, de unidade de propósitos entre civis e militares.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- Programa de reconstrução nacional (18)
 - 18) conceder anistia;
 - 19) extirpar corrupção;
 - 20) difundir o ensino público: criar Ministério da Educação e Saúde;
 - 21) criar Conselho Consultivo afinado com as idéias novas;
 - 22) apurar atos de corrupção no serviço público;
 - 23) remodelar o Exército;
 - 24) reformar o sistema eleitoral;
 - 25) reorganizar o Judiciário;
 - 26) convocar constituinte;
 - 27) reformar administração pública;
 - 28) cortar despesas, controlar o orçamento;
 - 29) criar o Ministério da Agricultura e rever política agrícola;
 - 30) agricultura voltada para a exportação;
 - 31) rever sistema tributário; combater contrabando;
 - 32) criar o Ministério do Trabalho, para defesa do operariado;
 - 33) extinguir o latifúndio, fazer reforma agrária;
 - 34) organizar plano para vias de transporte.

Avaliação: A parte das propostas é a mais completa, a mais detalhada e a mais clara. Com isso, o orador procura dar credibilidade à ação que acabam de praticar: derrubar um governo e assumir o mando da República.

Avaliação geral

O pronunciamento de Getúlio Vargas, ao assumir a presidência, em condição excepcional, reveste-se de grandes qualidades retóricas. Ele trabalha bem a construção do público, que naquele momento, privilegiadamente eram “as classes armadas” e “o povo”, por meio de elogios. Constrói, simultaneamente, os valores comuns (nacionalidade, combate à corrupção, saneamento de finanças). Comparativamente a outros discursos, está entre os que mais proposições concretas apresenta.

Radiografia

O pronunciamento de Getúlio Vargas, ao assumir a presidência, em condição excepcional, reveste-se de grandes qualidades retóricas. Com elogios, ele trabalha bem a construção do público, que naquele momento, privilegiadamente eram “as classes armadas” e “o povo”, por. Constrói, simultaneamente, os valores comuns (nacionalidade, combate à corrupção, saneamento de finanças). Comparativamente a outros discursos, está entre os que mais propostas concretas apresenta, o que lhe reforça a autoridade.

As bases da autoridade da revolução são o anseio popular, os desmandos, a corrupção e a falta de legitimidade do governo derrubado. Evoca o caráter unitário e inevitável da luta. Com isso, evita que recaia sobre si a imagem de golpista. Sua enumeração das causas que levaram ao movimento e sua descrição dos eventos contribui para afastar de si a pecha de “injusto”, “tirano”, “ditador”. Apresentar o fato como inevitável é argumentar pelo extremo. Além do mais, faz recair a autoridade do movimento sobre o povo, e não sobre si. Constitui boa estratégia argumentativa.

Aos **inimigos**, reserva pouco espaço. A avaliação negativa sobre estes pode ser observada, principalmente, no programa de ações revolucionárias. Faz sentido, pois o inimigo já está derrotado. Ressalte-se, também, o caráter genérico das acusações e qualificações. Essa generalidade tem a vantagem de facilitar o acordo com o público (ninguém pode ser contra derrubar um governo corrupto). Por outro lado, poderia fragilizar o discurso, pois não apresenta provas, tais como fatos, eventos, episódios reais, que dessem credibilidade ao que o orador afirma.

Na expressão de **crenças e valores**, tanto pelas negativas quanto pelas afirmativas, o orador reforça a idéia de unidade nacional, de unidade de propósitos entre civis e militares.

Nas propostas e conclamações (o que fará, com o que se compromete) entra em detalhes. Com isso, o orador procura dar credibilidade à ação que acabam de praticar: derrubar um governo e assumir o mando da República.

Getúlio Vargas (1934-1937)

Resumo

A eleição dos deputados à Constituinte levou à moralização do processo eleitoral. E a Constituinte, por sua vez, livre soberana, aprovou Constituição e com a mesma legitimidade elegeu o Presidente. Mesmo sem pretender a candidatura, aceitou-a, pois era apoiada pela maioria das correntes políticas do País. E somente pela revolução aceitou continuar a obra iniciada. A revolução prossegue, pois, para além do triunfo militar e da nova Constituição, para reconstruir o Estado. Após as reformas na produção agrícola, das finanças, da instrução, das leis sociais; depois de criadas as bases para reorganização das forças armadas e instituída a liberdade para o voto, virá o reerguimento econômico. A racionalização da produção trará o barateamento do custo de vida. São três os principais desafios do Brasil: sanear, educar, povoar. Sanear para conquistar a terra; educar cidadãos para serem úteis à sociedade. Antes de povoar, abrir rodovias, tornar rios navegáveis, ligar os núcleos populacionais. A ditadura foi uma escola de administração pública para produzir um Estado Moderno, principal caminho para a solução dos problemas do Brasil, diferente das combinações políticas equivocadas. A grande riqueza brasileira reclama soluções próprias, não adaptações de modelos estrangeiros ou de teorias de livros. O Brasil exige soluções próprias, começando por livrar o povo do jugo que o tem prendido historicamente; apesar dos infortúnios, as qualidades dos brasileiros têm se sobressaído; é hora de dar ao povo os instrumentos para o desenvolvimento de sua capacidade. Forte e consciente, o povo poderá conduzir o país.

Discurso

<p>Manifesto à Nação⁵</p> <p>1. A eleição dos deputados que deviam elaborar a Constituição foi das mais edificantes lições de civismo a que assistiu o povo brasileiro. Com a instituição do voto secreto, sob a garantia da magistratura togada, na prolação do voto, na apuração e no reconhecimento dos membros da Assembléia Nacional, expurgou-se o regime dos erros que o falseavam.</p> <p>2. A Constituinte, que discutiu e aprovou o nosso Pacto Fundamental, espelha, na sua integridade, a opinião do país. A pureza da sua origem sobrepõe-se a qualquer eiva de suspeição e reflete, rigorosamente, a vontade da soberania nacional. Livremente, a Assembléia Nacional votou a nossa Lei Orgânica e livremente elegeu o Presidente da República. A legitimidade do mandato supremo, que ela conferiu, no pleno exercício das suas prerrogativas, é tão inquestionável quanto a da Constituição que promulgou. Esses dois atos se conjugam e se completam indissolavelmente.</p> <p>3. Apresentado candidato, em manifesto solene pela maioria das correntes políticas do país e dos partidos organizados, seria escusado acentuar que nunca, direta ou indiretamente, insinuei o desejo de receber essa investidura. Submeti-me, apenas, ao imperativo categórico do momento, deriva da própria revolução que impunha o prosseguimento da sua obra, iniciada no período ditatorial. Nunca me seduziram as regalias do poder. Aceitando a indicação de meu nome pela Assembléia Constituinte, curvei-me ante o dever de completar o programa esboçado neste três últimos anos, pois outro propósito não poderia ter quem sabe das agruras e inquietudes peculiares à vida pública.</p> <p>4. Isento de agravos e vinganças, o espírito revolucionário continuará, dentro da estrutura constitucional, a exercer a sua influência renovadora.</p>	<p>1. A eleição dos deputados à Constituinte levou à moralização do processo eleitoral.</p> <p>2. A Constituinte, livre, sinal da soberania nacional, aprovou a Constituição e com a mesma legitimidade elegeu o Presidente.</p> <p>3. Mesmo sem insinuar-se como candidato, pela iniciativa da maioria das correntes políticas foi lançado candidato; pela revolução aceitou continuar a obra iniciada.</p> <p>4. A revolução prossegue, para além do triunfo militar e da nova Constituição, para</p>
---	---

⁵ Fonte: *O Paiz*, 21/7/1934 e *Jornal do Commercio*, 21/7/1934. Esta é a parte final de um manifesto distribuído aos deputados da Assembléia Nacional Constituinte, em 20 de julho de 1934. Informa *O Paiz* (21/7/1934) que “é um volume de mais de cem páginas. Nele, o novo presidente da República faz um retrospecto da ação do governo provisório em todos os setores da administração. Faz o elogio do princípio da autoridade.” Esta transcrição é da parte final do manifesto. Formalmente, Getúlio prestou o juramento solene. Não pronunciou este discurso. Incluímos esta parte final do manifesto por considerá-lo o equivalente mais próximo. Informa sua biografia (Dicionário Histórico Biográfico – Pós 1930, da FGV, que “em 20 de julho de 1934, Vargas assumiu o novo mandato presidencial perante a Assmbleia reunida no palácio Tiradentes. Vargas chegou a preparar um discurso bastante crítico em relação à Carta de 1934 para ser lido no dia de sua posse. No discurso, guardado em seu arquivo pessoal, concluía:

<p>Cumpra não confundir revolução com o episódio militar que a deflagra. Revolução é a adaptação à realidade, compreensão segura dos fenômenos sociais, reconstrução do edifício do Estado sobre fundamentos sólidos. Os novos rumos abertos pela idéia revolucionária estão definitivamente traçados. É impossível entrar-lhe a marcha progressiva determinada pela força de uma fatalidade histórica. Nem fórmulas caducas, nem princípios inadaptáveis à nossa índole, serão capazes de a deter.</p> <p>5. Após o saneamento dos males que atrasavam a lavoura, combatidos pela lei do reajustamento; após o saneamento financeiro do país, pela adoção de um esquema racional para a liquidação da dívida externa; após a reforma da instrução, as leis sociais de amparo ao trabalho, o lançamento das bases da reorganização das forças armadas, a restauração da liberdade do sufrágio, sucederá, como consequência lógica e inevitável, a fase do reerguimento econômico.</p> <p>6. A racionalização da produção, por métodos científicos e técnicos, valorizará as nossas matérias primas, facilitará e melhorará a mão de obra e articulará as nossas indústrias, estimulando-as sem recorrer ao protecionismo de tarifas excessivas a fim de baratear o custo de vida.</p> <p>7. Há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar. O homem é produto de <i>habitat</i>. Disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social. Drenar os pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra. Combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente. Educar equivale, também, a uma forma do saneamento. Educar não é somente instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças. O melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não que mais cabedais de cultura é capaz de exhibir. A escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados misteres. Ao lado das Universidades de ensino superior, destinadas à formação das elites, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho. Daí sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas.</p> <p>7. Povoar não é, a exemplo do que tem ocorrido entre</p>	<p>reconstruir o Estado.</p> <p>5. Após as reformas na produção agrícola, finanças, instrução, leis sociais, base para reorganização das forças armadas, eleições livres, virá o reerguimento econômico.</p> <p>6. A racionalização da produção trará o barateamento do custo de vida.</p> <p>7. São três os principais desafios do Brasil: sanear, educar, povoar. Sanear para conquistar a terra; educar cidadãos para serem úteis à sociedade.</p> <p>7. Antes de povoar, abrir</p>
---	--

<p>nós, atrair imigrantes e localizá-los empiricamente no território do país. Antes de praticar um plano sistemático de rodovias, antes de resolvermos o problema da navegabilidade dos rios e o da construção dos portos, não conseguiremos povoar o Brasil racionalmente. Povoar é ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior do país. E, para uni-los, para lhes tirar a fisionomia gregária, devemos abrir, para todos, vias de comunicação.</p> <p>8. A ditadura foi, sobretudo, uma escola de administração pública. Os promotores e executores da obra revolucionária compreenderam, felizmente, que o máximo problema do Brasil consiste no bom encaminhamento e na solução das questões administrativas. A revolução integrou o país nas concepções do Estado moderno, onde as preocupações partidárias ocupam lugar subalterno. Não é com o jogo sibilino das fórmulas e das combinações políticas que se conseguirá dirigir a coletividade brasileira. Não é agitando os espíritos, exaltando as ambições ou acenando com a aplicação impossível de métodos alheios que auxiliaremos o progresso da Pátria.</p> <p>9. Somos uma nação rica de abundantes recursos, mas a mesma grandeza do seu território, que se dilata por variadíssimas zonas geografias, de clima e geologia diferentes, está reclamando, da nossa parte, esforço persistente e sem solução de continuidade. Pouco adiantaria ensaiar, aqui, sistemas adaptáveis a Estados de velha civilização e de modesta superfície, mas de resultados aleatórios, quando não extremamente perigosos para nós. Não nos deixemos cegar pela letra dos livros ou pelo brilho das estatísticas de propaganda.</p> <p>10. O problema do Brasil exige solução brasileira. O primeiro dever do governante é tirar o povo da ganga obscura que o tem envolvido pelos séculos afora. Apesar de tanto se tão duros tempos de infortúnio, de abandono, de cruel desídia, suas naturais qualidades de inteligência, entusiasmo, empreendimento e generoso patriotismo têm aflorado nos momentos decisivos da nossa história. Demos a esse povo, de onde já saíram homens imortais pelo saber, pelo caráter, pelo heroísmo e pela santidade, os instrumentos que sempre lhe faltaram ao desenvolvimento normal da sua capacidade criadora. Só um povo forte, instruído e consciente das suas enormes responsabilidades poderá conduzir este vasto país, da grandeza de um continente, aos seus destinos superiores. E o povo brasileiro, por suas virtudes é digno do berço em que nasceu.</p>	<p>rodovias, tornar rios navegáveis, ligar os núcleos populacionais.</p> <p>8. A ditadura foi uma escola de administração pública para produzir um Estado Moderno, principal caminho para a solução dos problemas do Brasil, diferente das combinações políticas equivocadas.</p> <p>9. A grande riqueza brasileira reclama soluções próprias, não adaptações de modelos estrangeiros ou de teorias de livros.</p> <p>10. O Brasil exige soluções próprias, começando por livrar o povo do jugo que o tem prendido historicamente; apesar dos infortúnios, as qualidades dos brasileiros têm se sobressaído; é hora de dar ao povo os instrumentos para o desenvolvimento de sua capacidade. Forte e consciente, poderá conduzir o país.</p>
---	--

(1.025 palavras)	
------------------	--

Configuração

Estrutura

Composto por dez parágrafos, essa parte final do manifesto de Getúlio, que trata do contexto “posse” está assim estruturada.

Nos 1º e 2º parágrafos, congratula-se com os Constituintes, que o elegeram e o legitimaram como presidente constitucional.

No 3º parágrafo, mostra-se humilde, mas obediente ao chamamento para continuar dirigindo o País.

No 4º parágrafo, reafirma a continuidade da revolução.

Nos 5º e 6º parágrafos, após breve balanço das reformas realizadas, profetiza o reerguimento econômico.

No 7º parágrafo, levanta as necessidades do Brasil.

No 8º parágrafo, congratula-se com a ditadura, que teria trazido novo modelo de administração pública ao Brasil.

Nos 9º e 10º parágrafos, congratula-se com o povo brasileiro e reclama soluções nacionais para os respectivos problemas

Tipificação do discurso

Trata-se de discurso nitidamente persuasivo, que procura reestabelecer laços de aliança com a classe política. No entanto, não deixa de “carregar” nas tintas de um certo personalismo, muito próprio desse político.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- a eleição dos deputados que deviam elaborar a Constituição foi das mais edificantes lições de civismo a que assistiu o povo brasileiro (1)
- a instituição do voto secreto, sob a garantia da magistratura togada, na prolação do voto, na apuração e no reconhecimento dos membros da Assembléia Nacional, expurgou-se o regime dos erros que o falseavam (1)
- a Constituinte, que discutiu e aprovou o nosso Pacto Fundamental (2)
- [a Constituinte] espelha, na sua integridade, a opinião do país (2)
- a pureza da sua [da Constituinte] origem sobrepõe-se a qualquer eiva de suspeição (2)
- [a Constituinte] reflete, rigorosamente, a vontade da soberania nacional
- livremente, a Assembléia Nacional votou a nossa Lei Orgânica e livremente elegeu o Presidente da República (2)

Avaliação: Nos elogios aos Constituintes e à Constituição está o sinal de uma busca de pacificação, pois embora vitorioso na eleição indireta, o Presidente tem resistências ao texto

aprovado. Portanto, as cortesias, neste contexto, têm caráter pacificador. Ainda mais porque sabemos, por documento guardado em seu arquivo pessoal (ver nota no texto do discurso), que ele abdicou de fazer um pronunciamento com críticas à Carta aprovada. Boa estratégia argumentativa.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

– há, no Brasil, três problemas fundamentais, dentro dos quais está triangulado o seu progresso: sanear, educar, povoar (7)

Avaliação: Pela pequena extensão do texto (lembremo-nos que ele é a conclusão de um texto de quase cem páginas), este resumo dos problemas está adequado. Até mesmo porque essa leitura se completa com as advertências.

III. Advertências

– antes de praticar um plano sistemático de rodovias, antes de resolvermos o problema da navegabilidade dos rios e o da construção dos portos, não conseguiremos povoar o Brasil racionalmente (7)

– mas a mesma grandeza do seu território, que se dilata por variadíssimas zonas geografias, de clima e geologia diferentes, está reclamando, da nossa parte, esforço persistente e sem solução de continuidade (9)

– pouco adiantaria ensaiar, aqui, sistemas adaptáveis a Estados de velha civilização e de modesta superfície, mas de resultados aleatórios, quando não extremamente perigosos para nó (9)

Avaliação: ver item anterior.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

– após o saneamento dos males que atrasavam a lavoura, combatidos pela lei do reajustamento (5)

– após o saneamento financeiro do país, pela adoção de um esquema racional para a liquidação da dívida externa (5)

– após a reforma da instrução (5)

– [após] as leis sociais de amparo ao trabalho (5)

– [após] o lançamento das bases da reorganização das forças armadas (5)

– [após] a restauração da liberdade do sufrágio

– sucederá, como consequência lógica e inevitável, a fase do reerguimento econômico (5)

– a ditadura foi, sobretudo, uma escola de administração pública (8)

– os promotores e executores da obra revolucionária compreenderam, felizmente, que o máximo problema do Brasil consiste no bom encaminhamento e na solução das questões administrativas (8)

– a revolução integrou o país nas concepções do Estado moderno, onde as preocupações partidárias ocupam lugar subalterno (8)

– somos uma nação rica de abundantes recursos (9)

- apesar de tanto se tão duros tempos de infortúnio, de abandono, de cruel desídia, suas [do povo] naturais qualidades de inteligência, entusiasmo, empreendimento e generoso patriotismo têm aflorado nos momentos decisivos da nossa história (10)
- só um povo forte, instruído e consciente das suas enormes responsabilidades poderá conduzir este vasto país, da grandeza de um continente, aos seus destinos superiores (10)
- e o povo brasileiro, por suas virtudes é digno do berço em que nasceu (10).

Avaliação: São dois os eleitos para a manifestação de júbilo: a revolução, na qual ele próprio é o representante máximo, e o povo. Embora o extrato de texto seja curto, dá bem a visão de como Getúlio encarava sua relação com o poder e com a classe política. Confia no poder de governar e de ter apoio do povo. Embora tal estratégia possa ter sua validade, ao deixar de mencionar outros atores políticos e econômicos, o orador pode afastá-los de si ou mesmo despertar uma animosidade, o que deve ser evitado em um momento delicado como o da posse.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- cumpre não confundir revolução com o episódio militar que a deflagra (4)
- nem fórmulas caducas, nem princípios inadapáveis à nossa índole, serão capazes de a [a revolução] deter (4)
- educar não é somente instruir, mas desenvolver a moralidade e o caráter, preparando o homem para a comunhão, ensinando-lhe as artes necessárias para a mais alta das virtudes: o conhecimento das suas próprias forças (7)
- povoar não é, a exemplo do que tem ocorrido entre nós, atrair imigrantes e localizá-los empiricamente no território do país (7)
- não é com o jogo sibilino das fórmulas e das combinações políticas que se conseguirá dirigir a coletividade brasileira (8)
- não é agitando os espíritos, exaltando as ambições ou acenando com a aplicação impossível de métodos alheios que auxiliaremos o progresso da Pátria (8)
- não nos deixemos cegar pela letra dos livros ou pelo brilho das estatísticas de propaganda (9)

b) Afirmativas enfáticas

- esses dois atos [aprovação da Constituição e eleição do Presidente] se conjugam e se completam indissolúvelmente (2)
- revolução é a adaptação à realidade, compreensão segura dos fenômenos sociais, reconstrução do edifício do Estado sobre fundamentos sólidos (4)
- os novos rumos abertos pela idéia revolucionária estão definitivamente traçados (4)
- é impossível entrar-lhe [da revolução] a marcha progressiva determinada pela força de uma fatalidade histórica (4)

- a racionalização da produção, por métodos científicos e técnicos, valorizará as nossas matérias primas (6)
- [a racionalização...] facilitará e melhorará a mão de obra e articulará as nossas indústrias, estimulando-as sem recorrer ao protecionismo de tarifas excessivas a fim de baratear o custo de vida (6)
- o homem é produto de *habitat* (7)
- disciplinar a natureza é aperfeiçoar a vida social (7)
- educar equivale, também, a uma forma do saneamento (7)
- o melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não que mais cabedais de cultura é capaz de exibir (7)
- o problema do Brasil exige solução brasileira (10)

Avaliação: Nas afirmativas e negativas, prossegue o orador a reforçar seus valores e alianças: a revolução e o povo. Para os ideais revolucionários ele tem fórmulas que reafirma, ao mesmo tempo que a outras rejeita.

c) Identidade do orador

- a legitimidade do mandato supremo, que ela [a Constituinte] conferiu, no pleno exercício das suas prerrogativas, é tão inquestionável quanto a da Constituição que promulgou (2)
- apresentado candidato, em manifesto solene pela maioria das correntes políticas do país e dos partidos organizados (3)
- seria escusado acentuar que nunca, direta ou indiretamente, insinuei o desejo de receber essa investidura (3)
- submeti-me, apenas, [ao aceitar a candidatura] ao imperativo categórico do momento (3)
- [a aceitação para candidatar-se] deriva da própria revolução que impunha o prosseguimento da sua obra, iniciada no período ditatorial (3)
- nunca me seduziram as regalias do poder (3)
- aceitando a indicação de meu nome pela Assembléia Constituinte, curvei-me ante o dever de completar o programa esboçado neste três últimos anos, pois outro propósito não poderia ter quem sabe das agruras e inquietudes peculiares à vida pública (3)
- isento de agravos e vinganças, o espírito revolucionário continuará, dentro da estrutura constitucional, a exercer a sua influência renovadora (4)

Avaliação: No contexto desse discurso, é significativa a quantidade de referências a si próprio. Nesse orador, expressa a coerência nele identificada, de fazer convergir o poder num eixo que vai do povo a ele (ou vice-versa). Neste contexto, chama a atenção uma racionalização que faz para se legitimar no cargo de presidente, contestado que era, se permanecesse na condição de ditador. Mas o orador deve evitar ser acusado de imodéstia, ao atribuir a si tantas qualidades.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- drenar os pântanos, canalizar as águas para as zonas áridas, transformando-as em celeiros fecundos, é conquistar a terra (7)

- combater as verminoses, as endemias, as condições precárias de higiene, é criar o cidadão capaz e consciente (7)
- a escola, no Brasil, terá que produzir homens práticos, profissionais seguros, cientes dos seus variados misteres (7)
- ao lado das Universidades de ensino superior, destinadas à formação das elites, faz-se necessário fundar a Universidade do Trabalho (7)
- daí [da Universidade do Trabalho] sairá, no futuro, a legião dos nossos operários, dos nossos agricultores, dos nossos criadores, em suma, a legião dos obreiros dos campos e das fábricas (7)
- povoar é ligar os nódulos da nossa população ganglionar, esparsa em núcleos alongados pelo interior do país (7)
- para uni-los [os núcleos esparsos], para lhes tirar a fisionomia gregária, devemos abrir, para todos, vias de comunicação (7)
- o primeiro dever do governante é tirar o povo da ganga obscura que o tem envolvido pelos séculos afora (10)
- demos a esse povo, de onde já saíram homens imortais pelo saber, pelo caráter, pelo heroísmo e pela santidade, os instrumentos que sempre lhe faltaram ao desenvolvimento normal da sua capacidade criadora (10)

Avaliação: Neste contexto, as proposições e conclamações são genéricas, pois as detalhadas encontram-se no texto maior, do qual este faz parte, ou seja, estão no Manifesto (ver nota no texto do Discurso). Ainda assim, são proposições que traduzem uma certa força, exatamente por serem reduzidas (sanear, educar, povoar).

Avaliação geral

Trata-se de um discurso persuasivo, mais que de convencimento, pois está muito centrado na configuração do auditório, isto é, nos elogios que traça ao auditório especializado (Constituintes) e ao universal (povo brasileiro). Além disso, traz uma carga de personalidade muito grande, o que só é possível ou recomendável se, de fato, o orador for detentor de real poder. Do contrário, corre o risco de se tornar um discurso arrogante.

Radiografia

Trata-se de um discurso persuasivo, mais que de convencimento, pois está muito centrado na configuração do auditório, isto é, nos elogios que traça ao auditório especializado (Constituintes) e ao universal (povo brasileiro). Além disso, traz uma carga de pessoalidade muito grande, o que só é possível ou recomendável se, de fato, o orador for detentor de real poder. Do contrário, corre o risco de se tornar um discurso arrogante. Nas **Cortesias, agradecimentos, elogios**, busca a pacificação, pois embora vitorioso na eleição indireta, o Presidente tem resistências ao texto aprovado. A interpretação de busca pela pacificação é reforçada ao nos informarmos que que ele abdicou de fazer um pronunciamento com críticas à Carta aprovada. Na **Menção a problemas, perigos, inimigos e Advertências**, apresenta, no contexto um resumo adequado dos problemas está. Por outro lado, por serem pouco explorados, fica um pouco reduzida a força do convencimento. Nas **Manifestações de regozijo, apoio**, tem-se uma visão de como Getúlio encarava sua relação com o poder e com a classe política, isto é, confia no poder de governar e de ter apoio do povo. Embora tal estratégia possa ter sua validade, ao deixar de mencionar outros atores políticos e econômicos, o orador pode afastá-los de si ou mesmo despertar uma animosidade, o que deve ser evitado em um momento delicado como o da posse. Nas **Crenças e valores**, particularmente nas afirmativas e negativas, prossegue o no reforço ao que lhe é caro: a revolução e o povo. Já na **Identidade do orador**, chama a atenção uma racionalização que faz para se legitimar no cargo de presidente, contestado que era, se permanecesse na condição de ditador. Mas o orador deve evitar ser acusado de imodéstia, ao atribuir a si tantas qualidades. As **Proposições e conclamações** são genéricas, pois as detalhadas encontram-se no texto maior, do qual este faz parte, ou seja, estão no Manifesto (ver nota no texto do Discurso). Ainda assim, são proposições que traduzem uma certa força, exatamente por serem reduzidas (sanear, educar, povoar).

Getúlio Vargas (1937 – 1945)

Resumo

Perturbações, provocadas por estranhos ao governo, obrigam o presidente a tomar uma decisão excepcional. O governo, com a autoridade da revolução e da Constituinte, promoveu o desenvolvimento democrático e atendia às reivindicações dos trabalhadores para obter a estabilidade, a segurança, as condições de civilidade. Mas, enquanto isso, os partidos, movidos por interesses privados ilegítimos e não pelas aspirações nacionais, limitavam-se ao aliciamento eleitoral, de tal maneira destrutiva, que ameaçavam a unidade pátria e punham em perigo a nação. Essa ameaça dos partidos se tornou maior quando o Estado passou a influir nas decisões econômicas. O maior perigo, representado particularmente pelos comunistas, é o de transformar a luta política democrática em guerra social. A Constituição de 34 (liberal) estava defasada no tempo e não previa instrumentos de defesa do Estado: a redistribuição inadequada dos poderes reduziu o rendimento do Executivo; o Legislativo, embora composto por alguns homens cultos e capazes, tornou-se um obstáculo: não votou as leis complementares necessárias à governabilidade; e o orçamento nunca foi regularmente aprovado. Além disso, não ordenava o modo de escolha do presidente, o que levava a crises quadrienais. Portanto, é inadequado e dispendioso manter a Constituição de 34 e o Legislativo. Por outro lado, apesar de ter herdado problemas econômicos, o Executivo descongestionou a economia. Mas, como o cenário internacional é adverso ao comércio, foi preciso contrair empréstimos; empréstimos amortizados com exportação de ouro. Mas o ouro acabou. Lançou-se mão de um confisco de 35% sobre a produção, para esses pagamentos. Mas é preciso acabar com esse confisco. E mais: prover o país de infra-estrutura viária, instalar uma grande siderurgia, fundar indústrias de base, aparelhar as Forças Armadas. O presidente só aceita se sacrificar para atender os apelos populares e pela confiança das forças armadas. A nova Constituição cria estrutura legal, mantém o processo democrático, o regime representativo, a autonomia dos Estados. O imperativo é: restaurar a autoridade e a liberdade de ação, com instrumento de poder real e efetivo.

Discurso

À NAÇÃO	
<p>1. O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do País, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de tomá-la, assumindo, perante a sua consciência e a consciência dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança Nacional.</p>	<p>1. As circunstâncias impõem a tomada de uma decisão excepcional.</p>
<p>2. A investidura na suprema direção dos negócios públicos não envolve, apenas, a obrigação de cuidar e prover as necessidades imediatas e comuns da administração. As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo.</p>	<p>2. O cargo de presidente exige, em certas circunstâncias, medidas que afetam as próprias instituições.</p>
<p>3. Por certo, essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social.</p>	<p>3. Só perturbações profundas podem justificar tais medidas.</p>
<p>4. A contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas conseqüências.</p>	<p>4. Tais perturbações foram provocadas por estranhos ao governo, que não tinha meios de evitá-las.</p>
<p>5. Oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da Nação, o Governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração econômica e financeira e, fiel às convenções do regime, procurou criar, pelo alheamento às competições partidárias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas.</p>	<p>5. Com autoridade (da revolução e da constituinte) o governo se manteve sereno para o desenvolvimento democrático.</p>
<p>6. Enquanto assim procedia, na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento, pondo em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras, de preferência as concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica, sem as quais não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar dos benefícios da civilização.</p>	<p>6. O governo, agindo politicamente, atendeu às justas reivindicações dos trabalhadores para promover a estabilidade, a segurança, as condições de civilidade.</p>
<p>7. Contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais, os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral.</p>	<p>7. Ao contrário do governo (construtivo), os “quadros políticos” se limitavam a fazer</p>

<p>8. Tanto os velhos partidos como os novos, em que os velhos se transformaram sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.</p>	<p>“aliciamentos” eleitorais. 8. Os partidos políticos não propunham idéias, mas apenas ambições pessoais e locais.</p>
<p>9. A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.</p>	<p>9. Embora partidos políticos devam expressar as necessidades coletivas, isso não ocorre no Brasil.</p>
<p>10. Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política, nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformado em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação. Chefes de governos locais, capitaneando desassossegos e oportunismo, transformaram-se, de um dia para outro, à revelia da vontade popular, em centros de decisão política, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do País, na sua significação coletiva, fosse simples convencionalismo, destinado a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano.</p>	<p>10. provas dos desvios partidários: suborno e promessas demagógicas; chefes locais desconhecem aspirações populares e transformaram-se centros de decisão política.</p>
<p>11. Nos períodos de crise, como o que atravessamos, a democracia de partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.</p>	<p>11. os partidos políticos ameaçam a unidade pátria e põem em perigo a nação.</p>
<p>12. Acresce, ainda, notar que, alarmados pela atoarda dos agitadores profissionais e diante da complexidade da luta política, os homens que não vivem dela mas do seu trabalho deixam os partidos entregues aos que vivem deles, abstendo-se de participar de vida pública, que só poderia beneficiar-se com a intervenção dos elementos de ordem e de ação construtora.</p>	<p>12. alarmados pelos fuxicos partidários, as pessoas honestas não influem nos partidos, que ficam à mercê dos que vivem dos partidos.</p>
<p>13. O sufrágio universal passa, sim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade.</p>	<p>13. O voto e os partidos estão a serviço de interesses ilegítimos [forças econômicas de caráter privado].</p>
<p>14. Quando os partidos tinham objetivos de caráter</p>	<p>15. A influência dos</p>

<p>meramente político, com a extensão de franquias constitucionais e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as atividades do trabalho e da produção. Hoje, porém, quando a influência e o controle do Estado sobre a economia tendem a crescer, a competição política tem por objetivo o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da luta civil, que espia, a todo o momento, os regimes dependentes das flutuações partidárias, é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes.</p> <p>15. Em tais circunstâncias, a capacidade de resistência do regime desaparece e a disputa pacífica das urnas é transportada para o campo da turbulência agressiva e dos choques armados.</p> <p>16. É dessa situação perigosa que nos vamos aproximando. A inércia do quadro político tradicional e a degenerescência dos partidos em clãs facciosos são fatores que levam, necessariamente, a armar o problema político, não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social.</p> <p>17. Os preparativos eleitorais foram substituídos, em alguns Estados, pelos preparativos militares, agravando os prejuízos que já vinha sofrendo a Nação, em consequência da incerteza e instabilidade criadas pela agitação facciosa. O caudilhismo regional, dissimulado sob aparências de organização partidária, armava-se para impor à Nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional.</p> <p>18. Por outro lado, as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo, por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central. Isso mesmo já se evidenciou por ocasião do golpe extremista de 1935, quando o Poder Legislativo foi compelido a emendar a Constituição e a instituir o estado de guerra, que, depois de vigorar mais de um ano, teve de ser restabelecido por solicitação das forças armadas, em virtude do recrudescimento do surto comunista, favorecido pelo ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado.</p> <p>19. A consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente, o dever de restaurar a autoridade nacional, pondo termo a essa condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local.</p> <p>20. Colocada entre as ameaças caudilhescas e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas, a Nação,</p>	<p>partidos políticos passou a ser mais perigosa a partir do momento em que o Estado passou a influir mais nas decisões econômicas. Então, a luta de classes passa a ser a tônica.</p> <p>15. A disputa pelas urnas é substituída pelas turbulências agressivas e choques armados.</p> <p>16. Perigo: o problema político passar da luta democrática para a violência e a guerra social.</p> <p>17. Preparativos de guerra substituíram os preparativos eleitorais. O caudilhismo ameaçaria (com suas imposições) a unidade nacional.</p> <p>18. Os comunistas (não-democráticos) são, particularmente uma ameaça: tentativa de golpe em 35, comícios, caça a votos.</p> <p>19. o perigo (desintegração) obrigou o presidente a restaurar a autoridade nacional.</p> <p>20. A soberania nacional corre riscos de agressões internas e externas; os</p>
---	--

<p>embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas, não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais, vendo-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa. Essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios.</p> <p>21. A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e anemizar o poder público.</p> <p>22. O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhe os movimentos. Na distribuição das atribuições legais, não se colocara, como se devera fazer, em primeiro plano, o interesse geral; aluíram-se as responsabilidades entre os diversos poderes, de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais.</p> <p>23. Não obstante o esforço feito para evitar os inconvenientes das assembléias exclusivamente políticas, o Poder Legislativo, no regime da Constituição de 1934, mostrou-se, irremediavelmente, inoperante.</p> <p>24. Transformada a Assembléia Nacional Constituinte em Câmara de Deputados, para elaborar, nos precisos termos do dispositivo constitucional, as leis complementares constantes da mensagem do Chefe do Governo Provisório de 10 de abril de 1934, não se conseguiu, até agora, que qualquer delas fosse ultimada, malgrado o funcionamento quase ininterrupto das respectivas sessões. Nas suas pastas e comissões se encontram, aguardando deliberação, numerosas iniciativas de inadiável necessidade nacional, como sejam: o Código do Ar, o Código das Águas, o Código de Minas, o Código Penal, o Código do Processo, os projetos da Justiça do Trabalho, da criação dos Institutos do Mate e do Trigo, etc., etc. Não deixaram, entretanto, de ter andamento e aprovação as medidas destinadas a favorecer interesses particulares, algumas, evidentemente, contrárias aos interesses nacionais e que, por isso mesmo, receberam veto do Poder Executivo.</p>	<p>meios legais são insuficientes para a proteção da nação; por isso, são necessárias medidas excepcionais.</p> <p>21. A Constituição de 34 (liberal) estava defasada no tempo e não previa instrumentos de defesa do Estado.</p> <p>22. A distribuição de atribuições entre os poderes (feita pela Constituição) reduziu o rendimento do Estado [Executivo], o que causou danos irreparáveis.</p> <p>23. O Poder Legislativo, no regime da CF de 34, ficou inoperante.</p> <p>24. A Câmara dos Deputados não aprovou as leis (imprescindíveis à administração) decorrentes da CF, propostas pelo Chefe do Governo Provisório, mas aprovou leis que atendiam a interesses particulares (por isso, vetadas).</p>
--	---

<p>25. Por seu turno, o Senado Federal permanecia no período de definição das suas atribuições, que constituíam motivo de controvérsia e de contestação entre as duas Casas legislativas.</p> <p>26. A fase parlamentar da obra governamental se processava antes como um obstáculo do que como uma colaboração digna de ser conservada nos termos em que a estabelecera a Constituição de 1934.</p> <p>27. Função elementar e, ao mesmo tempo, fundamental, a própria elaboração orçamentária nunca se ultimou nos prazos regimentais, com o cuidado que era de se exigir. Todos os esforços realizados pelo Governo no sentido de estabelecer o equilíbrio orçamentário se tornavam inúteis, desde que os representantes da Nação agravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes, em benefício de iniciativas ou de interesses que nada tinham a ver com o interesse público.</p> <p>28. Constitui ato de estrita justiça consignar que em ambas as casas do Poder Legislativo existiam homens cultos, devotados e patriotas, capazes de prestar esclarecido concurso às mais delicadas funções públicas, tendo, entretanto, os seus esforços invalidados pelos próprios defeitos de estrutura do órgão a que não conseguiam emprestar as suas altas qualidades pessoais.</p> <p>29. A manutenção desse aparelho inadequado e dispendioso era de todo desaconselhável. Conservá-lo seria, evidentemente, obra de espírito acomodaticio e displicente, mais interessado pelas acomodações da clientela política do que pelo sentimento das responsabilidades assumidas. Outros, por certo, prefeririam transferir aos ombros do Legislativo os ônus e dificuldades que o Executivo terá de enfrentar para resolver diversos problemas de grande relevância e de graves repercussões, visto afetarem poderosos interesses organizados, interna e externamente. Compreende-se, desde logo, que me refiro, entre outros, aos da produção cafeeira e regularização da nossa dívida externa.</p> <p>30. O Governo atual herdou os erros acumulados em cerca de vinte anos de artificialismo econômico, que produziram o efeito catastrófico de reter stocks e valorizar o café, dando em resultado o surto da produção noutros países, apesar dos esforços empreendidos para equilibrar, por meio de quotas, a produção e o consumo mundial da nossa mercadoria básica. Procurando neutralizar a situação calamitosa encontrada em 1930, iniciamos uma política de descongestionamento, salvando da ruína a lavoura cafeeira e encaminhando os negócios de modo que fosse possível restituir, sem abalos, o mercado do café às suas condições normais. Para atingir esse objetivo, cumpria aliviar a mercadoria dos pesados ônus que a</p>	<p>25. O Senado ficou imobilizado por deliberações em torno de suas competências.</p> <p>26. O parlamento se revelou um obstáculo ao governo.</p> <p>27. O orçamento nunca foi aprovado adequadamente; parlamentares agravavam os problemas da nação.</p> <p>28. embora composto por homens cultos e capazes, a estrutura do parlamento não permitia que tais qualidades fossem exercidas.</p> <p>29. Inadequado e dispendioso manter o Legislativo; não se acomodar; nem permitir que este (inoperante) seja responsabilizado pela crise.</p> <p>30. O governo herdou o acúmulo de problemas econômicos; mas descongestionou a economia, salvou a lavoura cafeeira, pela redução de custos de produção.</p>
--	--

encareciam, o que será feito sem perda de tempo, resolvendo-se o problema da concorrência no mercado mundial e marchando decisivamente para a liberdade de comércio do produto.

31. No concernente à dívida externa, o serviço de amortização e juros constitui questão vital para a nossa economia. Enquanto foi possível o sacrifício da exportação de ouro, a fim de satisfazer as prestações estabelecidas, o Brasil não se recusou a fazê-lo. É claro, porém, que os pagamentos, no exterior, só podem ser realizados com o saldo da balança comercial. Sob a aparência de moeda, que vela e disfarça a natureza do fenômeno de base nas relações econômicas, o que existe, em última análise, é a permuta de produtos. A transferência de valores destinados a atender a esses compromissos pressupõe, naturalmente, um movimento de mercadorias do País devedor para os seus clientes no exterior, em volume suficiente para cobrir as responsabilidades contraídas. Nas circunstâncias atuais, dados os fatores que tendem a criar restrições à livre circulação das riquezas no mercado mundial, a aplicação de recursos em condições de compensar a diferença entre as nossas disponibilidades e as nossas obrigações só pode ser feita mediante o endividamento crescente do País e a debilitação da sua economia interna.

32. Não é demais repetir que os sistemas de quotas, contingenciamentos e compensações, limitando, dia a dia o movimento e volume das trocas internacionais, têm exigido, mesmo nos países de maior rendimento agrícola e industrial, a revisão das obrigações externas. A situação impõe, no momento, a suspensão do pagamento de juros e amortizações, até que seja possível reajustar os compromissos sem dessangrar e empobrecer o nosso organismo econômico. Não podemos por mais tempo continuar a solver dívidas antigas pelo processo ruinoso de contrair outras mais vultosas, o que nos levaria, dentro de pouco, à dura contingência de adotar solução mais radical. Para fazer face às responsabilidades decorrentes dos nossos compromissos externos, lançamos sobre a produção nacional o pesado tributo que consiste no confisco cambial, expresso na cobrança de uma taxa oficial de 35%, redundando, em última análise, em reduzir de igual percentagem os preços, já tão aviltados, das mercadorias de exportação. É imperioso pôr um termo a esse confisco, restituindo o comércio de câmbio às suas condições normais. As nossas disponibilidades no estrangeiro, absorvidas, na sua totalidade, pelo serviço da dívida e não bastando, ainda assim, às suas exigências, dão em resultado nada nos sobrar para a renovação do aparelhamento econômico, do qual depende todo o progresso nacional.

33. Precisamos equipar as vias férreas do País, de modo a oferecerem transporte econômico aos produtos das diversas

31. Dívida externa: paga com ouro; mas acabou o ouro; são necessárias mercadorias para exportar; mas devido às restrições ao comércio internacional, o caminho é o endividamento.

32. sistemas de quotas internacionais restringem exportações; país não tem mais condições de pagar juros e amortizações; é preciso acabar com o confisco cambial de 35% sobre a produção; é preciso recobrar recursos para a economia nacional.

33. Precisamos equipar as vias férreas; construir

<p>regiões, bem como construir novos traçados e abrir rodovias, prosseguindo na execução do nosso plano de comunicações, particularmente no que se refere à penetração do Hinterland e articulação dos centros de consumo interno com os escoadouros de exportação.</p>	<p>novos traçados; abrir rodovias; plano de comunicações; articulação dos centros de consumo.</p>
<p>34. Por outro lado, essas realizações exigem que se instale a grande siderurgia, aproveitando a abundância de minério, num vasto plano de colaboração do Governo com os capitais estrangeiros que pretendam emprego remunerativo, e fundando, de maneira definitiva, as nossas indústrias de base, em cuja dependência se acha o magno problema da defesa nacional.</p>	<p>34. Exigência: instalar grande siderurgia, com capitais estrangeiros, fundar indústrias de base.</p>
<p>35. É necessidade inadiável, também, dotar as forças armadas de aparelhamento eficiente, que as habilite a assegurar a integridade e a independência do País, permitindo-lhe cooperar com as demais nações do Continente na obra de preservação da paz.</p>	<p>35. Necessário: aparelhar forças armadas.</p>
<p>36. Para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do País e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho. Quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação.</p>	<p>36. Não havia alternativa, a não ser instaurar regime forte, de paz, de justiça e de trabalho.</p>
<p>37. A Constituição hoje promulgada criou uma nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica.</p>	<p>37. A Constituição cria nova estrutura legal, mantém processo democrático, regime representativo, autonomia dos Estados.</p>
<p>38. Circunstâncias de diversas naturezas apressaram o desfecho desse movimento, que constitui manifestação de vitalidade das energias nacionais extrapartidárias. O povo o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impacientado e saturado pelos lances entristecedores da política profissional; o Exército e a Marinha o reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional.</p>	<p>38. O movimento é extrapartidário: povo, Exército, Marinha.</p>
<p>39. Ainda ontem, culminando nos propósitos demagógicos, um dos candidatos presidenciais mandava ler da tribuna da Câmara dos Deputados documento francamente sedicioso e o fazia distribuir nos quartéis das corporações militares, que, num movimento de saudável reação às incursões facciosas, souberam repelir tão aleivosa exploração, discernindo, com admirável clareza, de que lado estavam, no momento, os legítimos reclamos da consciência brasileira.</p>	<p>39. Um candidato a presidente fez acusações, na Câmara e nos quartéis; acusações logo repelidas pelas forças armadas.</p>
<p>40. Tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal. Jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder</p>	<p>40. o presidente não compactua com mesquinhas políticas.</p>

<p>quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política, sem a certeza de poder trabalhar, com real proveito, pelo maior bem da coletividade.</p> <p>41. Prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos, só acedi em sacrificar o justo repouso a que tinha direito, ocupando a posição em que me encontro, com o firme propósito de continuar servindo à Nação.</p> <p>42. As decepções que o regime derogado trouxe ao País não se limitaram ao campo moral e político.</p> <p>43. A economia nacional, que pretendia participar das responsabilidades do Governo, foi também frustrada nas suas justas aspirações. Cumpre restabelecer, por meio adequado, a eficácia da sua intervenção e colaboração na vida do Estado. Ao invés de pertencer a uma assembléia política, em que, é óbvio, não se encontram os elementos essenciais às suas atividades, a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público, em condições de influir na propulsão das forças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho.</p> <p>44. Considerando de frente e acima dos formalismos jurídicos a lição dos acontecimentos, chega-se a uma conclusão iniludível, a respeito da gênese política das nossas instituições: elas não corresponderam, desde 1889, aos fins para que se destinavam.</p> <p>45. Um regime que, dentro dos ciclos prefixados de quatro anos, quando se apresentava o problema sucessório presidencial, sofria tremendos abalos, verdadeiros traumatismos mortais, dada a inexistência de partidos nacionais e de princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas, certamente não valia o que representava e operava, apenas, em sentido negativo.</p> <p>46. Numa atmosfera privada de espírito público, como essa em que temos vivido, onde as instituições se reduziam às aparências e aos formalismos, não era possível realizar reformas radicais sem a preparação prévia dos diversos fatores da vida social.</p> <p>47. Torna-se impossível estabelecer normas sérias e sistematização eficiente à educação, à defesa e aos próprios empreendimentos de ordem material, se o espírito que rege a política geral não estiver conformado em princípios que se ajustem às realidades nacionais.</p> <p>48. Se queremos reformar, façamos, desde logo, a reforma política. Todas as outras serão conseqüências desta, e sem ela não passarão de inconsistentes documentos de teoria política.</p> <p>49. Passando do Governo propriamente dito ao processo da sua constituição, verificava-se, ainda, que os meios não</p>	<p>41. só aceita se sacrificar, para atender os apelos populares e pela confiança das forças armadas.</p> <p>42. o regime derrubado trouxe decepções mais que morais ou políticas.</p> <p>43. A economia nacional foi frustrada: é preciso reestabelecer intervenção do Estado; a representação profissional na condução da administração pública.</p> <p>44. as instituições republicanas jamais corresponderam aos fins a que se destinavam.</p> <p>45. uma vez que os partidos não eram doutrinários, nem representavam as aspirações coletivas, a cada sucessão presidencial vinha uma crise.</p> <p>46. a fragilidade das instituições não permitia fazer reformas.</p> <p>47. Necessário: estabelecer normas para a educação e a ordem ajustados à realidade nacional.</p> <p>48. A reforma imediata é a política; as outras são conseqüência.</p> <p>49. O processo político não ordenava o modo de</p>
--	--

<p>correspondiam aos fins. A fase culminante do processo político sempre foi a da escolha de candidato à Presidência da República. Não existia mecanismo constitucional prescrito a esse processo. Como a função de escolher pertencia aos partidos e como estes se achavam reduzidos a uma expressão puramente nominal, encontrávamo-nos em face de uma solução impossível, por falta de instrumento adequado. Daí, as crises periódicas do regime, pondo, quadrienalmente, em perigo a segurança das instituições. Era indispensável preencher a lacuna, incluindo na própria Constituição o processo de escolha dos candidatos à suprema investidura, de maneira a não se reproduzir o espetáculo de um corpo político desorganizado e perplexo, que não sabe, sequer, por onde começar o ato em virtude do qual se define e afirma o fato mesmo da sua existência.</p>	<p>escolha do presidente, o que levava a crises quadrienais.</p>
<p>50. A campanha presidencial, de que tivemos, apenas, um tímido ensaio, não podia, assim, encontrar, como efetivamente não encontrou, repercussão no País. Pelo seu silêncio, a sua indiferença, o seu desinteresse, a Nação pronunciou julgamento irreversível sobre os artificios e as manobras a que se habituou a assistir periodicamente, sem qualquer modificação no quadro governamental que se seguia às contendas eleitorais. Todos sentem, de maneira profunda, que o problema de organização do Governo deve processar-se em plano diferente e que a sua solução transcende os mesquinhos quadros partidários, improvisados nas vésperas dos pleitos, com o único fim de servir de bandeira a interesses transitoriamente agrupados para a conquista do poder.</p>	<p>50. No único ensaio de campanha presidencial, o povo ficou indiferente. O governo deve se processar em um “plano diferente” (todos sabem). Solução: transcende interesses partidários mesquinhos.</p>
<p>51. A gravidade da situação que acabo de escrever em rápidos traços está na consciência de todos os brasileiros. Era necessário e urgente optar pela continuação desse estado de coisas ou pela continuação do Brasil. Entre a existência nacional e a situação de caos, de irresponsabilidade e desordem em que nos encontrávamos, não podia haver meio termo ou contemporização.</p>	<p>51. O quadro é grave (continuidade do Brasil ou o caos) e só cabe uma escolha.</p>
<p>52. Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu o seu valor prático, subsistindo, apenas, como abstração. A tanto havia chegado o País. A complicada máquina de que dispunha para governar-se não funcionava. Não existiam órgãos apropriados através dos quais pudesse exprimir os pronunciamentos da sua inteligência e os decretos da sua vontade.</p>	<p>52. As competições políticas estavam prestes a levar o país a uma guerra civil; falência do regime constitucional; a máquina governamental não funcionava.</p>
<p>Restauramos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo</p>	<p>53. Imperativo: restaurar a autoridade e a liberdade de ação, com instrumento de poder real e efetivo.</p>

o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do Governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino.	
---	--

(3.449 palavras)

Configuração

Estrutura

Composto de 53 parágrafos, assim distribuídos:

Do 1º ao 20º, ele descreve as ameaças e perigos à unidade nacional, ao desenvolvimento econômico, à soberania, à continuidade governamental. Os partidos são o principal inimigo.

Nos 21º e 22º, ele ataca a Constituição de 34, por estar defasada, por não prever instrumentos de governabilidade

Do 23º ao 29º, volta à carga contra o Poder Legislativo, visto como inoperante; e conclui ser inadequado e dispendioso mantê-lo.

Do 30º ao 32º, defende a atuação do governo: apesar do quadro internacional adverso, foram feitas muitas coisas.

Do 33º ao 35º, anuncia as medidas para retomar o desenvolvimento nacional.

Nos 36º e 37º, comunica a decisão de adotar um regime forte, e as condições de funcionamento do País.

Do 38º ao 41º, anuncia o apoio com o qual conta.

Do 42º ao 46º retoma as acusações contra a classe política e a Constituição de 34.

Do 47º ao 52º, volta a falar das propostas do novo regime, justificado como necessário em função das mazelas do processo político anteriormente adotado.

No 53º conclui que o imperativo é restaurar a autoridade e a liberdade de ação, com instrumento de poder real e efetivo.

Tipificação do discurso

Trata-se de um discurso, aparentemente, deliberativo mas que é autoritário. Isto é: de um lado ele é pródigo em apresentar razões (convencimento) e apontar ameaças (persuasão), para levar a audiência (“classes produtoras”, “classes trabalhadoras”, “classes armadas”) a aceitar em seu ponto de vista. Mas, de outro lado, não deixa alternativa. Predomina, então, a faceta autoritária do discurso. Ele deixa de fora a “classe política”, que é apontada como a responsável pelo “caos” que se instalaria.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– a Nação [tem] por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas (20)

Avaliação: Nação e Forças Armadas constituem sua audiência. Só a eles deve satisfação. Embora só apareçam poucas vezes, diretamente, estão, de fato, em todo o pronunciamento. Constituem a audiência a ser convencida e, ao mesmo tempo, a fonte de seu poder.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- os quadros políticos permaneciam adstritos aos simples processos de aliciamento eleitoral (7)
- os partidos [velhos ou os novos] nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas (8)
- [os partidos mantinham-se] a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos (8)
- nossos agrupamentos partidários tradicionais [não cumprem] sua verdadeira função (9)
- pobreza e desorganização da nossa vida política (10)
- a sucessão presidencial, transformada em irrisória competição de grupos (10)
- [grupos político] obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação (10)
- as ambições do caudilhismo provinciano (10)
- [os partidos] em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, [...] subvertem a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação (11)
- [os partidos] extremam as competições e acendendo o facho da discórdia civil (11)
- os partidos [estão] entregues aos que vivem deles; sem a participação dos que vivem do próprio trabalho (12)
- o sufrágio universal [passa a ser] instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos (13)
- não [é] a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais,
- as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder [por intermédio dos partidos] e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade (13)
- a competição política [com os partidos no centro] tem por objetivo o domínio das forças econômicas; a partir daí, perspectiva da luta civil [...] é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes (14)
- [em tais circunstâncias] a disputa pacífica das urnas é transportada para o campo da turbulência agressiva e dos choques armados (15)
- o problema político [passa a ser armado] não em termos democráticos, mas em termos de violência e de guerra social (16)
- o caudilhismo regional, dissimulado sob aparências de organização partidária, armava-se para impor à Nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional (17)
- surto comunista: por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos; oferecem perigo imediato para as instituições; ambiente turvo dos comícios e da caça ao eleitorado (18)
- condição anômala da nossa existência política, que poderá conduzir-nos à desintegração, como resultado final dos choques de tendências inconciliáveis e do predomínio dos particularismos de ordem local (19)
- ameaças caudilhescas (20)
- perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas (20)
- a Constituição de 1934, baseada no liberalismo clássico e no sistema representativo tem falhas lamentáveis (21)
- a Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo (21)

- [a Constituição] expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos (21)
- o aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional (22)
- a Câmara de Deputados não aprovou qualquer das leis propostas pelo Chefe do Governo Provisório; mas aprovou medidas destinadas a favorecer interesses particulares, algumas, evidentemente, contrárias aos interesses nacionais (24)
- o Senado Federal permanecia no período de definição das suas atribuições: motivo de controvérsia e de contestação entre as duas Casas legislativas (25)
- os representantes da Nação agravavam sempre o montante das despesas, muitas vezes, em benefício de iniciativas ou de interesses que nada tinham a ver com o interesse público (26)
- defeitos de estrutura do [Congresso] não [permitiam] o exercício das altas qualidades pessoais de seus membros (28)
- diversos problemas de grande relevância e de graves repercussões, visto afetarem poderosos interesses organizados, interna e externamente. Compreende-se, desde logo, que me refiro, entre outros, aos da produção cafeeira e regularização da nossa dívida externa (29)
- fatores que tendem a criar restrições à livre circulação das riquezas no mercado mundial (31)
- [restrições obrigam o] endividamento crescente do País e a debilitação da sua economia interna (31)
- um dos candidatos presidenciais mandava ler da tribuna da Câmara dos Deputados documento francamente sedicioso e o fazia distribuir nos quartéis (39)
- os partidos nacionais [não têm] princípios doutrinários que exprimissem as aspirações coletivas (45)
- os mesquinhos quadros partidários, improvisados nas vésperas dos pleitos, com o único fim de servir de bandeira a interesses transitoriamente agrupados para a conquista do poder (50)
- as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil (51)
- as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil (52)

Avaliação: Proporcionalmente a todo o pronunciamento, perigos e inimigos são a parte mais significativa, pelo número de menções e pela força dos argumentos. O objetivo é desacreditar a estrutura constitucional, os partidos, o Legislativo e os políticos, em particular os comunistas. Utiliza bem os argumentos: procura imputar comportamentos a esses inimigos, que seriam contrários aos valores nacionais; cita exemplos, fatos que comprovam seu ponto de vista. É abrangente: fala de aspectos morais, políticos e econômicos.

III. Advertências

Neste discurso, as advertências estão presentes nas proposições, porque a decisão de adotar o “regime forte” já foi tomada. O inimigo já sofrerá as conseqüências. Não é preciso, mais, advertir.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- o povo o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impacientado e saturado pelos lances entristecedores da política profissional (38)
- o Exército e a Marinha o reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional (38)
- corporações militares [diante de acusações ao presidente] num movimento de saudável reação às incursões facciosas, souberam repelir tão aleivosa exploração, discernindo, com admirável clareza, de que lado estavam, no momento, os legítimos reclamos da consciência brasileira (39)

Avaliação: O orador apóia-se nesses dois pilares: o povo e as Forças Armadas. Que são atores de peso, em contraposição a “partidos”.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- o homem de Estado [...] não pode fugir ao dever de tomar [decisão excepcional] (1)
- a investidura na suprema direção dos negócios públicos não envolve, apenas, [prover as necessidades imediatas], [mas] reclamam [...] adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo(2)
- por certo, essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social (3)
- [o governo] não os provocou [profundas perturbações]nem dispunha de meios adequados para evitá-los ou remover-lhes as funestas conseqüências (4)
- a Nação [embora tenha por si o patriotismo da maioria absoluta dos brasileiros e o amparo decisivo e vigilante das forças armadas] não dispõe de meios defensivos eficazes dentro dos quadros legais (20)
- não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho (36)
- quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação (36)
- jamais concordaria, por isso, em permanecer à frente dos negócios públicos se tivesse de ceder quotidianamente às mesquinhas injunções da acomodação política (40)

b) Afirmativas enfáticas

- a contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental (4)
- [a nação] vê-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa (20)
- essa é a verdade, que precisa ser proclamada, acima de temores e subterfúgios (20)

c) Identidade do orador

- oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da Nação (5)
- o Governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração econômica e financeira (5)
- [o governo] fiel às convenções do regime (5)
- [o governo} procurou criar, pelo alheamento às competições partidárias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas (5)
- [o goveno] na esfera estritamente política, aperfeiçoava a obra de justiça social a que se votara desde o seu advento,
- [o goveno] [punha] em prática um programa isento de perturbações e capaz de atender às justas reivindicações das classes trabalhadoras
- [o governo atendia de preferência reivindicações] concernentes às garantias elementares de estabilidade e segurança econômica,
- sem [as medidas tomadas pelo governo] as quais não pode o indivíduo tornar-se útil à coletividade e compartilhar dos benefícios da civilização. (6)
- contrastando com as diretrizes governamentais, inspiradas sempre no sentido construtivo e propulsor das atividades gerais [os quadros políticos faziam aliciamento eleitoral] (7)
- procurando neutralizar a situação calamitosa encontrada em 1930, iniciamos uma política de descongestionamento, salvando da ruína a lavoura cafeeira e encaminhando os negócios de modo que fosse possível restituir, sem abalos, o mercado do café às suas condições normais (30)
- tenho suficiente experiência das asperezas do poder para deixar-me seduzir pelas suas exterioridades e satisfações de caráter pessoal (40)
- prestigiado pela confiança das forças armadas e correspondendo aos generalizados apelos dos meus concidadãos (41)

Avaliação: Este é o grande contraponto ao discurso em que descreve o inimigo e as ameaças. Atribui a valores universalmente aceitos sua missão: a defesa da pátria, da nacionalidade, da economia. Nas negativas, procura elaborar a idéia de limite, isto é, legitimar sua atitude (golpe) pela “impossibilidade” de aceitar a situação. Nas afirmativas, reforça tais valores. E na imagem que projeta de si, a “personalização” daqueles valores, na própria pessoa.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- [perigo imediato para as instituições] exige de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central (18)
- [a consciência das nossas responsabilidades indicava, imperativamente] , o dever de restaurar a autoridade nacional
- [o dever depor] termo à condição anômala da nossa existência política (19)
- [a nação] vê-se obrigada a lançar mão, de modo normal, das medidas excepcionais que caracterizam o estado de risco iminente da soberania nacional e da agressão externa (20)
- a situação impõe, no momento, a suspensão do pagamento de juros e amortizações, até que seja possível reajustar os compromissos sem dessangrar e empobrecer o nosso organismo econômico (32)
- é imperioso pôr um termo a esse confisco [de 35% sobre a produção], restituindo o comércio de câmbio às suas condições normais (32)

- equipar as vias férreas do País; construir novos traçados e abrir rodovias; prosseguindo na execução do nosso plano de comunicações; articular centros de consumo interno com os escoadouros de exportação (33)
- [necessário instalar] grande siderurgia (34)
- [fundar] de maneira definitiva, as nossas indústrias de base (34)
- é necessário dotar as forças armadas de aparelhamento eficiente (35)
- não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho (36)
- nova Constituição: nova estrutura legal, sem alterar o que se considera substancial nos sistemas de opinião: manteve a forma democrática, o processo representativo e a autonomia dos Estados, dentro das linhas tradicionais da federação orgânica (37)
- a representação profissional deve constituir um órgão de cooperação na esfera do poder público, em condições de influir na propulsão das forças econômicas e de resolver o problema do equilíbrio entre o capital e o trabalho (43)
- estabelecer normas para a educação e a ordem ajustados à realidade nacional (47)
- restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas (52)

Avaliação: Faz proposições genéricas (restaurar a autoridade), mas também específicas (abrir estradas, criar siderurgia, implantar indústria de base). Com isso, procura despertar na audiência a confiança de que sua atitude trará benefício para todos (nação e classes armadas), menos para os inimigos. Essa argumentação é bastante eficiente.

Avaliação geral

Este é um discurso paradoxal: por um lado, argumenta para convencer a audiência de que é necessário tomar uma medida de força; por outro, ele já se constitui no anúncio da própria medida de força. É um discurso elaboradíssimo, ao qual não faltam os principais elementos da retórica (arte de bem argumentar). Ele “constrói a audiência” de maneira requintada: seu público é o povo (de onde adviria a legitimidade) e as classes armadas (de onde viria o poder de sustentação, caso o povo reagisse). Fala em nome da Nação (classes produtoras e classes laboriosas). Em segundo lugar, argumenta bem quanto ao objeto a ser deliberado: em sua argumentação para construir o inimigo, a ameaça é das mais completas. De tal modo, que não restaria alternativa, a não ser aceitar o “regime de força”. Em terceiro, constrói uma imagem (dele, orador) das mais refinadas, para aparecer como a “única solução”. Entretanto, não deixa de ser um discurso excessivamente autoritário, pois, no discurso “deliberativo”, a audiência teria uma oportunidade de “aceitar” ou “não aceitar” suas proposições. No entanto, não existe tal opção. A suposta argumentação (apresentação de razões), pois, não passa de uma racionalização, em busca de legitimação.

Radiografia

Este é um discurso paradoxal: por um lado, argumenta para convencer a audiência de que é necessário tomar uma medida de força; por outro, ele já se constitui no anúncio da própria medida de força. É um discurso elaboradíssimo, ao qual não faltam os principais elementos da retórica (arte de bem argumentar). Ele “constrói a audiência” de maneira requintada: seu público é o povo (de onde adviria a legitimidade) e as classes armadas (de onde viria o poder de sustentação, caso o povo reagisse). Fala em nome da Nação (classes produtoras e classes laboriosas). Em segundo lugar, argumenta bem quanto ao objeto a ser deliberado: em sua argumentação para construir o inimigo, a ameaça é das mais completas. De tal modo, que não restaria alternativa, a não ser aceitar o “regime de força”. Em terceiro, constrói uma imagem (dele, orador) das mais refinadas, para aparecer como a “única solução”. Entretanto, não deixa de ser um discurso excessivamente autoritário, pois, no discurso “deliberativo”, a audiência teria uma oportunidade de “aceitar” ou “não aceitar” suas proposições. No entanto, não existe tal opção. A suposta argumentação (apresentação de razões), pois, não passa de uma racionalização, em busca de legitimação.

Proporcionalmente a todo o pronunciamento, a menção a perigos e inimigos é a mais significativa, em número de menções e na força dos argumentos. O objetivo é desacreditar a estrutura constitucional, os partidos, o Legislativo e os políticos, em particular os comunistas. Utiliza bem os argumentos: procura imputar valores a esses inimigos, que seriam contrários aos valores nacionais; cita exemplos, fatos que comprovam seu ponto de vista. É abrangente: fala de aspectos morais, políticos e econômicos.

Ao trabalhar valores e crenças, faz o grande contraponto à menção a inimigo e ameaças. Chama para si a defesa de valores universalmente aceitos (pela audiência) sua missão: a defesa da pátria, da nacionalidade, da economia. Nas negativas, procura elaborar a idéia de limite, isto é, legitimar sua atitude (golpe) pela “impossibilidade” de aceitar a situação. Nas afirmativas, reforça tais valores. E na imagem que projeta de si, a “personalização” daqueles valores, na própria pessoa.

Já as propostas vão das mais genéricas (restaurar a autoridade) às específicas (abrir estradas, criar siderurgia, implantar indústria de base). Com isso, procura despertar a confiança da audiência de que sua atitude trará benefício para todos (nação e classes armadas), menos para os inimigos. Essa argumentação é bastante eficiente.

Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951)

Resumo

Quero ser o presidente de todos os brasileiros. Espero que os constituintes elaborem uma carta que assegure direitos, estabeleça regras para a paz social e atenda às exigências do poder econômico. Somente com o amparo aos produtores, será gerada a riqueza que proporcionará melhores condições de vida aos trabalhadores. Comprometo-me a acatar tais deliberações e aceito sugestões de todos os setores. Espero contar com o apoio das elites culturais para aperfeiçoar a educação. Como militar, procurarei engrandecer as Forças Armadas, ao fazer um governo civil, honesto, útil. Na política externa, apóio a ONU, os EUA e espero que o Brasil assuma posição de destaque no cenário mundial. Assegurarei a realização das próximas eleições estaduais. Estou disposto a continuar a obra que vinha sendo feita, para fortalecer comunidade nacional.

Discurso

Senhor Ministro José Linhares:

1. Eleito e proclamado Presidente da República para o período que hoje se inicia, é com verdadeira emoção cívica que recebo das mãos de V. Ex^a o alto cargo que vem exercendo desde 29 de outubro último. É mister assinalar que a Nação assistiu, durante esse lapso de tempo, ao esforço do Governo por bem conduzi-la com os seus anseios e necessidades.

2. Embora, justamente tocado no mais profundo dos meus sentimentos de cidadão pela alta honra que me conferiu o povo brasileiro, através da grande maioria de seus sufrágios, recebo a investidura sem vaidades, que nunca tive no serviço da Pátria, antes com a plena consciência das graves responsabilidades que a escolha impõe ao meu patriotismo e com o sincero desejo de concorrer para a paz da família brasileira, para a melhoria das condições de vida de todos os meus concidadãos e o crescente prestígio do nosso País no concerto das Nações civilizadas.

3. Imensamente agradecido às forças políticas e populares que contribuíram para a vitória de minha candidatura e convicto de sua indispensável solidariedade e apoio para a grandiosa tarefa que a todos nos incumbe desempenhar, não aspiro a ser, no exercício de meu mandato, senão o Presidente de todos os brasileiros, em tudo quanto se refira ao interesse nacional, ao deferimento da justiça, ao tratamento imparcial de meus compatriotas pelo reconhecimento de seus direitos e garantias.

4. Estou certo de que os novos legisladores constituintes, saindo como eu das urnas inatacáveis pela lisura e liberdade dos comícios de 2 de dezembro, saberão corresponder às necessidades coletivas, elaborando um Estatuto fundamental, em que se assegurem os direitos da pessoa humana e se estabeleçam as regras indispensáveis à paz social e às prementes exigências de nosso poder econômico, que deve ser fortalecido, para que não se agravem as condições de existência de todos nós, sobretudo das classes trabalhadoras, que clamam não apenas pelo reconhecimento legal de suas reivindicações, senão também pela elevação do nível de vida em que se encontram.

5. No plano da recuperação econômica, deve merecer proeminência o amparo às forças produtoras, pela certeza que só por meio de criação de riqueza chegaremos à estabilidade social, com a melhoria do padrão de vida comum.

6. Preocupado em corresponder à expectativa dos meus compatriotas, comprometo-me a manter, em tudo quanto a mim depender, o sistema democrático que resultar das deliberações da Assembléia Nacional, sem o menor cerceamento das liberdades

1. Agradecimento ao antecessor (José Linhares), que dirigiu o País na transição, depois da saída de Getúlio.

2. Emocionado, apesar da legitimação dos votos, não assume com vaidade, mas com consciência da responsabilidade; e com o propósito de colaborar com a paz na família, melhoria das condições de vida e prestígio do Brasil.

3. Agradece ao apoio político e popular e se compromete a ser o “presidente de todos os brasileiros”, para assegurar a justiça, a imparcialidade e os direitos e garantias.

4. Certeza de que constituintes elaborarão Constituição que assegurem direitos da pessoa, regras para garantir a paz social e as exigências do poder econômico, para elevação das condições de vida dos trabalhadores.

5. Recuperação econômica: amparo aos produtores. Só a riqueza traz a paz social e a melhoria do

<p>públicas, inseparáveis de um regime de opinião. Afirmo o propósito de receber com simpatia as sugestões que venham de qualquer setor, decidido a concorrer para uma obra de estreita e proveitosa cooperação entre o povo e o Governo, num clima de ordem moral e material, indispensável ao trabalho fecundo.</p> <p>7. Proclamando o empenho em que estou de contar com a colaboração construtiva de nossas elites culturais, que tanto podem fazer na orientação de nossos trabalhos e no esforço pelo processo e aperfeiçoamento da educação nacional.</p> <p>8. Tendo desde a adolescência consagrado minha modesta existência aos árduos deveres militares, em cujo espírito de abnegação e disciplina se aprimora o culto da Pátria, espero concorrer para o engrandecimento das classes armadas, sobre cujos ombros repousa a segurança interna e externa do Brasil.</p> <p>9. Nada tenho a inovar nas grandes linhas de nossa política internacional, que se tem afirmado numa perfeita continuidade histórica. Ministro referendário da declaração de guerra aos Países do Eixo, que ensangüentaram o mundo movidos por um espírito criminoso de agressão e de conquista, prosseguirá o Governo na mais estreita cooperação e solidariedade com as Nações Unidas, sobretudo com os Estados Unidos e as Repúblicas deste hemisfério, sem perder de vista que os nossos esforços e sacrifícios, pela vitória comum, devem assegurar ao Brasil uma posição digna de respeito e reconhecimento de nossos nobres aliados.</p> <p>10. Pode o povo brasileiro confiar em meus leais propósitos de proporcionar, nas próximas eleições estaduais, o máximo de garantias para um livre pronunciamento de todos os cidadãos, de todos os Partidos.</p> <p>11. Esta é apenas uma singela mensagem de reconhecimento dos meus compatriotas, pela honra que me conferiram, escolhendo-me para dirigir os seus destinos nos anos difíceis que nos esperam e que reclamam de governantes e governados uma soma de sacrifícios e renúncias, a fim de vencermos as dificuldades que nos defrontam, agravadas ainda pelas condições de um período de reconstrução universal.</p> <p>12. Soldado, subindo ao poder como simples cidadão, espero em Deus as forças necessárias para fazer um governo civil, honesto e útil, ao meu País, um governo que possa corresponder às exigências de tão grave conjuntura, atento sempre aos imperativos da opinião nacional.</p> <p>13. Com estes sentimentos é que recebo o Governo da República, Sr. Ministro José Linhares, disposto, como acentuei, a trabalhar na obra de continuidade que venha fortalecer a grandeza do País, correspondendo às aspirações reais da comunidade brasileira.</p>	<p>padrão de vida.</p> <p>6. Compromete-se a acatar as deliberações dos constituintes. Aceita as sugestões de todos os setores.</p> <p>7. Espera contar com o apoio das elites culturais para aperfeiçoar a educação.</p> <p>8. Relembra história como militar e se compromete a engrandecer Forças Armadas (às quais se devem as seguranças interna e externa do Brasil).</p> <p>9. Reafirma política externa, posição perante a guerra, cooperação com ONU, EUA, vizinhos e espera posição de destaque para o Brasil.</p> <p>10. Garante as próximas eleições estaduais.</p> <p>11. Esta é apenas uma mensagem.</p> <p>12. Soldado, espera fazer um governo civil, honesto, útil.</p> <p>13. Disposição para continuar obra para fortalecer comunidade nacional.</p>
--	--

(804 palavras)

Configuração

Estrutura

O discurso é constituído de treze parágrafos, assim divisíveis:

Nos 1º e 3º, agradece ao antecessor e às forças políticas.

Nos 2º, 10º e 13º, faz menção à consagração pelo voto e anúncio de compromissos políticos.

Do 4º ao 6º, conclama os constituintes e se compromete a referendar as deliberações destes.

No 7º, apela às elites culturais.

No 8º e no 12º, reafirma seus ideais como militar.

No 9º, reafirma política externa do governo anterior.

Tipificação do discurso

É um discurso do tipo deliberativo, em que o presidente se coloca numa posição de receber o apoio da audiência: argumenta com fatos, mobiliza valores e faz compromissos.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– agradecimento ao antecessor (José Linhares) (1)

– emocionado, apesar da legitimação dos votos, não assume com vaidade, mas com consciência da responsabilidade (2)

– agradece ao apoio político e popular e se compromete a ser o “presidente de todos os brasileiros” (3)

Avaliação: O orador é comedido em agradecimentos e elogios. Quase protocolar.

II. Menção a problemas, ameaças, perigos

Avaliação: As menções a perigos são indiretas. Poderão ser mais bem avaliadas nas proposições. Ou seja, suas proposições são a única fonte para verificar o que ele vê como problemas.

Ser o presidente de todos os brasileiros; agir com justiça, imparcialidade, assegurar direitos, recuperar a economia são suas principais propostas, o que nos leva a crer que ele vê como problemas: a divisão interna das facções, a injustiça, o favorecimento, a quebra dos direitos e a ruína econômica.

III. Advertências

Não há menções.

IV. Manifestação de regozijo, júbilo

Ver análise de I. Cortesias, agradecimentos, elogios.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

Não localizadas.

b) Afirmativas enfáticas

– certeza de que constituintes elaborarão Constituição que assegure direitos da pessoa, regras para garantir a paz social e as exigências do poder econômico, para elevação das condições de vida dos trabalhadores (4)

– só a riqueza traz a paz social e a melhoria do padrão de vida (5)

c) Identidade do orador

– emocionado, apesar da legitimação dos votos, não assume com vaidade, mas com consciência da responsabilidade(2)

– [afirma ser o] “presidente de todos os brasileiros”(3)

– militar [que se revela coerente com sua trajetória, particularmente de ministro signatário da Guerra contra os nazistas] (8)

– soldado, espera fazer um governo civil, honesto, útil (12)

Avaliação: O orador não lança mão de arroubos, é comedido ao anunciar suas crenças e modesto ao afirmar seu próprio perfil.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

– propósito de colaborar com a paz na família, melhoria das condições de vida e prestígio do Brasil(2)

– [será] o “presidente de todos os brasileiros”, para assegurar a justiça, a imparcialidade e os direitos e garantias (3)

– Constituição [deverá assegurar] direitos da pessoa, regras para garantir a paz social e as exigências do poder econômico, para elevação das condições de vida dos trabalhadores (4)

– [compromisso com a] recuperação econômica: amparo aos produtores(5)

– compromete-se a acatar as deliberações dos constituintes (6)

– aceita as sugestões de todos os setores (6)

– espera contar com o apoio das elites culturais para aperfeiçoar a educação (7)

– compromete-se a engrandecer Forças Armadas (8)

– reafirma política externa, posição perante a guerra, cooperação com ONU, EUA, vizinhos e espera posição de destaque para o Brasil(9)

– garante as próximas eleições estaduais (10)

- soldado, espera fazer um governo civil, honesto, útil (12)
- disposição para continuar obra para fortalecer comunidade nacional (13)

Avaliação: Esta é a parte que mais mereceu considerações do orador. Sendo de curta extensão seu pronunciamento, é às propostas que ele dedica mais espaço. Mesmo assim, são propostas genéricas. Têm como vantagem não comprometê-lo (com aliados ou virtuais opositores). Com isso, coloca-se como pacificador. A desvantagem é que fragiliza a credibilidade do orador

Avaliação geral

Não é um discurso meramente protocolar. É um discurso deliberativo, isto é, que procura mobilizar na audiência o apoio ao orador e a seu programa. Mas é, no todo, bastante modesto. Sem arroubos retóricos. A credibilidade adviria, então, do próprio orador e do que ele representa (marechal, eleito, assume a presidência que era ocupada por um ditador).

Radiografia

Apesar de simples, não é um discurso meramente protocolar. É deliberativo, isto é, procura mobilizar na audiência o apoio ao orador e a seu programa. Mas é, no todo, bastante modesto. Sem arroubos retóricos. Ao “construir” a identidade com o público, o orador é comedido em agradecimentos e elogios, apenas polido, educado. As menções a perigos são indiretas. Poderão ser mais bem avaliadas pelas propostas que apresenta. Ou seja, suas proposições são a única fonte para verificar o que ele vê como problemas. Ser o presidente de todos os brasileiros; agir com justiça, imparcialidade, assegurar direitos, recuperar a economia são suas principais promessas, o que nos leva a crer que ele vê como problemas: a divisão interna das facções, a injustiça, o favorecimento, a quebra dos direitos e a ruína econômica. O orador não lança mão de arroubos, é comedido ao anunciar suas crenças e modesto ao afirmar seu próprio perfil. A parte das propostas é a que mais mereceu considerações do orador. Sendo de curta extensão seu pronunciamento, ele dedica mais espaço às propostas. Mesmo assim, são genéricas. Têm como vantagem não comprometê-lo (com aliados ou virtuais opositores). Com isso, coloca-se como pacificador. A desvantagem é que essa generalidade fragiliza a credibilidade do orador. O apoio a ele adviria, então, do próprio “personagem” e do que ele representa (marechal, eleito, assume a presidência que era ocupada por um ditador).

Getúlio Vargas (1951-1954)

Resumo

Após compromisso no Congresso, o primeiro desejo do presidente era o de dirigir-me ao povo, para participar do contentamento deste. Antes de se candidatar, embora não temesse os riscos, não queria provocar conflitos. Mas, uma vez fracassadas as tentativas de acordo político, candidatou-se e foi vitorioso, contra os profetas das calamidades, que pregavam a desordem. Esta eleição representa a estima pública, o julgamento contra as acusações de quando deixou o governo. Não será um semeador de ilusões; mas garantirá os direitos a uma vida melhor, à participação eqüitativa no produto do trabalho, à comunhão da riqueza aos benefícios do progresso. A economia popular será protegida; em primeiro lugar, cabe ao povo vigiar; mas os especuladores ficam advertidos de que aplicará a lei. O seu governo é a imagem da pátria; a soma das aspirações; um servo da vontade do povo.

Discurso

<p>Brasileiros!</p> <p>1. Ao deixar o recinto do Congresso Nacional, onde ao lado do ilustre Vice-Presidente da República, Sr. Café Filho, meu companheiro de chapa e de Governo, prestei o compromisso legal de servir ao Brasil, às suas instituições livres e aos seus interesses supremos, o meu primeiro desejo foi dirigir-me ao Povo para participar do seu contentamento e comungar das suas esperanças. Eleito a 3 de outubro como o candidato do Povo, aspiro e espero governar como o Presidente do Povo.</p> <p>2. Ordenastes e eu obedeci. Deus é testemunha das minhas relutâncias íntimas em participar de uma campanha que pudesse agravar os vossos sofrimentos e fomentar discórdias e animosidades entre os brasileiros.</p> <p>3. Não temia os riscos, os ônus e as vicissitudes de luta política, nem me enfraqueciam o ânimo, as ameaças e as provocações diretas ou veladas. Mesmo assim não me decidi a disputar o pleito sem antes esgotar todos os recursos de conciliação e harmonia das forças políticas. O insucesso dos meus esforços e o malogro das minhas esperanças não abriram outro horizonte que não fosse o da luta que procuramos manter em termos de isenção e elevação. Os profetas de calamidades, como aves agoureiras, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo. Outros, como falsos pastores, pretendiam assumir uma espécie de curatela da opinião popular porque ainda não estávamos amadurecidos e preparados para os prélios cívicos e os embates ideológicos que fortalecem e vivificam o exercício e a prática da democracia.</p> <p>4. Os seus prognósticos lúgubres e as suas previsões funestas não se confirmaram. A eleição de 3 de outubro desmentiu os seus presságios e também os argumentos engendrados que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao povo exprimir a escolha e a preferência. A ordem não foi perturbada. Os poderes públicos permaneceram nos limites constitucionais e não precisaram extravasar para os recursos das medidas de exceção. A Nação não interrompeu o ritmo dos seus trabalhos e atividades. O Governo Federal, os órgãos da magistratura e as Forças Armadas merecem louvores pela sua contribuição para a lisura, a liberdade e a tranqüilidade da propaganda e do pleito. Os profissionais da desordem, os conspiradores impenitentes e os inimigos da paz social não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a</p>	<p>[saudação]: Brasileiros!</p> <p>1. Após compromisso no Congresso, primeiro desejo: dirigir-me ao povo, participar de seu contentamento, comungar de suas esperanças; eleito, aspiro governar como o Presidente do Povo.</p> <p>2. Ordenastes e eu obedeci, embora relutasse, para não agravar sofrimentos, fomentar discórdias.</p> <p>3. Não temia os riscos; fracassou ao tentar conciliar forças políticas; houve previsão de grave crise com minha candidatura.</p> <p>4. As previsões negativas não se confirmaram; apenas escondiam o medo de uma competição livre; a ordem não foi perturbada; o povo brasileiro deu mostras de maturidade política; falsas argumentações jurídicas não prosperaram; aos partidos: admiração e respeito.</p>
---	--

demagogia. O povo brasileiro ofereceu um exemplo vivo de maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo. Não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas ciladas da traição. Não se deixou vencer pelo engodo das promessas ou pelas tentações da corrupção. Não perdeu por um só momento a calma, a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado. Não valeriam contra a sua vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana. Aos partidos, aliados ou adversários, e aos ilustres candidatos, que disputaram comigo os sufrágios e as preferências do povo, quero deixar registrado o testemunho da minha admiração e respeito pela elevação, dignidade e cortesia com que se conduziram, honrando os padrões e as conquistas da nossa civilização política.

5. A eleição de 3 de outubro não representa para mim apenas a designação da estima pública ou o coroamento duma carreira devotada aos interesses, às aspirações e ao serviço da comunidade nacional e das populações ignoradas e esquecidas. Eu a recolhi como um julgamento e com a força dum veredito irrecorrível. Ao deixar o Governo, o apodo, as invectivas e a calúnia fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. Malsinaram atos, intenções e propósitos e desfiguraram a verdade ao sabor das suas prevenções e malignidades. Nunca ditei uma palavra de amargor e sufoquei sempre as penas e as mágoas que me causavam a fúria e a impiedade das suas setas envenenadas. As mensagens de solidariedade, as palavras de conforto, as numerosas provas de gratidão e bondade, partidas da gente anônima e obscura e que chegaram diariamente ao meu retiro, tiveram o efeito dum bálsamo consolador e ao mesmo tempo reavivaram a crença nas virtudes do povo brasileiro e no dever que me competia de continuar pugnando pelos seus direitos e pelas suas causas.

6. A minha candidatura não nasceu, por isso, das injunções da política ou das combinações dos Partidos. Ela veio diretamente do povo, dos seus apelos e dos seus clamores. Por isso vos escolhi, intrépido e valoroso povo carioca, para serdes o intérprete da minha imensa gratidão. Serei fiel ao mandato, às responsabilidades e aos deveres que me impusestes numa alentadora renovação de apoio e confiança.

7. Não venho semear ilusões, nem deveis esperar de mim os prodígios e os milagres de um messianismo retardatário.

5. A eleição significa estima pública, coroamento de uma carreira, julgamento, veredito irrecorrível contra acusações de quando deixei o governo; nunca me vinguei; recebi solidariedade das pessoas anônimas, o que me reconfortou.

6. Minha candidatura não nasceu de injunções políticas; veio diretamente do povo; aos cariocas homenageio e agradeço; serei fiel ao mandato.

7. Não sementarei ilusões; não farei milagres; não vos

Não vos aceno com a idade da plenitude e da abundância como um fabricante de sortilégios. Não vos quero enganar com projetos ambiciosos e programas grandiosos, imaginativos e irrealizáveis. Tendes direito a uma vida melhor e a uma participação gradual e eqüitativa nos produtos do trabalho, na comunhão da riqueza e nos frutos e benefícios do progresso, do conforto e as amenidades da existência. A todos sem exceções odiosas e discriminações irritantes devem ser assegurados a igualdade das oportunidades, o acesso das facilidades educacionais, a participação efetiva nos conselhos da administração pública, a remuneração compensadora do trabalho, os cuidados e os desvelos do Estado nas horas do infortúnio, a segurança econômica, o bem-estar coletivo e a justiça social.

8. A economia popular, fruto do trabalho, será defendida e protegida. É ao próprio povo, em primeiro lugar, que cabe a vigilância do mais sagrado dos direitos, que é o direito da necessidade. Os especuladores dos lucros ilícitos, os exploradores da pobreza, os mercadores da miséria alheia ficam advertidos de que a lei não os cerca de imunidades nem a justiça popular reconhece os seus foros de impunidade.

9. O Governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional. Não é um agente de partidos, grupos, classes ou interesses. É a própria imagem refletida da pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades. É a emanção do povo e como tal servo da sua vontade, provador de suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses.

Brasileiros!

A jornada eleitoral foi encerrada e podeis estar orgulhosos da página de glória com que enriquecestes os anais da nossa vida política. Precisamos agora amortecer as paixões, esquecer os dissabores, aplacar os espíritos e apagar as cicatrizes da batalha. Temos diante de nós uma imensa tarefa de recuperação e consolidação a realizar e para ela, sem exclusões partidárias, convoco a boa vontade, a inteligência e o patriotismo dos brasileiros. Estou certo de vossa ajuda e conto com a vossa cooperação porque assim estaremos servindo não ao efêmero dum Governo, mas à perenidade, à perpetuidade e à grandeza da Nação brasileira.

(1.185 palavras)

enganarei com projetos ambiciosos ou programas grandiosos; tendes direito a uma vida melhor; participação eqüitativa no produto do trabalho; comunhão da riqueza; benefícios do progresso; sem discriminações; igualdade de oportunidades; acesso à educação; participação em conselhos da administração pública; remuneração compensadora do trabalho; cuidados do Estado; segurança econômica; bem-estar coletivo; justiça social.

8. A economia popular será protegida; em primeiro lugar, cabe ao povo vigiar; especuladores ficam advertidos de que aplicarei a lei.

9. O governo não é uma entidade abstrata: não agente de partidos, classes interesses; é a imagem da pátria, soma das aspirações; servo da vontade do povo.

10. Foi gloriosa a eleição; agora: amortecer as paixões, esquecer dissabores; tarefa: recuperar e consolidar o país; convoco a todos; estou certo da ajuda; servir à perenidade da Nação.

Configuração

Estrutura

É a seguinte a estrutura do pronunciamento, composto de 10 parágrafos:

Do 1º ao 6º, saúda o povo e avalia a eleição e seu significado: para o presidente, para o povo e para os opositores.

No 7º e 8º, anuncia linhas gerais do seu governo.

No 9º, defende a concepção de governo.

No 10º, congratula-se com a audiência; pede a pacificação; e conclama a todos para fazer um bom governo.

Tipificação do discurso

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– Brasileiros!

– após compromisso no Congresso, primeiro desejo: dirigir-me ao povo, participar de seu contentamento, comungar de suas esperanças; eleito, aspiro governar como o Presidente do Povo (1)

– ordenastes e eu obedeci, embora relutasse, para não agravar sofrimentos, fomentar discórdias (2)

– o Governo Federal, os órgãos da magistratura e as Forças Armadas merecem louvores pela sua contribuição para a lisura, a liberdade e a tranquilidade da propaganda e do pleito (4)

– o povo brasileiro ofereceu um exemplo vivo de maturidade política, cultura cívica e aprimoramento coletivo (4)

– aos partidos, aliados ou adversários o testemunho da minha admiração e respeito pela elevação, dignidade e cortesia com que se conduziram, honrando os padrões e as conquistas da nossa civilização política (4)

– as mensagens de solidariedade da gente anônima tiveram o efeito dum bálsamo consolador (5)

– minha candidatura não nasceu de injunções políticas; veio diretamente do povo; aos cariocas homenageio e agradeço; serei fiel ao mandato (6)

Avaliação: O orador congratula-se com seus aliados e “configura” seu auditório (o povo, o governo, as Forças Armadas). Uma imagem que vai se completar no passo seguinte, ao mencionar os inimigos. Há um “excesso” nessas congratulações; uma efusividade demasiada; o tom de emoção é fortíssimo, com cargas de um frenesi. Certamente um tipo de atitude só admissível para uma personalidade como a de Getúlio, que havia “emocionlizado” sua figura a tal ponto que podia deixar de fora os fatos objetivos.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- os profissionais da desordem, os conspiradores impenitentes e os inimigos da paz social não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a demagogia. (4)
- os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas dos que andaram tentando fraudar e perverter a limpidez e a legitimidade dos mandatos oriundos de uma eleição reconhecida e proclamada como a mais livre e honesta da nossa história republicana (4)
- o apodo, as invectivas e a calúnia fizeram de mim o objeto e a vítima do ódio e da injustiça. Malsinaram atos, intenções e propósitos e desfiguraram a verdade ao sabor das suas prevenções e malignidades (5)
- os profetas de calamidades, como aves agoureiras, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo (3)
- falsos pastores pretendiam assumir uma espécie de curatela da opinião popular (3)

Avaliação: Os inimigos ou ameaças são mencionados sempre como entes abstratos (profissionais da desordem) ou atitudes (rabulices jurídicas); não se encarnam em agentes específicos. Vantagem: quem quiser, que vista a carapuça. Se o orador não nomeia o inimigo, deixa espaço para aqueles que não se consideram enquadrados na “figura” se aproximarem do presidente. Desvantagem: cria um clima não-real, quase místico, irracional. Se os inimigos não são alcançáveis é porque são poderosos demais ou porque são fruto de um “delírio”. Péssima estratégia para mencionar ameaças.

III. Advertências

- os especuladores dos lucros ilícitos, os exploradores da pobreza, os mercadores da miséria alheia ficam advertidos de que a lei não os cerca de imunidades nem a justiça popular reconhece os seus foros de impunidade (9)

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver I. Cortesias, agradecimentos, elogios; e V. c) Identidade do orador.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- os seus [dos profetas de calamidades, como aves agoureiras] prognósticos lúgubres e as suas previsões funestas não se confirmaram (4)
- a ordem não foi perturbada (4)

- os poderes públicos permaneceram nos limites constitucionais e não precisaram extravasar para os recursos das medidas de exceção (4)
- a Nação não interrompeu o ritmo dos seus trabalhos e atividades (4)
- os profissionais da desordem, os conspiradores impenitentes e os inimigos da paz social não encontraram ambiente propício para a aventura, o terror, a violência ou a demagogia. (4)
- [o povo brasileiro] não reagiu às provocações nem se deixou emaranhar nas ciladas da traição (4)
- [o povo] não se deixou vencer pelo engodo das promessas ou pelas tentações da corrupção
- [o povo] não perdeu por um só momento a calma, a confiança, as virtudes da fé e a convicção serena de que o voto depositado nas urnas seria contado e respeitado (4)
- não valeriam contra a sua [do povo] vontade nem prevaleceriam contra a sua decisão os sofismas, as maquinações, as intrujices, as chicanas e as rabulices jurídicas (4)
- o Governo não é uma entidade abstrata, um instrumento de coerção ou uma força extrínseca da comunidade nacional (9)
- [o governo] não é um agente de partidos, grupos, classes ou interesses (9)

b) Afirmativas enfáticas:

- a eleição de 3 de outubro desmentiu os seus [dos profetas de calamidades] presságios e também os argumentos engendrados que apenas escondiam os receios duma competição livre que permitisse ao povo exprimir a escolha e a preferência (4)
- [o governo] é a própria imagem refletida da pátria na soma das suas aspirações e no conjunto das suas afinidades (9)
- [o governo] é a emanção do povo e como tal servo da sua vontade, provador de suas necessidades, a força humanizada e sensível que preside às relações e ao desenvolvimento da sua vida social no sentido da cooperação e da harmonia das classes e dos interesses (9)

c) Identidade do orador

- não temia os riscos, os ônus e as vicissitudes de luta política (3)
- [as ameaças e as provocações diretas ou veladas] não lhe tiravam o ânimo, (3)
- a eleição significa estima pública, coroamento de uma carreira, julgamento, veredicto irrecorrível contra acusações de quando deixei o governo; nunca me vinguei; recebi solidariedade das pessoas anônimas, o que me reconfortou (5)
- nunca ditei uma palavra de amargor e sufoquei sempre as penas e as mágoas que me causavam a fúria e a impiedade das suas setas envenenadas (5)

Avaliação: A carga argumentativa deste trecho é fortíssima. Predominam as negativas, que têm a seguinte vantagem: elas incorporam a tese oposta à do orador e, simultaneamente, negam tal ponto de vista. As negativas lidam com a criação da “verdade”; no caso, predomina a verdade proferida pelo orador. A construção da imagem é também muito rica: ele é, simultaneamente, vítima, eleito, aclamado. Não age por si, mas em nome “do povo”, que o consagra. O caráter autoritário de tal formulação reside no seguinte artifício: o que prevalece é a opinião do povo; ora, eu (orador) sou o intérprete de tal opinião (e não os

profetas da calamidade, as aves agoureiras, os falsos pastores). Mas a questão é: eu (orador) ajo em nome de um ausente (o povo). Logo, esse pode ser um discurso mistificador.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- não sementarei ilusões (7)
- não farei milagres (7)
- não vos enganarei com projetos ambiciosos ou programas grandiosos (7)
- tendes direito a uma vida melhor (7)
- participação eqüitativa no produto do trabalho (7)
- comunhão da riqueza; benefícios do progresso (7)
- sem discriminações (7)
- igualdade de oportunidades (7)
- acesso à educação (7)
- participação em conselhos da administração pública (7)
- remuneração compensadora do trabalho; cuidados do Estado (7)
- segurança econômica; bem-estar coletivo; justiça social (7)
- a economia popular será protegida; em primeiro lugar, cabe ao povo vigiar; especuladores ficam advertidos de que aplicarei a lei (8)

Avaliação: O orador é genérico em suas proposições. Assinala, de certo modo, que sua eleição dispensa programas. É como se dissesse: “o programa de governo sou eu”. É uma posição bastante autoritária. Desconsidera o poder da audiência. Ou, por outra, considera-se uma unanimidade.

Avaliação geral

Do ponto de vista do uso da linguagem propriamente dito, é um discurso muito bem elaborado; mas falha ao escolher um tom excessivamente emotivo (muita persuasão e pouco convencimento). Falha também ao criar uma mistificação em torno dos dois pólos de poder (o povo e o orador), o que tira o grau de racionalidade do discurso.

Radiografia

Do ponto de vista do uso da linguagem propriamente dita, é um discurso muito bem elaborado; mas falha ao escolher um tom excessivamente emotivo (muita persuasão e pouco convencimento). Falha também ao criar uma mistificação em torno dos dois pólos de poder (o povo e o orador), o que tira o grau de racionalidade do discurso.

O orador congratula-se com seus aliados e “configura” seu auditório (o povo, o governo, as Forças Armadas). Uma imagem que vai se completar no passo seguinte, ao mencionar os inimigos. Há um “excesso” nessas congratulações; uma efusividade demasiada; o tom de emoção é fortíssimo, com cargas de um frenesi. Certamente um tipo de atitude só admissível para uma personalidade como a de Getúlio, que havia “emocionlizado” sua figura a tal ponto que podia deixar de fora os fatos objetivos.

Os inimigos ou ameaças são mencionados sempre como entes abstratos (profissionais da desordem) ou atitudes (rabulices jurídicas); não se encarnam em agentes específicos. Vantagem: quem quiser, que vista a carapuça. Se o orador não nomeia o inimigo, deixa espaço para aqueles que não se consideram enquadrados na “figura” se aproximarem do presidente. Desvantagem: cria um clima não-real, quase místico, irracional. Se os inimigos não são alcançáveis é porque são poderosos demais ou porque são fruto de um “delírio”. Péssima estratégia para mencionar ameaças.

A carga argumentativa deste trecho é fortíssima. Predominam as negativas, que têm a seguinte vantagem: elas incorporam a tese oposta à do orador e, simultaneamente, negam tal tese. As negativas lidam com a criação da “verdade”; no caso, predomina a verdade proferida pelo orador. A construção da imagem é também muito rica: ele é, simultaneamente, vítima, eleito, aclamado. Não age por si, mas em nome “do povo”, que o consagra. O caráter autoritário de tal formulação reside no seguinte artifício: o que prevalece é a opinião do povo; ora, eu (orador) sou o intérprete de tal opinião (e não os profetas da calamidade, as aves agoureiras, os falsos pastores). Mas a questão é: (orador) age em nome de um ausente (o povo). Logo, esse pode ser um discurso mistificador.

O orador é genérico em suas proposições. Assinala, de certo modo, que sua eleição dispensa programas. É como se dissesse: “o programa de governo sou eu”. É uma posição bastante autoritária. Desconsidera o poder da audiência. Ou, por outra, considera-se uma unanimidade.

Juscelino Kubtischek (1956-1961)

Resumo

Vencemos (venci) as eleições, apesar de os opositores terem querido dar um golpe. Esta vitória deve ser creditada aos Ministros do TSE, que fizeram cumprir a lei. A lei balizará minha atuação. Peço aos aliados (de antes e de agora em diante) que somem forças comigo. Meu projeto é construir uma obra afirmativa. Meus valores são a pátria e a família. Agradeço a Deus.

Discurso

<p>1. Recebendo das mãos de Vossa Excelência, Senhor Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, os diplomas de Presidente e Vice-Presidente da República, experimentamos uma sensação ao mesmo tempo de júbilo e de terrível responsabilidade. O júbilo vem de ter tido desenvolvimento pacífico e legal a crise brasileira; quanto à temerosa responsabilidade, estão na consciência de todos os inúmeros problemas que tem de enfrentar quem vai governar este País.</p> <p>2. Jubilosos estamos, Senhor Ministro Presidente, porque de agora em diante sabemos melhor, por uma extraordinária experiência vivida, o quanto é difícil desrespeitar a lei; aprendemos todos nós como é poderosa a força da justiça, a que todos devemos submeter, desde os mais graduados aos mais humildes.</p> <p>3. Sentimo-nos confortados e tranqüilos com a nossa consciência, Senhor Ministro Presidente e Srs. Ministros, não por nos vermos alçados agora à posição de Chefe de Governo, mas por termos sido, em toda a campanha - cujo epílogo é a proclamação e diplomação a que este egrégio Tribunal acaba de proceder -, simplesmente mas sem desfalecimentos, defensores da lei, homens que não deixaram de confiar uma só instante nas leis de seu País.</p> <p>4. Não duvidamos, mesmo nas horas mais difíceis, que o nosso País já estivesse amadurecido suficientemente para que as regras e fundamentos da moral e do direito resistissem a toda sorte de desregramentos da paixão. O ato de hoje, neste Tribunal, fortalece o princípio de que não vinga mais entre nós o arbítrio e de que a lei é forte. Só se podem incluir, aliás, no número dos países civilizados aqueles em que as regras do jogo político são invioláveis, depois de aceitas. Só se podem considerar de fato constituídos em nação os povos para os quais a lei é objeto de acatamento, de limitação de sentimentos bruscos de desgoverno.</p> <p>5. Não é apenas a nós, Senhor Presidente e Srs. Membros desta alta corte, a quem consagram Vossas Excelências supremos magistrados da República brasileira; o que se consagra aqui, também e muito mais, é a vontade popular, fonte de toda a autoridade nas democracias. O que proclama este Tribunal é a submissão à vontade do povo; o que defende o ato de hoje é a confiança e a esperança popular na lei.</p>	<p>1. júbilo e responsabilidade ao receber a faixa. Menção com destaque ao presidente do TSE.</p> <p>2. Júbilo; menção respeitosa. “aprendemos” (não necessariamente ele e seus pares; talvez seus opositores) a respeitar a lei. Poder da justiça. Referência velada (graduados) a militares: devem (assim como os simples, se renderem à lei).</p> <p>3. Primeira do plural (agora inclusiva). Conforto (gradação) a) alçado à posição de Chefe do Governo; b) por haver sido defensor da lei (sem transigir). Reforço ao respeito à lei.</p> <p>4. Negativa: não duvidou de que a moral e a lei seriam cumpridas (amadurecimento do país). A diplomação é a vitória da lei. Por isso o país pode ser considerado civilizado, nação. Repulsa a “sentimentos bruscos de desgoverno”.</p> <p>5. (negativa, gradação) O que o TSE consagra: a) não aos eleitos, mas b) a vontade popular: fonte de autoridade e democracia. Vontade do povo. Supremacia da lei.</p>
--	--

<p>6. Nesta hora solene, queremos reafirmar que pretendemos construir toda a nossa autoridade na obediência à lei e a nada mais aspiramos. Da lei não nos afastaremos um só momento, sob qualquer pretexto. Toda nossa segurança virá sempre da lei.</p> <p>7. Agradeço, em meu nome e em nome do eminente companheiro Doutor João Goulart, a Vossas Excelências, Srs. Ministros, o exemplo de isenção, de imparcialidade, de rigorosa austeridade dado ao País. O segredo do equilíbrio e do prestígio deste Tribunal, a que a civilização brasileira deve mais um grande serviço, reside em duas virtudes fundamentais - a prudência e a altivez, que caracterizam os magistrados brasileiros. São Vossas Excelências prudentes, cautelosos, invariavelmente atentos na defesa da justiça - e do direito.</p> <p>8. Não nos cabe agradecer o ato desta hora. O que devemos fazer é felicitar o Brasil por ter a serviço da vontade de seu povo homens como os que compõem o Tribunal Superior Eleitoral: homens do valor, das qualidades morais e da dedicação à causa pública de Vossas Excelências.</p> <p>9. E usando desta oportunidade, que é o marco final de uma caminhada áspera e terrível, queremos mais uma vez reafirmar o nosso desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse da Pátria, tão necessitada, nesta hora, de desvelo, de cuidado e de trabalho, sentimo-nos mais do que nunca animados do ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira.</p> <p>10. Pedimos a Deus que nos inspire e nos dê o sentimento da grandeza de nossa missão. (635 palavras)</p>	<p>6. Afirmação de propósito: construir a autoridade presidencial na lei. Três vezes reafirmado.</p> <p>7. Agradece isenção, imparcialidade, austeridade dos ministros do TSE. Duas virtudes: prudência e altivez (reitera elogios).</p> <p>8. Não é o caso de agradecer, mas de felicitar o Brasil pelo TSE que tem (homenagem aos ministros).</p> <p>9. (caminhada áspera e terrível) Declaração de propósitos: reunir numa obra afirmativa da força da nacionalidade brasileira os homens de boa vontade. Pátria. Família brasileira.</p> <p>10. Pede a Deus inspiração: sentimento de grandeza da missão.</p>
---	---

Configuração

Estrutura

Constituído de dez parágrafos:

Do 1º ao 3º a ênfase recai sobre o agradecimento aos ministros do TSE pelo cumprimento da legalidade.

O 4º e o 5º veiculam valores e crenças (reforço da legalidade).

O 6º contém uma declaração de propósitos (cumprir a lei).

O 7º e o 8º retomam os agradecimentos e reforça valores (prudência, cautela, moral).

O 9º e o 10º voltam aos propósitos (reunir) e o agradecimento.

Tipificação do discurso

Esse discurso de Juscelino Kubitschek é um misto de discurso “de louvação” e discurso deliberativo. O primeiro tipo é aquele que se caracteriza por elogiar um evento, uma pessoa, um acontecimento, um lugar. O segundo é o que procura mobilizar o público para acatar o ponto de vista do orador. Saúda os magistrados e mobiliza os valores em torno deles (cumprimento da lei, contra o rompimento violento do estatuto legal). Simultaneamente, prega a consolidação do que já foi conquistado: eleições e cumprimento do mandato dentro da legalidade. Mas há, também, uma busca de mobilizar os seus aliados em torno da figura do presidente (não há esboço de um programa de governo), ao mesmo tempo em que adverte os opositores a não violarem o estatuto da lei.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– agradeço a Vossas Excelências [ministros do TSE] (1)
desta alta corte (5)

– exemplo [do TSE] de isenção, de imparcialidade, de rigorosa austeridade dado ao País a civilização brasileira deve mais um grande serviço [ao TSE] (7)

– virtudes fundamentais: a prudência e a altivez, que caracterizam os magistrados brasileiro (7)

– são Vossas Excelências [ministros do TSE] prudentes, cautelosos, invariavelmente atentos na defesa da justiça - e do direito. (7)

– o que devemos fazer é felicitar o Brasil por ter a serviço da vontade de seu povo homens como os que compõem o Tribunal Superior Eleitoral: homens do valor, das qualidades morais e da dedicação à causa pública de Vossas Excelências. (8)

Avaliação: aqui o objeto do elogio é contextual, pois o público privilegiado é composto pelos ministros. Entretanto, o “recado” do presidente se dirige ao auditório especializado (classe política e militares e atores sociais) e ao auditório universal, que é o povo brasileiro.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- temerosos dos inúmeros problemas que o governo irá enfrentar (1)
- obstáculos, inimigos: desregramentos da paixão (4)
- pátria tão necessitada, nesta hora, de desvelo, de cuidado e de trabalho (9)
- uma caminhada áspera e terrível (9)
- júbilo pelo desfecho pacífico (1)

Avaliação: a menção a perigos e a inimigos é velada. O orador age diplomaticamente. Venceu. Não quer ferir suscetibilidades. Neste ponto, não contrasta com as conclamações feitas (pela legalidade e pela união).

III. Advertências:

- não se pode desrespeitar a lei (2)
- todos (graduados a humildes) devem se submeter à força da justiça (2)

Avaliação: a advertência tem alvo certo (seus opositores), mas não mencionado explicitamente. Faz parte da estratégia de não ferir suscetibilidades.

IV. Manifestação de regozijo: sensação de júbilo (1)

- experimentamos uma sensação ao mesmo tempo de júbilo e de terrível responsabilidade (1)
- jubilosos estamos (2)
- confortado e tranqüilo por não haver deixado de defender a lei (3)

Avaliação: o orador usa de modéstia. Evita a soberba. Atribui o júbilo à vitória do respeito à lei. Tenta não ferir suscetibilidades do lado derrotado. Isso contribui para a conclamação de união e para a ampliação do leque de possíveis aliados.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- nunca duvidou de que o país estivesse amadurecido para que prevalecessem regras morais e de direito (prevalecessem sobre os desregramentos da paixão) (4)
- não vinga mais entre nós o arbítrio (4)
- da lei não nos afastaremos um só momento, sob qualquer pretexto .(6)
- não nos cabe agradecer o ato desta hora. (8)

b) Afirmativas enfáticas

- a lei é forte (4)
- toda nossa segurança virá sempre da lei (6)
- só se podem incluir, aliás, no número dos países civilizados aqueles em que as regras do jogo político são invioláveis, depois de aceitas. (4)

- só se podem considerar de fato constituídos em nação os povos para os quais a lei é objeto de acatamento, de limitação de sentimentos bruscos de desgoverno. (4)
- com a diplomação a vontade popular é consagrada (5)
- proclama (o TSE) a vontade do povo (5)
- confiança e esperança na lei (5)

Avaliação: Este é o momento mais “forte” do pronunciamento. Pelas negativas enfáticas e pelas afirmações ele deixa explícito seus valores. Mas são valores que ele procura referendar no “universal”, com estruturas do tipo “só se pode incluir...”, “só se podem considerar...”. Essas são estruturas típicas de argumentação, em que o orador expressa a premissa maior e deixa a cargo do público a conclusão. As negativas enfáticas funcionam particularmente como fortes argumentadores: simultaneamente elas negam a tese oposta (a de que o arbítrio vingaria) e afirmam a tese do próprio orador (não vingará o arbítrio).

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- construir toda a nossa autoridade na obediência à lei e a nada mais aspiramos (6)
- desejo de reunir, numa obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira, todos os homens de boa vontade, todos aqueles que colocam alto o interesse da Pátria (9)
- sentimo-nos mais do que nunca animados do ardente desejo de trabalhar incansavelmente pela paz da família brasileira (9)
- pedimos a Deus que nos inspire e nos dê o sentimento da grandeza de nossa missão. (10)

Avaliação: Esta conclamação, mobilização revela-se a mais genérica possível. Não é feita em torno de um eixo programático (fazer isto ou aquilo), mas num chamamento à reunião em torno do candidato eleito (pelos próprios méritos dele). A menção “mais concreta” a “algo a fazer” é, ao mesmo tempo, suficientemente abstrata e genérica para não despertar oposições (uma obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira).

Avaliação geral

Este é um discurso de vencedor. Mas sem soberba. Um discurso de pacificação, de abertura para futuras pactuações. Não procura ferir ninguém. Mobiliza valores incontestáveis (defesa e manutenção da lei). Elogia instituições inatacáveis. Não propõe tarefas polêmicas. Não identifica os inimigos. Portanto, abre as portas a todos os que, mesmo que a ele tenham se oposto no passado, possam (como “homens de boa vontade”) se reunirem a ele.

Radiografia

Este é um discurso de vencedor. Mas sem soberba. Um discurso de pacificação, de abertura para futuros pactos. Não procura ferir ninguém. Mobiliza valores incontestáveis (defesa e manutenção da lei). Elogia instituições inatacáveis. Não propõe tarefas polêmicas. Não identifica os inimigos. Portanto, abre as portas a todos os que, mesmo que a ele tenham se oposto no passado, possam (como “homens de boa vontade”) se reunirem a ele. É um misto de discurso “de louvação” e discurso deliberativo. O primeiro tipo é aquele que se caracteriza por elogiar um evento, uma pessoa, um acontecimento, um lugar. O segundo é o que procura mobilizar o público para acatar o ponto de vista do orador. Saúda os magistrados e mobiliza os valores em torno deles (cumprimento da lei, contra o rompimento violento do estatuto legal). Simultaneamente, prega a consolidação do que já foi conquistado: eleições e cumprimento do mandato dentro da legalidade. Mas há, também, uma busca de mobilizar os seus aliados em torno da figura do presidente (não há esboço de um programa de governo), ao mesmo tempo em que adverte os opositores a não violarem o estatuto da lei.

As cortesias, agradecimentos, elogios são contextuais, pois o público privilegiado é composto pelos ministros. Entretanto, o “recado” do presidente se dirige ao público especializado (classe política e militares e atores sociais) e ao auditório universal, que é o povo brasileiro.

A menção a perigos e a inimigos é velada. O orador age diplomaticamente. Venceu. Não quer ferir suscetibilidades. Neste ponto, não contrasta com as conclamações feitas (pela legalidade e pela união).

As advertências têm alvo certo (seus opositores), mas não mencionado explicitamente. Faz parte da estratégia de não ferir suscetibilidades.

O orador usa de modéstia. Evita a soberba. Atribui o júbilo à vitória do respeito à lei. Tenta não ferir suscetibilidades do lado derrotado. Isso contribui para a conclamação de união e para a ampliação do leque de possíveis aliados.

As negativas enfáticas constituem o momento mais “forte” do pronunciamento. Com estas e com as afirmações ele deixa explícito seus valores. Mas são valores que ele procura referendar no “universal”, com estruturas do tipo “só se pode incluir...”, “só se podem considerar...”. Essas são estruturas típicas de argumentação silogística, em que o orador expressa a premissa maior e deixa a cargo do público a conclusão. As negativas enfáticas funcionam particularmente como fortes argumentadores: simultaneamente elas negam a tese oposta (a de que o arbítrio vingaria) e a tese do próprio orador (não vingará o arbítrio).

A conclamação que faz (reunir numa obra afirmativa da força da nacionalidade brasileira os homens de boa vontade) revela-se a mais genérica possível. Não é feita em torno de um eixo programático (fazer isto ou aquilo), mas num chamamento à reunião em torno do candidato eleito (pelos méritos dele, eleito). A menção “mais concreta” a “algo a fazer” é, ao mesmo tempo, suficientemente abstrata e genérica para não despertar oposições (uma obra afirmativa da força e do poder criador da nacionalidade brasileira).

Jânio Quadros (1961)

Resumo

O único meio legítimo de ascensão ao poder é o do voto, como é o presente caso. Nesse poder de opção reside o poder das nações. O presidente, como advogado, aprendeu que a Justiça é a essência do regime. E não há justiça onde a força ou uma filosofia estranha ao próprio povo se afirmam. Sua eleição guarda consonância com um movimento internacional de libertação, como mostra o fato de ser o eleito um candidato de oposição ao antecessor. Esta eleição significa a condenação da política do presidente anterior, para dar fim a privilégios; acaba com a lenda de que a oposição não pode vencer. A inspiração do eleito vem do manifesto radical, de 1869, liberal, que exprimia o cerne da democracia moderna: emancipação do homem, do município e da província. Um século depois, mesmo que já tenha havido alguns avanços jurídicos e morais, tais princípios são vitoriosos com a plataforma do candidato. Um dos avanços da democracia é o do aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral, agora, isenta e sólida. A liberdade conferida pela lei será o limite do presidente, para exigir de todos o cumprimento do dever de cada um.

Discurso

<p>Senhor Presidente, Srs. Ministros,</p> <p>1. Muitos são os caminhos para a conquista do Poder. Viciosos, porém, se me afiguram todos aqueles que se apartam do voto do povo, deitado nas urnas soberanas.</p> <p>2. Percorri a estrada legítima. E, por isso, a Justiça Eleitoral do meu País, mais uma vez, proclama esta verdade simples: a democracia só se define, só se afirma e consolida através do sufrágio.</p> <p>3. É o direito à opção que faz os cidadãos responsáveis e as nações poderosas e permanentes.</p> <p>4. De advogado que postulava interesses individuais a administrador dos interesses coletivos se não foi longa a minha jornada, foi ela suficientemente áspera para ensinar-me que a Justiça não é apenas um dos Poderes da República, mas, constitui, isto sim, essência desse mesmo regime.</p> <p>5. Não há justiça onde as prerrogativas inalienáveis da condição humana possam ser postergadas por minorias que se afirmem pela força de um poder ocasional, ou pela implantação de uma filosofia de empréstimos.</p> <p>6. Nesta hora em que países e povos secularmente dominados se levantam e se libertam da opressão colonialista, minha eleição para a presidência tem um aspecto que merece destaque na História: a oposição chega ao Governo em obediência à vontade popular expressa no pleito.</p> <p>7. O sentido dessa vitória é a condenação final e derradeira à política que conduzia ao Poder os candidatos escolhidos pelas cúpulas permanentes instaladas na administração do País.</p> <p>8. O povo brasileiro pôs fim a um esquema inadmissível que a fortuna e os privilégios de alguns desejavam se perpetuasse. Tal era a convicção de que vingariam, para o futuro, as práticas que minavam os alicerces da Nação, que se propagou, como verdade, a lenda de que no Brasil as oposições apenas triunfariam até as vésperas das eleições.</p> <p>9. Um dos momentos altos da história política do Brasil se constitui do manifesto radical de 1869. Há quase cem anos, vigoroso movimento de opinião, todo ele embebido das idéias liberais que estão no cerne da democracia moderna passava a pugnar pela emancipação do homem, do município, da província.</p> <p>10. Se, decorrido um século, estas reivindicações dos espíritos mais arejados do Império vêm coincidir, na sua essência e até na sua forma, com os principais postulados da minha campanha eleitoral, não quer isto dizer que se tenha</p>	<p>1. São viciosos todos os caminhos para o poder que se apartam do povo.</p> <p>2. O mandato que lhe confere o TSE é legítimo, conquistado pelo voto.</p> <p>3. O direito à opção traz poder às nações.</p> <p>4. Advogado, de carreira curta, mas áspera, aprendeu que a Justiça é a essência do regime.</p> <p>5. Não há justiça onde a força ou uma filosofia estranha ao próprio povo se afirmam.</p> <p>6. Guarda consonância com um movimento internacional de libertação, a eleição de um presidente de oposição ao antecessor.</p> <p>7. Sua eleição significa a condenação da política do antecessor.</p> <p>8. O povo pôs fim aos privilégios. Essa vitória acaba com a lenda de que a oposição não pode vencer.</p> <p>9. Inspiração: manifesto radical, de 1869, liberal, com o cerne da democracia moderna: emancipação do homem, do município e da província.</p> <p>10. Um século depois, tais princípios são</p>
--	---

<p>pouco avançado na nossa formação jurídica e moral.</p> <p>11. Ao contrário: a abolição do elemento servil; a afirmação do regime representativo; a estrutura federativa; a liberdade de opinião, de culto e de associação; a emancipação do poder judiciário; a relativa autonomia dos Estados e dos Municípios; as leis do trabalho com a sua própria judicatura; o voto secreto e universal; a criação da justiça eleitoral - eis algumas das decisivas conquistas que dão as verdadeiras e grandiosas dimensões do nosso progresso.</p> <p>12. A Justiça Eleitoral teve de passar entre nós pelos estreitos caminhos da evolução e do aprimoramento, a que estão sujeitos todos os órgãos político-sociais. Contra poderosos fatores adversos, contra interesses mesquinhos e particularistas, pelo próprio viço da sua natureza ética, pela própria armadura moral dos seus componentes, conseguiu finalmente esta instituição atingir aquele grau de isenção e solidez que faz dela, a um tempo, símbolo e sustentáculo das garantias constitucionais vinculadas ao exercício do voto.</p> <p>13. O aperfeiçoamento desta Justiça é a nossa grande conquista dos últimos tempos, aquela que mais fundamentalmente responde pela verdade, pela pureza, pela segurança do sufrágio.</p> <p>14. Honra-me ser o primeiro Chefe de Estado a receber, nesta nova Capital, o seu diploma, e na pessoa do ínclito Ministro Presidente, rendo as minhas homenagens a todos os dignos juízes que ilustram a Justiça Eleitoral brasileira. A eles, e só a eles, deve a instituição o elevado e merecido conceito que desfruta.</p> <p>Meus Senhores!</p> <p>15. O preço da liberdade, que o voto dos meus patrícios me outorgou, é a servidão à causa pública. Dentro da lei e em estrita obediência à lei, serei livre para impor e exigir de todos o exato cumprimento do dever.</p> <p>16. Dessa liberdade, faço a minha escravidão.</p> <p>(649 palavras)</p>	<p>vitoriosos com a plataforma do candidato.</p> <p>11. Mas já havia avanços jurídicos e morais: fim da escravidão, regime representativo, federação, relativa autonomia dos Estados, leis trabalhistas, justiça eleitoral.</p> <p>12. Justiça eleitoral: aprimorou-se lutando contra adversidades. Atingiu isenção e solidez.</p> <p>13. Esse aperfeiçoamento é a grande conquista da democracia.</p> <p>14. Honra: ser o primeiro presidente diplomado na nova Capital. Agradecimento à Justiça Eleitoral.</p> <p>15. Advertência: dentro da lei, livre para exigir de todos o cumprimento do dever.</p> <p>16. Essa liberdade é a escravidão do presidente.</p>
--	--

Configuração

Estrutura

Composto de 16 parágrafos, o discurso se divide desta forma:

Do 1º ao 5º, menciona os valores que o levaram à presidência: democracia, respeito à lei, primado da Justiça sobre a força.

Do 6º ao 8º, menciona o significado de sua eleição: consonância com movimentos de libertação, condenação ao antecessor.

Do 9º ao 11º, busca as raízes e inspirações de sua eleição e plataforma.

Do 12º ao 14º, elogia a instituição Justiça Eleitoral.

No 15º e 16º, postula seu princípio: agir dentro da lei; e na liberdade de ação, exigir de todos o cumprimento do dever.

Tipificação do discurso

Este é um discurso do tipo de falar bem (laudatório). Chega a ser quase de propaganda. Mas não é deliberativo, isto é, não procura convencer a audiência de algo. Neste caso, louva a causa, da plataforma e do próprio orador. Mesmo quando menciona outros atores (TSE) ou valores (Justiça, democracia), faz parecer que esses bens têm nele, orador, a culminância.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- a Justiça Eleitoral do meu País, mais uma vez, proclama esta verdade simples: a democracia só se define, só se afirma e consolida através do sufrágio (2)
- o povo brasileiro pôs fim a um esquema inadmissível que a fortuna e os privilégios de alguns desejavam se perpetuassem (6)
- um dos momentos altos da história política do Brasil se constitui do manifesto radical de 1869 [idéias liberais que estão no cerne da democracia moderna: emancipação do homem, do município, da província]
- [antecedentes positivos na história, antes da vitória]: fim da escravidão, regime representativo, federação, relativa autonomia dos Estados, leis trabalhistas, justiça eleitoral (11)
- a Justiça Eleitoral: símbolo e sustentáculo das garantias constitucionais vinculadas ao exercício do voto (12)
- ínclito Ministro Presidente [do TSE] (14)
- homenagens a todos os dignos juízes que ilustram a Justiça Eleitoral brasileira, [a quem se deve] o elevado e merecido conceito que [esta] desfruta (14)

Avaliação: As referências do orador, para construir seu auditório, são: o povo (como fonte de legitimidade), o manifesto radical (de cem anos antes) e o TSE. Desconsiderar os outros atores da cena brasileira (Congresso, militares, empresários, trabalhadores organizados)

indica o arco de possíveis alianças (ou apoios) que deixa de levar em conta. Essa “desconsideração” pode ser lida como uma ofensa a esses atores/agentes. Revela a crença de que ele, presidente, legitimado, detém o poder. É como se dissesse “os outros que venham a mim”. Essa posição de se sobrepor aos outros deixa fragilizado o orador.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- [não há justiça onde] as prerrogativas inalienáveis da condição humana possam ser postergadas por minorias que se afirmem **pela força de um poder ocasional**, ou pela implantação de **uma filosofia de empréstimos** (5)
- um esquema inadmissível que a fortuna e os privilégios de alguns desejavam se perpetuasse (8)
- as práticas que minavam os alicerces da Nação [propagaram] a legenda de que no Brasil as oposições apenas triunfariam até as vésperas das eleições (8)

Avaliação: Os perigos ou inimigos são mencionados de maneira indireta, disfarçada, com nomes genéricos. Ocultar os opositores pode trazer a vantagem de não despertar neles a reação, ao serem identificados; não precisar eventos, atos, fatos a serem combatidos fragiliza o discurso. Mas livra a face do orador. Os outros que “vistam a carapuça”. Mas o orador abusa desse expediente.

III. Advertências

Não foram encontrados registros relevantes.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver **I. Cortesias, agradecimentos, elogios.**

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não há justiça onde as prerrogativas inalienáveis da condição humana possam ser postergadas por minorias que se afirmem pela força de um poder ocasional, ou pela implantação de uma filosofia de empréstimos (5)

b) Afirmativas enfáticas

- muitos são os caminhos para a conquista do Poder; viciosos, porém, se me afiguram todos aqueles que se apartam do voto do povo, deitado nas urnas soberanas (1)
- a democracia só se define, só se afirma e consolida através do sufrágio (2)
- é o direito à opção que faz os cidadãos responsáveis e as nações poderosas e permanentes (3)
- o preço da liberdade, que o voto dos meus patrícios me outorgou, é a servidão à causa pública (15); dessa liberdade, faço a minha escravidão (16)

c) Identidade do orador

- percorri a estrada legítima (2)
- de advogado que postulava interesses individuais a administrador dos interesses coletivos se não foi longa a minha jornada, foi ela suficientemente áspera para ensinar-me que a Justiça não é apenas um dos Poderes da República (4)
- nesta hora em que países e povos secularmente dominados se levantam e se libertam da opressão colonialista, minha eleição para a presidência tem um aspecto que merece destaque na História: a oposição chega ao Governo em obediência à vontade popular expressa no pleito (6)
- honra-me ser o primeiro Chefe de Estado a receber, nesta nova Capital, o seu diploma (14)

Avaliação: Nesta construção de valores e identidades, o orador condena os virtuais opositores, mas sem menção específica e afirma a si como legítimo, ungido, “eleito”, quase que no sentido messiânico. Faz derivar de princípios universais sua autoridade. É um discurso “maníaco” do tipo “eu sou o bom; os outros não prestam”.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- dentro da lei e em estrita obediência à lei, serei livre para impor e exigir de todos o exato cumprimento do dever (15); dessa liberdade, faço a minha escravidão (16)

Avaliação: É significativa a ausência de proposições. Dizer que a liberdade conferida pela lei será sua escravidão, além do efeito paradoxo (bom como figura de linguagem) não diz absolutamente nada. Ou significa tudo, isto é: “vou fazer o que me der na telha (e não for proibido por lei)”. Do ponto de vista argumentativo, é autoritário não fazer proposições; desconsidera a audiência e suas virtuais expectativas. Ele não fala para buscar a deliberação (apoio). Fala por condescendência aos que não são ele.

Avaliação geral

Esse discurso revela um orador encastelado em seus valores, que pouca importância dá à audiência, que acredita a si a posse da razão. E, por isso, não argumenta. Como material para avaliação psicológica, ótimo. Como “modelo” de discurso político, deve ser evitado.

Radiografia

O discurso revela um orador encastelado em seus valores, que pouca importância dá à audiência, que acredita em si e na posse da razão. E, por isso, não argumenta. Como material para avaliação psicológica, ótimo. Como “modelo” de discurso político, deve ser evitado.

Este é um discurso do tipo laudatório. Chega a ser quase de propaganda. Mas não é deliberativo, isto é, não procura convencer a audiência de algo. Neste caso, laudatório da causa, da plataforma e do próprio orador. Mesmo quando menciona outros atores (TSE) ou valores (Justiça, democracia), faz parecer que esses bens têm nele, orador, a culminância.

As referências do orador, para construir seu auditório, são: o povo (como fonte de legitimidade), o manifesto radical (de cem anos antes) e o TSE. Desconsiderar os outros atores da cena brasileira (Congresso, militares, empresários, trabalhadores organizados) indica o arco de alianças (ou apoios) que leva em conta. Essa “desconsideração” pode ser lida como uma ofensa a esses atores/agentes. Revela a crença de que ele, presidente, legitimado, detém o poder. É como se dissesse “os outros que venham a mim”. Essa posição de se sobrepor aos outros deixa fragilizado o orador.

Os perigos ou inimigos são mencionados de maneira indireta, disfarçada, com nomes genéricos. Ocultar os opositores pode trazer a vantagem de não despertar neles a reação, ao serem identificados; não precisar eventos, atos, fatos a serem combatidos fragiliza o discurso. Mas livra a face do orador. Os outros que “vistam a carapuça”. Mas o orador abusa desse expediente.

Ao configurar valores e identidades, o orador condena os virtuais opositores, mas sem menção específica; e afirma a si como legítimo, ungido, “eleito”, quase que no sentido messiânico. Faz derivar de princípios universais sua autoridade. É um discurso “maníaco” do tipo “eu sou o bom; os outros não prestam”.

É significativa a ausência de proposições. Dizer que a liberdade conferida pela lei será sua escravidão, além do paradoxo (bom como figura de linguagem) não diz absolutamente nada. Ou significa tudo, isto é: “vou fazer o que me der na telha (e não for proibido por lei)”. Do ponto de vista argumentativo, é autoritário não fazer proposições; mostra que ele desconsidera a audiência e suas virtuais expectativas. Ele não fala para buscar a deliberação (apoio). Fala por condescendência aos que não são ele.

João Goulart (1961-1964)

Resumo

Ao assumir a presidência da República, tem consciência dos graves deveres perante a Nação. Mesmo no novo sistema (parlamentarismo), sua investidura no cargo consagra o respeito à ordem constitucional. Assume o poder pela vontade popular, pelo respeito à lei, pela defesa das liberdades públicas, pelas forças que evitaram o golpe. Deverá, pois, ser guardião da unidade nacional: realizar os altos destinos da Pátria; não desiludir o povo, solucionar seus problemas; manter a união nacional forjada na crise. Mas alerta para a necessidade de referendun popular para o parlamentarismo. Surpreendido pela crise (renúncia de Jânio e vetos a sua posse) e diante da resistência popular contra o golpe, tudo fez para evitar conflitos armados. Prefere pacificar, promover a paz, a segurança, a garantia aos direitos e à soberania nacional. Garante seu empenho pessoal pela união do povo para emancipação econômica contra a pobreza e o subdesenvolvimento. Agradece a todos que permitiram ou lutaram por sua posse. Compromete-se a assegurar todas as liberdades públicas estabelecidas na Constituição.

Discurso

<p>1. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Chefes de Missões Diplomáticas acreditadas junto ao governo brasileiro, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, eminentes autoridades civis, militares e eclesiásticas, Srs. Congressistas, brasileiros.</p> <p>2. Assumo a presidência da República consciente dos graves deveres que me incumbem perante a Nação.</p> <p>3. A minha investidura, embora sob a égide de um novo sistema, consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional. (Palmas.)</p> <p>4. Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, (Palmas) e que, agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas, (Palmas) uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada. (Palmas.)</p> <p>5. Considero-me guardião dessa unidade nacional e a mim cabe o dever de preservá-la, no patriótico objetivo de orientá-la para a realização dos altos e gloriosos destinos da Pátria brasileira.</p> <p>6. Não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade, (Palmas prolongadas) vencendo todas as resistências para que não se maculasse a legalidade democrática. A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo, e para tanto devemos promover, por todos os meios, a solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a lei, a ordem e a democracia.</p> <p>7. Neste magnífico movimento de opinião pública, formou-se, no calor da crise, uma união nacional que haveremos de manter de pé, com a finalidade de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interesses da Nação, da intangibilidade de sua soberania e da aceleração de seu desenvolvimento. (Palmas.)</p> <p>8. Permitam, entretanto, Srs. Congressistas, neste momento, uma reflexão que suponho seguramente tão sua quanto minha.</p> <p>9. Souberam V. Ex^{as} resguardar, com firmeza e sabedoria, o exercício e a defesa mesma do mandato que a Nação lhes confiou. (Palmas.) Cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo o poder dele emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular, (Palmas prolongadas) que nos manda e que nos julga, para que ela própria dê seu referendun supremo às decisões</p>	<p>1. Saudações protocolares.</p> <p>2. Assunção na Presidência: graves deveres perante a Nação.</p> <p>3. Mesmo no novo sistema, investidura consagra respeito à ordem constitucional.</p> <p>4. Acesso ao poder, pela vontade popular, pelo respeito à lei, pela defesa das liberdades públicas, pelas forças que evitaram o golpe.</p> <p>5. Guardião da unidade nacional: preservar, orientar para realizar altos destinos da Pátria.</p> <p>6. Povo impôs sua vontade, para manter legalidade democrática. Tarefa: não desiludir o povo, solucionar seus problemas.</p> <p>7. Na crise, formou-se união nacional, a ser mantida, para dissipar ódios em benefício dos interesses da Nação.</p> <p>8. Momento de reflexão.</p> <p>9. Os congressistas, que defenderam o mandato, devem devolver ao povo (por referendun) as decisões tomadas.</p>
--	---

políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante.

10. Surpreendido quando em missão do meu País no exterior, com a eclosão de uma crise político-militar, não vacilei um só instante quanto ao dever que me cabia cumprir. Desde logo pude avaliar a extensão e o sentido exato da mobilização de consciências e vontades em que se irmanam os brasileiros, para a defesa das liberdades públicas. Solidário com as vivas manifestações de nossa consciência democrática, de mim não se afastou, um momento sequer, o pensamento de evitar, enquanto com dignidade pudesse fazê-lo, a luta entre irmãos. (Palmas prolongadas.) Tudo fiz para não marcar com o sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe a Brasília. (Palmas.)

11. Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que, inclusive por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir, (Palmas) prefiro pacificar a acirrar ódios, prefiro harmonizar a estimular ressentimentos. (Muito bem! Bravos.)

12. Promoveremos a paz interna, paz com dignidade, paz que resulte da segurança das instituições, (Bravos) da garantia dos direitos democráticos, do respeito permanente à vontade do povo e à inviolabilidade da soberania nacional. (Palmas.)

13. Srs. Congressistas, reclamamos a união do povo brasileiro e por ela lutaremos com toda a energia, para, sob a inspiração da lei e dos direitos democráticos, mobilizar todo o País para a única luta interna em que nos devemos empenhar, que é a luta pela nossa emancipação econômica (Palmas prolongadas) contra o pauperismo e o subdesenvolvimento. (Muito bem! Palmas.)

14. Dirijo-me especialmente ao Presidente Pascoal Ranieri Mazzilli, cujas virtudes cívicas desejo proclamar; (Palmas) ao Congresso Nacional, que tive a honra de presidir nestes últimos seis anos, (Palmas) e que agiu, na emergência, na defesa intransigente do regime democrático; (Palmas) à Igreja Católica, que é a minha confissão, (Palmas prolongadas) e que desde o primeiro instante se manifestou pela legalidade, na voz autorizada de seus prelados; às outras igrejas, que também defenderam a Constituição; aos estudantes, que lutaram intrepidamente pela preservação da ordem democrática; (Palmas prolongadas) às forças de produção, que se colocaram ao nosso lado, por saberem que somos fator de equilíbrio, harmonia e conciliação no jogo das tensões sociais; (Palmas) à imprensa, ao rádio e à televisão, que, com indomável bravura resistiram às violências e ameaças contra a liberdade de manifestação do pensamento;

10. Surpreendido (em viagem) pela crise político-militar, e diante da resistência popular à tentativa de derrubá-lo, tudo fez para que não eclodissem conflitos armados.

11. Prefere pacificar a estimular ressentimentos.

12. Presidente promoveu a paz, que trouxe segurança, garantia a direitos e da soberania nacional.

13. Empenho pela união do povo para a única luta: emancipação econômica contra a pobreza e o subdesenvolvimento.

14. Agradecimentos: a Ranieri Mazilli (interino), ao Congresso, à Igreja Católica e outras igrejas, aos produtores, à imprensa, às Forças Armadas, aos governadores, aos trabalhadores. Apelo para que não falte apoio, em nome dos interesses da pátria.

(Palmas prolongadas) às Forças Armadas, que permaneceram fiéis ao espírito da democracia e devotaram-se à proteção da ordem jurídica; (Palmas prolongadas) aos governadores dos Estados, que resistiram na defesa da legalidade; (Palmas prolongadas) aos trabalhadores do Brasil, que deram uma interessante demonstração de sua unidade, de modo pacífico e ordeiro, numa comovedora solidariedade na manutenção da ordem democrática; (Palmas prolongadas) a todos, como Presidente da República, dirijo os agradecimentos do País e formulo um apelo para que não nos faltem em nenhum momento com o seu apoio e solidariedade, em nome dos mais sagrados interesses da Pátria comum.

15. Ao Poder Judiciário, desejo prestar uma homenagem toda especial, ao vê-lo cada vez mais prestigiado pela reafirmação popular de respeito e acatamento às leis. (Palmas.)

16. Sob meu governo, todas as liberdades públicas estarão logo asseguradas, com a suspensão de quaisquer medidas administrativas impostas contra as garantias estabelecidas na Constituição da República. (Palmas prolongadas.)

17. Srs. Congressistas, o destino, numa advertência significativa, conduziu-me à presidência da República na data da independência política do Brasil. (Palmas.)

18. Vejo na coincidência um simbolismo que me há de inspirar e orientar na mais alta magistratura da Nação.

19. Peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à Pátria com todas as forças, com energia e sem temores, e defender, como nossos maiores souberam fazê-lo, a independência do Brasil, a grandeza nacional (Palmas) e a felicidade do povo brasileiro. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas do plenário e das galerias.)

(969 palavras)

15. Homenagem ao Poder Judiciário, cada vez mais prestigiado.

16. Compromisso: assegurar todas as liberdades públicas estabelecidas na Constituição.

17. Destino: condução à presidência da República no dia da Independência.

18. O simbolismo servirá de inspiração.

19. Pede a Deus amparo, para servir à Pátria, defender a Independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro.

Configuração

Estrutura

No 1º parágrafo, faz as saudações protocolares.

No 2º e 3º; e nos 17º e 18º menciona as condições em que chega à Presidência e os desafios que enfrentará.

No 4º, relembra que sua ascensão é pela vontade popular.

Do 5º ao 7º; e no 16º, menciona compromissos

No 8º e 9º adverte para a necessidade de referendar o parlamentarismo.

Nos 10º e 13º relembra que é um pacificador

No 14º e 15º faz agradecimentos a todos os aliados.

No 19º pede a Deus amparo, para servir à Pátria, defender a Independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro.

Tipificação do discurso

Trata-se de um discurso do tipo deliberativo, isto é, o orador procura ver na audiência (a presente no ambiente e a virtual) as pessoas que decidirão em seu favor ou contra ele. Procura construir identidade com essa audiência. Principalmente, procura construir a sua própria autoridade, para assumir as funções.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– Presidente do Congresso Nacional, Chefes de Missões Diplomáticas acreditadas junto ao governo brasileiro, Presidente do Supremo Tribunal Federal, eminentes autoridades civis, militares e eclesiásticas, Congressistas, brasileiros (1)

– investidura [do presidente] consagra respeitoso acatamento à ordem constitucional (3)

– [o povo me] elegeu duas vezes Vice-Presidente da República, e agora, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se, através de todas as suas forças, para impedir que a sua decisão soberana fosse desrespeitada (4)

– povo que soube impor a sua vontade (6)

– [o povo] soube defender a lei, a ordem e a democracia (6)

– magnífico movimento de opinião pública (7)

– souberam V. Ex^{as} [congressistas] resguardar, com firmeza e sabedoria, o exercício e a defesa mesma do mandato que a Nação lhes confiou (9)

– agradecimentos: a Ranieri Mazilli (interino), ao Congresso, à Igreja Católica e outras igrejas, aos produtores, à imprensa, às Forças Armadas, aos governadores, aos trabalhadores. Apelo para que não falte apoio, em nome dos interesses da pátria (14)

– 15. [agradecimento] Poder Judiciário, desejo prestar uma homenagem toda especial, ao vê-lo cada vez mais prestigiado pela reafirmação popular de respeito e acatamento às leis (16)

Avaliação: O orador procura identificar-se com a audiência e compor com ela (tanto as autoridades quanto o povo). Esta parte do pronunciamento assumiu peso significativo. Isso se explica pela circunstância de conflito em que foi investido na Presidência, em meio a tentativas de evitar sua posse. Sua busca de apoio na audiência parece sincera. Não é meramente protocolar.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- graves deveres que me incumbem perante a Nação (2)
- eclosão de uma crise político-militar (10)

Avaliação: O orador é comedido ao mencionar perigos, inimigos. Não que não os houvesse. Sua atitude demonstra cautela perante esses inimigos e perigos. Não quer nomear ações e atores. Com isso, ajuda a construir a imagem de pacificador, que tenta imprimir em seu discurso.

III. Advertências

- permitam, entretanto, Srs. Congressistas, neste momento, uma reflexão que suponho seguramente tão sua quanto minha (8): cumpre-nos, agora, mandatários do povo, fiéis ao preceito básico de que todo o poder dele emana, devolver a palavra e a decisão à vontade popular [...] para que ela própria dê seu referendium supremo às decisões políticas que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante (9)

Avaliação: A necessidade de aprovar o parlamentarismo por referendium é a única advertência, feita em tom de reflexão. O orador não se sente tão poderoso a ponto de advertir alguém. É mais uma expressão de sua vontade, contrariado que estava com a solução do parlamentarismo.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver item I. Cortesias, agradecimentos, elogios.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não há razão para ser pessimista, diante de um povo que soube impor a sua vontade (6)

b) Afirmativas enfáticas

Sem relevância para a análise.

c) Identidade do orador

- assumo a presidência da República consciente dos graves deveres que me incumbem perante a Nação (1)

- [o povo me] elegeu duas vezes Vice-Presidente da República (4)
- considero-me guardião dessa unidade nacional e a mim cabe o dever de preservá-la, no patriótico objetivo de orientá-la para a realização dos altos e gloriosos destinos da Pátria brasileira (5)
- haveremos de manter de pé [essa união formada no calor da crise], com a finalidade de dissipar ódios e ressentimentos pessoais, em benefício dos altos interesses da Nação (7)
- surpreendido quando em missão do meu País no exterior, com a eclosão de uma crise político-militar, não vacilei um só instante quanto ao dever que me cabia cumprir (10)
- solidário com as vivas manifestações de nossa consciência democrática, de mim não se afastou, um momento sequer, o pensamento de evitar, enquanto com dignidade pudesse fazê-lo, a luta entre irmãos (10)
- tudo fiz para não marcar com o sangue generoso do povo brasileiro (10)
- por temperamento, inclino-me mais a unir do que a dividir [sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares] (11)
- prefiro harmonizar a estimular ressentimentos (11)
- o destino, numa advertência significativa, conduziu-me à presidência da República na data da independência política do Brasil (17)
- coincidência [investidura no dia da independência]: um simbolismo que me há de inspirar e orientar na mais alta magistratura da Nação (18)
- peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à Pátria com todas as forças (19)

Avaliação: Neste item, sobrepõe-se, mais que as afirmativas ou negativas enfáticas, a construção da imagem do orador, como pacificador, equilibrado, humilde. Tal proporção desse tipo de discurso tem como objetivo rejeitar a imagem oposta que dele era feito.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- A nossa grande tarefa é a de não desiludir o povo (6)
- promover, por todos os meios, a solução de seus problemas, com a mesma dedicação e o mesmo entusiasmo com que ele soube defender a lei, a ordem e a democracia (6)
- cumpre-nos, agora [presidente e congressistas] devolver a palavra e a decisão à vontade popular, [...] para que ela própria dê seu referendium supremo às decisões políticas [parlamentarismo] que em seu nome estamos solenemente assumindo neste instante (9) 12.
- promoveremos a paz interna, paz com dignidade, paz que resulte da segurança das instituições (12)
- [promoveremos] garantia dos direitos democráticos, do respeito permanente à vontade do povo e à inviolabilidade da soberania nacional (2)
- reclamamos a união do povo brasileiro [...] única luta interna em que nos devemos empenhar, que é a luta pela nossa emancipação econômica contra o pauperismo e o subdesenvolvimento (13)
- peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à Pátria com todas as forças (19)
- e defender, como nossos maiores souberam fazê-lo, a independência do Brasil, a grandeza nacional e a felicidade do povo brasileiro (19)

Avaliação: As proposições são genéricas. Não poderiam ser objeto de avaliação. Ele não se compromete com uma agenda. O efeito positivo é que, nelas, pode caber um consenso

maior. Se enumerasse medidas, correria o risco de levantar a oposição. É uma estratégia apropriada par o contexto.

Avaliação geral

Este é um discurso de natureza persuasiva, em que predominam a mobilização de valores e de atitudes. A variante seria um discurso de convencimento, em que são mais valorizadas as razões. Este, não. Concentra-se na apologia dos aliados (povo, Congresso, imprensa) e nas intenções (vagas) de unidade, em torno de um personagem, cuja figura é construída como sendo a de um pacificador.

Radiografia

Este é um discurso de natureza persuasiva, em que predominam a mobilização de valores e de atitudes. O orador procura ver na audiência (a presente no ambiente e a virtual) as pessoas que decidirão em seu favor ou contra ele. Procura construir identidade com essa audiência. Principalmente, procura configurar a sua própria autoridade, para assumir as funções. A variante seria um discurso de convencimento, em que são mais valorizadas as razões. Este, não. Concentra-se na apologia dos aliados (povo, Congresso, imprensa) e nas proposições (vagas) de unidade, em torno de um personagem, cuja figura é construída como sendo a de um pacificador.

A parte da identificação do orador com a audiência assumiu peso significativo. Isso se explica pela circunstância de conflito em que foi investido na Presidência, em meio a tentativas de evitar sua posse. Sua busca de apoio parece sincera. Não é meramente protocolar.

O orador é comedido ao mencionar perigos, inimigos. Não que não os houvesse. Sua atitude demonstra cautela. Não quer nomear ações e atores. Com isso, ajuda a construir a imagem de pacificador, que tenta imprimir em seu discurso.

A necessidade de aprovar o parlamentarismo por referendun popular é a única advertência, feita em tom de reflexão. O orador não se sente tão poderoso a ponto de advertir alguém. É mais uma expressão de sua vontade, contrariado que estava com a solução do parlamentarismo.

Ao tratar de crenças e valores, predomina a construção da imagem do orador, como pacificador, equilibrado, humilde. Tal proporção desse tipo de discurso tem como objetivo rejeitar a imagem oposta que dele era feito.

As propostas são genéricas. Não poderiam ser objeto de avaliação. Ele não se compromete com uma agenda. O efeito positivo é que, nelas, pode caber um consenso maior. Se enumerasse medidas, correria o risco de levantar a oposição. É uma estratégia apropriada par o contexto.

Marechal Castelo Branco (1964-1967)

Resumo

Mais que ritual, o juramento confirma sentimentos e ideais que inspiram o presidente desde a juventude. Compromissos políticos internos: defender a Constituição, vigiar o cumprimento das leis, das tradições, dos princípios morais e políticos brasileiros; fazer um governo com paixão para alcançar o progresso. E, ainda, garantir a eleição do próximo presidente, em janeiro de 1966; sustentar a união, integridade e independência da Pátria; ser o presidente de todos os brasileiros; consolidar o movimento cívico; restaurar a democracia e libertá-la de fraudes e distorções. Não se trata de um golpe, mas de uma revolução (apoiada nos lares, pela opinião pública e pelas Forças Armadas), legitimada pelo Congresso eleito. Na política externa, posição de independência, manutenção dos tratados, respeito às democracias e não interferência. No campo econômico e social, considera que o desenvolvimento é compatível com a democracia; propõe-se a promover o bem-estar de todos, em particular, aos das regiões menos desenvolvidas. O Estado não deve interferir na iniciativa privada; mas deve preservar a justiça social; uma vez que não se pode conviver com a inflação, todos devem dar o sacrifício para combatê-la. Cada um faça sua parte. Operários e, especialmente, homens de empresa devem dar o exemplo. A eleição (pelos representantes da nação), em momento tão difícil, representa a maior honra para um cidadão. A tarefa que recebe é de grandeza; a posição, de humildade; precisa de compreensão e de apoio. Apoio mútuo (cidadãos e presidente) e ajuda de Deus, para buscar melhores dias.

Discurso

1. Na singular significação desta solenidade cívica e quando milhões de compatriotas nos animam com a sua confiança e as suas esperanças, desejo assegurar que o juramento agora proferido perante os augustos representantes da Nação encerra muito mais do que a fórmula ritual: contém a reiteração de sentimentos e ideais que nos acompanham e inspiram desde os dias da juventude.

2. Defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil. Cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permaneceréi em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu Governo será o das leis, das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um Governo firmemente voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento progresso e aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido da nossa história política e social. Nem exagero ao dizer que nessa caminhada para o futuro, deveremos nos empenhar com paixão de uma cruzada, para a qual é preciso convocar todos brasileiros. De uma jornada para a qual, com energia e sobretudo com o meu próprio exemplo, espero a adesão de todos os concidadãos a esse propósito, que será a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País.

3. Meu procedimento será o de um chefe de Estado sem tergiversações, no processo para a eleição de um brasileiro a quem entregarei o cargo a 31 de janeiro de 1966. Sustentarei, com todas as forças, a união, a integridade e a independência desta Pátria, dentro e fora dos seus limites territoriais. Não, apenas, a herança admirável da unidade nacional, mas a concórdia de todos os brasileiros. Serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção.

4. A independência do Brasil constituirá o postulado básico da nossa política internacional. Todas as nações amigas contarão com a lealdade dos brasileiros, que honrarão os tratados e pactos celebrados. Todas as nações democráticas e livres serão os nossos aliados, assim como os povos que quiserem ser livres pela democracia representativa contarão com o apoio do Brasil para a sua autodeterminação. As históricas alianças que nos ligam às nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas. Respeitaremos a independência dos países de todo o mundo nos seus negócios internos e exigiremos igual respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por discreta e sutil que

1. Mais que ritual, este juramento confirma sentimentos e ideais que inspiram desde a juventude.

2. Compromissos: defender a Constituição, vigiar o cumprimento das leis, das tradições, dos princípios morais e políticos brasileiros; governo para o futuro, o progresso, com paixão; cruzada para a qual convoca todos os brasileiros; o presidente será o próprio exemplo.

3. Compromissos: garantir a eleição do próximo presidente, em janeiro de 1966; sustentar a união, integridade, independência da Pátria; ser o presidente de todos os brasileiros.

4. Princípios básicos da política internacional: a independência do Brasil; honrar tratados; aliança com os países democráticos; alianças países livres das Américas; exigência de respeito aos negócios internos (reciprocidade).

venha a manifestar-se.

5. Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e, decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções de vida, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras. Foi uma Revolução a assegurar o progresso, sem renegar o passado. Vimos, assim, a Nação, de pé, a reivindicar a sua liberdade e a sua vontade que, afinal, e nos termos previstos pela Constituição, se afirmou através do Congresso, legítimo representante dos ideais e aspirações do nosso povo. Nossa vocação é a da liberdade democrática – Governo da maioria com a colaboração e o respeito das minorias. Os cidadãos, dentre eles, também em expressiva atitude, as mulheres brasileiras, todos, civis e soldados, ergueram-se num dos mais belos e unânimes impulsos da nossa História contra a desvirtuação do regime.

6. Promoverei, sem desânimo, sem fadiga, o bem-estar geral do Brasil. Não medirei sacrifícios para que esse bem-estar se eleve, tão depressa quanto racionalmente possível, a todos os brasileiros, particularmente, àqueles que mourejam e sofrem nas regiões, menos desenvolvidas do País.

7. A arrancada para o desenvolvimento econômico, pela elevação moral, educacional, material e política, há de ser o centro das preocupações do Governo. Com esse objetivo, o Estado não será estorvo à iniciativa privada, sem prejuízo, porém, do imperativo da justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade. Até porque, estou entre os que acreditam nos benefícios de uma constante evolução capaz de integrar, em melhores condições de vida, o número, cada vez maior, de brasileiros, muitos deles infelizmente ainda afastados das conquistas da civilização.

8. Caminharemos para a frente com a segurança de que o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias. Creio, firmemente, na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna. E ninguém pode esperar destruí-los sem dar a

5. Empenho pessoal: consolidar o movimento cívico da Nação para restaurar a democracia e libertá-la de fraudes e distorções. Não por meio de um golpe, mas de uma revolução (apoiada nos lares, opinião pública, forças armadas), para assegurar o progresso, sem renegar o passado; legitimada pelo Congresso eleito. Nossa vocação é a da liberdade democrática. Os cidadãos – civis e soldados – (ressalte-se atitude das mulheres) ergueram-se contra a desvirtuação do regime.

6. Compromisso: promover o bem-estar de todos, em particular, aos das regiões menos desenvolvidas.

7. Principal preocupação: o desenvolvimento econômico; não interferência do Estado na iniciativa privada; mas preservação da justiça social: condições para integrar todos os brasileiros.

8. O remédio para a extrema esquerda não é a extrema direita, mas reformas. O desenvolvimento é compatível com a democracia, mas não com a inflação. Todos devem

<p>sua parte no trabalho e no sacrifício, fonte única donde poderá fluir o bem-estar e a prosperidade de todos. Portanto, que cada um faça a sua parte e carregue a sua pedra nesta tarefa de soerguimento nacional.</p> <p>9. Cada operário e cada homem de empresa, estes principalmente, pois a eles lembrarei esta sentença de Rui Barbosa: “É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá”. Cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a Nação e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta pátria privilegiada. Os votos dos representantes da Nação, na escolha para governar em hora difícil, valem por certo pela maior honra que o cidadão poderia receber. A mim, entretanto, proporciona também nítida idéia da grandeza da tarefa a que estarei obrigado para corresponder às esperanças da nacionalidade. Direi mesmo que a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante: nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos. Venham a mim os brasileiros e eu irei com eles para, com o auxílio de Deus e com a serena confiança, buscar os melhores dias nos horizontes do futuro.</p> <p>(1.005 palavras)</p>	<p>dar o sacrificio para combater a inflação. Cada um faça sua parte.</p> <p>9. Operários e, especialmente, homens de empresa devem dar o exemplo. A eleição (pelos representantes da nação), em momento tão difícil, representa a maior honra para um cidadão. Tarefa de grandeza; posição de humildade; necessidade de compreensão e apoio. Apoio mútuo (cidadãos e presidente) e ajuda de Deus, para buscar melhores dias.</p>
---	---

Castello Branco

Configuração

Estrutura

Do 1º ao 4º, e do 6º ao 8º parágrafos, o orador apresenta seus valores e compromissos políticos e econômicos, (políticas interna e externa).

No 5º, faz considerações sobre a necessidade e a legitimidade da revolução.

No 9º convoca a todos para a tarefa de governar, pede apoio do povo e ajuda a Deus.

Tipificação do discurso

Trata-se, aparentemente, de um discurso deliberativo, calcado na apresentação de argumentos para convencer a audiência das medidas a serem tomadas. Apesar de lidar com um fato consumado (o poder já foi tomado), busca legitimação na eleição indireta e nos compromissos.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- milhões de compatriotas nos animam com a sua confiança e as suas esperanças (1)
- augustos representantes da Nação (1)
- a Nação, de pé, a reivindicar a sua liberdade e a sua vontade que, afinal, e nos termos previstos pela Constituição (5)
- [a revolução] se afirmou através do Congresso, legítimo representante dos ideais e aspirações do nosso povo (5)
- os cidadãos, dentre eles, também em expressiva atitude, as mulheres brasileiras, todos, civis e soldados, ergueram-se num dos mais belos e unânimes impulsos da nossa História contra a desvirtuação do regime (5)
- lembrarei esta sentença de Rui Barbosa: “É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá”. (9)
- os votos dos representantes da Nação, na escolha para governar em hora difícil, valem por certo pela maior honra que o cidadão poderia receber (9)

Avaliação: Mesmo que o orador tenha sido eleito por um colégio eleitoral, dirige-se à nação, como se ela própria, diretamente, o tivesse escolhido. A legitimação vem pelo seguinte processo: feita a revolução e eleito um Congresso, estes têm legitimidade; se o Congresso o elege presidente, ele tem a legitimidade tripla: da revolução, do povo, e dos representantes do povo.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

A menção a inimigos e perigos é feita nas negativas enfáticas (ao mencionar a extrema esquerda e a extrema direita); nas afirmativas (restaurar a democracia e libertá-la das quantas fraudes); assim como nas proposições (as históricas alianças que nos ligam às “nações livres” das Américas serão preservadas e fortalecidas) .

Avaliação: Ao não mencionar diretamente os inimigos e ameaças, o orador evita levantar defesas que pudessem ser mobilizadas contra seus ataques; igualmente, ajuda a recair sobre si uma imagem de magnanimidade, generosidade. Esse procedimento fortalece o poder da argumentação. Quem quiser que coloque a carapuça (os de extrema esquerda, os de extrema direita, os fraudadores, os dirigentes de nações americanas não-livres, etc.). Do ponto de vista retórico, a argumentação tem mais força se a conclusão for “tirada” (por um processo lógico-dedutivo) pelo ouvinte do que se for enunciada pelo orador.

III. Advertências

Análise semelhante à de II. Menção a problemas, perigos, inimigos. As conclusões deverão ser extraídas pelos ouvintes.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver I. Cortesias, agradecimentos, elogios.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e, decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções de vida, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas, às gerações futuras (5)
- [caminharemos para a frente com a segurança de que] o remédio para os malefícios da extrema-esquerda não será o nascimento de uma direita reacionária, mas o das reformas que se fizerem necessárias (8)
- ninguém pode esperar [destruir a inflação] sem dar a sua parte no trabalho e no sacrifício (8)

b) Afirmativas enfáticas

- farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível (5)
- foi uma Revolução a assegurar o progresso, sem renegar o passado (5)
- nossa vocação é a da liberdade democrática – Governo da maioria com a colaboração e o respeito das minorias (5)

– creio, firmemente, na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos (8)

c) Identidade do orador

- [o juramento] contém a reiteração de sentimentos e ideais que nos acompanham e inspiram desde os dias da juventude (1)
- serei o Presidente de todos eles e não o chefe de uma facção (3)
- estou entre os que acreditam nos benefícios de uma constante evolução capaz de integrar, em melhores condições de vida, o número, cada vez maior, de brasileiros, muitos deles infelizmente ainda afastados das conquistas da civilização (7)
- a mim [a eleição pelos representantes do povo] proporciona também nítida idéia da grandeza da tarefa a que estarei obrigado para corresponder às esperanças da nacionalidade (9)
- a minha humildade de toda uma vida cresce neste instante: nunca um só homem precisou tanto da compreensão, do apoio e da ajuda de todos os seus concidadãos (9)

Avaliação: Nesta construção de valores (juntamente com V. Proposições...) está o principal foco do discurso. É nele que o orador nega as acusações que pesam sobre ele e seus apoiadores, por meio de negativa enfática (não um golpe...); afirma o caráter da revolução que defende (assegurar o progresso, sem renegar o passado). É neste ponto, igualmente, que se revela o “ungido” para tal tarefa (ideais desde a juventude, grandeza, humildade). Do ponto de vista argumentativo, uma boa construção, pois busca, principalmente persuadir (pela mobilização de valores) a audiência.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- defenderei e cumprirei com honra e lealdade a Constituição do Brasil (2)
- cumprirei e defenderei com determinação, pois serei escravo das leis do País e permanecerei em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo (2)
- meu Governo será o das leis, das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira (2)
- [meu governo será] firmemente voltado para o futuro
- deveremos nos empenhar com paixão de uma cruzada, para a qual é preciso convocar todos brasileiros (2)
- [propósito]: a garantia suprema de todos os homens e mulheres deste País (2)
- entregarei [ao presidente eleito] o cargo a 31 de janeiro de 1966 (3)
- sustentarei a integridade e a independência desta Pátria (3)
- a independência do Brasil constituirá o postulado básico da nossa política internacional (4)
- as históricas alianças que nos ligam às nações livres das Américas serão preservadas e fortalecidas (4)
- respeitaremos a independência dos países de todo o mundo nos seus negócios internos e exigiremos igual respeito nos nossos negócios, que não admitem a mínima interferência, por discreta e sutil que venha a manifestar-se (4)

- promoverei, sem desânimo, sem fadiga, o bem-estar geral do Brasil (6)
- arrancada para o desenvolvimento econômico (7)
- elevação moral, educacional, material e política (7)
- o Estado não será estorvo à iniciativa privada (7)
- justiça social devida ao trabalhador, fator indispensável à nossa prosperidade (7)
- cada operário [cumpra] o seu dever para com a Nação (9)
- cada homem de empresa (os brasileiros mais felizes ou mais dotados) [cumpra] o seu dever para com a Nação (9)
- venham a mim os brasileiros e eu irei com eles para, com o auxílio de Deus e com a serena confiança, buscar os melhores dias nos horizontes do futuro (9)

Avaliação: As proposições são genéricas. Não chegam a detalhamentos. São declarações de princípio. De certo, o orador não considera que enunciar tais proposições seja necessário. Ou, então, não as tem. Proposições genéricas têm a seguinte vantagem: não se prestam a cobranças pontuais. Mas têm uma desvantagem, talvez, maior: não fornecem elementos de credibilidade à audiência.

Avaliação geral

Ainda que esta peça tenha todos os elementos de um discurso deliberativo, não deixa de ser autoritário. O poder de convencimento do orador sobre a audiência depende, em grande medida, do poder que o primeiro tem sobre a segunda. Se ele depende do auditório para deliberar em seu favor, ele argumenta, consistentemente, para buscar convencer. Se, pelo contrário, ele tem mais poder que o auditório, seu discurso, mesmo que contenha elementos de convencimento e persuasão (fatos, valores) não é, de fato, um discurso deliberativo. E este discurso não esconde e a incidência de que o orador já venceu e tem o poder. E que o auditório (parlamentares, nação) estão na dependência dele, orador. Fica sendo, pois, um discurso meramente protocolar.

Radiografia

Ainda que tenha todos os elementos de um discurso deliberativo, não deixa de ser autoritário. A força de convencimento do orador sobre a audiência depende, em grande medida, do poder que o primeiro tem sobre a segunda. Se ele depende da audiência para deliberar em seu favor, ele argumenta, consistentemente, para buscar convencer. Se, pelo contrário, o orador tem mais poder que o auditório, seu discurso, mesmo que contenha elementos de convencimento e persuasão (fatos, valores) não é, de fato, um discurso deliberativo. E este discurso não esconde o fato de que o orador já venceu e tem o poder. E que o auditório (parlamentares, nação) estão na dependência dele, orador. Fica sendo, pois, um discurso meramente protocolar.

Mesmo que o orador tenha sido eleito por um colégio eleitoral, dirige-se à nação, como se ela própria, diretamente, o tivesse escolhido. A legitimação vem pelo seguinte processo de racionalização: feita a revolução e eleito um Congresso, ambos têm legitimidade; se o Congresso o elege presidente, ele tem a legitimidade tripla: da revolução, do povo, e dos representantes do povo.

Ao não mencionar diretamente os inimigos e ameaças, o orador evita levantar defesas que pudessem ser mobilizadas contra seus ataques; igualmente, ajuda a recair sobre si uma imagem de magnanimidade, generosidade. Esse procedimento fortalece o poder da argumentação. Quem quiser que coloque a carapuça (os de extrema esquerda, os de extrema direita, os fraudadores, os dirigentes de nações americanas não-livres, etc.). Do ponto de vista retórico, a argumentação tem mais força se a conclusão for “tirada” (por um processo lógico-dedutivo) pelo ouvinte do que se for enunciada pelo orador.

Na configuração dos valores (juntamente com V. Proposições...) está o principal foco do discurso. É nele que o orador nega as acusações que pesam sobre si e seus apoiadores, por meio de negativa enfática (não um golpe...); afirma o caráter da revolução que defende (assegurar o progresso, sem renegar o passado). É neste ponto, igualmente, que se revela o “ungido” para tal tarefa (ideais desde a juventude, grandeza, humildade). Do ponto de vista argumentativo, uma boa construção, pois busca, principalmente persuadir (pela mobilização de valores) a audiência.

As propostas são genéricas. Não chegam a detalhamentos. São declarações de princípio. De certo, o orador não considera que enunciar tais proposições seja necessário. Mas também corre o risco de pensarem que não as tem. Proposições genéricas têm a seguinte vantagem: não se prestam a cobranças pontuais. Mas têm uma desvantagem, talvez, maior: não fornecem elementos de credibilidade à audiência.

Marechal Costa e Silva (1967-1969)

Resumo

Inicia mencionando a honra não apenas de ser eleito, mas de servir ao Brasil. A revolução teve que ser feita para evitar o caos, representado por idéias incompatíveis com o Brasil. Por isso, a Revolução precisa continuar, pois tem profundas origens populares; não foi um golpe de Estado, nem motim militar. O compromisso é com a democracia; portanto, o fato de a candidatura ser apoiada por militares não tira esse caráter democrático. Mesmo quando a Revolução fez restrições, não mudou a organização institucional: conservou o Congresso, que elege o presidente da República; conservou também o Judiciário, cujas decisões respeita; limitou seus próprios poderes e restabeleceu Constituição de 1946; tem constituído um processo de saneamento e de renovação. Não é ditadura, pois o próprio fato de haver críticas na imprensa desmente tal afirmação. Os que divergem da Revolução são sequazes de ideologias fanáticas. O presidente tem fé na consciência democrática e cívica dos brasileiros e se propõe a resolver as necessidades imediatas destes: suprir condições sub-humanas, como a escassez alimentara; dar acesso à saúde. A obra de Castello Branco continuará, com colaboração do Congresso e o amparo de Deus.

Discurso

<p>1. Elegendo-me Presidente da República para o próximo quadriênio, em nome do povo brasileiro, de quem sois legítimos representantes, acabais de conferir-me o mandato mais honroso a que um brasileiro pode aspirar.</p> <p>2. A vossa decisão envolve o ato de suprema confiança que podereis depositar num concidadão. Eu o acolho com grave emoção, a emoção da ingente responsabilidade que, eleito, assumo, desde já, comigo mesmo perante a Nação.</p> <p>3. Cabe-me o dever de exprimir ao Congresso Nacional o meu profundo reconhecimento. Mas a honra que ele me concede, tenho-a, sobretudo, por uma convocação para servir ao Brasil em hora de apreensões, incertezas e dificuldades.</p> <p>4. Bem compreendo, Senhores Membros do Congresso Nacional, que o vosso intuito não foi premiar em mim os serviços prestados à Pátria através de longos anos de vida pública. O prêmio desses serviços está no privilégio de poder prestá-los.</p> <p>5. Tivemos de promover uma Revolução, e o fizemos conscientes de que não havia outro meio de evitar que o País mergulhasse no caos. A tanto equivaleu a tentativa de impor ao povo sistema de vida e estilos de comportamento incompatíveis com a linha do seu passado, os interesses do seu presente, a vocação do seu futuro.</p> <p>6. Quando pregamos a continuidade da Revolução, o que Pretendemos significar é o imperativo de manter-lhe as inspirações e assegurar-lhe os ideais, para que ela não seja mais um episódio perdido no curso da nossa História.</p> <p>ORIGENS DA REVOLUÇÃO</p> <p>7. A Revolução teve profundas origens populares, num grandioso movimento cívico, que levou às ruas e às praças homens e mulheres, jovens e velhos, dispostos a lutar por Deus e pela Nação, com a solidariedade de todas as classes sociais, de todos os democratas e o apoio unânime e decisivo das Forças Armadas.</p> <p>8. Revolução, em verdade, e não golpe de Estado, que visasse tão-somente a substituir um homem por outro ou por outra uma facção política.</p> <p>9. Revolução, e não motim militar, pois as Forças Armadas, que também vêm do povo, com o povo se immanaram em defesa dos mesmos ideais.</p> <p>10. O movimento de março de 1964 foi, portanto, um compromisso com a democracia, e a candidatura, que hoje</p>	<p>1. Conferem-me o mandato mais honroso para um brasileiro.</p> <p>2. Ato de confiança; acolho com a emoção da responsabilidade.</p> <p>3. Reconhecimento ao Congresso; honra da convocação para servir ao Brasil.</p> <p>4. O prêmio não é ser eleito, pelos serviços prestados; é prestar os serviços à pátria.</p> <p>5. Tivemos de fazer a Revolução para evitar o caos; estilos de vida incompatíveis com o passado, interesses do presente, vocação do futuro.</p> <p>6. Pregamos a continuidade da revolução.</p> <p>7. A revolução teve profundas origens populares: povo foi à praça (com apoio dos democratas e das Forças Armadas), lutar por Deus e pela Nação.</p> <p>8, 9. Revolução; e não golpe de Estado; e não motim militar.</p> <p>10. Movimento de 64: compromisso com a democracia; esta</p>
---	---

consagrastes, é inegavelmente dotada de atributos democráticos. O que torna militar uma candidatura não é a pessoa do candidato, mas as origens dessa mesma candidatura.

11. A solidariedade dos meus Camaradas do Exército, da Armada e da Força Aérea não lhe modificou aqueles atributos: apenas exprimiu a sua aspiração unânime de continuidade do processo revolucionário e da sua defesa. A democracia tem de armar-se para defender-se daqueles que se valem das suas franquias para destruí-la.

12. Eis porque assumi com a Revolução um sagrado compromisso e, assim como fui um dos seus chefes, dela serei, no Governo, representante e delegado.

13. Meus intuits democráticos e minha preocupação com a ordem constitucional não podem ser postos em dúvida.

14. Se, como lhe competia por dever para com o País, a Revolução adotou, por vezes, severas restrições, nem por isso modificou a nossa organização institucional, pois conservou em pleno funcionamento esta Casa egrégia, a que atribuiu o poder de eleger o Presidente da República, e o Poder Judiciário, cujas decisões têm sido invariavelmente respeitadas.

LIMITOU OS SEUS PODERES

15. Além disso, o Comando Supremo da Revolução cuidou, logo à primeira hora, de limitar os seus poderes e a sua duração, e restabeleceu a vigência da Constituição de 1946, com o mínimo imprescindível de alterações.

16. De outra parte, a Revolução foi e continua a ser um processo de saneamento e renovação, e não um movimento ditado por objetivos mesquinhos, pelo ódio, pela vingança ou por ambições pessoais. Se teve de aplicar medidas punitivas e restritivas, dessa forma procedeu com o intuito de defender a democracia.

17. Foi por isso, e só por isso, que os postulados constitucionais continuaram de pé.

18. Há, todavia, quem fale em ditadura, como se nós não a tivéssemos conhecido jamais. O desmentido está no fato mesmo de ser possível formular e divulgar a crítica injusta, que se manifesta, sem obstáculo, na imprensa, na tribuna pública, nos movimentos políticos. E o desmentido mais flagrante está precisamente nesta hora em que o Congresso Nacional, como representante autêntico do povo brasileiro, elege um Presidente da República. Numa ditadura, o ditador não se deixa substituir. Entre nós, o escrúpulo republicano foi de tal monta, que o mesmo

candidatura: democrática.

11. Apoio dos militares não retira atributos democráticos da candidatura; apoio militar: aspiração para continuar a revolução e se defender dos que querem destruir a democracia.

12. Meu compromisso com a revolução: fui chefe; serei, como presidente, delegado.

13. Meus intuits democráticos não podem ser postos em dúvida.

14. Mesmo quando a Revolução fez restrições, não mudou organização institucional: conservou o Congresso, que elege o presidente da República; e o Judiciário, cujas decisões respeita.

15. A Revolução limitou seus próprios poderes e restabeleceu Constituição de 1946.

16, 17. Revolução foi e continua sendo processo de saneamento e renovação; não mesquinaria, ódio, vingança, ambições pessoais. Só aplicou medidas punitivas e restritivas, para defender a democracia; permaneceu de pé.

18. Falam em ditadura; o próprio fato de poder criticar, na imprensa, desmente; desmentido maior: esta eleição; ditadores não se deixam substituir; Castello, em ato institucional, proibiu a própria reeleição.

<p>Presidente Castello Branco, num gesto altamente democrático, estabeleceu, em ato institucional, o preceito proibitivo da sua reeleição.</p> <p>19. Não cometo a injustiça de considerar todos os que divergem do Governo da Revolução como sequazes de ideologias fanáticas, fundadas no ódio entre as classes, na deificação do estado totalitário, no imperialismo agressor da soberania dos povos.</p> <p>CONJUGAÇÃO DE ESFORÇOS</p> <p>20. Tenho fé, portanto, na consciência democrática e cívica de todos os brasileiros e confio em que colaborem comigo no cumprimento da minha tarefa de Governo.</p> <p>21. Estou seguro de que, animados de espírito público, terão permanentemente no coração o princípio segundo o qual a democracia não confere apenas direitos, mas também deveres – estes sempre maiores e mais numerosos do que aqueles.</p> <p>22. Não prescindirei dessa colaboração sem preço, nem pago. O vulto das dificuldades por enfrentar e vencer assume proporções imensas e requer íntima conjunção de esforços de caráter, de inteligência, de cultura e de espírito de sacrifício. As nações não se constroem sem essa constelação de virtudes e predicados. Somente ela tem o poder de colocar ao alcance dos povos, em termos de real eficácia, os instrumentos físicos da ação criadora.</p> <p>23. Em meio ao conjunto das dificuldades do nosso contexto nacional, o que avulta mais impressivamente são as necessidades imediatas do homem: – as condições muitas vezes sub-humanas da sua vida, a escassez alimentar, a debilidade dos meios para a defesa da sua saúde, a falta de tónus vital da educação a ele oferecida, notadamente a do grau primário, que é o ensino comum de que ninguém pode prescindir.</p> <p>24. É imposição fundamental que os grandes postulados humanos e democráticos da nossa Constituição continuem a adquirir densidade, a corporificar-se e deixem, assim, de ser apenas estéril fulguração verbal.</p> <p>25. O mais valioso trabalho da Revolução, no governo do insigne estadista Presidente Castello Branco, foi a ruptura de uma crosta impermeável à renovação por uma luz nova tocada do que denominarei humanismo social.</p> <p>A OBRA SERÁ CONTINUADA</p> <p>26. Essa obra prosseguirá. A colaboração que espero corresponderá o direito de opinião de todas as classes nos concílios do Governo, por intermédio de órgãos apropriados.</p>	<p>19. Os que divergem da Revolução: são sequazes de ideologias fanáticas (ódio entre classes, totalitarismo, imperialismo agressor).</p> <p>20. Tenho fé na consciência democrática e cívica dos brasileiros.</p> <p>21. A democracia não confere apenas direitos, mas também deveres.</p> <p>22. É necessário caráter, inteligência, cultura e espírito de sacrifício para construir uma nação.</p> <p>23. Necessidades imediatas: suprir condições sub-humanas; escassez alimentar; acesso à saúde; falta de tónus vital para a educação.</p> <p>24. Postulados humanos da Constituição devem se corporificar; deixar de ser apenas verbo.</p> <p>25. Castello Branco: fez a renovação com o humanismo social.</p> <p>26. A obra continuará: espero colaboração por meio dos órgãos apropriados.</p> <p>27, 28. Democracia: não é</p>
--	--

<p>27. A democracia não é uma transcendência. É uma vocação humana, e sua raiz mais funda está no instinto de liberdade. Todo poder político tem origem popular e essa origem é a só razão que pode legitimá-lo.</p> <p>28. A Revolução reconhece essas verdades e as tem entre os seus postulados.</p> <p>29. Como um dos seus chefes e por ela responsável no Governo, trabalharei intensamente por mantê-las bem alto e defendê-las arduamente lado a lado com os demais princípios que constituem a carta de guia da Revolução.</p> <p>30. Dizia o Padre Vieira que “para acertar só existe um caminho e são infinitos os caminhos para errar”. Mercê de Deus, o Brasil encontrou o seu caminho, depois de haver pisado tantos descaminhos.</p> <p>Senhores Membros do Congresso Nacional.</p> <p>31. Reitero-vos meu reconhecimento pela honra com que me distinguistes. Elegendo um dos responsáveis pela Revolução de 31 de Março de 1964, certo quisestes significar que não pode ser perdido o esforço que aquele movimento simboliza no curso da História. Mas também distinguistes um cidadão de profundas convicções democráticas, que, só por inspiração dessas convicções assumiu, na Revolução, o posto que lhe foi designado.</p> <p>32. O voto com que honrastes a mim e meu preclaro companheiro, o Deputado Pedro Aleixo, valorosa expressão cívica e patrimônio moral do Congresso, implica seguramente a certeza da vossa colaboração. Juntamente com ela espero, desde já, merecer também o apoio do povo brasileiro, e a Deus suplico que me ampare em cada dia do meu governo.</p> <p>(1.324 palavras)</p>	<p>transcendência; é vocação humana, baseada no instinto de liberdade. O poder político tem origem popular: são postulados da Revolução.</p> <p>29. Mantereis tais postulados.</p> <p>30. O Brasil encontrou o caminho para acertar.</p> <p>31. Reconheço a honra com que o Congresso me distingue, um cidadão com profunda vocação democrática.</p> <p>32. Voto a mim e a Pedro Aleixo implica certeza da colaboração do Congresso; peço o amparo de Deus para meu governo.</p>
--	--

Configuração

Estrutura

O discurso tem 32 parágrafos, assim distribuídos:

Do 1º ao 4º, faz as homenagens iniciais, agradecimentos, honrarias.

Do 5º ao 10º, faz a defesa da Revolução: as causas, o que é, o que defende, a inevitabilidade.

Do 11º ao 21º, defende a própria candidatura, como sendo democrática, legítima por ser oriunda da revolução; ataca os inimigos.

Do 22º ao 30, anuncia o que é preciso fazer, em grandes linhas, sem entrar em detalhes.

Nos dois últimos, volta a fazer as cortesias ao Congresso e a pedir apoio para seu governo.

Tipificação do discurso

Este poderia ser classificado como um discurso de “propaganda”, ou seja, aquele em que a audiência já está convencida e precisa apenas continuar aderindo aos valores do orador; ou, por outro lado, pode ser visto como a retórica da violência, em que não há o que argumentar; apenas explicitar a palavra do poder.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

Ver V. c) Identidade do orador.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

– os que divergem da Revolução: são sequazes de ideologias fanáticas (ódio entre classes, totalitarismo, imperialismo agressor) (19)

III. Advertências

– a democracia não confere apenas direitos, mas também deveres (21)

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver V. Crenças e valores, particularmente c) Identidade do orador.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- falam em ditadura; o próprio fato de poder criticar, na imprensa, desmente; desmentido maior: esta eleição; ditadores não se deixam substituir; Castello, em ato institucional, proibiu a própria reeleição (18)
- meus intuitos democráticos não podem ser postos em dúvida (13)
- apoio dos militares não retira atributos democráticos da candidatura; apoio militar: aspiração para continuar a revolução e se defender dos que querem destruir a democracia. (11)
- revolução; e não golpe de Estado; e não motim militar (8, 9)
- revolução foi e continua sendo processo de saneamento e renovação; não mesquinharia, ódio, vingança, ambições pessoais. Só aplicou medidas punitivas e restritivas, para defender a democracia; permaneceu de pé (16, 17)
- mesmo quando a Revolução fez restrições, não mudou organização institucional: conservou o Congresso, que elege o presidente da República; e o Judiciário, cujas decisões respeita. (14)
- meu compromisso com a revolução: fui chefe; serei, como presidente, delegado (12)

b) Afirmativas enfáticas

- a revolução teve profundas origens populares: povo foi à praça (com apoio dos democratas e das Forças Armadas), lutar por Deus e pela Nação. 7.
- tivemos de fazer a Revolução para evitar o caos; estilos de vida incompatíveis com o passado, interesses do presente, vocação do futuro (5)

c) Identidade do orador

- conferem-me o mandato mais honroso para um brasileiro (1)
- ato de confiança; acolho com a emoção da responsabilidade. 2.
- reconhecimento ao Congresso; honra da convocação para servir ao Brasil (3)
- o prêmio não é ser eleito, pelos serviços prestados; é prestar os serviços à pátria (4)
- movimento de 64: compromisso com a democracia; esta candidatura: democrática (10)
- tenho fé na consciência democrática e cívica dos brasileiros (20)
- é necessário caráter, inteligência, cultura e espírito de sacrifício para construir uma nação (22)
- reconheço a honra com que o Congresso me distingue, um cidadão com profunda vocação democrática (31)
- voto a mim e a Pedro Aleixo implica certeza da colaboração do Congresso (32).

Avaliação: Esta é a parte privilegiada do discurso, em que o orador argumenta: a) com o que está dado e não é questionável; b) com valores, para sustentar essa realidade. Quanto mais o discurso se sustenta na imutabilidade da situação, quanto mais lança mão de valores, mais ideológico ele é; ser ideológico, neste caso, significa perpetuar a situação de mando no País. Outro mecanismo que denuncia o alto caráter ideológico é representado pelas racionalizações apresentadas, por meio de negativas enfáticas (a Revolução é x; e não y; minha candidatura é democrática; e não militar). Esta é a retórica de quem não precisa argumentar. E vem a público apenas para dizer a voz do poder.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- pregamos a continuidade da revolução (6)
- é necessário caráter, inteligência, cultura e espírito de sacrifício para construir uma nação (22)
- necessidades imediatas: suprir condições sub-humanas; escassez alimentar; acesso à saúde; falta de tônus vital para a educação (23)
- postulados humanos da Constituição devem se corporificar; deixar de ser apenas verbo (24)
- A obra (humanismo social, criado por Castello Branco) continuará: espero colaboração por meio dos órgãos apropriados (26)
- mantereí os postulados da Revolução (democracia não é transcendência; é vocação humana, baseada no instinto de liberdade; o poder político tem origem popular) (27, 28. 29)
- voto a mim e a Pedro Aleixo implica certeza da colaboração do Congresso; peço o amparo de Deus para meu governo (32)

Avaliação: O orador reafirma postulados, práticas e propostas de seus antecessores. Sinaliza com a continuidade, pois. Com isso, leva em conta que não resta à audiência (recinto do Congresso e povo brasileiro) outra opção. Não há argumentação (debate, confronto com teses opostas); nem tampouco necessidade de detalhamento. O orador age como se tudo estivesse dado. É um discurso bem propício para quando não há oposição. Numa democracia efetiva, tal consenso “do alto” não existe.

Avaliação geral

Este discurso expressa valores muito fortes, aos quais o orador se apegava; mas ele não se ocupa em argumentar com a audiência para provar sua adequação. São fatos e valores dados como verdadeiros; o oposto da legítima argumentação. Nesta, a “verdade”, o “consenso” vai sendo construído a partir do compartilhamento: de leituras idênticas de realidade, de valores e de soluções adequadas. Se o discurso não é uma legítima argumentação, pode ser observada uma de duas coisas: ou existe um consenso fenomenal entre orador e audiência (Congresso, empresários, trabalhadores, sociedade civil); ou não existe espaço para a divergência. Só quem está em uma dessas duas condições pode fazer um discurso sem valorizar a argumentação, sem refutar as teses contrárias, sem “provar” para o auditório que a razão está com ele (orador).

Radiografia

Este discurso expressa valores muito fortes, aos quais o orador se apega; mas ele não se ocupa em argumentar com a audiência para provar sua adequação. São fatos e valores dados como verdadeiros; o oposto da legítima argumentação. Nesta, a “verdade”, o “consenso” vai sendo construído a partir do compartilhamento: de leituras idênticas de realidade, de valores e de soluções adequadas. Mas se não o discurso não é uma legítima argumentação, pode ser observada uma de duas coisas: ou um consenso fenomenal entre orador e audiência (Presidente, Congresso, empresários, trabalhadores, sociedade civil); ou não existe espaço para a divergência. Só quem está em uma dessas duas condições pode fazer um discurso sem valorizar a argumentação, sem refutar as teses contrárias, sem “provar” para o auditório que a razão está com ele (orador).

Poderia ser classificado como um discurso de “propaganda”, ou seja, aquele em que a audiência já está convencida e precisa apenas continuar aderindo aos valores do orador; ou, por outro lado, pode ser visto como a retórica da violência, em que não há o que argumentar; apenas explicitar a palavra do poder.

A configuração dos valores é a parte privilegiada deste discurso, em que o orador argumenta: a) com o que está dado e não é questionável; b) com valores, para sustentar essa realidade. Quanto mais o discurso se sustenta na imutabilidade da situação, quanto mais lança mão de valores, mais ideológico ele é; ser ideológico, neste caso, significa perpetuar a situação de mando no País. Outro mecanismo que denuncia o alto caráter ideológico é representado pelas racionalizações apresentadas, por meio de negativas enfáticas (a Revolução é x; e não y; minha candidatura é democrática; e não militar). Esta é a retórica de quem não precisa argumentar. E vem a público apenas para dizer a voz do poder.

No lugar geralmente reservado às propostas, o orador reafirma postulados, práticas e propostas de seus antecessores. Sinaliza com a continuidade, pois. Com isso, leva em conta que não resta à audiência (recinto do Congresso e povo brasileiro) outra opção. Não há argumentação (debate, confronto com teses opostas); nem tampouco necessidade de detalhamento. O orador age como se tudo estivesse dado. É um discurso bem propício para quando não há oposição. Numa democracia efetiva, tal consenso “do alto” não existe.

General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974)

Resumo

Sou a oferta e a aceitação. Não a promessa, mas a verdade, confiança, coragem, humildade, união, reverência à democracia. Como ato de justiça, ressalto o patriotismo da Junta Militar e a total dedicação de Costa e Silva. Sou (e sempre fui): do campo, da fronteira, da família, do povo, da caserna, da minha terra, do meu tempo. É hora de fazer a integração do homem do campo no desenvolvimento nacional. No campo internacional, não aceito senão uma posição de altivez para o Brasil. Na política interna, buscarei fortalecer governos municipais e sub-regionais. Às comunidades do interior levarei saneamento básico, para proteger a família. Ouvirei sempre o povo. Proponho um esforço para formar mão-de-obra especializada, para uma política salarial duradoura. Convoco a todos para a luta pelo desenvolvimento. Que todos se sintam agentes do processo: empresas, particularmente as nacionais, universidades, etc. Como homem da Revolução, creio na renovação, na atitude progressista, no primado do Direito. Passados os difíceis anos 60, nossa hora amanhecerá nos 70.

Discurso

<p>Homens de meu País!</p> <p>1. “Neste momento eu sou a oferta e a aceitação.”</p> <p>2. Não sou promessa. Quero ser verdade e confiança, ser a coragem a humildade, a união.</p> <p>3. A oferta de meu compromisso ao povo, perante o Congresso de seus representantes, quero-a um ato de reverdecimento democrático.</p> <p>4. A aceitação da faixa presidencial, faço-a um ato de justiça e a confissão de minhas crenças.</p> <p>5. Faço a justiça de proclamar o equilíbrio e a serena energia, o patriotismo e a grandeza com que se houveram os três Ministros Militares no exercício temporário da Presidência da República, que a mim transmitem, no símbolo dessa faixa, pelas mãos honradas de Sua Excelência, o Almirante AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRÜNEWALD.</p> <p>6. Faço a justiça de dizer, já agora ouvindo a nação, a cuja frente o destino me trouxe, faço a justiça de assinalar a total dedicação do grande Presidente COSTA E SILVA à causa pública, o empenho tanto, que se fez imolação da própria voz.</p> <p>7. Venho como sempre fui. Venho do campo, da fronteira, da família; venho do povo, da caserna; venho da minha terra e de meu tempo.</p> <p>8. Venho do minuano. “Este vento faz pensar no campo, meus amigos, este vento vem de longe, vem do pampa e do céu.”</p> <p>9. Valho-me, ainda uma vez, do poeta augusto do meu Sul, para ver, no vento, o homem do campo do todo o Brasil – o homem que ninguém vê, sem face e sem história – aquela humildade mansa, que a vida vai levando na quietação do caminho abraçando a coxilha.</p> <p>10. Homem do campo, creio no homem e no campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, por que assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isso não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz, levando ao campo a escola ao campo adequada; ali plantando a assistência médica e a previdência rural, a mecanização, o crédito e a semente, o fertilizante e o corretivo, a pesquisa genética e a perspectiva de comercialização. E tenho a diversificação e o aumento da produção agrícola. A ampliação das áreas cultivadas e a</p>	<p>(saudação)</p> <p>1. sou a oferta e a aceitação.</p> <p>2. Não promessa; verdade, confiança, coragem, humildade, união.</p> <p>3. A oferta de compromisso: reverência à democracia.</p> <p>4. Aceitação: ato de justiça e confissão de crenças.</p> <p>5. Proclamo a justiça: equilíbrio, serena energia, patriotismo da Junta Militar (nomeia).</p> <p>6. Faço a justiça: total dedicação de Costa e Silva, até a imolação da própria voz.</p> <p>7. Sou (e sempre fui): do campo, da fronteira, da família, do povo, da caserna, da minha terra, do meu tempo.</p> <p>8. Venho do minuano (vento que vem de longe: do pampa, do céu).</p> <p>9. No vento, vejo o homem do campo, humilde, manso.</p> <p>10. Como homem do campo, nele creio. Hora de fazer a integração dele no desenvolvimento nacional; farei revolução na agricultura, abastecimento, alimentação; darei terra e mais: escola, assistência médica, mecanização, crédito, semente, fertilizante, diversificação, ampliação do espaço. Agricultura: fonte de poupança contra a dependência. Aliada à ajuda</p>
--	--

<p>elevação da renda rural como essenciais à expansão de nosso mercado interno, sem o qual jamais chegaremos a ter uma poupança nossa, que nos torne menos dependentes e acione, com o nosso esforço, aliado à ajuda externa, um grande projeto nacional de desenvolvimento.</p> <p>11. Homem da fronteira, creio em um mundo sem fronteiras entre os homens.</p> <p>12. Sinto por dentro aquele patriotismo aceso dos fronteirões, que estende pontes aos vizinhos, mas não aceita injúrias nem desdém, e não se dobra na afirmação do interesse nacional.</p> <p>13. Creio em um mundo sem fronteiras entre países e homens ricos e pobres. E sinto que podemos ter o mundo sem fronteiras ideológicas, onde cada povo respeite a forma dos outros povos viverem. Creio em um mundo sem fronteiras tecnológicas, onde o avanço científico fique na mão de todo homem, na mão de toda nação, abrindo-se à humanidade a opção de uma sociedade aberta.</p> <p>14. Homem da fronteira, conheço o peso específico de nosso País e hei de fazê-lo valer em favor do nosso povo. Fronteirão, não sei, não vejo, não sinto, não aceito, outra posição do Brasil no mundo que não seja a posição da altivez. E sinto que esta nossa América, já na idade da razão, realizado o esforço concentrado e pertinaz de formulação de suas posições, há de receber, em breve, a solidariedade da outra América.</p> <p>15. E creio que se pode tornar mais intenso o surto de comercialização de nossos produtos e buscar o comprador na extensão roda do mapa do mundo. E creio na contribuição de nossa gente, para o entendimento, o respeito e a paz entre os povos.</p> <p>16. Homem de família, creio no diálogo entre as gerações e as classes, creio na participação. Creio que a grandeza do Brasil depende muito mais da família que do Estado, pois a consciência nacional é feita da alma de educador que existe em cada lar. E, por que assim o creio, é que buscarei fortalecer as estruturas de governos municipais e sub-regionais, provendo as comunidades do interior do saneamento básico indispensável à proteção da unidade familiar, pedra angular da sociedade.</p> <p>17. Homem do povo, creio no homem e no povo, como nossa potencialidade maior, e sinto que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública. E, por que assim o creio, e por que o sinto amadurecido para a tarefa global, é que buscarei ouvi-lo sempre.</p> <p>18. Homem do povo, olho e vejo o trabalhador de</p>	<p>externa, grande projeto nacional de desenvolvimento.</p> <p>11. Como homem da fronteira, creio num mundo sem fronteiras.</p> <p>12. Sinto o patriotismo dos fronteirões: pontes aos vizinhos, mas não desdém, não se dobra.</p> <p>13. Mundo sem fronteiras: entre países, homens (ricos ou pobres), ideológicas, tecnológicas, científicas; sociedade aberta.</p> <p>14. Como homem de fronteira, sei do peso do País: não aceito senão posição de altivez. Está na hora de receber a solidariedade da outra América.</p> <p>15. Creio na ampliação do comércio e na contribuição do Brasil para a paz entre os povos.</p> <p>16. Como homem de família, creio no diálogo das classes; a grandeza depende mais da família que do Estado; buscarei fortalecer governos municipais e sub-regionais; comunidades do interior: saneamento básico para proteger a família.</p> <p>17. Como homem do povo, creio na mobilização coletiva par ao desenvolvimento: ouvirei sempre o povo.</p> <p>18. Homem do povo, vejo</p>
---	--

<p>todas as categorias e sinto que, normalizada a convivência entre empregados e patrões e consolidada a unificação da previdência social, nosso esforço deve ser feito na formação e no aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada e no sentido da formulação de uma política salarial duradoura, que assegure o real aumento do salário e não o reajustamento enganador.</p> <p>19. Homem do povo, conheço a sua vocação de liberdade, creio no poder fecundante da liberdade.</p> <p>20. Homem da caserna, creio nas virtudes da disciplina, da ordem, da unidade de comando. E creio nas messes do planejamento sistematizado, na convergência de ações, no estabelecimento das prioridades. E, por que assim o creio, é que tudo farei por coordenar, integrar e totalizar nossos esforços – tantas vezes supérfluos, redundantes, contraditórios, dispersivos – em uma tarefa global, regida por um grande plano diretor .</p> <p>21. Homem da caserna, creio nos milagres da vontade.</p> <p>22. E, por que o creio, convoco a vontade coletiva, a participação d todos os que acreditam na compatibilidade da democracia com a luta pelo desenvolvimento, para que ninguém se tenha espectador e todos se sintam agentes do processo.</p> <p>23. Homem de minha terra, creio nas potencialidades e na viabilidade econômica e social de meu País. Creio no desenvolvimento com, fenômeno global, interiorizado primeiro na alma de cada homem, para poder ganhar, então, a alma da terra toda.</p> <p>24. Creio na função multiplicadora da empresa, e, por que assim o creio, buscarei fortalecê-la – sobretudo a empresa nacional – encontrando formas e processos de baratear-lhe os custos de produção para que se fortifique e mais produza. E me empenharei no sentido da utilização racional e efetiva do território brasileiro, na vivificação das estruturas municipais, na atenuação dos desequilíbrios regional!</p> <p>25. Homem de meu tempo, tenho pressa. Sei que, no ano 63, antes da Revolução, nosso crescimento era nenhum e que a inflação se aproximava de cem por cento, Sei que hoje nosso crescimento oscila entre 6 e 7% e que a inflação decresce, já agora em nível de alguma estabilidade. Sei que nos últimos anos avançamos no fortalecimento das instituições econômicas, edificando, não só a estrutura, mas a mentalidade de planejamento, programação e orçamentação.</p> <p>26. Homem de meu tempo, sei que essa metodologia e esse ritmo de crescimento, por si sós, já não nos bastam, que</p>	<p>normalizada a convivência entre empregados e patrões, unificada a previdência social; esforço para formar mão-de-obra especializada, política salarial duradoura, real aumento de salário.</p> <p>19. Homem do povo: creio no poder fecundante da liberdade.</p> <p>20. Homem da caserna, creio: na disciplina, ordem, unidade de comando; no planejamento sistematizado; prioridades. Tudo farei para coordenar atividades num plano diretor.</p> <p>21. Homem da caserna: creio nos milagres da vontade.</p> <p>22. Convoco a todos para a luta pelo desenvolvimento: todos se sintam agentes do processo.</p> <p>23. Homem de minha terra, creio no desenvolvimento, que deve ser interiorizado.</p> <p>24. Creio na empresa (sobretudo a nacional), que fortalecerei, pelo barateamento de custos, racionalização do uso do território nacional, vivificação dos municípios, atenuação do desequilíbrio regional.</p> <p>25. Homem do meu tempo, tenho pressa: antes de 63, inflação de 100%, sem crescimento; hoje, crescimento de 6 ou 7%, instituições econômicas fortalecidas: planejamento e orçamentação.</p> <p>26. Homem do meu tempo, sei que precisa acelerar o</p>
---	--

urges acelerar o processo; que “o minuano, para enganar a miséria, geme e dança pela rua”; que penso nas vidas que virão; penso nas dores futuras; penso no século que vai nascer.

27. Homem de meu tempo, creio no surto industrial brasileiro, em bases estáveis, de vivência nossa, de nosso exclusivo interesse, buscando-se a evolução, o mais cedo que se possa, dos tempos de filial para os tempos de matriz.

28. Homem de meu tempo, creio na mocidade e sinto na alma a responsabilidade perante a História. E, por que o sinto e o creio, é que darei de mim o que puder pela melhor formulação da política de ciência e tecnologia, que acelere nossa escalada para os altos de uma sociedade tecnológica humanizada.

29. Homem de meu tempo, tenho fé em que possamos, no prazo médio de meu governo, preparar as bases de lançamento de nossa verdadeira posição nos anos 2000 e assegurar a nossa participação em programas nuclear e espacial, sempre que sirvam para a aceleração do desenvolvimento brasileiro.

30. Homem da Revolução, eu a tenho incontestável, e creio no ímpeto renovador e inovador de seus ideais. E, por que a tenho assim, é que a espero mais atuante e progressista. E, depois de aceito o desafio econômico, eis à nossa frente o desafio tecnológico.

31. Homem da Revolução, é meu propósito revolucionar a educação, a saúde, a agricultura, para libertar o nosso homem de seus tormentos maiores e integrar multidões ao mundo dos homens válidos.

31. E, para isso, convoco a Universidade, chamo a Igreja, aceno à empresa, e brado ao povo para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo.

32. Homem da lei e do regulamento, creio no primado do Direito. E, por que homem da lei, é que pretendo velar pela ordem jurídica. E, homem de pés no chão, sinto que, nesta hora, a ordem jurídica se projeta em dois planos. Vejo O plano institucional, destinado a preservar as conquistas da Revolução, vejo o plano constitucional, que estrutura o Estado e assegura o funcionamento orgânico dos Poderes. Estou convencido de que é indispensável a coexistência dessas duas ordens jurídicas, expressamente reconhecida pela Constituição, fundada no imperativo da segurança nacional, e coerente enquanto for benéfica à defesa da democracia e à realização do bem comum.

33. Homem da lei, sinto que a plenitude do régimen democrático é uma aspiração nacional. E, para isso, creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo,

processo, para beneficiar as vidas que virão.

27. Homem de meu tempo: creio no surto industrial, estável, baseado no interesse nacional: mudar de filial para matriz.

28. Homem de meu tempo, creio na mocidade: formularei política de ciência e tecnologia para acelerar a escalada para uma sociedade tecnológica e humanizada.

29. Homem de meu tempo, tenho fé de lançar as bases para 2000: participação no programa nuclear e espacial, para aceleração do desenvolvimento brasileiro.

30. Homem da Revolução, creio na renovação, na atitude progressista: o desafio tecnológico, vencido o desafio econômico.

31. Homem da Revolução, tenho o propósito de revolucionar: educação, saúde, agricultura, libertar os homens de seus tormentos e integrar multidões de homens válidos.

31. Convoco a Universidade, a Igreja, empresa, o povo para “me ajudar a ajudar a si mesmo.”

32. Homem da lei e do regulamento: primado do direito; as duas ordens jurídicas, a da Revolução e a da Constituição devem coexistir, baseadas no imperativo da Segurança Nacional e coerente, enquanto benéfica, com a defesa da democracia.

<p>baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. Creio em que os partidos políticos valem como forças vivas que atuam sobre a vida nacional, quando a dinâmica das idéias prevalece sobre a pequenez dos interesses. E sinto que urge fortalecer o Partido da Revolução, para que ele seja, não só o sustentáculo deste Governo, mas uma verdadeira escola de política nacional harmonizada com pensamento revolucionário.</p> <p>34. E spero da oposição que nos honre com o cumprimento de seu dever, apontando erros, aceitando acertos, indicando caminhos, fiscalizando e fazendo também a sua escola de democracia, dignidade e respeito mútuo.</p> <p>35. Homem da lei, creio imperioso dotar o Brasil de novos códigos que reflitam os progressos da ciência jurídica, a atualização dos institutos e as inquietudes de um povo em desenvolvimento.</p> <p>36. E, homem de fé, creio nas bênçãos de Deus aos que não têm outros propósitos que não sejam os do trabalho da vida inteira, os da justiça e os da compreensão entre os homens.</p> <p>37. E creio nos milagres que os homens fazem com as próprias mãos! E nos milagres da vontade coletiva. Creio na humanização da vida dos severinos do campo. E na solidariedade da família brasileira Creio na alma generosa da mocidade. Creio na minha terra e no meu povo. Creio na sustentação que me haverão de dar os soldados como eu. Creio no apressamento do futuro.</p> <p>38. E creio em que, passados os dias difíceis dos anos 60, amanhecerá na década de 70, a nossa hora.</p> <p>39. E creio na missão de humanidade, de bondade e de amor que Deus confiou à minha gente.</p> <p>40. E, por que o creio, e por que o sinto, no arrepio de minha sensibilidade, é que, neste momento, sou oferta e aceitação.</p> <p>41. E aceito, neste símbolo do Governo da República, a carga imensa de angústias, de preocupações, de vigílias – a missão histórica que me foi dada. E a ela me dou, por inteiro, em verdade e confiança, em coragem, humildade e união. E a ela me dou, com a esperança acesa no coração, que o vento de minha terra e de minha infância, que nunca me mentiu no seu augúrio, está dizendo que Deus não me faltará, está me trazendo o cheiro de minha terra e de minha gente.</p> <p>42. E, com a ajuda de Deus e dos homens, haverei de pôr na mão do povo tudo aquilo em que mais creio.</p> <p>(1.955 palavras)</p>	<p>33. Homem da lei: o regime representativo é a aspiração nacional: pluralidade de partidos (forças vivas), prevalência das idéias sobre a pequenez dos interesses; urge fortalecer o partido da Revolução, sustentáculo do governo e escola de política nacional.</p> <p>34. Que a oposição cumpra seu dever: crítica, fiscalização, dignidade, respeito.</p> <p>35. Homem da lei: o Brasil precisa de novos códigos jurídicos adequados ao desenvolvimento.</p> <p>36. Homem de fé, creio nas bênçãos de Deus aos que primam pelo trabalho, justiça, compreensão.</p> <p>37. Creio nos milagres vindos das mãos dos homens, da vontade coletiva; na “humanização dos severinos” do campo, na solidariedade da família brasileira, na minha terra, no meu povo, na sustentação dos soldados (como eu).</p> <p>38. Creio: passados os difíceis anos 60, nossa hora amanhecerá nos 70.</p> <p>39. Creio na missão de humanidade, bondade de Deus.</p> <p>40. Por isso, neste momento, sou a oferta e a aceitação.</p> <p>41. Aceito, no governo da República: carga de angústias, missão histórica; a ela me dou, com coragem, confiança, humildade e união.</p> <p>42. Com a ajuda de Deus</p>
--	---

porei na mão do povo tudo o
que mais creio.

Configuração

Estrutura

O pronunciamento é composto de 42 parágrafos e está organizado em tópicos que, uma vez anunciados no início, se desenvolvem ao longo do discurso. O orador coloca-se no centro (sou a oferta e a aceitação) e se identifica como homem do campo, da caserna, de seu tempo, de fé. E, a partir desse mote, declara suas crenças, sempre vinculadas a propostas.

Do 1º ao 9º, trabalha a auto-identificação (quem sou, de onde vim, no que creio).

Do 10º ao 39º, volta a mencionar suas identificações e faz propostas políticas e econômicas.

Do 40º ao 42º faz as invocações finais

Tipificação do discurso

É um discurso que se pretende (não quer dizer que o seja) do tipo deliberativo, que se centra em valores (persuasão), mais que em razões (convencimento). Procura a adesão da audiência pela enumeração de valores, que seriam os mesmos dos ouvintes. E se ele é a encarnação de tais valores, ele é o “ungido” para dirigir a Nação. O tom de “credo” (Creio...), aliado à recorrência à própria figura dão um caráter quase que messiânico (sou a oferta e a aceitação). Esse recurso pode levar a audiência a repelir essa “egolatria”. Então, como não há alternativa (sou a “única” oferta), o discurso assume um tom extremamente autoritário, ainda que recheado de elogios à democracia.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- proclamo a justiça: equilíbrio, serena energia, patriotismo da Junta Militar (5)
- faço a justiça: total dedicação de Costa e Silva, até a imolação da própria voz (6)
- homem:
 - do campo (10)
 - da fronteira (11)
 - da família (16)
 - do povo (17)
 - da caserna (20)
 - da minha terra (23)
 - do meu tempo (25)
 - da revolução (30)
 - da lei (32)
 - de fé (36)
- creio na empresa (sobretudo a nacional), que fortalecerei (24)

Avaliação: Ao se identificar com os vários papéis que enumera (homem do campo, da fronteira, da família...), o orador busca formar com a audiência uma identificação e uma correspondência empática, do tipo “se você é um desses homens, eu sou como você; e se eu sou como você, eu estou do seu lado e cumpro os seus desejos”. Esse é um tipo de estratégia que inclui e exclui: “ou você se identifica com um desses papéis ou você está fora de minha agenda.” Na verdade, lida com estereótipos: não existe um papel imutável para “homem do campo, homem da lei, homem de fé”. Todo estereótipo pode facilmente cair por terra. Portanto, o abuso da estratégia de identificação (eu sou tudo o que há de bom, personificado em papéis profissionais e sociais) acaba fragilizando o discurso. O simulacro desse discurso está no hit de Don e Ravel (Eu venho do campo.../ você também é responsável/ então me ensine a escrever/...).

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

Avaliação: O orador não menciona explicitamente problemas, perigos, inimigos, a não ser incidentalmente. Sua leitura desses desafios pode ser deduzida de suas propostas: diversificação da agricultura, integração do homem do campo, saneamento, interiorização do desenvolvimento, industrialização, planejamento, orçamentação. Se ele não sente necessidade de alinhar tais problemas, é porque não considera que a audiência precise ser influenciada. De fato, ele já é a solução. A ausência desse tipo de argumentação reforça o caráter autoritário do discurso.

III. Advertências

Mesma análise que a de **II. Menção a problemas, perigos, inimigos**.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver análise de I. Cortesias, agradecimentos, elogios.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

Não se revelaram relevantes.

b) Afirmativas enfáticas:

A ênfase de suas afirmações poderão ser mais bem vistas em c) Identidade do orador e em V. Proposições... porque derivam não de expressões enfáticas isoladamente, mas das repetições.

c) Identidade do orador

– sou a oferta e a aceitação (1, 40)

- não [sou a] promessa, mas verdade, confiança, coragem, humildade, união (2)
- a oferta de compromisso: reverência à democracia (3)
- aceitação: ato de justiça e confissão de crenças (4)
- homem do campo (7, 8, 10)
- homem da fronteira (11, 12, 14)
- homem de família (16)
- homem do povo (17, 18, 19)
- homem da caserna (20, 21)
- homem de minha terra (23)
- homem de meu tempo (25, 26, 27, 28, 29)
- homem da Revolução (30, 31)
- homem da lei (32, 33,35)
- homem de fé (36)
- aceito, no governo da República: carga de angústias, missão histórica; a ela me dou (41)

Avaliação: O orador lança mão do modelo de um discurso religioso, em que ecoam palavras bíblicas (como se pode confrontar “eu sou o caminho, a verdade e a vida”, com eu sou a oferta e a aceitação). Além disso, a repetição recorrente (anáfora) dá ao discurso um tom de ladainha (oração caracterizada pela repetição de um termo inicial). O emprego dessa estratégia busca configurar uma homogeneidade de interesses entre o orador e a audiência, na medida em que a audiência se identifique com tais valores. Se, por um lado, essa repetição confere uma certa cadência (positiva), por outro, pode levar à monotonia. O retorno de um refrão pode manter a audiência ligada no que foi dito antes, para compor um “fio narrativo”; mas o abuso desse recurso pode levar à dispersão (uma oração tem o funcionamento de um mantra, cujo objetivo é o desligamento daquele que reza). Outro ponto negativo é que o orador pode ser visto pela audiência como imodesto, soberbo, quase Deus e reagir negativamente a essa postura.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

As proposições constituem, na maior parte das vezes, o par da identificação do orador. É como uma estrutura de causa-efeito; motivo-conseqüência. O par seria assim composto: “[uma vez que sou] homem de [qualidade], farei tal coisa”. Por vezes, não são propostas que ele anuncia, mas crenças (creio), que soam como tal. Outras vezes, são atitudes: de rejeição ou de aceitação. Outras vezes, expressão de desejos.

- é hora de fazer a integração [do homem do campo] no desenvolvimento nacional (10)
- farei revolução na agricultura, abastecimento, alimentação (10)
- darei terra e mais: escola, assistência médica, mecanização, crédito, semente, fertilizante, diversificação, ampliação do espaço (10)
- não aceito senão posição de altivez (14)
- buscarei fortalecer governos municipais e sub-regionais; comunidades do interior: saneamento básico para proteger a família (16)
- creio na mobilização coletiva para ao desenvolvimento (17)
- ouvirei sempre o povo (17)
- formar mão-de-obra especializada, política salarial duradoura, real aumento de salário (18)

- tudo farei para coordenar atividades num plano diretor (20)
- convoco a todos para a luta pelo desenvolvimento: todos se sintam agentes do processo (22)
- creio no desenvolvimento, que deve ser interiorizado (23)
- creio na empresa (sobretudo a nacional), que fortalecerei (24)
- racionalização do uso do território nacional (24)
- vivificação dos municípios (24)
- atenuação do desequilíbrio regional (24)
- precisa acelerar o processo [de desenvolvimento econômico], para beneficiar as vidas que virão (26)
- creio no surto industrial, estável, baseado no interesse nacional (27)
- mudar [a posição internacional do Brasil no processo econômico] de filial para matriz (27)
- formularei política de ciência e tecnologia para acelerar a escalada para uma sociedade tecnológica e humanizada (28)
- participação no programa nuclear e espacial, para aceleração do desenvolvimento brasileiro (29)
- creio na renovação, na atitude progressista: o desafio tecnológico, vencido o desafio econômico (30)
- tenho o propósito de revolucionar: educação, saúde, agricultura, libertar os homens de seus tormentos e integrar multidões de homens válidos (31)
- convoco a Universidade, a Igreja, empresa, o povo para “me ajudar a ajudar a si mesmo.” (31)
- as duas ordens jurídicas, a da Revolução e a da Constituição devem coexistir, baseadas no imperativo da Segurança Nacional e coerente, enquanto benéfica, com a defesa da democracia (32)
- [fortalecimento do] regime representativo é a aspiração nacional: pluralidade de partidos (33)
- que a oposição cumpra seu dever: crítica, fiscalização, dignidade, respeito (34)
- o Brasil precisa de novos códigos jurídicos adequados ao desenvolvimento (35)
- creio na “humanização dos severinos” do campo, na solidariedade da família brasileira, na minha terra, no meu povo, na sustentação dos soldados (como eu) (37)
- com a ajuda de Deus porei na mão do povo tudo o que mais creio (42)

Avaliação: Embora genéricas, e expressas mais como intenções, as propostas do orador são bastante amplas e bastante inclusivas, ou seja, incorporam benefícios para todas as camadas da sociedade. Ao expressar suas propostas como crenças, compartilha-as com a audiência, que deverá se responsabilizar, também, pela consecução de tais propostas. A vantagem: ao conferir poder à audiência, qualifica-a; a desvantagem: ao não assumir enfaticamente tais propostas como projetos exequíveis, fragiliza seu discurso.

Avaliação geral

Trata-se de um discurso que se assemelha muito a um do tipo deliberativo, bastante carregado no emprego da linguagem. Tem uma estrutura bem amarrada. Abusa dos

recursos retóricos da recorrência ao modelo do discurso religioso. Mas revela-se, ao final, um discurso autoritário, pela posição que assume o orador: ele é o catalisador de todas as qualidades e propostas; e só resta à audiência aderir a tais propostas e aceitá-lo.

Radiografia

Trata-se de um discurso que se assemelha muito a um do tipo deliberativo, bastante carregado no cuidado com a linguagem. Tem uma estrutura bem amarrada. Abusa dos recursos retóricos e da recorrência ao modelo do discurso religioso. Mas revela-se, ao final, um discurso autoritário, pela posição que assume o orador: ele é o catalisador de todas as qualidades e propostas; e só resta à audiência aderir a tais propostas e aceitá-lo.

É um discurso que se pretende (não quer dizer que o seja) do tipo deliberativo, que se centra em valores (persuasão), mais que em razões (convencimento). Procura a adesão da audiência pela enumeração de valores, que seriam os mesmos dos ouvintes. E se ele é a encarnação de tais valores, ele é o “ungido” para dirigir a Nação. O tom de “credo” (Creio...), aliado à recorrência à própria figura dão um caráter quase que messiânico (sou a oferta e a aceitação). Esse recurso pode levar a audiência a repelir essa “egolatria”. Então, como não há alternativa (sou a “única” oferta), o discurso assume um tom extremamente autoritário, ainda que recheado de elogios à democracia.

Ao se identificar com os vários papéis que enumera (homem do campo, da fronteira, da família...), o orador busca formar com a audiência uma identificação e uma correspondência empática, do tipo “se você é um desses homens, eu sou como você; e se eu sou como você, eu estou do seu lado e cumpro os seus desejos”. Esse é um tipo de estratégia que inclui e exclui, ao mesmo tempo: “ou você se identifica com um desses papéis ou você está fora de minha agenda.” Na verdade, lida com estereótipos: não existe um papel imutável para “homem do campo, homem da lei, homem de fé”. Todo estereótipo pode facilmente cair por terra. Portanto, o abuso da estratégia de identificação (eu sou tudo o que há de bom, personificado em papéis profissionais e sociais) acaba fragilizando o discurso. O simulacro desse discurso está no hit de Don e Ravel (Eu venho do campo.../ você também é responsável/ então me ensine a escrever/...).

O orador lança mão do modelo de um discurso religioso, em que ecoam palavras bíblicas (como se pode confrontar “eu sou o caminho, a verdade e a vida”, com eu sou a oferta e a aceitação). Além disso, a repetição recorrente (anáfora) dá ao discurso um tom de ladainha (oração caracterizada pela repetição de um termo inicial). O emprego dessa estratégia busca configurar uma homogeneidade de interesses entre o orador e a audiência, na medida em que esta se identifique com tais valores. Se, por um lado, tal repetição confere uma certa cadência (positiva), por outro, pode levar à monotonia. O retorno de um refrão pode manter a audiência ligada no que foi dito antes, para compor um “fio narrativo”; mas o abuso desse recurso pode levar à dispersão (uma oração tem o funcionamento de um mantra, cujo objetivo é o desligamento daquele que reza). Outro ponto negativo é que o orador pode ser visto pela audiência como imodesto, soberbo, quase Deus e reagir negativamente a essa postura.

Embora genéricas, e expressas mais como intenções, as propostas do orador são bastante amplas e bastante inclusivas, ou seja, incorporam benefícios para todas as camadas da sociedade. Ao expressar suas propostas como crenças, compartilha-as com a audiência, que deverá se responsabilizar, também, pela consecução de tais propostas. A vantagem: ao conferir poder à audiência, qualifica-a; a desvantagem: ao não assumir enfaticamente tais propostas como projetos exequíveis, fragiliza seu discurso.

General Ernesto Geisel (1974-1979)

Resumo

O presidente sente-se duplamente honrado ao receber a faixa: por ser presidente, e por continuar a obra de Médici. No governo anterior, a Nação ganhou confiança, com a integração territorial obtida, pelas estradas abertas; com a integração social, que fez diminuir desníveis regionais e entre grupos sociais, na cidade e no campo, de um extremo ao outro. O projeto nacional, calcado no ideal de desenvolvimento e segurança empolga a alma popular, estimula realizações. Houve modernização, que animou os brasileiros; estes, pelo trabalho dignificante, enfrentam desafios, resistem a frustrações sempre fiéis aos compromissos assumidos com o exterior. O governo Médici foi o tónus revigorante da Revolução de 64: demonstrou com números, a obra que ostenta; nascida de um conflito, a Revolução alimenta esperanças de um futuro promissor, de consenso em torno da criação de uma grande nação. Que entre governo e povo haja comunhão e confiança recíproca; e, com a sintonia do pensar e do querer, realizem os ideais comuns dos brasileiros.

Discurso

<p>1. Ao receber das mãos dignas de V. Exa. esta simbólica faixa presidencial. Sinto-me duplamente honrado, não só pela insigne distinção que me é conferida, de exercer a suprema magistratura da Nação, mas ainda por me caber prosseguir a notável obra de governo que V. Exa. com aplauso geral dos brasileiros, vem de realizar nestes últimos quatro anos portentosos.</p> <p>2. A Nação ganhou inabalável confiança em si mesma, avançando a largos passos para seu grande destino que nada mais deterá. A integração territorial, velho sonho intermitente de séculos, afirmou-se definitivamente através de milhares de quilômetros de estradas que rasgaram a interlândia quase deserta e demandaram, afoitas, os confins mais longínquos desta pátria imensa.</p> <p>3. Laços mais fortes de integração social, objetivando aplainar desníveis regionais e injustas disparidades entre grupos sociais diversos, reforçam cada dia mais a solidariedade nacional, das cidades aos campos, desde o Amapá ao Chuí e das barreiras atlânticas ao vasto arco fronteiriço do interior distante.</p> <p>4. Um projeto nacional de grandeza para a Pátria, alicerçado no binômio indissolúvel do desenvolvimento e da segurança, empolga, em todos os quadrantes, a alma popular e estimula a realizações cada vez mais admiráveis, mesmo que à custa de sacrifícios maiores que se façam acaso mister.</p> <p>5. Um sopro de modernização e dinamismo anima arrebatador o povo brasileiro, certo este de que superará, por seu esforço próprio, incansável, por seu patriotismo muitas vezes comprovado e pelo trabalho dignificante e germinador, os desafios da hora presente, as insatisfações que ainda o assaltam, as frustrações que ainda restam do passado. E a Nação, fiel sempre a quaisquer compromissos voluntariamente assumidos na esfera internacional, dá-se bem conta de suas responsabilidades acrescidas no contexto mundial - e nunca as defraudará.</p> <p>5. Eis aí o tônus revigorante que trouxe ao país esta Revolução de 64 que breve completará um decênio criador e que não se esvaiu em promessas vãs, antes demonstrou, com realidades e com números, a que veio realmente, através da obra fecunda que ora ostenta aos olhos todos do mundo. Natural é, portanto, que ela, dramaticamente nascida, como tinha de ser, de um dissenso dilacerador e profundo, enfune agora velas de esperança a um futuro, mais promissor ainda, de generoso consenso nacional em torno do decidido e</p>	<p>1. Duplamente honrado ao receber a faixa: por ser presidente, e por continuar a obra de Médici.</p> <p>2. A Nação ganhou confiança: integração territorial obtida, pelas estradas abertas.</p> <p>3. Integração social, diminuição de desníveis regionais e entre grupos sociais, na cidade e no campo, de um extremo ao outro.</p> <p>4. Projeto nacional de grandeza: desenvolvimento e segurança: empolga a alma popular, estimula realizações.</p> <p>5. Sopro de modernização e dinamismo anima os brasileiros, patrióticos, incansáveis; pelo trabalho dignificante, enfrenta desafios, resiste a frustrações; fiel a compromissos assumidos com o exterior.</p> <p>5. Tônus revigorante da Revolução de 64: demonstrou com números, a obra que ostenta; nascida de um conflito, alimenta esperanças de um futuro promissor, de consenso em torno da criação de uma grande nação.</p>
---	--

magnífico propósito da criação de uma grande nação, próspera, soberana e justa - o Brasil de nossos filhos, o Brasil de nossos netos.

6. Na direção suprema do país, V. Exa. cuja estatura de governante sereno e firme, em sintonia sempre com os anseios populares, ora se incorpora em traços definitivos singulares à história de nossa Pátria, bem como os beneméritos Presidentes revolucionários que o antecederam - Castello Branco na sua exemplaridade austera de estadista, Costa e Silva no seu autêntico perfil de líder humano, resoluto e bom - lançaram as bases sólidas desta grande renovação nacional que é realmente obra, ingente e dignificante, de nosso povo, mas também é, substancialmente, inspiração demiúrgica dos três grandes líderes revolucionários que tão bem souberam encarnar, em sucessão, o ideário todo, mais ou menos indefinido antes, da Revolução de 64.

7. Que Deus me dê forças a mim, e clarividência e energia, para levar avante esse legado superior de consciência cívica e de pragmatismo criador, para o bem de nossa Pátria e bem-estar de nosso povo.

8. Que este, nas reservas genuínas de sua robusta fé patriótica, encontre ânimo cada vez maior para enfrentar os duros embates que nunca, faltarão, nesta luta incansável de todos os dias do erguimento de uma grande nação, tal a que esperamos legar às gerações futuras.

9. E que, entre governo e povo, na comunhão sempre renovada de confiança recíproca, construída na verdade e na franqueza, se forje a mais perfeita sintonia do sentir, do pensar e do querer, essencial à plena concretização de nossos alevantados ideais comuns de brasileiros.

(624 palavras)

6. V. Exa (Médici) na direção da Nação: governante sereno, em sintonia com os anseios populares; continuidade da obra dos presidentes revolucionários; realizou obra dignificante.

7. Que Deus dê criatividade e força para levar a obra avante.

8. Que (o presidente) encontre ânimo para enfrentar os duros embates.

9. Que entre governo e povo, em comunhão e confiança recíproca, em sintonia do pensar e do querer realizem os ideais comuns dos brasileiros.

Configuração

Estrutura

Composto de 9 parágrafos, está assim distribuídos:

- Do 1º ao 7º, faz elogios ao antecessor e ressalta seus feitos.
- Do 7º ao 9º faz pede ânimo a Deus, e sintonia com o povo, para governar.

Tipificação do discurso

É um discurso do tipo “de falar bem” de si . Saúda o antecessor, elogia seus feitos e se compromete a continuar a obra. Extremamente sucinto e simples, mesmo que contenha algumas figuras de linguagem (enfundar velas – metáfora do governo como um navio). Aparentemente, é o discurso para o auditório composto por uma só pessoa: Médici, que lhe legou o governo. Só a ele cabe agradar.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- duplamente honrado ao receber a faixa: por ser presidente, e por continuar a obra de Médici (1)
- nação ganhou confiança, com as obras (2)
- integração social, diminuição de desníveis regionais e entre grupos sociais (3)
- projeto nacional de grandeza⁴.
- sopro de modernização e dinamismo anima os brasileiros (5)
- tônus revigorante da Revolução de 64 (5)
- governante sereno, em sintonia com os anseios populares (6)

Avaliação: Como se trata de um discurso do tipo laudatório, o principal conteúdo está neste tópico: elogios ao antecessor. Desconsidera toda a outra audiência (Congresso, organizações social); à exceção do “povo” que aparece como sendo o apoiador do elogiado. Silenciar sobre “o que fazer”, “que problemas enfrentar”, “que medidas adotar” denota uma postura altamente autoritária. É o discurso do que está cheio de si; e não o do quer convencer a audiência a segui-lo.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

Sem menções.

III. Advertências

Sem advertências.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver I. Cortesias, agradecimentos, elogios.

V. Crenças e valores

Ver I. Cortesias, agradecimentos, elogios.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- que Deus dê criatividade e força para levar a obra avante (7)
- que (o presidente) encontre ânimo para enfrentar os duros embates (8)
- que entre governo e povo, em comunhão e confiança recíproca, em sintonia do pensar e do querer realizem os ideais comuns dos brasileiros (9)

Avaliação: Não há proposições; apenas pedidos.

Avaliação geral

Este é um discurso voltado para o auditório de um homem, apenas (o antecessor). A ele, o orador credita poder. Limita-se a elogios. Desconsidera as audiências especializadas (Congresso, Judiciário, empresários, partidos, trabalhadores). É um discurso “maníaco”, uma vez que o orador é presidente do Brasil, e não o Executivo-Chefe de uma corporação, escolhido pelo proprietário.

Radiografia

Este é um discurso voltado para o auditório de uma pessoa, apenas (o antecessor). A ele, o orador credita poder. Limita-se a elogios. Desconsidera as audiências especializadas (Congresso, Judiciário, empresários, partidos, trabalhadores). É um discurso “maníaco”, uma vez que o orador é presidente do Brasil, e não o Executivo-Chefe de uma corporação, escolhido pelo proprietário.

É uma fala do tipo laudatória. Saúda o antecessor, elogia seus feitos e se compromete a continuar a obra. Por isso, o principal conteúdo está nos elogios ao antecessor. A única menção diferente é ao “povo” que aparece como sendo o apoiador do elogiado. Silenciar sobre “o que fazer”, “que problemas enfrentar”, “que medidas adotar” denota uma postura altamente autoritária. É o discurso do que está cheio de si; e não o do quer convencer a audiência a segui-lo.

Não apresenta propostas, apenas pedidos.

É extremamente sucinto e simples, mesmo que contenha algumas figuras de linguagem (enfundar velas – metáfora do governo como um navio).

General João Batista Figueiredo (1979-1985)

Resumo

Inicialmente, saúda, elogia e agradece o antecessor, ressaltando suas qualidades de estadista, democrata; saúda, em seguida, os representantes estrangeiros e os dirigentes do Legislativo e do Judiciário. Para Figueiredo, o juramento feito no Congresso não é protocolar: é penhor da honra de servir ao povo brasileiro. Por isso, reafirma uma série de compromissos: manter os ideais (sociedade livre e democrática) da Revolução de 1964; fazer do Brasil uma democracia; prosseguir com as reformas de Geisel; sustentar a independência dos poderes; garantir os direitos constitucionais a todos; conciliar-se com todos os brasileiros; propiciar vida digna aos cidadãos; dar prioridade para o desenvolvimento agropecuário; combater a inflação; promover o equilíbrio das contas internacionais; fazer das cidades locais habitáveis; garantir a cada trabalhador a remuneração justa; garantir direitos de assistência (saúde, educação, previdência) aos brasileiros.

Discurso

<p>1. Os passos de Vossa Excelência, eu os acompanhei em toda a minha vida. Para mim, Ernesto Geisel foi exemplo de virtudes militares e cívicas a seguir e emular.</p> <p>2. Deus me premiou ao fazer-me receber esta faixa, insígnia da mais alta magistratura de nossa Pátria, das mãos honradas de Vossa Excelência.</p> <p>3. O elogio de seu governo, melhor do que eu, toda a Nação o faz. Toda a Nação aí está para dar testemunho da história real dos cinco anos que hoje se encerram. Como seu antigo ministro, tudo o que diga será pouco.</p> <p>4. Vi Vossa Excelência sofrer com os que sofrem. Jamais tomar para si os momentos de alegria e de realização. Examinar as questões e decidir, no interesse exclusivo do bem da Nação e do Povo.</p> <p>5. Vi quando mudou convicções amadurecidas, diante de soluções mais adequadas.</p> <p>6. Vi quando – entre tantas propostas conflitantes – ousou escolher a melhor, ainda que a menos popular.</p> <p>7. Vi a serena e patriótica lucidez de Vossa Excelência quando – a despeito de duras crises, no âmbito nacional e internacional – soube conduzir o País a um real progresso social e político.</p> <p>8. E peço a Deus que, ao sair deste Palácio, daqui a seis anos, tenha eu percorrido o caminho exemplar de Vossa Excelência: caminho que é a própria História da nossa Pátria.</p> <p>Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente Adalberto Pereira dos Santos:</p> <p>9. Dos cargos e funções públicas, poucos serão tão nobilitantes quanto aquele que é o próprio símbolo da continuidade constitucional.</p> <p>10. Ser Vice-Presidente da República – como tão bem demonstrou Vossa Excelência – é um constante exercício de humildade, modéstia e confiabilidade. A um passo do Poder, cabe-lhe sobretudo, estar pronto a servir.</p> <p>11. Ao deixar a Vice-Presidência, sai Vossa Excelência cercado do respeito dos brasileiros e agasalhado na estima de todos, que tanto o apreciamos.</p> <p>Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai, Excelentíssimo Senhor General-de-Divisão David Padilha Arancibia, Presidente da República da Bolívia,</p>	<p>1. (A Geisel) vossos passos foram exemplos de virtudes militares e cívicas.</p> <p>2. Prêmio de Deus: receber esta faixa (insígnia) de V. Exa.</p> <p>3. Quem elogia seu governo é toda a Nação; como seu ministro, tudo que digo é pouco.</p> <p>4. vi V. Exa. sofrer e decidir sempre no interesse da Nação e do Povo.</p> <p>5. Vi mudar convicções.</p> <p>6. Vi escolher a proposta mais popular.</p> <p>7. Vi a patriótica honradez nas crises; conduzir o país para o progresso.</p> <p>8. Peço a Deus seguir seu caminho em meu mandato.</p> <p>(): 9, 10, 11. Ao vice: cargo nobre; exercício de humildade, modéstia, confiabilidade; respeito dos brasileiros.</p> <p>[saudações a generais presidentes do Paraguai, da Bolívia; primeiro-ministro de Portugal; ministro-presidente do Suriname; chefes de missões especiais]</p>
--	--

Excelentíssimo Senhor
Doutor Carlos Alberto da Mota Pinho,
Primeiro-Ministro da República Portuguesa,

Excelentíssimo Senhor
Doutor Henck Alphonsus Arron,
Ministro-Presidente e Ministro para Assuntos Gerais e
Estrangeiros da República do Suriname,

Excelentíssimas Senhoras e Senhores,
Chefes e Membros das Missões Especiais que aqui
vieram para assistir à minha posse:

12. Honra-me especialmente a presença, nesta
cerimônia, dos altos Representantes de um número tão
expressivo de nações, com as quais mantém o Brasil as
melhores relações de amizade e de cooperação.

13. A inalterável tradição de convivência harmoniosa,
que caracteriza a diplomacia brasileira, inspira-me a
reafirmar, neste momento, o roteiro proposto pelo Barão do
Rio Branco, no começo do século, para a política externa
brasileira. “O Brasil do futuro”, disse ele, “há de continuar
invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do Direito
e no bom senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse
e amor da justiça, procurar merecer a consideração e o afeto
de todos os povos”.

14. Saúdo, com fraterno sentimento, os representantes
das Nações de nossa comunidade latino-americana. Ao
expressar o apreço pela presença de Vossas Excelências,
ressalto a convicção de que os laços que nos unem serão
ainda mais reforçados e enriquecidos.

15. Vejo com satisfação a presença dos representantes
de nações que, como o Brasil, se empenham na luta pela
superação do subdesenvolvimento e pela construção de uma
sociedade mais justa, nos planos nacional e internacional.
Rogo que levem de volta a seus povos, na América Latina,
África e Ásia, a expressão da solidariedade, em tão nobre
causa, do Governo e do povo brasileiro.

16. Recebo com especial contentamento a presença de
representantes de nações africanas de recente independência.
Toca-me profundamente o significado histórico de tal fato.
Considero-o marco importante de um relacionamento, cujas
perspectivas são tão amplas quanto entrelaçadas nossas
raízes étnicas, lingüísticas e culturais.

17. Aos Senhores representantes de todas as nações
irmãs da África, transmito a certeza do continuado apoio do

12. Honra pela presença dos
convidados estrangeiros,
aliados do Brasil.

13. Convivência harmoniosa
da diplomacia brasileira
(Barão do Rio Branco).

14, 15. Saúdo (fraterno)
representantes de nações
latino-americanas, que
lutam pela superação do
subdesenvolvimento, e por
uma sociedade mais justa.

16, 17. Representantes de
nações africanas, recém-
independentes; marco das
relações; saudações.

<p>Brasil às aspirações do povo daquele Continente.</p> <p>18. Aos países desenvolvidos, da Europa Ocidental, das Américas e do Pacífico, aos quais nos ligam um precioso acervo de laços históricos e tantas identidades culturais, desejo expressar o constante empenho do Brasil numa aproximação crescente, para ainda maior benefício de nossos povos, e engrandecimento dos valores comuns.</p> <p>19. Às Nações com sistemas diferentes do nosso, reitero a disposição de manter um relacionamento profícuo e dinâmico. Desejamos aproveitar construtivamente todas as oportunidades de cooperação, com resguardo das singularidades sociais e políticas, na esperança de um caminho de paz.</p> <p>20. Senhoras e Senhores: de regresso a seus países, a todos peço transmitir a seus governos a afirmação de que o Brasil será sempre um interlocutor amistoso, um parceiro leal.</p> <p>21. A mensagem deste Brasil generoso e hospitaleiro – que peço levar de volta a seus povos – é de otimismo e confiança em nosso futuro comum.</p> <p>22. Os meus votos pessoais são de prosperidade e de paz.</p> <p>Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.</p> <p>Excelentíssimo Senhor Senador Luiz Vianna Filho, Presidente do Senado.</p> <p>Excelentíssimo Senhor Deputado Homero Santos, Presidente em Exercício da Câmara dos Deputados.</p> <p>Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Neder, Presidente do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado do Governo Geisel,</p> <p>Meus Ministros de Estado, Minhas Senhoras, meus Senhores:</p> <p>23. Para o Vice-Presidente Aureliano Chaves e para mim, as palavras do nosso juramento, perante o Congresso Nacional, não são expressões rituais ou protocolares. São o penhor de dedicarmos ao bem do povo brasileiro todas as nossas forças, todo o nosso caráter. Nele empenhamos honra e vida.</p> <p>24. Reafirmo, portanto, os compromissos da Revolução de 1964, de assegurar uma sociedade livre e democrática. Por todas as formas a seu alcance, assim fizeram, nas circunstâncias de seu tempo, os presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel.</p> <p>25. Reafirmo: é meu propósito inabalável – dentro</p>	<p>18. Aos países da Europa Ocidental, Américas e Pacífico: expresso o empenho de aproximação.</p> <p>19. Às nações com sistemas diferentes do nosso: desejo de relacionamento construtivo, de cooperação: caminho da paz.</p> <p>20, 21, 22. Aos governos dos países representados: o Brasil será interlocutor amistoso, parceiro leal.</p> <p>[saudações ao Vice, Presidentes do Senado, da Câmara, do STF, ministros de Geisel, de Figueiredo, demais presentes]</p> <p>23. Para mim (e para o Vice), juramento no Congresso não é protocolar: é penhor da honra de servir ao povo brasileiro.</p> <p>24. Reafirmo: os compromissos da Revolução de 1964 (sociedade livre e democrática), como fizeram Castello, Costa e Silva, Médici, Geisel.</p>
---	--

<p>daqueles princípios – fazer deste País uma democracia. As reformas do eminente Presidente Ernesto Geisel prosseguirão até que possam expressar-se as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificado o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade.</p> <p>26. Reafirmo: sustentarei a independência dos poderes do Estado e sua harmonia, fortalecendo, para que atinja sua plenitude, a Federação sonhada pelos fundadores desta Pátria.</p> <p>27. Reafirmo: não descansarei até estar plenamente assegurado – sem sobressaltos – o gozo de todos os direitos do homem e do cidadão, inscritos na Constituição.</p> <p>28. Reafirmo o meu gesto: a mão estendida em conciliação. Para que os brasileiros convivam pacificamente. Para que as divergências se discutam e resolvam na harmonia e na boa vontade, tão da índole de nossa gente.</p> <p>29. Reafirmo a dedicação total, minha e de meu Governo, ao ideal –plenamente atingível em nossos dias – de propiciar condições dignas de vida a cada cidadão.</p> <p>30. Para que melhor se distribuam, entre todos, os frutos do trabalho de todos.</p> <p>31. Para que a riqueza nacional não seja meio de ostentação de uns e de opróbrio de outros.</p> <p>32. Para que não sobre a uns poucos o que a muito falta.</p> <p>33. Para que as regiões e os estados se diferenciem uns dos outros pela personalidade e pela tradição cultural. Não pelo contraste entre a opulência e a privação injusta e inumana.</p> <p>34. Reafirmo a prioridade ao desenvolvimento agropecuário. Como meio de prover rapidamente a elevação dos padrões alimentares do povo. Como forma de melhorar substancialmente a qualidade de vida nos campos.</p> <p>35. Reafirmo: o combate à inflação é condição preliminar do desenvolvimento. E será mantido com intensidade proporcional aos malefícios da elevação contínua dos preços.</p> <p>36. Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós mesmos os custos do nosso desenvolvimento.</p> <p>37. Reafirmo o propósito de fazer da cidade um chão e teto habitáveis. Não a troca da miséria pela promiscuidade. Não o câmbio de uma forma de pobreza por outra – tão mais</p>	<p>25. Reafirmo: fazer deste país uma democracia; prosseguir reformas de Geisel, até que se expresse a opinião pública, purificada de influências desfigurantes e comprometedoras da representatividade.</p> <p>26. Reafirmo: sustentarei a independência dos poderes.</p> <p>27. Reafirmo: não descansar, até que todos gozem dos direitos constitucionais.</p> <p>28. Reafirmo: mão estendida em conciliação; que todos os brasileiros vivam pacificamente.</p> <p>29. Reafirmo dedicação total de propiciar vida digna aos cidadãos.</p> <p>30. Que melhor se distribuam os frutos do trabalho; riqueza não seja ostentação de uns e humilhação de outros.</p> <p>33. Que regiões e estados não se diferenciem pelo contraste entre opulência e privação.</p> <p>34. Reafirmo: prioridade para o desenvolvimento agropecuário.</p> <p>35. Reafirmo o combate à inflação.</p> <p>36. Reafirmo: promover o equilíbrio das contas internacionais.</p> <p>37. Reafirmo: fazer desta cidade um chão habitável;</p>
---	--

<p>cruel, porque mais próximos os bens da civilização.</p> <p>38. Reafirmo a minha determinação de garantir a cada trabalhador a remuneração justa em relação ao trabalho produzido, às suas necessidades como chefe de família e à harmonia entre os vários segmentos da sociedade. Recordando as imortais palavras do Santo Padre Leão XIII: “Do trabalho do operário nasce a grandeza das Nações”.</p> <p>39. Reafirmo: cada brasileiro tem direito de receber do Estado os cuidados básicos com sua saúde, com a própria educação e a dos filhos; assistência médico-social na enfermidade, no desemprego e na velhice; habitabilidade nas casas; meios de transporte que não sacrifiquem, nas filas e nas conduções, o tempo destinado ao lazer e ao convívio.</p> <p>Brasileiras e Brasileiros:</p> <p>40. Vou entregar-me de corpo e alma às tarefas do Governo, para assegurar uma administração eficiente e proba.</p> <p>41. Rápida nas decisões.</p> <p>42. Simples nas relações com as pessoas e as entidades.</p> <p>43. Preocupada com o bem comum.</p> <p>44. Vigilante na preservação da ordem pública e dos direitos das pessoas e da sociedade.</p> <p>45. Firme na segurança das instituições. Prudente e serena na utilização dos instrumentos legais existentes para esse fim.</p> <p>46. Numa nação jovem, como a nossa, é natural uma certa dose de impaciência na promoção dos anseios populares. Ai de nós se nos faltasse o entusiasmo da juventude! Reafirmo meu desejo de encontrar os jovens; com eles confraternizar; e com eles avançar democraticamente na construção da Pátria de nossos filhos e netos.</p> <p>47. É o que espero fazer, com a ajuda de Deus e dos brasileiros.</p> <p>48. Muito obrigado.</p> <p>(1.523 palavras)</p>	<p>não a troca da miséria pela promiscuidade; não a troca de uma forma de pobreza para outra.</p> <p>38. Reafirmo: garantir a cada trabalhador a remuneração justa (cita Leão XIII).</p> <p>39. Reafirmo: cada brasileiro tem direito a receber assistência médico-social, educação, assistência ao desemprego e na velhice; habitabilidade das casas; meios de transporte.</p> <p>[saudação: Brasileiras e Brasileiros]</p> <p>40 a 45. Vou me entregar de corpo e alma às tarefas: administração eficiente e proba; rápida; simples; vigilante; firme;</p> <p>46. Numa nação jovem (Brasil): natural a impaciência; ai de nós se faltasse o entusiasmo da juventude; reafirmo interesse de confraternizar com os jovens e avançar democraticamente na construção da pátria.</p> <p>48. É o que espero fazer. Obrigado.</p>
--	--

Configuração

Estrutura

O discurso, de 48 parágrafos, está assim dividido:

Do 1º ao 11º, elogia o antecessor.

Do 12º ao 22º, saúda os convidados estrangeiros e as autoridades máximas dos outros poderes e os próprios ministros.

Do 23º ao 39º, “reafirma” uma série de compromissos.

Do 40º ao 48º, faz as saudações e conclamações finais.

Tipificação do discurso

É um discurso que comporta os três principais tipos: é laudatório (fala bem do antecessor); faz propaganda (da Revolução, à qual pertence) e é deliberativo (argumenta com a audiência, apresenta problemas e soluções).

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– (A Geisel) passos foram exemplos de virtudes militares e cívicas; é prêmio de Deus: receber [de Geisel] a faixa (insígnia); Quem elogia seu governo é toda a Nação; como seu ministro, tudo que digo é pouco; vi V. Exa. sofrer e decidir sempre no interesse da Nação e do Povo; Vi mudar convicções em nome dos interesses da pátria; vi escolher a proposta mais popular; vi a patriótica honradez nas crises; conduzir o país para o progresso. (1,2,3, 4, 5, 6, 7)

– Ao vice de Geisel: cargo nobre; exercício de humildade, modéstia, confiabilidade; respeito dos brasileiros (9, 10, 11)

– numa nação jovem (Brasil): natural a impaciência; ai de nós se faltasse o entusiasmo da juventude (46)

– os compromissos da Revolução de 1964 (sociedade livre e democrática), como fizeram Castello, Costa e Silva, Médici, Geisel (24)

– [saudações ao Vice, Presidentes do Senado, da Câmara, do STF, ministros de Geisel, de Figueiredo, demais presentes]

– [saudações a generais presidentes do Paraguai, da Bolívia; primeiro-ministro de Portugal; ministro-presidente do Suriname; chefes de missões especiais]

– honra pela presença dos convidados estrangeiros, aliados do Brasil (12)

– saúdo (fraterno) representantes de nações latino-americanas, que lutam pela superação do subdesenvolvimento, e por uma sociedade mais justa (14, 15)

– representantes de nações africanas, recém-independentes; marco das relações; saudações (16, 17)

– aos países da Europa Ocidental, Américas e Pacífico: expresse o empenho de aproximação (18)

– aos governos dos países representados: o Brasil será interlocutor amistoso, parceiro leal

(20, 21, 22)

– às nações com sistemas diferentes do nosso: desejo de relacionamento construtivo, de cooperação: caminho da paz. 19.

– [saudação: Brasileiras e Brasileiros]

Avaliação: O orador, nas saudações, pode ser genérico ou específico, isto é, dirigir-se ao auditório universal (Brasileiros!, era a saudação de Getúlio) ou dirigir-se, dando nomes, mencionando cargos e honrarias aos presentes. Figueiredo faz as duas coisas. Mas com ênfase nos nomes, cargos, honrarias. Sua identificação é com o a hierarquia. Mais do que uma “sedução” aos presentes, é uma identificação: eu sou um desses (Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai). É bom lembrar que, acima de tudo, faz parte das regras de polidez mencionar os presentes, mesmo que se dirija a quem está longe.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

– **influências desfigurantes e comprometedoras da representatividade (25)**

III. Advertências

Não significativas.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver I. Cortesias, agradecimentos, elogios.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

– **para mim (e para o Vice), juramento no Congresso não é protocolar: é penhor da honra de servir ao povo brasileiro (23)**

– **reafirmo: fazer da cidade um chão habitável não a troca da miséria pela promiscuidade; não a troca de uma forma de pobreza para outra (37).**

b) Afirmativas enfáticas

Ver I. elogios...

c) Identidade do orador

– **peço a Deus seguir seu caminho em meu mandato (8)**

– **convivência harmoniosa da diplomacia brasileira (“O Brasil do futuro”, disse ele, “há de continuar invariavelmente a confiar, acima de tudo, na força do Direito e no bom senso e, como hoje, pela sua cordura, desinteresse e amor da justiça, procurar merecer a consideração e o afeto de todos os povos.” – Barão do Rio Branco) (13)**

- reafirmo: garantir a cada trabalhador a remuneração justa (38)
- recordando as imortais palavras do Santo Padre Leão XIII: “Do trabalho do operário nasce a grandeza das Nações.” (38)

Avaliação: Com a construção da identidade (presente aqui e nos elogios), o orador associa a si valores e pessoas nobres (Barão do Rio Branco, para as relações diplomáticas e Papa Leão XIII, para direitos dos trabalhadores). As citações, particularmente, ajudam a construir tal impressão (eu sou um dos que pensa como essas figuras de referência histórica).

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- reafirmo: os compromissos da Revolução de 1964 (24).
- Reafirmo: fazer deste país uma democracia (25)
- prosseguir reformas de Geisel (25)
- reafirmo: sustentarei a independência dos poderes (26)
- reafirmo: não descansar, até que todos gozem dos direitos constitucionais (27)
- reafirmo: mão estendida em conciliação; que todos os brasileiros vivam pacificamente (28)
- reafirmo dedicação total de propiciar vida digna aos cidadãos (29)
- que melhor se distribuam os frutos do trabalho; riqueza não seja ostentação de uns e humilhação de outros (30)
- que regiões e estados não se diferenciem pelo contraste entre opulência e privação (33)
- reafirmo: prioridade para o desenvolvimento agropecuário (34)
- reafirmo o combate à inflação (35)
- reafirmo: promover o equilíbrio das contas internacionais (36)
- reafirmo: fazer da cidade um chão habitável (37)
- reafirmo: garantir a cada trabalhador a remuneração justa (38)
- reafirmo: cada brasileiro tem direito a receber assistência médico-social, educação, assistência ao desemprego e na velhice; habitabilidade das casas; meios de transporte (39)
- vou me entregar de corpo e alma às tarefas: administração eficiente e proba; rápida; simples; vigilante; firme (40 a 45)
- reafirmo interesse de confraternizar com os jovens e avançar democraticamente na construção da pátria (46)

Avaliação: A lista de proposições, embora não constituam projetos ou metas, é bastante ampla e compreende vários aspectos, com ênfase em questões sociais; e menor destaque para questões econômicas. Ele utiliza uma recorrência (reafirmo) para anunciar suas propostas. A repetição tem a vantagem de retomar a série de propostas. Mesmo que intercale outros comentários, cada “reafirmo” introduz um compromisso. Mas a palavra, em si, é indicadora de um alto senso de poder, autoridade: “reafirmo” quer dizer “afirmo outra vez”. Isso remonta à idéia de “homem de palavra”. Tais propostas devem ter sido ditas na “campanha” que fez para se eleger no Colégio Eleitoral, em que percorreu todo o Brasil, falando a dezenas de agrupamentos (muitos churrascos). Se, por um lado, é bom, pois é um presidente que cumprirá a palavra; por outro pode soar negativa, se associada à idéia de que “não mudará de posição”.

Avaliação geral

É um pronunciamento que, a par de um grau de autoritarismo, tem as boas características de um discurso argumentativo: constrói uma imagem do orador perante seu público; qualifica a audiência (presente e virtual); compartilha valores; levanta problemas; anuncia soluções. O estilo, salvo exceções (quando saúda as autoridades) é sóbrio, com uso da linguagem corrente.

Radiografia

É um pronunciamento que, a par de um grau de autoritarismo, tem as boas características de um discurso argumentativo: constrói uma imagem do orador perante seu público; qualifica a audiência (presente e virtual); compartilha valores; levanta problemas; anuncia soluções. O estilo, salvo exceções (quando saúda as autoridades) é sóbrio, com uso da linguagem corrente.

Comporta em sua formulação os três principais tipos: é laudatório (fala bem do antecessor); faz propaganda (da Revolução, à qual pertence) e é deliberativo (argumenta com a audiência, apresenta problemas e soluções).

O orador, nas saudações, pode ser genérico ou específico, isto é, dirigir-se ao auditório universal (Brasileiros!, era a saudação de Getúlio) ou dirigir-se, dando nomes, mencionando cargos e honrarias aos presentes. Figueiredo faz as duas coisas. Mas com ênfase nos nomes, cargos, honrarias. Sua identificação é com o a hierarquia. Mais do que uma “sedução” aos presentes, é uma identificação: eu sou um desses (Excelentíssimo Senhor General-de-Exército Alfredo Stroessner, Presidente da República do Paraguai). É bom lembrar que, acima de tudo, faz parte das regras de polidez mencionar os presentes, mesmo que se dirija a quem está longe.

Com a construção da identidade (presente aqui e nos elogios), o orador associa a si valores e pessoas nobres (Barão do Rio Branco, para as relações diplomáticas e Papa Leão XIII, para direitos dos trabalhadores). As citações, particularmente, ajudam a construir tal impressão (eu sou um dos que pensa como essas figuras de referência histórica).

A lista de proposições, embora não constituam projetos ou metas, é bastante ampla e compreende vários aspectos, com ênfase em questões sociais; e menor destaque par questões econômicas. Ele utiliza uma recorrência (reafirmo) para anunciar suas propostas. A repetição tem a vantagem de retomar a série de propostas. Mesmo que intercale outros comentários, cada “reafirmo” introduz um compromisso. Mas a palavra, em si, é indicadora de um alto senso de poder, autoridade: “reafirmo” quer dizer “afirmo outra vez”. Isso remonta à idéia de “homem de palavra”. Tais propostas devem ter sido ditas na “campanha” que fez para se eleger no Colégio Eleitoral, em que percorreu todo o Brasil, falando a dezenas de agrupamentos (muitos churrascos). Se, por um lado, é bom, pois é um presidente que cumprirá a palavra; por outro pode soar negativa, se associada à idéia de que “não mudará de posição”.

José Sarney (1985-1990)

Resumo⁶

(No lugar do titular, doente, o Vice, Sarney, lê o pronunciamento daquele, dirigido aos ministros, escolhidos por Tancredo.)

A tarefa do Ministério é implementar transformações econômicas, políticas e sociais da plataforma de campanha; e ao mesmo tempo, preservar a unidade do governo, mesmo que este seja composto por vários partidos. O principal compromisso é com a democracia. Para sair da crise, dignidade e austeridade são regras essenciais, sendo que o governo dará o exemplo. Os ministros sugerem e o presidente apóia as propostas voltadas para atender ao interesse nacional. É indispensável manter a ordem, sob o manto dos valores éticos: para alcançar o progresso, a democracia, o bem-estar e a segurança. Estão sendo criadas comissões especiais para ajudar a Presidência. Para um futuro não distante, os ministros devem vislumbrar uma nação sem a insegurança gerada pela miséria, ignorância e desemprego; uma nação onde os aptos vivam de seus esforços, mas os menos afortunados não sejam marginalizados; uma nação onde sejam atendidas as necessidades básicas, as aspirações de consumo e lazer, e recursos para investir na melhoria do padrão de vida.

⁶ Esta é uma fala que, embora não se constitua um discurso de posse, propriamente dito, é a que fica, simbolicamente marcada, pois Tancredo Neves, presidente eleito, encontra-se, naquele momento, doente, internado. A fala que José Sarney considera como sendo seu discurso de posse só vem a ser pronunciada sete meses depois, em cadeia de rádio e tv. Para os propósitos deste livro, analisamos esta peça. Mas não deixamos de reproduzir a outra, adiante.

Discurso

<p>1. Declaro aberta a primeira reunião do Ministério da Nova República.</p> <p>2. Tenho a honra de dar leitura ao pronunciamento de Sua Excelência o Presidente Tancredo Neves:</p> <p>3. “Senhores Ministros, Este Ministério terá sobre seus ombros a tarefa de implementar as transformações econômicas, políticas e sociais que constituíram nossa plataforma eleitoral, e que respondem aos mais legítimos anseios da sociedade brasileira.</p> <p>4. “Nesta mesa se reflete uma característica essencial da Nova República: A unidade do Governo expressada em pluralidade partidária ampla e ponderável.</p> <p>5. “Juntos assumimos hoje, perante a Nação, o solene compromisso com a democracia e a justiça. Juntos nos comprometemos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do País, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar os altos valores da nacionalidade.</p> <p>6. “Dignidade e austeridade são regras essenciais, que devem presidir ao exercício da democracia, e que nos conduzirão ao atendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero.</p> <p>7. “Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura. É que estou convencido de que a austeridade no Governo será fator decisivo para o êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático, um dos mais importantes capítulos da carta-compromisso da Aliança Democrática.</p> <p>8. “A política econômica a ser implementada será de todo o Governo, de co-responsabilidade de todo o Ministério.</p> <p>9. “Não abrirei mão da posição de condutor da política econômica do País e não permitirei que o Ministério se divida em dois: os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos. Em meu governo todos, absolutamente todos os Ministros e dirigentes de empresas públicas, terão que estar igualmente comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia nas despesas.</p> <p>10. “Faltaria ao Governo a verdadeira autoridade, o legítimo poder de persuasão, caso lhe faltasse a disposição de impor a si mesmo o comportamento que espera obter dos vários segmentos da sociedade. Somente através do exemplo poderemos inspirar confiança renovada na capacidade do Brasil de realizar-se como grande nação.</p>	<p>1. Aberta a primeira reunião do Ministério da Nova República, leio o pronunciamento de Tancredo Neves.</p> <p>3. Tarefa do Ministério: implementar transformações econômicas, políticas e sociais da plataforma.</p> <p>4. Unidade do governo expressa na pluralidade partidária.</p> <p>5. Compromisso: democracia e justiça, seriedade, devoção, respeito ao cidadão, valores nacionais.</p> <p>6. Dignidade e austeridade: regras essenciais.</p> <p>7. Razões éticas e políticas para a austeridade: fator de êxito para a transição.</p> <p>8. Política econômica: de todo o governo, sob o comando do presidente; sem divisão em dois (austeridade x gastos).</p> <p>10. Faltaria autoridade ao governo se não impusesse a si o que espera da sociedade.</p>
--	---

<p>11. “Não fomos o candidato das promessas. Não avançamos com a perspectiva de milagres. Não seremos o Presidente a promover ilusões, que não foi para isso que o povo pediu “mudanças já” com tanta determinação e esperança.</p> <p>12. “O Povo brasileiro terá o Governo que exigiu e que não se teria viabilizado sem o seu apoio inequívoco. E sabem os seus Ministros que este será um só governo, que o Presidente não admitirá que se divida, que se desuna, que se descoordene e assim reduza a sua capacidade de agir na busca das soluções para os grandes problemas nacionais.</p> <p>13. “Como Presidente da República não fugirei a meu dever de estabelecer as diretrizes que presidirão aos esforços da administração pública no cumprimento de sua missão.</p> <p>14. “Claro está que essas diretrizes não surgirão apenas das observações e da vontade presidencial, que não se pretende onisciente nem onipotente. Elas emanarão do estudo, do trabalho dos Ministros e de suas equipes, estimulados todos pelas contribuições da sociedade civil, pela estreita colaboração com o Poder Legislativo e pela crítica da opinião pública.</p> <p>15. “Os Ministros serão meus colaboradores na formulação dessas diretrizes e dessas políticas e, uma vez decididas, serão responsáveis por sua implementação, em um esforço para o qual não lhes faltarão jamais o apoio e o respaldo presidencial.</p> <p>16. “O Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como os Ministros do meu governo, estarão em sintonia com o Congresso Nacional. Respeitaremos as prerrogativas dos representantes do povo e procuraremos valorizar o relacionamento entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, através do diálogo freqüente e construtivo e das contribuições que estaremos sempre oferecendo à tarefa legislativa e fiscalizadora do nosso Parlamento.</p> <p>“Ao mesmo tempo, não terei qualquer hesitação em esclarecer a opinião pública sobre as dificuldades que teremos para resolver nossos problemas. O Povo entenderá que há uma diferença considerável entre o que o Presidente quer e o que ele pode fazer, especialmente nesta fase de recursos escassos, de déficits nas contas internas e externas, de limitações de toda espécie. Não temos receio das responsabilidades. Não nos faltará coragem para contrariar interesses, sejam eles de grupos, de classe, ou de quaisquer parcelas da sociedade, se isto for necessário para assegurar a defesa do bem-comum, a proteção dos interesses maiores da Nação.</p> <p>18. “Para a proteção desses altos interesses, é</p>	<p>11. Não foi o candidato das promessas, milagres, ilusões; o povo pediu “mudanças já”.</p> <p>12. O presidente não permitirá que o governo se desuna.</p> <p>13, 14. O presidente não fugirá ao dever de estabelecer diretrizes, vindas dos trabalhos de equipes, da sociedade civil, do Poder Legislativo e opinião pública.</p> <p>15. Ministros: colaboradores e gestores de tais políticas, com o apoio presidencial.</p> <p>16. Presidente, Vice e Ministros: em sintonia com o Congresso Nacional.</p> <p>17. Não hesitarei em esclarecer a opinião pública sobre as dificuldades e problemas a resolver: diferença entre o que quer e o que pode o presidente, com recursos escassos, déficits;</p> <p>18. É indispensável manter a</p>
---	--

<p>indispensável manter-se a ordem. Sem ordem não chegaremos aparte alguma. Sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social. Não há segurança para o cidadão, sua família, sua cidade, seu Estado, sem que a ordem presida às transformações, sob o manto do direito e dos valores éticos da sociedade.</p> <p>19. “Estou seguro de que, como sociedade nacional integrada que somos, saberemos encontrar, através do respeito mútuo e do diálogo responsável, o grau de consenso necessário à solução dos conflitos de interesses. Na busca desse grande entendimento nacional teremos tanto mais êxito quanto mais judiciosamente utilizarmos os mecanismos amplos, abertos e equânimes que nos proporciona a convivência democrática.</p> <p>“Essa forma de convivência interna deverá refletir-se em nosso relacionamento externo. O Brasil esteve sempre pronto a unir seus esforços aos da comunidade internacional em busca de um mundo melhor. Seguiremos dispostos a sentar-nos à mesa de negociações, desde que o objetivo visado se enquadre dentro de nossa concepção de um mundo mais justo, em que os interesses de países como o nosso tenham guarida, e os processos decisórios não constituam o monopólio de uns poucos.</p> <p>21. “Vamos trabalhar, Senhores Ministros. Estão sendo criadas hoje comissões especiais que ajudarão a Presidência da República a cumprir alguns dos seus compromissos mais inadiáveis com a Nação.</p> <p>22. “Durante nossa campanha para a Presidência, ouvimos vigorosos reclamos por uma reforma tributária. A questão é complexa e delicada, e tem seu fulcro na evidente desproporção entre o montante dos recursos que se pode arrecadar e as múltiplas atividades – e conseqüentemente gastos – a serem cobertos com os fundos públicos. Está sendo criada uma comissão de alto nível para tratar da reforma tributária e da descentralização administrativo-financeira. Entre os aspectos a serem por ela examinados, está o da superposição de tarefas entre os vários níveis da administração pública, redundância que deverá ser eliminada através da melhor repartição dos encargos entre eles, com o fortalecimento da ação dos Estados e Municípios. A comissão deverá também atentar para a necessidade de tornar o regime tributário mais justo, buscando maior correspondência entre os níveis de contribuição e a capacidade contributiva. Esse trabalho servirá de base às propostas a serem encaminhadas ao Poder Legislativo, eventualmente, à Assembléia Constituinte.</p>	<p>ordem, sob o manto dos valores éticos: para o progresso, a democracia, o bem-estar, a segurança.</p> <p>19. Encontraremos o consenso necessário à solução de conflitos; grande entendimento nacional.</p> <p>20. Política externa: convivência em busca de um mundo melhor.</p> <p>21. Estão sendo criadas comissões especiais para ajudar a Presidência.</p> <p>22. Reclamos ouvidos: pela reforma tributária; está criada comissão de alto nível para tratar de reforma tributária, descentralização administrativo-financeira; melhor repartição de encargos entre União, Estados, Municípios; busca de maior justiça tributária;</p>
--	---

<p>23. “Igualmente importante é a questão dos incentivos fiscais concedidos pelo Estado, e direcionados para regiões menos desenvolvidas e setores da economia necessitados de estímulo. Tratando-se de recursos limitados, devem ser imediatamente concentrados em atividades prioritárias, sobretudo as que criem novos empregos nessas regiões. Ao mesmo tempo, uma comissão está sendo instituída para fazer uma avaliação do universo dos incentivos fiscais e dos resultados obtidos através de sua aplicação, com vistas a fazer sugestões para seu reordenamento e aperfeiçoamento, conferindo assim maior racionalidade a seu papel no desenvolvimento das regiões-e dos setores da economia mais carentes.</p>	<p>23. Incentivos fiscais: devem ser concentrados em prioridades para criar novos empregos.</p>
<p>24. “Notei também, ao longo da campanha, um vivo sentimento de indignação quanto à falta de proteção à poupança popular. Sucederam-se nos últimos tempos os casos em que milhares de pessoas, cujas economias somadas representam em última análise o louvável esforço da sociedade em investir no futuro, foram lesadas por agentes inescrupulosos que se aproveitaram de lacunas na lei e das deficiências da fiscalização. É inaceitável que esses recursos, muitas vezes penosamente amealhados e entregues em confiança para serem aplicados, sejam administrados de forma tão criminoso sem que os responsáveis recebam exemplar punição. Estamos, em conseqüência, instituindo uma comissão com a finalidade de elaborar um projeto-de-lei que defina a responsabilidade dos administradores e controladores das instituições financeiras, tipifique as ações lesivas à economia popular e comine as penas cabíveis, de forma a restituir a confiança que a sociedade precisa ter nas instituições e nas pessoas que administram seus recursos financeiros.</p>	<p>24. Necessário proteger a poupança das pessoas: responsabilidade dos administradores.</p>
<p>25. “Estamos criando também uma comissão, a ser presidida pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para examinar a questão dos benefícios indiretos concedidos pela administração federal direta e indireta. Trata-se de medida consoante com a austeridade que exigirei em todos os escalões do Governo. As chamadas “mordomias” constituem um dos símbolos mais execrados do abuso e da prepotência. É chegada a hora de proceder a um amplo levantamento dessa situação e de propor as medidas cabíveis para reduzir ao mínimo essencial esses benefícios, respeitados a dignidade da função pública e o requisito da eficiência.</p>	<p>25. Comissão para examinar benefícios diretos ou indiretos concedidos pela administração federal; fim das mordomias.</p>
<p>26. “Na mesma linha de pensamento, estamos estabelecendo uma comissão para analisar a questão dos pagamentos em dólar aos funcionários mantidos por diversas</p>	<p>26. Comissão para examinar pagamento em dólar a funcionários no exterior.</p>

empresas estatais no Exterior.

27. “Estamos também instituindo uma comissão encarregada de examinar o problema da multiplicidade de orçamentos, que causa enormes dificuldades à administração das finanças do setor público, e ao qual tenho me referido freqüentemente. A existência de vários orçamentos, apenas um dos quais é submetido ao Congresso Nacional para aprovação, os demais sendo geridos de forma autônoma, não só contraria preceito fundamental do regime democrático, como também dificulta a formulação e condução de uma política governamental integrada, distorce a orientação dos recursos em detrimento de áreas prioritárias e, mais grave ainda, constitui fonte de alimentação do processo inflacionário ao autorizar despesas sem a correspondente receita.

28. “Quero ainda ressaltar a necessidade de darmos alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do sistema educativo do País, inclusive de sua Universidade. Atendendo aos reclamos que tantas vezes nos foram apresentados durante a campanha, uma comissão de alto nível, cujos nomes indicaremos em conjunto com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, está sendo incumbida de estudar a situação e formular propostas que possam ser imediatamente consideradas.

“O objetivo mais alto de minha Presidência é a reorganização constitucional do País. É preciso alicerçar a ordem política sobre a legitimidade democrática. Trata-se de uma profunda aspiração de toda a comunidade nacional. A nova Carta, que institucionalizará definitivamente a democracia no Brasil, deve adequar-se às nossas condições econômico-sociais, à índole de nosso povo e à linha de nossa evolução jurídica. Ademais, deve responder a um amplo consenso da generalidade dos setores que compõem a sociedade civil. Por isto tudo, impõe-se criar canais que facilitem uma ampla consulta e favoreçam um grande debate nacional. Tendo em vista esse objetivo, estarei criando nos próximos dias uma Comissão Constitucional do mais alto nível que, auscultando a sociedade civil, colhendo sugestões e negociando com as lideranças de todos os setores, elaborará um esboço do anteprojeto de Constituição.

30. “Para atingirmos o objetivo de uma sociedade próspera e mais justa, a tarefa primordial é compatibilizar a contenção da inflação com a retomada do desenvolvimento. Tenho alertado para a ameaça que o processo inflacionário representa para as perspectivas de retomada do desenvolvimento, e para nosso desígnio de criar novos empregos, remunerar melhor a força de trabalho e distribuir

27. Comissão para estudar multiplicidade de orçamentos; mas um só submetido ao Congresso Nacional; fonte de inflação.

28. Estudos para reformar o sistema educativo, inclusive a Universidade.

29. Objetivo mais alto: reorganização constitucional do País: condições econômico-sociais, índole do povo, evolução jurídica; criada comissão de alto nível para colher propostas da sociedade civil e elaborar anteprojeto.

30. Objetivo da sociedade próspera e justa: conter a inflação e retomar o desenvolvimento; dívida externa e interna devem considerar a dívida social, que é a maior; distribuir

<p>mais adequadamente a renda nacional. No combate contra a inflação e pela retomada do crescimento econômico é evidente que teremos que equacionar a dívida interna e a dívida externa, projetadas ambas contra o pano de fundo da nossa dívida maior, que é a dívida social contraída por todos os brasileiros para com os que vivem na linha da pobreza ou abaixo dela. A luta contra a inflação exige coragem e abnegação. Exige também a articulação de um pacto social justo, no qual cada um possa vislumbrar, ao final do embate, recompensas ao esforço realizado. Exige finalmente a moderação de egoísmo de indivíduos ou de grupos, em favor do interesse maior da nação brasileira.</p> <p>31. “Para assegurarmos o engajamento de todos na luta contra a inflação, é necessário que a distribuição dos custos da política antiinflacionária seja compatível com as possibilidades de cada um. Mas é também indispensável que o Governo faça sua parte, melhorando a produtividade dos gastos públicos.</p> <p>32. “Tem existido uma tendência, no início de cada governo, para que as personalidades indicadas para ocupar a chefia dos Ministérios, das autarquias e das empresas estatais anunciem de imediato planos de impacto, programas ambiciosos e obras de grande porte. A experiência tem ensinado que os planos de impacto têm vida efêmera, criam ilusões que duram pouco e trazem frustrações que marcam todo o Governo. O anúncio de tais programas e obras, sem uma base sólida que garanta a sua realização, acaba por transformar a expectativa inicial em grande decepção. O Governo não deve anunciar planos de impacto, novos programas e novas obras antes de fazer, de imediato, um levantamento da situação financeira do setor público.</p> <p>33. “É fundamental que cada Ministro, na sua área de atuação, seja nos Órgãos da Administração Direta, seja nas empresas vinculadas ao Ministério, verifique a disponibilidade de fundos, as despesas comprometidas, antes de anunciar a realização de qualquer programa que envolva a aplicação de recursos financeiros. O Governo não deve anunciar nada que não possa ser executado, nem enganar o povo com promessas que não possam ser cumpridas. Nestes primeiros três meses os Ministros devem, portanto, efetuar um levantamento da situação financeira de seus ministérios e das empresas a eles vinculadas. É, uma vez identificadas as disponibilidades financeiras, devem estabelecer, dentro de esquema de trabalho conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, as prioridades para a sua aplicação, tendo em vista principalmente os objetivos de um desenvolvimento econômico com criação de</p>	<p>adequadamente a renda nacional; articulação de pacto social justo; moderação de egoísmos em favor do interesse da Nação.</p> <p>31. Distribuir os custos da política inflacionária de acordo com as possibilidades de cada um; governo fará sua parte, com maior produtividade dos gastos públicos.</p> <p>32. Não haverá planos de impacto: criam ilusões, frustram as expectativas.</p> <p>33. Antes de anunciar medidas, administrador deve verificar se há fundos.</p>
---	---

<p>empregos e melhor distribuição de renda.</p> <p>34. “Enquanto não for realizado esse trabalho e não for estabelecida uma prioridade para investimentos de acordo com as diretrizes do meu programa de governo, a ordem é a seguinte: “É proibido gastar.</p> <p>35. “O posterior remanejamento das despesas públicas será feito no sentido da satisfação das carências básicas da população. Reafirmo aqui minha convicção de que retomar o crescimento significa criar empregos, e nessa direção pretendemos orientar a aplicação daquela parcela dos fundos públicos hoje desperdiçada em obras adiáveis, consumo injustificado e programas de baixo ou nenhum rendimento.</p> <p>“O esforço pela retomada do desenvolvimento e a luta contra a inflação começam, assim, no dia de hoje. Não pode haver desenvolvimento se não for controlado, de pronto, o processo inflacionário. A persistência das tendências atuais nos levará a patamares insuportáveis, com conseqüências nefastas para todos. Vamos atacar de frente esse processo e vamos reverter sua tendência. Vamos fazer esta inflação cair.</p> <p>38. “O governo da Nova República dá à sociedade uma demonstração de austeridade ao fixar, em sua primeira reunião ministerial, a diretriz de reduzir seus dispêndios. Neste momento, conclamo o empresariado brasileiro, que tem dado provas de elevado patriotismo, a oferecer também sua colaboração ao combate nacional contra a inflação. Reconheço no lucro o prêmio da eficiência e o motor da atividade econômica. Repudio, contudo, o lucro especulativo e o ganho de ocasião. Desejo ver a classe empresarial aderir a este programa de austeridade, evitando remarcações de preço no presente baseadas em expectativas de inflação futura e unindo-se ao Governo para coibir as práticas contrárias ao interesse público e ao bem-estar de todos.</p> <p>39. “Senhores Ministros, “Quero convidá-los a visualizar, num futuro não muito distante, uma nação em que haja sido abolida a insegurança gerada pela miséria, pela ignorância e pelo desemprego; uma nação em que todos os cidadãos possam almejar a melhores condições de vida e alcançá-las através de seu próprio esforço; uma nação em que os menos afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permanecer à margem do corpo social, mas dele recebam apoio solidário com vistas a sua integração na coletividade; uma nação que, seja em pequenas e médias cidades, nos campos ou nas grandes metrópoles, tenha orgulho de haver sabido organizar-se de forma a melhor usufruir das riquezas geradas por sua iniciativa e por seu trabalho; uma nação que, tendo podido atender às</p>	<p>34. Até serem estabelecidas as prioridades, é proibido gastar.</p> <p>36. Remanejamento posterior das despesas: para cobrir carências básicas da população: criar empregos.</p> <p>37. Retomada do desenvolvimento e luta contra a inflação começam hoje.</p> <p>38. Conclamo empresários a oferecerem colaboração para combater a inflação: o lucro é o prêmio da atividade econômica, mas repudio o lucro especulativo; fim das remarcações baseadas em expectativas de inflação.</p> <p>39. Num futuro não distante: uma nação sem a insegurança gerada pela miséria, ignorância e desemprego, onde os aptos vivam de seus esforços, mas os menos afortunados não sejam marginalizados; nação onde sejam atendidas as necessidades básicas, as aspirações de consumo e lazer, e recursos para investir na melhoria do padrão de vida.</p>
--	---

necessidades básicas de seus cidadãos, bem como a suas aspirações de consumo e lazer, disponha ainda de recursos excedentes para investir na continuada melhoria de seu padrão de vida.

40. “É indispensável nos conscientizarmos de que isto não é utopia. A construção dessa nação está ao nosso alcance. Depende de liberarmos toda a energia e a vontade de nossa gente, num imenso mutirão para o progresso.

41. “Vamos somar nossas forças, cabendo ao Governo essencialmente o papel de indutor do desenvolvimento. À iniciativa individual e empresarial caberá ocupar os espaços vazios ainda existentes, tanto em nosso Território quanto em nosso sistema econômico, e abrir novos espaços através da inovação e da disposição para assumir riscos. Neste contexto, desejo exortar especialmente os pequenos e médios empresários e agricultores a ocupar o lugar estratégico que lhes está reservado na economia, com a segurança de que contarão com todo o apoio que o Governo, dentro de suas possibilidades, puder prestar.

42. “Convoco o Ministério da Nova República para executarmos a parte que nos cabe desta grandiosa empreitada. Ao trabalho denodado, acrescentaremos a fé inquebrantável. Ao exercício do poder, agregaremos o espírito de justiça social. À intransigente defesa da ordem pública, aliaremos a prática do debate persuasivo.

43. “E conclamo o povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão. Que cada cidadão oriente suas ações no sentido de atingirmos, na paz social e na concórdia, os altos objetivos que juntamente nos fixamos em praça pública, ao longo de nossa memorável campanha cívica pela democracia. Que cada grupo, cada entidade, cada representação política, ideológica ou profissional busque, a cada passo, aferir sua atitude pública pelos elevados padrões de comportamento político atingidos por nosso povo. Que cada brasileiro, enfim, dê o melhor de si no exercício da responsabilidade intransferível de, com seu esforço consciente, plasmar para si e para seus filhos o futuro deste País.”

(2.920 palavras)

40. Não é utopia; essa nação está a nosso alcance.

41. Ao governo: induzir o desenvolvimento; à iniciativa individual e empresária, ocupar os espaços vazios (território e sistema econômico); que pequenos e médios empresários e agricultores ocupem seus espaços na economia.

42. Convoco o ministério da Nova República a executar nossa parte: exercer o poder com justiça social.

43. Conclamo o povo brasileiro a prestar apoio: paz social, concórdia, altos objetivos (cada cidadão, grupo, entidade representação política, ideológica ou profissional) para construir um futuro melhor.

Configuração

Estrutura

O pronunciamento tem 43 parágrafos, assim divididos:

Do 1º ao 19, saudações iniciais, recomendações doutrinárias, identidade do governo.

Do 20º ao 41º, enumeração das medidas a serem adotadas, antecedidas de breve explicação sobre os motivos.

Nos dois últimos, as conclamações: ao povo, ao governo.

Tipificação do discurso

Note-se, em primeiro lugar, a “autoria” do discurso. Era de Tancredo Neves e é lido por Sarney, Vice, na posse dos ministros, escolhidos por Tancredo. Há, portanto, uma superposição de “personagens” na figura do orador.

Trata-se de um discurso genuinamente deliberativo, ou seja, que argumenta com a audiência em função de buscar desta o convencimento e a adesão a sua causa. Contribuem para isso a explicitação de problemas, seguida da solução apontada. Mesmo que essas soluções sejam indiretas (criação de comissões, recomendações), surtem o efeito de levar à audiência a seguinte impressão: algo está sendo feito. A linguagem, um pouco carregada, é proporcional ao orador (Tancredo-Sarney).

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

Ver V. c) Identidade do orador.

II. Menção a problemas/perigos/inimigos

Ver VI. Proposições.

O presidente vê como inimigos: a inflação, os déficits, a multiplicidade de orçamentos, a persistência da pobreza, os privilégios, os incentivos fiscais sem controle, a educação pública, as mordomias, a desorganização administrativa.

III. Advertências

Sem relevância.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver V. c) Identidade do orador.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não hesitarei em esclarecer a opinião pública sobre as dificuldades e problemas a resolver: diferença entre o que quer e o que pode o presidente, com recursos escassos, déficits (17)
- não fugirei ao dever de estabelecer diretrizes, vindas dos trabalhos de equipes, da sociedade civil, do Poder Legislativo e opinião pública (13, 14)
- não fui o candidato das promessas, milagres, ilusões; o povo pediu “mudanças já” (11)
- o presidente não permitirá que o governo se desuna (12)

b) Afirmativas enfáticas

Sem relevância.

c) Identidade do orador

- unidade do governo expressa na pluralidade partidária (4)
- compromisso: democracia e justiça, seriedade, devoção, respeito ao cidadão, valores nacionais (5)
- dignidade e austeridade: regras essenciais (6)
- razões éticas e políticas para a austeridade: fator de êxito para a transição (7)
- política econômica: de todo o governo, sob o comando do presidente; sem divisão em dois (austeridade x gastos) (8)
- Faltaria autoridade ao governo se não impusesse a si o que espera da sociedade (10)
- Ministros: colaboradores e gestores de tais políticas, com o apoio presidencial (15)
- Presidente, Vice e Ministros: em sintonia com o Congresso Nacional (16)

Avaliação: As negativas enfáticas e a identidade do orador lidam com os valores, que constituem parte significativa do discurso. É o momento em que é “negociado” o acordo entre orador e assembléia. Com isso, o presidente constrói sua autoridade, não apenas para ser ouvido, mas para ter condições de convencer. Essa parte é conduzida com elegância e parcimônia. É um bom exemplo.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- tarefa do Ministério: implementar transformações econômicas, políticas e sociais da plataforma (3)
- é indispensável manter a ordem, sob o manto dos valores éticos: para o progresso, a democracia, o bem-estar, a segurança (18)
- encontraremos o consenso necessário à solução de conflitos; grande entendimento nacional (19)
- política externa: convivência em busca de um mundo melhor (20)
- estão sendo criadas comissões especiais para ajudar a Presidência (21):
- para tratar de reforma tributária, descentralização administrativo-financeira (22)
- incentivos fiscais (23)

- responsabilidade dos administradores da poupança das pessoas (24)
- benefícios diretos ou indiretos concedidos pela administração federal; fim das mordomias (25)
- pagamento em dólar a funcionários no exterior (26)
- estudar multiplicidade de orçamentos (27)
- reformar o sistema educativo, inclusive a Universidade (28)
- reorganização constitucional do País: colher propostas da sociedade civil e elaborar anteprojeto (29)
- conter a inflação e retomar o desenvolvimento (30)
- dívida externa e interna devem considerar a dívida social (30)
- distribuir os custos da política inflacionária de acordo com as possibilidades de cada um; (31)
- não haverá planos de impacto: criam ilusões, frustram as expectativas (32)
- antes de anunciar medidas, administrador deve verificar se há fundos (33)
- até serem estabelecidas as prioridades, é proibido gastar (34)
- remanejamento posterior das despesas: para cobrir carências básicas da população: criar empregos (36)
- retomada do desenvolvimento e luta contra a inflação começam hoje (37)
- conclamo empresários a oferecerem colaboração para combater a inflação (38)
- num futuro não distante: uma nação sem a insegurança gerada pela miséria, ignorância e desemprego, onde os aptos vivam de seus esforços, mas os menos afortunados não sejam marginalizados; nação onde sejam atendidas as necessidades básicas, as aspirações de consumo e lazer, e recursos para investir na melhoria do padrão de vida (39)
- ao governo: induzir o desenvolvimento; à iniciativa individual e empresários, ocupar os espaços vazios (território e sistema econômico); que pequenos e médios empresários e agricultores ocupem seus espaços na economia (41)
- convoco o ministério da Nova República a executar nossa parte: exercer o poder com justiça social (42)
- conclamo o povo brasileiro a prestar apoio: paz social, concórdia, altos objetivos (cada cidadão, grupo, entidade representação política, ideológica ou profissional) para construir um futuro melhor (43)

Avaliação: Ressalte-se que é um pronunciamento para ministros; por isso, está cheio de recomendações. Mas, mesmo para outras ocasiões, essa é uma excelente estratégia. Ainda que não sejam enumeradas metas concretas, a argumentação persiste consistente, devido ao modo como é conduzido o discurso: as medidas intermediárias estão sendo tomadas agora. Essa parte contribui sobremaneira para fazer deste um discurso do tipo deliberativo.

Avaliação geral

O discurso de Tancredo Neves, lido por Sarney, então Vice-Presidente, é um exemplo de peça oratória equilibrada: negocia bem os valores com a audiência (combate à inflação, austeridade, democracia); é consistente nas proposições (criação de uma série de comissões), ainda que sejam medidas intermediárias. A eloquência é boa, o orador se apresenta com firmeza e modéstia. É, pois, um bom modelo.

Radiografia

O discurso de Tancredo Neves, lido por Sarney, então Vice-Presidente, é um exemplo de peça oratória equilibrada: negocia bem os valores com a audiência (combate à inflação, austeridade, democracia); é consistente nas proposições (criação de uma série de comissões), ainda que sejam medidas intermediárias. A eloquência é boa, o orador se apresenta com firmeza e modéstia. É, pois, um bom modelo.

Note-se, em primeiro lugar, a “autoria” do discurso. Era de Tancredo Neves, mas é lido por Sarney, Vice, na posse dos ministros, escolhidos por Tancredo. Há, portanto, uma superposição de “personagens” na figura do orador. Pode ser entendido como homenagem ao titular, gravemente enfermo. Esse gesto assume maior gravidade. É a voz de um ausente ilustre, recém-aclamado pela eleição. Mas a condição de enfermo nesse momento lhe confere maior autoridade. E essa autoridade é “repassada” ao Vice, com grande carga emocional.

Trata-se de um discurso genuinamente deliberativo, ou seja, que argumenta com a audiência em função de buscar desta o convencimento e a adesão a sua causa. Contribuem para isso a explicitação de problemas, seguida da solução apontada. Mesmo que essas soluções sejam indiretas (criação de comissões, recomendações), surtem o efeito de levar à audiência a seguinte impressão: algo está sendo feito. A linguagem, um pouco carregada, é proporcional ao orador (Tancredo-Sarney).

As negativas enfáticas e a identidade do orador lidam com os valores, que constituem parte significativa do discurso. É o momento em que é “negociado” o acordo entre orador e assembléia. Com isso, o presidente constrói sua autoridade, não apenas para ser ouvido, mas para ter condições de convencer. Essa parte é conduzida com elegância e parcimônia. É um bom exemplo.

Ressalte-se que é um pronunciamento para ministros; por isso, está cheio de recomendações. Mas, mesmo para outras ocasiões, essa é uma excelente estratégia. Ainda que não sejam enumeradas metas concretas, a argumentação persiste consistente, devido ao modo como é conduzido o discurso: as medidas intermediárias estão sendo tomadas agora. Essa parte contribui sobremaneira para fazer deste um discurso do tipo deliberativo.

Pronunciamento do Presidente José Sarney à Nação, em cadeia de rádio e televisão, em 22 de julho de 1985⁷

⁷ Este pronunciamento é considerado pelo autor como sendo o “seu” discurso de posse, não obstante ele tenha se dado em julho de 1985, quatro meses após a posse “de fato”, ocorrida em 15 de março de 1985. Isso porque até 21 de abril, pelo menos, vinha governando na condição de vice-presidente. Internado desde a véspera da posse, Tancredo Neves, o titular, vem a falecer em 21 de abril.

1. Brasileiros,
2. O presidente de um país democrático precisa compartilhar responsabilidades.
3. O Brasil mudou. Respira-se liberdade. Volta-se a sonhar e a ter confiança, embora permaneçam os efeitos do pior momento de nossa história, um quadro de pessimismo e a paisagem devastadora das injustiças sociais.
4. Não venho, contudo, perder-me no lamento. Proponho conjurar a neurose dos índices assustadores da economia e da miséria.
5. O destino não me trouxe de tão longe para ser síndico da catástrofe.
6. Exerço e exercerei sempre a presidência! Juramento da república com determinação e coragem. A omissão e a dúvida não serão a marca do governo. Por formação e experiência, medito, pondero, analiso, ouço e sou prudente antes de decidir. Acerto e posso cometer equívocos. Mas, sensibilizado do erro, nele não permaneço. A intolerância não faz parte do meu feitio.
7. Eu, José Sarney, homem simples como todos do povo, não sou infalível. Sou presidente de um país democrático, presidente e Cidadão, responsável pelo governo que tenho de consolidar, pelo exemplo, pelo trabalho, pela correção, pela vontade e pelo dever de acertar, pela obrigação de servir ao Brasil e ao seu grande povo.
8. Reitero, mais uma vez, o compromisso da Aliança Democrática, agrado nas praças públicas por Tancredo Neves, que é pedra e mármore da História, a quem não faltei na minha lealdade e não faltarei na perenidade de sua pregação.
9. As mudanças começaram e continuarão. As reformas serão implantadas. A tarefa é grande.
10. Herdei para administrar a maior crise política da história brasileira; a maior dívida externa do mundo; a maior dívida interna e a maior inflação que já tivemos. A maior dívida social – a dívida moral. A efervescência das reivindicações e o desespero diante das soluções impossíveis.
11. A metade mais pobre da população brasileira, que em 1960 detinha 4% da renda nacional, tem hoje menos de 3% .Os 10% mais ricos, que possuíam 39% da riqueza nacional, passaram a comandar 51% . Os pobres, mais pobres; os ricos, mais ricos.
12. Basta dizer que, no campo, 1% das propriedades representa, hoje, 45% da área rural. Isto explica o fogo e o caldeirão social. O desemprego aberto é da ordem de 13 milhões de pessoas.
13. O déficit potencial das contas públicas é de 110 trilhões de cruzeiros. Ao assumir o Governo, a perspectiva inflacionária era de 400%. A Administração pública desacreditada. Ausência de planejamento, ditadura na economia, marginalização da sociedade, medo e violência, insegurança pessoal e coletiva. Todos esses fatores, aliados à desordem jurídica, ao inferno burocrático, a avassaladora presença do Estado, à Federação esmagada, impedem o progresso, criam a recessão, favorecem as práticas ilegais e a corrupção.
14. A ineficiência, pela centralização do poder político e econômico, impede a

- ação do Estado em sua função mestra de prover a justiça social.
15. É uma situação difícil. Muitos me aconselham a ficar na denúncia como justificativa das dificuldades do Governo. A crise existe. Melhor do que falar dela, é evitar suas conseqüências. O Brasil vai vencer. Vai dar certo.
 16. Vamos ver o caminho: em primeiro lugar, nenhum governo terá sucesso sem a confiança do país. Para isso, deve ser responsável. Dizer a verdade e obter a solidariedade do povo. A chave dessa aliança é a divisão dos ônus. É a participação. O progresso começa dentro de cada um de nós. Não podemos resolver problemas crônicos com fórmulas demagógicas que são fáceis de enunciar e difíceis de realizar.
 17. Não me cobrem, nem me pressionem para fazer o que eu não posso fazer. Não me exijam milagres. Reivindicações impossíveis desestabilizam a ordem social, criam conflitos falsos, deformam a democracia, e a sufocam.
 18. Não podemos repetir os erros do passado.
 19. Consultei meus correligionários políticos, intelectuais, cientistas, economistas, trabalhadores, empresários, políticos e governadores, na busca de um consenso para fazer as mudanças, as reformas e a modernização do País. Hoje, venho propor o grande acordo nacional do qual o povo será a alavanca.
20. CINCO PONTOS
21. Nossos objetivos passam por cinco pontos fundamentais:
 1. Liberdade
 2. Desenvolvimento
 3. Opção social
 4. Identidade cultural
 5. Soberania e Independência
 22. A política criou-se para servir à liberdade. A liberdade é um legado de Deus. É inseparável da vida.
 23. As leis dão ordem ao exercício da liberdade. O Presidente será escravo da Constituição e das leis.
 24. O Estado democrático estabelece o direito, afim de que o limite da liberdade de cada um seja a liberdade dos outros. O Brasil se livrou da tutela ao arbítrio e não aceita a tutela da coação nem o intimidam facções ou grupos.
 25. A liberdade implica o compromisso de fortalecer o poder político contra a insegurança de abalos institucionais. Ouvir a todos e conviver com todos, sem discriminação. Tolerância não significa concordância. O Presidente da República está no Centro – e nessa postura repousa sua autoridade para a reativação da transição democrática, tarefa fundamental do seu mandato.
 26. A liberdade não se esgota na vontade institucional. Ela tem de ser capaz de gerar direitos sociais, para ser a liberdade que não permita a morte pela fome, pelas doenças, pela insegurança das cidades e pela ausência de trabalho. Enfim, a liberdade é a vida; é uma perspectiva de vida feliz .
 27. Mas o exercício da liberdade tem de ser integral. Indissociáveis são as liberdades política, econômica e social. Todos sabem que, onde morreu a liberdade econômica ou existe a servidão social, a liberdade política, não

existe. Querer a liberdade política, sem garantir o poder criador e competitivo da iniciativa privada, é não conhecer a realidade da História. Querer liberdade econômica, convivendo com a injustiça social e com a miséria, é admitir uma sociedade de privilégios que termina na violência e no silêncio das ideologias.

28. A segurança das nações depende de sua força econômica. O desenvolvimento está indissoluvelmente ligado à soberania. As nações pobres são vulneráveis. Podem sucumbir se forem apenas executoras de decisões tomadas no Exterior. Reunimos todas as condições naturais para desenvolver a economia e elevá-la ao primeiro escalão da prosperidade mundial.
29. Não podemos temer a forte competição internacional das próximas décadas. É preciso enfrentá-las, confiante.
30. O País precisa recobrar a perspectiva econômica de médio prazo. Não se pode esperar que, no curto período de um ou dois anos, o Governo possa superar totalmente a atual situação. Mas nesse tempo lançaremos as bases do grande avanço rumo ao futuro. Esse período não será somente um tempo de espera, mas um instante forte de construção.
31. Precisamos, ao mesmo tempo, sanear o setor público e dirigi-lo para as prioridades da Nova República.
32. Parece haver um consenso nacional quanto à eficácia e rapidez da ação do Governo no aperfeiçoamento político do País como o restabelecimento das eleições em todos os níveis, a extinção da sublegenda, instituição do direito de voto para o analfabeto. É plena a permissão para coligação partidária e é livre a criação de partidos políticos.
33. Enviamos ao Congresso a proposta convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Reconhece-se, também, o avanço obtido na área trabalhista, com a legalização e associações de caráter intersindical, a reabilitação dos dirigentes cassados e as propostas em discussão para alterar as normas de organização sindical e a lei de greve; os entendimentos entre patrões e empregados são efetuados sem ingerência do Governo.
34. Todos concordam, além disso, que Governo foi até o limite possível no processo de resgatar a dívida social acumulada, quando dobrou o salário mínimo e manteve prestação do BNH no nível de 40% da inflação passada. Na área rural, nosso plano de Reforma Agrária procura estabelecer a paz no campo.
35. Vamos ocupar o espaço aberto, com crescimento econômico sem inflação. Hoje, o País pode crescer de 5 a 6% ao ano, dando emprego a milhares de jovens que anualmente se apresentam ao mercado de trabalho. Combater a inflação é ponto de honra do Governo. Faremos todos os sacrifícios e tomaremos todas as decisões para que ela não fuja aos nossos controles.
- 36.** O exemplo de outros povos revela aonde, chegam as nações, quando os governante oscilam nesse combate. A inflação é o pior inimigo da sociedade. Ela castiga os mais pobres, os que não têm instrumentos de contra seus terríveis efeitos. Ela não confisca o pão! Aqueles que pretenderam competir com a inflação, reajustando salários e preços acima de seus índices, na tentativa de vencê-la foram derrotados e provocaram o caos. Daí, a

necessidade de uma vigilância do Governo sobre os preços e uma política salarial justa, sem que se queira de maneira irrealista curar todos os males em um só dia.

37. O Governo reconhece a necessidade de reposição de perdas salariais e entende que ela deve ser feita parceladamente, de modo a não invalidar o próprio aumento, dando-se prioridade aos trabalhadores mais sacrificados, que são sempre os mais desprotegidos.
38. Por outro lado, é necessário controle de preços seletivo e severo para evitar a especulação e, ao mesmo tempo, que os reajustes não sejam superiores aos índices inflacionários, como era comum fazer-se. O controle de preços, público e privado, que impusemos, teve importante papel na contenção da inflação, que este ano será bem inferior à do ano passado.

39. VITÓRIA

INFLAÇÃO TRIMESTRAL ANUALIZADA

1985	em %
a. Janeiro	250
b. Fevereiro	245
c. Março	267
d. Abril	214
e. Maio	188
f. Junho	140

40. A expectativa inflacionária, como podem notar, foi revertida. É importante lembrar que esses resultados não foram obtidos com a política antiinflacionária ortodoxa, fundada na recessão econômica. O setor industrial vem sustentando taxas razoáveis de crescimento. O apoio à agricultura, com destaque para aquisição de produtos, permitirá crescimento anual da colheita em mais de cinco por cento. A agricultura é setor prioritário.
41. No setor externo, aumentamos nosso saldo comercial. Uma política cambial estimulante para o exportador, associada ao crédito e à dinamização da ação governamental, produziu saldos mensais superiores a um bilhão de dólares. Hoje, poucos duvidam de que, em dezembro, teremos quase doze bilhões de dólares em superávits acumulados.
42. Apesar da nossa confiança quanto ao cumprimento das metas estabelecidas para 1985, acompanhamos diariamente o desempenho das importações e exportações. Tranqüilizem-se os nossos exportadores. É compromisso do Governo garantir o poder de competição internacional de nossos produtos, obtendo saldos comerciais.
43. É parte central da nossa estratégia atribuir ao setor privado o papel de agente dinâmico do desenvolvimento. Vamos conter o setor público, transformando a economia de corrente dessa ação em redução nos preço ao consumidor. Todos estamos ansiosos por essa queda de juros e aspiramos a cortes drásticos no setor público. Esse processo exige administração criteriosa de instrumentos se tentarmos cortar tais despesas com açodamento, esbarraremos no limite do possível, estaremos ameaçados de recessão. Se administrarmos criteriosamente o setor público contendo-lhe o crescimento,

- com a queda de juros e a absorção da capacidade ociosa, o setor privado poderá assumir a liderança do País em seu destino de progresso.
44. A economia somente pode voltar a crescer em bases definitivas se forem restabelecidos a confiança e o estímulo da iniciativa privada, a qual deve ser o carro-chefe do desenvolvimento. Devemos dinamizar o mercado interno. Sair da especulação financeira. Voltar a acreditar na produção e no trabalho, não em papéis.
 45. Nesse contexto contribuirei para nova postura empresarial, livre das amarras do Governo.
 46. Os empresários devem recuperar sua criatividade e assumir riscos, sendo remunerados com o lucro, quando houver sucesso, e arcar com os prejuízos do malogro. Ao empresário capaz, ofereceremos a eliminação simultânea do arbítrio e do paternalismo oficial.
 47. As pequenas e médias empresas terão condições propícias à sua consolidação, pois os produtores menores realizam desenvolvimento econômico democrático, com a distribuição da propriedade e maior absorção da mão-de-obra.
 48. Faremos chegar ao campo os benefícios da economia de mercado. Temos que nos tornar cada vez mais competitivos, para dinamizar o mercado interno, sem sacrificar o potencial exportador. Menos governo na economia significa mais governo nos setores sociais.
 49. As medidas necessárias à contenção dos gastos públicos serão implementadas através da consolidação orçamentária, em cujas rubricas estarão definidas todas as despesas e subsídios a cargo do Tesouro; o saneamento financeiro das estatais, para que não transfiram ao setor privado suas tarifas abusivas; o fechamento e privatização de empresas públicas ineficientes. Apenas as estatais indispensáveis ao cumprimento do papel do setor público devem permanecer nas mãos do Estado. Imposição de padrões de produtividade para que elas operem em níveis de eficiência compatíveis com os do setor privado. Elaboração de um plano plurianual de investimentos, expresso pelo próximo plano nacional de desenvolvimento, onde cada centavo do gasto público será avaliado.
 50. O Governo tem mobilizado vários instrumentos com o objetivo de impor o controle de gastos nas empresas estatais. Além de limitar despesas, estamos exigindo responsabilidades e determinando a punição dos administradores perdulários. O fim das chamadas mordomias e a luta contra a corrupção trazem resultados éticos, atendendo ao compromisso da Aliança Democrática contra o esbanjamento e a ostentação. Recentemente, divulgamos o conjunto de medidas aprovadas. Pela primeira vez o Governo decide, corajosamente, interromper projetos incompatíveis com a realidade nacional. Determinei corte de custeio nas estatais, mais de duas vezes superior ao corte nos investimentos.
 51. Do lado da receita, houve recomposição orçamentária por meio de providências que tributaram o capital financeiro, preferentemente ao produtivo. Reestimativas recentes dos orçamentos do Governo, após providências adotadas, revelaram quase 30 trilhões de cruzeiros a mais nas receitas e outros 30 trilhões a menos nas despesas.

52. Ou seja: o déficit potencial de cerca de 110 trilhões de cruzeiros será reduzido a aproximadamente 50 trilhões de cruzeiros, no maior esforço já conhecido de ajustamento do setor público. Em decorrência, podemos esperar a redução das taxas de juros, pois o Banco Central, ao longo deste semestre, irá vender cada vez menos títulos públicos.
53. Estamos atendendo a compromisso cobrado por todos os setores produtivos do País: criar condições para a queda sustentável das taxas de juros reais, que hoje asfixiam o empresariado nacional.
54. Os resultados destas medidas permitem o crescimento sem inflação. Ao provocar a reversão do déficit público, estaremos atacando a inflação em sua causa estrutural. Ao reduzir as taxas de juros, reforçamos o combate antiinflacionário e criamos condições objetivas para que o setor privado ocupe seu espaço, empregando brasileiros que têm direito à oportunidade de trabalho, pagando impostos sobre lucros decorrentes do seu êxito e gerando, assim, fundos para o Governo aplicar em seus programas sociais redistributivos.
55. Promoveremos uma autêntica mudança institucional na área econômica. Tivemos a abertura política. Chegou a hora da abertura econômica e social.
56. É necessário consolidar e simplificar leis e decretos, que fazem insana a obrigação do empresário. Implantaremos um eficiente sistema de planejamento e controle dos gastos públicos, de modo a permitir à sociedade comando efetivo sobre os recursos governamentais.
57. A nossa grande opção é social. Estes programas não terão cortes e sim recursos crescentes a cada ano – todo o nosso esforço será nessa direção.
58. A prioridade, já disse, será pelos pobres. Debelar a pobreza absoluta, combater a miséria. Nesse sentido se incluem programas de alimentação, habitação, saúde, assistência e educação.
59. Nessa opção pelos pobres se inclui o Nordeste, onde está localizada a maior área de miséria do Brasil. Basta dizer que a renda per capita do Nordeste é um terço da média da renda brasileira. Já temos ali o primeiro passo, com o programa de um milhão de hectares irrigados para pequenos agricultores. É pelo Nordeste que começaremos a diminuir as diferenças regionais. Se queremos que a Nação seja livre em cada um de seus filhos, é preciso atacar a miséria.
60. Um instrumento importante de alteração e progresso das estruturas sociais, como reclama a Nação, é a Reforma Agrária. Uma Reforma Agrária onde não se pensa apenas no problema fundiário, mas também no aspecto conseqüente: crédito e viabilidade econômica da terra para os nossos proprietários. O que se busca é o equilíbrio da riqueza no campo e o aumento da produtividade.
61. Mas se por um lado a Reforma, junto com outros instrumentos, atenderá ao homem do campo, que por falta de terra para cultivar e de condições para fixar-se fugiu para as cidades, por outro lado é necessário também lutar contra o inchamento dos grandes núcleos, contra as condições muitas vezes subumanas em que neles se vive.
62. Na área da habitação, vamos desenvolver novas formas de harmonização de custos e formas de financiamento para atender aos trabalhadores de baixa renda. Vamos investir em programas de autoconstrução, de mutirão, e em

- outras formas pouco convencionais.
63. Como vimos, na área econômica procuraremos também aumentar a oferta de trabalho. Isso, com os sindicatos livres, permitirá que os naturais mecanismos de ação social melhorem as condições dos assalariados. Não basta, porém, permitir a busca dos maiores direitos e ganhos, sem a interferência do Estado. Há problemas que iremos enfrentar com todas as forças.
 64. É preciso atacar a miséria. Se é verdade que os problemas da carência só encontrarão solução definitiva com o pleno desenvolvimento da economia, é de nossa responsabilidade moral impedir que compatriotas continuem a morrer de fome e por falta de assistência médica.
 65. Buscaremos, com o concurso dos especialistas, a recuperação da infância marginalizada. E, mediante novas formas, procuraremos incorporar à família, à sociedade, ao sistema produtivo, os milhares de menores abandonados.
 66. Mas há necessidade de medidas urgentes. O Papa João Paulo já disse: O povo tem fome. Acabamos de lançar os programas de alimentação básica. Aumentaremos, gradativamente, o número de crianças beneficiadas pelo programa de merenda escolar, até chegar a trinta e um milhões no fim do Governo.
 67. Da mesma forma, elevaremos – de 4 milhões para 20 milhões – o número dos que recebem suplementação alimentar. gestantes e crianças até 3 anos.
 68. Mas limitar-nos a isto seria paternalismo. É preciso criar condições para que não haja fome. Saúde. porque um povo com doenças, com perspectivas de vida menores que em muitos países, com a morte e a fraqueza rondando a porta, não pode sobreviver plenamente. E, quer na cidade, quer no campo, em condições equilibradas de desenvolvimento, respeitando-se o meio-ambiente. Como qualquer brasileiro, não posso deixar de me emocionar ao ver gente, por este Brasil tão vasto, morando em locais, onde a poluição mata.
 69. Joaquim Nabuco dizia há cem anos: «Não basta libertar os escravos, é necessário dar-lhes terra e educação».
 70. A sociedade industrial gera valores materiais. Os valores espirituais são destruídos e não se criam outros. Pouco a pouco o povo vai perdendo sua identidade, fica à mercê da colonização cultural e a nação se descaracteriza. O Brasil, rico em sua cultura de tantas facetas e influências, mescladas e consolidadas na feição de um país que se afirma nas tradições, no folclore, nas letras e nas artes, pouco a pouco definha, tragado pelo abandono e pela pobreza.
 71. Os valores espirituais têm de ser preservados, os bens culturais têm de ser criados e protegidos. A cultura deve estar na mesa do planejador, como a economia. Nunca os nossos artistas e intelectuais tiveram tantas possibilidades, e nunca essas possibilidades foram tão desprezadas. Partiremos agora para o renascimento cultural.
 72. O Presidente tem a certeza de que não basta o País crescer. O crescimento não terá sentido, se não crescerem a cultura, o teatro, a literatura, o cinema, a música, as artes plásticas; e a memória histórica não for preservada.
 73. A arte popular brasileira não pode morrer por ausência do Estado em sua defesa.
 74. Assegurar o acesso de todos à educação é ideal do País.

75. A educação é o primeiro e o mais rentável dos investimentos públicos. O Brasil começa na criança, no estudante, no universitário. Seja no nível básico ou no nível secundário, é tarefa em que os Estados e Municípios têm que repartir responsabilidades. É preciso não só construir escolas, como garantir que as crianças as frequentem.
76. O mundo do futuro será o mundo das descobertas científicas, da pesquisa, da educação. Não podemos nos esquecer do sentimento de alma, da força do espírito humano em tudo que fizemos.
77. O Brasil tem de criar sua própria tecnologia, promover suas próprias descobertas, investir na pesquisa, acreditar em seus cérebros e dar-lhes condições de trabalho. É preciso apoiar a universidade, a ciência e a tecnologia. Só com o domínio do saber, seja ele universal ou brasileiro, pode-se construir o progresso.
78. Procurarei, também, coerente com minha própria origem, apoiar as letras e as artes. Seja através de programas de governo, seja através do envolvimento da iniciativa privada no custeio da produção cultural.
79. A imprensa e os modernos meios de comunicação visual, múltiplos e livres, são resultado e causa da liberdade. É preciso apoiar o livro. Só um povo que lê pode ter consciência de si próprio e da cidadania. Saber o que quer e fruir a liberdade. Uma Nação se faz com políticos, historiadores e poetas. Políticos para lidarem com o presente, historiadores para pensarem o passado, mas poetas para que possa sonhar com o futuro.
80. Lutar pela identidade e pela unidade cultural do País é tarefa para nossa geração. Para isso, é necessário compreender e respeitar as formas locais e regionais – formas de falar, formas de viver, formas de cantar e de lazer. Só assim preservaremos nossas raízes diversas – tantas raças e tantos povos – e só assim nos encontraremos com nossa verdadeira identidade: a de brasileiros
81. A soberania nacional é um patrimônio inviolável do povo brasileiro. Temos uma tradição diplomática de coerência e justiça que orgulha a todos. Para a defesa dos nossos interesses no mundo contamos com uma diplomacia ágil, que, desde o Visconde do Rio Branco, vem mantendo inextinguível zelo patriótico.
82. Nosso território está entregue à guarda das Forças Armadas para preservar nossa soberania, ao lado de sua função constitucional de mantenedora da ordem e das instituições. Elas encontram no Governo o apoio para se reequiparem e receberem o adestramento indispensável à sua missão.
83. O Brasil honrará os compromissos e acordos firmados internacionalmente. Continuará irredutível na defesa dos direitos de autodeterminação dos povos e contra as soluções dos dissídios internacionais pelo uso da força. O não-intervir é um dos princípios sagrados da diplomacia nacional. Temos consciência de sermos um traço de união entre o mundo velho e o mundo novo, que está a surgir, através da cooperação fraterna entre os povos.
84. No exercício da soberania, estamos negociando a dívida externa sem ferir a nossa independência. Não nos move nenhum intuito de criação de impasses. A posição do Brasil é bem clara. A dívida para nós não é um instrumento de luta ideológica. Não será jamais uma peça na confrontação Leste-Oeste. Um grande país como o nosso, a oitava economia do mundo, tem consciência dos

seus deveres e de sua força. O Brasil jamais será caudatário de ninguém. Nem das grandes potências, nem nos pequenos conflitos. Mas no interesse do nosso próprio País não vacilaremos em ser firmes. E seremos.

85. Estamos enfrentando uma difícil negociação da dívida externa. Com os banqueiros e com o FMI.
86. Não podemos admitir que a intransigência dogmática de organismos financeiros internacionais imponha ao País uma política recessiva desnecessária. Nós, homens de Estado, lidamos com fatos e não com teoremas.
87. No plano político, não abrimos mão de proclamar a prioridade de uma nova ordem econômica internacional contra o protecionismo dos países desenvolvidos que fecha as portas às nossas exportações e nos impõe unilateralmente juros exorbitantes. Para pagá-los, teríamos de sufocar nossa economia.
88. A dívida, portanto, tem um patamar político e o Brasil não abdica do seu direito de discuti-la, lutando por todos os meios para afirmar seus direitos e sua soberania.
89. Brasileiros, meus irmãos, compatriotas:
90. Se formos dignos do presente, as gerações do futuro se orgulharão de nós.
91. Tenho consciência de que sou o Presidente de um grande País e de um grande povo.
92. Juntos, levantemos as mãos para dizer adeus ao pessimismo.
93. A hora é de coragem e fê.

(3.883 palavras)

Fernando Collor de Mello (1990-1992)

Resumo

Recebo o mandato honroso e o desafio de presidente. Com orgulho de haver sido deputado, ser neto de deputado e filho de senador, não saberia governar sem o Congresso. Respeito, também, o Judiciário, co-responsável pela transição, em especial, o TSE. Respeito a sociedade organizada e tenho apreço pelos compatriotas. Minhas propostas essenciais são: democracia e cidadania; inflação como inimigo maior; reforma do estado; modernização econômica; posição do Brasil no mundo contemporâneo. O propósito número um é liquidar a inflação (câncer social, erva daninha) no primeiro ano de gestão. Essa é uma luta incondicional e condicionante do crescimento, dos investimentos, e do fortalecimento da democracia. Farei a racionalização do setor público; reduzirei gastos; acabarei com privilégios; farei uma tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. À iniciativa privada, cabe criar riqueza e dinamizar a economia; ao Estado, planejar, sem dirigismo, garantir acesso das pessoas de baixa renda aos bens vitais (moradia, saúde, alimentação, transporte). A Pobreza não ficará à mercê do automatismo do mercado. Meu trinômio é: democracia, desenvolvimento e justiça social. No campo internacional, novas associações entre países, participação ativa do Brasil nas grandes decisões internacionais, e apoio ao esforço comum para reduzir desigualdades, como alicerce para a paz. O Brasil terá políticas específicas, voltadas para Estados Unidos, América Latina, Europa unificada, Portugal, Japão, Leste Europeu, União Soviética; África, comunidades de língua portuguesa, Oriente Médio, China, Índia. Ao esforço saneador do Brasil, corresponde atitude positiva da comunidade internacional, renegociação das dívidas levará em conta, em primeiro lugar, a retomada do crescimento nacional.

Discurso

<p>Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional;</p> <p>Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;</p> <p>Excelentíssimo Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros;</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados;</p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal;</p> <p>Excelentíssimo Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras;</p> <p>Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa;</p> <p>Excelentíssimos Senhores Senadores;</p> <p>Excelentíssimos Senhores Deputados;</p> <p>Altas Autoridades da República;</p> <p>Senhoras e Senhores,</p> <p>1. Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo.</p> <p>2. Venho trazer ao Poder Legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da República, meu apreço e minha homenagem. Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da nação brasileira. Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collor, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. Não saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia.</p> <p>3. A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembléia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior Eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de</p>	<p>(saudações)</p> <p>1. Recebo o mandato honroso e o desafio: presidente eleito.</p> <p>2. Respeito aos poderes; orgulhos: haver sido deputado, neto de deputado, filho de senador; não saberia governar sem o Congresso.</p> <p>3. Congresso: responsável pela transição democrática; Constituinte: vigor cívico; relator diligente; texto inspirador. Judiciário: também responsável pela transição; em especial TSE;</p>
--	--

modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante. Nem poderia ela, a transição democrática, chegar a termo sem tropeços institucionais se não houvesse firme vontade nacional.

4. Meu respeito, e minha consideração, a todos os setores organizados da sociedade que souberam lutar e trabalhar pela vitória da democracia.

5. Meu apreço, e meu louvor, a cada um de meus compatriotas, que, por não terem perdido a esperança, o equilíbrio e o espírito cívico, fizeram com que a transição pudesse ocorrer em paz, sem violência, apesar de grandes dificuldades econômicas ao longo do percurso.

6. Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

7. É meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

8. Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como

4. Respeito à sociedade organizada.

5. Apreço aos compatriotas: esperança, espírito cívico, paz.

6. Minha eleição: confirma liberdades cívicas; espero de partidos e entidades que atuem segundo o interesse público: apoio ao governo, crítica objetiva, como é nas grandes democracias. Competição eleitoral: não leve à cisão, mas acatamento do resultado; nem vencedores nem vencidos.

7. Resumo das propostas essenciais: democracia e cidadania; inflação como inimigo maior; reforma do estado; modernização econômica; posição do Brasil no mundo contemporâneo.

8. Primeiro compromisso: democracia: direito, liberdade, justiça, em consonância com o mundo. Brasil na vanguarda da democracia.

aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.

9. Hoje, mais do nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a idéia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é com o caos predatório das ambições em grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.

10. A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. É hora exercê-lo para fortalecer a nação, como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo é preciso aproximar o governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da nação. É um compromisso sagrado de minha parte.

11. Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade, inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos. A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva.

9. Democracia: prática da cidadania; sem messianismo na política; socialismo: utopia que bate em retirada; espírito republicano persiste; reconhecimento do conflito na sociedade complexa.

10. Cidadania: direito do indivíduo na convivência republicana; poder, agora, para reforçar o cidadão e não o Estado; aproximar povo e governo.

11. Virtude republicana requer clima moral, confiança, estabilidade, ameaçadas pela inflação. Inflação: se nutre do egoísmo, desestimula investimento e mentalidade produtiva.

12. A inflação desorganiza e desmoraliza; imposto cruel, principalmente para os mais pobres; aviltamento salário, desgaste da imagem externa.

<p>12. A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo.</p> <p>13. Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar.</p> <p>14. Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritariamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social. Conduzirei um governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal.</p> <p>15. O propósito imediato de meu governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano. Farei da estabilização monetária e</p>	<p>13. A cidadania repele a corrupção, a prevaricação, o empreguismo. Fiz a luta pela moralidade no serviço público, desde quando governador, pois isso causava revolta do povo.</p> <p>14. Farei racionalização do setor público em respeito aos verdadeiros servidores públicos.</p> <p>15. Propósito número um: não conter, mas liquidar a inflação (câncer social, erva daninha) no primeiro ano de gestão: todas as energias do Executivo; o apoio do Congresso. Erradicar fúria emissionista, déficit público. Estabilização monetária e financeira: prioridade absoluta.</p> <p>16. Guerra contra a inflação: luta incondicional. Condicionante: do crescimento, investimentos, fortalecimento da democracia.</p> <p>17. O povo brasileiro deseja eliminar o carnaval de gastos, emissões e preços.</p>
--	--

<p>financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste governo. Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim.</p> <p>16. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia.</p> <p>17. Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para eliminá-lo, terei de contrair vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência.</p> <p>18. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil.</p> <p>19. Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária.</p> <p>20. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que logramos esse equilíbrio o que ocorrerá com certeza teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública.</p> <p>21. Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.</p>	<p>18. Vencerei ou falharei.</p> <p>19. Medidas básicas:</p> <p>20. Reduzir gastos públicos, atingir equilíbrio orçamentário; fim: de privilégios.</p> <p>21. Tríplice reforma: fiscal, patrimonial, administrativa. O Estado perdeu o poder de investir.</p> <p>22. À iniciativa privada: criar riqueza e dinamizar a economia; ao Estado: planejar, sem dirigismo, garantir acesso das pessoas de baixa renda aos bens vitais: moradia, saúde, alimentação, transporte.</p>
---	---

<p>22. Essa perversão das funções estatais agravadas por singular recuo na capacidade extrativa do Estado exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa não ao Estado criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades, pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos.</p>	<p>23. Estado: promotor do bem coletivo; não produtor, como é no plano internacional; sem preconceitos contra capital estrangeiro. Brasil: hospitaleiro ao capital: para indústria, emprego, tecnologia.</p>
<p>23. Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a idéia de discriminar nem conta nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil.</p>	<p>24. Modernização econômica pela privatização.</p> <p>25. Menor regramento das atividades econômicas. Competição, no lugar da corrupção.</p> <p>26. “O Estado pune todas as injustiças, menos as que comete...”</p> <p>27. Imperativo ecológico como um dos limites fundamentais. Sou da geração que deu o grito de alerta. Juventude: pedra angular da campanha.</p>
<p>24. Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica.</p>	
<p>25. A privatização deve ser completada por menor regramento das atividades econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentado melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição.</p>	<p>28. Gastos militares das nações do Norte seriam suficientes para limpeza da Terra.</p>
<p>26. Permanece válido, ainda hoje, o adágio medieval: o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete...</p>	
<p>27. Na realidade, diviso como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças</p>	<p>29. Brasil: disposto ao diálogo e à cooperação.</p>

produtivas à pujança e expansão do mercado: o imperativo ecológico. O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial. Pertencemos à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra. A urgência que meu governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade, e particularmente na juventude brasileira, que por isso mesmo converti numa das pedras angulares de minha campanha presidencial.

28. Em recente viagem ao exterior, como presidente eleito, ressaltai que a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados nessa grave matéria. Indiquei que somente o volume dos gastos militares das nações do Norte já seria suficiente para realizar a mais ampla limpeza da terra.

29. Mas observei que, fora do simplismo de acusações unilaterais, o Brasil estará sempre disposto ao diálogo e à cooperação internacionais sobre o drama ecológico. Nas Nações Unidas e nos demais foros, passaremos a formar entre os países que melhor sustentam o esforço de encontrar soluções objetivas e inteligentes para harmonizar o desenvolvimento único meio de resgatar nossa gente da pobreza com a preservação do ambiente. Saberemos conciliar sem complexos a defesa de nossa soberania com uma atitude positiva e conseqüente, não apenas defensiva, frente a um problema cuja dimensão afeta, como sabemos, o destino do gênero humano em seu conjunto.

30. Marquei a sinceridade de nossos propósitos precisando que, no caso brasileiro, não só a Amazônia, mas também o Pantanal e a Mata Atlântica, nossos rios e bosques, integram um ternário conservacionista, norteado pela deliberação de desenvolver sem depredar. Finalmente, para vincar a nova importância que o Brasil confere ao problema ecológico, relancei minha proposta de um imposto internacional sobre poluição e convidei pessoalmente os Chefes de Estado e de Governo com quem me avistei a comparecerem à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil sediará em 1992.

31. Duas considerações qualificam atualmente nosso impulso de retomada irreversível do desenvolvimento. O cuidado ecológico é uma delas. A outra, Senhores Congressistas, é o empenho de justiça social, a decisão que incorporei às prioridades absolutas de meu governo de criar condições para o resgate de nossa gritante e vergonhosa dívida social. Tanto a ética quanto o interesse nacional

Desenvolvimento com preservação: único meio de resgatar nossa gente da pobreza.

30. Preservação Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica; imposto internacional sobre poluição; convite a chefes de Estado para a Eco 92.

31. Resgate da dívida social, reclamado pela ética e pelo interesse nacional.

32. Até agora, paternalismo: ou pela crença no desenvolvimento; ou políticas distributivas (populismo primário).

33. Minha geração não admite conviver com o Brasil gigante e pigmeu social. Necessário: estabilização financeira.

reclamam uma completa mudança de mentalidade nesse terreno.

32. Até aqui, nossa atitude básica frente às carências sociais brasileiras consistiu essencialmente em manter, por parte do governo e das elites, um comportamento paternalista. Esse paternalismo, a seu turno, engendrava alternativamente dois tipos de conduta prática frente ao problema. Ou relegávamos a questão para um plano secundário, na ingênua crença de que a melhoria do padrão de vida das massas deriva automaticamente do crescimento econômico; ou procurávamos enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, porque baseadas num populismo primário, Incapaz de reconhecer que o verdadeiro bem estar coletivo, o progresso social duradouro só ocorrem quando se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral.

33. Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico mais pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior do meu governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista tenho consciência de que, aqui também, impõe-se à estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se também que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria.

34. Que este posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como produtor de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu distribuidor. Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo inconseqüente em prejuízo do esforço produtivo. Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste país. Do binômio de Juscelino democracia e desenvolvimento queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: democracia, desenvolvimento e justiça social.

35. Uma das dimensões arcaicas da nossa realidade atual é o descalabro da educação. Meu governo terá maior

34. Pobreza não ficará à mercê do automatismo do mercado. Compreensão e apoio das lideranças sindicais esclarecidas. Do binômio (JK) democracia e desenvolvimento, o trinômio: com justiça social.

35. Dimensão arcaica: descalabro com a educação. Empenho: combater analfabetismo, cuidar da educação de base e do ensino superior.

36. Revolução educacional.

37. O Brasil no mundo contemporâneo.

38. Cenário: nova Europa Oriental, fim da guerra fria; leis de mercado; direitos humanos, liberdade: tendências universais.

<p>empenho não só em combater o analfabetismo, cuja dimensão permanece incompatível com o estágio econômico e tecnológico a que chegamos, mas também em enfrentar com determinação os problemas da educação de base e da qualidade do ensino superior.</p> <p>36. Neste terreno, o Brasil precisa de nada menos que uma revolução educacional, que transforme prioridades constantemente reconhecidas numa reorientação concreta e drástica da atuação do poder público. Não são recursos que têm faltado, mas vontade de aplicá-los melhor, caminhando em marcha batida para a redenção educacional dos mais pobres e para a conquista duradoura de padrões de excelência na educação superior e na pesquisa universitária. Minha presidência acrescenta a seus compromissos principais essa revolução educacional, componente indispensável de nosso futuro próximo.</p> <p>37. Senhores Congressistas, Direi agora algumas palavras sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo.</p> <p>38. Antes de tudo, é preciso registrar impressionante mudança no cenário internacional. O perfil de uma nova Europa Oriental faz ver como encerrada uma fase na história das relações internacionais, dominada pelo confronto ideológico Leste-Oeste. Fica definitivamente sepultada a guerra fria. Repensam-se alianças. Cancelam-se alinhamentos. Enquanto isso, novas áreas se preparam para adotar as leis da economia de mercado, com democracia, respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade, que são hoje tendências universais. Em toda parte o poder monolítico, as estruturas dirigentes e os resíduos autoritários estão na defensiva.</p> <p>39. Nesse quadro dinâmico, tão diferente daquele de apenas dez anos atrás, propendem a emergir grandes espaços econômicos. Não se trata necessariamente de blocos fechados, mas de novas configurações econômicas e políticas, às quais terá de ajustar-se o potencial competitivo de cada país.</p> <p>40. Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo.</p> <p>41. A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tomem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional.</p> <p>42. Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular,</p>	<p>39. Perspectivas: novas associações entre países.</p> <p>40. Necessário: buscar novas fórmulas.</p> <p>41. Nova sensibilidade é requerida.</p> <p>42. Na política externa, deverá ser respeitada a vontade popular.</p> <p>43. Participação ativa do Brasil nas grandes decisões internacionais.</p> <p>44. São essas as premissas para a política externa.</p> <p>45. Momento raro: a possibilidade da paz.</p> <p>46. Brasil: papel a desempenhar.</p> <p>47. Respeito à soberania, não-intervenção, autodeterminação, solução pacífica de conflitos.</p> <p>48. Alicerces da paz: justiça, esforço comum para reduzir desigualdades.</p>
---	--

que quer e com urgência a modernização do Brasil. As opções que teremos que fazer pedem muito mais do que a elaboração de pautas diplomáticas bem formuladas. Pedem, na realidade, o concurso da vontade nacional, constituída com orientação segura.

43. Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões internacionais. Não por pretensão de hegemonia ou por vontade de poder, que a tradição brasileira repele. Mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas. Para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais.

44. São essas as premissas sobre as quais definirei a política externa brasileira.

45. Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se renuncia a efetiva construção da paz e da segurança. A paz parece estar ao alcance de nossas mãos, embora falte ainda muito para que desapareçam definitivamente as causas de conflito.

46. Com base em suas tradições, o Brasil tem um papel a desempenhar.

47. Insistirei na idéia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, como o respeito à soberania, a não-intervenção, a autodeterminação, a solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos.

48. Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no Planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Se caminhos trilhados decepcionaram, não há que desistir de caminhar. Os anseios de justiça, no plano nacional, devem ter contrapartida na ação da política externa. Não podem ser abandonados porque alguns proclamam que já não condizem com o momento histórico. Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história.

49. O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo,

49. O Brasil estará aberto ao mundo: integração crescente e competitiva. Ação diplomática: novas formas de cooperação: economia, ciência, tecnologia, diálogo.

50. Corremos o risco de cair na marginalização. Contraposição: abdicar do pseudonacionalismo; demonstrar potencial do Brasil.

51. Mundo deve se convencer a abrir as portas para o Brasil.

52. Abertura, combate à inflação, superação da crise, com regras para investimentos estrangeiros.

53. Política externa: orientada para o desenvolvimento.

54. Contribuí com o bom diálogo entre EUA e União Soviética.

55. Para o Brasil, espaço imediato: América Latina. Integração: passo obrigatório para a modernização das

<p>e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a nação dos tempos novos em que vivemos.</p> <p>50. A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional toma mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização. A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudonacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto-suficiência. Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil.</p> <p>51. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo.</p> <p>52. Essa disposição de abertura, associada ao combate eficaz à inflação e à superação da crise econômica no País, virá acompanhada de regras claras, que garantam a quantos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança.</p> <p>53. A política externa de meu governo há de incorporar as melhores vocações diplomáticas brasileiras. A contribuição para a paz e a justiça será permanente. A luta pelo desenvolvimento orientará a todo tempo a ação externa da República.</p> <p>54. Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional, por ter prestado, em escala modesta, quando de recente viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética. A distensão é um dos processos maiores da nova ordem internacional e a orientação permanente de meu governo será no sentido de trabalhar para que cheguemos a um estágio irreversível na construção da paz.</p> <p>55. Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. A tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo serão reforçadas. Daí a crescente importância do processo de integração latino-americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu governo. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial. A integração latino-americana vai deixando de ser um sonho para se tornar realidade tão concreta quanto fecunda. O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o</p>	<p>economias.</p> <p>56. Relações com os EUA: respeito, sentido positivo.</p> <p>57. Aos países da Europa: que reconheçam irmão; comércio, capitais, tecnologia.</p> <p>58. Portugal: na Europa, interlocutor privilegiado.</p> <p>59. Japão: posição estratégica: tecnologia, comércio, investimentos, diálogo político.</p>
---	---

regime democrático por eles escolhido.

56. Pretendo exercer, no relacionamento bilateral com os Estados Unidos, a melhor disposição para o diálogo e o entendimento. Na convivência entre duas democracias, deve prevalecer o reconhecimento das suas características próprias, o respeito por opiniões distintas ou mesmo construtiva, para benefício mútuo. O Brasil deseja sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos tenham sentido positivo. Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo.

57. Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa a reconhecerem na América Latina aquela parte do mundo em desenvolvimento onde as próprias raízes são também européias. Confio em que a unificação comunitária prevista para 1992 não tenha um perfil excludente. De nossa parte, como disse a vários governantes europeus em meu périplo de presidente eleito, trataremos de explorar todas as potencialidades que a nova dinâmica da Comunidade possa trazer em termos de comércio, capitais e tecnologia. Senti essa disposição de arrojo e abertura por parte do Brasil muito bem acolhida na Alemanha, França, Inglaterra e Itália.

58. Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. Esse é um fato que dispensa explicações. Afinal, da ação histórica dos irmãos portugueses deriva nossa própria existência como nação e como Estado. A Espanha, por sua vez, não deixará de ser vista pelo Brasil, tal como por nossos vizinhos, como parceiro bilateral e ator destacado no diálogo entre a América Latina e a Europa. Espero de ambos os governos o apoio para o necessário fortalecimento dos laços do Brasil com a Comunidade Européia.

59. O Japão ocupará posição de especial realce na política externa do Novo Brasil. Nossas realizações comuns já constituem uma história de êxitos. Temos bases suficientemente sólida para nos lançarmos a uma nova e mais ambiciosa etapa da cooperação brasileiro-japonesa no plano de investimentos, da tecnologia, do comércio e do diálogo político.

60. A súbita, inesperada e positiva evolução do Leste Europeu, que aplaudimos com toda sinceridade de democratas, representa um fator a mais para que nos capacitemos da absoluta necessidade de uma integração competitiva do Brasil na economia mundial. País de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranqüilo para a experiência da abertura de sua economia.

60. Leste Europeu: parceria, integração.

61. Atenção redobrada do Itamaraty ao Leste Europeu: União Soviética: comércio, tecnologia, ciência, cultura.

62. África: identificação, cooperação.

63. Comunidades de língua portuguesa: ajuda mútua concreta.

64. Oriente Médio: amizade, presença de imigrantes; desejo de paz; garantia da autodeterminação dos povos; tratados internacionais; acatamento das resoluções do Conselho de Segurança da ONU.

<p>61. Meu governo acompanhará com atenção redobrada o curso da transformação do Leste Europeu: o Itamaraty terá instruções específicas para dar prioridade ao exame e interpretação dos temas daquela área. Essa diretriz justifica-se não só pelo fato de se estar abrindo uma nova era na universalização da democracia, mas também porque se trata de um processo que terá grandes conseqüências nas relações internacionais. Meu desejo é que as mudanças ocorram em paz e na forma a que aspiram os povos europeus. Darei ênfase especial á modernização do relacionamento com a União Soviética, tanto no plano do diálogo político como no do intercâmbio econômico, científico, tecnológico e cultural.</p> <p>62. Com os países da África, deveremos trabalhar para restituir dinamismo ao nosso relacionamento, muito afetado nos últimos anos pelas dificuldades que se abateram, de modo geral, sobre os países em desenvolvimento. É imprescindível a identificação de possibilidades concretas de cooperação que dêem, o quanto antes, impulso a esse esforço. Acentuaremos nossas identidades, aprofundando uma noção de comunidade cultural e histórica, e condenado o racismo, particularmente o regime de apartheid na África do Sul, que esperamos esteja em sua etapa terminal.</p> <p>63. O Brasil buscará aproveitar ao máximo o potencial de diálogo e colaboração existente no seio da comunidade de expressão portuguesa, à qual estamos ligados por estreitos laços, cujas origens remontam a quase cinco séculos. No período seguinte ao processo de descolonização dos anos setenta, o Brasil e seus irmãos de além-mar souberam demonstrar que, longe de se limitarem à fraternidade retórica, são capazes de ajudar-se mutuamente na construção do progresso e do bem estar.</p> <p>64. Aos países do Oriente Médio, o Brasil está ligado por antigos laços de amizade e por importantes interesses comuns, decorrentes de um intercâmbio rico e dinâmico. Aproximados pela presença de milhões de brasileiros como origens naquela parte do mundo, sofremos ao assistir ao espetáculo diário da guerra e da violência. Desejamos que se chegue à paz firme e duradoura naquela região. Sustentados que naquela área do globo é urgente e clara a necessidade de que se observem estritamente os princípios essenciais do convívio internacional: o direito dos povos à autodeterminação; a negação da conquista pela força; a observância do direito internacional, particularmente os elementos incorporados nas resoluções do Conselho de Segurança. A moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a resolução do problema, que exige diálogo amplo, sem discriminações, entre os povos</p>	<p>65. China e Índia, semelhanças de estágio de desenvolvimento: ampliar cooperação.</p> <p>66. Igual tratamento para os demais países da Ásia e do Pacífico.</p> <p>67. É decisiva a ação dos organismos multilaterais: diálogo, cooperação. Países credores: reequacionar dívida externa: pagar o quanto sobrar depois de garantido o crescimento econômico.</p> <p>68. Ao longo de todo o século XX, até os anos 80, o Brasil foi o país que mais cresceu.</p> <p>69. Nos anos 90: restaurar o crescimento. Obstáculo: serviço da dívida. Negociação franca e leal.</p>
---	--

<p>evolvidos. Não há caminho para a paz se não houver aceitação mútua dos direitos legitimamente definidos pela comunidade internacional.</p> <p>65. Com a República Popular da China e com a Índia, dois grandes atores do cenário internacional, o Brasil tratará de ampliar e multiplicar as vias de entendimento e cooperação. Temos consciência plena do peso desses Estados, de suas semelhanças conosco em termos de dimensão, estágio de desenvolvimento e potencial e, sobretudo, da necessidade de que tais semelhanças sirvam de base ao maior benefício de nossos povos.</p> <p>66. O mesmo ânimo valerá também para os demais países em desenvolvimento da Ásia e do Pacífico, que se encontram agora inseridos num dos espaços de maior dinamismo econômico do planeta. O Brasil não deixará de enriquecer-se com o exemplo dessas experiências e cuidará de abrir com essas nações novas frentes de cooperação.</p> <p>67. Considero decisiva a ação dos organismos multilaterais, políticos e econômicos. Cabe a eles, de fato, através do diálogo e da cooperação, permitir que as transformações extraordinárias que vivemos sejam retratadas em instituições e regras estáveis. Por isto, darei atenção especial ao novo papel das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, como instrumentos de paz e segurança, e também aos organismos econômicos, como o GATT e a ALADI, que procuram estabelecer formas novas de convivência entre as nações. Com os países credores, tratarei de reequacionar o problema da dívida externa. Nossa proposta de renegociação da dívida tem um parâmetro fundamental: não se trata, para nós, de saber quanto poderemos crescer depois de servir à dívida, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido nosso crescimento econômico em níveis consentâneos com sua taxa histórica e com projeto de desenvolvimento e justiça que norteará nosso futuro.</p> <p>68. Ao longo de todo um século, até a década de oitenta, o Brasil foi, na opinião de historiadores econômicos abalizados, o país que mais cresceu. Os terríveis anos oitenta trouxeram trágica interrupção a esse processo de crescimento que, apesar de vigoroso, era, como sabemos, eivado de distorções e fragilidades.</p> <p>69. Temos que lutar para que os anos noventa restaurem e acentuem a trajetória de crescimento, fazendo as opções necessárias e muitas serão extremamente penosas em curto prazo para desentravar as energias econômicas do nosso País. Um dos maiores obstáculos a isso é sem dúvida o serviço da dívida, nos níveis em que se encontra. No</p>	<p>70. Não aceitarei contratos determinados de um só lado.</p> <p>71. Ao esforço saneador do Brasil, corresponde atitude positiva da comunidade internacional.</p> <p>72. O Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial.</p> <p>73. Filho e neto de políticos, vivo para a política; não da política; apelo ao Congresso Nacional.</p> <p>74. Brasil: dois tipos de elite: a) as responsáveis, modernas; e b) as anacrônicas, atrasadas.</p> <p>75. Meu projeto de modernização: contra o egoísmo doentio das elites atrasadas. Avô (Lindolfo Collor): autor da primeira carta de direitos dos trabalhadores; eu: convite aos assalariados para participarem do governo.</p> <p>76. Eis o projeto de</p>
---	---

marco do parâmetro que defini, estarei aberto a uma negociação franca e leal com os credores. Não quero confrontação. Não quero impor fórmulas.

70. Mas não aceitarei contratos de adesão que determinem unilateralmente caminhos e soluções. Negociar significa aceitar a diversidade de interesses e, ao mesmo tempo, admitir que existe um interesse maior: a chegada ao ponto de encontro que sirva a todas as partes.

71. As perspectivas de aproximação são claras e tenho a certeza de que, ao esforço brasileiro de sanear as finanças públicas, de modernizar a economia, corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional.

72. A palavra de ordem do meu governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e segura, à plenitude do processo econômico. Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real vocação do Brasil.

Senhores Congressistas,

73. Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver na política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembleia, o Congresso Nacional.

74. Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legítimas pela eficiência e pela qualificação. E já elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo.

75. Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível do governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração

reconstrução nacional. Em 16 de março o Congresso receberá as primeiras propostas específicas, que eu espero sejam apoiadas, pois vêm com a chancela das urnas, após vitória eleitoral expressiva.

77. No Brasil, nunca faltaram propostas de modernização; meu governo terá coerência (prática). Trago ao Congresso meu programa de governo.

78. Pensamento na bandeira: dimensão territorial, recursos naturais, regiões, apreço do brasileiro pelo progresso e pela paz. Compromissos: governo digno das melhores qualidades da nação, de sua gente; lugar do Brasil no concerto das nações.

social do país.

76. Aí tem os Senhores Congressistas, em linhas gerais, meu projeto de reconstrução nacional. Creio sinceramente que ele encerra uma firme resposta de minha geração ao desafio do Brasil na modernidade. O Congresso receberá a partir de amanhã, 16 de março de 1990, as primeiras propostas específicas corporificando essa visão e essa estratégia de modernização do Brasil, de reforma do Estado, de recriação das bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Cada uma dessas propostas, estou seguro, receberá aqui toda atenção e apoio, pois bem sabem que lhes apresento todas elas com a chancela das urnas, após uma vitória eleitoral expressiva, resultado da opção popular por nosso programa de governo e de renovação.

77. Não tem faltado, entre nós, a prédica da modernização. O que tem faltado, quase sempre no nível do Estado é uma prática coerente com aquela. Meu governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.

78. Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria. Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz. Meu compromisso na Presidência da República é realizar um governo digno das melhores qualidades da nação, um governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações.

(5.926 palavras)

Configuração

Estrutura

Composto de 78 parágrafos, após extensa saudação, inicia, com os principais segmentos descritos abaixo:

Do 1º ao 6º, faz cortesias, constrói sua identidade, suas identificações.

Do 7º ao 27º; do 31º ao 36º; do 68º ao 76º define conceitos fundamentais (democracia, cidadania), faz arrazoados (impossibilidade de conviver com a inflação), anuncia suas propostas e compromissos para a política interna e dívida externa.

Do 28º ao 30º, discorre, especialmente, sobre o tema ecologia e posição do Brasil.

Do 37º ao 67º, discorre sobre a posição do Brasil no mundo, formula premissas para a política externa e propostas específicas para uma série de países.

Nos dois últimos parágrafos volta a falar da identificação (bandeira) e conclamar o apoio a seu projeto.

Tipificação do discurso

É um discurso do tipo deliberativo, em que o orador procura da assembléia (e do público brasileiro) um apoio para suas propostas. É fartamente argumentado. Cada proposta apresentada é precedida de razões. É amplo, pois cobre praticamente todas os campos: social, econômico (interno e externo). Mas sua extensão é muito grande, o que pode levar ao enfado. Ou, por outra, o orador se acha tão importante que pouco liga para se a assistência presta atenção ou não. Deixa de ser um “diálogo” e vira um “monólogo”, o que é ruim para um discurso.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- respeito aos poderes; orgulhos: haver sido deputado, neto de deputado, filho de senador; não saberia governar sem o Congresso (2)
- Congresso: responsável pela transição democrática (3)
- Constituinte: vigor cívico; relator diligente; texto inspirador.
- Judiciário: também responsável pela transição; em especial TSE (3)
- Respeito à sociedade organizada (4)
- Apreço aos compatriotas: esperança, espírito cívico, paz (5)
- minha geração não admite conviver com o Brasil gigante e pigmeu social. Necessário: estabilização financeira (33).

Avaliação: O relator é pródigo em agradar a audiência, tanto a composta pelo auditório imediato, quanto a que o assiste pela TV. Faz especial sedução à juventude (minha geração). Os elogios e cortesias são bem distribuídos; não prejudicam a imagem do orador, que poderia ser acusado de bajulação.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- a inflação (câncer social, erva daninha) desorganiza e desmoraliza; imposto cruel, principalmente para os mais pobres; aviltamento salário, desgaste da imagem externa (12) (15)
- cidadania repele a corrupção, a prevaricação, o empreguismo (13)
- fúria emissionista, déficit público¹⁵.
- carnaval de gastos, emissões e preços. (17)
- “O Estado pune todas as injustiças, menos as que comete...” 26
- Brasil gigante e pigmeu social (33)
- pobreza (34)
- Dimensão arcaica: descalabro com a educação analfabetismo (35)

Avaliação: Estas ameaças devem ser lidas juntamente com as proposições. Mas, em suma, o principal inimigo apontado é a inflação, o que, como em outras partes do discurso, leva a um tom monocórdio da fala. Os problemas sociais são mencionados de passagem, ou como conseqüências da alta inflação.

III. Advertências

Ver V.a) Negativas enfáticas.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- Congresso: responsável pela transição democrática; Constituinte: vigor cívico; relator diligente; texto inspirador. Judiciário: também responsável pela transição; em especial TSE (3)
- respeito à sociedade organizada (4)
- apreço aos compatriotas: esperança, espírito cívico, paz (5)
- o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval de gastos, emissões e preços (17)
- América Latina (55)
- Relações com os EUA: respeito, sentido positivo. (56)
- países da Europa: que reconheçam irmão; comércio, capitais, tecnologia. (57)
- Portugal: na Europa, interlocutor privilegiado (58)
- comunidades de língua portuguesa: ajuda mútua concreta. 63
- é decisiva a ação dos organismos multilaterais (67)
- pensamento na bandeira: dimensão territorial, recursos naturais, regiões, apreço do brasileiro pelo progresso e pela paz. Compromissos: governo digno das melhores qualidades da nação, de sua gente; lugar do Brasil no concerto das nações (78)

Avaliação: O orador age bem ao escolher seus aliados, conforme o enfoque do discurso que faz: o Congresso, o povo, um símbolo do povo, a sociedade organizada, determinados países e organismos internacionais. Não houve abuso, foi ponderado. Boa estratégia de agradar à audiência.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- propósito número um: não conter, mas liquidar a inflação (15)
- minha geração não admite conviver com o Brasil gigante e pigmeu social. (33)
- pobreza não ficará à mercê do automatismo do mercado (34)
- não aceitarei contratos determinados de um só lado (70)
- filho e neto de políticos, vivo para a política; não da política; apelo ao Congresso Nacional (73)

b) Afirmativas enfáticas

- inflação desorganiza e desmoraliza; imposto cruel, principalmente para os mais pobres; aviltamento salário, desgaste da imagem externa (12)
- a cidadania repele a corrupção, a prevaricação, o empreguismo. Fiz a luta pela moralidade no serviço público, desde quando governador, pois isso causava revolta do povo. 13 [guerra contra a inflação] condicionante: do crescimento, investimentos, fortalecimento da democracia (16)
- o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval de gastos, emissões e preços. 17.
- vencerei ou falharei (18)
- imperativo ecológico como um dos limites fundamentais (27)

c) Identidade do orador

- recebo o mandato honroso e o desafio: presidente eleito (1)
- orgulhos: haver sido deputado, ser neto de deputado e filho de senador (2)
- sou da geração que deu o grito de alerta [contra a poluição, danos ao ambiente] (27)
- contribuí com o bom diálogo entre EUA e União Soviética (54)
- avô (Lindolfo Collor): autor da primeira carta de direitos dos trabalhadores; eu: convite aos assalariados para participarem do governo (75)

Avaliação: O orador constrói para si a imagem de um democrata, moderno, ecologicamente correto, herdeiro de políticos progressistas. Suas negativas e afirmativas enfáticas conferem-lhe um tom imperial, de quem fará valer sua ação, voz, opinião. O abuso dessa estratégia pode, como acontece neste caso, levar à repulsa do orador, por este se colocar numa posição de “imposição” de verdades e dogmas.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- propostas essenciais: democracia e cidadania; inflação como inimigo maior; reforma do estado; modernização econômica; posição do Brasil no mundo contemporâneo (7)

- primeiro compromisso: democracia: (8)
- racionalização do setor público (14)
- propósito número um: não conter, mas liquidar a inflação (15) (16)
- reduzir gastos públicos (20)
- tríplice reforma: fiscal, patrimonial, administrativa. (21)
- modernização econômica pela privatização (24)
- menor regramento das atividades econômicas(25)
- preservação Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica (30)
- resgate da dívida social (31)
- estabilização financeira (33)
- trinômio: democracia, desenvolvimento, justiça social (34)
- combater analfabetismo, cuidar da educação de base e do ensino superior (35)
- revolução educacional (36)
- participação ativa do Brasil nas grandes decisões internacionais (47)
- respeito à soberania, não-intervenção, autodeterminação, solução pacífica de conflitos.
- ação diplomática: novas formas de cooperação: economia, ciência, tecnologia, diálogo (49)
- abdicar do pseudonacionalismo; demonstrar potencial do Brasil (50)
- regras pra investimentos estrangeiros (52)
- integração com América Latina: passo obrigatório para a modernização das economias (55)
- relações com os EUA: respeito, sentido positivo (56)
- países da Europa: que reconheçam irmão; comércio, capitais, tecnologia (57)
- Portugal: na Europa, interlocutor privilegiado (58)
- Japão: posição estratégica: tecnologia, comércio, investimentos, diálogo político.
- Leste Europeu: parceria, integração (60)
- Atenção redobrada do Itamaraty ao Leste Europeu: União Soviética: comércio, tecnologia, ciência, cultura (61)
- África: identificação, cooperação (62)
- Comunidades de língua portuguesa: ajuda mútua concreta (63)
- Oriente Médio: acatamento das resoluções do Conselho de Segurança da ONU (64)
- China e Índia, semelhanças de estágio de desenvolvimento: ampliar cooperação (65)
- Igual tratamento para os demais países da Ásia e do Pacífico (66)
- países credores: reequacionar dívida externa: pagar o quanto sobrar depois de garantido o crescimento econômico (70)
- convite aos assalariados para participarem do governo (75)
- Congresso receberá as primeiras propostas específicas, que eu espero sejam apoiadas, (76)

Avaliação: O conjunto de proposições é extenso: pelo menos 34, mas sem especificidade. Declarações de intenções. Mesmo assim, chama a atenção para o número de delas voltadas para a política externa. Pelo menos 20 têm esse caráter. Com tal profusão, o autor procura obter junto à audiência credibilidade: “vejam como eu sei o que estou fazendo”. Essa impressão é reforçada pela análise de conjuntura que antecede a cada uma. A falta de “substância” (metas?) nas propostas, principalmente as para o País, deixam fragilizado o discurso. Sua meta central de combate à inflação (como condicionante de outras reformas) pode ser vista de duas formas, contraditórias: por ter uma única meta, é mais provável que a

alcance; ou, ao ver apenas uma meta, o orador se engana com a realidade. Essa escolha dele foi perigosa.

Avaliação geral

O discurso traz a qualidade de ser bem argumentado: apresentação de razões e indicação de providências a serem tomadas. Do ponto de vista da linguagem, é muito bem elaborado, com recursos freqüentes a metáforas (câncer social, para inflação; pigmeu social, para pobreza). O orador constrói/consolida uma imagem ponderada e verossímil de si mesmo. Quanto ao auditório, contextualiza bem a quem fala e faz as cortesias proporcionais; veicula valores comuns. A parte dedicada à política externa é desproporcional. Parece que o orador é, não o presidente do Brasil, mas um “embaixador mundial da boa nova”, com proposições para diversos temas externos e até para países específicos. Mas é um pronunciamento longuíssimo. Essa é a principal falha: nesse ponto, o orador fica fragilizado: ou porque considera que sua fala seja por demais iluminadora; ou porque considera que a audiência lhe é por demais subserviente. Deve-se evitar cair em tal erro.

Fernando Collor

Radiografia

O discurso traz a qualidade de ser bem argumentado: apresentação de razões e indicação de providências a serem tomadas. Do ponto de vista da linguagem, é muito bem elaborado, com recursos freqüentes a metáforas (câncer social, para inflação; pigmeu social, para pobreza). Quanto ao auditório, contextualiza bem a quem fala e faz as cortesias proporcionais; veicula valores comuns. A parte dedicada à política externa é desproporcional. Parece que o orador é, não o presidente do Brasil, mas um “embaixador mundial da boa nova”, com proposições para diversos temas externos e até para países específicos. Mas é um pronunciamento longuíssimo. Essa é a principal falha: nesse ponto, o orador fica fragilizado. Ou porque considera que sua fala seja por demais iluminadora; ou porque considera que a audiência lhe é por demais subserviente. Deve-se evitar cair em tal erro.

É um discurso do tipo deliberativo, em que o orador procura da assembléia (e do público brasileiro) um apoio para suas propostas.

O relator é pródigo em agradar a audiência, tanto a composta pelo auditório imediato, quanto a que o assiste pela TV. Faz especial sedução à juventude (minha geração). Os elogios e cortesias são bem distribuídos; não prejudicam a imagem do orador, que poderia ser acusado de bajulação.

As ameaças devem ser lidas juntamente com as proposições. Mas, em suma, o principal inimigo apontado é a inflação, o que, como em outras partes do discurso, leva a um tom monocórdio da fala. Os problemas sociais são mencionados de passagem, ou como conseqüências da alta inflação.

O orador constrói para si a imagem de um democrata, moderno, ecologicamente correto, herdeiro de políticos progressistas. Suas negativas e afirmativas enfáticas conferem-lhe um tom imperial, de quem fará valer sua ação, voz, opinião. O abuso dessa estratégia pode, como acontece neste caso, levar à repulsa do orador, por este se colocar numa posição de “imposição” de verdades e dogmas.

O conjunto de proposições é extenso: pelo menos 34. Mas propostas sem especificidade. Declarações de intenções. Mesmo assim, chama a atenção para o número de propostas voltadas para a política externa. Pelo menos 20 têm esse propósito. Com tal profusão, o autor procura obter junto à audiência credibilidade: “vejam como eu sei o que estou fazendo”. Essa impressão é reforçada pela análise de conjuntura que antecede a cada proposta. A falta de “substância” (metas?) nas propostas, principalmente as para o País, deixam fragilizado o discurso. Sua meta central de combate à inflação (como condicionante de outras reformas) pode ser vista de duas formas, contraditórias: por ter uma única meta, é mais provável que a alcance; ou, ao ver apenas uma meta, o orador se engana com a realidade. Essa escolha dele foi perigosa.

Itamar Franco (1992–1994)

Resumo

Este governo se inicia em nome do povo e da Constituição, comprometido com valores simples, reafirmados nas ruas para cobrar a responsabilidade do Estado. A tarefa urgente é colocar o governo a serviço do Estado; e este a serviço da Nação, pois esta não admite privilégios, discriminações, preconceitos. Como desafios a enfrentar, temos a miséria, o desemprego, a insegurança, o medo. Rejeito uma modernidade que negue a dignidade, o pão, o alfabeto, o trabalho, a saúde, a alegria. Há muito a ser feito; não haverá resultados imediatos, mas há emergências a considerar. Os ministros devem proteger o interesse público. Não serão tempos felizes, mas de sacrifício; não de regozijo, mas de preocupações. Em nome do povo, comecemos a trabalhar.

Discurso

<p>1. O povo brasileiro retoma o Estado em suas mãos depois de período turbulento, carregado de intranquilidade, indignação e constrangimentos. É em nome desse povo, e no cumprimento da Constituição da República, que este Governo se inicia, comprometido com os valores simples dos brasileiros. Esses valores, que pareciam se perder, reafirmaram-se nas últimas semanas, tomaram as ruas, retornaram à consciência de cada um de nós, para servirem de pilar à reafirmação da responsabilidade do Estado.</p> <p>2. A nossa primeira e urgente tarefa é a de colocar o Governo realmente a serviço do Estado, e o Estado a serviço da Nação. A Nação, em sua grandeza e permanência, não reconhece privilégios corporativos, e não pode admitir discriminações nem preconceitos.</p> <p>3. Este Governo, dure o tempo que durar, será o Governo de todos, para não ser o Governo de alguns poucos. É hora de descer ao áspero solo da realidade, senti-lo sob os pés, trabalhá-lo e torná-lo fértil para a colheita comum.</p> <p>4. Sabem Vossas Excelências, tanto quanto eu sei, que não podemos administrar este País com palavras de ordem, embalá-lo com retórica, iludi-lo com neologismos importados.</p> <p>5. Diante de nós estão a miséria, o desemprego, a insegurança, o desencanto e o medo.</p> <p>6. Há várias décadas que milhões de nossos filhos nascem privados de todos os direitos, até mesmo o de sonhar. São seres para os quais a vida é apenas curto intervalo de sacrifícios.</p> <p>7. Repilo, por criminoso e cruel, a modernidade que lhes nega a dignidade do pão, do alfabeto, do trabalho honrado, da saúde e da alegria. Um País não pode ter a sua modernidade reclusa em setores de ostentação enquanto o resto do povo se afronta, todos os dias, com a fome, o desespero, a doença e a ofensa.</p> <p>8. A única coisa que se reparte eqüitativamente em sociedades injustas como a nossa é o medo!</p> <p>9. A própria classe média vive sob a angústia do empobrecimento rápido, e o seu padrão de vida reduziu-se dramaticamente nos últimos meses, sem que isso significasse vida melhor para o conjunto dos trabalhadores.</p> <p>10. É nessa quadra terrível que muitos pregam o enfraquecimento do Estado. Se o Estado não servir para promover a paz, a justiça e o bem-estar entre os homens, para que servirá?</p>	<p>1. Em nome do povo e da Constituição este governo se inicia; compromisso: valores simples, reafirmados nas ruas para reafirmar responsabilidade do Estado.</p> <p>2. Tarefa urgente: colocar o governo a serviço do Estado; este a serviço da Nação; a nação não admite privilégios, discriminações, preconceitos.</p> <p>3. Este governo: de todos, não de poucos.</p> <p>4. Não podemos administrar com palavras de ordem, retórica, neologismos.</p> <p>5. Diante de nós: a miséria, o desemprego, a insegurança, o medo.</p> <p>6. Há décadas, milhões são privados até do direito de sonhar.</p> <p>7. Rejeito modernidade que nega dignidade, pão, alfabeto, trabalho, saúde, alegria.</p> <p>8. Essa sociedade (injusta) só reparte eqüitativamente o medo.</p> <p>9. Classe média, rapidamente empobrecida sem melhoria para trabalhadores.</p> <p>10. Para que servirá o Estado, senão para: paz, justiça, bem-estar?</p>
--	---

<p>11. Senhores Ministros, Não podemos perder um só minuto. Há muito a ser feito, mas deve ser iniciado já. Contudo, a Nação não deve esperar de nós resultados instantâneos. Ela está prevenida contra os golpes de publicidade e contra os milagres. Precisamos reconhecer, entretanto, que há emergências que exigem providências imediatas, a serem adotadas dentro do senso comum, tão desprezado mas tão necessário.</p> <p>12. O que a Nação mais aspira é o que certamente temos para oferecer: democracia mais forte porque solidária e humana, aliada à honradez na administração do Estado.</p> <p>13. Conclamo, portanto, a todos os Ministros para que exerçam extrema vigilância na proteção do interesse público. Todos os negócios do Estado têm de ser analisados à exaustão a fim de se evitar qualquer prejuízo ao bem comum.</p> <p>14. Este Governo não terá segredos – a não ser aqueles que a segurança do País, em suas relações internacionais, assim o exigir.</p> <p>15. Desejo, Senhores Ministros, agradecer-lhes a participação no Governo. Quero que cada um se sinta à vontade em sua área e que exerça o Ministério guiado pelo seu saber e pela sua consciência.</p> <p>16. A mim, como Chefe do Governo e do Estado, caberá a responsabilidade final pelo desempenho de todos e pelos resultados a serem alcançados.</p> <p>17. Não serão tempos felizes, mas de sacrifício. Não serão horas de regozijos, mas de penosas preocupações. O sacrifício e as preocupações se justificam quando se acredita no Brasil!</p> <p>18. Em nome do povo brasileiro, comecemos a trabalhar. Muito obrigado. (1.379 palavras)</p>	<p>11. Há muito a ser feito; não haverá resultados imediatos; a sociedade está prevenida contra falsa publicidade; mas há emergências.</p> <p>12. Maior aspiração nacional: democracia (forte, solidária, humana, honrada).</p> <p>13. Que os ministros protejam o interesse público.</p> <p>14. Não haverá segredos, senão os de segurança nacional.</p> <p>15. Agradeço a participação no Ministério; que cada um exerça com saber e consciência.</p> <p>16. Chefe de Governo e de Estado, tenho a responsabilidade final.</p> <p>17. Não serão tempos felizes, mas de sacrifício; não de regozijo, mas de preocupações.</p> <p>18. Em nome do povo, comecemos a trabalhar.</p>
--	---

Configuração

Estrutura

Constituído de 18 parágrafos, nos quais, alternadamente, anuncia os desafios, compromissos e, ao mesmo tempo em que rejeita práticas do governo anterior.

Tipificação do discurso

Constitui um discurso do tipo deliberativo, quer dizer, que espera o apoio da audiência. Utiliza, principalmente, a persuasão, ou seja, o apelo emocional. Quando cita fatos da realidade é genérico. Está fortemente centrado em valores morais.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- em nome do povo e da Constituição este governo se inicia (1)
- valores simples (1)
- este governo: de todos, não de poucos (3)
- classe média, rapidamente empobrecida (9)
- agradeço a participação no Ministério; que cada um exerça com saber e consciência (15)

Avaliação: O orador é econômico em cortesias: refere-se ao povo, genericamente; particularmente à classe média e também ao corpo de ministros. O momento era de certa gravidade. Não cabia muita pompa.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- diante de nós: a miséria, o desemprego, a insegurança, o medo (5)
- há décadas, milhões são privados até do direito de sonhar (6)

Avaliação: O orador é genérico ao mencionar os perigos. Vantagem: inclui muitos no acordo (ninguém poderia ser contra suas afirmações). Desvantagem: pouca credibilidade à capacidade de o orador avaliar a realidade (será que ele sabe do que está falando?).

III. Advertências

- não serão tempos felizes, mas de sacrifício; não de regozijo, mas de preocupações (17)

Avaliação: Esta advertência previne a audiência para possíveis insucessos. Efeito esperado: compreensão, tolerância, solidariedade.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver I. Cortesias, agradecimentos, elogios.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- este governo: de todos, não de poucos (3)
- não podemos administrar com palavras de ordem, retórica, neologismos (4)
- não haverá segredos, senão os de segurança nacional (14)

b) Afirmativas enfáticas

- rejeito modernidade que nega dignidade, pão, alfabeto, trabalho, saúde, alegria (7)
- essa sociedade (injusta) só reparte eqüitativamente o medo (8)
- para que servirá o Estado, senão para: paz, justiça, bem-estar? (10)

c) Identidade do orador

- agradeço a participação no Ministério; que cada um exerça com saber e consciência (15)
- chefe de Governo e de Estado, tenho a responsabilidade final (16)

Avaliação: O orador expressa bem seus valores e coloca-se numa posição pessoal modesta, mas faz repassar seu prestígio na autoridade (chefe de governo e de Estado), isto é, não faz recair sobre si o peso da falta de modéstia. Tanto as negativas enfáticas quanto as afirmativas dialogam com o governo anterior, ao qual ele nega. Predomina a negação. Não é propositivo por afirmação, mas por negação do que era. Desvantagem: valoriza sobremaneira o antecessor e sua postura. Coloca-se, ainda como espelho invertido do antecessor.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- em nome do povo e da Constituição este governo se inicia; compromisso: valores simples, reafirmados nas ruas para reafirmar responsabilidade do Estado (1)
- tarefa urgente: colocar o governo a serviço do Estado; este a serviço da Nação; a nação não admite privilégios, discriminações, preconceitos (2)
- há muito a ser feito; não haverá resultados imediatos; a sociedade está prevenida contra (11)
- maior aspiração nacional: democracia (forte, solidária, humana, honrada). 12
- que os ministros protejam o interesse público (13)
- em nome do povo, comecemos a trabalhar (18)

Avaliação: O orador é sucinto e genérico em suas propostas. São princípios, na verdade, ou valores. Vantagem: todos cabem no acordo. Desvantagem: não atender às expectativas da audiência. Um presidente deve dizer a que veio.

Avaliação geral

É um discurso sucinto, sem rodeios retóricos (mas com presença de alguns aspectos significativos). Busca um “grande acordo” com a audiência. Ao se limitar a falar em valores universais, em críticas genéricas e em proposições gerais, não chama oposição sobre si. Busca congregar. Mas pode ser acusado de inconsistente, por não fazer uma avaliação minimamente consistente da realidade, nem apontar eixos de governo.

Radiografia

É um discurso sucinto, sem rodeios retóricos (mas com presença de alguns aspectos significativos). Busca um “grande acordo” com a audiência. Ao se limitar a falar em valores universais, em críticas genéricas e em proposições gerais, não chama oposição sobre si. Busca congregar. Mas pode ser acusado de impreciso, por não fazer uma avaliação minimamente consistente da realidade, nem apontar eixos de governo.

É uma fala tipo deliberativa, quer dizer, que espera o apoio da audiência. Utiliza, principalmente, a persuasão, o apelo emocional. Quando cita fatos da realidade é genérico.

O orador é econômico em cortêsias: refere-se ao povo, genericamente; particularmente à classe média e também ao corpo de ministros. O momento era de certa gravidade. Não cabia muita pompa.

Ao mencionar os perigos, é igualmente genérico. Vantagem: inclui muitos no acordo (ninguém poderia ser contra suas afirmações). Desvantagem: pouca credibilidade à capacidade de o orador avaliar a realidade (será que ele sabe do que está falando?).

A única advertência encontrada (não serão tempos felizes, mas de sacrifício) previne a audiência para possíveis insucessos. Efeito esperado: compreensão, tolerância, solidariedade.

Os valores são bem expressos, mas a pessoa se coloca-se numa posição modesta (chefe de governo e de Estado), isto é, não faz recair sobre si o peso da falta de modéstia. Tanto as negativas enfáticas quanto as afirmativas dialogam com o governo anterior, ao qual ele repudia veementemente. Predomina a negação. Não é propositivo por afirmação, mas por negação do que era. Desvantagem: valoriza sobremaneira o antecessor e sua postura. Coloca-se, ainda como espelho invertido de Collor.

Por ser sucinto e genérico em suas propostas, o presidente joga com uma vantagem: todos cabem no acordo; mas esta falta de precisão pode deixá-lo enfraquecido perante a audiência, que pode ver nisso um dirigente que não sabe a que veio. Nesse momento de “inauguração” essa é uma falha grave.

Fernando Henrique Cardoso (1994-1998)

Resumo

O cidadão-presidente, herdeiro de um sonho de Brasil democrático, desenvolvido, livre, justo se soma à esperança de todos. Embora esse sonho já tenha estado próximo de se realizar – com JK – a inflação, a dívida externa e a repressão frustraram-no. O sucesso do País depende da colaboração de todos. Recuperada a liberdade, agora, com as condições nacionais e internacionais favoráveis e a economia sadia, é hora de retomar o desenvolvimento. Para isso, espera a participação de empresários e operários. Extinta a inflação, sua escolha para presidente representa a opção do povo brasileiro. Mas, horrorizado pela fome, a doença e a violência – compromete-se a resgatar a justiça social. Uma vez que os excluídos são os que mais sofrem, não temerá em acabar com privilégios. Uma vez consolidada a democracia e recuperada a economia, abrir-se para os interesses internacionais; sem xenofobia, mas sem perder a soberania. Como chefe das Forças Armadas, lutará para reaparelhá-las, mesmo que a importância do País no cenário mundial dependa mais da estabilidade interna do que do poder militar. O novo projeto de desenvolvimento nacional deve ser fruto da contribuição de todos, não baseado em velhos dilemas ideológicos; deve ser voltado para a justiça social e para a afirmação do Brasil no cenário mundial. A medida do desenvolvimento é dada pela qualidade de atenção dispensada às pessoas, e pela afirmação da identidade cultural nacional. As cinco prioridades da plataforma de campanha resgatarão a qualidade de vida das pessoas. Os meios de comunicação são chamados para colaborar no ensino e na formação cultural. As prioridades do governo serão revistas, os gastos públicos serão moralizados. A verdadeira revolução – social – virá da cooperação de todos, baseada no sentimento da solidariedade: acabar com a fome, proteger as crianças, promover a igualdade, para as majorias e minorias.

Discurso

<p>Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades da República, Senhoras e Senhores,</p> <p>1. Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.</p> <p>2. Permitam que, antes do Presidente, fale aqui o cidadão que fez da esperança uma obsessão, como tantos brasileiros.</p> <p>3. Pertencço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.</p> <p>4. Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos "tenentes" revolucionários da Velha República.</p> <p>5. Essa chama eu vi brilhar nos olhos de meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha do "petróleo é nosso", como já brilhara no fim do Império nos olhos de meu avô, abolicionista e republicano.</p> <p>6. Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.</p>	<p>(saudações protocolares)</p> <p>1. Somar esperança com a de todos.</p> <p>2. Fala o cidadão.</p> <p>3. Geração que sonhou o Brasil: democrático, desenvolvido, livre, justo.</p> <p>4. De longe, o sonho: Independência, abolicionistas, tenentes.</p> <p>5. Essa chama, no pai, no avô.</p> <p>6. Como estudante, ele próprio engajado (petróleo é nosso), industrialização.</p>
--	--

<p>7. Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social.</p> <p>8. Mas a História dá voltas que nos confundem.</p> <p>9. Os "anos dourados" de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.</p> <p>10. Vieram então anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E depois nem isso, mas somente o legado - este sim, para todos - de uma dívida externa que amarrrou a economia, e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 80.</p> <p>11. Assim eu vi meus filhos nascerem meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, liberdade e justiça - justiça, liberdade e desenvolvimento - andariam juntos nesta terra.</p> <p>12. Eu nunca duvidei que esse dia chegaria.</p> <p>13. Mas nunca pensei que ele pudesse me encontrar na posição que assumo hoje, escolhido pela maioria dos meus concidadãos para liberar a caminhada rumo ao Brasil dos nossos sonhos.</p> <p>14. Sem arrogância, mas com absoluta convicção, eu digo: este País vai dar certo!</p> <p>15. Não por minha causa, mas por causa de todos nós. Não só por causa dos nossos sonhos - pela nossa imensa vontade de ver o Brasil dar certo, - mas porque o momento amadureceu e o Brasil tem tudo para dar certo.</p> <p>16. Recuperamos aquele que deve ser o bem mais precioso de um povo: a liberdade.</p> <p>17. Pacificamente, com tranquilidade, apesar das mágoas e cicatrizes que ficam como um símbolo para que novas situações de violência não se repitam, viramos a página do autoritarismo que, com nomes e formas diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação.</p> <p>18. Para os jovens de hoje, que pintaram a cara e ocuparam as ruas exigindo decência dos seus representantes, assim como para as pessoas da minha geração, que aprenderam o valor da liberdade ao perdê-la, a democracia é uma conquista definitiva. Nada nem ninguém nos fará abrir mão dela.</p>	<p>7. Juscelino: o exemplo de desenvolvimento e democracia.</p> <p>8. Voltas da história.</p> <p>9. Após JK: tensão e inflação.</p> <p>10. Anos sombrios: crescimento, mas dívida externa; sem liberdade.</p> <p>11. Continuava o sonho: liberdade, desenvolvimento, justiça.</p> <p>12. Sempre acreditou.</p> <p>13. Nunca pensou em ser "o presidente" para liderar o Brasil rumo ao sonho.</p> <p>14. O país vai dar certo.</p> <p>15. Por causa da colaboração de todos, do sonho, do amadurecimento.</p> <p>16. A liberdade foi recuperada.</p> <p>17. Com paz, apesar de cicatrizes, para se lembrar de evitar a violência e o autoritarismo.</p> <p>18. Jovens carapintadas, sua geração: valor da liberdade.</p>
--	--

<p>19. Recuperamos a confiança no desenvolvimento.</p> <p>20. Não é mais uma questão de esperança, apenas.</p> <p>21. Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter. Este ano será melhor. O ano que vem, melhor ainda.</p> <p>22. Hoje não há especialista sério que preveja para o Brasil outra coisa que um longo período de crescimento.</p> <p>23. As condições internacionais são favoráveis.</p> <p>24. O peso da dívida externa já não nos sufoca.</p> <p>25. Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes - as pessoas e empresas que produzem riqueza resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação.</p> <p>26. Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades.</p> <p>27. Os trabalhadores brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias.</p> <p>28. Reorganizaram seus sindicatos para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico.</p> <p>29. Chegou o tempo de crescer e florescer.</p> <p>30. Mais importante: hoje nós sabemos o que o governo tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo.</p> <p>31. Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos.</p> <p>32. Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação.</p> <p>33. Devemos isso, não só aos que refizeram os rumos da economia, mas também ao Presidente Itamar Franco, que granjeou o respeito dos brasileiros por sua simplicidade e honestidade.</p> <p>34. No momento em que deixa o governo cercado da estima que fez por merecer, agradeço em nome da Nação a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou.</p> <p>35. Ao escolher a mim para sucedê-lo, a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela</p>	<p>19,20,21. Recuperamos a confiança real no desenvolvimento.</p> <p>22. Para o Brasil, só desenvolvimento.</p> <p>23. Condições internacionais favoráveis.</p> <p>24. Sem sufoco da dívida externa.</p> <p>25. Economia sadia.</p> <p>26. Empresários: inovadores.</p> <p>27. Operários, venceram o arbítrio, recessão; desafio de novas tecnologias.</p> <p>28. Sindicatos reorganizados, capazes.</p> <p>29. Tempo de florescer.</p> <p>30. O governo sabe o que fazer.</p> <p>31. Colocamos a casa em ordem em dois anos.</p> <p>32. Sem concessões à liberdade, sem lesar direitos: fim da hiperinflação.</p> <p>33, 34. Agradece a Itamar Franco.</p> <p>35. Escolher (o orador) para</p>
--	---

<p>continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.</p> <p>36. A isto eu me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos Estados e de todas as forças vivas da Nação.</p> <p>37. Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.</p> <p>38. Falta a justiça social.</p> <p>39. É este o grande desafio do Brasil neste final de século. Será este o objetivo número um do meu governo.</p> <p>40. Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um "mandato da raça negra".</p> <p>41. Mandato que não era dado pelos escravos, pois eles não teriam meios de reclamar seus direitos. Mas que os abolicionistas assumiam mesmo assim, por sentir no coração o horror da escravidão, e por entender que os grilhões dela mantinham o País inteiro preso no atraso econômico, social e político.</p> <p>42. Também nós nos horrorizamos vendo compatriotas nossos - e ainda que não fossem brasileiros - vendo seres humanos ao nosso lado subjugados pela fome, pela doença, pela ignorância, pela violência. Isto não pode continuar!</p> <p>43. Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em tomo da perspectiva de um amanhã melhor para todos.</p> <p>44. Mas, ao contrário de Nabuco, eu tenho bem presente que o meu mandato veio do voto livre dos meus concidadãos. Da maioria deles, independentemente da sua condição social.</p> <p>45. Mas veio também, e em grande número dos excluídos; os brasileiros mais humildes que pagavam a conta da inflação, sem ter como se defender; dos que são humilhados nas filas dos hospitais e da Previdência; dos que ganham pouco pelo muito que dão ao País nas fábricas, nos campos, nas lojas, nos escritórios, nas ruas e estradas, nos hospitais, nas escolas, nos canteiros de obra; dos que clamam por justiça porque têm, sim, consciência e disposição para lutar por seus direitos - a eles eu devo em</p>	<p>sucessor: opção pelo Plano Real.</p> <p>36. Dedicção: reformas, combate à inflação.</p> <p>37. De volta, a liberdade.</p> <p>38, 39. Falta justiça social: o grande desafio.</p> <p>40, 41. Joaquim Nabuco: detentor de um mandato (dado pela compaixão) da raça negra.</p> <p>42. FH: horrorizado pela fome, doença, violência.</p> <p>43. Representa movimento de reformas para unir a nação.</p> <p>44. Diferente de Nabuco, tem o mandato pelo voto.</p> <p>45. Excluídos: os que mais pagavam pela inflação, sem defesa, humilhados, desamparados, desempregados, injustiçados: a eles deve a eleição.</p>
--	--

<p>grande parte a minha eleição.</p> <p>46. Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria.</p> <p>47. Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza.</p> <p>48. Buscando sempre os caminhos do diálogo e do convencimento, mas sem fugir à responsabilidade de decidir. Sabendo que a maioria dos brasileiros não espera milagres, mas há de cobrar resultados a cada dia do governo.</p> <p>49. Mesmo porque os brasileiros voltaram a acreditar no Brasil, e têm pressa para vê-lo cada vez melhor.</p> <p>50. Também vemos com satisfação que aumenta o interesse de outros países pelo Brasil.</p> <p>51. Nossos esforços para consolidar a democracia, ajustar a economia e atacar os problemas sociais são acompanhados com expectativa muito positiva do exterior.</p> <p>52. Todos percebem hoje por que a nossa transição foi mais lenta, e por vezes mais difícil do que em outros países. É porque ela foi mais ampla e mais profunda. A um só tempo restauramos as liberdades democráticas e iniciamos a reforma da economia.</p> <p>53. Por isso mesmo, construímos base mais sólida para seguir adiante. Temos o apoio da sociedade para mudar. Ela sabe o que quer e para onde devemos ir.</p> <p>54. Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado.</p> <p>55. Nada disso implica renunciar a uma fração que seja da nossa soberania, nem descuidar dos meios para garanti-la.</p> <p>56. Como Comandante-em-Chefe das nossas Forças Armadas, estarei atento às suas necessidades de modernização, para que atinjam níveis de operacionalidade condizentes com a estatura estratégica e com os compromissos internacionais do Brasil.</p> <p>57. Nesse sentido, atribuirei ao Estado-Maior das Forças Armadas novos encargos, além dos já</p>	<p>46. Governará para todos; se necessário fim de privilégios, estará com a maioria.</p> <p>47, 48. Com serenidade e firmeza, pelo diálogo, com resultados.</p> <p>49. Brasileiros voltaram a acreditar.</p> <p>50, 51. Interesse de outros países no Brasil, motivados pela consolidação da democracia.</p> <p>52. A transição brasileira foi mais lenta, mas mais ampla: restaurada liberdade e reformada a economia.</p> <p>53. Base mais sólida, apoio da sociedade.</p> <p>54. Fim das atitudes xenófobas.</p> <p>55. Nunca renunciar à soberania.</p> <p>56, 57. Chefe das Forças Armadas: modernização, planos de reaparelhamento.</p>
---	---

<p>estabelecidos. E determinarei a apresentação de propostas, com base em estudos a serem realizados em conjunto com a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, para conduzir a adaptação gradual das nossas Forças de defesa às demandas do futuro.</p> <p>58. No mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia - a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional - e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis.</p> <p>59. Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional.</p> <p>60. O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto.</p> <p>61. Temos identidade e valores permanentes, que não de continuar se expressando em nossa política externa.</p> <p>62. Continuidade significa confiabilidade no campo internacional.</p> <p>63. Mudanças bruscas, desligadas de uma visão de longo prazo, podem satisfazer interesses conjunturais, mas não constroem o perfil de um Estado responsável.</p> <p>64. Não devemos, contudo, ter receio de inovar quando os nossos interesses e valores assim indicarem.</p> <p>65. Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem.</p> <p>66. É tempo, portanto, de atualizar nosso discurso e nossa ação externa, levando em conta as mudanças no sistema internacional e o novo consenso interno em relação aos nossos objetivos.</p> <p>67. É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como Nação soberana, neste mundo em transformação, envolvendo no debate a Chancelaria, o Congresso, a universidade, os sindicatos, as empresas, as organizações não-governamentais.</p> <p>68. Vamos aposentar os velhos dilemas</p>	<p>58. Estabilidade interna (além da posição militar) determina a importância do País.</p> <p>59. Projeto de desenvolvimento nacional deve ser consistente.</p> <p>60. O momento é favorável.</p> <p>61. Identidade e valores permanentes.</p> <p>62. Continuidade significa confiabilidade.</p> <p>63. Evitar mudanças bruscas.</p> <p>64. Mas sem receio de inovar.</p> <p>65. Estar atento às tradições, para desenhar a nova ordem.</p> <p>66. Tempo de atualizar o discurso, com base nas mudanças internacionais: novo consenso.</p> <p>67. Tempo de debater novo perfil do Brasil: políticos, acadêmicos, empresários, trabalhadores.</p> <p>68. Aposentar velhos</p>
---	--

<p>ideológicos e as velhas formas de confrontação, e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje: direitos humanos e democracia; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; as tarefas ampliadas do multilateralismo e os desafios da regionalização; a dinamizarão do comércio internacional e a superação das formas de protecionismo e unilateralismo. Outros temas centrais são o acesso à tecnologia, os esforços de não-proliferação e o combate às formas de criminalidade internacional.</p> <p>69. Vamos valorizar ao máximo a condição universal da nossa presença, tanto política como econômica. Condição que tanto nos permite aprofundar nos esquemas de integração regional, partindo do Mercosul, como explorar o dinamismo da Europa unificada, do Nafta, da Ásia do Pacífico. E ainda identificar áreas com potencial novo nas relações internacionais, como a África do Sul pós-apartheid.</p> <p>70. Sem esquecer das nossas relações tradicionais com o continente africano e de países como a China, a Rússia e a Índia, que por sua dimensão continental enfrentam problemas semelhantes aos nossos no esforço pelo desenvolvimento econômico e social.</p> <p>71. Eu acredito que o Brasil tem um lugar reservado entre os países bem-sucedidos do planeta no próximo século. E estou convencido de que os únicos obstáculos importantes que nós enfrentaremos para ocupar esse lugar vêm dos nossos desequilíbrios internos - das desigualdades externas entre regiões e grupos sociais.</p> <p>72. Sabemos que o desenvolvimento de um país, no mundo de hoje, não se mede pela quantidade das coisas que produz. O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente.</p> <p>73. À sua gente e à sua cultura. Num mundo em que a comunicação é global e instantânea, e ao mesmo tempo os públicos se fragmentam e especializam-se, a identidade cultural toma-se o cimento das nações.</p> <p>74. Nós, brasileiros, somos um povo com grande homogeneidade cultural. Nossos regionalismos constituem variações da nossa cultura básica, nascida do encontro da tradição ocidental-</p>	<p>dilemas ideológicos e confrontações. Agenda: direitos humanos, democracia, meio ambiente sustentável, regionalização, acesso à tecnologia, combate à criminalidade internacional.</p> <p>69. Valorizar presença do Brasil no mundo: integração Mercosul, parceria União Européia, Nafta, Ásia, Pacífico, África pós-apartheid.</p> <p>70. Relações tradicionais com países africanos, China, Rússia, Índia.</p> <p>71. Brasil: lugar entre os países bem-sucedidos. Obstáculos: desigualdades internas (regiões e grupos sociais).</p> <p>72, 73 A medida do desenvolvimento: qualidade de atenção dada às pessoas, à cultura, para cimentar identidade.</p> <p>74. Grande identidade cultural no Brasil. Regionalismos: variedades.</p>
---	---

portuguesa com a africana e a indígena.

75. Nossos intelectuais, nossos artistas e nossos produtores culturais são a expressão genuína do nosso povo. Quero prestigiá-los e dar-lhes condições para que sejam construtores da cidadania. Pois a cidadania, além de ser um direito do indivíduo, é também o orgulho de fazer parte de um país que tem valores e estilo próprios.

76. As prioridades que propus ao eleitor, e que a maioria aprovou, são aquelas que repercutem diretamente na qualidade de vida das pessoas: emprego, saúde, segurança, educação, produção de alimentos.

77. A geração de empregos virá com a retomada do crescimento, mas não automaticamente. O governo estará empenhado em programas e ações específicas nesse sentido.

78. E se jogará por inteiro no grande desafio que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região, que é de todos e não apenas dos excluídos de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

79. Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto à existência de verbas adequadas. Mas a saúde tem que ser encarada - e assim vai ser no meu governo principalmente como prevenção da doença, e não só a cura da doença. Uma visão moderna da saúde inclui saneamento básico, vacinação em massa, alimentação adequada, esporte para todos.

80. A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino. Escola não é só a função do professor - e a recuperação dos seus salários, principalmente no ensino básico. É muito mais do que isso.

81. É o lugar de convivência onde a ação dos pais, a solidariedade do meio social, a participação do aluno e do professor e uma boa administração se somam para formar cidadãos.

82. Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa. É uma pobre ilusão achar que o mero consumo de quinquilharias vai nos fazer "modernos", se nossas crianças continuarem passando pela escola sem absorver o mínimo indispensável de conhecimento

75. Expressão artística: fonte da cultura popular; prestígio a eles.

76. Cinco prioridades da plataforma: qualidade de vida das pessoas.

77. Emprego: com a retomada do crescimento e programas específicos.

78. Diminuir as desigualdades, com empenho.

79. Acesso a hospitais, combate a desperdícios e fraudes, prevenção.

80, 81. Escola: centro do ensino, recuperação salários, convivência, solidariedade, participação social.

82. Salto: fim do analfabetismo e semi-analfabetismo; o consumo não é a medida da modernidade;

<p>para viver no ritmo da modernidade.</p> <p>83. Chega de construir escolas faraônicas, e depois enchê-las de professores mal pagos e mal preparados, junto com estudantes desmotivados e sem condições materiais e psicológicas para terem um bom aproveitamento.</p> <p>84. Para exercermos na plenitude nosso mandato de acabar com a miséria, é preciso também acabar com a miséria espiritual. Que os meios modernos de comunicação nos ajudem nessa tarefa.</p> <p>85. Ao lado da informação e do divertimento, vamos engajar nossas TV's numa verdadeira cruzada nacional pelo resgate da cidadania através do ensino, começando por uma intensa ação de alfabetização e formação cultural.</p> <p>86. Minha missão, a partir de hoje, é fazer com que essas prioridades do povo sejam também as prioridades do governo.</p> <p>87. Isto vai demandar uma ampla reorganização da máquina do governo.</p> <p>88. A administração está muito deteriorada, depois de anos de desmandos e arrocho financeiro. O clientelismo, o corporativismo e a corrupção sugam o dinheiro do contribuinte antes que chegue aos que deveriam ser os beneficiários legítimos das ações do governo, principalmente na área social.</p> <p>89. As CPI's do Congresso e as providências enérgicas tomadas pelo governo Itamar Franco começaram a limpeza desses parasitas nos últimos dois anos.</p> <p>90. Vai ser preciso mexer em muitos vespeiros para completar a faxina e fazer as reformas estruturais necessárias para dar eficiência ao serviço público.</p> <p>91. Isso não me assusta.</p> <p>92. Sei que terei o apoio da maioria da Nação. Inclusive dos muitos funcionários que têm amor ao serviço público.</p> <p>93. O apoio mais importante, na verdade, não é ao governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil.</p> <p>94. Esta verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade.</p> <p>95. O governo tem um papel fundamental, e eu cuidarei para que cumpra esse papel.</p>	<p>83. Fim das escolas faraônicas e dos professores mal pagos e desmotivados.</p> <p>84. Fim da miséria espiritual.</p> <p>85. Televisões: diversão, mas também ensino, formação cultural.</p> <p>86. Missão: transformar prioridades do povo em prioridades do governo.</p> <p>87. Reorganizar máquina do governo.</p> <p>88. Moralizar gastos públicos.</p> <p>89. CPIs já começaram a limpeza.</p> <p>90, 91. É preciso completar a faxina, o que não assusta.</p> <p>92. Apoio da nação e de funcionários.</p> <p>93. Apoio: não ao presidente; mas de uns aos outros.</p> <p>94. Essa será a revolução social.</p> <p>95. O governo cumprirá seu papel.</p>
--	--

<p>96. Mas, sem que o Congresso aprove as mudanças na Constituição e nas leis - algumas das quais apontei em meu discurso de despedida do Senado - e sem que a opinião pública se mobilize, as boas intenções morrem nos discursos.</p> <p>97. Precisamos costurar novas formas de participação da seriedade no processo das mudanças.</p> <p>98. Parte fundamental dessa tomada de consciência, dessa reivindicação cidadã e dessa mobilização vai depender dos meios de comunicação de massa.</p> <p>99. Nossos meios de comunicação foram fundamentais para a redemocratização e têm sido básicos para a recuperação da moralidade na vida pública. Agora eles têm reservado um papel central na mobilização de todos para uma sociedade mais justa e melhor. Mantendo sempre a independência crítica e a paixão pela veracidade da informação.</p> <p>100. Quando os brasileiros puderem ser mais informados; quando puderem ser mais críticos das políticas postas em prática do que do folclore dos fatos diversos da vida cotidiana; quando puderem pôr mais em perspectiva os acontecimentos e cobrar mais a coerência da ação do que fazer julgamentos de intenção, mais capacitados vão estar para exercício da cidadania.</p> <p>101. O sentimento que move esse apoio de todos ao País tem um nome: solidariedade.</p> <p>102. É ela que nos faz sair do círculo pequeno dos nossos interesses particulares para ajudar nosso vizinho, nosso colega, nosso compatriota, próximo ou distante.</p> <p>103. Nós, brasileiros, somos um povo solidário.</p> <p>104. Vamos fazer desse sentimento a mola de grande mutirão nacional, unindo o governo e comunidade para varrer o mapa do Brasil a fome e a miséria.</p> <p>105. Vamos assegurar uma vida decente às nossas crianças, tirando-as do abandono das ruas e, sobretudo, pondo um paradeiro nos vergonhosos massacres de crianças e jovens.</p> <p>106. Vamos assegurar com energia direitos iguais aos iguais.</p> <p>107. Às mulheres, que são a maioria do nosso povo e às quais o País deve respeito oportunidades de educação e de trabalho.</p> <p>108. Às minorias raciais e a algumas quase</p>	<p>96. Congresso precisa aprovar reformas.</p> <p>97. Novas formas de participação na mudança.</p> <p>98. Mobilização para conscientizar: apoio dos meios de comunicação.</p> <p>99. Meios de comunicação: fundamentais para a redemocratização; agora, mobilização para sociedade mais justa.</p> <p>100. Brasileiros: quando mais informados e mais críticos, exercerão mais a cidadania.</p> <p>101, 102, 103. Sentimento: solidariedade, própria do brasileiro, para sair do círculo pequeno e ajudar os próximos; mutirões.</p> <p>104. Acabar com a fome: governo e comunidade.</p> <p>105. Vida decente às crianças.</p> <p>106. Direitos iguais aos iguais.</p> <p>107. Às mulheres (maioria): educação e trabalho.</p> <p>108. Às minorias raciais:</p>
--	--

<p>maiorias - aos negros, principalmente - que esperam que igualdade seja, mais do que uma palavra, o retrato de uma realidade.</p> <p>109. Aos grupos indígenas, alguns deles testemunhas vivas da arqueologia humana, e todos testemunhas da nossa diversidade.</p> <p>110. Vamos fazer da solidariedade o fermento da nossa cidadania em busca da igualdade.</p> <p>111. É a nossa esperança de ver um Brasil livre, próspero e justo há de pulsar cada vez mais forte, no peito de cada brasileiro, como uma grande certeza.</p> <p>112. Ao encerrar este discurso, quero deixar uma palavra comovida de agradecimento.</p> <p>113. Ao povo do meu país que, generoso e determinado, elegeu-me já no primeiro turno.</p> <p>114. A tantos que me acompanham nas lutas políticas.</p> <p>115. À minha família, que soube compreender os desafios da História.</p> <p>116. Ao Congresso a que pertenci até hoje, e que nesta cerimônia, com a proclamação da Justiça Eleitoral, me empossa como Presidente da República.</p> <p>117. Aos Chefes de Estado e às delegações estrangeiras de países amigos que vieram prestigiar este ato.</p> <p>118. Aos nossos convidados.</p> <p>119. A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.</p> <p>120. Eu os convoco para mudar o Brasil.</p> <p>121. Muito obrigado.</p> <p>(3.247 palavras)</p>	<p>igualdade.</p> <p>109. Indígenas, igualdade.</p> <p>110. Solidariedade: fermento.</p> <p>111. Brasil justo e forte: mais que esperança, certeza.</p> <p>112. Agradecimento:</p> <p>113. Ao povo;</p> <p>114. Aos companheiros de luta política;</p> <p>115. À família;</p> <p>116. Ao Congresso;</p> <p>117. Aos chefes de Estado e de delegações presentes.</p> <p>118. Aos convidados;</p> <p>119. Aos cidadãos e cidadãs.</p> <p>120. Convocação para mudar o Brasil.</p> <p>121. Agradecimento.</p>
---	--

Configuração

Estrutura

O pronunciamento tem 121 parágrafos, com a ressalva de que muitos não são verdadeiros parágrafos, mas expressões destacadas, para dar maior ênfase. Respeitamos essa divisão, por coerência com as outras análises.

Inicialmente, faz longa saudação a todos os segmentos presentes no recinto do discurso.

Do 1º ao 6º parágrafo, menciona o sonho de Brasil, do qual faz parte e é herdeiro.

Do 7º ao 12º menciona os percalços que esse sonho sofreu.

Do 13º ao 18º menciona o reencontro (ele na posição de presidente) com o sonho de Brasil.

Do 19º ao 32º, faz a leitura do que aconteceu e anuncia projetos, baseados na democracia e no desenvolvimento.

Do 33º ao 37, avalia o significado de sua eleição, baseada nos princípios que defende: fim da inflação, reformas...

Do 38º ao 48º, fala do objetivo a perseguir: justiça social.

Do 49º ao 55º; e do 58º ao 60º, menciona as condições favoráveis, interna e externamente, para retomar o crescimento.

Nos 56º e 57º, anuncia o reaparelhamento das Forças Armadas.

Do 61º ao 68º, fala da necessidade de rever o discurso e o projeto de desenvolvimento do Brasil.

Do 69º ao 71º, ressalta a presença do Brasil no mundo e as alianças que deve fazer.

Do 72º ao 75º, fala da nova medida do desenvolvimento: a atenção à pessoa, o reforço à identidade nacional

Do 76º ao 85º retoma as cinco prioridades da plataforma.

Do 86º ao 111º, anuncia seus projetos, baseados nas reformas e na solidariedade.

Do 112º ao 121º, os agradecimentos finais.

Tipificação do discurso

Trata-se de um discurso deliberativo típico, em que o orador valoriza seu auditório (tanto o presente fisicamente quanto o mais amplo), constrói sua própria autoridade, argumenta em função daquilo que pretende convencer a audiência.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- nas saudações iniciais e finais (prólogo e 112 a 121), a autoridades e ao povo
- heróis Independência, abolicionistas, tenentes (5)
- o pai e o avô (5)
- Juscelino: o exemplo de desenvolvimento e democracia (7)
- Jovens caras pintadas, sua geração: valor da liberdade (18)

- empresários: inovadores (26)
- operários, venceram o arbítrio, recessão; desafio de novas tecnologias (27)
- sindicatos reorganizados, capazes (28)
- Itamar Franco (33, 34)
- Joaquim Nabuco: detentor de um mandato (dado pela compaixão) da raça negra (40, 41.)
- excluídos: os que mais pagavam pela inflação, sem defesa, humilhados, desamparados, desempregados, injustiçados: a eles deve a eleição (45)
- grande identidade cultural no Brasil. Regionalismos: variedades (74, 75)
- apoio da nação e de funcionários (92)
- mobilização para conscientizar: apoio dos meios de comunicação, fundamentais para a redemocratização; agora, mobilização para sociedade mais justa. (98, 99)
- sentimento: solidariedade, própria do brasileiro (101, 102, 103)
- mulheres (maioria) (107)
- povo; aos companheiros de luta política; à família;. Congresso (113, 114, 115, 116)

Avaliação: Neste segmento, o orador identifica-se com o povo, com os heróis da pátria, com as maiorias excluídas, com as minorias marginalizadas, com a família, com o Congresso. Cita seus heróis (abolicionistas, Nabuco, JK, pai, avô). Esse procedimento ajuda a construir a imagem de si mesmo, faz um agrado a esses públicos mencionados e, simultaneamente revela sua agenda. É como se dissesse “sou um desses: lutador pela liberdade, democrático, desenvolvimentista, promotor da justiça social”. As menções estão bem distribuídas ao longo do pronunciamento. Boa estratégia argumentativa.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos, desafios

- as voltas da história: após JK: tensão e inflação (8, 9)
- anos sombrios: crescimento, mas dívida externa; sem liberdade (0)
- sufoco da dívida externa (24)
- hiperinflação (32)
- inflação (36)
- [a ausência anterior de] liberdade (37)
- falta justiça social (38, 39)
- fome, doença, violência (42)
- [a existência de] excluídos: os que mais pagavam pela inflação, sem defesa, humilhados, desamparados, desempregados, injustiçados: a eles deve a eleição (45)
- privilégios [de alguns, em detrimento da maioria] (46)
- [fragilidade anterior da] democracia (50, 51)
- atitudes xenófobas (54)
- [jamais renunciar] à soberania (55)
- [falta de] modernização Chefe das Forças Armadas (56, 57)
- [falta de] estabilidade interna (58)
- [falta de] continuidade e, portanto, de confiabilidade (62)
- [possibilidade/antecedentes de] mudanças bruscas (63)
- velhos dilemas ideológicos e confrontações (68)
- [precariedade de] acesso a hospitais; desperdícios de recursos e fraudes na gestão da saúde (79)
- [carências diversas nas] escolas (80, 81)

- analfabetismo e semi-analfabetismo (82)
- escolas faraônicas e professores mal pagos e desmotivados (83)
- miséria espiritual (84)
- [má organização da] máquina do governo (87)
- [gestão fraudulenta nos] gastos públicos (88)
- fome (104)
- [discriminação/desigualdade] mulheres, crianças minorias (quase majorias) raciais (105 a 109)

Avaliação: A menção a problemas, desafios, riscos se dá tanto pela denúncia explícita quanto pelas proposições. Vão de temas genéricos (velhos dilemas ideológicos, miséria espiritual) a específicos (escolas faraônicas e professores mal pagos); abrange uma agenda que vai do campo econômico (hiperinflação) ao social (fome); aborda um espectro que vai da presença do Brasil no cenário internacional à precariedade dos hospitais. Todos esses itens estão fartamente distribuídos ao longo do discurso, mas, algumas vezes, agrupados em unidades temáticas. Essa estratégia faz parte do processo de argumentação, que visa a duas coisas: convencer e persuadir. Convence-se pela apresentação de razões (problemas) e persuade-se pela mobilização de sentimentos. Desse ponto de vista, o discurso traz bem dosada a argumentação, sem entrar em detalhes (números, estatísticas, pessoas). Tal generalidade pode ser vista como positiva, para não tornar o discurso enfadonho (ou sensacionalista); por outro lado, reduz a credibilidade e, paradoxalmente, também pode tornar o discurso enfadonho, por não se assentar em exemplos, imagens, fatos que sejam do conhecimento do público (presente e virtual).

III. Advertências

Ver item **II. Menção a problemas, perigos, inimigos, desafios.**

IV. Manifestação de regozijo, apoio, esperança, sucesso

- somar esperança com a de todos (1)
- sempre acreditou [no sonho] (12)
- nunca pensou em ser “o presidente” para liderar o Brasil rumo ao sonho (13)
- o país vai dar certo (14)
- por causa da colaboração de todos, do sonho, do amadurecimento (15)
- a liberdade foi recuperada (16)
- recuperamos a confiança real no desenvolvimento (19,20,21)
- economia sadia (25)
- tempo de florescer (29)
- [a escolha de FHC para suceder Itamar: opção pelo Plano Real (35)
- brasileiros voltaram a acreditar (49)
- interesse de outros países no Brasil, motivados pela consolidação da democracia nacional deve ser consistente (50, 51)
- o momento é favorável (60)
- grande identidade cultural no Brasil. Regionalismos: variedades (74)
- expressão artística: fonte da cultura popular; prestígio a eles (75)
- apoio: não ao presidente; mas de uns aos outros (93)

– sentimento: solidariedade, própria do brasileiro (101, 102, 103)

Avaliação: As manifestações do orador em relação ao Brasil, a si, ao povo, ao cenário, à conjuntura colaboram, no contexto para construir uma atmosfera de otimismo perante o governo que está sendo inaugurado. O orador utiliza expressões sóbrias, não pode ser acusado de euforia; mas demonstra generosidade. Esse tipo de manifestação está bem distribuído ao longo do pronunciamento. Revela-se boa estratégia argumentativa. Lida com o lado “persuasão” do discurso: valores, sentimentos.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- nunca pensou em ser “o presidente” para liderar o Brasil rumo ao sonho (13)
- nunca renunciar à soberania (55)
- apoio: não ao presidente; mas de uns aos outros (93)

b) Afirmativas enfáticas

- sempre acreditou (12); o país vai dar certo (14); brasileiros voltaram a acreditar (49); o momento é favorável (60); base mais sólida, apoio da sociedade (53); apoio da nação e de funcionários (92, 93)
- a liberdade foi recuperada (16); recuperamos a confiança [real] no desenvolvimento (19,20,21); para o Brasil, só desenvolvimento (22)
- horrorizado pela fome, doença, violência. 42

c) Identidade do orador

- fala o cidadão (2)
- [faz parte da] geração que sonhou o Brasil: democrático, desenvolvido, livre, justo (3)
- [seguidor do] sonho: Independência, abolicionistas, tenentes (4)
- [herdeiro da] chama, no pai, no avô (5)
- estudante engajado (6)
- Juscelino: o exemplo de desenvolvimento e democracia (7)
- sempre acreditou (12)
- nunca pensou em ser “o presidente” para liderar o Brasil rumo ao sonho (13)
- [identificação com] jovens caras pintadas, sua geração: valor da liberdade (18)
- escolhido para sucessor pelo seu mérito; sua eleição indica a opção do povo pelo Plano Real (35)
- horrorizado pela fome, doença, violência (42)
- representa movimento de reformas para unir a nação (43)
- [identidade com Nabuco [que se atribuía um mandato da raça negra], com a vantagem de ter um mandato real, conferido pelo voto (44)
- [agradecimentos a] o povo, companheiros de luta política, família, Congresso (112, 113, 114, 115, 116)

Avaliação: Nesta construção de valores, não predominam negativas ou afirmativas enfáticas. Alguma ênfase nas afirmações decorre da repetição, em momentos diferentes, do mesmo tópico. Não é do estilo do orador a grandiloquência, a adjetivação e o uso de advérbios para dar ênfase a sua fala; ao contrário, destila, vez por outra, o mesmo valor. O efeito pode ser mais positivo do que o de ser mais enfático com uso de frases carregadas. Mas chama a atenção o espaço que ele dedica à construção da própria identidade. Herdeiro não apenas de idéias, mas de familiares que sustentaram tais lutas; identificado com os valores dos maiores heróis da pátria, governará sem os problemas que aqueles tiveram. Em duas ocasiões, a modéstia. Aqui, cabe chamar a atenção para a noção de “face” pública do orador. Ele pode colocar em risco a construção de uma face positiva, se exagerar nos próprios atributos (seria acusado de imodéstia pela audiência). Neste caso, como tais atributos estão distribuídos ao longo do discurso, fica quase imperceptível essa recorrência.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- somar esperança com a de todos (1)
- dedicação: reformas, combate à inflação (36)
- falta justiça social: o grande desafio. 38, 39.
- governará para todos; se necessário fim de privilégios, estará com a maioria (46)
- nunca renunciar à soberania (55)
- modernização, planos de reaparelhamento das Forças Armadas 56, 57.
- projeto de desenvolvimento nacional deve ser consistente. 59.
- evitar mudanças bruscas (63); mas sem receio de inovar (64)
- estar atento às tradições, para desenhar a nova ordem. (65)
- valorizar presença do Brasil no mundo: integração Mercosul, parceria União Européia, Nafta, Ásia, Pacífico, África pós-apartheid (69)
- relações tradicionais com países africanos, China, Rússia, Índia (70)
- expressão artística: fonte da cultura popular; prestígio a eles (75)
- cinco prioridades da plataforma: qualidade de vida das pessoas (76)
- emprego: com a retomada do crescimento e programas específicos⁷⁷.
- diminuir as desigualdades, com empenho (78)
- acesso a hospitais, combate a desperdícios e fraudes, prevenção (79)
- escola: centro do ensino, recuperação salários, convivência, solidariedade, participação social (80, 81)
- salto: fim do analfabetismo e semi-analfabetismo; o consumo não é a medida da modernidade (82)
- fim das escolas faraônicas e dos professores mal pagos e desmotivados (83)
- televisões: diversão, mas também ensino, formação cultural (85)
- missão: transformar prioridades do povo em prioridades do governo (86)
- reorganizar máquina do governo (87)
- moralizar gastos públicos (88)
- é preciso completar a faxina, o que não assusta (90, 91)
- o governo cumprirá seu papel (95)
- Congresso precisa aprovar reformas (96)
- novas formas de participação na mudança (97)
- mobilização para conscientizar: apoio dos meios de comunicação (98)

- meios de comunicação: fundamentais para a redemocratização; agora, mobilização para sociedade mais justa (99)
- acabar com a fome: governo e comunidade (104)
- vida decente às crianças (105)
- direitos iguais aos iguais (106)
- às mulheres (maioria): educação e trabalho (107)
- às minorias raciais: igualdade (108)
- aos indígenas, igualdade (109)
- convocação para mudar o Brasil (120)

Avaliação: Apesar de extensa a lista de propostas, conclamações e atitudes, o orador evita o compromisso com programas concretos. O mais concreto é o do reaparelhamento das Forças Armadas. Outras proposições ficam na atitude (estar atento a ...); ou na declaração de intenções (igualdade aos desiguais). Até mesmo itens da campanha (escolas, emprego...) ficam anunciados como ideais a serem perseguidos. Com isso, evita o compromisso, mas deixa fragilizada a credibilidade do orador. É de se esperar que, na posse, algumas ações sejam anunciadas.

Radiografia

Trata-se de um discurso deliberativo típico, em que o orador valoriza seu auditório (tanto o presente fisicamente quanto o mais amplo), constrói sua própria autoridade, argumenta em função daquilo que pretende convencer a audiência.

Na parte dedicada às cortesias, o orador identifica-se com o povo, com os heróis da pátria, com as maiorias excluídas, com as minorias marginalizadas, com a família, com o Congresso. Cita seus heróis (abolicionistas, Nabuco, JK, pai, avô). Esse procedimento ajuda a construir a imagem de si mesmo, faz um agrado a esses públicos mencionados e, simultaneamente revela sua agenda. É como se dissesse “sou um desses: lutador pela liberdade, democrático, desenvolvimentista, promotor da justiça social”. As menções estão bem distribuídas ao longo do pronunciamento. Boa estratégia argumentativa.

A menção a problemas, desafios, riscos se dá tanto pela denúncia explícita quanto pelas proposições. Vão de temas genéricos (velhos dilemas ideológicos, miséria espiritual) a específicos (escolas faraônicas e professores mal pagos); abrange uma agenda que vai do campo econômico (hiperinflação) ao social (fome); aborda um espectro que vai da presença do Brasil no cenário internacional à precariedade dos hospitais. Todos esses itens estão fartamente distribuídos ao longo do discurso, mas, algumas vezes, agrupados em unidades temáticas.

Na parte destinada à construção de valores, não predominam negativas ou afirmativas enfáticas. Alguma ênfase nas afirmações decorre da repetição, em momentos diferentes, do mesmo tópico. Não é do estilo do orador a grandiloquência, a adjetivação e o uso de advérbios para dar ênfase a sua fala; ao contrário, destila, vez por outra, o mesmo valor. O efeito pode ser mais positivo do que o de ser mais enfático com uso de frases carregadas. Cabe chamar a atenção para a noção de “face” pública do orador. Ele pode colocar em risco a construção de uma face positiva, se exagerar nos próprios atributos (seria acusado de imodéstia pela audiência). Neste caso, como tais atributos estão distribuídos ao longo do discurso, fica quase imperceptível essa recorrência.

Apesar de extensa a lista de propostas, conclamações e atitudes, o orador evita o compromisso com programas concretos. O mais concreto é o do reaparelhamento das Forças Armadas. Outras proposições ficam na atitude (estar atento a ...); ou na declaração de intenções (igualdade aos desiguais). Até mesmo itens da campanha (escolas, emprego...) ficam anunciados como ideais a serem perseguidos. Com isso, evita o compromisso, mas deixa fragilizada a credibilidade do orador. É de se esperar que, na posse, algumas ações sejam anunciadas.

Fernando Henrique, (1999 – 2003)

Resumo

Após fazer as saudações protocolares, agradece a honra de, pela segunda vez, ser eleito presidente, o que lhe confere maior responsabilidade. Pronto, renovado e experiente, exercerá o segundo mandato certo de que o Brasil mudou de fisionomia (estradas, telecomunicações); que melhorou a vida de cada um dos brasileiros (alimentação, moradia, saúde, educação) com a democracia e estabilidade reinantes. Mesmo que muitos não reconheçam, há mudanças significativas, para as próximas gerações, por causa do sucesso do Real. O brasileiro recuperou a capacidade de planejar, poupar, investir; o país tem mais credibilidade e respeito no exterior. Mas resta muito a ser feito: preservar realizações e fazer novas conquistas, cuidando para que os ganhos financeiros científicos e tecnológicos não tragam novas exclusões. Para isso, é fundamental a parceria Estado–Sociedade organizada. Os que nunca tiveram voz, devem ser ouvidos. Esse é papel do Estado. Pela eleição, a sociedade sinalizou com as reformas que apóia; o Presidente espera que o Congresso aprove tais reformas. Tudo será feito para restabelecer o equilíbrio das contas e retomar a geração de emprego e renda. A maior revolução é a do fim das desigualdades. O Presidente estará à altura dessa tarefa.

Discurso

<p>1. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel; Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Celso de Mello Filho; Srs. Embaixadores; Srs. Senadores; Srs. Deputados; Srs. Ministros de Estado; Srs. Governadores; Eminências; senhoras e senhores, compareço perante o Congresso Nacional para receber, pela segunda vez, a mais alta distinção a que um homem público possa aspirar.</p> <p>2. Agradeço aos milhões de brasileiras e brasileiros, aos jovens e aos idosos, aos que moram nas cidades assim como aos que moram nos campos, que, com o voto, sufragaram as idéias que temos defendido e as mudanças que estamos empreendendo.</p> <p>3. Sei da responsabilidade que assumo. Ao concederem ao Presidente da República a possibilidade de um novo mandato, o Congresso primeiro, o povo brasileiro depois, credenciaram-se para exigir mais do que de qualquer outro Presidente antes. Empenharei toda a minha capacidade e dedicação para corresponder à expectativa da Nação brasileira.</p> <p>4. Estou pronto para a nova jornada. Sinto-me renovado pelo apoio generoso do povo brasileiro. Tenho mais experiência, pelo muito que pude aprender tanto dos acertos quanto dos erros do meu primeiro mandato.</p> <p>5. Nos últimos anos, o Brasil renovou sua fisionomia, com a construção de estradas de relevância estratégica, quatro hidrovias, um sem-número de portos e aeroportos. Promoveu um salto na produção de energia e uma revolução nas telecomunicações. Mudou muito.</p> <p>6. Mas, quando falo em mudança, penso em algo mais profundo, abrangente e capilar, que toca o cotidiano de cada um dos brasileiros e melhora suas vidas.</p> <p>7. Milhões puderam alimentar melhor seus filhos e dar-se conta de que onde há democracia, estabilidade na economia e seriedade de governo não há razão de ser para o flagelo da fome. Milhares tiveram acesso a bens que antes estavam reservados a uma pequena elite que sempre pôde tudo. Milhares realizaram a aspiração tão antiga quanto legítima de comprar a casa própria ou morar com mais conforto.</p> <p>8. Outros perceberam que a ação solidária dos</p>	<p>1. Saudações protocolares; honra: segunda vez presidente.</p> <p>2. Agradeço aos milhões de brasileiros, da cidade, do campo o apoio às idéias de mudança.</p> <p>3. Responsabilidade: por ser segundo mandato, mais responsabilidade que outros.</p> <p>4. Estou pronto, renovado, com experiência com o primeiro mandato.</p> <p>5. Nos últimos 4 anos: mudou fisionomia, com obras viárias estratégicas, energia, telecomunicações.</p> <p>6. Melhorou a vida de cada um dos brasileiros.</p> <p>7. Milhões alimentaram os filhos: país com democracia, estabilidade, seriedade não há fome; milhares compraram casa própria ou moram com dignidade.</p> <p>9. Ação solidária dos</p>
--	---

<p>Governos e das Prefeituras, de pais e de mestres está promovendo uma transformação profunda nas escolas e uma esperança fundada de melhor qualidade de ensino. É a professora das áreas pobres do Brasil que ganha mais e tem a oportunidade de reciclar-se. É o livro que chega a tempo, ou a merenda que é mais nutritiva. E a evasão que diminui, enquanto a matrícula no segundo grau aumenta.</p> <p>9. Na saúde - o pesadelo de todos os brasileiros - mais recursos, melhor gerenciamento, mais atenção à saúde da família e um combate obstinado à fraude estão mostrando o caminho que levará no futuro a um efetivo atendimento universal, gratuito e de qualidade, como prescreve a Constituição, mas que poucos países, mesmo entre os mais desenvolvidos, conseguiram assegurar.</p> <p>10. E assim ocorrem mudanças em várias outras áreas sociais.</p> <p>11. Não obstante todas essas transformações, muitos ainda resistem em enxergar o Brasil novo que está brotando sob nossos olhos. Relutam em reconhecer que estamos avançando, competindo e nos adaptando aos novos tempos, em vários planos: o da globalização, o da reestruturação do Estado, o da revitalização da cultura.</p> <p>12. Essas mudanças dão a confiança de que a geração do Real será diferente. Nossos filhos e netos terão mais e melhores oportunidades na vida.</p> <p>13. E tudo começou com a nova moeda. O Real foi um grande divisor de águas. Antes era a inflação e concentração de renda. Depois foi a estabilidade, com o início da distribuição de renda.</p> <p>14. O brasileiro pôde prever o fim do mês, planejar o ano seguinte e colocar sobre a mesa a agenda das suas verdadeiras necessidades. Restaurou-se a confiança para poupar e investir.</p> <p>15. O Estado começou a ser transformado, para tornar-se mais eficiente, evitar o desperdício e prestar serviços de melhor qualidade à população. Deixa de ser o Estado faz-de-conta-que-faz-tudo, mas continua a ser um instrumento fundamental para garantir serviços à população mais pobre, gerar condições para o aumento da produção e assegurar os direitos básicos de todos.</p> <p>16. O Brasil voltou a ser respeitado no exterior. Os investimentos estrangeiros multiplicaram-se, gerando novos horizontes para os brasileiros.</p> <p>17. Também no plano externo, o Brasil colhe os frutos da democracia, da estabilidade econômica e de uma renovada confiança no potencial de nosso mercado. O País torna-se mais relevante para o mundo. Ao mesmo tempo, o</p>	<p>governos: transformação profunda nas escolas: reciclagem, salários, livro, merenda, fim da evasão.</p> <p>9. Saúde: mais recursos, melhor gerenciamento, atenção à família, combate à fraude; futuro: efetiva universalização.</p> <p>10. Mudanças em outras áreas sociais.</p> <p>11. Muitos não reconhecem mudanças: globalização, reestruturação do Estado, revitalização da cultura.</p> <p>12. A geração do Real será diferente: novas oportunidades de vida.</p> <p>13. Tudo começou com a nova moeda: antes, inflação e concentração de renda; agora, estabilidade e distribuição de renda.</p> <p>14. O brasileiro recuperou capacidade de planejar, poupar, investir.</p> <p>15. Estado: mais eficiente; instrumento fundamental para população mais pobre: aumento da produção, direitos básicos.</p> <p>16. Respeito no exterior</p> <p>17. País mais relevante para o mundo.</p>
--	---

<p>mundo toma-se mais relevante para o bem-estar dos brasileiros.</p> <p>18. Em um sistema internacional, em que é maior a interdependência, é inevitável que sejamos afetados por eventos originados em outras regiões do mundo, mesmo as mais longínquas. Os problemas dos outros tornam-se também nossos. Da mesma forma, nossos problemas passam a afetar mais diretamente outros países.</p> <p>19. Mais do que nunca, é necessário que o Brasil saiba identificar os seus interesses nacionais e falar com firmeza para defendê-los nos foros internacionais.</p> <p>20. O interesse nacional, hoje, não se coaduna com isolamento. Afirmamos nossa soberania pela participação e pela integração, não pelo distanciamento.</p> <p>21. É o que estamos fazendo no MERCOSUL - dimensão prioritária e irreversível de nossa diplomacia. E o que estamos realizando com a criação de um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade compartilhada na América do Sul. E o que se reflete em nossa visão da integração hemisférica e de laços mais sólidos com a União Européia, a Rússia, a China e o Japão, sem detrimento dos nossos vínculos históricos com a África.</p> <p>22. O Brasil está assim consolidando uma inserção ativa e soberana no sistema internacional.</p> <p>23. Srs. membros do Congresso Nacional, nos últimos anos, se é verdade que muito foi feito, ainda resta muito por fazer.</p> <p>24. Nossos desafios continuam imensos, mas estamos em melhores condições para enfrentá-los. Preparamos o terreno. Plantamos a semente. Daqui para a frente, a nossa tarefa é dupla: preservar as realizações e partir para novas conquistas. A continuidade delas é indispensável, pois a esperança do povo é como a do semeador, na frase de Gilberto Amado: “Ao lançar a semente, sem ver crescer a planta no solo árido, o braço do semeador se fatiga”.</p> <p>25. Estamos fazendo um acerto de contas com o passado e, ao mesmo tempo, tratando de impedir que a prosperidade que resulta da ampliação dos fluxos de capitais, conhecimentos e tecnologia venha contaminada pelo vírus da exclusão.</p> <p>26. Reunimos hoje as condições para construir um Brasil efetivamente solidário e mais justo.</p> <p>27. O objetivo central do Governo que ora se inicia será o de radicalizar a democracia, democratizar o mercado aumentando a competição, e promover mais ampla oportunidade para todos os brasileiros. Isso requer determinação política e crescimento econômico continuado.</p>	<p>18. Maior interdependência.</p> <p>19. Brasil deve identificar seus interesses e defendê-los com firmeza.</p> <p>20. Não isolamento. Soberania pela participação.</p> <p>21. Brasil: prioridade: Mercosul; integração hemisférica; laços com Europa, Rússia, China, Japão, África.</p> <p>22. Inserção ativa.</p> <p>23. Resta muito a ser feito.</p> <p>24. Desafios imensos, mas o terreno está preparado; tarefa dupla: preservar realizações e fazer novas conquistas.</p> <p>25. Acerto de contas com o passado; também: ampliação do capital, conhecimento e tecnologia não sejam contaminados pela exclusão.</p> <p>26. Condições para Brasil solidário e justo.</p> <p>27. Objetivo central: radicalizar a democracia: mercado, competição, oportunidade para todos: requer crescimento</p>
--	--

<p>28. Srs. Congressistas, 83 milhões de eleitores compareceram as urnas nas últimas eleições. O povo brasileiro deu uma demonstração inequívoca, sem precedente por sua dimensão, de crença na democracia.</p> <p>29. O País desfruta de plena liberdade de opinião e de imprensa, de que muito nos orgulhamos. O direito de manifestar o pensamento e de crítica é fundamental para a vitalidade democrática.</p> <p>30. Mas precisamos avançar mais.</p> <p>31. Queremos aprofundar a parceria com a sociedade.</p> <p>32. Faz pouco tempo, o que entre nós se chamava de “opinião pública” era apenas o eco das reivindicações dos setores privilegiados da sociedade que sabem fazer ruído na defesa de seus interesses. Hoje, a opinião pública expandiu-se e incorpora sindicatos de trabalhadores, igrejas, movimentos sociais e as chamadas organizações não-governamentais.</p> <p>33. Mas ainda existe uma maioria silenciosa que não se faz ouvir. As medidas de política social do Governo buscam atender a esta maioria, mesmo, se for o caso, contra os ruídos dos que se escudam nos mais pobres para defender seus privilégios.</p> <p>34. A sociedade civil assume, com mais eficiência e menor custo, funções que antes eram privativas do setor público. E o Estado se fortalece ao articular-se com ela.</p> <p>35. A vertebração da sociedade, em sintonia com a descentralização das políticas públicas, cria as condições para que os serviços do Estado cheguem efetivamente aos que mais precisam e não, como sempre foi, aos que têm, porque sempre detiveram os instrumentos de pressão para reivindicar mais.</p> <p>36. No Brasil, por muito tempo, o Estado como organização esteve à frente da sociedade. Hoje, ao contrário, é a sociedade que, via de regra, caminha à frente do Estado.</p> <p>37. Nossos partidos, que desde o Império eram instituições do Estado mais do que da sociedade, precisam modificar-se para serem, agora, instituições da sociedade. Só assim se revitalizarão e poderão estar em sintonia com a sociedade, evitando a crise da representação política, que grassa no mundo atual.</p> <p>38. A democracia que queremos é a do diálogo plural, dentro do respeito à diferença, à crítica e à alternância no poder. Mas o corolário da crítica é a proposta alternativa e construtiva. Não me intitulo senhor de um caminho único. Estou pronto a discutir e a retificar o rumo, sempre que me convençam de que é a alternativa melhor para o País.</p> <p>39. Alegro-me de que o diálogo com a Oposição já se</p>	<p>continuado.</p> <p>28. 83 milhões de votantes: crença inequívoca na democracia.</p> <p>29. País desfruta de liberdade de opinião.</p> <p>30, 31: Precisamos avançar: parceria com a sociedade.</p> <p>32. Hoje, opinião pública incorpora movimentos e organizações sociais.</p> <p>33. Mas ainda existem os que não falam; para eles, as políticas sociais.</p> <p>34. Sociedade civil: com mais eficiência assume funções do Estado.</p> <p>35. Sociedade organizada, mais ação do Estado: chegar aos que precisam.</p> <p>36. Hoje, a sociedade caminha à frente do Estado.</p> <p>37. Partidos: precisam ser da sociedade, não do Estado. Fim da crise de representação política.</p> <p>38. Democracia que queremos: do diálogo plural, com crítica e alternância de poder. “Não me intitulo senhor de um caminho único.”</p> <p>39. Diálogo já iniciado com</p>
---	--

<p>tenha iniciado. Sei que temos divergências em vários campos. Mas sei também que há ternas e ações que estão acima das diferenças partidárias. O diálogo contribui para identificar veredas novas, enriquece a democracia e fortalece o País.</p> <p>40. O fundamental nas democracias, entretanto, é o apoio da maioria. Este apoio, recebi nas urnas pelo voto popular e dos partidos. A maioria dos representantes eleitos pelo povo pertence aos partidos com os quais formei o Governo. Eles certamente apoiarão no Congresso as medidas necessárias à implantação das políticas que defendo e que foram aprovadas pelos eleitores.</p> <p>42. Completaremos, assim, as reformas. Não só a previdenciária e a administrativa, mas a tributária, a política e a judiciária.</p> <p>43. Confio nesta Casa, expressão maior da soberania popular, à qual me orgulho de ter pertencido.</p> <p>44. O Congresso deu expressiva contribuição às transformações do País nos últimos quatro anos. Homenageio todos os seus membros, que tanto valorizo, na pessoa de um dos seus mais precoces e maiores líderes, o meu inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que ao nos deixar, no ano passado, nos legou o exemplo de sua competência, vi são e amor ao País. (Palmas.).</p> <p>45. Não há democracia onde subsiste a violência. Onde ainda são desrespeitados os direitos básicos das crianças e das mulheres, dos negros e dos índios. Avançamos nesta área. É inegável. Mas temos que fazer mais.</p> <p>46. O desafio está em transformar os valores e as normas em práticas quotidianas. A Secretaria dos Direitos Humanos foi fortalecida institucionalmente para melhor cumprir sua missão. A sociedade será convidada a participar mais diretamente da execução e controle das políticas.</p> <p>47. Srs. Congressistas, não fui eleito para ser o gerente da crise. Fui escolhido pelo povo para superá-la e para cumprir minhas promessas de campanha. Para continuar a construir uma economia estável, moderna, aberta e competitiva. Para prosseguir com firmeza na privatização. Para apoiar os que produzem e geram empregos. E assim recolocar o País na trajetória de um crescimento sustentado, sustentável e com melhor distribuição de riquezas entre os brasileiros.</p> <p>48. Nesses últimos quatro anos enfrentamos um quadro internacional adverso. A economia brasileira sofreu o abalo de três crises internacionais de graves proporções. Ainda vivemos os reflexos negativos do colapso da moeda russa. Nossa economia enfrenta o pesado ônus de elevadas taxas de</p>	<p>a oposição: ações acima das diferenças.</p> <p>40. Fundamental nas democracias: apoio das maiorias, representado nas alianças partidárias que me elegeram: apoio no Congresso a medidas aprovadas pelos eleitores.</p> <p>41. Completaremos as reformas: previdenciária, tributária, política, judiciária.</p> <p>43. Confio no Congresso, ao qual pertenci.</p> <p>44. Congresso: expressiva contribuição às transformações; homenagem na pessoa do falecido Luís Eduardo Magalhães.</p> <p>45. Avançar na garantia de direitos a crianças, mulheres, índios.</p> <p>46. Desafio: transformar valores em práticas cotidianas: ex. Secretaria dos Direitos Humanos.</p> <p>47. Não fui eleito para ser o gerente da crise, mas para prosseguir: privatização, economia moderna, geração de empregos.</p> <p>48. Adversidades nos últimos 4 anos: três crises internacionais; ônus de pesadas taxas de juros, baixo crescimento, desemprego.</p>
--	--

<p>juros, que arrefeceram o crescimento e diminuíram o em prego.</p> <p>49. O Brasil continuará a desempenhar papel ativo na revisão da arquitetura do sistema financeiro internacional. Não podemos aceitar que aplicações especulativas, por não estarem submetidas a qualquer tipo de supervisão ou ordenamento, desarticulem o processo produtivo e constituam ameaça recorrente às economias nacionais.</p> <p>50. Mas também é forçoso reconhecer que temos as nossas vulnerabilidades, entre elas, o déficit público. Gastamos mais do que arrecadamos. Enquanto não equilibrarmos nossas contas, a cada turbulência da economia internacional pagaremos, como te mos pago, preço elevado.</p> <p>51. Assim como não hesitei em tomar as medidas necessárias para defender o Real, não hesitarei em fazer o que for preciso para pôr fim ao tormento do déficit público. E melhor o remédio amargo que cura a doença do que a febre crônica que debilita as forças e compromete a saúde do organismo.</p> <p>52. Não tenham dúvidas, senhores. Marcharei com determinação para obter do Congresso o ajuste fiscal e para livrarmos o Brasil da armadilha dos juros altos, que aguilhoam o nosso ímpeto de crescimento econômico.</p> <p>53. A reforma da Previdência, embora incompleta, abre perspectivas melhores para o equilíbrio das contas públicas. Vamos prosseguir com ela, eliminando privilégios e assegurando a continuidade dos benefícios em favor dos que realmente necessitam.</p> <p>54. Preocupa-me o desemprego. Como acontece ao início de cada ano, a taxa de desemprego poderá elevar-se. Por ser passageiro, o quadro não é menos doloroso para quem perde o seu emprego.</p> <p>55. Os Ministros que em poucos minutos tomarão posse em seus cargos receberão do Presidente da República uma orientação precisa: concentrar a competência de suas equipes e os recursos de suas Pastas nos projetos que abram novas oportunidades de trabalho e de renda, especialmente para os jovens; na extensão do crédito à pequena empresa; nos programas de qualificação do trabalhador e na assistência ao desempregado.</p> <p>56. Tudo o que o Governo puder fazer na área do emprego será feito.</p> <p>57. Tenho a convicção de que o Brasil sairá fortalecido da crise. As políticas que estamos adotando corrigirão o desequilíbrio de nossas contas. O País terá credibilidade ainda maior. E será um mercado mais atraente para os investimentos, tanto internos quanto externos, que gerarão</p>	<p>49. Brasil: papel ativo na revisão do sistema financeiro internacional; não podemos aceitar aplicações especulativas que desarticulem processo produtivo.</p> <p>50. Vulnerabilidades: déficit público.</p> <p>51. Como não hesitei ao tomar medidas para o Real, não hesitarei para controlar déficit público. É melhor o remédio amargo que a febre crônica.</p> <p>52. Determinação de obter do Congresso o ajuste fiscal.</p> <p>53. Reforma da Previdência: mesmo incompleta, melhora equilíbrio das contas públicas.</p> <p>54. Preocupa o desemprego.</p> <p>55. Ministros: concentrar recursos na geração de emprego e renda: crédito pequena empresa, qualificação do trabalhador, assistência ao desempregado.</p> <p>56. Fazer tudo o que puder.</p> <p>57. Medidas corrigirão o desequilíbrio das contas: maior credibilidade externa, crescimento, geração de empregos.</p>
--	---

<p>crescimento e empregos.</p> <p>58. Tomo de empréstimo a Joaquim Nabuco frase lapidar que expressa meu sentimento diante desta conjuntura desfavorável. Diz Nabuco: “A vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido”.</p> <p>59. Srs. Congressistas, de pouco vale ao País ser a oitava economia mundial se continuarmos entre os primeiros na desigualdade.</p> <p>60. Este quadro tem que ser revertido.</p> <p>61. Estamos combatendo a desigualdade com a estabilidade da economia e com a melhoria da qualidade da educação pública, de modo a proporcionar aos desfavorecidos a oportunidade que nunca tiveram.</p> <p>62. Nossas políticas públicas em educação, saúde, habitação, saneamento e reforma agrária melhoraram. Os indicadores, em cada uma dessas áreas, comprovam o progresso alcançado.</p> <p>63. Antes, os serviços públicos estavam direcionados aos que mais possuíam. Agora, os serviços e os créditos do Governo estão dirigidos aos que mais precisam. Assim é na educação fundamental e na saúde. Assim começa a ocorrer também no crédito rural e nos financiamentos para pequenas e médias empresas.</p> <p>64. E esta é uma revolução. A única suscetível de transformar a fisionomia social do País e aportar um golpe fatal à desigualdade que reproduzimos desde as eras coloniais.</p> <p>65. Em breve completaremos 500 anos. Este será um momento de reflexão sobre o que realizamos, o que somos e o que queremos ser. Temos muito para nos orgulhar, do Brasil e dos brasileiros.</p> <p>66. Um País que venceu o autoritarismo e implantou a democracia; em seguida, domou a inflação e está construindo a estabilidade, tem agora pela frente o desafio de edificar uma sociedade mais igualitária.</p> <p>67. Esta é a minha visão do País para o século XX. Estou certo de que é também o projeto de todos os brasileiros que vivem com indignação os graus de desigualdade que ainda subsistem entre nós.</p> <p>68. Não há milagres nesta área. O caminho é conhecido e será percorrido com persistência.</p> <p>69. O rumo está certo. As políticas são coerentes. Já começaram a dar resultados. Serão reforçadas. Retificadas quando necessário.</p> <p>70. Srs. membros do Congresso Nacional, pertenço a uma geração que desde cedo sonhou com a reforma social</p>	<p>58. Nabuco: “A vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido”.</p> <p>59, 60. Pouco vale: 8º na economia, mas campeão na desigualdade: reverter quadro.</p> <p>61. Combate à desigualdade: com a estabilidade na economia, melhoria na educação.</p> <p>62. Melhoraram: saúde, educação, habitação, saneamento, reforma agrária.</p> <p>63. Agora: serviços e créditos do governo aos que mais precisam: crédito rural.</p> <p>64. Esta é uma revolução para dar golpe fatal à desigualdade desde a Colônia.</p> <p>65. Nos 500 anos: o que somos, o que queremos ser.</p> <p>66. Brasil venceu o autoritarismo, a inflação; desafio: sociedade igualitária.</p> <p>67. Projeto de todos os brasileiros: indignação contra desigualdade.</p> <p>68. Não há milagres, mas persistência no caminho conhecido.</p> <p>69. Políticas certas, coerentes.</p> <p>70, 71, 72. Pertenço à</p>
--	--

<p>em nosso País. Ansiava por participar dela. Foi ativa na Universidade, tanto nas salas de aulas como nas ruas.</p> <p>71. Lutou contra o arbítrio. Com a redemocratização, viu renascerem as esperanças de mudar o País. Com a estabilidade da economia, percebeu que recuperamos os instrumentos para edificar um Brasil melhor.</p> <p>72. A vontade nunca faltou, ela continua firme.</p> <p>72. O Brasil espera com impaciência por uma nação mais justa.</p> <p>73. Esta é a esperança que leio nos olhos dos milhares de brasileiras e de brasileiros que encontro em minhas andanças pelo País. Estas são as vozes que ouço nas ruas. Esta foi à missão que recebi das urnas. Esta foi à mensagem enviada por um dos amigos mais queridos, Sérgio Motta, companheiro de uma vida de lutas: “Não se apegue. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País”.</p> <p>74. Eu assim farei.</p> <p>75. Muito obrigado. (Palmas prolongadas.).</p> <p>(2.753 palavras)</p>	<p>geração que sonhou a reforma social, ativa nas universidades; contra o arbítrio; vontade firme.</p> <p>72. Brasil espera com impaciência.</p> <p>73, 74. Esperança nos olhos dos brasileiros; vozes das ruas; mensagem de Sérgio Motta: “Não se apegue. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País”.</p> <p>75. Obrigado.</p>
--	--

Fernando Henrique Cardoso

Configuração

Estrutura

Composto de 74 parágrafos, assim distribuídos:

Do 1º ao 4º parágrafo, faz as saudações protocolares, agradecimentos, elogios, honrarias.

Do 5º ao 15º, faz um balanço das realizações internas de seu governo anterior.

Do 16º ao 23º, historia os avanços do País em relação ao exterior.

Do 24º ao 74º, fala dos desafios que precisam ser superados e do quanto está preparado tais tarefas.

Tipificação do discurso

A maior parte do discurso é de propaganda. Um discurso é de propaganda é feito na situação em que a audiência já aderiu ao projeto e é necessário, apenas, mantê-la nessa posição. Em menor grau, é um discurso do tipo deliberativo, em que investe em convencer e persuadir a audiência de medidas a serem tomadas.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

- saudações protocolares a todas as autoridades presentes (1)
- agradeço aos milhões de brasileiros, da cidade, do campo o apoio às idéias de mudança. (2)
- 83 milhões de votantes: crença inequívoca na democracia (28)
- ainda existem os que não falam; para eles, as políticas sociais (33)
- sociedade civil organizada (34, 35, 36)
- Fundamental nas democracias: apoio das maiorias, representado nas alianças partidárias que me elegeram
- apoio no Congresso a medidas aprovadas pelos eleitores; homenagem ao Congresso na pessoa do falecido Luís Eduardo Magalhães (40, 41, 43,44)
- Brasil venceu o autoritarismo, a inflação; desafio: sociedade igualitária (66)
- projeto de todos os brasileiros: indignação contra desigualdade (67)
- pertença à geração que sonhou a reforma social, ativa nas universidades; contra o arbítrio; vontade firme (70, 71, 72).

Avaliação: O orador está atento à audiência mais próxima e ao auditório universal (todos os brasileiros). A eles faz mesuras, particularmente a um personagem, falecido (Luiz Eduardo Magalhães), o que busca elevar a carga emocional. Outro destaque é para a própria geração. O orador age com parcimônia e gentileza. Não extrapola nos elogios; não pode ser acusado de bajulador da audiência.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- adversidades nos últimos 4 anos: três crises internacionais; ônus de pesadas taxas de juros (48)
- vulnerabilidades déficit público (50)
- preocupa o desemprego (54)
- desigualdade (61, 64, 66, 67)

Avaliação: O orador identifica nas questões econômicas (crises internacionais e déficit público) os maiores inimigos; as conseqüências destes, também: o desemprego. Dá ênfase à desigualdade. Suas escolhas conferem uma predominância do “economicismo” em detrimento do “humanismo”. A pessoa será contemplada depois que vier a solução para o problema econômico. Embora as razões (convencimento) possam ter sido bem expressas e sejam significativas, faltou emoção (para persuadir). O orador pode ser acusado de insensível.

III. Advertências

Não relevantes no contexto. O orador considera-se senhor da situação.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

Ver **I. Cortesias, agradecimentos, elogios.**

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- em país com democracia, estabilidade, seriedade não há fome (7)
- não fui eleito para ser o gerente da crise, mas para prosseguir: privatização, economia moderna, geração de empregos (47)
- [como não hesitei ao tomar medidas para o Real], não hesitarei para controlar déficit público. É melhor o remédio amargo que a febre crônica (51)

b) Afirmativas enfáticas

- a geração do Real será diferente: novas oportunidades de vida (12)
- tudo começou com a nova moeda: antes, inflação e concentração de renda; agora, estabilidade e distribuição de renda (13)
- o brasileiro recuperou capacidade de planejar, poupar, investir (14)
- Estado: mais eficiente; instrumento fundamental para população mais pobre: aumento da produção, direitos básicos. (15)
- pouco vale: 8º na economia, mas campeão na desigualdade: reverter quadro (59, 60)

– é melhor o remédio amargo [para combater o déficit público] que a febre crônica. (51)

c) Identidade do orador

- honra: segunda vez presidente. (1)
- responsabilidade: por ser segundo mandato, mais responsabilidade que outros (3)
- estou pronto, renovado, com experiência com o primeiro mandato (4)
- nos últimos 4 anos: melhorou a vida de cada um dos brasileiros mudou fisionomia, com obras viárias estratégicas, energia, telecomunicações (5, 6.
- milhões alimentaram os filhos, milhares compraram casa própria ou moram com dignidade (7)
- ação solidária dos governos: transformação profunda nas escolas: reciclagem, salários, livro, merenda, fim da evasão (9)
- saúde: mais recursos, melhor gerenciamento, atenção à família, combate à fraude; futuro: efetiva universalização (9)
- mudanças em outras áreas sociais (10)
- muitos não reconhecem mudanças: globalização, reestruturação do Estado, revitalização da cultura (11)
- respeito no exterior, país mais relevante para o mundo (16, 17)
- País desfruta de liberdade de opinião (29)
- Nabuco: “A vida não é senão a posse do futuro pela confiança e, em política, pela certeza do triunfo (momentaneamente, digo eu) interrompido” (58)
- melhoraram: saúde, educação, habitação, saneamento, reforma agrária (62)
- esperança nos olhos dos brasileiros; vozes das ruas; mensagem de Sérgio Motta: “Não se apequene. Cumpra seu destino histórico. Coordene as transformações do País”. (73, 74)

Avaliação: Esta parte é das que tem mais importância para o convencimento da audiência. Trata-se do momento em que são compartilhados os valores e em que o orador ganha credibilidade perante ela. Neste discurso, ganhou relevo o relato dos “feitos” como elementos de credibilidade. Fatos falam por si. Essa é uma grande estratégia argumentativa. Mas o orador peca na pouca emoção. Fala de temas contundentes, mas transforma-os em “coisas”. Parece que não há pessoas envolvidas.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- tarefa dupla: preservar realizações e fazer novas conquistas (24)
- ampliação do capital, conhecimento e tecnologia não sejam contaminados pela exclusão. (25)
- objetivo central: radicalizar a democracia: mercado, competição, oportunidade para todos: requer crescimento continuado (27)
- precisamos avançar: parceria com a sociedade (30, 31, 34, 35, 36)
- ainda existem os que não falam; para eles, as políticas sociais (33)
- partidos: precisam ser da sociedade, não do Estado (37)
- completaremos as reformas: previdenciária, tributária, política, judiciária. 41
- Congresso: expressiva contribuição às transformações (44)
- avançar na garantia de direitos a crianças, mulheres, índios (45)

- desafio: transformar valores em práticas cotidianas: ex. Secretaria dos Direitos Humanos (46)
- não fui eleito para ser o gerente da crise, mas para prosseguir: privatização, economia moderna, geração de empregos (47)
- determinação de obter do Congresso o ajuste fiscal (52)
- ministros: concentrar recursos na geração de emprego e renda: crédito pequena empresa, qualificação do trabalhador, assistência ao desempregado (55)
- medidas corrigirão o desequilíbrio das contas: maior credibilidade externa, crescimento, geração de empregos (57)
- agora: serviços e créditos do governo aos que mais precisam: crédito rural (63)

Avaliação: As proposições são bem equilibradas, entre genéricas (preservar realizações) e específicas (obter do Congresso a aprovação das reformas tributária, política...). Divide as responsabilidades de tais proposições com a sociedade e com o Congresso. Não há ousadia. O recado seria: “o que eu fazia já era certo, continuarei fazendo.” Ele defende a si mesmo, pois era o governante anterior. Atitude coerente, mas pouco ousada.

Avaliação geral

É um discurso de vencedor. Não de triunfalismo, mas de assentamento, quietude. Vitorioso pela segunda vez, limita-se a relatar seus feitos e a ressaltar a autoridade que ganha com isso. Por se manter preso ao “economicismo”, deixa de considerar “o fator humano” envolvido na argumentação. Com isso, o efeito é de uma argumentação “aérea”, que não mobiliza os espíritos.

Radiografia

É um discurso de vencedor. Não de triunfalismo, mas de assentamento, quietude. Vitorioso pela segunda vez, limita-se a relatar seus feitos e a ressaltar a autoridade que ganha com isso. Mas, por se manter preso ao “economicismo”, deixa de considerar “o fator humano” envolvido no convencimento. Com isso, o efeito é de uma argumentação “aérea”, que não mobiliza os espíritos.

A maior parte do discurso é de propaganda. Feito na situação em que a audiência já aderiu ao projeto e é necessário, apenas, mantê-la nessa posição. Em menor grau, é um discurso do tipo deliberativo, em que investe em convencer e persuadir a audiência de medidas a serem tomadas.

O orador está atento à audiência mais próxima e ao auditório universal (todos os brasileiros). A eles faz mesuras, particularmente a um personagem, falecido (Luiz Eduardo Magalhães), o que busca elevar a carga emocional. Outro destaque é para a própria geração. O orador age com parcimônia e gentileza. Não extrapola nos elogios; não pode ser acusado de bajulador da audiência.

O orador identifica nas questões econômicas (crises internacionais e déficit público) os maiores inimigos; as conseqüências destes, também: o desemprego. Dá ênfase à desigualdade. Suas escolhas conferem uma predominância do “economicismo” em detrimento do “humanismo”. A pessoa será contemplada depois que vier a solução para o problema econômico. Embora as razões (convencimento) possam ter sido bem expressas e sejam significativas, faltou emoção (para persuadir). O orador pode ser acusado de insensível.

Esta parte é das que tem mais importância para o convencimento da audiência. Trata-se do momento em que são compartilhados os valores e em que o orador ganha credibilidade perante ela. Neste discurso, ganhou relevo o relato dos “feitos” como elementos de credibilidade. Fatos falam por si. Essa é uma grande estratégia argumentativa. Mas o orador peca na pouca emoção. Fala de temas contundentes, mas transforma-os em “coisas”. Parece que não há pessoas envolvidas.

As proposições são bem equilibradas, entre genéricas (preservar realizações) e específicas (obter do Congresso a aprovação das reformas tributária, política...). Divide as responsabilidades de tais proposições com a sociedade e com o Congresso. Não há ousadia. O recado seria: “o que eu fazia já era certo, continuarei fazendo.” Ele defende a si mesmo, pois era o governante anterior. Atitude coerente, mas pouco ousada.

Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006)

Resumo

A eleição representou o desejo de mudança contra o modelo anterior, que gerou estagnação e egoísmo em vez de crescimento; mudança para enfrentar a ameaça à soberania nacional, a insegurança pública, o desrespeito, o impasse econômico, social e moral. Mas para mudar, o Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento nacional, de paciência e perseverança. O Brasil e seu povo são extraordinários, agora, é convidado a enfrentar a fome de milhões de brasileiros, fato inaceitável num país tão rico. É imprescindível fazer uma reforma agrária em terras ociosas, incrementar a agricultura familiar, o cooperativismo e a economia solidária, ao lado do apoio ao agronegócio. O país deve superar as vulnerabilidades, pois estabilidade e gestão responsáveis são essenciais para proporcionar empregos aos brasileiros que querem viver de seu trabalho. É preciso combater a inflação, exportar mais, agregando valores aos produtos. É necessário fortalecer as microempresas, investir em capacitação tecnológica e venda da produção. Deve ser feita uma aliança entre o trabalho e o capital produtivo para o país voltar ao desenvolvimento econômico. Esse pacto social será a base para as reformas previdenciária, tributária, política, trabalhista, agrária. Deve ser aproveitada a energia ético-política, representada pela adesão de milhões para participar da retomada do crescimento, lutar contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. O País deve combater a corrupção e defender do interesse público para vencer a cultura da impunidade. Com os outros poderes, manter uma relação fraterna. Do Congresso, é esperada contribuição para as reformas. O Brasil deve ampliar a poupança, valorizar capital humano, investir em conhecimento e tecnologia. A política externa terá como objetivo melhorar as condições dos brasileiros, para elevar os níveis de renda e gerar empregos dignos. Nas negociações internacionais, defesa dos produtores brasileiros: fim dos protecionismos agrícolas, remoção de barreiras aos produtos industrializados. Para a América do Sul, superação de visões estreitas e revitalização do Mercosul; lutar por uma América do Sul democrática, estável, próspera e unida. Com os EUA, estabelecer parceria madura, baseada no interesse recíproco; cooperação com União Européia e seus Estados-Membros; idem com Japão, China, Índia, Rússia e África do Sul; reforço dos profundos laços com o continente africano; busca de maior intercâmbio econômico e multipolaridade na vida internacional; democratização das relações internacionais, sem hegemonias; participação de países em desenvolvimento no Conselho de Segurança da Onu; cumprimento de suas resoluções do; solução pacífica para conflitos do Oriente Médio; cooperação internacional e multilateralismo para enfrentar o terrorismo e o crime organizado; reforço dos órgãos da Onu para combate às desigualdades e defesa dos direitos humanos. O Brasil, com sua configuração, representa o “novo” na civilização. Parceria do Governo Federal com Estados para uma política de segurança eficiente. Construir no Brasil um símbolo mundial de tolerância. O Brasil pode fazer muito mais, como o próprio Presidente o fez: de retirante a supremo mandatário.

Discurso

<p>1. Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República José Alencar; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado; Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse.</p> <p>2. "Mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos.</p> <p>3. Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome; diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades.</p> <p>4. Diante das ameaças à soberania nacional, da precariedade avassaladora da segurança pública, do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens; diante do impasse econômico, social e moral do País, a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária.</p> <p>5. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da</p>	<p>1. Saudação aos presentes, iniciando pelos chefes de Estado estrangeiros, passando pelas autoridades, até as pessoas comuns.</p> <p>2. A eleição representou desejo de mudança da sociedade brasileira.</p> <p>3. O modelo anterior gerou estagnação, egoísmo em vez de crescimento.</p> <p>4. Mudança para enfrentar a ameaça à soberania nacional, a insegurança pública, o desrespeito, o impasse econômico, social e moral.</p> <p>5. O Presidente reafirma os compromissos de mudança da campanha; é hora de transformar o Brasil numa nação soberana no cenário internacional e capaz de todos os seus filhos.</p>
--	---

<p>própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.</p> <p>6. Vamos mudar, sim. Mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia, mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um roubo voluntarista. Mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações, para que o resultado seja consistente e duradouro.</p> <p>7. O Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes. Não podemos deixá-lo seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico. Se queremos transformá-lo, a fim de vivermos em uma Nação em que todos possam andar de cabeça erguida, teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança.</p> <p>8. Teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo; teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores.</p> <p>9. Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos.</p> <p>10. Este é um País extraordinário. Da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista. Um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças. Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo.</p> <p>11. O povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos; e eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um</p>	<p>6. Mudar de forma gradativa, com diálogo, para ter resultados duradouros.</p> <p>7. Para se transformar numa nação de cabeça erguida, o Brasil precisa de um projeto de desenvolvimento nacional, de paciência e perseverança.</p> <p>8. Para serem atendidas, as legítimas ansiedades sociais, é necessário caminhar com os passos pensados.</p> <p>9. Uma longa caminhada começa com os primeiros passos.</p> <p>10. O Brasil e seu povo são extraordinários, capazes de superar a miséria.</p> <p>11. Com movimentos cívicos, o povo tem superado dificuldades; e é convidado a enfrentar a fome.</p>
--	---

<p>grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome.</p> <p>12. Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão.</p> <p>13. Essa é uma história antiga. O Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome; proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome; conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome; industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim.</p> <p>14. Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.</p> <p>15. Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero". Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida.</p> <p>16. É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do País. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana.</p> <p>17. Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.</p> <p>18. Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam</p>	<p>12. Num país tão rico, milhões de brasileiros passam fome.</p> <p>13. O Brasil passou por vários ciclos de enriquecimento, mas não venceu a fome.</p> <p>14. Enquanto houver um faminto, teremos vergonha.</p> <p>15. Lança o fome zero; até o final do governo, se os brasileiros fizerem três refeições, presidente terá cumprido a missão.</p> <p>16. Conclama a todos, sem distinção, a lutarem contra a fome.</p> <p>17. Imprescindível fazer uma reforma agrária.</p> <p>18. Acesso à terra para produzir mais alimentos para a mesa dos brasileiros.</p>
---	--

<p>frutos, tragam o nosso feijão com arroz.</p> <p>19. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano.</p> <p>20. Hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas, as plantações espalham-se a perder de vista, há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos. Temos que cuidar bem – muito bem – deste imenso patrimônio produtivo brasileiro. Por outro lado, é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda.</p> <p>21. Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho. Disse e repito: criar empregos será a minha obsessão. Vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego, voltado para criar oportunidades aos jovens, que hoje encontram tremenda dificuldade em se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais.</p> <p>22. Para avançar nessa direção, além de travar combate implacável à inflação, precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do</p>	<p>19. Incrementar a agricultura familiar, o cooperativismo e a economia solidária, ao lado do apoio ao agronegócio; reforma agrária em terras ociosas; superar a produção já existente.</p> <p>20. O patrimônio produtivo rural brasileiro deve ser protegido; e o país deve crescer para gerar emprego e distribuição de renda.</p> <p>21. Superar as vulnerabilidades; estabilidade e gestão responsáveis são essenciais para proporcionar empregos aos brasileiros que querem viver de seu trabalho.</p> <p>22. Combater a inflação, exportar mais, agregando valores aos produtos.</p>
--	---

<p>comércio globalizado.</p> <p>23. Da mesma forma, é necessário incrementar – e muito – o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas. É necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção.</p> <p>24. Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social.</p> <p>25. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.</p> <p>26. Instrumento fundamental desse pacto pela mudança será o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro, reunindo empresários, trabalhadores e lideranças dos diferentes segmentos da sociedade civil.</p> <p>27. Estamos em um momento particularmente propício para isso. Um momento raro da vida de um povo. Um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional. O empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos. Os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça.</p> <p>28. Além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social. Trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar. Uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontrem canais de expressão em nosso Governo.</p>	<p>23. É necessário fortalecer as microempresas, investir em capacitação tecnológica e venda da produção.</p> <p>24. Aliança entre o trabalho e o capital produtivo para o país voltar ao desenvolvimento econômico.</p> <p>25. O pacto social será a base para as reformas previdenciária, tributária, política, trabalhista, agrária.</p> <p>26. o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é o instrumento desse pacto.</p> <p>27. Ao lado do Presidente estão o empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas, os trabalhadores; homens, mulheres, velhos jovens irmanados para alcançar a prosperidade e a justiça.</p> <p>28. Energia ético-política: adesão de milhões para participar da retomada do crescimento, lutar contra a fome, o desemprego e a desigualdade social.</p>
--	--

<p>29. Por tudo isso, acredito no pacto social. Com esse mesmo espírito constituí o meu Ministério com alguns dos melhores líderes de cada segmento econômico e social brasileiro. Trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular.</p> <p>30. O combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo. É preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública.</p> <p>31. Não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência.</p> <p>32. Ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar. É também aplicar com eficiência e transparência, sem desperdícios, os recursos públicos focados em resultados sociais concretos. Estou convencido de que temos, dessa forma, uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País. E acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiras e brasileiros.</p> <p>33. Sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais.</p> <p>34. Eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós.</p> <p>35. Em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções. O Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte. Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo. O Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista, significa, simplesmente, adquirir confiança em nós mesmos, na capacidade de fixar objetivos de curto, médio e longo prazos e de buscar realizá-los. O ponto principal do modelo para o</p>	<p>29. Crença no sucesso do pacto social; espírito do ministério: sem personalismo, com transparência, pelo bem do Brasil.</p> <p>30. Combate à corrupção e defesa do interesse público; vencer a cultura da impunidade.</p> <p>31. Corrupção não privarão a população dos recursos de que esta necessita.</p> <p>32. Ser honesto: aplicar com eficiência. Aproveitar a oportunidade oferecida com a eleição.</p> <p>33. Relação fraterna com os outros poderes.</p> <p>34. Espera contar com a contribuição do Congresso para as reformas.</p> <p>35. O Brasil deve dar um mergulho dentro de si mesmo com um olho no mundo: ampliar poupança, valorizar capital humano, investir em conhecimento e tecnologia.</p>
--	--

<p>qual queremos caminhar é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento, assim como o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia.</p> <p>36. Sobretudo vamos produzir. A riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor.</p> <p>37. O Brasil é grande. Apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais, o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável. Construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território. Dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja. Estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste. Esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira.</p> <p>38. Onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo, onde judeus e árabes conversam sem medo, onde toda migração é bem-vinda, porque sabemos que em pouco tempo, pela nossa própria capacidade de assimilação e de bem-querer, cada migrante se transforma em mais um brasileiro.</p> <p>39. Esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio; internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados; externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo. Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional. Por meio do comércio exterior, da capacitação de tecnologias avançadas, e da busca de investimentos produtivos, o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e</p>	<p>36. A riqueza que conta é a gerada pelas próprias mãos: produzir.</p> <p>37. As diversidades brasileiras constituem sua maior riqueza; apesar das contradições, país admirável.</p> <p>38. Tolerância entre os povos estrangeiros que adotaram o Brasil: todos brasileiros.</p> <p>39. Política externa: para melhorar as condições dos brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos.</p>
--	--

<p>gerando empregos dignos.</p> <p>40. As negociações comerciais são hoje de importância vital. Em relação à ALCA, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo, lutará pela eliminação e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento. Buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas. Com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais. Essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico. De pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo. Estaremos atentos também para que essas negociações, que hoje em dia vão muito além de meras reduções tarifárias e englobam um amplo espectro normativo, não criem restrições inaceitáveis ao direito soberano do povo brasileiro de decidir sobre seu modelo de desenvolvimento.</p> <p>41. A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Para isso é essencial uma ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração.</p> <p>42. O MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político. Mas esse projeto repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados.</p> <p>43. Cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração. Estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos. Apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma verdadeira identidade do Mercosul e da América do Sul. Vários dos nossos vizinhos vivem hoje situações difíceis. Contribuiremos, desde que chamados</p>	<p>40. Nas negociações internacionais, defesa dos produtores brasileiros; fim dos protecionismos agrícolas; remoção de barreiras aos produtos industrializados. O fim último é o benefício dos brasileiros.</p> <p>41. Na política externa, por uma América do Sul democrática, estável, próspera e unida; superação de visões estreitas e revitalização do Mercosul.</p> <p>42. Alicerces econômico-comerciais reforçados para integrar a América do Sul.</p> <p>43. Criação de uma verdadeira identidade da América do Sul, com empreendimentos e para um vivo intercâmbio intelectual e artístico. Se chamados, busca de soluções pacíficas para as crises dos vizinhos.</p>
--	---

<p>e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises, com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país.</p> <p>44. O mesmo empenho de cooperação concreta e de diálogos substantivos teremos com todos os países da América Latina.</p> <p>45. Procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo. Trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros, bem como com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão. Aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros.</p> <p>46. Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.</p> <p>47. Visamos não só a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional, mas também a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea.</p> <p>48. A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado.</p> <p>49. Vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais.</p> <p>50. As resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas. Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação. Defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes.</p> <p>51. Enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional.</p> <p>52. Apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do</p>	<p>44. Empenho idêntico para todos os países da América Latina.</p> <p>45. Com os EUA, parceria madura, baseada no interesse recíproco; cooperação com União Européia e seus Estados-Membros; idem com Japão, China, Índia, Rússia e África do Sul.</p> <p>46. Reforço dos profundos laços com o continente africano.</p> <p>47. Busca de maior intercâmbio econômico e multipolaridade na vida internacional.</p> <p>48. Democratização das relações internacionais, sem hegemonias.</p> <p>49. Valorização das organizações multilaterais.</p> <p>50. Participação de países em desenvolvimento no Conselho de Segurança da Onu; cumprimento de suas resoluções do; solução pacífica para conflitos do Oriente Médio.</p> <p>51. Cooperação internacional e multilateralismo para enfrentar o terrorismo e o crime organizado.</p> <p>52. Reforço dos órgãos da Onu para combate às desigualdades e defesa dos direitos humanos.</p>
--	--

<p>desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental.</p> <p>53. Sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta, porque nós somos o novo, somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor, porque se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia das elites, das instituições e até mesmo do Estado.</p> <p>54. É verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional. Crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos.</p> <p>55. Por isso, inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente. Uma política que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs.</p> <p>56. Se conseguirmos voltar a andar em paz em nossas ruas e praças, daremos um extraordinário impulso ao projeto nacional de construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença.</p> <p>57. O Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo. Por isso devemos exigir muito de nós mesmos. Devemos exigir até mais do que pensamos, porque ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História, porque ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera. O Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo; terá de pensar com a sua cabeça; andar com as suas próprias pernas; ouvir o que diz o seu coração. E todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo.</p> <p>58. Cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos</p>	<p>53. O Brasil, com sua configuração, representa o “novo” na civilização.</p> <p>54. Crimes nas grandes cidades se assemelham a uma guerra de todos contra todos: o não-desenvolvimento econômico nos últimos anos quebrou cultura de tolerância da cultura nacional.</p> <p>55. Parceria do Governo Federal com Estados para uma política de segurança eficiente.</p> <p>56. Construir no Brasil um símbolo mundial de tolerância.</p> <p>57. O Brasil, autônomo e com apor próprio, dará uma lição ao mundo.</p> <p>58. O Brasil pode fazer muito</p>
---	--

<p>até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais. Quando olho a minha própria vida de retirante nordestino, de menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos, que se tornou torneiro mecânico e líder sindical, que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores e acreditou no que estava fazendo, que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação, vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais.</p> <p>59. E, para isso, basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer.</p> <p>60. Estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil, não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania, não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres, mas como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença.</p> <p>61. Este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade. Este é o País do novo milênio, pela sua potência agrícola, pela sua estrutura urbana e industrial, por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural, por seu amor à natureza, pela sua criatividade, por sua competência intelectual e científica, por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção, mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo.</p> <p>62. O que nós estamos vivendo hoje neste momento, meus companheiros e minhas companheiras, meus irmãos e minhas irmãs de todo o Brasil, pode ser resumido em poucas palavras: hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo. Agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei. Sou agora o servidor público número um do meu País.</p> <p>63. Peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos. Viva o povo brasileiro!</p> <p>(3.926 palavras)</p>	<p>mais, como o próprio Presidente o fez: de retirante a supremo mandatário.</p> <p>59. Crença em nossa capacidade de fazer.</p> <p>60. Começa hoje um novo capítulo: nação altiva, nobre, sem distinções.</p> <p>61. O Brasil, por seu potencial vai dar um salto de qualidade.</p> <p>62. Hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo.</p> <p>63. Sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar.</p> <p>64. Viva o povo brasileiro!</p>
---	--

Configuração

Estrutura

Composto por 64 parágrafos, o discurso está assim estruturado:

No 1º parágrafo, faz a saudação ao auditório.

Do 2º ao 4º parágrafo, faz uma avaliação das condições que o levaram à presidência: o desejo de mudança.

No 5º ao 6º parágrafo, reafirma os compromissos de campanha.

Do 6º ao 9º parágrafo, ressalta os atenuantes para a mudança.

Do 10º ao 16º parágrafo, faz um balanço dos ciclos econômicos, menciona a persistência da fome, e conclama os brasileiros a enfrentá-la.

Do 17º ao 20º parágrafo, menciona a necessidade da reforma agrária e proteção do patrimônio produtivo brasileiro.

Do 21º ao 26º parágrafo, fala das prioridades econômicas.

Do 27º ao 29º parágrafo, menciona o apoio que recebe de amplos setores.

Do 30º ao 32º parágrafo, enfatiza o combate à corrupção.

Nos 33º e 34º parágrafos, fala da relação com os outros poderes e o que espera do Congresso.

Do 35º ao 38º parágrafo, faz um balanço das potencialidades brasileiras para vencer os desafios.

Do 39º ao 52º parágrafo, fala da posição do Brasil na política externa.

Do 53º ao 58º parágrafo, fala das contribuições que o Brasil pode dar ao mundo.

Do 58º ao 62º parágrafo, volta a falar das potencialidades do Brasil.

Nos 63º e 64º parágrafos, faz as conclamações finais e apelos.

Tipificação do discurso

É um discurso do tipo deliberativo, no qual o orador atribui à audiência bastante poder; com ela busca se identificar para o cumprimento dos propósitos comuns. Isso é feito ao longo de todo o discurso, em todas as partes. Nas conclamações, corre o risco de perder credibilidade ao deixar de alinhar programas concretos, mas não perde o caráter deliberativo, uma vez que chama o auditório a realizar com ele as proposições.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios

– Exmos. Srs. Chefes de Estado e de Governo; senhoras e senhores; visitantes e chefes das missões especiais estrangeiras; Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Ramez Tebet; Exmo. Sr. Vice-Presidente da República José Alencar; Exmo. Sr. Presidente

da Câmara dos Deputados, Deputado Efraim Morais, Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello; Sras. e Srs. Ministros e Ministras de Estado; Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores presentes a este ato de posse (1)

Avaliação: O orador é formal e incluyente: abrange todos os presentes, começando pelos representantes de outros países, passando pelos outros chefes de poderes, até chegar aos “senhoras e senhores”. Essa é uma atitude, no mínimo, elegante.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos

- esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego e fome (3)
- fracasso de uma cultura do individualismo, egoísmo, indiferença perante o próximo, desintegração das famílias e das comunidades (3)
- ameaças à soberania nacional (4)
- precariedade avassaladora da segurança pública (4)
- desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens (4)
- impasse econômico, social e moral do País (4)
- [no entanto], milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer (12)
- sobrevivem [milhões de brasileiros] milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão (12)
- Mercosul enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração (41)
- vários dos nossos vizinhos [da América do Sul] vivem hoje situações difíceis (43)
- é verdade que a deterioração dos laços sociais no Brasil nas últimas duas décadas decorrentes de políticas econômicas que não favoreceram o crescimento trouxe uma nuvem ameaçadora ao padrão tolerante da cultura nacional (54)
- crimes hediondos, massacres e linchamentos crispam o País e fizeram do cotidiano, sobretudo nas grandes cidades, uma experiência próxima da guerra de todos contra todos (54)

Avaliação: O orador se refere a situações (fome, massacres, Mercosul enfraquecido) ou processos (desintegração das famílias...), mas sem atribuir tais situações ou processos a agentes identificáveis. Ou atribui a responsabilidade a uma “situação”, como em: [o] esgotamento de um modelo (...) produziu estagnação, desemprego e fome. Essa estratégia, por um lado, pode significar que o presidente não quer se “indispor” ou “eleger”, pela nomeação, as pessoas ou instituições a quem atribui a responsabilidade por tais conseqüências danosas. Esse procedimento é comum no momento em que o vencedor pode ser altaneiro e não fazer acusações a ninguém. Ele pode buscar a pacificação, o que ficaria difícil se denominasse quem são esses agentes. Por outro lado, ao não nomear os responsáveis pelas situações de perigo ou pelos processos danosos, perde a oportunidade de se afirmar contra eles. Nos discursos, a omissão da agência (responsabilidade) pode servir

para ocultar uma luta existente ou potencial.

III. Advertências

- se queremos transformá-lo [o Brasil], (...), teremos de exercer quotidianamente duas virtudes: a paciência e a perseverança (7)
- teremos que manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais, para que elas possam ser atendidas no ritmo adequado e no momento justo (8)
- teremos que pisar na estrada com os olhos abertos e caminhar com os passos pensados, precisos e sólidos, pelo simples motivo de que ninguém pode colher os frutos antes de plantar as árvores (8)
- mas esse projeto [de revitalização do Mercosul] repousa em alicerces econômico-comerciais que precisam ser urgentemente reparados e reforçados (42)

Avaliação: Preponderantemente, as advertências apontam para a moderação. No contexto, isso se explica pela grande expectativa gerada com a eleição. “Frear” os ânimos é uma estratégia do orador para retardar as cobranças sobre si mesmo. Reforça a idéia de “pacificação” já iniciada na não menção a inimigos e opositores explícitos. Essas advertências são “inclusivas” isto é, incluem o orador e todos os que o apóiam. O tom imperativo (teremos) não deixa dúvidas de que o orador faz repousar grande força nesse apelo que é, ao mesmo tempo, uma ordem.

IV. Manifestação de regozijo, apoio

- o Brasil é um País imenso, um continente de alta complexidade humana, ecológica e social, com quase 175 milhões de habitantes (7)
- este é um País extraordinário (10)
- da Amazônia ao Rio Grande do Sul, em meio a populações praieiras, sertanejas e ribeirinhas, o que vejo em todo lugar é um povo maduro, calejado e otimista (10)
- um povo que não deixa nunca de ser novo e jovem, um povo que sabe o que é sofrer, mas sabe também o que é alegria, que confia em si mesmo em suas próprias forças (10)
- o povo brasileiro, tanto em sua história mais antiga, quanto na mais recente, tem dado provas incontestáveis de sua grandeza e generosidade, provas de sua capacidade de mobilizar a energia nacional em grandes momentos cívicos (11)
- essa é uma causa [combate à fome] que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia (16)
- [acesso à terra] para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade (19)
- nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao

agronegócio, são, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social (19)

- temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos (19)
- [porque] as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano (19)
- hoje, tantas e tantas áreas do País estão devidamente ocupadas (20)
- as plantações espalham-se a perder de vista (20)
- há locais em que alcançamos produtividade maior do que a da Austrália e a dos Estados Unidos (20)
- temos que cuidar bem – muito bem – deste imenso patrimônio produtivo brasileiro (20)
- quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho (21)
- [estamos em] um momento raro da vida de um povo (27)
- o empresariado, os partidos políticos, as Forças Armadas e os trabalhadores estão unidos (27)
- os homens, as mulheres, os mais velhos, os mais jovens, estão irmanados em um mesmo propósito de contribuir para que o País cumpra o seu destino histórico de prosperidade e justiça (27)
- trata-se de uma poderosa energia solidária que a nossa campanha despertou e que não podemos e não vamos desperdiçar (28)
- uma energia ético-política extraordinária que nos empenharemos para que se encontre canais de expressão em nosso Governo (28)
- o Brasil é grande (37)
- [apesar de todas as crueldades e discriminações, especialmente contra as comunidades indígenas e negras, e de todas as desigualdades e dores que não devemos esquecer jamais], o povo brasileiro realizou uma obra de resistência e construção nacional admirável (37)
- [o povo brasileiro] construiu, ao longo do século, uma nação plural, diversificada, contraditória até, mas que se entende de uma ponta a outra do Território (37)
- dos encantados da Amazônia aos orixás da Bahia; do frevo pernambucano às escolas de samba do Rio de Janeiro; dos tambores do Maranhão ao barroco mineiro; da arquitetura de Brasília à música sertaneja (37)
- [o Brasil] estendendo o arco de sua multiplicidade nas culturas de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Região Centro-Oeste (37)
- esta é uma nação que fala a mesma língua, partilha os mesmos valores fundamentais, se sente que é brasileira (37)
- [o Brasil] onde a mestiçagem e o sincretismo se impuseram, dando uma contribuição original ao mundo (38)
- [o Brasil] onde judeus e árabes conversam sem medo (38)
- [o Brasil] onde toda migração é bem-vinda, porque (...) cada migrante se transforma em mais um brasileiro (38)
- esta Nação que se criou sob o céu tropical tem que dizer a que veio (39)
- [esta Nação] internamente, fazendo justiça à luta pela sobrevivência em que seus filhos se acham engajados (39)
- externamente, afirmando a sua presença soberana e criativa no mundo (39)
- [porque] nós somos o novo (53)
- somos a novidade de uma civilização que se desenhou sem temor (53)
- [a nação] se desenhou no corpo, na alma e no coração do povo, muitas vezes, à revelia

- das elites, das instituições e até mesmo do Estado (53)
- construir, neste rincão da América, um bastião mundial da tolerância, do pluralismo democrático e do convívio respeitoso com a diferença (56)
 - o Brasil pode dar muito a si mesmo e ao mundo (57)
 - todos vamos ter de aprender a amar com intensidade ainda maior o nosso País, amar a nossa bandeira, amar a nossa luta, amar o nosso povo (57)
 - cada um de nós, brasileiros, sabe que o que fizemos até hoje não foi pouco, mas sabe também que podemos fazer muito mais (58)
 - basta acreditar em nós mesmos, em nossa força, em nossa capacidade de criar e em nossa disposição para fazer (59)
 - estamos começando hoje um novo capítulo na História do Brasil (60)
 - [novo capítulo na História do Brasil] como nação altiva, nobre, afirmando-se corajosamente no mundo como nação de todos, sem distinção de classe, etnia, sexo e crença (60)
 - este é um país que pode dar, e vai dar, um verdadeiro salto de qualidade (61)
 - este é o País do novo milênio (61)
 - pela sua potência agrícola
 - pela sua estrutura urbana e industrial
 - por sua fantástica biodiversidade, por sua riqueza cultural
 - por seu amor à natureza
 - pela sua criatividade
 - por sua competência intelectual e científica
 - por seu calor humano, pelo seu amor ao novo e à invenção
 - mas sobretudo pelos dons e poderes do seu povo

Avaliação: O grande objeto de exaltação é o “Brasil”, mencionado e seus correspondentes, “nação” e “País.. E esse “Brasil” e essa “nação” são melhor configuradas no “povo” ou “povo brasileiro” ou “brasileiros”. Em outras passagens, descreve a riqueza geográfica do Brasil, ou as qualidades (tolerância) de seu povo. Inclui todos: gêneros, etnias, faixas etárias, condição de nacionalidade. Não deixa de dar ênfase à produção, principalmente no que esta representa no cenário mundial. Pela extensão que essas menções assumem em todo o discurso, o orador revela que, de fato, esse é seu arco de alianças (totalizante e não excludente). É uma estratégia apropriada para configurar o auditório, ampliando-o o máximo possível. Serve, como outros segmentos, para elaborar a idéia de participação de todos e de pacificação, e para reduzir (reais ou potenciais) conflitos.

V. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- mudar tendo consciência de que a mudança é um processo gradativo e continuado, não um simples ato de vontade, não um arroubo voluntarista (6)
- mudança por meio do diálogo e da negociação, sem atropelos ou precipitações (6)
- não podemos deixá-lo [o Brasil] seguir à deriva, ao sabor dos ventos, carente de um verdadeiro projeto de desenvolvimento nacional e de um planejamento de fato estratégico

(7)

- [num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar], não deveria haver razão alguma para se falar em fome (12)
- o Brasil conheceu a riqueza dos engenhos e das plantações de cana-de-açúcar nos primeiros tempos coloniais, mas não venceu a fome (13)
- [o Brasil] proclamou a independência nacional e aboliu a escravidão, mas não venceu a fome (13)
- [o Brasil] conheceu a riqueza das jazidas de ouro, em Minas Gerais, e da produção de café, no Vale do Paraíba, mas não venceu a fome (13)
- [o Brasil] industrializou-se e forjou um notável e diversificado parque produtivo, mas não venceu a fome (13)
- isso [a prevalência da fome] não pode continuar assim (13)
- faremos isso [a reforma agrária] sem afetar de modo algum as terras que produzem (19)
- não permitiremos que a corrupção, a sonegação e o desperdício continuem privando a população de recursos que são seus e que tanto poderiam ajudar na sua dura luta pela sobrevivência (31)
- e acreditem, acreditem mesmo, não pretendo desperdiçar essa oportunidade conquistada com a luta de muitos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras (32)
- de pouco valerá participarmos de esforço tão amplo e em tantas frentes se daí não decorrerem benefícios diretos para o nosso povo (40)
- [porque] ainda não nos expressamos por inteiro na nossa História (57)
- [porque] ainda não cumprimos a grande missão planetária que nos espera (57)
- [novo capítulo na História do Brasil] não como nação submissa, abrindo mão de sua soberania (60)
- [novo capítulo na História do Brasil] não como nação injusta, assistindo passivamente ao sofrimento dos mais pobres (60)

Avaliação: As negativas, neste contexto, são empregadas principalmente para projetar a mudança. Servem, por exemplo, para narrar fatos passados em que se esperava que uma mudança ocorresse (superação da fome, p. ex.), motivado por causas conhecidas (riqueza dos engenhos de açúcar), mas em que o esperado não ocorreu. As negativas servem, também, para alimentar a idéia de prudência nas mudanças que se pretende fazer (sem atropelos e precipitações). Esse recurso é muito potente para refutar os pressupostos, isto é: elas trazem para o discurso do orador aquilo que os opositores ou o senso comum acredita ou prevê; e, simultaneamente, nega a tese oposta. Esse é um recurso argumentativo poderoso, do qual este orador se vale com frequência.

b) Afirmativas enfáticas

- "mudança"; esta é a palavra chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro (2)
- a esperança finalmente venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos (2)
- (...) a sociedade brasileira escolheu mudar e começou, ela mesma, a promover a mudança necessária (4)
- vamos mudar, sim (6)

- mudar com coragem e cuidado, humildade e ousadia (6)
- [mas] começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos (9)
- creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor (10)
- [creio... porque] a nossa força é maior do que a nossa miséria (10)
- [creio... porque] a nossa esperança é maior do que o nosso medo (10)
- enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha (14)
- em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana (16)
- é absolutamente necessário que o País volte a crescer, gerando empregos e distribuindo renda (20)
- disse e repito: criar empregos será a minha obsessão (21)
- trabalharemos para superar nossas vulnerabilidades atuais e criar condições macroeconômicas favoráveis à retomada do crescimento sustentado para a qual a estabilidade e a gestão responsável das finanças públicas são valores essenciais (21)
- [além de] travar combate implacável à inflação (22)
- precisaremos exportar mais, agregando valor aos nossos produtos e atuando, com energia e criatividade, nos solos internacionais do comércio globalizado (22)
- é necessário incrementar – e muito – o mercado interno, fortalecendo as pequenas e microempresas (23)
- é necessário também investir em capacitação tecnológica e infra-estrutura voltada para o escoamento da produção (23)
- [estabelecer] uma aliança (...) de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social (24)
- O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer (25)
- o combate à corrupção e a defesa da ética no trato da coisa pública serão objetivos centrais e permanentes do meu Governo (30)
- é preciso enfrentar com determinação e derrotar a verdadeira cultura da impunidade que prevalece em certos setores da vida pública (30)
- ser honesto é mais do que apenas não roubar e não deixar roubar (32)
- estou convencido de que temos, dessa forma [combate à corrupção], uma chance única de superar os principais entraves ao desenvolvimento sustentado do País (32)
- em meu Governo, o Brasil vai estar no centro de todas as atenções (35)
- o Brasil precisa fazer em todos os domínios um mergulho para dentro de si mesmo, de forma a criar forças que lhe permitam ampliar o seu horizonte (35)
- Fazer esse mergulho não significa fechar as portas e janelas ao mundo (35)
- o Brasil pode e deve ter um projeto de desenvolvimento que seja ao mesmo tempo nacional e universalista (35)
- a riqueza que conta é aquela gerada por nossas próprias mãos, produzida por nossas máquinas, pela nossa inteligência e pelo nosso suor (36)
- as negociações comerciais são hoje de importância vital (40)
- essencial em todos esses foros é preservar os espaços de flexibilidade para nossas

políticas de desenvolvimento nos campos social e regional, de meio ambiente, agrícola, industrial e tecnológico (40)

– o MERCOSUL, assim como a integração da América do Sul em seu conjunto, é sobretudo um projeto político (41)

– a democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada Estado (48)

– as resoluções do Conselho de Segurança devem ser fielmente cumpridas (50)

– Crises internacionais como a do Oriente Médio devem ser resolvidas por meios pacíficos e pela negociação (50)

– sim, temos uma mensagem a dar ao mundo: temos de colocar nosso projeto nacional democraticamente em diálogo aberto, como as demais nações do planeta (53)

– devemos exigir muito de nós mesmos (57)

– devemos exigir até mais do que pensamos (57)

– o Brasil, nesta nova empreitada histórica, social, cultural e econômica, terá de contar, sobretudo, consigo mesmo (57)

– [o Brasil] terá de pensar com a sua cabeça (57)

– [o Brasil terá de] andar com as suas próprias pernas (57)

– [o Brasil terá de] ouvir o que diz o seu coração (57)

– hoje é o dia do reencontro do Brasil consigo mesmo (62)

– viva o povo brasileiro! (63)

Avaliação: As afirmativas enfáticas revelam a disposição de ânimo do orador. Neste caso, estão cheias de imperativos categóricos, localizados nas expressões iniciadas por “ter de”, “dever ser/ devemos”, “é preciso”. No contexto, reforçam as idéias de um Brasil poderoso, já bastante explicitadas nos trechos de regozijo; alimentam a idéia de mudança, como já visto nas negativas enfáticas. O que representam esses imperativos categóricos? Por um lado, podem significar, sim, grande autoridade do orador, pois ele se acha no direito de “ordenar” que “x deve ser y”, ou seja, que haja uma mudança na realidade. Por outro lado, pode significar uma força adquirida com o papel de líder. A um líder é lícito “convocar”, clamar os seus para a realização de uma tarefa. Neste contexto, a segunda hipótese é a mais provável. De todo o modo, é um recurso que reforça a persuasão, porque invoca a audiência a participar da mudança.

c) Identidade do orador

– foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar (5)

– este foi o sentido [para mudar} de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar (5)

– eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós (5)

– [eu estou aqui] para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais (5)

– [eu estou aqui] para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha (5)

– [eu estou aqui] para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática (5)

- [eu estou aqui] para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos (5)
- se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida (15)
- [estamos em] um momento em que o Presidente da República tem consigo, ao seu lado, a vontade nacional (27)
- além do apoio da imensa maioria das organizações e dos movimentos sociais, contamos também com a adesão entusiasmada de milhões de brasileiros e brasileiras que querem participar dessa cruzada pela retomada pelo crescimento contra a fome, o desemprego e a desigualdade social (28)
- trabalharemos em equipe, sem personalismo, pelo bem do Brasil e vamos adotar um novo estilo de Governo com absoluta transparência e permanente estímulo à participação popular (29)
- eu, que tive a honra de ser Parlamentar desta Casa, espero contar com a contribuição do Congresso Nacional no debate criterioso e na viabilização das reformas estruturais de que o País demanda de todos nós (34)
- quando olho a minha própria vida de retirante nordestino (58)
- menino que vendia amendoim e laranja no cais de Santos (58)
- [retirante nordestino...] que se tornou torneiro mecânico e líder sindical (58)
- [retirante nordestino...], que um dia fundou o Partido dos Trabalhadores (58)
- [retirante nordestino...] que acreditou no que estava fazendo (58)
- [retirante nordestino...] que agora assume o posto de Supremo Mandatário da Nação (58)
- vejo e sei, com toda a clareza e com toda a convicção, que nós podemos muito mais (58)
- agradeço a Deus por chegar até aonde cheguei (62)
- sou agora o servidor público número um do meu País (62)

Avaliação: O orador procura configurar para si uma imagem positiva, com base na própria história de superação de dificuldades (de migrante a supremo mandatário) e também no apoio recebido. Procura, além do mais, fundir-se com a audiência (todos os brasileiros) e com o próprio País, pois todos esses atores precisam superar as dificuldades. Essa configuração é marcada pelo tom emotivo e reforça as idéias já expressas nos elogios e regozijos.

VI. Proposições e conclamações (o que fará, com o que se compromete)

- [e] eu desejo, antes de qualquer outra coisa, convocar o meu povo, justamente para um grande mutirão cívico, para um mutirão nacional contra a fome (11)
- defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de "Fome Zero" (14)
- é por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País (16)
- transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a

- criação da Petrobras e a memorável luta pela redemocratização do País (16)
- será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada (17)
 - vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar (18)
 - vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária (19)
 - A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes (19)
 - [sementes] que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica (19)
 - vamos dar ênfase especial ao Projeto Primeiro Emprego (21)
 - carecemos de um autêntico pacto social pelas mudanças e de
 - o Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que pretendo instalar já a partir de janeiro (26)
 - sob a minha liderança o Poder Executivo manterá uma relação construtiva e fraterna com os outros Poderes da República, respeitando exemplarmente a sua independência e o exercício de suas altas funções constitucionais (33)
 - o ponto principal do modelo (...) é a ampliação da poupança interna e da nossa capacidade própria de investimento (35)
 - o Brasil necessita valorizar o seu capital humano investindo em conhecimento e tecnologia (35)
 - sobretudo vamos produzir (36)
 - nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas (39)
 - no meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional (39)
 - o relacionamento externo do Brasil deverá contribuir para a melhoria das condições de vida da mulher e do homem brasileiros, elevando os níveis de renda e gerando empregos dignos (39)
 - em relação à ALCA, nos entendimentos entre o Mercosul e a União Européia, que na Organização Mundial do Comércio, o Brasil combaterá o protecionismo (40)
 - lutará pela eliminação [do protecionismo] e tratará de obter regras mais justas e adequadas à nossa condição de País em desenvolvimento (40)
 - buscaremos eliminar os escandalosos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos que prejudicam os nossos produtores privando-os de suas vantagens comparativas (40)
 - com igual empenho, esforçaremos-nos para remover os injustificáveis obstáculos às exportações de produtos industriais (40)
 - a grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social (41)
 - ação decidida de revitalização do Mercosul, enfraquecido pelas crises de cada um de seus membros e por visões muitas vezes estreitas e egoístas do significado da integração (41)
 - cuidaremos também das dimensões social, cultural e científico-tecnológica do processo de integração (43)
 - estimularemos empreendimentos conjuntos e fomentaremos um vivo intercâmbio intelectual e artístico entre os países sul-americanos (43)
 - apoiaremos os arranjos institucionais necessários, para que possa florescer uma

verdadeira identidade do MERCOSUL e da América do Sul (43)

– contribuiremos, desde que chamados e na medida de nossas possibilidades, para encontrar soluções pacíficas para tais crises [dos países vizinhos], com base no diálogo, nos preceitos democráticos e nas normas constitucionais de cada país (43)

– procuraremos ter com os Estados Unidos da América uma parceria madura, com base no interesse recíproco e no respeito mútuo (45)

– trataremos de fortalecer o entendimento e a cooperação com a União Européia e os seus Estados-Membros (45)

– [entendimento] com outros importantes países desenvolvidos, a exemplo do Japão (45)

– aprofundaremos as relações com grandes nações em desenvolvimento: a China, a Índia, a Rússia, a África do Sul, entre outros (45)

– reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano (46)

– visamos [não só] a explorar os benefícios potenciais de um maior intercâmbio econômico e de uma presença maior do Brasil no mercado internacional (47)

– [visamos] a estimular os incipientes elementos de multipolaridade da vida internacional contemporânea (47)

– vamos valorizar as organizações multilaterais, em especial as Nações Unidas, a quem cabe a primazia na preservação da paz e da segurança internacionais (49)

– defenderemos um Conselho de Segurança reformado, representativo da realidade contemporânea com países desenvolvidos e em desenvolvimento das várias regiões do mundo entre os seus membros permanentes (50)

– enfrentaremos os desafios da hora atual como o terrorismo e o crime organizado, valendo-nos da cooperação internacional e com base nos princípios do multilateralismo e do Direito Internacional (51)

– apoiaremos os esforços para tornar a ONU e suas agências instrumentos ágeis e eficazes da promoção do desenvolvimento social e econômico do combate à pobreza, às desigualdades e a todas as formas de discriminação da defesa dos direitos humanos e da preservação do meio ambiental (52)

– inicio este mandato com a firme decisão de colocar o Governo Federal em parceria com os Estados a serviço de uma política de segurança pública muito mais vigorosa e eficiente (55)

– uma política [de segurança pública] que, combinada com ações de saúde, educação, entre outras, seja capaz de prevenir a violência, reprimir a criminalidade e restabelecer a segurança dos cidadãos e cidadãs (55)

– peço a Deus sabedoria para governar, discernimento para julgar, serenidade para administrar, coragem para decidir e um coração do tamanho do Brasil para me sentir unido a cada cidadão e cidadã deste País no dia a dia dos próximos quatro anos (63)

Avaliação: As proposições e conclamações são superiores a 40, um número bastante expressivo. No que diz respeito à abrangência, igualmente, pois vai de programas específicos (fome zero) a atitudes perante outros países (da América do Sul) e organismos mundiais. Podemos avaliar, igualmente, o grau de comprometimento do orador com tais proposições. Esse grau pode ser medido pelas menções à própria pessoa, seja com o verbo

na primeira do singular ou de pronomes possessivos; ou da primeira pessoa no plural. São 7 as menções do primeiro caso, em que o orador se coloca na primeira pessoa do singular, bem menos que as de emprego do verbo na primeira do plural, que ocorre 19 vezes, com locuções verbais em que se inclui o “vamos” e as formas no futuro do tipo “apoiaremos”. De todo o modo, o orador se coloca pessoalmente na maior parte das proposições. As formas impessoais (do tipo “o Brasil apoiará”) aparecem 12 vezes. Nessas, a agência recai sobre agentes como “o Brasil”, “o governo” ou “a ação diplomática”. Pode-se vislumbrar que, em tais proposições, o comprometimento seria mais vago.

O comprometimento também pode ser medido pelo grau de “concretude” das ações anunciadas, isto é, tais ações são anunciadas por verbos ou substantivos cuja execução é observável? São três as conformações que assumem as proposições: a) expressões vinculadas a processos mentais ou verbais; b) expressões vinculadas a “intenções de fazer”; c) expressões vinculadas a processos que dependem de outros para serem concretizados. No primeiro grupo (processos mentais/verbais) encontramos, por exemplo, defini, desejo, convocar, conclamo, carecemos, necessita, reafirmamos, peço. Essas expressões, centrais nas frases em que estão localizadas, não permitem que se observe o resultado delas; ou seja, ou se crê no orador, ou não se crê. No segundo grupo (intenção de fazer), encontramos expressões como transformemos, [nossa política externa] refletirá; deverá contribuir; vamos dar [ênfase]; pretendo instalar; buscaremos eliminar; esforçaremos-nos; será a construção; visamos [a estimular, a explorar], vamos valorizar; colocar o governo [em parceria]; [política de segurança que] seja capaz de reprimir. Igualmente centrais nas orações de que fazem parte, essas expressões não podem ser considerados “de ação”, ou seja, se levadas a cabo, não têm um produto observável como resultado. No terceiro grupo (processos que dependem de outros para serem concretizados), encontramos termos como: vamos incrementar, [o Brasil] combaterá, revitalização, cuidaremos, procuraremos, estimularemos, apoiaremos, contribuiremos, trataremos de fortalecer, aprofundaremos, defenderemos, enfrentaremos, vamos garantir. Ainda aqui, as expressões não permitem que se apure o resultado delas, se concretizadas. A interpretação dessas escolhas vai em duas direções: na primeira, identifica-se compromissos com objetivos a serem concretizados, uma vez que, no discurso de posse, o presidente se compromete com grandes linhas de ação. Desse ponto de vista, são as escolhas corretas para um discurso deliberativo. A segunda interpretação, em oposição a esta, leva-nos a identificar o baixo compromisso com ações concretas, observáveis, passíveis de cobrança. Dessa maneira, o discurso em si não é suficiente para fornecer a interpretação final, o que só será possível com os desdobramentos. Mas do ponto de vista retórico, isto é, da boa argumentação, são escolhas que refletem a busca da adesão para os propósitos do orador.

Avaliação geral

Trata-se de um discurso do tipo deliberativo, em que o orador utiliza boa parte da fala para “configurar” o auditório, valorizando-lhe, exaltando-o para, em seguida, buscar desse o apoio tanto para as mudanças quanto a tolerância para os impasses. De si, o orador constrói uma figura que, simultaneamente, identifica-se com o auditório e com o próprio país: o passado desses atores é semelhante, assim como deverão ser as atitudes, para o “dever ser” pretendido. Nas proposições, embora não revelem resultados observáveis, são

aceitáveis no contexto de quem está verdadeiramente conclamando os outros para uma tarefa, mais que atribuindo a si a responsabilidade para realizá-las. Para um discurso deliberativo, é uma boa estratégia.

Radiografia

É um discursos do tipo deliberativo, no qual o orador atribui à audiência bastante poder; com ela busca se identificar para o cumprimento dos propósitos comuns. Nas **Cortesias, agradecimentos, elogios**, o revela-se atitude propensa à inclusão, o que é, no mínimo, elegante. Na **Menção a problemas, perigos, inimigos**, refere-se a situações ou processos mas sem identificar agentes responsáveis, estratégia que, por um lado, pode significar que o presidente não quer se “indispor” com parte da audiência. Esse procedimento é comum no momento em que o vencedor pode ser altaneiro e não fazer acusações a ninguém. Nas **Advertências**, aponta para a necessidade de moderação. No contexto, isso se explica pela grande expectativa gerada com a eleição. Nas **Manifestação de regozijo, apoio**, o grande objeto de exaltação é o “Brasil” (“nação”, “País), uma estratégia apropriada para configurar o auditório, ampliando-o o máximo possível. Serve, como outros segmentos, para elaborar a idéia de participação de todos e de pacificação, e para reduzir (reais ou potenciais) conflitos. Nas **Negativas enfáticas**, projeta a mudança e também para alimentar a idéia de prudência nas mudanças que se pretende. Igualmente, nas **Afirmativas enfáticas**, há muitos imperativos categóricos, o que, por um lado, pode significar tanto a grande autoridade do orador quanto pode significar uma força adquirida com o papel de líder, pois a um líder é lícito “convocar”, clamar os seus para a realização de uma tarefa. Na **Identidade do orador**, procura configurar para si uma imagem positiva, com base na própria história de superação de dificuldades (de migrante a supremo mandatário) e também no apoio recebido. Procura, além do mais, fundir-se com a audiência (todos os brasileiros) e com o próprio País, pois todos esses atores precisam superar as dificuldades. Nas **Proposições e conclamações**, predominantemente escolhe expressões verbais das quais não se pode observar facilmente os resultados, o que, do ponto de vista retórico, isto é, da boa argumentação, são escolhas que refletem a busca da adesão para os propósitos do orador.

Os Presidentes e os discursos analisados neste livro

Uma consulta à relação dos Presidentes do Brasil (<https://www.planalto.gov.br/>) nos revela uma lista de 43 nomes – ou trinca de nomes, nos casos de juntas governativas. Desse conjunto, foram selecionados 31 discursos de posse. Não foram localizados ou não analisados os discursos de interinos ou vices que tenham assumido em função da excepcionalidade e que, portanto, não se revestem das características adotadas neste livro, quais sejam, a de configurar uma “inauguração”, representada pela posse. Até mesmo porque muitas dessas posses de interinos terão sido mais formais, isto é, apenas para cumprir requisitos legais.

Por não haver feito pronunciamento na posse, a análise não foi possível no caso de Delfim Moreira (15/11/1918 a 27/07/1919) (Presidentes do Brasil, p. 211), ainda que este tenha assumido o cargo na “inauguração” do governo, no lugar do titular eleito – Rodrigues Alves, na segunda eleição –, impedido de assumir por doença.

Rodrigues Alves, Júlio Prestes e Tancredo Neves são três presidentes eleitos, mas que não chegaram a assumir. O primeiro e o terceiro em função de doença que os impediu de tomar posse; o segundo, em função da tomada do poder pela Revolução de 30. Mas Tancredo Neves, mesmo assim, de algum modo está contemplado, pois tem seu discurso lido pelo Vice-Presidente com ele eleito, José Sarney. Já este é considerado em dois discursos. O primeiro, analisado, é o que profere em substituição a Tancredo. O segundo, não analisado mas constante deste livro, é o que considera como sendo o “seu” discurso de posse.

	Presidente	Data de posse	Término do governo
1.	Deodoro da Fonseca	15/ 11/1889 (Governo provisório)	25/02/1891
		25/02/1891 (Governo Constitucional)	23/11/1891

2.	Floriano Peixoto	23/11/1891	15/11/1894
3.	Prudente de Moraes	15/11/1894	15/11/1898
4.	Campos Salles	15/11/1898	15/11/1902
5.	Rodrigues Alves	15/11/1902	15/11/1906
6.	Afonso Penna	15/11/1906	14/06/1909
7.	Nilo Peçanha ⁸	14/06/1909	15/11/1910
8.	Hermes da Fonseca	15/11/1910	15/11/1914
9.	Wenceslau Braz	15/11/1914	15/11/1918
10.	Rodrigues Alves ⁹		
11.	Delfim Moreira ¹⁰	15/11/1918	28/07/1919
12.	Epitácio Pessoa	28/07/1919	15/11/1922
13.	Arthur Bernardes	15/11/1922	15/11/1926
14.	Washington Luís	15/11/1926	24/10/1930
15.	Júlio Prestes ¹¹		
16.	Menna Barreto; Isaias de Noronha; Augusto Fragoso ¹²	24/10/1930	03/11/1930
17.	Getúlio Dorneles Vargas	03/11/1930	20/07/1934
18.	Getúlio Dorneles Vargas	20/07/1934	10/11/1937
19.	Getúlio Dorneles Vargas	10/11/1937	29/10/1945
20.	José Linhares ¹³	29/10/1945	31/01/1946
21.	Eurico Gaspar Dutra	31/01/1946	31/01/1951
22.	Getúlio Dorneles Vargas	31/01/1951	24/08/1954
23.	João Café Filho ¹⁴	24/08/1954	08/11/1955
24.	Carlos Luz ¹⁵	08/11/1955	11/11/1955
25.	Nereu de O. Ramos ¹⁶	11/11/1955	31/01/1956
26.	Juscelino Kubitschek de Oliveira	31/01/1956	31/01/1961
27.	Jânio Quadros	31/01/1961	25/08/1961
28.	Paschoal Ranieri Mazzili ¹⁷	25/08/1961	08/09/1961

⁸ Vice-Presidente de Afonso Pena, que assume com a morte deste.

⁹ Não chega a assumir, em virtude de doença, da qual vem a falecer.

¹⁰ Sem discurso de posse. Trata-se de Vice-Presidente, que assume com a doença de Rodrigues Alves, que veio a falecer em 16/01/1919. Com a morte do titular, Delfim Moreira assume a titularidade até a eleição do novo presidente, em 1919.

¹¹ Eleito, não chega a assumir, em virtude da Revolução de 30.

¹² Membros da Junta Governativa, até que Getúlio assumia.

¹³ Presidente do Supremo, que assume com a renúncia de Getúlio Vargas, em 1945.

¹⁴ Vice-Presidente, que assume com a morte de Getúlio.

¹⁵ Presidente de Câmara, assume durante licença médica de Café Filho.

¹⁶ Primeiro Vice-Presidente do Senado, que assume na crise da iminência de um golpe para impedir a posse de JK.

¹⁷ Presidente da Câmara, que assume após a renúncia de Jânio Quadros.

29.	João Goulart	08/09/1961	24/01/1963
30.	Paschoal Ranieri Mazzili ¹⁸	02/04/1964	15/04/1964
31.	Castello Branco	15/04/1964	15/03/1967
32.	Arthur da Costa e Silva	15/03/1967	31/08/1969
33.	Aurélio Lyra; Augusto Rademaker; Márcio Melo ¹⁹	31/08/1969	30/10/1969
34.	Emílio Garrastazu Médici	30/10/1969	15/03/1974
35.	Ernesto Geisel	15/03/1974	15/03/1979
36.	João Baptista de Oliveira Figueiredo	15/03/1979	15/03/1985
37.	Tancredo de Almeida Neves ²⁰		
38.	José Sarney ²¹	15/03/1985	15/03 1990
39.	Fernando Collor de Melo	15/03/1990	02/10/1992
40.	Itamar Franco	02/10/1992	1º/01/1995
41.	Fernando Henrique Cardoso	1º/01/1995	1º/01/1999
42.	Fernando Henrique Cardoso	1º/01/1999	31/12/2002
43.	Luís Inácio Lula da Silva	1º/01/2003	

¹⁸ Nova assunção de Ranieri Mazzili, pela deposição de João Goulart.

¹⁹ Junta militar, que assume na doença de Costa e Silva.

²⁰ Não chega a assumir.

²¹ Embora tenha lido o discurso que Tancredo preparara para a posse dos ministros, considera que “seu” discurso de posse é o que profere em 22 de julho de 1985.

Agradecimentos

Ao Mário Rosa que, com sua inventividade, conjurou este estudo antes de ele se transformar, agora, em livro.

Ao Omar Abbud, pela disponibilidade para opinar sobre o texto, em sua fase de elaboração.

À Consultoria Legislativa do Senado Federal, pela convivência-de-aprendizado com colegas e amigos, especialmente a Sérgio Penna, Ana Luíza, Edilenice Lima Passos, Paulo Chaves, e Antônio Olímpio.

À Mariinha – Maria N. de Oliveira Silva – pelo empenho na localização de discursos conservados em microfilmes e livros da Biblioteca do Senado Federal.

Aos amigos e amigas que me ajudaram a transformar escrita-no-papel em bytes, especialmente Idelma, Carlão, Elidônio, Altay Figueiredo, João Cândido, Martha Damasceno, Vanda Wolney, Josué Rocha, Tânia Monte e Tânia Povoá.

À Profa. Christina Diniz, da UnB, com quem colhi ao longo de alguns anos de estudo a experiência com o trato da análise de discurso.

Aos alunos e alunas dos muitos cursos de redação argumentativa, com quem aprendi a aprender as artes da retórica.

À Marilda, pelos comentários, torcida, carinho e revisões de vez em sempre.

Bibliografia

O ÁLBUM dos presidentes: a história vista pelo JB. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1989. 98 p. il.

ALVES, Rodrigues. Afirmção constitucional. **Annaes do Senado**, v. 3, p. 105, nov. 1902.

_____. Manifesto inaugural á nação. **Correio da Manhã**, a. 2, n. 521, 16 nov. 1902.

_____. Manifesto inaugural de Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente eleito para o quadriênio de 1902 a 1906. **Diario Oficial dos Estados Unidos do Brazil**, a. 41, n. 269, 16 nov. 1902.

AMARAL, Antônio Barreto do. **Prudente de Moraes**: uma vida marcada. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, 1971. 400 p., il.

ANDRADE, Oswald. Manifesto antropófago. **Revista de Antropofagia**, v. 1, n. 1 maio 1928.

_____. Manifesto da poesia Pau-Brasil. **Correio da Manhã**, 18 mar. 1924.

ASSIS Chateaubriand. Disponível em:

<http://www.geocities.com/marenostrum_br/chateaubriand.htm>. Acesso em: 08 dez 2002.

BADARÓ, Murilo. [Comenta discurso pronunciado pelo General João Baptista Figueiredo, no dia de sua posse no cargo de Presidente da República]. **Diário do Congresso Nacional**, p. 323-324, 21 mar. 1979.

BRAZ, Wenceslau. Manifesto do Dr. Wenceslão Braz Pereira Gomes, Presidente da Republica, em 15 de novembro de 1914: á Nação. **Diario Oficial dos Estados Unidos do Brazil**, a. 53, n. 266, 16 nov. 1914.

_____. Sessão solemne de affirmação e posse do Presidente e do Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, eleitos para servirem no periodo presidencial de 1914 a 1918. **Annaes do Senado**, p. 162-163, nov. 1914.

CAFÉ FILHO, João. **Palestras semanais do Presidente João Café Filho**. Rio de Janeiro: DASP, 1955. 71 p.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de posse**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/discurs.htm>. Acesso em: 20/11/2002.

_____. [Pronunciamento de posse de S. Exa. como presidente da República, no plenário do Congresso Nacional]. **Diário do Congresso Nacional**, p. 9-13, 2 jan. 1999.

DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro: pós 1930. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. 5 v. il.

FIGUEIREDO, João Baptista de Oliveira. **Discursos**: 1979-. Brasília: Presidência da República, 1979. v.

_____. **Do Aracoara ao Planalto**: um programa de governo. Brasília: Imprensa Nacional, 1979. 301 p.

FONSECA, Deodoro. Manifesto: o presidente da República aos brasileiros. **Jornal do Brasil**, a. 1, n. 21, 15 nov. 1891.

_____. Proclamação do governo provisório. **Diário Oficial da República Federativa Brasileira**, a. 28, n. 315, 16 nov. 1889.

FONSECA, Hermes. **Manifesto inaugural do Marechal Hermes Rodriguez da Fonseca**: presidente eleito para o quadriênio de 1910 a 1914. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910. 13 p.

FRANCO, Itamar. Compromisso de posse do Presidente da República. **Diário do Congresso Nacional**, n. 70, p. 4813-4814, 30 dez. 1992.

_____. **Discursos**: de outubro de 1992 a agosto de 1993. Brasília: Presidência da República, 1993. 170 p.

_____. Itamar garante fim do poder imperial. **Correio Braziliense**, 31 dez. 1992.

_____. O lema da modernidade empobreceu o país. **Jornal de Brasília**, 31 dez. 1992.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **Epitacio Pessoa: 1865-1942**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1951. 2 v. il.

GALERIA dos presidentes. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/infger_07/gale.htm>. Acesso em: 21 nov. 2002.

GEISEL, Ernesto. **Discursos 1974-**. Brasília: Presidência da República, 1975. v.

LACERDA, Carlos. **Discursos parlamentares**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. 808 p.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. **Discurso do presidente Emílio Garrastazu Médici, por ocasião de sua posse, em 30 de outubro de 1969**. Brasília: Senado Federal, 1969. 7 p.

_____. **O jogo da verdade**. 3.ed. Brasília: Imprensa Nacional, 1971. 110 p.

MELLO, Fernando Collor de. **O projeto de reconstrução nacional e o compromisso com a democracia**. Brasília: Presidência da República, 1990. 32 p.

_____. [Pronunciamento do Sr. Fernando Collor de Mello, por ocasião de sua posse como Presidente da República]. **Diário do Congresso Nacional**, n. 8, p. 302-306, 15 mar. 1990.

MELLO, Jayme Portella de. **A revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira, 1979. 1032 p. il.

MENSAGENS presidenciais, 1890-1910: Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves, Affonso Penna, Nilo Peçanha. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978. 737 p.

MIRANDA, Salm de. **Floriano**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963. 347 p. il.

- MORAES, Prudente de. **Manifesto do Dr. Prudente de Moraes ao assumir a Presidencia da Republica em 15 de novembro de 1894.** Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1894. 9 p.
- MONTELLO, Josué. **Oratória atual do Brasil.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. 59 p.
- MÜLLER, Filinto. Pronunciamento analisando o discurso de posse do presidente Emílio Garrastazu Médici. **Anais do Senado**, p. 169-172, 1969.
- NEVES, Tancredo. **Tancredo Neves: o presidente eleito.** Brasília: Empresa Brasileira de Notícias, 1985. 80 p.
- OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **Discursos proferidos no primeiro ano de mandato presidencial, 1956.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958. 425 p.
- PEIXOTO, Floriano. Ao paiz. **Diário Oficial da Republica dos Estados Unidos do Brazil**, a. 30, n. 316, 25 nov. 1891.
- PEREIRA, Manoel Victorino. **Idéias políticas de Manoel Vitorino.** Brasília: Senado Federal, 1981. 2 v.
- _____. **Manifesto político do Dr. Manoel Victorino, vice-presidente da Republica á Nação.** São Paulo: Typographia a Vapor Carlos Jeep & C., 1898. 118 p.
- PEREIRA, Manoel Victorino. Mensagem. **O Paiz**, n. 4424, 12 nov. 1896.
- PRESIDENTES do Brasil: de Deodoro a FHC. Fábio Koifman [Org.]. São Paulo: Cultura: Ed. Rio, 2002. 931 p. il.
- SALLES, Campos. **Manifesto inaugural.** Rio de Janeiro: Leuzinger, 1898. 23 p.
- _____. Sessão solenne de affirmação e posse do Presidente e do Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, eleitos para servirem no periodo presidencial de 1898 a 1902, em 15 de novembro de 1899. **Annaes do Senado**, v. 3, p. 511, 15 nov. 1898.
- _____. Termo de affirmação e posse do Presidente e do Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil eleitos para servirem no 3º período presidencial de 1898 a 1902. **Annaes do Senado**, v. 3, p. 511-512, nov. 1898.
- SARNEY, José. **Palavras do presidente José Sarney, 15 de março a 30 de junho de 1985.** Brasília: Presidência da República, 1985. 220 p.
- SILVA, Arthur da Costa e. **Pronunciamentos do Presidente.** Brasília: Presidência de República, 1983. 2 v.
- SILVA, Cyro. **Floriano Peixoto: o consolidador da República.** São Paulo: Edaglit, 1963. 258 p. il.
- SUPLICY, Eduardo. Pronunciamento analisando o discurso de posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso. **Anais do Senado**, p.43-46, jan. 1995.
- TEXTOS políticos da história do Brasil. 3.ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 10 v.
- VARGAS, Getúlio. **Discursos: janeiro-junho 1951.** Rio de Janeiro: Agência Nacional, 1951. 55 p.

_____. **Documentos históricos:** revolução de outubro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932. 88 p.

_____. Manifesto do Sr. Dr. Getulio Vargas á Nação. **Jornal do Commercio**, 21 jul. 1934.

_____. A posse do novo presidente constitucional da República: detalhes da cerimônia no Palácio Tiradentes – Um manifesto do Sr. Getulio distribuído na Assembléa. **O Paiz**, n. 17.033, 21 jul. 1934.

VIEIRA, Antonio. **Sermões:** Vieira. 5.ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1968. 134 p. il.

_____. **Sermões:** Antonio Vieira. Erechim: Edelbra, 1998. 12 v.